



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1862

Quinta-feira - 05 de Novembro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Frei Rogério .....	316	Orleans .....	498
Alto Bela Vista.....	9	Galvão.....	318	Ouro .....	499
Anchieta .....	11	Garopaba.....	321	Palhoça .....	500
Antônio Carlos .....	17	Garuva .....	323	Palmitos .....	511
Arabutã .....	155	Gaspar .....	324	Passo de Torres.....	512
Arroio Trinta.....	156	Grão Pará .....	328	Penha.....	516
Balneário Piçarras.....	158	Guaraciaba .....	329	Petrolândia .....	519
Balneário Rincão .....	159	Guaramirim .....	330	Pinheiro Preto .....	521
Barra Velha.....	160	Guarujá do Sul .....	337	Pomerode.....	522
Bela Vista do Toldo.....	161	Herval d'Oeste .....	351	Porto Belo.....	528
Benedito Novo .....	163	Ilhota .....	352	Porto União.....	529
Biguaçu .....	164	Imarui .....	354	Rio do Sul.....	530
Blumenau .....	176	Imbituba .....	356	Santa Rosa do Sul .....	542
Bom Jesus do Oeste .....	185	Indaial.....	363	São Bento do Sul.....	543
Botuvera.....	187	Ipumirim .....	364	São Cristóvão do Sul.....	550
Braço do Trombudo .....	196	Irineópolis .....	366	São João do Oeste .....	551
Brusque.....	214	Itaiópolis .....	367	São Joaquim .....	555
Caçador.....	221	Itapiranga.....	368	São José.....	556
Camboriú.....	226	Itapoá .....	374	São Lourenço do Oeste.....	568
Campo Alegre .....	230	Ituporanga .....	377	São Miguel do Oeste.....	569
Campos Novos.....	233	Joaçaba .....	378	Schroeder.....	580
Canoinhas.....	241	Lages .....	455	Serra Alta .....	608
Capinzal .....	261	Laguna .....	457	Sombrio.....	609
Caxambu do Sul.....	264	Lauro Muller .....	462	Sul Brasil .....	610
Chapadão do Lageado .....	266	Leoberto Leal.....	468	Timbé do Sul .....	624
Cocal do Sul.....	268	Lindóia do Sul .....	469	Timbó .....	625
Concórdia .....	270	Macieira.....	473	Três Barras .....	630
Cordilheira Alta .....	294	Mafra .....	475	Turvo .....	653
Coronel Freitas.....	295	Maracajá .....	476	Vargem Bonita .....	654
Coronel Martins.....	296	Maravilha.....	484	Videira.....	659
Corupá .....	297	Marema .....	485	Vitor Meireles.....	663
Dionísio Cerqueira .....	298	Massaranduba.....	487	Xanxerê .....	664
Faxinal dos Guedes.....	299	Modelo .....	489	Xavantina .....	667
Flor do Sertão.....	300	Mondaí.....	491	Xaxim.....	682
Forquilha.....	301	Navegantes.....	492		
Fraiburgo.....	307	Nova Trento .....	496		

### Consórcios

CIMVI.....	683
CIS/AMARP .....	684
CIS/AMOSC.....	685
CISAM .....	687

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO N º 135/2015

DECRETO Nº 135/2015 – DE 28 DE OUTUBRO DE 2015  
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente:

13 FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL  
3.1.90.00.00.0679/120 Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO  
4.4. 90.00.00.0054/150 Aplicações Diretas..... R\$ 21.000,00  
4.4. 90.00.00.0055/151 Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00  
4.4.90.00.00.0056/152 Aplicações Diretas..... R\$ 30.000,00  
TOTAL ..... R\$ 69.000,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

13 FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL  
3.3.90.00.00.0679/122 Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO  
3.3 90.00.00.0054/147 Aplicações Diretas..... R\$ 21.000,00  
3.3. 90.00.00.0055/148Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00  
3.3.90.00.00.0056/149 Aplicações Diretas.....R\$ 30.000,00  
TOTAL ..... R\$ 69.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de outubro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 132/2015

DECRETO Nº 132/2015 - DE 26 DE OUTUBRO DE 2015  
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente:

03 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS  
04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES  
3.3.71.00.00.0679/21 Transferências a Consórcios Públicos.....R\$ 885,00

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL  
3.1.90.00.00.0679/120 Aplicações Diretas.....R\$ 4.300,00

16 DEFESA CIVIL  
01 DEFESA CIVIL  
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL  
3.3.90.00.00.0679/131 Aplicações Diretas..... R\$ 12.000,00  
TOTAL ..... R\$ 17.185,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

03 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS  
04.122.0005.2.009 CONTRIBUIÇÕES FINANC.A ENTIDADES  
3.3.93.00.00.0679/23 Aplicações Diretas Decor.de Op.entre Órgãos.....R\$ 885,00

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL  
08.244.0024.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL  
3.3.90.00.00.0679/122 Aplicações Diretas..... R\$ 4.300,00

16 DEFESA CIVIL  
01 DEFESA CIVIL  
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN.DE DEFESA CIVIL  
3.1.90.00.00.0679/128 Aplicações Diretas.....R\$ 12.000,00  
TOTAL ..... R\$ 17.185,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de outubro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 133/2015**

DECRETO Nº 133/2015 – DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Cultura.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.1.90.00.0110/210 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

02 DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.00.00.0110/210 Aplicações Diretas.....R\$ 17.000,00  
TOTAL ..... R\$ 17.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de outubro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 134/2015**

DECRETO Nº 134/2015 – DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0110/180 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E

DEPTOS.

3.3.90.00.00.0110/180 Aplicações Diretas.....R\$ 90.000,00  
TOTAL ..... R\$ 90.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de outubro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 291/2015**

PORTARIA Nº 291/2015 de 03 de novembro de 2015

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE CASAMENTO A FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos de licença por motivo de casamento, conforme cópia de certidão de casamento anexa, a contar a partir de 29/10/2015, a funcionária Maria Odete Amorim Mendes, inscrita sob o CPF nº 026.636.489-65 ocupante do cargo efetivo de Odontólogo 40 horas.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de novembro de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

**PORTARIA 292/2015**

PORTARIA Nº 292/2015 de 03 de novembro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária LORELEI VALCARENGHI GANDINI, inscrita sob CPF nº 014.454.509-84, funcionária efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 03/11/2015 a 17/11/2015, período 14/15, restando 20 dias para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 03 de novembro de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO 21/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 20/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 21/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 20/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviços de out sourcing de impressão e cópias, o qual será processado e julgado no dia 17 de novembro de 2015 às 15h30, em consonância com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 04 de novembro de 2015  
ORLANDO FÁVERO  
Gestor do FMS

**RESOLUÇÃO Nº 01/2015 CMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Define os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no Conselho de Assistência Social do Município de Água Doce - SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 2.092/2012, de 26 de junho de 2012;

Considerando a necessidade de orientar as entidades e atualizar os procedimentos administrativos neste Conselho;

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e em especial o artigo 3º, que dispõe sobre o conceito de entidades de assistência social e artigo 9º, que trata do funcionamento das entidades ou organizações de assistência social;

Considerando o Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004, que define as ações continuadas de assistência social;

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 28 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

Considerando o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que

dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 39, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

Considerando a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012;

Considerando a Resolução CNAS nº 1, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho.

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Água Doce - SC.

Art. 2º As entidades e organizações de assistência social podem ser, isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou

projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I – ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;  
II – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III – elaborar plano de ação anual contendo:

a) finalidades estatutárias;  
b) objetivos;  
c) origem dos recursos;  
d) infraestrutura;  
e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

e.1) público alvo;  
e.2) capacidade de atendimento;  
e.3) recurso financeiro a serem utilizados;  
e.4) recursos humanos envolvidos;  
e.5) abrangência territorial;  
e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV – ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;  
b) objetivos;  
c) origem dos recursos;  
d) infraestrutura;  
e) identificação de cada serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:

e.1) público alvo;  
e.2) capacidade de atendimento;  
e.3) recurso financeiro utilizado;  
e.4) recursos humanos envolvidos;  
e.5) abrangência territorial;  
e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

§1º Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.  
§ 2º Se a entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Município de sua sede, a inscrição da entidade ou organização deverá ser feita no Conselho de Assistência Social do Município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º A entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e ou assessoramento e ou defesa e garantia de direitos, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todos os Municípios onde realiza

sua ação.

§ 4º Aplica-se o disposto no § 1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos de Assistência Social.

Art. 5º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. Parágrafo Único. A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas nacionais.

Art. 6º Os critérios para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;  
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;  
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;  
IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7º Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a entidade deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º O prazo de interrupção dos serviços não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas e projetos interrompidos.

Art. 8º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;  
II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;  
III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;  
IV - plano de ação;  
V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 9º As entidades e organizações de assistência social que atuam em mais de um Município deverão inscrever no CMAS apenas os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que desenvolvem no Município de Água Doce, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, conforme o modelo anexo II  
II - plano de ação;  
III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 4º e do art. 5º desta Resolução;

Art. 10º As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área deverão inscrever somente seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS, quando executados na área de assistência social, além de demonstrar que cumprem os critérios dos art.5º e 6º desta Resolução, mediante apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;

- II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV - plano de ação;

Art. 11º O Conselho Municipal de Assistência Social deverá:

I - receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:

- a) requerimento da inscrição;
- b) análise documental;
- c) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- d) elaboração do parecer da Comissão;
- e) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- f) publicação da decisão plenária;
- g) emissão do comprovante;
- h) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;
- i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

II - no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

III - A execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica de apresentação do requerimento de inscrição.

§ 1º O prazo recursal é de 15 dias a contar da notificação, e o CMAS terá um prazo de 15 dias para análise do recurso e emissão de parecer final.

§ 2º Para avaliação dos recursos em reunião extraordinária o quórum mínimo será de 1/3 dos conselheiros.

Art. 12º O Conselho de Assistência Social fará o acompanhamento e a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único. O acompanhamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição será publicado por meio de resolução deste Conselho.

Art. 13º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - plano de ação do corrente ano;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Parágrafo Único – Quando houver alteração estatutária e de diretoria, as mesmas devem ser encaminhadas ao Conselho a qualquer tempo.

Art. 14º O Conselho Municipal de Assistência Social promoverá, pelo menos, uma audiência pública a cada dois anos com as entidades ou organizações de assistência social inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 15º A inscrição das entidades ou organizações de assistência social, dos serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social encaminhará, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS a que se refere a alínea "i", do inciso I, do art. 11 desta Resolução e demais providências

§ 3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer.

§ 4º Os recursos das decisões do Conselho Municipal de Assistência Social deverão ser apresentados ao Conselho Estadual.

§ 5º O prazo recursal será de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão.

§ 6º As entidades inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, programas e/ou projetos ao Conselho de Assistência Social, no prazo de 30 dias contado do encerramento das atividades.

Art. 16º O Conselho Municipal de Assistência Social padronizará e utilizará, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexo IV e V.

Art. 17º O Conselho Municipal de Assistência Social estabelecerá numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

Art. 18º As entidades de acolhimento institucional para idosos poderão inscrever-se no CMAS, desde que cumpram os requisitos definidos nesta Resolução.

§ 1º O conselho Municipal ao inscrever deverá verificar junto ao Conselho dos Direitos do Idoso ou junto as suas Resoluções se já foi estabelecida a forma de participação prevista no artigo 35, §1º da Lei 10.741/2003, Estatuto do Idoso.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19º As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder o reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Art. 20º As disposições previstas no inciso IV do art. 11 e no § 2º do art. 15 somente serão aplicáveis por ocasião da efetiva implantação do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

Art. 21º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA ZARPELON

Presidente do Conselho

**ANEXO I**  
**Requerimento de Inscrição**

Senhora Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Água Doce/SC  
A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste Conselho.

**A - DADOS DA ENTIDADE:**

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Código Nacional de Atividade Econômica principal e secundário: \_\_\_\_\_  
Data de inscrição no CNPJ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Atividade Principal: \_\_\_\_\_  
Inscrição: \_\_\_\_\_  
CONSEA: \_\_\_\_\_  
CMDCA: \_\_\_\_\_  
CONSELHO DO IDOSO: \_\_\_\_\_  
Outros (especificar): \_\_\_\_\_  
Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo):

**B – DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:**

Nome: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_  
nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Período do Mandato: \_\_\_\_\_

**C – INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Termos em que,  
Pede deferimento.

Água Doce/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

**ANEXO II**  
**(Entidades que atuam em mais de um município)**  
**Requerimento de Inscrição**

Senhora Presidente do Conselho de Assistência Social de Água Doce/SC  
A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo, neste Conselho.

**A – Dados da Entidade:**

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Código Nacional de Atividade Econômica principal e secundário: \_\_\_\_\_  
Data de inscrição no CNPJ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Tel./Fax: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_  
A entidade está inscrita no Conselho Municipal de \_\_\_\_\_,  
sob o número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

**B – Dados do Representante Legal:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Data nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Período do Mandato: \_\_\_\_\_

C – Informações adicionais

Termos em que,  
Pede deferimento.

Água Doce/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO III

(Inscrição somente de serviços, programas, projetos ou benefícios socioassistenciais)  
Requerimento de Inscrição

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Água Doce/SC

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinada, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse conselho.

A – Dados da Entidade:

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de Atividade Econômica principal e secundária: \_\_\_\_\_

Data de inscrição no CNPJ: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

Atividade Principal: \_\_\_\_\_

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos):

B – Dados do Representante Legal:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ DN \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_\_

C – Informações Adicionais

Termos em que,  
Pede deferimento.

Água Doce/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2076, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.** NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma da Lei Complementar Municipal nº 020, de 05 de Junho de 2008, com as alterações da Lei Complementar n.º 079, de 19 de Outubro de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º. – Ficam as seguintes pessoas, nomeadas para a composição do Conselho Municipal de Habitação, conforme segue:

#### I. Representante do Poder Executivo Municipal:

a) Representante da Gerência de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente:

- Titular – Diego Marciano Ferrari;
- Suplente – Diomar Schneider.

b) Representante da Gerência de Urbanismo e Habitação:

- Titular – Silvano Finger;
- Suplente – José Luiz Rettore.

c) Profissional de Serviço Social, pertencente ao quadro de pessoal da Administração Municipal:

- Titular – Fabíola Prudente Spricigo.

d) Profissional de Engenharia Civil ou Arquitetura:

- Titular – Vinícius Fasolo.

#### II. Representantes da Comunidade

a) Representante da Associação dos Servidores e Colaboradores da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista:

- Titular – Jussara Rettore Rekshause;
- Suplente – Joelson Roberto Wuaden;

b) Representante dos Grupos de Idosos e Clube de Mães do município de Alto Bela Vista:

- Titular – Nelci Maria Bourckhardt ;
- Suplente – Maria José Correa de Souza;

c) Representante das Entidades que Representem a população rural, em cada uma das comunidades do interior ou da sede urbana do município:

1) Representando o Sindicato de Trabalhadores Rurais:

- Titular – Waldir Fischer;
- Suplente – Neusa Kefer Valcarenghi;

2) Representando a Associação Municipal das Associações de Moradores - AMAM:

- Titular – Wilson Ruy Trentini;
- Suplente – Edson Flavio Horn;

Art. 2º. – Conforme consta Lei Complementar Municipal nº 020, de 05 de Junho de 2008, com as alterações da Lei Complementar n.º 079, de 19 de Outubro de 2015, o mandato dos conselheiros acima identificados é de dois anos, permitidas as reconduções, e não percebendo remuneração pelo desempenho do respectivo mandato.

Art. 3º. – As funções dos Conselheiros e a competência do Conselho estão definidas nas Leis Municipais citadas no artigo anterior.

Art. 4º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, 03 de Novembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
PREFEITA MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva  
Responsável pelas Publicações

### **DECRETO Nº 2077, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.** CONSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 01/ 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Coordenação e Operacionalização do Processo Seletivo 01/2015, designando os seguintes servidores públicos municipais, para sua composição:

I – Lourdes Rover Koller, que será presidente;

II – Vanda Bourckhardt, que será secretária;

III – Tania Catarina Nilson, membro;

IV – Josi Vitória Lermen Finger, membro.

Art. 2º Os Servidores Públicos Municipais, designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se à coordenação e operacionalização das fases dos Processos Seletivos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto 1964 de 21 de janeiro de 2015 as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 04 de novembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 061/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 045/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma Presencial, do tipo Menor Preço Global, objetivando o Registro de Preços para possível contratação de empresa especializada em manutenção de rede de iluminação pública, com fornecimento de materiais e mão de obra de acordo com normas estabelecidas pela CELESC, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 18 de novembro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 09h00 da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 03 de novembro de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

# Anchieta

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 336/2015**

PORTARIA nº. 336/2015  
De, 01 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Lucélia Aparecida Foschiera Brancher, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 01 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 337/2015**

PORTARIA nº. 337/2015  
De, 01 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor Mário Luiz Signor, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Agricultura, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 01 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 338/2015**

PORTARIA nº. 338/2015  
De, 01 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 34, inciso V da Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE**

Declarar vago Por Aposentadoria,

Art. 1º - Fica vago por Aposentadoria o cargo efetivo de Motorista, ocupado pelo servidor Guiomar Antônio Prevedello, lotado na Secretaria Municipal da Educação, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 01 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão Garlet  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 339/2015**

PORTARIA nº. 339/2015  
De, 02 de Outubro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Adriano Schaeffer portador do CPF nº. 073.620.579-97 e CI nº. 5.361.475 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Operador II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 02 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 340/2015**

PORTARIA nº. 340/2015

De, 02 de Outubro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Enio Wolfart portador do CPF nº. 767.828.409-87 e CI nº. 2.353.740 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Operador I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Agricultura, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 02 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 341/2015**

PORTARIA Nº 341/2015

De, 02 de Outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n. 033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação à servidora pública municipal Katiane Wanzing Lima, ocupante do cargo efetivo de

Auxiliar de Serviços Gerais, no percentual de 10% (dez por cento) a ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 02 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 342/2015**

PORTARIA Nº. 342/2015

De, 02 de Outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 02 (dois) meses,  
Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 02 (dois) meses para a servidora Pública Municipal Rosângela Maria Stefanello, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais - matrícula nº 779, lotada na secretaria Municipal da Educação, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 13/10/2015 à 11/12/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 02 de Outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 343/2015**

PORTARIA nº. 343/2015

De, 06 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 34, inciso V da Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE**

Declarar vago Por Aposentadoria,

Art. 1º - Fica vago por Aposentadoria o cargo efetivo de Operador I, ocupado pelo servidor Alzir Paulo Cavagnoli, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 06 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão Garlet  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 344/2015**

PORTARIA nº 344/2015  
De, 06 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;  
Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;  
Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

**RESOLVE:**

Autorizar Servidor para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizado a servidora pública municipal Marília Uliana, ocupante do cargo de Auditora de Controle Interno, lotada no Gabinete do Prefeito, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade da servidora e a mesma não poderá: Ceder a direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividade particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 06 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 345/2015**

PORTARIA N. 345/2015  
De, 07 de Outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com a Lei Complementar nº. 038/2012,

Considerando a justificativa da Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Nomear Enfermeira ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Analine Piccoli Meotti, para exercer o cargo de Enfermeira ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI... o suprimento de pessoal para a atuação nas áreas de educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, no período de 07/10/2015 a 07/04/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 07 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
Nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 346/2015**

PORTARIA nº. 346/2015  
De, 16 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 34, inciso V da Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE**

Declarar vago Por Aposentadoria,

Art. 1º - Fica vago por Aposentadoria o cargo efetivo de Aprendiz (extinção), ocupado pelo servidor Sebastião Theodoro Rosa, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 16 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 347/2015**

PORTARIA nº. 347/2015  
De, 19 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE  
Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor Vilson Luiz Rossato, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Infraestrutura, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 19 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 348/2015**

PORTARIA N. 348/2015  
De, 19 de Outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com a Lei Complementar nº. 038/2012,

Considerando a notificação do Conselho Regional de Farmácia;

Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público;

RESOLVE:  
Nomear Farmacêutico ACT,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Natan Luiz Scholtze, para exercer o cargo de Farmacêutico ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI... o suprimimento de pessoal para a atuação nas áreas de educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, no período de 07/10/2015 a 07/04/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 19 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
Nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 349/2015**

PORTARIA Nº. 349/2015  
De, 19 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
Revogar Portaria nº. 55/2013,

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 55/2013 de 01/02/2013 a qual designava o servidor Anuar Mantelli, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC  
Em, 19 de Outubro de 2015.

Registre-Se, Publique-Se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
Nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária Municipal da Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 350/2015**

PORTARIA Nº. 350/2015

De, 19 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Revogar Portaria nº. 27/2014,

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 27/2014 de 17/01/2014 a qual designava o servidor Valdir de Lima, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal da Educação para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 19 de Outubro de 2015.

Registre-Se, Publique-Se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
Nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária Municipal da Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 351/2015**

PORTARIA Nº. 351/2015

De, 19 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Revogar Portaria nº. 297/2014,

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 297/2014 de 15/09/2014 a qual designava o servidor Ademir Generalli, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 19 de Outubro de 2015.

Registre-Se, Publique-Se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria  
Nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária Municipal da Administração e Gestão

**PORTARIA Nº 352/2015**

PORTARIA nº. 352/2015

De, 19 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a senhora Michele Seffrin, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 19 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 353/2015**

PORTARIA nº. 353/2015

De, 19 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares nº. 032/2011 e nº. 033/2011,

**RESOLVE:**

Designar Servidora,

Art. 1º - Fica designada a Servidora Pública Municipal Sandra dos Santos Barbosa Scholtze, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Planejamento lotada no Gabinete do Prefeito Municipal, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em, 19 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 354/2015**

PORTARIA Nº. 354/2015

De, 19 de Outubro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 54 da Lei Complementar nº 033/2011,

**RESOLVE:**

Reduzir Carga Horária,

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, do servidor público municipal Rafael Schenkel, ocupante do cargo de Professor de Educação Física.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 19 de Outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 355/2015**

PORTARIA nº. 355/2015

De, 30 de Outubro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Clarisse Ana Foschiera, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 30 de Outubro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 356/2015**

PORTARIA nº. 356/2015

De, 04 de Novembro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo, Diane Maria Zanetti Anverga, portadora do CPF nº. 009.234.239-66 e CI nº. 3.719.712 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Psicóloga, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de Novembro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 357/2015**

PORTARIA nº. 357/2015

De, 04 de Novembro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo Clarisse Ana Foschiera, portadora do CPF nº. 907.+367.109-49 e CI nº. 1.154.686 - SSP/SC, aprovada no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Agente Comunitária de Saúde – Área 4, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de Novembro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretário de Administração e Gestão.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 084/2015

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº. 084/2015; Origem: Processo Licitatório nº 034/2015 – Tomada de Preço nº 003/2015. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA. Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, aditar o prazo de execução da obra do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, com fornecimento de material e mão de obra para continuação da Rua Pedro Leonardo Schmitz, com a extensão de 192,150 metros, na localidade do Egito, Município de Antônio Carlos/SC, com recurso de Convênio nº. 2014TR002324 firmado entre GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional – GRANDE FLORIANÓPOLIS E PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante do edital.”, conforme Processo Licitatório nº 034/2015 – Tomada de Preço nº 003/2015. Aditamento: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo do contrato nº. 084/2015, cujo novo vencimento dar-se-á no próximo dia 09 de novembro de 2015. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 09 de outubro de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 116/2014

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº. 116/2014; Origem: Processo Licitatório nº 055/2014 – Tomada de Preços nº 01/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP; Objeto: O presente termo aditivo consiste na prorrogação do contrato acima enumerado, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço GLOBAL, para a construção de uma Unidade Básica de Saúde, com fornecimento de material e mão de obra, com área a ser construída em alvenaria de 572,84m², na Rua VI de Novembro, nº. 210, Centro do município de Antônio Carlos/SC, com recurso do SISMOB – Ministério da Saúde, via PAC2, conforme projetos, memorial descritivo, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos”; Prazo Aditado: 60 (sessenta) dias. Novo vencimento: 03 de janeiro de 2016.

Antônio Carlos, 04 de novembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.491/2015

LEI Nº 1.491/2015

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2016 e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Antônio Carlos, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

#### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receitas;

II – Anexo I.2 – Demonstrativo das Prioridades em Metas Físicas e Financeiras para 2016, 2017 e 2018;

III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;

V – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

VIII – Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2014;

IX - Anexo I.4 – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X – Anexo I.5 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII – Anexo I.7 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII – Anexo I.8 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2015;

XVIII – Anexo IV – Demonstrativo das Obras que passarão para 2016 em Andamento e que deverão estar Incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes;

XIX – Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização da Metas de Despesa priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XXI – Anexo VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

## II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

## III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial - as despesas que não contribuem para a

manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX – execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira - arrecadação das receitas e o pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – as ações de governo representadas pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e sua Autarquia, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS), desdobrada as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2009 (Manual da Despesa Nacional), na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);  
X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007);

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Autarquia e Fundo que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa para a respectiva ação de governo, desdobrada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro da mesma ação, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme definido por esta lei como categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da CF.

§ 4º Quando necessário para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação governamental, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá, pelo menos:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2014, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2013 e 2014 e despesa fixada para 2015 e 2016;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes

Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2013 a 2016;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos a Ações Públicas de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2015;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2014, 2015 e 2016;

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Ipreancarlos será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual para 2016 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 Os Fundos Municipais tratados na Lei Orçamentária Anual de 2016 como Unidades Orçamentárias, terão suas receitas especificadas no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos identificadas em Plano de Aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no artigo 7º, X desta Lei.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal será o gestor dos recursos vinculados a estes fundos.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas, observado a fonte de recurso, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e

IV – Ações financiadas com recursos cuja meta de receita não foi alcançada.

Parágrafo Único - A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Chefe de Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Controladoria Geral do Município.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da geração de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.10 no valor de R\$ 391.100,00 (trezentos noventa e um mil e cem reais) observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado até o exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2016 da Unidade Gestora Prefeitura reservará recursos de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016, com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta

STN/SOF nº 1/2009 e alterações posteriores, de forma que o controle do equilíbrio de caixa seja evidenciado em cada fonte de recursos.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimada para o exercício financeiro de 2016 integrarão também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2009 dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO V e contemplados na Lei Orçamentária para 2016 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2016, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício; e

II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos.

Art. 33 Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

Parágrafo Único - Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 35 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado

em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Antônio Carlos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 46 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 47 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 20 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1.491/2015 - ANEXOS**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO I.2.4**

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE RESULTADO NOMINAL									
									R\$ 1.000,00
ESPECIFICAÇÃO	2012 "a"	2013 "b"	2014 "c"	2015 "d"	2016 "e"	2017 "f"	2018 "g"		
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.032,0	937,0	724,01	3.000,0	3.870,0	4.726,0	5.574,8		
DEDUÇÕES (II)	1.514,5	450,2	4.148,8	400,2	400,2	350,2	300,2		
Ativo Disponível	1.573,9	1.000,0	4.257,7	1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.000,0		
Haveres Financeiros	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2		
(-) Restos a Pagar Processado	59,6	550,0	108,7	600,0	600,0	650,0	700,0		
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I - II)	-482,5	386,8	-3.424,8	2.599,8	3.469,8	4.375,8	5.274,6		
Receitas de Privatizações (IV)	-	-	-	-	-	-	-		
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	-	-	-	-	-		
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	-482,5	386,8	-3.424,8	2.599,8	3.469,8	4.375,8	5.274,6		
		(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)		
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		<b>869,3</b>	<b>-3.811,6</b>	<b>6.024,6</b>	<b>870,0</b>	<b>906,0</b>	<b>898,8</b>		

Memória de Cálculo:

- Os dados de 2012, 2013 e 2014 foram extraídos do Demonstrativo do Resultado Nominal de cada um dos exercícios.
- A dívida consolidada para 2017 a 2018 foi projetada levando em consideração os valores previstos na LDO para 2016.
- A partir do saldo da Dívida Consolidada em 2014 no valor de R\$ 724,0, foi somado o valor das operações de crédito previstas para cada ano e deduzido o valor programado para amortização a cada ano, mais a atualização da dívida pelo índice de inflação: 5% em 2016, 5,0% em 2017 e 5% em 2018.
- O Ativo Disponível e o Restos a Pagar Processado para 2015 foi projetado levando em consideração a média aritmética de 2012 a 2014. Para 2016 a 2018 estes valores foram corrigidos pelo índice de inflação de 5%.
- No cálculo do resultado nominal não está sendo considerado os dados do RPPS.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO I.2.5**

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF.

**MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS MONTANTE DA DÍVIDA****R\$ 1.000,00**

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS		
	2016	2017	2018
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>3.870,0</b>	<b>4.726,0</b>	<b>5.574,8</b>
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	3.587,0	4.726,0	5.574,8
Precatórios posteriores a 05.05.2000			
Operações de crédito inferiores a 12 meses			
Parcelamento de dívidas			
De tributos			
De contribuições Sociais			
Previdenciárias			
Demais contribuições Sociais			
Do FGTS			
Outras dívidas			
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>400,2</b>	<b>350,2</b>	<b>300,2</b>
Ativo Disponível	1.000,0	1.000,0	1.000,0
Haveres Financeiros	0,2	0,2	0,2
(-) Restos a pagar processados	600,0	650,0	700,0
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>			
Precatórios anteriores a 05.05.2000			
Insuficiência financeira			
Outras obrigações			
<b>DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (I – II)</b>	<b>3.469,8</b>	<b>4.375,8</b>	<b>5.274,6</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.110,5	28.889,0	30.693,8
<b>% DE COMPROMETIMENTO DA RCL</b>	<b>12,78</b>	<b>15,15</b>	<b>17,18</b>
<b>% LIMITE DE COMPROMETIMENTO</b>	<b>120</b>	<b>120</b>	<b>120</b>

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**Secretaria Municipal de Administração e Finanças**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016**

**ANEXO I.3**

Art. 4º, § 2º, I da LRF

R\$ 1.000,00

<b>AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>						
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>METAS PREVISTAS 2014</b>	<b>% PIB</b>	<b>METAS REALIZADAS 2014</b>	<b>% PIB</b>	<b>VARIAÇÃO</b>	
					<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Receita Total	30.801,0	24,11	28.413,3	22,24	-2.387,7	-7,75
Receita Primária (I)	24.839,0	19,45	26.846,9	21,02	2.007,9	8,08
Despesa Total	30.801,0	24,11	24.948,5	19,53	-5.852,5	-19,00
Despesa Primária (II)	30.285,0	23,71	24.497,4	19,18	-5.787,6	-19,11
Resultado Primário (I – II)	5.446,0	4,26	2.349,5	1,84	-3.096,5	-56,86
Resultado Nominal	3.922,0	3,07	-1.235,2	-0,97	-5.157,2	-131,49
Dívida Pública Consolidada	4.709,0	3,68	727,1	0,57	-3.981,9	-84,56
Dívida consolidada Líquida	4.308,8	3,37	-3.422,3	-2,68	-7.731,1	-179,42

**NOTA:**

1. O PIB do Município de Antônio Carlos, a preços de 2.012, é de R\$ 120.393, conforme dados do IBGE.
2. Projetado para 2.014, o PIB passa para R\$ 188.072, considerando o crescimento projetado do PIB de 3% para 2.013 e 2.014.
3. Memória:  $120.393 \times 1.03 \times 1.03 = 127.724,9$ .

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

## ANEXO I.4

Art. 4º, § 2º, II da LRF

### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$ 1.000,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	23.592,8	28.413,3	20,43	31.602,0	11,22	34.259,0	8,41	34.857,2	1,75	36.834,8	5,67
Receitas Primárias (I)	22.410,8	26.846,9	19,79	27.633,6	2,93	31.524,1	113,08	31.686,7	0,51	33.262,3	4,97
Despesa Total	23.592,8	24.948,5	5,75	29.606,2	18,67	34.259,0	15,71	34.857,2	1,75	36.834,8	5,67
Despesas Primárias (II)	23.158,8	24.497,4	5,78	31.232,0	27,49	33.829,0	8,31	34.266,9	1,29	36.215,0	5,68
Resultado Prim. (I-II)	-748,0	2.349,5	-414,10	-3.598,4	-253,15	-2.304,9	-35,95	-2.580,2	11,94	-2.952,7	14,44
Resultado Nominal	-267,0	-1.235,2	362,62	-1.009,0	-18,31	870,0	-186,22	906,0	4,14	898,8	-0,79
Dívida Pública Cons.	822,3	727,1	-11,58	3.700,0	408,87	3.870,0	4,59	4.726,0	22,12	5.574,8	17,96
Dívida Cons.Líquida	-737,9	-3.422,3	363,79	3.299,8	-196,42	3.469,8	5,15	4.375,8	26,11	5.274,6	20,54

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES DE 2016										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	27.924,4	31.606,9	13,19	32.550,0	2,97	34.259,0	5,25	33.841,9	-1,22	34.720,3	2,59
Receitas Primárias (I)	26.525,4	29.864,5	12,59	28.462,6	-4,69	31.524,1	10,76	30.763,8	-2.41	31.352,9	1,91
Despesa Total	27.924,4	27.752,7	-0.61	30.494,4	9,88	34.259,0	12,34	33.841,9	-1,22	34.720,3	2,59
Despesa Primárias (II)	27.410,7	27.251,0	-0.58	32.168,9	18,05	33.829,0	5,16	33.268,8	-1.65	34.136,1	2,61
Resultado Prim. (I-II)	-885,3	2.613,6	-395,2	-3.706,3	-241,81	-2.304,9	-37,81	-2.505,0	8,68	-2.783,2	11,10
Resultado Nominal	316,0	-1.374,0	534,8	-1.039,2	-24,36	870,0	-183,72	879,6	1,10	847,2	-3,68
Dívida Pública Cons.	973,3	808,8	-16,9	3.811,0	371,19	3.870,0	1,55	4.588,3	18,56	5.254,8	14,53
Dívida Cons.Líquida	873,4	3.806,9	335,8	3.398,8	-10,72	3.469,8	2,09	4.248,3	22,44	4.971,8	17,03

### Memória de Cálculo:

1. Evolução em %: Exemplo para Resultado Nominal 2014 em relação a 2013:  

$$-1.235,2 / -267,0 = 4,6262 - 1 \times 100 = 362,62\%$$
2. Para cálculo dos valores a preços constantes de 2015 levou-se em conta o índice de inflação medido pelo IPCA no exercício de 2014 e previsto para 2015 a 2018 conforme abaixo:

ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA				
2014	2015	2016	2017	2018
6,4	8,0	3,00	3,0	3,0

- 2.1. Exemplo para a Receita total de 2013 a preços de 2016:  $23.592,8 \times (1.064 \times 1.08 \times 1.03) = 23.592,8 \times 1.1836 = 27.924,4$ ;
- 2.2. Exemplo para a Receita total prevista para 2018 a preços constantes de 2016:  $(36.834,8 / 1.03 \times 1.03) = 36.834,8 / 1.0609 = 34.720,3$ ;
- 2.3. Observe que para os valores anteriores a data base 2016, a operação é de atualização dos valores pelo índice de inflação acumulado no período. Para os valores posteriores a data base 2016, a operação é de deflação pelo índice de inflação do período.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO I.5**

Art. 4º, §§ 1º e 2º, III da LRF.

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****R\$ 1.000,00**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>	<b>2013</b>	<b>%</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
<b>DADOS CONSOLIDADOS</b>	<b>8.208,2</b>	<b>-13,93</b>	<b>10.731,5</b>	<b>30,74</b>	<b>15.297,4</b>	<b>42,55</b>
Patrimônio/Capital	8.208,2	-13,93	10.731,5	30,74	15.297,4	42,55
Reservas						
Resultado Acumulado						
<b>DADOS DO RPPS</b>	<b>-3.783,1</b>	<b>6,36</b>	<b>-3.751,2</b>	<b>-0,84</b>	<b>-8.179,2</b>	<b>18,04</b>
Patrimônio/Capital	-3.783,1	6,36	-3.751,2	-0,84	-8.179,2	18,04
Reservas						
Resultado Acumulado						
<b>TOTAL</b>	<b>4.425,1</b>	<b>-25,99</b>	<b>6.980,3</b>	<b>57,74</b>	<b>7.118,2</b>	<b>1,97</b>

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO I.6****Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos**

R\$ 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2014 (a)</b>	<b>2013 (a)</b>	<b>2012 (b)</b>
RECEITAS CORRENTES	1.558,3	640,3	3.037,3
Rendimentos de Aplicação	1.558,3	640,3	3.037
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	19.300	70.100
Alienação de Ativos	0,00	19.300	70.100
Alienação de Bens Móveis	0,00	19.300	70.100
Alienação de Bens Imóveis		-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.558,3</b>	<b>19.940,3</b>	<b>73.137</b>

<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>2014 (d)</b>	<b>2013 (e)</b>	<b>2012 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0	115.288	75.000
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES			
Regime Geral da Previdência Social			
Regime próprio dos Servidores Públicos			
<b>TOTAL</b>			
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>(g = a-d+h)</b>	<b>(h=b-e+i)</b>	<b>(i=c-f+j)</b>
	24.982,3	23.424	3.483,7

j = Saldo do Exercício de 2011 = 45.634,7

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO I.7**

Art. 4º §§ 1º e 2º, IV, "a" da LRF.

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS**

R\$ 1.000,00

<b>RECEITAS</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
RECEITA PREVIDENCIÁRIA – Exceto Intra-Orçamentária (I)	2.253	594	2.096
RECEITAS CORRENTES	2.253	594	2.096
Receita de Contribuições	406	415	475
Contribuições do Servidor – Ativo Civil	401	415	461
Contribuições do Servidor – Inativo Civil	5	13	14
Receita Patrimonial	1.756		1.308
Outras Receitas Correntes	91	166	313
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	91	166	313
Demais Receitas Correntes			
RECEITA DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA			
RECEITA PREVIDENCIÁRIA – RPPS (Intra-Orçamentária) (II)	886	990	1.193
RECEITAS CORRENTES	886	990	1.193
Receitas de Contribuições	886	990	1.193
Contribuição Patronal	886	990	1.193
Pessoal Civil	802	831	921
Para Cobertura do Déficit Atuarial	84	159	272
Em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITA DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			-14
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>3.139</b>	<b>1.584</b>	<b>3.275</b>

<b>DESPESAS</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
DESPESA PREVIDENCIÁRIA – Exceto Intra-Orçamentária (IV)	1.085	1.263	1.418
ADMINISTRAÇÃO	47	57	63
Despesas Correntes	47	57	63
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	1.038	1.206	1.355
Pessoal Civil	1.038	1.206	1.355
Outras Despesas Previdenciárias			
Comp. Prev. Aposentadorias entre RPPS e RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESA PREVIDENCIÁRIA – RPPS (Intra-Orçamentária) (V)			
ADMINISTRAÇÃO			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>TOTAL DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV) = (IV + V)</b>	<b>1.085</b>	<b>1.263</b>	<b>1.418</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO = (III – VI)</b>	<b>2.054</b>	<b>321</b>	<b>1.857</b>
<b>DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS</b>	<b>11.655</b>	<b>11.685</b>	<b>13.860</b>

<b>APORTES DE RECURSOS PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	365	443	599
Plano Financeiro			
Recurso para Cobertura de Insuficiência Financeira			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	84	159	272
Outros Aportes para o RPPS	281	284	327
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Página: 1/2

Data: 16/09/2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2015	1.820.160,96	913.857,48	906.303,48	14.777.038,29
2016	1.632.176,04	1.219.236,16	412.939,88	15.189.978,17
2017	1.575.927,92	1.147.356,10	428.571,82	15.618.549,99
2018	1.506.797,15	1.122.860,96	383.936,19	16.002.486,18
2019	1.433.887,12	1.117.693,68	316.193,44	16.318.679,62
2020	1.348.881,11	1.155.954,12	192.926,99	16.511.606,61
2021	1.289.346,13	1.127.169,98	162.176,15	16.673.782,76
2022	1.201.259,81	1.188.535,45	12.724,36	16.686.507,12
2023	1.113.500,80	1.255.549,09	(142.048,29)	16.544.458,83
2024	1.052.110,99	1.252.317,22	(200.206,23)	16.344.252,60
2025	1.008.360,47	1.204.802,86	(196.442,39)	16.147.810,21
2026	952.554,68	1.199.340,94	(246.786,26)	15.901.023,95
2027	891.105,45	1.216.534,97	(325.429,52)	15.575.594,43
2028	825.033,77	1.252.716,98	(427.683,21)	15.147.911,22
2029	759.501,22	1.292.998,42	(533.497,20)	14.614.414,02
2030	726.399,06	1.244.801,04	(518.401,98)	14.096.012,04
2031	691.436,82	1.208.575,15	(517.138,33)	13.578.873,71
2032	649.317,83	1.198.979,99	(549.662,16)	13.029.211,55
2033	622.391,81	1.150.988,48	(528.596,67)	12.500.614,88
2034	599.658,24	1.096.228,20	(496.569,96)	12.004.044,92
2035	553.051,79	1.116.845,33	(563.793,54)	11.440.251,38
2036	530.079,35	1.073.550,97	(543.471,62)	10.896.779,76
2037	508.025,83	1.033.022,27	(524.996,44)	10.371.783,32
2038	492.842,66	977.584,22	(484.741,56)	9.887.041,76
2039	467.223,09	957.362,95	(490.139,86)	9.396.901,90
2040	448.150,68	922.637,45	(474.486,77)	8.922.415,13
2041	434.327,96	877.262,10	(442.934,14)	8.479.480,99
2042	422.416,52	830.993,51	(408.576,99)	8.070.904,00
2043	413.992,97	778.922,01	(364.929,04)	7.705.974,96
2044	400.323,63	746.306,44	(345.982,81)	7.359.992,15
2045	391.362,96	703.675,83	(312.312,87)	7.047.679,28
2046	369.566,15	702.241,97	(332.675,82)	6.715.003,46
2047	10.884,80	649.855,96	(638.971,16)	6.076.032,30
2048	3.631,74	613.551,68	(609.919,94)	5.466.112,36
2049	—	570.252,36	(570.252,36)	4.895.860,00
2050	—	519.808,17	(519.808,17)	4.376.051,83
2051	—	473.071,19	(473.071,19)	3.902.980,64
2052	—	429.539,24	(429.539,24)	3.473.441,40
2053	—	389.183,64	(389.183,64)	3.084.257,76
2054	—	352.026,12	(352.026,12)	2.732.231,64
2055	—	317.668,11	(317.668,11)	2.414.563,53
2056	—	285.885,75	(285.885,75)	2.128.677,78
2057	—	256.003,63	(256.003,63)	1.872.674,15
2058	—	228.215,79	(228.215,79)	1.644.458,36
2059	—	203.372,25	(203.372,25)	1.441.086,11
2060	—	180.754,98	(180.754,98)	1.260.331,13
2061	—	160.075,40	(160.075,40)	1.100.255,73
2062	—	140.973,96	(140.973,96)	959.281,77
2063	—	123.601,02	(123.601,02)	835.680,75
2064	—	108.503,91	(108.503,91)	727.176,84
2065	—	94.609,97	(94.609,97)	632.566,87
2066	—	82.297,64	(82.297,64)	550.269,23
2067	—	71.390,93	(71.390,93)	478.878,30

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Página: 2/2  
 Data: 16/09/2015

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	
2068	---	61.587,47	(61.587,47)	417.290,83
2069	---	52.777,61	(52.777,61)	364.513,22
2070	---	45.025,44	(45.025,44)	319.487,78
2071	---	38.249,53	(38.249,53)	281.238,25
2072	---	32.401,13	(32.401,13)	248.837,12
2073	---	27.110,01	(27.110,01)	221.727,11
2074	---	22.687,76	(22.687,76)	199.039,35
2075	---	18.859,62	(18.859,62)	180.179,73
2076	---	15.555,80	(15.555,80)	164.623,93
2077	---	12.697,90	(12.697,90)	151.926,03
2078	---	10.205,76	(10.205,76)	141.720,27
2079	---	8.012,23	(8.012,23)	133.708,04
2080	---	6.353,68	(6.353,68)	127.354,36
2081	---	4.951,77	(4.951,77)	122.402,59
2082	---	3.844,55	(3.844,55)	118.558,04
2083	---	2.848,27	(2.848,27)	115.709,77
2084	---	2.146,73	(2.146,73)	113.563,04
2085	---	1.567,25	(1.567,25)	111.995,79
2086	---	1.164,90	(1.164,90)	110.830,89
2087	---	856,18	(856,18)	109.974,71
2088	---	635,38	(635,38)	109.339,33
2089	---	489,54	(489,54)	108.849,79

R\$ 1,00

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO I.9**

Art. 4º, §§ 1º e 2º, V da LRF.

**DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2016	2017	2018	
IPTU	Isenção	Aposentado Carente	10.000	10.500	11.000	Dispensada, cfe. Artigo 14, I, da LRF
Taxa pelo Poder de Polícia	Isenção	MEI	1.000			
Taxa Prestação Serviço	Isenção	Tx Cemitério p/ carentes	1.000			
		<b>TOTAL</b>	<b>12.000</b>			

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO I.10**

Art. 4º, §§ 1º e 2º, V da LRF.

**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE  
CARÁTER CONTINUADO - DOCC**

R\$ 1,00	
<b>EVENTO</b>	<b>VALOR PREVISTO PARA 2016</b>
Aumento Permanente da Receita (I)	1.978.500
Redução Permanente de Despesa (II)	0
<b>Margem Bruta de Expansão (III = I + II)</b>	<b>1.978.500</b>
Expansão Prevista de DOCC – EP DOCC (IV)	1.588.000
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (III – IV)</b>	<b>390.500</b>

Memória de Cálculo:

Aumento Permanente da Receita de 2016 (APR) = Receita Corrente Líquida prevista para 2016 – Receita Corrente Líquida prevista para 2015.

APR de 2016 = 27.110.500 - 25.132.000

APR de 2016 = 1.978.500

Expansão Permanente das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuo de 2016

EP DOCC = DOCC Prevista para 2016 – DOCC de 2015 Prevista

EP DOCC = 14.673.000 - 13.085.600

EP DOCC de 2016 = 1.588.000

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**Secretaria Municipal de Administração e Finanças**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016**

**ANEXO I**

Art. 4º, § 1º da LRF

METAS ANUAIS									
R\$ 1.000,00									
Especificação	Metas para 2016			Metas para 2017			Metas para 2018		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
Receita Total	34.259,0	34.259,0	25,28	34.857,2	33.841,9	24,97	36.834,8	34.720,3	25,61
Receitas Primárias (I)	31.524,1	31.524,1	23,26	31.686,7	30.763,8	22,70	33.262,3	31.352,9	23,14
Despesa Total	34.259,0	34.259,0	25,28	34.857,2	33.841,9	24,97	36.834,8	34.720,3	25,62
Despesas Primárias (II)	33.829,0	33.829,0	24,96	34.266,9	33.268,8	24,55	36.215,0	34.136,1	25,19
Resultado Primário (I-II)	-2.304,9	-2.304,9	-1,70	-2.580,2	-2.505,0	-1,85	-2.952,7	-2.783,2	-2,05
Resultado Nominal	870,0	870,0	0,64	906,0	879,6	0,65	898,8	847,2	0,62
Dívida Pública Consolidada	3.870,0	3.870,0	2,86	4.726,0	4.588,3	3,38	5.574,8	5.254,8	3,88
Dívida Consolidada Líquida	3.469,8	3.469,8	2,56	4.375,8	4.248,3	3,13	5.274,6	4.971,8	3,67

Notas:

1. Projeção do PIB de Antônio Carlos com base nos índices de crescimento projetado para o PIB do Estado:

Variáveis	2012*	2013**	2014**	2015**	2016**	2017**	2018**
PIB	120.393.000	124.004.790	127.724.934	131.556.682	135.503.382	139.568.484	143.755.538
% Variação		3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0

\*Dados do IBGE

\*\*Projeção nossa

2. Para cálculo dos valores a preços constantes para 2015, 2016 e 2017 levou-se em conta o índice de inflação utilizado para projeção das receitas e despesas, conforme abaixo:

2016	2017	2018
3,00	3,00	3,00

1. Exemplo para a Receita total de 2017 a preços de 2016:  $34.857,2 / (3/100 + 1) = 33.841,9$
2. Exemplo para a Receita total prevista para 2018 a preços de 2016:  $36.834,8 / (3/100 + 1) \times (3/100 + 1) = 36.834,8 / (1,03 \times 1,03) = 36.834,8 / 1,0609 = 34.720,33$ .

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO II**

Art. 4º, § 3º da LRF

**DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS****R\$ 1,00**

<b>RISCOS FISCAIS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Unidade Gestora Prefeitura		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	26.808
<b>1. Passivos Contingentes</b>			
1.1. Processo de Desapropriação	1.000		
1.2. Precatórios de Pequeno Valor	5.000		
1.3. Aditivos de Contrato Reclamado	5.000		
<b>2. Outros Riscos Fiscais</b>			
2.1. Intempéries	5.000		
<b>3. Eventos Fiscais Imprevistos</b>			
3.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços	10.808		
<b>TOTAL</b>	<b>26.808</b>	<b>TOTAL</b>	<b>26.808</b>

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO III**

Art. 45 da LRF

**DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO EM 2015 E OBRAS COM NECESSIDADES DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO. Artigo 45 da LRF**

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E OBRAS	DATA INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR PROJETO	EXECUÇÃO EM %			RECURSOS PRIORIZADOS P/2016		
			ATÉ EXERCÍCIO ANTERIOR	PREVISTO PARA EXERCÍCIO	A EXECUTAR EM 2016	PROJETOS EM EXECUÇÃO	OBRAS A CONSERVAR	NOVOS PROJETOS
Construção da Sede da Câmara	22/09/2015	446.869,79		76,08%	23,92%	106.869,79		
Ampliação Rede Física Ensino Infantil								151.000
Ampliação Rede Física Ensino Fundamental								101.000
Reforma e Revitalização do Centro Cultural	09/06/2015						250.000	
Restauração da Casa Ludvig	09/06/2015						250.000	
Construção e Aquisição de Equip. Públicos								450.000
Pavimentação de Vias		600.000		20%	80%	400.000		4.800.000

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016

**ANEXO IV**

Art. 45 da LRF

**DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E  
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

Art. 45 da LRF.

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
<b>OBRAS EM ANDAMENTO</b>	
1.1 Construção de Creche	150.000
<b>CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO</b>	
1.1. Reforma e Revitalização do Centro Cultural	250.000
1.2. Reforma da Casa Ludvig	250.000
1.3 Reforma de Escolas	101.000
<b>TOTAL</b>	<b>751.000</b>



## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

## Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 2/9

Data: 09/10/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:	3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		15.526.000,00	0,00	3.574.000,00	11.952.000,00	4.553.500,00	0,00	11.952.000,00
	13.00 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		7.722.000,00	0,00	1.653.000,00	6.069.000,00	2.063.000,00	0,00	6.069.000,00
	13.01 INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS		7.722.000,00	0,00	1.653.000,00	6.069.000,00	2.063.000,00	0,00	6.069.000,00
	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
0001									
	2.033 ADMINISTRAÇÃO DO IPREANCARLOS	Servidor (Und)	660.000	0,000	165.000	495.000	165.000	0,000	495.000
	Meta física								
	Meta financeira		350.000,00	0,00	105.000,00	245.000,00	105.000,00	0,00	245.000,00
0010									
	ENCARGOS GERAIS								
	0.006 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO IPREANCARLOS	Beneficiários (Und)							
	Meta física		660.000	0,000	165.000	495.000	165.000	0,000	495.000
	Meta financeira		6.272.000,00	0,00	1.218.000,00	5.054.000,00	1.618.000,00	0,00	5.054.000,00
0.007									
	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TESOURO	Beneficiários (Und)							
	Meta física		230.000	0,000	13.000	217.000	57.000	0,000	217.000
	Meta financeira		1.100.000,00	0,00	330.000,00	770.000,00	340.000,00	0,00	770.000,00
Órgão:	98.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.804.000,00	0,00	1.921.000,00	5.883.000,00	2.490.500,00	0,00	5.883.000,00
Unidade:	98.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		7.804.000,00	0,00	1.921.000,00	5.883.000,00	2.490.500,00	0,00	5.883.000,00
0011									
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
	0.996 RESERVA DE CONTINGÊNCIA IPREANCARLOS	Diversos (Und)							
	Meta física		4.000	0,000	1.000	3.000	1.000	0,000	3.000
	Meta financeira		7.804.000,00	0,00	1.921.000,00	5.883.000,00	2.490.500,00	0,00	5.883.000,00
Entidade:	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	0,00	22.129.390,00	70.275.010,00	23.711.216,00	0,00	70.275.010,00
Órgão:	02.00 GABINETE DO PREFEITO		2.700.000,00	0,00	753.000,00	1.947.000,00	833.400,00	0,00	1.947.000,00
Unidade:	02.01 GABINETE DO PREFEITO		2.700.000,00	0,00	753.000,00	1.947.000,00	833.400,00	0,00	1.947.000,00
0001									
	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
	2.001 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Diversos (Und)	4.000	0,000	1.000	3.000	1.000	0,000	3.000
	Meta física								
	Meta financeira		2.700.000,00	0,00	753.000,00	1.947.000,00	833.400,00	0,00	1.947.000,00

Página: 3/9  
Data: 09/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA		
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015						
Entidade: Órgão: Unidade:  0001	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS										
	03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS										
	03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS										
	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA										
0.001	0.001	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	Beneficiários (Und)	92.404.400,00	0,00	22.129.390,00	70.275.010,00	23.711.216,00	0,00	70.275.010,00	
				5.866.250,00	0,00	1.683.380,00	4.182.870,00	2.005.000,00	0,00	4.182.870,00	
			Meta física	660.000	0,00	165.000	495.000	165.000	0,00	495.000	
			Meta financeira	850.000,00	0,00	340.000,00	510.000,00	380.000,00	0,00	510.000,00	
2.003	2.003	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Diversos (Und)	4.000	0,00	1.000	3.000	1.000	0,00	3.000	
				5.016.250,00	0,00	1.343.380,00	3.672.870,00	1.625.000,00	0,00	3.672.870,00	
			Meta física								
			Meta financeira								
Órgão: Unidade:  0004	04.00 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA										
	04.01 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA										
	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO										
0.002	0.002	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA DA EDUCAÇÃO	Contrato (Und)	4.000	0,00	0,00	4.000	0,00	0,00	4.000	
				90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00	
			Meta física								
			Meta financeira								
1.001	1.001	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	Obra Executada (Und)	2.000	0,00	1.000	1.000	1.000	0,00	1.000	
				1.500.000,00	0,00	100.000,00	1.400.000,00	101.000,00	0,00	1.400.000,00	
			Meta física								
			Meta financeira								
1.002	1.002	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL	Obra Executada (Und)	2.000	0,00	1.000	1.000	1.000	0,00	1.000	
				1.550.000,00	0,00	170.000,00	1.380.000,00	210.000,00	0,00	1.380.000,00	
			Meta física								
			Meta financeira								
1.003	1.003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	Veículo (Und)	2.000	0,00	1.000	1.000	1.000	0,00	1.000	
				300.000,00	0,00	101.000,00	199.000,00	251.000,00	0,00	199.000,00	
			Meta física								
			Meta financeira								
2.004	2.004	OFERTA DE MERENDA ESCOLAR	Refeição/dia (Und)	3.724.000	0,00	930.000	2.794.000	1.397.000	0,00	2.794.000	
				810.000,00	0,00	240.400,00	569.600,00	261.000,00	0,00	569.600,00	
			Meta física								
			Meta financeira								
2.005	2.005	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno (Und)	1.880.000	0,00	470.000	1.410.000	470.000	0,00	1.410.000	
				9.506.980,00	0,00	2.441.760,00	7.065.220,00	2.449.000,00	0,00	7.065.220,00	
			Meta física								
			Meta financeira								

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

## Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 4/9

Data: 09/10/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:  0004	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	0,00	22.129.390,00	70.275.010,00	23.711.216,00	0,00	70.275.010,00
	04.00 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		27.523.980,00	0,00	6.930.660,00	20.593.320,00	7.724.408,00	0,00	20.593.320,00
	04.01 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		27.523.980,00	0,00	6.930.660,00	20.593.320,00	7.724.408,00	0,00	20.593.320,00
	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO								
2.006	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Aluno (Und)	1.608.000	0,00	402.000	1.206.000	402.000	0,00	1.206.000
		Meta física	7.867.000,00	0,00	1.799.500,00	6.067.500,00	2.234.000,00	0,00	6.067.500,00
2.007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Aluno (Und)	4.400.000	0,00	1.100.000	3.300.000	1.100.000	0,00	3.300.000
		Meta física	2.880.000,00	0,00	973.000,00	1.907.000,00	1.076.408,00	0,00	1.907.000,00
2.008	APOIO AOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO	Aluno (Und)	392.000	0,00	98.000	294.000	98.000	0,00	294.000
		Meta física	740.000,00	0,00	170.000,00	570.000,00	108.000,00	0,00	570.000,00
2.009	APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	Aluno (Und)	424.000	0,00	106.000	318.000	106.000	0,00	318.000
		Meta física	350.000,00	0,00	80.000,00	270.000,00	90.000,00	0,00	270.000,00
2.010	APOIO A APAE	Entidade Beneficiada (Und)	4.000	0,00	1.000	3.000	1.000	0,00	3.000
		Meta física	120.000,00	0,00	25.000,00	95.000,00	35.000,00	0,00	95.000,00
0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA								
1.004	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL	Obra Executada (Und)	1.000	0,00	1.000	0,00	1.000	0,00	0,00
		Meta física	130.000,00	0,00	253.000,00	-123.000,00	260.000,00	0,00	-123.000,00
2.011	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	Acervo (Und)	80.000	0,00	20.000	60.000	20.000	0,00	60.000
		Meta física	950.000,00	0,00	251.000,00	699.000,00	268.000,00	0,00	699.000,00
2.012	PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Patrimônio (Und)							
		Meta física	2.000	0,00	1.000	1.000	1.000	0,00	1.000
		Meta financeira	150.000,00	0,00	266.000,00	-116.000,00	270.000,00	0,00	-116.000,00

Página: 5/9  
Data: 09/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	0,00	22.129.390,00	70.275.010,00	23.711.216,00	0,00	70.275.010,00
	04.00 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		27.523.980,00	0,00	6.930.660,00	20.593.320,00	7.724.408,00	0,00	20.593.320,00
	04.01 SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA		27.523.980,00	0,00	6.930.660,00	20.593.320,00	7.724.408,00	0,00	20.593.320,00
	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA								
0005	2.013 APOIO A GRUPOS E NÚCLEOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	Diversos (Und)	12,000	0,000	3,000	9,000	3,000	0,000	9,000
	Meta física								
	Meta financeira		580.000,00	0,00	60.000,00	520.000,00	111.000,00	0,00	520.000,00
Órgão: Unidade:	05.00 SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		1.520.000,00	0,00	382.600,00	1.137.400,00	272.100,00	0,00	1.137.400,00
	05.02 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA		30.000,00	0,00	7.000,00	23.000,00	6.000,00	0,00	23.000,00
	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER								
0008	2.016 MANUTENÇÃO DO FIA	Atendimento (Und)	880,000	0,000	220,000	660,000	220,000	0,000	660,000
	Meta física								
	Meta financeira		30.000,00	0,00	7.000,00	23.000,00	6.000,00	0,00	23.000,00
Unidade:	05.03 FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.490.000,00	0,00	375.600,00	1.114.400,00	266.100,00	0,00	1.114.400,00
0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER								
	1.005 CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS	Obra Executada (Und)	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta física								
	Meta financeira		140.000,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
2.014	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Diversos (Und)	3.312,000	0,000	828,000	2.484,000	828,000	0,000	2.484,000
	Meta física								
	Meta financeira		1.070.000,00	0,00	309.000,00	761.000,00	179.100,00	0,00	761.000,00
2.015	ATENÇÃO A POPULAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	Pessoas (Und)	1.300,000	0,000	325,000	975,000	325,000	0,000	975,000
	Meta física								
	Meta financeira		280.000,00	0,00	66.600,00	213.400,00	87.000,00	0,00	213.400,00
Órgão: Unidade:	06.00 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS		37.949.000,00	0,00	7.957.000,00	29.992.000,00	8.716.500,00	0,00	29.992.000,00
	06.01 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS		37.949.000,00	0,00	7.957.000,00	29.992.000,00	8.716.500,00	0,00	29.992.000,00
0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO								
	1.006 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	Equipamentos (Und)	2,000	0,000	0,000	2,000	0,000	0,000	2,000
	Meta física								
	Meta financeira		600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

## Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 6/9

Data: 09/10/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015					
Entidade: Órgão: Unidade:  0006	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS									
	06.00 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS									
	06.01 SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS									
0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO									
	1.007	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS		Diversos (Und)	7,000	0,000	2,000	5,000	0,000	5,000
		Meta financeira				0,00	430.000,00	610.000,00	450.000,00	0,00
	1.008	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS		Área (M2)	3.000,000	0,000	750,000	2.250,000	0,000	2.250,000
		Meta financeira				0,00	4.189.000,00	14.967.000,00	4.867.100,00	0,00
	1.009	SANEAMENTO BÁSICO		Área (M2)	6.000,000	0,000	1.500,000	4.500,000	0,000	4.500,000
		Meta financeira				0,00	100.000,00	5.900.000,00	0,00	5.900.000,00
	2.017	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO TRÂNSITO		Diversos (Und)	4,000	0,000	1,000	3,000	0,000	3,000
		Meta financeira				0,00	73.000,00	103.000,00	110.300,00	0,00
	2.018	MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA		Ponto de Luz (Und)	6.560,000	0,000	1.640,000	4.920,000	0,000	4.920,000
		Meta financeira				0,00	410.000,00	819.000,00	591.000,00	0,00
	2.019	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PUBLICOS		Diversos (Und)	4,000	0,000	1,000	3,000	0,000	3,000
Meta financeira		0,00	2.707.000,00			6.793.000,00	2.642.100,00	0,00	6.793.000,00	
2.020	FUREBOM		Diversos (Und)	4,000	0,000	1,000	3,000	0,000	3,000	
	Meta financeira				0,00	48.000,00	200.000,00	56.000,00	0,00	200.000,00
Órgão: Unidade:	07.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		8.200.000,00	8.200.000,00	0,00	2.425.000,00	5.775.000,00	0,00	5.775.000,00	
	07.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				0,00	2.425.000,00	5.775.000,00	2.347.000,00	0,00	5.775.000,00
0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL									
1.010	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA COLETA DE LIXO		Equipamentos (Und)	2,000	0,000	0,000	2,000	0,000	2,000	
	Meta financeira				0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Página: 7/9

Data: 09/10/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	0,00	22.129.390,00	70.275.010,00	23.711.216,00	0,00	70.275.010,00
	07.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		8.200.000,00	0,00	2.425.000,00	5.775.000,00	2.347.000,00	0,00	5.775.000,00
	07.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		8.200.000,00	0,00	2.425.000,00	5.775.000,00	2.347.000,00	0,00	5.775.000,00
0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL								
	1.011	CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA DE RECICLAGEM DE LIXO							
		Meta física	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
		Meta financeira	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
	1.012	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES AGRÍCOLAS							
		Meta física	2,000	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000	1,000
		Meta financeira	700.000,00	0,00	288.000,00	412.000,00	60.000,00	0,00	412.000,00
	2.021	SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO							
		Meta física	3.200,000	0,000	800,000	2.400,000	600,000	0,000	2.400,000
		Meta financeira	2.000.000,00	0,00	682.000,00	1.318.000,00	662.000,00	0,00	1.318.000,00
	2.022	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE							
		Meta física	3.000,000	0,000	750,000	2.250,000	750,000	0,000	2.250,000
		Meta financeira	4.700.000,00	0,00	1.455.000,00	3.245.000,00	1.625.000,00	0,00	3.245.000,00
Órgão:	08.00 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		3.050.000,00	0,00	866.000,00	2.184.000,00	630.000,00	0,00	2.184.000,00
Unidade:	08.01 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		3.050.000,00	0,00	866.000,00	2.184.000,00	630.000,00	0,00	2.184.000,00
0002	ESPORTE É SAÚDE								
	1.014	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS							
		Meta física	4,000	0,000	1,000	3,000	0,000	0,000	3,000
		Meta financeira	500.000,00	0,00	148.000,00	352.000,00	0,00	0,00	352.000,00
	2.024	INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR							
		Meta física	2.000,000	0,000	500,000	1.500,000	500,000	0,000	1.500,000
		Meta financeira	1.700.000,00	0,00	578.000,00	1.122.000,00	549.000,00	0,00	1.122.000,00
0003	ANTONIO CARLOS MAIS BELA								
	1.013	REVITALIZAÇÃO PORTAL TURISTICO E CASA DO COLONO							
		Meta física	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
		Meta financeira	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00

Página: 8/9  
Data: 09/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:  0003	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	0,00	22.129.390,00	70.275.010,00	23.711.216,00	0,00	70.275.010,00
	08.00 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		3.050.000,00	0,00	866.000,00	2.184.000,00	630.000,00	0,00	2.184.000,00
	08.01 SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE		3.050.000,00	0,00	866.000,00	2.184.000,00	630.000,00	0,00	2.184.000,00
	ANTONIO CARLOS MAIS BELA								
2.023	APOIO AS AÇÕES VOLTADAS PARA O TURISMO								
	Meta física	Diversos (Und)	12.000	0,000	3.000	9.000	3.000	0,000	9.000
	Meta financeira		550.000,00	0,00	140.000,00	410.000,00	81.000,00	0,00	410.000,00
Órgão: Unidade:	09.00 ENCARGOS GERAIS		3.471.480,00	0,00	700.000,00	2.771.480,00	796.000,00	0,00	2.771.480,00
	09.01 ENCARGOS GERAIS		3.471.480,00	0,00	700.000,00	2.771.480,00	796.000,00	0,00	2.771.480,00
0010	ENCARGOS GERAIS								
0.003	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS								
	Meta física	Contrato (Und)	12.000	0,000	4.000	8.000	3.000	0,000	8.000
	Meta financeira		1.971.480,00	0,00	375.000,00	1.596.480,00	430.000,00	0,00	1.596.480,00
0.004	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP								
	Meta física	Beneficiários (Und)	660.000	0,000	165.000	495.000	165.000	0,000	495.000
	Meta financeira		1.000.000,00	0,00	230.000,00	770.000,00	270.000,00	0,00	770.000,00
0.005	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS								
	Meta física	Entidade Beneficiada (Und)	12.000	0,000	3.000	9.000	3.000	0,000	9.000
	Meta financeira		500.000,00	0,00	95.000,00	405.000,00	96.000,00	0,00	405.000,00
Órgão: Unidade:	10.00 SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		1.880.000,00	0,00	352.000,00	1.528.000,00	360.000,00	0,00	1.528.000,00
	10.01 SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO		1.800.000,00	0,00	340.000,00	1.460.000,00	358.000,00	0,00	1.460.000,00
0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
2.025	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO								
	Meta física	Diversos (Und)	4.000	0,000	1.000	3.000	1.000	0,000	3.000
	Meta financeira		1.800.000,00	0,00	340.000,00	1.460.000,00	358.000,00	0,00	1.460.000,00
Unidade:	10.02 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL		80.000,00	0,00	12.000,00	68.000,00	2.000,00	0,00	68.000,00
	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO								
0006	DEFESA CIVIL								
	Meta física	Ações (Und)	4.000	0,000	1.000	3.000	1.000	0,000	3.000
	Meta financeira		80.000,00	0,00	12.000,00	68.000,00	2.000,00	0,00	68.000,00

Página: 9/9  
Data: 09/10/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (A) - Plano Pluri Anual, nº 1440 de 27/08/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2016	LOA 2016	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2015				
Entidade: Órgão: Unidade:	5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		92.404.400,00	0,00	22.129.390,00	70.275.010,00	23.711.216,00	0,00	70.275.010,00
	95.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		243.690,00	0,00	79.750,00	163.940,00	26.808,00	0,00	163.940,00
	95.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		243.690,00	0,00	79.750,00	163.940,00	26.808,00	0,00	163.940,00
	0011 RESERVA DE CONTINGÊNCIA								
0.995	RESERVA DE CONTINGÊNCIA PREFEITURA	Diversos (Und)							
	Meta física		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		243.690,00	0,00	79.750,00	163.940,00	26.808,00	0,00	163.940,00
Entidade: Órgão: Unidade:	7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		6.000.000,00	0,00	1.520.000,00	4.480.000,00	1.590.000,00	0,00	4.480.000,00
	01.00 CAMARA DE VEREADORES		6.000.000,00	0,00	1.520.000,00	4.480.000,00	1.590.000,00	0,00	4.480.000,00
	01.01 CAMARA DE VEREADORES		6.000.000,00	0,00	1.520.000,00	4.480.000,00	1.590.000,00	0,00	4.480.000,00
	0001 GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA								
1.016	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL	Obra Executada (Und)							
	Meta física		1,000	0,000	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000
	Meta financeira		600.000,00	0,00	340.000,00	260.000,00	200.000,00	0,00	260.000,00
2.034	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL								
	Meta física		144,000	0,000	36,000	108,000	36,000	0,000	108,000
	Meta financeira		5.400.000,00	0,00	1.180.000,00	4.220.000,00	1.390.000,00	0,00	4.220.000,00
Total geral:			135.386.000,00	0,00	33.150.000,00	102.236.000,00	36.230.000,00	0,00	102.236.000,00

Página: 1/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	468.000,00	491.400,00	514.800,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	291.200,00	306.800,00	322.400,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	192.400,00	202.800,00	210.600,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	468.000,00	491.400,00	514.800,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P Serviços	100.000,00	105.000,00	110.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	18.000,00	19.000,00	20.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.400,00	1.500,00	1.600,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	45.000,00	47.000,00	50.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Taxa de Expediente	25.000,00	27.000,00	29.000,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	5.000,00	5.200,00	5.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	100.000,00	105.000,00	110.000,00
4.1.4.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.100,00	2.200,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Edifícios	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.03.01.00.00	Serv. Projetos de Segurança contra Sinistros	16.000,00	16.800,00	17.600,00
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serv. Vistoria de Segurança contra Sinistros	40.000,00	42.000,00	44.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.276.000,00	3.432.000,00	3.611.400,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte do FPM 1%	182.500,00	191.260,00	200.750,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial Rural	10.400,00	10.920,00	11.440,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	16.000,00	16.800,00	17.600,00
4.1.7.2.1.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compem. Finan. Prod. Petróleo	70.000,00	73.000,00	77.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	24.960,00	26.000,00	27.560,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.396.000,00	6.708.000,00	7.020.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	670.800,00	704.600,00	738.400,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	93.600,00	98.280,00	102.960,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	520,00	520,00	520,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	52,00	52,00	52,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	2.600,00	2.730,00	2.860,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	5.200,00	5.460,00	5.720,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	520,00	520,00	520,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Página: 2/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários**

Receitas	Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	52.000,00	15.600,00	15.600,00
	4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	520,00	520,00	520,00
	4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	5.200,00	5.460,00	5.720,00
	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	10.000,00	11.000,00	12.000,00
	4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recelt - Princ	10.000,00	11.000,00	12.000,00
	4.1.9.9.0.22.00.00.00.00	Receita "Terceirização" Folha Pagto Agentes Públic	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Dedução de IPTU	-88.400,00	-92.560,00	-97.240,00
	9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Dedução de ITBI	-52,00	-52,00	-52,00
	9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução de ISS	-2.600,00	-2.730,00	-2.860,00
	9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Renúncia de Receita da Taxa Funcionamento	-100,00	-100,00	-100,00
	9.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Dedução Tx Cemitério	-600,00	-600,00	-600,00
	9.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Dedução de Taxa de Limpeza Pública	-200,00	-200,00	-200,00
	9.1.1.2.2.99.00.00.00.01	Dedução de Taxa de Expediente	-100,00	-100,00	-100,00
	9.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-52,00	-52,00	-52,00
	9.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/o ITBI	-52,00	-52,00	-52,00
	9.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-52,00	-52,00	-52,00
	9.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Dedução Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	-100,00	-100,00	-100,00
	9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de IPTU	-52,00	-52,00	-52,00
	9.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	-52,00	-52,00	-52,00
	9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora Dívida Ativa Outros Tributos	-100,00	-100,00	-100,00
	9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-52,00	-52,00	-52,00
	9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Dedução Rec. Dívida Ativa Outros Tributos	-100,00	-100,00	-100,00
<b>Despesas</b>			<b>Total: 12.540.208,00</b>	<b>13.115.268,00</b>	<b>13.750.358,00</b>

Despesas	Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.817.000,00	6.146.850,00	6.461.995,00
	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	507.000,00	377.475,00	396.379,00
	3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00	446.250,00	468.600,00
	3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	270.000,00	325.500,00	327.576,00
	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	142.000,00	209.315,00	222.908,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/36  
Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.00 - Recursos Ordinários**

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.242.000,00	4.004.350,00	4.205.547,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	380.000,00	399.000,00	418.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	15.000,00	16.540,00	17.370,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	710.400,00	975.930,00	1.021.533,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	380.000,00	144.039,00	151.250,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	26.808,00	70.019,00	59.200,00
<b>Total:</b>		<b>12.540.208,00</b>	<b>13.115.268,00</b>	<b>13.750.358,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/36  
 Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%**

Receitas	Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	243.000,00	255.150,00	267.300,00
	4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	151.200,00	159.300,00	167.400,00
	4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	99.900,00	105.300,00	109.350,00
	4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	243.000,00	255.150,00	267.300,00
	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.701.000,00	1.782.000,00	1.875.150,00
	4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte do FPM 1%	67.500,00	70.740,00	74.250,00
	4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propri. Territorial Rural	5.400,00	5.670,00	5.940,00
	4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	12.960,00	13.500,00	14.310,00
	4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.321.000,00	3.483.000,00	3.645.000,00
	4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	348.300,00	365.850,00	383.400,00
	4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	48.600,00	51.030,00	53.460,00
	4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	270,00	270,00	270,00
	4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	27,00	27,00	27,00
	4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.350,00	1.417,50	1.485,00
	4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.700,00	2.835,00	2.970,00
	4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	270,00	270,00	270,00
	4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	27.000,00	8.100,00	8.100,00
	4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	270,00	270,00	270,00
	4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	2.700,00	2.835,00	2.970,00
	9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Dedução de IPTU	-45.900,00	-48.060,00	-50.490,00
	9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Dedução de ITBI	-27,00	-27,00	-27,00
	9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução de ISS	-1.350,00	-1.417,50	-1.485,00
	9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-1.260.000,00	-1.323.000,00	-1.389.000,00
	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita para formação do FUNDEF - ITR	-4.000,00	-4.200,00	-4.400,00
	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	-9.600,00	-10.000,00	-10.600,00
	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-2.460.000,00	-2.580.000,00	-2.700.000,00
	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução Receita para Formação do FUNDEF - IPVA	-258.000,00	-270.000,00	-285.000,00
	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-36.000,00	-37.800,00	-39.700,00
	9.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-27,00	-27,00	-27,00
	9.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-27,00	-27,00	-27,00
	9.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-27,00	-27,00	-27,00
	9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Divida Ativa de IPTU	-27,00	-27,00	-27,00
	9.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Dedução Multas e Juros de Mora Divida Ativa ISS	-27,00	-27,00	-27,00
	9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-27,00	-27,00	-27,00
<b>Total:</b>			<b>2.201.408,00</b>	<b>2.288.048,00</b>	<b>2.398.358,00</b>

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 5/36  
 Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimo de 25%

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.495.000,00	1.163.108,00	1.216.161,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	250.000,00	59.900,00	63.940,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	380.408,00	519.140,00	545.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	76.000,00	545.900,00	573.157,00
<b>Total:</b>		<b>2.201.408,00</b>	<b>2.288.048,00</b>	<b>2.398.358,00</b>

Página: 6/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana	189.000,00	198.450,00	207.900,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	117.600,00	123.900,00	130.200,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	77.700,00	81.900,00	85.050,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	189.000,00	198.450,00	207.900,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.323.000,00	1.386.000,00	1.458.450,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial Rural	4.200,00	4.410,00	4.620,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	10.080,00	10.500,00	11.130,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.583.000,00	2.709.000,00	2.835.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	270.900,00	284.550,00	298.200,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	37.800,00	39.690,00	41.580,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	210,00	210,00	210,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	21,00	21,00	21,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	1.050,00	1.102,50	1.155,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.100,00	2.205,00	2.310,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	210,00	210,00	210,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	210,00	210,00	210,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	210,00	210,00	210,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	2.100,00	2.205,00	2.310,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Dedução de IPTU	-35.700,00	-37.380,00	-39.270,00
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Dedução de ITBI	-21,00	-21,00	-21,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Dedução de ISS	-1.050,00	-1.102,50	-1.155,00
9.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	-21,00	-21,00	-21,00
9.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	-21,00	-21,00	-21,00
9.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	-21,00	-21,00	-21,00
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Dedução de Multas e Juros de Mora de Divida Ativa de IPTU	-21,00	-21,00	-21,00
9.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Dedução Multas e Juros de Mora Divida Ativa ISS	-21,00	-21,00	-21,00
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Dedução Rec Div Ativa do IPTU	-21,00	-21,00	-21,00
<b>Total:</b>		<b>4.792.284,00</b>	<b>5.010.684,00</b>	<b>5.252.184,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.872.000,00	2.990.125,00	3.190.535,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	376.000,00	322.653,00	272.395,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	1.000,00	31.500,00	33.075,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.519.284,00	1.445.591,00	1.524.316,00

Página: 7/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo de 15%**  
**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	24.000,00	220.815,00	231.863,00
<b>Total:</b>		<b>4.792.284,00</b>	<b>5.010.684,00</b>	<b>5.252.184,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 8/36  
Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/Outros**

Receitas		Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
		4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - CASAN	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Cultura	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		4.1.7.6.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Manutenção da Escola e Banda de Mús	50.000,00	50.000,00	50.000,00
		4.1.7.6.2.99.00.00.12.00	Convênio SDR - Preserv e Des do Patrim Histórico	10.000,00	10.000,00	10.000,00
		4.1.7.6.2.99.00.00.13.00	Convênio SDR - Festas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		4.1.7.6.2.99.00.00.14.00	Convênio SDR - Esporte	50.000,00	50.000,00	50.000,00
		4.1.7.6.2.99.00.00.15.00	Convênio SDS - Meio Ambiente	50.000,00	0,00	0,00
		4.1.7.6.2.99.00.00.16.00	Convênio SDR - Recuperação Estradas Vicinais	150.000,00	150.000,00	150.000,00
		4.1.7.6.4.00.00.01.00.00	Convênio CASAN - Ação Compartilhada na Manutenção	60.000,00	60.000,00	60.000,00
		4.2.4.7.2.05.00.00.01.00	Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	400.000,00	500.000,00	600.000,00
		4.2.4.7.2.05.00.00.03.00	Convênio SDR - Construção de Pontes	300.000,00	350.000,00	350.000,00
		4.2.4.7.2.05.00.00.04.00	Convênio FUNDAM	1.500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
		4.2.4.7.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Equip. Agrícolas	40.000,00	0,00	0,00
			<b>Total:</b>	<b>2.623.000,00</b>	<b>2.173.000,00</b>	<b>2.273.000,00</b>
Despesas		Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
		3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	271.000,00	212.000,00	212.000,00
		4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.352.000,00	1.961.000,00	2.061.000,00
			<b>Total:</b>	<b>2.623.000,00</b>	<b>2.173.000,00</b>	<b>2.273.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 9/36

Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.1.08 - Transferências de Convênios Estado/Educação

Receitas				LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição					
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Transp Escolar Estadual			1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.6.2.02.00.01.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Ensino Fund			288.000,00	302.000,00	317.000,00
4.1.7.6.2.02.00.02.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Segundo Grau			108.000,00	113.000,00	119.000,00
Total:				397.000,00	416.000,00	437.000,00
Despesas				LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição					
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			397.000,00	416.000,00	437.000,00
Total:				397.000,00	416.000,00	437.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 10/36  
Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE**

<b>Receitas</b>					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00	100,00	100,00	
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	2.000,00	2.300,00	2.500,00	
<b>Total:</b>		<b>2.100,00</b>	<b>2.400,00</b>	<b>2.600,00</b>	
<b>Despesas</b>					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.100,00	2.400,00	2.600,00	
<b>Total:</b>		<b>2.100,00</b>	<b>2.400,00</b>	<b>2.600,00</b>	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 11/36  
 Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.2.3.0.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	580.000,00	610.000,00	640.000,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - COSIP	1.000,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>		<b>581.000,00</b>	<b>611.000,00</b>	<b>641.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	580.000,00	610.000,00	640.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>		<b>581.000,00</b>	<b>611.000,00</b>	<b>641.000,00</b>

Página: 12/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60%**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEF - 60%	8.000,00	8.400,00	8.800,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.779.000,00	1.860.000,00	1.962.000,00
	<b>Total:</b>	<b>1.787.000,00</b>	<b>1.868.400,00</b>	<b>1.970.800,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.600.000,00	1.668.400,00	1.760.800,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	187.000,00	200.000,00	210.000,00
	<b>Total:</b>	<b>1.787.000,00</b>	<b>1.868.400,00</b>	<b>1.970.800,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 13/36  
 Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.19 - Transferências do FUNDEB - 40%**

<b>Receitas</b>					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.186.000,00	1.240.000,00	1.308.000,00	
<b>Total:</b>		<b>1.186.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>1.308.000,00</b>	
<b>Despesas</b>					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	1.021.875,00	1.088.135,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	186.000,00	218.125,00	219.865,00	
<b>Total:</b>		<b>1.186.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>1.308.000,00</b>	

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 14/36  
 Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.22 - Transferências de Convênios - Educação**

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr Quadra	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.03.00	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Ensino Infa	150.000,00	150.000,00	150.000,00
<b>Total:</b>		<b>151.000,00</b>	<b>151.000,00</b>	<b>151.000,00</b>
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	151.000,00	151.000,00	151.000,00
<b>Total:</b>		<b>151.000,00</b>	<b>151.000,00</b>	<b>151.000,00</b>

Página: 15/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educação/saúde)**

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Pav Ruas Fed	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.4.7.1.04.00.00.02.00	Convênio Ministério das Cidades - Pav de Ruas	1.800.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.13.00	Convênio Reforma e Revit. Centro Cultural - Federal	250.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.14.00	Convênio Pres. Des. Patrimônio Histórico - Federal	250.000,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>2.301.000,00</b>	<b>2.006.000,00</b>	<b>2.006.000,00</b>
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.301.000,00	2.006.000,00	2.006.000,00
<b>Total:</b>		<b>2.301.000,00</b>	<b>2.006.000,00</b>	<b>2.006.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 16/36

Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.1.54 - Convênio Trânsito - Militar

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Militar	100,00	100,00	100,00
4.1.7.6.2.99.00.00.02.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Militar	26.000,00	27.300,00	28.600,00
Total:		26.100,00	27.400,00	28.700,00
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.100,00	26.000,00	27.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.400,00	1.700,00
Total:		26.100,00	27.400,00	28.700,00

Página: 17/36  
Data: 17/09/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Fonte de Recurso: 0.1.55 - Convênio Trânsito - Civil

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Civil	100,00	100,00	100,00
4.1.7.6.2.99.00.00.01.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Civil	26.000,00	27.300,00	28.600,00
Total:		26.100,00	27.400,00	28.700,00
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.100,00	26.000,00	27.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00	1.400,00	1.700,00
Total:		26.100,00	27.400,00	28.700,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 18/36  
Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.56 - Convênio Trânsito - Prefeitura**

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pref.	100,00	100,00	100,00
4.1.7.6.2.99.00.00.03.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Município	28.000,00	29.400,00	30.900,00
<b>Total:</b>		<b>28.100,00</b>	<b>29.500,00</b>	<b>31.000,00</b>
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	28.100,00	29.500,00	31.000,00
<b>Total:</b>		<b>28.100,00</b>	<b>29.500,00</b>	<b>31.000,00</b>

Página: 19/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.58 - Salário Educação**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Salário Educação	5.000,00	5.200,00	5.500,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	350.000,00	367.000,00	385.000,00
<b>Total:</b>		<b>355.000,00</b>	<b>372.200,00</b>	<b>390.500,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	240.000,00	212.100,00	222.705,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	115.000,00	160.100,00	167.795,00
<b>Total:</b>		<b>355.000,00</b>	<b>372.200,00</b>	<b>390.500,00</b>

Página: 20/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE**

<b>Receitas</b>		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>
<b>Despesas</b>		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	1.000,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 21/36

Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.1.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNAE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	90.000,00	95.000,00	100.000,00
Total:		91.000,00	96.000,00	101.000,00
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	91.000,00	96.000,00	101.000,00
Total:		91.000,00	96.000,00	101.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 22/36  
 Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.61 - Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - PNATE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	100.000,00	105.000,00	110.000,00
<b>Total:</b>		<b>101.000,00</b>	<b>106.000,00</b>	<b>111.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	101.000,00	106.000,00	111.000,00
<b>Total:</b>		<b>101.000,00</b>	<b>106.000,00</b>	<b>111.000,00</b>

Página: 23/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.1.63 - Bolsa Família**

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Bolsa Família	100,00	100,00	100,00
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	IGD - Bolsa Família	6.000,00	6.300,00	6.600,00
<b>Total:</b>		<b>6.100,00</b>	<b>6.400,00</b>	<b>6.700,00</b>
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.100,00	6.400,00	6.700,00
<b>Total:</b>		<b>6.100,00</b>	<b>6.400,00</b>	<b>6.700,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 24/36  
 Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.1.81 - Operações de Crédito Interna - Educação**

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	250.000,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Página: 25/36

Data: 17/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Fonte de Recurso: 0.183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.2.1.1.4.99.00.00.01.00	BADESC - Pavimentação de Ruas	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total:		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 26/36

Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.189 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienação	100,00	100,00	100,00
4.2.2.1.7.00.00.00.01.00	Alienação de Outros Veículos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Total:		5.100,00	5.100,00	5.100,00
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.100,00	5.100,00	5.100,00
Total:		5.100,00	5.100,00	5.100,00

Página: 27/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.2.02 - Recursos Impostos p/ Saúde**

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	20.000,00	21.000,00	22.000,00
<b>Total:</b>		<b>20.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>22.000,00</b>
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00	21.000,00	22.000,00
<b>Total:</b>		<b>20.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>22.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 28/36  
 Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS**

Receitas	Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	795.500,00	835.200,00	877.000,00
	4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	16.000,00	20.000,00	30.000,00
	4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib de Pensionista Civil	1.000,00	2.000,00	3.000,00
	4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	1.227.600,00	1.860.000,00	2.325.000,00
	4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	4.1.9.1.4.01.01.00.00.00	MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	90.000,00	100.000,00	120.000,00
	4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	1.591.000,00	1.670.000,00	1.755.000,00
		<b>Total:</b>	<b>3.723.100,00</b>	<b>4.489.200,00</b>	<b>5.112.000,00</b>

Despesas	Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
	3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.630.000,00	2.336.250,00	2.477.560,00
	3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	70.000,00	68.250,00	71.670,00
	4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00	13.650,00	14.330,00
	9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.018.100,00	2.071.050,00	2.548.440,00
		<b>Total:</b>	<b>3.723.100,00</b>	<b>4.489.200,00</b>	<b>5.112.000,00</b>

Página: 29/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.2.12 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	50.000,00	52.500,00	55.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.02	Taxa de Expediente - Saúde	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.15	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit Munic	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	100,00	100,00	100,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	500,00	500,00	500,00
<b>Total:</b>		<b>52.700,00</b>	<b>55.200,00</b>	<b>57.700,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	35.000,00	43.900,00	46.084,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	5.000,00	6.050,00	5.103,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	4.200,00	4.410,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.700,00	1.050,00	2.103,00
<b>Total:</b>		<b>52.700,00</b>	<b>55.200,00</b>	<b>57.700,00</b>

Fonte de Recurso: 0.2.21 - Transferências SUS - Estado					
Receitas					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.09	Remun Dep Banc Rec Vinc - ESF Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.10	Remun Dep Banc Rec Vinc - Farm Bas Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.11	Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.16	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Co Financiamento Atenção Básica - ESF	60.000,00	63.000,00	66.000,00	
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Piso de Atenção Básica - NASF	20.000,00	21.000,00	22.000,00	
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	15.000,00	15.750,00	16.530,00	
4.1.7.2.2.33.00.04.00.00	M.A.C. Exames - Estadual	20.000,00	21.000,00	22.000,00	
Total:		119.000,00	124.750,00	130.530,00	
Despesas					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	119.000,00	124.750,00	130.530,00	
Total:		119.000,00	124.750,00	130.530,00	

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 31/36

Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.2.23 - Transferências de Convênios - Saúde

Receitas					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.14	Remun Dep Banc Rec Vinc - Ampliação Saúde	1.000,00	0,00	0,00	
4.2.4.7.1.01.00.00.01.00	Convênio Minist Saúde - Ampliação Estrutura Saúde	300.000,00	0,00	0,00	
Total:		301.000,00	0,00	0,00	
Despesas					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	301.000,00	0,00	0,00	
Total:		301.000,00	0,00	0,00	

Página: 32/36  
Data: 17/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**Fonte de Recurso: 0.2.64 - Atenção Básica**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.3.2.5.01.03.00.00.01	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.02	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.03	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.04	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.05	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.17	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF Federal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	180.000,00	189.000,00	198.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	260.000,00	273.000,00	286.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	220.000,00	231.000,00	242.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	28.000,00	29.400,00	30.900,00
4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Núcleo de Apoio Saúde Familiar - NASF	140.000,00	147.000,00	154.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Melhoria Acesso a Qualidade	120.000,00	126.000,00	132.000,00
<b>Total:</b>		<b>955.000,00</b>	<b>1.002.400,00</b>	<b>1.049.900,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	621.000,00	648.000,00	675.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	80.000,00	84.000,00	88.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250.000,00	265.400,00	280.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.000,00	5.000,00	6.000,00
<b>Total:</b>		<b>955.000,00</b>	<b>1.002.400,00</b>	<b>1.049.900,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 33/36  
Data: 17/09/2015

**Fonte de Recurso: 0.2.65 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar**

**Receitas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
4.1.3.2.5.01.03.00.00.18	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Federal	300,00	300,00	300,00
4.1.7.2.1.33.12.02.00.00	M.A.C. Exames - Federal	50.000,00	52.500,00	55.100,00
<b>Total:</b>		<b>50.300,00</b>	<b>52.800,00</b>	<b>55.400,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.300,00	52.800,00	55.400,00
<b>Total:</b>		<b>50.300,00</b>	<b>52.800,00</b>	<b>55.400,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 34/36

Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.2.66 - Vigilância em Saúde

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.03.00.00.07	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.08	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Epidem	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	30.000,00	31.500,00	33.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	12.000,00	12.600,00	13.200,00
Total:		44.000,00	46.100,00	48.200,00
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	42.000,00	44.100,00	46.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.000,00	2.000,00	2.000,00
Total:		44.000,00	46.100,00	48.200,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 35/36

Data: 17/09/2015

Fonte de Recurso: 0.2.67 - Assistência Farmacêutica Básica

Receitas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
4.1.3.2.5.01.03.00.00.06	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Fam	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico Assistência Farmacêutica	40.000,00	42.000,00	44.100,00
Total:		41.000,00	43.000,00	45.100,00
Despesas		LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018
Conta	Descrição			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	41.000,00	43.000,00	45.100,00
Total:		41.000,00	43.000,00	45.100,00

Página: 36/36  
Data: 17/09/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Fonte de Recurso: 0.2.73 - Aporte para Deficit Atuarial

Receitas					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	92.400,00	140.000,00	175.000,00	
4.7.9.4.0.00.00.00.00.00	Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	380.000,00	400.000,00	420.000,00	
Total:		472.400,00	540.000,00	595.000,00	
Despesas					
Conta	Descrição	LDO 2016	Projeção 2017	Projeção 2018	
9.9.99.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	472.400,00	540.000,00	595.000,00	
Total:		472.400,00	540.000,00	595.000,00	
Total Geral das Receitas:		36.230.000,00	36.927.250,00	39.009.830,00	
Total Geral das Despesas:		36.230.000,00	36.927.250,00	39.009.830,00	

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

**ANEXO VII**

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**

R\$ 1,00

<b>1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO</b>	
<b>1.1. RECEITAS PRÓPRIAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>PREVISÃO</b>
IPTU	900.000
ITBI	370.000
ISS	900.000
IRRF	560.000
COTA PARTE FPM 1%	250.000
Multas e Juros de Impostos	6.100
Multas e Juros da D.A. de Impostos	11.000
Dívida Ativa de Impostos	111.000
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-175.700
<b>SOMA</b>	<b>2.932.400</b>
<b>1.2. RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS, BASE DE CÁLCULO PARA CONTRIBUIÇÃO AO FUNDEB</b>	
COTA PARTE FPM	6.300.000
COTA PARTE DO ITR	20.000
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO	48.000
COTA PARTE DO ICMS	12.300.000
COTA PARTE DO IPVA	1.290.000
COTA PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO	180.000
<b>SOMA</b>	<b>20.138.000</b>
<b>1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>23.070.400</b>

<b>2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADAS AO ENSINO BÁSICO</b>		
<b>CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE FRECURSOS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>VALOR</b>
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (27% de 1.3)	6.229.008
0.1.58.000000	Transferência do Salário Educação	355.000
0.1.59.000000	Transferências Diretas do FNDE - PDDE	1.000
0.1.60.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	91.000
0.1.61.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	101.000
0.1.18.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB –60% do total do FUNDEB	1.787.000
0.1.19.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 40% do total do FUNDEB	1.186.000
0.1.08.000005	Convênio SDR – Transporte Escolar	289.000
0.1.08.000006	Convênio SDR – Transporte Escolar – Segundo Grau	108.000
0.1.81.000068	Convênio MEC – Aquisição de Ônibus Escolar	250.000
0.1.22.000071	Convênio MEC – Ampliação Rede Ensino Infantil	150.000
0.1.22.000074	Convênio MEC – Ampliação Rede Ensino Fundamental	1.000
	<b>TOTAL</b>	<b>10.548.008</b>

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**Secretaria Municipal de Administração e Finanças**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2016**

<b>3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO</b>					
<b>CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>CÓDIGO SUB-FUNÇÃO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXIGÊNCIA LEGAL</b>	<b>ESTIMADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	920.982	1.186.408	265.426
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	819.018	1.015.000	195.982
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	4.027.600	4.027.600	-
0.1.58.000000	361	Ensino Fundamental	200.000	200.000	-
0.1.58.000000	365	Educação Infantil	155.000	155.000	-
0.1.59.000000	365	Educação Infantil	1.000	1.000	-
0.1.60.000000	361	Ensino Fundamental	91.000	91.000	-
0.1.61.000000	361	Ensino Fundamental	101.000	101.000	-
0.1.18.000000	361	Ensino Fundamental	1.000.000	1.000.000	-
0.1.18.000000	365	Educação Infantil	787.000	787.000	-
0.1.19.000000	361	Ensino Fundamental	850.000	850.000	-
0.1.19.000000	365	Educação Infantil	336.000	336.000	-
0.1.08.000005	361	Ensino Fundamental	289.000	289.000	-
0.1.08.000006	362	Ensino Médio	108.000	108.000	-
0.1.22.000074	361	Ensino Fundamental	1.000	1.000	-
0.1.22.000071	365	Ensino Infantil	150.000	150.000	-
0.1.81.000068	361	Ensino Fundamental	250.000	250.000	-
<b>TOTAL</b>			<b>10.086.600</b>	<b>10.548.008</b>	<b>461.408</b>

<b>4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>ESTIMADO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	27%	2%
4.2. Remuneração de Profissionais do Magistério	60%	60%	-

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
**Secretaria Municipal de Administração e Finanças**  
**Lei de Diretrizes orçamentárias para 2016**

**ANEXO VIII**

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE**

<b>1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS EM SAÚDE</b>	
<b>RECEITAS PRODUTO DE IMPOSTOS</b>	<b>PREVISÃO</b>
IPTU	900.000
ITBI	370.000
ISS	900.000
IRRF	560.000
Multas e Juros de Impostos	6.100
Multas e Juros da D.A. de Impostos	11.000
Dívida Ativa de Impostos	111.000
(-) Descontos e Renúncia de Receita	-175.700
COTA PARTE FPM	6.300.000
COTA PARTE DO ITR	20.000
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DO ICMS - DESONERAÇÃO	48.000
COTA PARTE DO ICMS	12.300.000
COTA PARTE DO IPVA	1.290.000
COTA PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO	180.000
<b>SOMA</b>	<b>22.820.400</b>

<b>2. ORIGEM DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADAS A SAÚDE</b>		
<b>CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>VALOR</b>
0.1.02.000000	Receita Impostos p/ Ações e Serviços Públicos Saúde – 21%	4.792.284
0.2.02.000000	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	20.000
0.2.64.000032	ASPS – Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	182.000
0.2.66.000033	ASPS – Vigilância Sanitária	13.000
0.2.67.000034	ASPS – Farmácia Básica	41.000
0.2.66.000035	ASPS – Epidemiologia e Controle de Doenças	31.000
0.2.64.000036	ASPS – Programa Agentes Comunitários de Saúde – PACS	221.000
0.2.64.000037	ASPS - Programa Saúde da Família – PSF	261.000
0.2.64.000038	ASPS – Programa Saúde Bucal	29.000
0.2.64.000082	ASPS – NASF Federal	141.000
0.2.21.000042	ASPS – NASF Estadual	21.000
0.2.21.000039	ASPS - Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Estadual	61.000
0.2.21.000040	ASPS – Farmácia Básica Estadual	16.000
0.2.12.000000	Ações de Vigilância Sanitária Municipal	52.700
0.2.21.000091	MAC - Exames - Estadual	21.000
0.2.64.000076	ASPS - PMAQ	121.000
0.2.65.000092	MAC - Exames - Federal	50.300
0.2.23.000043	Convênio com Ministério as Saúde – Ampliação da Unidade de Saúde	301.000
	<b>TOTAL</b>	<b>6.375.284</b>

**3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE**

<b>CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>CÓDIGO SUB-FUNÇÃO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EXIGÊNCIA LEGAL</b>	<b>ESTIMADA</b>	<b>DIFERENÇA</b>
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	3.329.060	4.698.284	1.369.224
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	92.000	92.000	-
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	2.000	2.000	-
0.2.02.000000	301	Atenção Básica	20.000	20.000	-
0.2.64.000032	301	Atenção Básica	182.000	182.000	-
0.2.66.000033	304	Vigilância Sanitária	13.000	13.000	-
0.2.67.000034	301	Atenção Básica	41.000	41.000	-
0.2.66.000035	305	Vigilância Epidemiológica	31.000	31.000	-
0.2.64.000036	301	Atenção Básica	221.000	221.000	-
0.2.64.000037	301	Atenção Básica	261.000	261.000	-
0.2.64.000038	302	Atenção Básica	29.000	29.000	-
0.2.21.000039	301	Atenção Básica	61.000	61.000	-
0.2.21.000040	301	Atenção Básica	16.000	16.000	-
0.2.21.000042	301	Atenção Básica	21.000	21.000	-
0.2.21.000091	301	Atenção Básica	21.000	21.000	-
0.2.64.000082	301	Atenção Básica	141.000	141.000	-
0.2.12.000000	304	Vigilância Sanitária	52.700	52.700	-
0.2.64.000076	301	Atenção Básica	121.000	121.000	-
0.2.65.000092	301	Atenção Básica	50.300	50.300	-
0.2.23.000043	301	Atenção Básica	301.000	301.000	-
		<b>TOTAL</b>	<b>5.006.060</b>	<b>6.375.284</b>	<b>1.369.224</b>

**4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS**

	<b>MÍNIMO</b>	<b>ESTIMADO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
4.1. Manutenção das ASPS	15%	21%	6%

Página: 1/6  
Data: 16/09/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	1.583.000,00	1.345.250,00	1.408.830,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.283.000,00	1.345.250,00	1.408.830,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	50.100,00	52.600,00	55.100,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	50.100,00	52.600,00	55.100,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	50.000,00	52.500,00	55.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	50.000,00	52.500,00	55.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	100,00	100,00	100,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	100,00	100,00	100,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.02	Taxa de Expediente - Saúde	100,00	100,00	100,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	36.300,00	36.300,00	37.300,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	36.300,00	36.300,00	37.300,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	36.300,00	36.300,00	37.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	36.300,00	36.300,00	37.300,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Remun Dep Banc Rec Vinc Fundo Saude	16.300,00	15.300,00	15.300,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.01	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PACS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.02	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PSF	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.03	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Saúde Bucal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.04	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.05	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.06	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist Fam	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.07	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.08	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Epidem	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.09	Remun Dep Banc Rec Vinc - ESF Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.10	Remun Dep Banc Rec Vinc - Farm Bas Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.11	Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.14	Remun Dep Banc Rec Vinc - Ampliação Saúde	1.000,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.15	Remun Dep Banc Rec Vinc - Vig Sanit Munic	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.16	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Estad	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.17	Remun Dep Banc Rec Vinc - NASF Federal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.18	Remun Dep Banc Rec Vinc - MAC - Exames Feder	300,00	300,00	300,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	20.000,00	21.000,00	22.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.195.000,00	1.254.750,00	1.314.830,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.195.000,00	1.254.750,00	1.314.830,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.080.000,00	1.134.000,00	1.188.300,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.080.000,00	1.134.000,00	1.188.300,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	948.000,00	995.400,00	1.042.900,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	180.000,00	189.000,00	198.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	768.000,00	806.400,00	844.900,00
4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família	260.000,00	273.000,00	286.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde	220.000,00	231.000,00	242.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal	28.000,00	29.400,00	30.900,00
4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Núcleo de Apoio Saúde Familiar - NASF	140.000,00	147.000,00	154.000,00
4.1.7.2.1.33.11.30.05.00	Programa Melhoria Acesso a Qualidade	120.000,00	126.000,00	132.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	M.A.C. Ambulatorial e Hospitalar	50.000,00	52.500,00	55.100,00
4.1.7.2.1.33.12.02.00.00	M.A.C. Exames - Federal	50.000,00	52.500,00	55.100,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	42.000,00	44.100,00	46.200,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	30.000,00	31.500,00	33.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	12.000,00	12.600,00	13.200,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Bloco Assistência Farmacêutica	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico Assistência Farmacêutica	40.000,00	42.000,00	44.100,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	115.000,00	120.750,00	126.530,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	115.000,00	120.750,00	126.530,00
4.1.7.2.2.33.00.01.00.00	Co Financiamento Atenção Básica - ESF	60.000,00	63.000,00	66.000,00
4.1.7.2.2.33.00.02.00.00	Piso de Atenção Básica - NASF	20.000,00	21.000,00	22.000,00
4.1.7.2.2.33.00.03.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	15.000,00	15.750,00	16.530,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/6

Data: 16/09/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
<b>2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS</b>			
4.1.7.2.2.33.00.04.00.00 M.A.C. Exames - Estadual	20.000,00	21.000,00	22.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	1.600,00	1.600,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	1.100,00	1.100,00	1.100,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00 Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	100,00	100,00	100,00
4.1.9.1.3.35.00.00.00.00 Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Tx Fisc. Vig. San.	100,00	100,00	100,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	500,00	500,00	500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00 Receita da Dívida Ativa Tributária	500,00	500,00	500,00
4.1.9.3.1.35.00.00.00.00 Rec. Div. Ativ. Tx de Fiscaliz. e Vigil. Sanitária	500,00	500,00	500,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	300.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.01.00.00.01.00 Convênio Minist Saúde - Ampliação Estrutura Saúde	300.000,00	0,00	0,00
<b>Total entidade:</b>	<b>1.583.000,00</b>	<b>1.345.250,00</b>	<b>1.408.830,00</b>
<b>3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	4.195.500,00	5.029.200,00	5.707.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	2.224.500,00	2.959.200,00	3.532.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	812.500,00	857.200,00	910.000,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	812.500,00	857.200,00	910.000,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Próprio	812.500,00	857.200,00	910.000,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00 Contrib. de Servidor Ativo Civil	795.500,00	835.200,00	877.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00 Contrib. de Servidor Inativo Civil	16.000,00	20.000,00	30.000,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00 Contrib. de Pensionista Civil	1.000,00	2.000,00	3.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	1.321.000,00	2.001.000,00	2.501.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.321.000,00	2.001.000,00	2.501.000,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos do RPPS	1.321.000,00	2.001.000,00	2.501.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	1.320.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00 Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	91.000,00	101.000,00	121.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.4.00.00.00.00.00 Multas Juros de Mora Dívida Ativa das Contrib	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.4.01.00.00.00.00 MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.4.01.01.00.00.00 MJM Div Ativa Contrib p/Financ Seguridade Social	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	90.000,00	100.000,00	120.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	90.000,00	100.000,00	120.000,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00 Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	90.000,00	100.000,00	120.000,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00 Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	90.000,00	100.000,00	120.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.971.000,00	2.070.000,00	2.175.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.591.000,00	1.670.000,00	1.755.000,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.591.000,00	1.670.000,00	1.755.000,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00 Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	1.591.000,00	1.670.000,00	1.755.000,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00 Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	1.591.000,00	1.670.000,00	1.755.000,00
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	380.000,00	400.000,00	420.000,00
4.7.9.4.0.00.00.00.00.00 Rec. Decorrentes Aportes Periódicos p/ Amortização	380.000,00	400.000,00	420.000,00
<b>Total entidade:</b>	<b>4.195.500,00</b>	<b>5.029.200,00</b>	<b>5.707.000,00</b>
<b>5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	34.656.100,00	34.963.050,00	36.517.200,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	28.710.100,00	29.952.050,00	31.406.200,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.929.400,00	3.080.500,00	3.227.600,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 3/6

Data: 16/09/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
<b>5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS</b>			
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	2.730.000,00	2.870.000,00	3.005.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.830.000,00	1.925.000,00	2.015.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	900.000,00	945.000,00	990.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	560.000,00	590.000,00	620.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	560.000,00	590.000,00	620.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	370.000,00	390.000,00	405.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	900.000,00	945.000,00	990.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	900.000,00	945.000,00	990.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	199.400,00	210.500,00	222.600,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	119.400,00	125.500,00	131.600,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	100.000,00	105.000,00	110.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	18.000,00	19.000,00	20.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.400,00	1.500,00	1.600,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	80.000,00	85.000,00	91.000,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	45.000,00	47.000,00	50.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	25.000,00	27.000,00	29.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.01 Taxa de Expediente	25.000,00	27.000,00	29.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	580.000,00	610.000,00	640.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PL	580.000,00	610.000,00	640.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	126.600,00	132.400,00	138.400,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.000,00	5.200,00	5.500,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00 ALUGUÉIS	5.000,00	5.200,00	5.500,00
4.1.3.1.1.99.00.00.00.00 Outras Receitas de Aluguéis	5.000,00	5.200,00	5.500,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	121.600,00	127.200,00	132.900,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	121.600,00	127.200,00	132.900,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	21.600,00	22.200,00	22.900,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Receita de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.-FUNDEF	8.000,00	8.400,00	8.800,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00 Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEF - 60%	8.000,00	8.400,00	8.800,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	8.000,00	8.200,00	8.500,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Salário Educação	5.000,00	5.200,00	5.500,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - PNAE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - PNATE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Transp Escolar Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00 Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Bolsa Família	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Receita de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	5.400,00	5.400,00	5.400,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Civil	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pol Militar	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Trânsito/Pref.	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Alienação	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - COSIP	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - CASAN	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Constr Quadra	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Cultura	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00 Remun Dep Banc Rec Vinc - Pav Ruas Fed	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósito de Recursos não Vinculados	100.000,00	105.000,00	110.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	100.000,00	105.000,00	110.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.100,00	2.200,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.100,00	2.200,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	68.000,00	71.300,00	74.600,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00 Serviços Administrativos	58.000,00	60.800,00	63.600,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00.00 Serviços de Venda de Editais	1.000,00	1.000,00	1.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 4/6

Data: 16/09/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	56.000,00	58.800,00	61.600,00
4.1.6.0.0.13.03.01.00.00	Serv. Projetos de Segurança contra Sinistros	16.000,00	16.800,00	17.600,00
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serv. Vistoria de Segurança contra Sinistros	40.000,00	42.000,00	44.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.845.000,00	25.963.400,00	27.227.800,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	23.988.000,00	25.143.400,00	26.382.700,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.251.000,00	7.597.100,00	7.992.200,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	6.570.000,00	6.883.000,00	7.242.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.300.000,00	6.600.000,00	6.945.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	6.300.000,00	6.600.000,00	6.945.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota Parte do FPM 1%	250.000,00	262.000,00	275.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	20.000,00	21.000,00	22.000,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	86.000,00	89.800,00	94.600,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	16.000,00	16.800,00	17.600,00
4.1.7.2.1.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compen. Finan. Prod. Petróleo	70.000,00	73.000,00	77.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	6.000,00	6.300,00	6.600,00
4.1.7.2.1.34.00.03.00.00	IGD - Bolsa Família	6.000,00	6.300,00	6.600,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	541.000,00	568.000,00	596.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	350.000,00	367.000,00	385.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	90.000,00	95.000,00	100.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	100.000,00	105.000,00	110.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	48.000,00	50.000,00	53.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	13.772.000,00	14.446.300,00	15.120.500,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	13.772.000,00	14.446.300,00	15.120.500,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	12.300.000,00	12.900.000,00	13.500.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.290.000,00	1.355.000,00	1.420.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	180.000,00	189.000,00	198.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	2.000,00	2.300,00	2.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.965.000,00	3.100.000,00	3.270.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.965.000,00	3.100.000,00	3.270.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	857.000,00	820.000,00	845.100,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	797.000,00	760.000,00	785.100,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	396.000,00	415.000,00	436.000,00
4.1.7.6.2.02.00.01.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Ensino Fund	288.000,00	302.000,00	317.000,00
4.1.7.6.2.02.00.02.00.00	Convênio SDR - Transp Escolar - Segundo Grau	108.000,00	113.000,00	119.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	401.000,00	345.000,00	349.100,00
4.1.7.6.2.99.00.00.01.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Civil	26.000,00	27.300,00	28.600,00
4.1.7.6.2.99.00.00.02.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Polícia Militar	26.000,00	27.300,00	28.600,00
4.1.7.6.2.99.00.00.03.00	Convênio SSP/Trânsito - Parte Município	28.000,00	29.400,00	30.900,00
4.1.7.6.2.99.00.00.10.00	Convênio SDR - Manutenção da Escola e Banda de	50.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.12.00	Convênio SDR - Preserv e Des do Patrim Histórico	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.13.00	Convênio SDR - Festas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.14.00	Convênio SDR - Esporte	60.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.15.00	Convênio SDS - Meio Ambiente	50.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.16.00	Convênio SDR - Recuperação Estradas Vicinais	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.6.4.00.00.01.00.00	Convênio CASAN - Ação Compartilhada na Manutenç	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	159.100,00	92.350,00	95.600,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	21.100,00	21.850,00	22.600,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	7.100,00	7.350,00	7.600,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	100,00	100,00	100,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	5.000,00	5.250,00	5.500,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 5/6

Data: 16/09/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS				
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	12.000,00	12.500,00	13.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	131.000,00	63.500,00	66.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	121.000,00	52.500,00	54.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	100.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	10.000,00	10.500,00	11.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.9.0.22.00.00.00.00	Receita "Terceirização" Folha Pagto Agentes Públic	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5.946.000,00	5.011.000,00	5.111.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	250.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.01.00	BADESC - Pavimentação de Ruas	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.2.1.7.00.00.00.01.00	Alienação de Outros Veículos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos Diversos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.690.000,00	4.005.000,00	4.105.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.690.000,00	4.005.000,00	4.105.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.450.000,00	2.155.000,00	2.155.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.03.00	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Ensino II	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	1.800.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
4.2.4.7.1.04.00.00.02.00	Convênio Ministério das Cidades - Pav de Ruas	1.800.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	500.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.13.00	Convênio Reforma e Revit. Centro Cultural - Federal	250.000,00	5.000,00	5.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.14.00	Convênio Pres. Des. Patrimônio Histórico - Federal	250.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	2.240.000,00	1.850.000,00	1.950.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	2.200.000,00	1.850.000,00	1.950.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.01.00	Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	400.000,00	500.000,00	600.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.03.00	Convênio SDR - Construção de Pontes	300.000,00	350.000,00	350.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.04.00	Convênio FUNDAM	1.500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 6/6

Data: 16/09/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
<b>5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS</b>			
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados	40.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.10.00 Convênio SDR - Equip. Agrícolas	40.000,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.204.600,00)	(4.410.250,00)	(4.623.200,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.204.600,00)	(4.410.250,00)	(4.623.200,00)
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	(176.100,00)	(184.350,00)	(193.600,00)
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	(175.100,00)	(183.350,00)	(192.600,00)
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	(170.100,00)	(178.100,00)	(187.100,00)
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Dedução de IPTU	(170.000,00)	(178.000,00)	(187.000,00)
9.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Dedução de ITBI	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	(5.000,00)	(5.250,00)	(5.500,00)
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Dedução de ISS	(5.000,00)	(5.250,00)	(5.500,00)
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA SOBRE TAXAS	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES RECEITA SOBRE TAXA PELO PODER DE F	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Renúncia de Receita da Taxa Funcionamento	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.1.2.2.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES RECEITA DA TAXA DE PRESTAÇÃO DE SE	(900,00)	(900,00)	(900,00)
9.1.1.2.2.28.00.00.00.00 Dedução Tx Cemitério	(600,00)	(600,00)	(600,00)
9.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Dedução de Taxa de Limpeza Pública	(200,00)	(200,00)	(200,00)
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Dedução de Taxa de Expediente	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.1.2.2.99.00.00.00.01 Dedução de Taxa de Expediente	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(4.027.600,00)	(4.225.000,00)	(4.428.700,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências	(4.027.600,00)	(4.225.000,00)	(4.428.700,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.273.600,00)	(1.337.200,00)	(1.404.000,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.264.000,00)	(1.327.200,00)	(1.393.400,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.260.000,00)	(1.323.000,00)	(1.389.000,00)
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	(1.260.000,00)	(1.323.000,00)	(1.389.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Dedução de Receita para formação do FUNDEB - ITR	(4.000,00)	(4.200,00)	(4.400,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	(9.600,00)	(10.000,00)	(10.600,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(2.754.000,00)	(2.887.800,00)	(3.024.700,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(2.754.000,00)	(2.887.800,00)	(3.024.700,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	(2.460.000,00)	(2.580.000,00)	(2.700.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Dedução Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	(258.000,00)	(270.000,00)	(285.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp	(36.000,00)	(37.800,00)	(39.700,00)
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	(900,00)	(900,00)	(900,00)
9.1.9.1.0.00.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora	(700,00)	(700,00)	(700,00)
9.1.9.1.1.00.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora de Tributos	(400,00)	(400,00)	(400,00)
9.1.9.1.1.38.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora de IPTU	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.1.1.39.00.00.00.00 Dedução Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.1.1.40.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora de ISS	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.1.1.99.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.1.1.99.01.00.00.00 Dedução Multas e Juros Mora de Outros Tributos	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.1.3.00.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora de Div Ativa Tributos	(300,00)	(300,00)	(300,00)
9.1.9.1.3.11.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa de I	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.1.3.13.00.00.00.00 Dedução Multas e Juros de Mora Dívida Ativa ISS	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00 Dedução de Multas e Juros de Mora Dívida Ativa Outros	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.3.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÃO DE RECEITA DA DIVIDA ATIVA	(200,00)	(200,00)	(200,00)
9.1.9.3.1.00.00.00.00.00 Dedução Rec. Dívida Ativa Tributária	(200,00)	(200,00)	(200,00)
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00 Dedução Rec Div Ativa do IPTU	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.3.1.99.00.00.00.00 Dedução Rec. Dívida Ativa Outros Tributos	(100,00)	(100,00)	(100,00)
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00 Dedução Rec. Dívida Ativa Outros Tributos	(100,00)	(100,00)	(100,00)
<b>Total entidade:</b>	<b>30.451.500,00</b>	<b>30.552.800,00</b>	<b>31.894.000,00</b>
<b>Total geral:</b>	<b>36.230.000,00</b>	<b>36.927.250,00</b>	<b>39.009.830,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**

Página: 1/1

Data: 16/09/2015

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2016	2017	2018
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>33.631.600,00</b>	<b>35.741.250,00</b>	<b>37.907.530,00</b>
Receita Tributária	2.803.400,00	2.948.750,00	3.089.100,00
Receita de Contribuição	2.983.500,00	3.137.200,00	3.305.000,00
Receita Patrimonial	1.483.900,00	2.169.700,00	2.676.700,00
Receita Agropecuária	2.000,00	2.100,00	2.200,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	68.000,00	71.300,00	74.600,00
Transferências Correntes	26.040.000,00	27.218.150,00	28.542.630,00
Outras Receitas Correntes	250.800,00	194.050,00	217.300,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>6.521.100,00</b>	<b>6.852.200,00</b>	<b>7.213.700,00</b>
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	4.027.600,00	4.225.000,00	4.428.700,00
Compensações Financeiras entre Regime Geral e RPPS	90.000,00	100.000,00	120.000,00
Contribuição de Pensionista Civil	1.000,00	2.000,00	3.000,00
Contribuição de Servidor Ativo Civil	795.500,00	835.200,00	877.000,00
Contribuição de Servidor Inativo Civil	16.000,00	20.000,00	30.000,00
Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	1.591.000,00	1.670.000,00	1.755.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>27.110.500,00</b>	<b>28.889.050,00</b>	<b>30.693.830,00</b>

Página: 1/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CAMARA DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretária, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	5	P	CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL	Obra Executada (Und)	0,000	200.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção da Sede da Câmara Municipal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
<b>Total:</b>			<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>

Página: 2/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CAMARA DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretária, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	1 A	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		108,000	1.390.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se as despesas com o funcionamento e manutenção da Câmara de Vereadores e aquisição de um veículo.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	170.000,00	0,00	170.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.390.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.390.000,00</b>

Página: 3/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	0001

**Objetivo do programa:**

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

**Justificativa do programa:**

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.  
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	1 A	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	Diversos (Und)	3.000	833.400,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação será executada pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	680.000,00	0,00	680.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	3.400,00	0,00	3.400,00
<b>Total:</b>			<b>833.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>833.400,00</b>

Página: 4/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.  
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretaria, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	1 A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Diversos (Und)	3,000	1.625.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manter o cadastro imobiliário e econômico atualizado; proceder o lançamento e baixa dos tributos municipais; exercer o controle e cobrança da dívida ativa; exercer a fiscalização tributária, de obras e posturas; exercer o controle da execução orçamentária e financeira, tudo em conformidade com as normas de controle interno. Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamentos funcionais dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro e lotação dos bens patrimoniais; realização de inventário periódico; controle da movimentação dos processos; controle de frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio; elaboração dos processos licitatórios, tudo em conformidade com as normas de controle interno.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	930.000,00	0,00	930.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	170.000,00	0,00	170.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0.1.00 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.625.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.625.000,00</b>

Página: 5/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	0001

## Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

## Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.  
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretária, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	4	O	AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	Beneficiários (Und)	495.000	380.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se aos recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial com o Instituto de Previdência Social dos Servidores de Antônio Carlos.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0.1.00 - Recursos Ordinários	380.000,00	0,00	380.000,00
Total:			380.000,00	0,00	380.000,00

Página: 6/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

**Objetivo do programa:**

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

**Justificativa do programa:**

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a constituição de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	1	A	OFERTA DE MERENDA ESCOLAR	Refeição/dia (Und)	2794,000	261.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aquisição de gêneros alimentícios para produção diária da merenda escolar com uma nutricionista.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	170.000,00	0,00	170.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.60 - Programa Nacional de Alimentação Es	0,00	91.000,00	91.000,00
<b>Total:</b>			<b>170.000,00</b>	<b>91.000,00</b>	<b>261.000,00</b>

Página: 7/54  
Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a constituição de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	1	A	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Aluno (Und)	3300.000	1.076.408,00

II - Descrição das Ações

O transporte escolar atende diariamente 1100 alunos é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 micro-ônibus e 07 ônibus.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minimc	0,00	495.000,00	495.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minimc	0,00	50.000,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minimc	0,00	100.408,00	100.408,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.08 - Transferências de Convênios Estado/E	0,00	289.000,00	289.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58 - Salário Educação	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.61 - Programa Nacional de Transporte Esc	0,00	101.000,00	101.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minimc	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			0,00	1.076.408,00	1.076.408,00

Página: 8/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 9/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

**Objetivo do programa:**

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

**Justificativa do programa:**

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	1 A	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno (Und)	1410.000	2.449.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se a despesas com a manutenção e funcionamento da rede de ensino fundamental.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínim	0,00	250.000,00	250.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	900.000,00	900.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.19 - Transferências do FUNDEB - 40%	750.000,00	0,00	750.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínim	0,00	50.000,00	50.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	100.000,00	100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.19 - Transferências do FUNDEB - 40%	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínim	0,00	180.000,00	180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58 - Salário Educação	0,00	100.000,00	100.000,00

Página: 10/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minime	0,00	9.000,00	9.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58 - Salário Educação	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>850.000,00</b>	<b>1.599.000,00</b>	<b>2.449.000,00</b>

Página: 11/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

**Objetivo do programa:**

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

**Justificativa do programa:**

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atua na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	1	P	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	Veículo (Und)	1.000	251.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aquisição de veículos para renovação e ampliação da frota para o transporte escolar.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minimc	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.81 - Operações de Crédito Interna - Educa	0,00	250.000,00	250.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>251.000,00</b>	<b>251.000,00</b>

Página: 12/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

**Objetivo do programa:**

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

**Justificativa do programa:**

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atua na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas. Instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	1 P	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	Obra Executada (Und)	1,000	101.000,00

**II - Descrição das Ações**

Ampliação do Espaço Físico da Rede Municipal, com a construção de novas escolas, salas, quadras esportivas e áreas de lazer.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínimc	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.22 - Transferências de Convênios - Educaç	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58 - Salário Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>101.000,00</b>	<b>101.000,00</b>

Página: 13/54

Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Médio	362
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a constituição de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	1	A	APOIO AOS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO	Aluno (Und)	294.000	108.000,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de passe escolar para alunos do ensino médio.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.08 - Transferências de Convênios Estado/E	0,00	108.000,00	108.000,00
Total:			0,00	108.000,00	108.000,00

Página: 14/54

Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a constituição de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	1	A	APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	Aluno (Und)	318.000	90.000,00

II - Descrição das Ações

Fornecimento de passe escolar para alunos do ensino superior.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
Total:			90.000,00	0,00	90.000,00

Página: 15/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

**Objetivo do programa:**

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

**Justificativa do programa:**

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 469 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a construção de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	1 A	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	Aluno (Und)	1206.000	2.234.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se a despesas com a manutenção e funcionamento da rede de ensino infantil.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínim	0,00	750.000,00	750.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	700.000,00	700.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.19 - Transferências do FUNDEB - 40%	250.000,00	0,00	250.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínim	0,00	150.000,00	150.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	87.000,00	87.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.19 - Transferências do FUNDEB - 40%	86.000,00	0,00	86.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - I	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Mínim	0,00	100.000,00	100.000,00

Página: 16/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58 - Salário Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minime	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58 - Salário Educação	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>336.000,00</b>	<b>1.898.000,00</b>	<b>2.234.000,00</b>

Página: 17/54  
Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atua na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a constituição de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	1	P	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL	Obra Executada (Und)	1.000	210.000,00

II - Descrição das Ações

Ampliação do Espaço Físico da Rede Municipal, com a construção de novas escolas, salas, quadras esportivas e áreas de lazer.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.01 - Recursos Impostos p/ MDEB - Minime	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.22 - Transferências de Convênios - Educaç	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.58 - Salário Educação	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			0,00	210.000,00	210.000,00



Página: 18/54  
Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	0004

Objetivo do programa:

Reduzir as perdas com o Fundeb; Ampliar o atendimento oferecido na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e servidores de apoio escolar; Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas; Melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola; Oferecer alimentação escolar de qualidade, estimulando hábitos alimentares saudáveis com a incorporação no cardápio de frutas e verduras e outros; Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental; Disponibilização e incorporação de novas tecnologias educacionais no ensino e prática pedagógica dos professores.

Justificativa do programa:

O Município, na rede municipal de ensino possui 06 unidades escolares de ensino fundamental, 489 alunos matriculados, 15 professores de 20h e 16 de 40h e 25 auxiliares de serviços gerais, sendo 23, com 20h e 02 de 40h. Na Educação Infantil, a rede possui 04 unidades escolares (pré-escolas), que atendem 295 crianças e 02 creche que atende 107 alunos, totalizando 402 alunos. Atuam na Educação Infantil 28 professores de 20h e 12 de 40h e 18 auxiliares de serviços gerais, sendo 15 de 20h e 03 de 40h. O transporte escolar atende diariamente 1.100 alunos e é realizado através de 01 Van Sprinter, 04 Micro Ônibus e 07 ônibus, e ainda há o fornecimento de passe escolar para 98 alunos do ensino médio e 106 do Ensino Superior. Para ampliar e melhorar o atendimento da educação através da rede municipal há a necessidade da ampliação das unidades escolares, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, assim como a ampliação e renovação constante da frota do transporte escolar, de forma a garantir maior segurança e conforto no transporte das crianças. Necessita-se ainda, equipar e melhorar a rede física escolar com a constituição de áreas de lazer e quadras esportivas, instalação de salas de informática, bibliotecas e salas multifuncionais, oferecer qualificação continuada aos professores, adquirir materiais de apoio pedagógico e ampliar o acervo bibliográfico nas escolas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	1	A	APOIO A APAE	Entidade Beneficiada (Und)	3.000	35.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio a educação especial.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Institucoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00 - Recursos Ordinários	35.000,00	0,00	35.000,00
Total:			35.000,00	0,00	35.000,00

Página: 19/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	391
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	0005

**Objetivo do programa:**

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsruckisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Auditório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reitz (Valorização e Preservação Cultural; Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimular a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apoio e estímulo para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsruckisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

**Justificativa do programa:**

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto brasileira, o idioma Hunsruckisch ainda falado por muitos, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Auditório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	1	A	PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	Patrimônio (Und)	1,000	270.000,00

**II - Descrição das Ações**

Preservação e desenvolvimento do patrimônio material, destaque para inúmeras construções/residências teuto brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais, como Patrimônio Imaterial merece destaque, a gastronomia teuto brasileira, o idioma Hunsrück ainda falado, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. Revitalização de museu.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/(	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros	250.000,00	0,00	250.000,00
<b>Total:</b>			<b>260.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>270.000,00</b>

Página: 20/54  
Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	0005

Objetivo do programa:

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsrückisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Auditório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reltz (Valorização e Preservação Cultural; Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimulo a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apolo e estímulo para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsrückisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

Justificativa do programa:

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto brasileira, o idioma Hunsrückisch ainda falado por muitos, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Auditório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	1 A	APOIO A GRUPOS E NÚCLEOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	Diversos (Und)	9.000	111.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio as atividades culturais do município com a realização de eventos, feira de livros, festival de música e apresentações artísticas; escola de música.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/C	0,00	51.000,00	51.000,00
Total:			60.000,00	51.000,00	111.000,00

Página: 21/54

Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	04.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	0005

Objetivo do programa:

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsrückisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Auditório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reitz (Valorização e Preservação Cultural; Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimulo a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apolo e estímulo para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsrückisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

Justificativa do programa:

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto brasileira, o idioma Hunsrückisch ainda falado por muitos, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Auditório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	1	A	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA	Acervo (Und)	60.000	268.000,00

II - Descrição das Ações

O município possui uma Biblioteca Pública com acervo de 8.847 títulos, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência, conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários, principalmente estudantes.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	195.000,00	0,00	195.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	3.000,00	0,00	3.000,00
Total:			268.000,00	0,00	268.000,00

Página: 22/54  
Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
Função:	Cultura
Subfunção:	Difusão Cultural
Programa:	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA

Objetivo do programa:

Resgatar e preservar o patrimônio histórico cultural; Resgatar e preservar a cultura imaterial representada pela língua Hunsrückisch; Modernizar e reestruturar o centro culturais/Auditório da Prefeitura Municipal; Estimular a leitura e ampliar o atendimento da Biblioteca Pública; Criar o Conselho Municipal de Cultura e Lei Municipal de incentivo a Cultura; Reestruturação e reinauguração do Museu Padre Raulino Reltz (Valorização e Preservação Cultural; Homenagear os colonizadores com a construção dos monumentos e transformá-los em atração turística; Manter e estimular os grupos e manifestações artísticas e culturais; Estimulo a realização de eventos de caráter cultural, tais como apresentação de peças teatrais, shows artísticos, entre outros, unindo cultura e lazer; Apolo e estímulo para as tradicionais festas realizadas em nossas comunidades que preservam e divulgam nossas tradições culturais; Dar apoio à nossa rádio comunitária para que ela possa ser mais um mecanismo de divulgação e de incentivo às expressões culturais de nossa gente (programas falados em Hunsrückisch, divulgação dos músicos de nossa terra, etc.).

Justificativa do programa:

O município de Antonio Carlos possui aproximadamente 8.000 habitantes. As principais manifestações artísticas e culturais da população são o canto do coral, a música, dança, as festas populares e religiosas e o artesanato. Como patrimônio material merecem destaque as inúmeras construções/residências teuto brasileiras, igrejas, cemitérios e engenhos coloniais. Já no patrimônio imaterial evidencia-se a gastronomia teuto brasileira, o idioma Hunsrückisch ainda falado por muitos, os costumes, o terno de reis, as festas juninas e eventos religiosos. O município possui dois espaços culturais públicos: a Biblioteca Pública com cerca de 8.847 títulos catalogados na base de dados, classificados em Literatura, Didáticos e obras de referência. A Biblioteca Pública conta ainda com aproximadamente 3.500 títulos de literatura infantil, e 12 periódicos, com média de 500 empréstimos mensais e cerca de 683 usuários cadastrados na base de dados, principalmente estudantes. Outro espaço é o Centro Cultural/Auditório da Prefeitura Municipal com capacidade de 250 pessoas sentadas, amplamente utilizado para a realização de eventos sociais, culturais e oficiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	1	P	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO CULTURAL	Obra Executada (Und)	0,000	260.000,00

II - Descrição das Ações

Revitalização do centro cultural/auditório da Prefeitura Municipal;

III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			260.000,00	0,00	260.000,00

Página: 23/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA	05.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	0008

**Objetivo do programa:**

Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade. Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Repasse de recursos financeiros, através de auxílio funeral, auxílio desabrigados, auxílio moradia e outros e entrega de cestas básicas para atendimentos de demandas emergenciais. Preparar os desempregados para o mercado de trabalho. Atender a demanda das classes menos favorecidas e diminuir o déficit habitacional.

**Justificativa do programa:**

Apesar da existência de poucos casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para manter esta condição e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura das Secretarias Municipais da Educação, Saúde e Assistência Social, Conselho Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	1	A	MANUTENÇÃO DO FIA	Atendimento (Und)	660.000	6.000.00

**II - Descrição das Ações**

Execução do Plano de Assistência aos menores para mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimentos e exploração de suas potencialidades, envolvendo os recursos do Município, os Conselhos Municipais e as famílias.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.000,00</b>

Página: 24/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	05.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	0008

**Objetivo do programa:**

Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade. Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Repasse de recursos financeiros, através de auxílio funeral, auxílio desabrigados, auxílio moradia e outros e entrega de cestas básicas para atendimentos de demandas emergenciais. Preparar os desempregados para o mercado de trabalho. Atender a demanda das classes menos favorecidas e diminuir o déficit habitacional.

**Justificativa do programa:**

Apesar da existência de poucos casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para manter esta condição e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura das Secretarias Municipais da Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	1 A	ATENÇÃO A POPULAÇÃO DA TERCEIRA IDADE	Pessoas (Und)	975.000	87.000,00

**II - Descrição das Ações**

Atenção à população da 3ª idade com trabalhos de integração.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>87.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>87.000,00</b>

Página: 25/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	05.00
Unidade:	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	05.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	0008

**Objetivo do programa:**

Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade. Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Repasse de recursos financeiros, através de auxílio funeral, auxílio desabrigados, auxílio moradia e outros e entrega de cestas básicas para atendimentos de demandas emergenciais. Preparar os desempregados para o mercado de trabalho. Atender a demanda das classes menos favorecidas e diminuir o déficit habitacional.

**Justificativa do programa:**

Apesar da existência de poucos casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para manter esta condição e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura das Secretarias Municipais da Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	1 A	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Diversos (Und)	2484,000	179.100,00

**II - Descrição das Ações**

Execução do Plano de Assistência aos menores para mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimentos e exploração de suas potencialidades, envolvendo os recursos do Município, os Conselhos Municipais e as famílias. Execução do Plano Municipal da Assistência Social com envolvimento do Conselho Municipal, atendimento, orientação e auxílios financeiros as famílias carentes. Contratação de cursos profissionalizantes nas diversas áreas do mercado de trabalho. Elaboração de projeto para obtenção de recursos junto ao Ministério das Cidades.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.63 - Bolsa Família	6.100,00	0,00	6.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>179.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>179.100,00</b>

Página: 26/54

Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação	
Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS 06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS 06.01
Função:	Segurança Pública 6
Subfunção:	Policimento 181
Programa:	INFRAESTRUTURAE DESENVOLVIMENTO 0006

Objetivo do programa:  
Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:  
O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	1 A	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO TRÂNSITO	Diversos (Und)	3.000	110.300,00

II - Descrição das Ações  
O Município possui 61 Km de vias urbanas sob sua jurisdição e que necessitam de fiscalização de trânsito e trabalhos de adequação e manutenção do sistema de sinalização.

III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.54 - Convênio Trânsito - Militar	0,00	25.100,00	25.100,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.55 - Convênio Trânsito - Civil	25.100,00	0,00	25.100,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	28.100,00	0,00	28.100,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.54 - Convênio Trânsito - Militar	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.55 - Convênio Trânsito - Civil	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:				84.200,00	26.100,00
					110.300,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 27/54

Data: 16/09/2015

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

Objetivo do programa:

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:

O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	1	A	FUREBOM	Diversos (Und)	3.000	56.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção e aquisição de equipamentos para a equipe de bombeiros.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	46.000,00	0,00	46.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			56.000,00	0,00	56.000,00

Página: 28/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

**Objetivo do programa:**

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

**Justificativa do programa:**

O Município tem uma área de 205 Km², população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu.

O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	1	P	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS	Área (M2)	2250.000	4.867.100,00

**II - Descrição das Ações**

Pavimentação de vias públicas, construção de passeios e rede pluvial. Rua Seis de Novembro, Leopoldo Freiberg, Pedro Leonardo schmitz, revitalização Rua João Antônio Besen e outros.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/C	0,00	1.961.000,00	1.961.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros	1.801.000,00	0,00	1.801.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.83 - Operações de Crédito Internas - Outro	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.89 - Alienação de Bens destinados a Outro	0,00	5.100,00	5.100,00
<b>Total:</b>			<b>1.901.000,00</b>	<b>2.966.100,00</b>	<b>4.867.100,00</b>

Página: 29/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

**Objetivo do programa:**

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

**Justificativa do programa:**

O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	1 A	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PUBLICOS	Diversos (Und)	3,000	2.642.100,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das praças, cemitério municipal, rodovária e vias públicas do município.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.140.000,00	0,00	1.140.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	145.000,00	0,00	145.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/C	0,00	150.000,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.16 - Contribuição de Intervenção do Domin	2.100,00	0,00	2.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.492.100,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>2.642.100,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

Objetivo do programa:  
Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:

O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	1 A	MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Ponto de Luz (Und)	4920,000	591.000,00

II - Descrição das Ações

O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.17 - Contribuição para o Custeio dos Serviç	0,00	580.000,00	580.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.17 - Contribuição para o Custeio dos Serviç	0,00	1.000,00	1.000,00
Total:			10.000,00	581.000,00	591.000,00

Página: 31/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.00
Unidade:	SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS	06.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

**Objetivo do programa:**

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

**Justificativa do programa:**

O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.007	1	P	CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PUBLICOS	Diversos (Und)	5.000	450.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção de Abrigo de Passageiros, Praças, Parques, Pontes (Rachadel, Guilomar, Santa Maria, Morro da Gloria e outras), Drenagem, Bueiros, Academias ao ar livre para um melhor atendimento ao cidadão antoniocarlenso. 2ª parcela de precatório a Construtora Stein Ltda. processo 500.12.001110-2/000.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/(	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>Total:</b>			<b>150.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>450.000,00</b>

Página: 32/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	0009

**Objetivo do programa:**

Reciclagem de Lixo; Apoio a agricultura orgânica; Melhorar a infraestrutura da secretaria para um melhor atendimento ao agricultor; Apoio ao agricultor; Aumentar a arrecadação municipal; Distribuição de mudas orgânicas e plantio de mudas nas áreas públicas; Melhorar o atendimento clínico veterinário; Criação de órgão para controle ambiental.

**Justificativa do programa:**

O Município possui em seus 205 Km<sup>2</sup> de acordo com o último censo 2010 cerca de 1.512 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortigranjeiro, se constituindo no principal produtor e fornecedor do CEASA e mercados da Grande Florianópolis. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 250 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.021	1	A	SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO	Resíduo (Ton)		2400,000	662.000,00

**II - Descrição das Ações**

O Município tem uma área de 205 Km<sup>2</sup>, população aproximada de 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	660.000,00	0,00	660.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	2.000,00	0,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>662.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>662.000,00</b>

Página: 33/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	0009

**Objetivo do programa:**

Reciclagem de Lixo: Apoio a agricultura orgânica: Melhorar a infraestrutura da secretaria para um melhor atendimento ao agricultor; Apoio ao agricultor; Aumentar a arrecadação municipal; Distribuição de mudas orgânicas e plano de mudas nas áreas públicas; Melhorar o atendimento clínico veterinário; Criação de órgão para controle ambiental.

**Justificativa do programa:**

O Município possui em seus 205 Km<sup>2</sup> de acordo com o último censo 2010 cerca de 1.512 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortigranjeiro, se constituindo no principal produtor e fornecedor do CEASA e mercados da Grande Florianópolis. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 250 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	1	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Produtor (Und)	2250.000	1.625.000,00

**II - Descrição das Ações**

A ação refere-se as despesas com a manutenção e aquisição de equipamentos permanentes, assistência ao produtor rural, promoção de campanhas e eventos, consultoria e aquisição de insumos e sementes, materiais veterinários.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	770.000,00	0,00	770.000,00
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	700.000,00	0,00	700.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/(	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.575.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>1.625.000,00</b>

Página: 34/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	0009

**Objetivo do programa:**

Reciclagem de Lixo; Apoio a agricultura orgânica; Melhorar a infraestrutura da secretaria para um melhor atendimento ao agricultor; Apoio ao agricultor; Aumentar a arrecadação municipal; Distribuição de mudas orgânicas e plantio de mudas nas áreas públicas; Melhorar o atendimento clínico veterinário; Criação de órgão para controle ambiental.

**Justificativa do programa:**

O Município possui em seus 205 Km<sup>2</sup> de acordo com o último censo 2010 cerca de 1.512 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortigranjeiro, se constituindo no principal produtor e fornecedor do CEASA e mercados da Grande Florianópolis. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 250 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	1	P	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES AGRÍCOLAS	Equipamentos (Und)	1,000	60.000,00

**II - Descrição das Ações**

Apoio aos pequenos agricultores com equipamentos rodoviários e agrícolas mediante solicitação dos interessados.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/C	0,00	40.000,00	40.000,00
<b>Total:</b>			<b>20.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>60.000,00</b>

Página: 35/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.00
Unidade:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.01
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	ANTONIO CARLOS MAIS BELA	0003

**Objetivo do programa:**

Desenvolver a vocação turística do município; Criar diversas modalidades de turismo; Criar o centro de atendimento ao turista; Qualificar os pontos turísticos.

**Justificativa do programa:**

A cidade de Antonio Carlos é bela por natureza, portanto pouco explorada no que diz respeito ao Turismo. O município possui inúmeras cachoeiras, grutas, 6 Parque Aquáticos.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	1 A	APOIO AS AÇÕES VOLTADAS PARA O TURISMO	Diversos (Und)	9.000	81.000,00

**II - Descrição das Ações**

A ação refere-se a despesas com realização de eventos promocionais, sinalização turística e ações voltadas ao turismo.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	44.000,00	0,00	44.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/(	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>80.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>81.000,00</b>

Página: 36/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.00
Unidade:	SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE	08.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	ESPORTE É SAÚDE	0002

**Objetivo do programa:**

Criar e qualificar escolas de diversas modalidades esportivas, atendendo a todas as idades; Melhorar a locomoção dos atletas; Criar e qualificar os espaços públicos destinados as atividades esportivas; Promover torneios e campeonatos.

**Justificativa do programa:**

O Município possui um ginásio de esportes, uma quadra poliesportiva. Há no Município 11 agremiações esportivas de futebol de campo que participam do campeonato local, mobilizando as torcidas das diversas comunidades, propiciando lazer e entretenimento a população. Há necessidade da construção de mais ginásios de esportes, reforma do já existente na sede.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	1 A	INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR	Atleta (Und)	1500.000	549.000,00

**II - Descrição das Ações**

Organização e promoção de eventos esportivos e manutenção dos equipamentos e serviços existentes.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	220.000,00	0,00	220.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	13.000,00	0,00	13.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.05 - Transferências de Convênios Estado/(	0,00	60.000,00	60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>489.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>549.000,00</b>

Página: 37/54

Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	ENCARGOS GERAIS	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	09.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

Objetivo do programa:

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.  
Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTONIO CARLOS.  
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

Justificativa do programa:

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.  
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.  
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	1	0	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS	Contrato (Und)	8.000	430.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se ao pagamento de parcelamento de dívidas e financiamentos. COHAB, BADESC E INSS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	380.000,00	0,00	380.000,00
Total:			430.000,00	0,00	430.000,00

Página: 38/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	ENCARGOS GERAIS	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	09.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outras Transferências	845
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

**Objetivo do programa:**

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.  
Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTÔNIO CARLOS.  
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

**Justificativa do programa:**

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.  
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.  
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.005	1 0	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	Entidade Beneficiada (Und)	9.000	96.000,00

**II - Descrição das Ações**

O município é associado à confederação nacional de municípios, a Federação Catarinense de Municípios e a associação microrregional de municípios, entidades municipalistas que prestam assessoria técnica ao município e defendem os interesses do municipalismo.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0.1.00 - Recursos Ordinários	96.000,00	0,00	96.000,00
<b>Total:</b>			<b>96.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>96.000,00</b>

Página: 39/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	ENCARGOS GERAIS	09.00
Unidade:	ENCARGOS GERAIS	09.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outras Transferências	845
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

**Objetivo do programa:**

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.  
Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTONIO CARLOS.  
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

**Justificativa do programa:**

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.  
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.  
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.004	1 0	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	Beneficiários (Und)	495.000	270.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se a contribuição ao PASEP.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	0.1.00 - Recursos Ordinários	270.000,00	0,00	270.000,00
<b>Total:</b>			<b>270.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>270.000,00</b>

Página: 40/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	10.00
Unidade:	SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	10.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENCIA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.  
O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários comissionados, e 2 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretária, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	1	A	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	Diversos (Und)	3,000	358.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se as despesas com a manutenção, aquisição de equipamentos permanentes, aquisição de software, contratação de projetos de engenharia e consultoria de projetos.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	260.000,00	0,00	260.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.00 - Recursos Ordinários	23.000,00	0,00	23.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>358.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>358.000,00</b>

Página: 41/54  
Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	10.02
Função:	Administração	4
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	0006

Objetivo do programa:

Manter e melhorar a qualidade das vias municipais; Embelezar os locais públicos mantendo-os sempre limpos e organizados; Estruturas as redes de drenagem pluviais de modo a evitar possíveis alagamentos; Tratamento e melhoria das encostas evitando deslizamentos; Melhoria da estrutura física da secretaria de obras; Rede de iluminação pública; Criar espaços públicos para reunião e lazer da população.

Justificativa do programa:

O Município tem uma área de 205 Km2, população de aproximadamente 8.000 habitantes, sendo 54% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de aproximadamente 100 toneladas de resíduos sólidos/ano, realizado por um caminhão coletor de lixo. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu. O sistema de iluminação pública é realizado através de 1.640 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	1 A	DEFESA CIVIL	Ações (Und)	3.000	2.000,00

II - Descrição das Ações

Esta ação refere-se a despesas com laudos periciais, aquisição e manutenção de equipamentos permanentes.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
Total:			2.000,00	0,00	2.000,00

Página: 42/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	0007

**Objetivo do programa:**

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	1 A	AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA	Atendimento (Und)	53901,000	257.000,00

**II - Descrição das Ações**

Execução das ações e serviços públicos de saúde de assistência farmacêutica básica.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impositos p/ASPS - Mínimo	0,00	200.000,00	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.21 - Transferências SUS - Estado	0,00	16.000,00	16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.67 - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	41.000,00	41.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>257.000,00</b>	<b>257.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 43/54  
Data: 16/09/2015**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	1 A	AÇÕES DE SAÚDE BUCAL	Atendimento (Und)	12000,000	295.000,00

**II - Descrição das Ações**

Execução das ações e serviços públicos de saúde bucal.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	220.000,00	220.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	28.000,00	28.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>295.000,00</b>	<b>295.000,00</b>

Página: 44/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudióloga, 1 psicóloga, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	1 A	AÇÕES COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	Atendimento (Und)	67500,000	407.000,00

**II - Descrição das Ações**

Execução das ações e serviços públicos de saúde o agente comunitário de saúde realiza atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	120.000,00	120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	221.000,00	221.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	65.000,00	65.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>407.000,00</b>	<b>407.000,00</b>

Página: 45/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	1 A	AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	Atendimento (Und)	30000,000	1.415.000,00

**II - Descrição das Ações**

Execução das ações e serviços públicos de saúde da família, saúde do homem, saúde do trabalhador, saúde do idoso, saúde mental, saúde da criança, adolescente e jovem, educação permanente em saúde, política nacional de humanização, programa saúde escolar, implantação controle e avaliação.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	659.000,00	659.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	400.000,00	400.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	90.000,00	90.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	80.000,00	80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.21 - Transferências SUS - Estado	0,00	82.000,00	82.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	40.000,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	3.000,00	3.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.415.000,00</b>	<b>1.415.000,00</b>

Página: 46/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	1 A	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE	Atendimento (Und)	70500,000	3.499.584,00

**II - Descrição das Ações**

Execução das ações e serviços públicos de saúde, aprovadas pelo Conselho Municipal e em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde. Aquisição de equipamentos permanentes.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Minimo	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Minimo	0,00	235.000,00	235.000,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Minimo	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Minimo	0,00	1.180.284,00	1.180.284,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.02 - Recursos Impostos p/ Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.21 - Transferências SUS - Estado	0,00	21.000,00	21.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.64 - Atenção Básica	0,00	182.000,00	182.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.65 - Média e Alta Complexidade Ambulatori	0,00	50.300,00	50.300,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Minimo	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.499.584,00</b>	<b>3.499.584,00</b>

Página: 47/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	0007

**Objetivo do programa:**

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do P-SF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.015	1 P	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DA SAUDE	Obra Executada (Und)	0,000	311.000,00

**II - Descrição das Ações**

Ampliação e reforma da unidade de saúde na sede do Município.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.23 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	301.000,00	301.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>311.000,00</b>	<b>311.000,00</b>

Página: 48/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudiólogo, 1 psicólogo, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1 A	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atendimento (Und)	2259,000	157.700,00

**II - Descrição das Ações**

Fiscalização do cumprimento das leis e normas sobre vigilância sanitária

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	73.000,00	73.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.12 - Taxa de Fiscalização de Vigilância San	0,00	35.000,00	35.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	10.000,00	10.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0.2.12 - Taxa de Fiscalização de Vigilância San	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.12 - Taxa de Fiscalização de Vigilância San	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66 - Vigilância em Saúde	0,00	12.000,00	12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.12 - Taxa de Fiscalização de Vigilância San	0,00	2.700,00	2.700,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66 - Vigilância em Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>157.700,00</b>	<b>157.700,00</b>

Página: 49/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planiha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	0007

Objetivo do programa:

Melhorar e qualificar os serviços oferecidos aos cidadãos; Aumentar a oferta de serviços; Aumentar e melhorar a estrutura física da Unidade Básica de Saúde.

Justificativa do programa:

Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 1 unidade de saúde, 2 dentistas 20 hs e 1 40 hs, 4 médicos 20 horas e 4 40 horas, 04 enfermeiras, 13 técnicas de enfermagem, 1 psiquiatra, 1 pediatra, 1 ginecologista, 1 farmacêutico, 1 fonoaudióloga, 1 psicóloga, 3 equipes do PSF, 12 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar a unidade de saúde na sede do Município e equipar melhor a unidade de saúde, ampliação e renovação da frota de veículos existente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1 A	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Atendimento (Und)	573.000	33.000,00

**II - Descrição das Ações**

Fiscalização do cumprimento das leis e normas sobre vigilância epidemiológica.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66 - Vigilância em Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.02 - Recursos Impostos p/ASPS - Mínimo	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.66 - Vigilância em Saúde	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>33.000,00</b>	<b>33.000,00</b>

Página: 50/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	0001

Objetivo do programa:

Aumentar a Arrecadação, Reestruturação dos Recursos Humanos, Redução de Custos, Portal da Transparência dos Atos Públicos, Melhorar Atendimento ao Público e Criar e Remodelar a Defesa Civil.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Comunicação e Jurídica. Esta estrutura envolve, além do prefeito e vice prefeito, mais 3 servidores municipais.

O legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio alugado. A Câmara é composta de 3 funcionários efetivos sendo eles respectivamente os responsáveis pela Assessoria Jurídica, Direção Geral, Secretária, contabilidade e serviços gerais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	1	A	ADMINISTRAÇÃO DO IPREANCARLOS	Servidor (Und)	495,000	105.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se as despesas com a manutenção dos serviços do IPREANCARLOS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de	0,00	30.000,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de	0,00	70.000,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	105.000,00	105.000,00

Página: 51/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

**Objetivo do programa:**

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.  
Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTÔNIO CARLOS.  
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

**Justificativa do programa:**

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.  
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.  
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.007	1 0	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO TESOIRO	Beneficiários (Und)	217.000	340.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se as despesas com os inativos e pensionistas do tesouro.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	340.000,00	0,00	340.000,00
<b>Total:</b>			<b>340.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340.000,00</b>

Página: 52/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS	13.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	ENCARGOS GERAIS	0010

**Objetivo do programa:**

Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao Pasep e as entidades municipalistas.  
Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de ANTONIO CARLOS.  
Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

**Justificativa do programa:**

Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas confessadas ao INSS e outras, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.  
O Município parcelou em 2001 um débito apurado pelo INSS a partir de 1991.  
A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.006	1	O	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO IPREANCARLOS	Beneficiários (Und)	495.000	1.618.000,00

**II - Descrição das Ações**

Esta ação refere-se as despesas com inativos e pensionistas do IPREANCARLOS.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Recursos Ordinários	18.000,00	0,00	18.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de	0,00	1.600.000,00	1.600.000,00
<b>Total:</b>			<b>18.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.618.000,00</b>

Página: 53/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	95.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	95.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0011

**Objetivo do programa:**

Preservar o equilíbrio de caixa e atender ao princípio da flexibilidade do planejamento orçamentário.  
Evidenciar o superávit orçamentário do Instituto de Previdência na sua função de acumular recursos para pagar os inativos e pensionistas.

**Justificativa do programa:**

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 4º, § 3º e 5º, inciso III, estabelece a obrigatoriedade da reserva de recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de forma a preservar o equilíbrio de caixa caso esses riscos ocorram.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.995	1 0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA PREFEITURA	Diversos (Und)	3.000	26.808,00

**II - Descrição das Ações**

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.00 - Recursos Ordinários	26.808,00		26.808,00
<b>Total:</b>			<b>26.808,00</b>		<b>26.808,00</b>

Página: 54/54  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva Legal	997
Programa:	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0011

**Objetivo do programa:**

Preservar o equilíbrio de caixa e atender ao princípio da flexibilidade do planejamento orçamentário.  
Evidenciar o superávit orçamentário do Instituto de Previdência na sua função de acumular recursos para pagar os inativos e pensionistas.

**Justificativa do programa:**

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 4º, § 3º e 5º, inciso III, estabelece a obrigatoriedade da reserva de recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de forma a preservar o equilíbrio de caixa caso esses riscos ocorram.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.996	1	0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA IPREANCARLOS	Diversos (Und)	3.000	2.490.500,00

**II - Descrição das Ações**

Constituição de um fundo para pagamento dos proventos de aposentadoria e pensão dos servidores públicos municipais.

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.2.03 - Contribuição para o Regime Próprio de	0,00		2.018.100,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.2.73 - Aporte para Deficit Atuarial	0,00		472.400,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>		<b>2.490.500,00</b>

Página: 1/3  
Data: 16/09/2015

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.590.000,00		1.590.000,00
01.031	Ação Legislativa	1.590.000,00		1.590.000,00
01.031.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	1.590.000,00		1.590.000,00
04	Administração	3.198.400,00	105.000,00	3.303.400,00
04.121	Planejamento e Orçamento	358.000,00		358.000,00
04.121.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	358.000,00		358.000,00
04.122	Administração Geral	2.838.400,00	105.000,00	2.943.400,00
04.122.0001	GESTÃO PÚBLICA COM EXCELENÇA	2.838.400,00	105.000,00	2.943.400,00
04.182	Defesa Civil	2.000,00		2.000,00
04.182.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	2.000,00		2.000,00
06	Segurança Pública	140.200,00	26.100,00	166.300,00
06.181	Policimento	84.200,00	26.100,00	110.300,00
06.181.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	84.200,00	26.100,00	110.300,00
06.244	Assistência Comunitária	56.000,00		56.000,00
06.244.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	56.000,00		56.000,00
08	Assistência Social	272.100,00		272.100,00
08.241	Assistência ao Idoso	87.000,00		87.000,00
08.241.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	87.000,00		87.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	6.000,00		6.000,00
08.243.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	6.000,00		6.000,00
08.244	Assistência Comunitária	179.100,00		179.100,00
08.244.0008	ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	179.100,00		179.100,00
09	Previdência Social	358.000,00	1.600.000,00	1.958.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	358.000,00	1.600.000,00	1.958.000,00
09.272.0010	ENCARGOS GERAIS	358.000,00	1.600.000,00	1.958.000,00
10	Saúde	170.000,00	6.466.284,00	6.636.284,00
10.301	Atenção Básica		6.184.584,00	6.184.584,00
10.301.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		6.184.584,00	6.184.584,00
10.304	Vigilância Sanitária		157.700,00	157.700,00
10.304.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		157.700,00	157.700,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		33.000,00	33.000,00
10.305.0007	PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE		33.000,00	33.000,00
10.306	Alimentação e Nutrição	170.000,00	91.000,00	261.000,00
10.306.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	170.000,00	91.000,00	261.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 2/3  
 Data: 16/09/2015

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.311.000,00	5.243.408,00	6.554.408,00
12.361	Ensino Fundamental	850.000,00	3.027.408,00	3.877.408,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	850.000,00	3.027.408,00	3.877.408,00
12.362	Ensino Médio		108.000,00	108.000,00
12.362.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO		108.000,00	108.000,00
12.364	Ensino Superior	90.000,00		90.000,00
12.364.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	90.000,00		90.000,00
12.365	Educação Infantil	336.000,00	2.108.000,00	2.444.000,00
12.365.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	336.000,00	2.108.000,00	2.444.000,00
12.367	Educação Especial	35.000,00		35.000,00
12.367.0004	EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	35.000,00		35.000,00
13	Cultura			
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	848.000,00	61.000,00	909.000,00
13.391.0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	260.000,00	10.000,00	270.000,00
13.392	Difusão Cultural	588.000,00	51.000,00	639.000,00
13.392.0005	CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	588.000,00	51.000,00	639.000,00
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	5.065.100,00	3.697.100,00	8.762.200,00
15.451.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	1.901.000,00	2.966.100,00	4.867.100,00
15.452	Serviços Urbanos	1.901.000,00	2.966.100,00	4.867.100,00
15.452.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	3.164.100,00	731.000,00	3.895.100,00
15.452.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	2.502.100,00	731.000,00	3.233.100,00
20	Agricultura	662.000,00		662.000,00
20.606	Extensão Rural	1.595.000,00	90.000,00	1.685.000,00
20.606.0009	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	1.595.000,00	90.000,00	1.685.000,00
23	Comércio e Serviços			
23.695	Turismo	80.000,00	1.000,00	81.000,00
23.695.0003	ANTONIO CARLOS MAIS BELA	80.000,00	1.000,00	81.000,00
27	Desporto e Lazer			
27.812	Desporto Comunitário	639.000,00	360.000,00	999.000,00
27.812.0002	ESPORTE É SAÚDE	639.000,00	360.000,00	999.000,00
27.812.0006	INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	489.000,00	60.000,00	549.000,00
		150.000,00	300.000,00	450.000,00
28	Encargos Especiais			
28.843	Serviço da Dívida Interna	796.000,00		796.000,00
28.843.0010	ENCARGOS GERAIS	430.000,00		430.000,00

Página: 3/3

Data: 16/09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	796.000,00		796.000,00
28.845	Outras Transferências	366.000,00		366.000,00
28.845.0010	ENCARGOS GERAIS	366.000,00		366.000,00
99	Reserva de Contingência			2.517.308,00
99.997	Reserva Legal			2.490.500,00
99.997.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			2.490.500,00
99.999	Reserva de Contingência			26.808,00
99.999.0011	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			26.808,00
Total:		16.089.608,00	20.140.392,00	36.230.000,00
Total geral:		16.089.608,00	20.140.392,00	36.230.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1  
Data: 17/09/2015

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Programa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
<b>2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO CARLOS</b>			
7 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE	6.375.284,00	6.355.934,00	6.661.014,00
Total da entidade:	6.375.284,00	6.355.934,00	6.661.014,00
<b>3 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOC. SERV. ANTONIO CARLOS</b>			
1 GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	105.000,00	108.150,00	113.560,00
10 ENCARGOS GERAIS	1.958.000,00	2.592.000,00	2.745.700,00
11 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.490.500,00	2.611.050,00	3.143.440,00
Total da entidade:	4.553.500,00	5.311.200,00	6.002.700,00
<b>5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS</b>			
1 GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	3.196.400,00	2.914.590,00	3.059.420,00
2 ESPORTE É SAÚDE	549.000,00	477.350,00	498.718,00
3 ANTONIO CARLOS MAIS BELA	81.000,00	122.015,00	128.070,00
4 EDUCAÇÃO, FUTURO CERTO	6.815.408,00	6.868.898,00	7.219.418,00
5 CULTURA, DIREITO E CIDADANIA	909.000,00	438.050,00	456.603,00
6 INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO	8.718.500,00	9.406.530,00	9.719.625,00
8 ASSISTIR, CUIDAR E CONVIVER	272.100,00	316.225,00	340.273,00
9 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	2.347.000,00	1.893.150,00	1.987.813,00
10 ENCARGOS GERAIS	796.000,00	1.073.289,00	1.112.926,00
11 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.808,00	70.019,00	59.200,00
Total da entidade:	23.711.216,00	23.580.116,00	24.582.066,00
<b>7 - CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS</b>			
1 GESTÃO PÚBLICA COM EXCELÊNCIA	1.590.000,00	1.680.000,00	1.764.050,00
Total da entidade:	1.590.000,00	1.680.000,00	1.764.050,00
Total geral:	36.230.000,00	36.927.250,00	39.009.830,00

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Página: 1/1  
Data: 16/09/2015

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			26.030.492,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		16.661.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		15.070.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		1.591.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		50.000,00	
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao		9.319.492,00	
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios		270.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		1.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		143.000,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		8.510.492,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		380.000,00	
			15.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			7.682.200,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.302.200,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		380.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		380.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			2.517.308,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		2.517.308,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		2.517.308,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>36.230.000,00</b>
<b>Total geral das transferências:</b>				
				<b>0,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>				
				<b>36.230.000,00</b>
<b>Total geral:</b>				
				<b>36.230.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/1  
 Data: 14/10/2015

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C)

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>22.341.800,00</b>	<b>23.376.000,00</b>	<b>25.807.000,00</b>	<b>28.013.000,00</b>	<b>29.846.250,00</b>	<b>31.723.830,00</b>
Receta Tributária	2.137.000,00	2.062.000,00	2.540.000,00	2.803.400,00	2.948.750,00	3.089.100,00
Receta de Contribuição	1.476.350,00	725.000,00	1.025.000,00	1.392.500,00	1.467.200,00	1.550.000,00
Receta Patrimonial	1.151.000,00	1.802.000,00	1.158.400,00	1.483.900,00	2.169.700,00	2.676.700,00
Aplicações Financeiras (II)	1.131.000,00	1.801.000,00	1.157.400,00	1.478.900,00	2.164.500,00	2.671.200,00
Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	1.000,00	1.000,00	5.000,00	5.200,00	5.500,00
Transferências Correntes	17.175.200,00	18.535.000,00	20.690.600,00	22.012.400,00	22.993.150,00	24.113.930,00
Demais Receitas Correntes	402.250,00	252.000,00	393.000,00	320.800,00	267.450,00	294.100,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	<b>21.210.800,00</b>	<b>21.575.000,00</b>	<b>24.649.600,00</b>	<b>26.534.100,00</b>	<b>27.681.750,00</b>	<b>29.052.630,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>1.251.000,00</b>	<b>7.425.000,00</b>	<b>5.795.000,00</b>	<b>6.246.000,00</b>	<b>5.011.000,00</b>	<b>5.111.000,00</b>
Operações de Crédito (V)	0,00	4.150.000,00	2.800.000,00	1.250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Amortização de Empréstimo (VI)	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Alienação de Ativos (VII)	50.000,00	10.000,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferência de Capital	1.200.000,00	3.264.000,00	2.984.000,00	4.990.000,00	4.005.000,00	4.105.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>3.264.000,00</b>	<b>2.984.000,00</b>	<b>4.990.000,00</b>	<b>4.005.000,00</b>	<b>4.105.000,00</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)</b>	<b>22.410.800,00</b>	<b>24.839.000,00</b>	<b>27.633.600,00</b>	<b>31.524.100,00</b>	<b>31.686.750,00</b>	<b>33.157.630,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>20.262.680,00</b>	<b>19.580.400,00</b>	<b>21.889.250,00</b>	<b>24.059.492,00</b>	<b>25.383.594,00</b>	<b>26.735.977,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.907.990,00	12.655.200,00	13.455.600,00	15.070.000,00	16.018.508,00	16.916.270,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	55.500,00	137.800,00	75.000,00	50.000,00	446.250,00	468.600,00
Outras Despesas Correntes	11.635.340,00	6.787.400,00	8.358.650,00	8.939.492,00	8.918.836,00	9.351.107,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	<b>20.207.180,00</b>	<b>19.442.600,00</b>	<b>21.814.250,00</b>	<b>24.009.492,00</b>	<b>24.937.344,00</b>	<b>26.267.377,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>3.233.900,00</b>	<b>9.105.160,00</b>	<b>7.712.000,00</b>	<b>7.682.200,00</b>	<b>7.195.384,00</b>	<b>7.397.531,00</b>
Investimentos	2.855.400,00	8.726.960,00	7.412.000,00	7.302.200,00	7.051.345,00	7.246.281,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	378.500,00	378.200,00	300.000,00	380.000,00	144.039,00	151.250,00
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	<b>2.855.400,00</b>	<b>8.726.960,00</b>	<b>7.412.000,00</b>	<b>7.302.200,00</b>	<b>7.051.345,00</b>	<b>7.246.281,00</b>
<b>RESERVA LEGAL RPPS (XVI)</b>	<b>1.369.850,00</b>	<b>1.987.000,00</b>	<b>1.921.000,00</b>	<b>2.490.500,00</b>	<b>2.611.050,00</b>	<b>3.143.440,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)</b>	<b>96.220,00</b>	<b>128.440,00</b>	<b>79.750,00</b>	<b>26.808,00</b>	<b>70.019,00</b>	<b>59.200,00</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)</b>	<b>24.528.650,00</b>	<b>30.285.000,00</b>	<b>31.227.000,00</b>	<b>33.829.000,00</b>	<b>34.669.758,00</b>	<b>36.716.298,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)</b>	<b>(2.117.850,00)</b>	<b>(5.446.000,00)</b>	<b>(3.593.400,00)</b>	<b>(2.304.900,00)</b>	<b>(2.983.008,00)</b>	<b>(3.558.668,00)</b>

# Arabutã

## PREFEITURA

### ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 72/2015 SEQUÊNCIA 001

ATA 001

Processo Licitatório nº. 72/2015 – Tomada de Preços nº 006/2015  
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para elaboração e regularização e projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº. 52, da Fatma/SC, de 11 (onze) cemitérios municipais, para atender os termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 242.07.000458-7, em tramitação perante a Comarca de Ipumirim, observada as características constantes nos anexos que integram o presente edital.

A Comissão Permanente de Licitações promoveu a abertura dos envelopes de habilitação, sendo que as seguintes empresas participaram do certame: ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – ME, H2O AMBIENTAL LTDA – EPP, CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA – ME E MS SONDAGENS E MEIO AMBIENTE LTDA – ME.

Todas as empresas apresentaram documentação comprobatória de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Habilitação, os quais foram rubricados pela comissão e credenciados/representantes legais.

O credenciado da empresa ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA – ME impugnou a empresa CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA – ME nos seguintes pontos:

1 – Não atendeu a exigência do Edital – item 8.3, II – Balanço Patrimonial e demonstrações, sendo que o mesmo não está registrado na Junta Comercial.

Por sua vez, o credenciado da empresa CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA – ME impugnou a empresa H2O AMBIENTAL LTDA – EPP no seguinte ponto:

1 – Que a empresa realizou um projeto preliminar – diagnóstico ambiental, sendo que a Lei de Licitações veda tal situação.

Os credenciados das empresas empresa ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - ME e CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA – ME solicitaram cópias dos acervos técnicos das licitantes, sendo que tal solicitação foi aceita e cumprida na sessão pela Comissão Permanente de Licitações.

Assim, para melhor análise da documentação de habilitação e das impugnações, esta Comissão, entendeu por bem, sustar o andamento do presente processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que, somente após a conclusão de tal fase será deliberado o prosseguimento do certame.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações e Credenciados/Representantes Legais.

Arabutã, 04 de novembro de 2015.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COL-DEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF  
DELSI DRIEMEIER

### ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 73/2015 SEQUÊNCIA 001

ATA 001

Processo Licitatório nº. 73/2015 – Tomada de Preços nº 007/2015  
Objeto: Contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de sistema de abastecimento de água com rede de distribuição e ligações até os hidrômetros para a comunidade de Linha Guaraipo, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital.

A Comissão Permanente de Licitações promoveu a abertura dos envelopes de habilitação, sendo que apresentou Representante Legal para participar do certame a seguinte empresa: J. DOS SANTOS – CONCÓRDIA POÇOS ARTESIANOS LTDA EPP.

A empresa apresentou documentação comprobatória de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Ato contínuo foi aberto o envelope nº. 1 - Habilitação, o qual foi rubricado pela comissão e representante legal.

Assim, para melhor análise da documentação de habilitação, esta Comissão, entendeu por bem, sustar o andamento do presente processo, no prazo de 03 (três) dias úteis, sendo que, somente após a conclusão de tal fase será deliberado o prosseguimento do certame.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações e Representante Legal.

Arabutã, 04 de novembro de 2015.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COL-DEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER  
FELIPE PATZLAFF  
DELSI DRIEMEIER

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 0060/2015 - INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL**

CONTRATO Nº 0060/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA GILBERTO FRANCISCO NESI - ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2015.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua xv DE Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa GILBERTO FRANCISCO NESI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 11.390.172/0001-35, com sede na Rua Galdino Nesi,155, no Município de Arroio Trinta-SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor Gilberto Francisco Nesi, brasileiro, viúvo, empresário, portador do CPF nº 733.056.779-53 e RG 1.913.628, residente e domiciliado à Rua Galdino Nesi, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0044/2015, PREGÃO PRESENCIAL 0032/2015, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A contratada efetuará SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS, COM VISTAS AO MELHORAMENTO DO GADO LEITEIRO E DE CORTE, conforme Lei Municipal nº 1.448 de 25/01/2010, nas propriedades rurais dos agricultores do Município, para incremento na produção leiteira e de corte.

§ 1º - A Proponente vencedora deverá fornecer técnico habilitado para a realização dos serviços;

§ 2º - É de inteira responsabilidade da Proponente vencedora a manutenção com veículos, peças, combustíveis e quaisquer outros necessários para o deslocamento até a propriedade dos agricultores, sempre que solicitado;

§ 3º - A Proponente vencedora, deverá ficar à disposição dos agricultores em tempo integral e deverá providenciar técnico substituto, quando o responsável direto estiver ausente;

§ 4º - A Proponente vencedora, poderá cobrar do produtor pelo serviço prestado o valor por inseminação correspondente a 3% (três por cento) do salário mínimo vigente no País, estando sob sua responsabilidade os procedimentos de cobrança do valor/hora do agricultor;

§ 5º - Será de responsabilidade da Prefeitura o fornecimento do sêmen bovino, botijão, nitrogênio, luvas, aplicador e bainhas.

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será realizado nas propriedades dos agricultores do Município de Arroio Trinta, conforme solicitação dos mesmos, sem limite de inseminações, porém

a correta realização dos serviços será fiscalizada pela Secretaria da Agricultura, podendo impor multas e aplicação de penalidades, em conformidade com o que dispõe a Lei 8.666/93, quais sejam:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I – tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetos da licitação;

III – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Tudo em caso de desvio de finalidade ou qualquer outra forma de irregularidades observadas na prestação dos serviços.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$3.850,00(TRÊS MIL OITOCENTOS E CIQUENTA REAIS), sendo o valor de R\$1.925,00(UM MIL NOVECENTOS E VINTE E CINCO REAIS MENSAIS), com base nos preços apresentados na licitação.

§ 1º - A empresa contratada, poderá cobrar do produtor, pelo serviço prestado o valor máximo de R\$23,64(VINTE E TRÊS REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS), correspondente a 3% (três por cento) do salário mínimo nacional, por cada inseminação realizada.

§ 2º - A responsabilidade para realizar os procedimentos de cobrança do valor/hora do agricultor é exclusivamente da contratada.

§ 3º - Durante a execução deste contrato, não haverá revisão de valores aos termos das Leis 8.666/93 e 8.883/94.

Cláusula Quarta – O prazo para a prestação dos serviços é de 03/11/2015 a 31/12/2015, podendo ser aditivado, no interesse da administração e em conformidade com a Lei.

Parágrafo único: O Contrato poderá ser prorrogado por igual período, conforme determina a Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, havendo interesse de ambas as partes, levando-se sempre em consideração, que a referida prorrogação ficará atrelada a Lei autorizativa, no tocante ao ano de 2015 e subsequentes.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2015:

208 - 1 . 2003 . 20 . 601 . 20 . 2.40 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

§ 1º - O pagamento será feito por transferência bancária, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, mediante apresentação da nota fiscal na tesouraria da Prefeitura.

§ 2º - Deverá acompanhar a nota fiscal a relação de agricultores beneficiados, emitida pelo Secretário Municipal de Agricultura.

§ 3º - A empresa contratada deverá apresentar também a comprovação de pagamento das contribuições sociais dos empregados contratados que irão prestar o serviço.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos serviços discriminados, necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluindo qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 03 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

GILBERTO FRANCISCO NESI LTDA ME

CNPJ nº 11.390.172/0001-35

CONTRATADA

Gilberto Francisco Nesi

CPF nº 733.056.779-53

TESTEMUNHAS:

JULIAR LUIZ MANENTI

CPF: 036.215.649-26

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.909-78

CONTRATO Nº 0060/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO

CONTRATADA: GILBERTO FRANCISCO NESI ME

VALOR GLOBAL: R\$3.850,00

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0352015 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015 – FME**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo Licitatório nº 035/2015-FMED

Pregão Presencial nº 024/2015-FMED

O Fundo Municipal de Educação, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço Global, para Locação de serviço de monitoramento de imagens para os Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental. Recebimento dos Envelopes até: 19/11/2015 às 14:00h. Data da Sessão Pública: 19/11/2015 às 14:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site [www.picarras.sc.gov.br](http://www.picarras.sc.gov.br).

Balneário Piçarras(SC), 04 de novembro de 2015.

Laureci Bernadete Schneider Pereira

Gestora do FMED

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2015 - PMBP TOMADA DE PREÇO Nº 010/2015 - PMBP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Secretaria de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2015 - PMBP

TOMADA DE PREÇO Nº 010/2015 - PMBP

Em razão da falta de publicidade em jornal de circulação regional, fica alterada a data do Processo Licitatório 079/2015, Tomada de Preço 010/2015, referente a Reforma da Delegacia de Polícia de Balneário Piçarras, para o dia 23/11/2015 às 14:00hs.

Michelle Ariana Baumgaertner

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Balneário Piçarras, 04 de novembro de 2015

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

2ª COMPANHIA DO 4º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 19/11/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, com a disponibilização em comodato de aparelhos de Estações Móveis Celulares, para uso do Corpo de Bombeiros que atende o Município de Balneário Rincão / SC., por um período de 12 (doze) meses.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 04 de Novembro de 2015.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

#### EXTRATO DE CONTRATO - FMS

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 034/FMS/2015; NADINE ALBERTON VIEIRA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de Bicicletas, para uso das Agentes Comunitárias do Fundo Municipal de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/FMS/2015. No valor global de: R\$ 12.311,20 (Doze mil trezentos e onze reais e vinte centavos). ASSINATURA: 30/10/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Nadine Alberton Vieira.

#### EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

##### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 120/PMBR/2015; NADINE ALBERTON VIEIRA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de expediente, limpeza, eletrônico, suprimento de informática e aquisição e montagens de moveis sob medidas para equipar duas salas (escritórios), do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2015. No valor global de R\$ 11.433,15 (Onze mil quatrocentos e trinta e três reais e quinze centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 03/11/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Nadine Alberton Vieira.

CONTRATO Nº. 121/PMBR/2015; ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de expediente, limpeza, eletrônico, suprimento de informática e aquisição e montagens de moveis sob medidas para equipar duas salas (escritórios), do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2015. No valor global de R\$ 1.468,58 (Um mil quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 03/11/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Charles Madeira Melo.

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

#### AVISO DE PREGÃO 022/SAMAE/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SAMAE/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 18 de novembro de 2015 às 15:00 hrs.

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de material de camada de sustentação e material de camada filtrante para utilização em filtro de fluxo ascendente – tipo Russo para os filtros da Estação de tratamento de Água do Samae do Município de Balneário Rincão - SC conforme condições fixadas no termo de referência .Fone/Fax: (48) 3468- 7800 email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão, 03 de novembro de 2015.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

# Barra Velha

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA 002/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 096/2015 - Concorrência Pública nº 002/2015.

O Prefeito de Barra Velha/SC, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Concorrência Pública para outorga de Concessão para Operação dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do município de Barra Velha - SC. Cadastro até 07/12/2015. Data/horário recebimento envelopes: 10/12/2015 até 14:00 horas. Data/horário abertura envelopes: 10/12/2015 às 14:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 04 de novembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### CONTRATO 074/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 091/2015 - TP 006/2015

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global.

Valor do Contrato: R\$ 1.417.018,34 (um milhão quatrocentos e dezessete mil dezoito reais e trinta e quatro centavos)

Data da assinatura: 03/11/2015

Data do vencimento: 03/11/2016

Barra Velha, 16 de setembro de 2015

LUIZ BUNKI OTSUKA –  
Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -  
Prefeito

### PP 007/2015 FUNREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 025/2015 – FUMTEC

Pregão Presencial nº 007/2015 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote Para decoração Natalina 2015 com enfeites em Praças, Postes e Rotatórias do Município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 18/11/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 18/11/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 04 de novembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS 10/2015

PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 073/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Júlio Ramos Luz, CPF 582.420.409-82, Rua Acadêmico Nilo Marchi, 164, centro, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto: Execução de serviços autônomos de elaboração e realização de leilão de bens, de forma presencial.

Valor: Em remuneração pelos serviços prestados, o CONTRATADO não receberá nenhuma quantia do CONTRATANTE, recebendo apenas o percentual definido em Edital diretamente dos ARREMATANTES.

Data da assinatura: 02.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 074/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Majoa Consultoria Em Gestão Pública Ltda. - Me, CNPJ 23.318.738/0001-05, Rua Rudolfo Kienen, 170, sala 01, Teste Salto, Blumenau, SC.

Objeto: Prestação de serviços de consultoria especializada para elaboração de Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PMGRS) para a Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Data da assinatura: 05.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Contrato Nº 075/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: NCM Construções Ltda. - ME, CNPJ 08.997.863/0001-97, Rua Felix de Lucca, 44, Bairro Milanese, Criciúma, SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), para a construção de um sistema de esgotamento sanitário para a cidade Bela Vista do Toldo.

Valor: R\$ 3.206.195,45 (três milhões, duzentos e seis mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 13.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 019.2015 - PREF – Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 010.2015.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor do contrato nos limites

permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel S-10, gasolina comum e do óleo diesel comum, para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 06.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 007/2015 - FMS - Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 10.324.957/0001-47, Rua Ovande dos Santos Pacheco, 240, centro, Bela Vista do Toldo, SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor do contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel S-10, gasolina comum e do óleo diesel comum, para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 06.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 005/2015 - FMAS - Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ 11.643.598/0001-53, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor do contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor da gasolina comum, para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 06.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 003/2015 - FMDC - Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2015.

Contratante: Fundo Municipal de Defesa Civil, CNPJ 16.917.906/0001-05, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor do contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel S-10 e do óleo diesel comum, para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 06.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Termo Aditivo Nº 003/2015 - FMDC - Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001.2015.

Contratante: Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Auto Posto Barracão Ltda., CNPJ 00.839.227/0001-25, Rua Estanislau Schumann, s/nº, Bela Vista do Toldo, SC.

Objeto do aditivo: Reajuste de valor do contrato nos limites permitidos por lei, em função do realinhamento de preço do valor do óleo diesel S-10 e do óleo diesel comum, para manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

Data da assinatura: 06.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL 146/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL

Rescisão do Contrato nº 146/2015, assinado em 15/10/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Contratada: SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME

Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL

Fundamento legal: Art. 79, inciso II da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Data de Assinatura: 29/10/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 192/2015

DECRETO Nº 192/2015 DE: 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 51.264,50 (Cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.2.28.000207. As dotações abaixo relacionadas:

#### 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2.034	Ações de Atenção Básica - PABF	51.264,50
3.3.90.00/0.2.28.000207	Outras Despesas	51.264,50

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### DECRETO Nº 193/2015

DECRETO Nº 193/2015 DE: 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 36.046,33 (Trinta e Seis Mil, quarenta e seis reais e trinta e três centavos) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fonte de recurso:

#### 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.1.010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	36.046,33
4.4.90.00/0.6.70.000192	Investimento	36.046,33

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### DECRETO Nº 194/2015

DECRETO Nº 194/2015 DE: 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

#### 02. GABINETE DO PREFEITO

0206.06.182.0006.2052	Funcionamento e Manutenção do Funrebom	14.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.33.000000	Outras Despesas Correntes	14.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.33.000000	Investimentos	14.000,00

#### 11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	19.200,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	19.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	19.200,00

#### 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	114.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	114.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	114.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.104/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 59/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.104/2015  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 59/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS PARA O CENTRO DE CASTRAÇÃO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MEDIC VET LTDA ME

Valor: R\$ 14.168,50 (quatorze mil cento e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência: 20/10/2015 a 31/12/2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA  
Secretário de Saúde

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.038/2014 - PROCESSO: TOMADA DE PREÇO - TP Nº 40/2014 – FMS -**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.038/2014  
Processo: Tomada de Preço - TP Nº 40/2014 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PRADO, CONTEMPLADA NA PORTARIA Nº. 1.380, DE 03 DE JULHO DE 2013, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Fornecedor: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP

Vigência: 28/10/2015 a 26/01/2016.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.214/2012 - PROCESSO – PREGÃO PRESENCIAL – PP Nº 91/2012/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.214/2012  
Processo – Pregão Presencial – PP Nº 91/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS IMPRESSORAS P&B e COLORIDAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER, NOVOS DE PRIMEIRO USO, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E

INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EIRELI

Vigência: de 23/10/2015 a 24/10/2016.  
Valor: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

ANGELO RAMOS VIEIRA - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 2649/2015**

PORTARIA nº 2649 de 22 de outubro de 2015  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELITA AURA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/09/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2650/2015**

PORTARIA nº 2650 de 22 de outubro de 2015  
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDUARDO BUGS GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2651/2015**

PORTARIA nº 2651 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAQUELINE LEONIDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2652/2015**

PORTARIA nº 2652 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SUELLYN WESTPHAL VALGAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2653/2015**

PORTARIA nº 2653 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIA VIEIRA TOCHETTO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2654/2015**

PORTARIA nº 2654 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA CAROLINA SILVA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2655/2015**

PORTARIA nº 2655 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GILCENIR PASSOS SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2656/2015**

PORTARIA nº 2656 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAUDICEIA COSTA SILVA DA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo

temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/10/2015 a 15/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2657/2015**

PORTARIA nº 2657 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA REGINA DOS SANTOS VENANCIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2658/2015**

PORTARIA nº 2658 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIÃ ROSELI QUIRINO MOREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2659/2015**

PORTARIA nº 2659 de 22 de outubro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RONITA ROSINA KERICH KLINGELFUS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2660/2015**

PORTARIA nº 2660 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSELI DE SOUZA CORREA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 02/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2661/2015**

PORTARIA nº 2661 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na

Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SUSAMAR DOS SANTOS CAVALHEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 19/12/2015 a 01/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/12/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2662/2015**

PORTARIA nº 2662 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TELMA HELENA DIAS MOREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 16/10/2015 a 29/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2663/2015**

PORTARIA nº 2663 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIZA SANTIAGO FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/09/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/09/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2664/2015**

PORTARIA nº 2664 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIANA CUNHA TEODOSIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 14/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2665/2015**

PORTARIA nº 2665 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSMARA PEREIRA COSTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 10/10/2015 a 04/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2666/2015**

PORTARIA nº 2666 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ENY PEREIRA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/10/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2667/2015**

PORTARIA nº 2667 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LEOTILDA SOARES DOS ANJOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 05/10/2015 a 06/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2668/2015**

PORTARIA nº 2668 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HANDERSON DIAS DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de VIGIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 09/08/2015 a 31/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/08/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2669/2015**

PORTARIA nº 2669 de 22 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUANNA PAULA WALTRICH, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 28/09/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/08/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2670/2015**

PORTARIA nº 2670 de 22 de outubro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Márcia Aparecida de Jesus, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 08/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2671/2015**

PORTARIA nº 2671 de 22 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alexandre de Souza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente de Gestão de Frotas, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 21/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2672/2015**

PORTARIA nº 2672 de 22 de outubro de 2015

Torna sem efeito a Portaria nº 2638/2015, da servidora Malvina Costa Silva do Mar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2638 de 20 de outubro de 2015, da servidora Malvina Costa Silva do Mar, ocupante do cargo temporário de Professor II, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2673/2015**

PORTARIA Nº 2673/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VIVIANE DA CONCEIÇÃO PARADEDA, ocupante do Cargo efetivo de COPEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISNITRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 9815/2015 em anexo no período de 19/10/2015 a 25/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2674/2015**

PORTARIA Nº 2674/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIANA PEREIRA ALVES MONTENEGRO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9816/2015 em anexo no período de 19/10/2015 a 19/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2675/2015**

PORTARIA Nº 2675/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDNA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9832/2015 em anexo no período de 16/10/2015 a 30/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2676/2015**

PORTARIA Nº 2676/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINE SOARES, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9661/2015 em anexo no período de 15/10/2015 a 29/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2677/2015**

PORTARIA Nº 2677/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TAISY DE AGAPITO ROSA DELGADO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9773/2015 em anexo no período de 19/10/2015 a 23/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2678/2015**

PORTARIA Nº 2678/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSETE NEIS CORREA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9694/2015 em anexo no período de 15/10/2015 a 29/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2679/2015**

PORTARIA Nº 2679/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NADIA SALMA FELTZ, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9839/2015 em anexo no período de 21/10/2015 a 23/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2680/2015**

PORTARIA nº 2680 de 23 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DAIANA COSTA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE DE ENDEMIAS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/10/2015 a 30/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2681/2015**

PORTARIA nº 2681 de 23 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARLICE TERESINHA

ZANOTTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/10/2015 a 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2682/2015**

PORTARIA nº 2682 de 23 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANJOLETE SCHMITT GONZAGA FIRMO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2015 a 02/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/07/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2683/2015**

PORTARIA nº 2683 de 23 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LEONELLA CECILIA DE SOUZA DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 29/10/2015 a 28/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2684/2015**

PORTARIA nº 2684 de 23 de outubro de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANDREIA REGINA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/09/2015 a 02/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/09/2015.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2686/2015**

PORTARIA nº 2686 de 29 de outubro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Vanessa de Almeida Cabral, detentor do cargo de provimento temporário de Almoxarife, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/10/2015.

Biguaçu, 22 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2687/2015**

PORTARIA nº 2687 de 29 de outubro de 2015

Torna sem efeito a Portaria nº 2471/2015, da servidora Jheniffer de Andrade Machado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2471 de 23 de setembro de 2015, da servidora Jheniffer de Andrade Machado, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2689/2015**

PORTARIA nº 2689 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Karoline Wollinger, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Governo, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2690/2015**

PORTARIA nº 2690 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Antonio Felipe Asmuz Pereira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Superintendente de Comunicação Social, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2691/2015**

PORTARIA nº 2691 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Martha Huff Martins, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Administrativo de Comunicação Social, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2692/2015**

PORTARIA nº 2692 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Elson João da Silva, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2693/2015**

PORTARIA nº 2693 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) John Kennedy Lara da Costa, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, nível CC-1, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2694/2015**

PORTARIA nº 2694 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Andrea Felipe, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, nível CC-1, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2695/2015**

PORTARIA nº 2695 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Charles Fernando Gerber, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assessor de Finanças, nível CC-3, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2696/2015**

PORTARIA nº 2696 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alexandre Martins de Souza, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor Geral, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2697/2015**

PORTARIA nº 2697 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Alice Maria Borba, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Gerente Pedagógico, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2698/2015**

PORTARIA nº 2698 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Andreia Machado dos Santos, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente de Ensino Fundamental, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2699/2015**

PORTARIA nº 2699 de 29 de outubro de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Dircilene Carmelita Maria da Luz, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Coordenador de Transferência de Renda, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 31/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2700/2015**

PORTARIA nº 2700 de 29 de outubro de 2015

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Antônio Felipe Asmuz Pereira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo de Comunicação Social, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 01/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2701/2015**

PORTARIA nº 2701 de 29 de outubro de 2015

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Andrea Felipe, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente Adjunto da Fundação Municipal do Meio Ambiente, nível CC-2, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a contar de 01/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2702/2015**

PORTARIA nº 2702 de 29 de outubro de 2015

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Elson João da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor Regional de Sorocaba, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a contar de 01/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2015.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 19.194/2015

PORTARIA Nº 19.194, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.  
EXONERA NEIDE DA VEIGA DO CARGO  
EM COMISSÃO DE GERENTE DE ORÇAMENTO,  
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL -  
SEGG.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, RESOLVE:

EXONERAR

NEIDE DA VEIGA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Orçamento, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, nomeada pela Portaria nº 16.554, de 11 de janeiro de 2013, no dia 03 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.195/2015

PORTARIA Nº 19.195, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.  
DISPENSA RICARDO VIANA FERNANDES DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, RESOLVE:

DISPENSAR

o servidor público municipal RICARDO VIANA FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, da função gratificada de confiança de Coordenador de Ações Promocionais e Divulgação, FGC-70%, concedida pela Portaria nº 18.863, de 17/06/2015, no dia 01/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.197/2015

PORTARIA Nº 19.197, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.  
DESIGNA NEIDE DA VEIGA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, RESOLVE:

DESIGNAR

a servidora pública municipal NEIDE DA VEIGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Digitador, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Ações Promocionais e Divulgação da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, FGC-70%, no dia 03 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.198/2015

PORTARIA Nº 19.198, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL N.M.S.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Julgamento prolatado nos autos do PEEP nº 001/2015, RESOLVE:

EXONERAR

a servidora pública N.M.S., matrícula nº 22958-2, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ser considerada 'inapta' para o exercício das funções de seu cargo, à vista do que consta do relatório final exarado pela Comissão de Exoneração - COMEX nos autos do Processo de Exoneração nº 001/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de novembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 001/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O CENTRO EDUCACIONAL AMIGINHO FELIZ

OBJETO: Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede

Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga por mais 12 meses, de 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2017.

DATA: 06 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 002/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A SOCIEDADE BENEFICENTE ARNOLD HADLICH

OBJETO: Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga por mais 12 meses, de 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2017.

DATA: 06 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 003/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA

OBJETO: Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga por mais 12 meses, de 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2017.

DATA: 06 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 004/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 004/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS DE SÃO ROQUE

OBJETO: Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga por mais 12 meses, de 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2017.

DATA: 06 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 005/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 005/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A UNIÃO CRISTÃ – ASSOCIAÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL

OBJETO: Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga por mais 12 meses, de 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2017.

DATA: 06 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 012/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 012/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA

OBJETO: Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: Prorroga por mais 12 meses, de 10 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2017.

DATA: 06 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 108/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA

OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PAR ADEQUAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO AMBULATÓRIO GERAL HEINZ SCHRADER (AG CENTRO).

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-001/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 28 de dezembro de 2015.

DATA: 30 de setembro de 2015.

### **EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2015**

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 128/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA CATARINENSE DE

ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E EMPREENDIMENTOS LTDA – ECAGEL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE UMA PASSARELA EM ESTRUTURA METÁLICA SOBRE O RIBEIRÃO DA VELHA, ENTRE AS RUA FRANZ MUELLER E GERMANO KRUEGER.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 01-004/15.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 11 de outubro até o dia 10 de novembro de 2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 9.569,89 (nove mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos). Suprime a quantia de R\$ 4.022,90 (quatro mil vinte e dois reais e noventa centavos).

DATA: 20 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 219/2012**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 219/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A EMPRESA LANCHONETE PARADA 10 LTDA.

OBJETO: OUTORGA DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DE ESPAÇO LOCALIZADO NO TERMINAL RODoviÁRIO DE PASSAGEIROS PREFEITO HERCÍLIO DEEKE - TRP PHD, COM ÁREA DE 59,60 M² PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE

COMERCIAL DE LANCHONETE E COMÉRCIO DE JORNAIS E REVISTAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-011/2012.

PREÇO: Reajusta o valor da remuneração mensal pago ao Município para R\$ 2.233,87 (dois mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos), a contar de 08 de outubro de 2015.

DATA: 21 de outubro de 2015.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2014**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 221/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO

EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA RECRUTAR, SELECIONAR, ADMINISTRAR O PROGRAMA DE ESTÁGIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BLUMENAU, SUAS FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 080/2013.

PRAZO: prorrogando o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 28 de agosto de 2015 até 27 de agosto de 2016.

PREÇO: Renova os valores dos serviços que se mantém R\$ 64.840,39 (sessenta e quatro mil oitocentos quarenta reais, trinta e nove centavos).

DATA: 10 de setembro de 2015.

### **EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/2011**

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 226/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E O SENHOR JACI JOSÉ TAMBANI.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO C.E.I. WALLY SERENA BRANDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-167/2011.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2015 até 31 de outubro de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.272,70 (três mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 39.272,40 (trinta e nove mil duzentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).

DATA: 21 de outubro de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 263/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 263/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
(ISSBLU)

E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados para elaboração e execução plena de concurso público para provimento de cargos efetivos do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau – ISSBLU.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-135/2015.

PRAZO: 120 (cento e vinte dias), contados da data de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 14.790,00 (quatorze mil setecentos e noventa reais), baseado em até 150 candidatos inscritos, excedendo esse número será pago R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) a mais por candidato inscrito, até o limite máximo de R\$ 26.940,00 (vinte e seis mil novecentos e quarenta reais) para a execução total dos serviços.

DATA: 28 de setembro de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 292/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 292/2015.

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA DI FATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de construção de Quadra Poliesportiva Coberta (saldo remanescente), na Escola Básica Municipal Hella Altenburg, conforme especificações constantes no edital – SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 019/2015.

PRAZO: 08 (oito) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 270.545,47 (duzentos e setenta mil quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

DATA: 14 de outubro de 2015.

**EXTRATO CONTRATO Nº 294/2015**

EXTRATO – CONTRATO Nº. 294/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de recapagem de pneus de trator e de retroescavadeira, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 12 meses – SEDEC.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 113/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

PREÇO: R\$ 18.498,00 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e oito reais), sendo R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) do item 01; R\$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais) do item 02; R\$ 1.980,00 (mil novecentos e oitenta reais) do item 03; 1.790,00 (mil setecentos e noventa reais) do item 04; R\$ 1.390,00 (mil trezentos e noventa reais) do item 05; e R\$ 839,00 (oitocentos e trinta e nove reais) do item 06.

DATA: 26 de outubro de 2015.

**PORTARIA Nº 29.677/2015 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 29.677, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, d e 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
191167	Débora Guimarães Pereira Molin	SEMED	2015/1167	02/09/2015	30/11/2015
189243	Francisca Helena Cunha Daneliczen	SEMED	2015/1146	27/09/2015	25/11/2015
170755	Giovana Regina da Silva	SEMED	2015/1134	28/09/2015	07/10/2015
105180	Ionara Regina Cani	SEMUDES	2015/1179	14/09/2015	25/09/2015
229595	Janete Dutka Mafra	SEMED	2015/1136	23/09/2015	22/10/2015
148636	Juciane Mara Mota	SEMED	2015/1181	29/09/2015	09/10/2015
148040	Lucemir Schlindwein Leite	SEMED	2015/1190	29/09/2015	13/10/2015
148113	Márcia Bernadete Ferreira	SEMED	2015/1139	23/09/2015	16/09/2015
103900	Maristela Silvia Buzzi dos Santos	SEMED	2015/1182	11/08/2015	09/10/2015
150436	Vânia Evaristo Rocha Nogueira	SEMED	2015/1188	28/09/2015	07/10/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 29.678/2015 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 29.678, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL DALL OSTO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, RESOLVE:  
AUTORIZAR

O afastamento do servidor público municipal RAFAEL DALL OSTO, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Pós - Graduação Stricto Sensu em Ciências Farmacêuticas pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, com início em 01 de outubro de 2015 e término previsto para 10 de dezembro de 2015, totalizando 11 dias alternados, em jornada integral de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2015/10/006071.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.  
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 29.679/2015 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 29.679, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDECI DUTRA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA PARTICIPAR DO CURSO DE TREINAMENTO PROJECT FOR STRENGTHENING NATIONAL STRATEGY OF INTEGRATED NATURAL DISASTER PELA AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO - JICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, RESOLVE:  
AUTORIZAR

O afastamento do servidor público municipal VALDECI DUTRA, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, com remuneração, para participar do Curso de treinamento Project for Strengthening National Strategy of Integrated Natural Disaster pela Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA, com início em 18 de outubro de 2015 e término previsto para 21 de novembro de 2015, totalizando 24 dias consecutivos, em jornada integral de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2015/10/006179.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2015.  
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

#### **HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-027/15**

MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-027-15 – Registro de Preços para execução de sondagem tipo SPT, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano – SEMED – SESUR.

Contratada: MARCON SONDAGENS LTDA EPP.

CNPJ: 75.307.355/0001-27.

ITEM 01 - SEMED			
	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	200 Metros	R\$ 48,02	R\$ 9.604,00
2	05 Unidades	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00
Total do Item 01			R\$ 11.604,00
ITEM 02 – SESUR			
	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
3	270 Metros	R\$ 48,02	R\$ 12.965,40
4	06 Unidades	R\$ 400,00	R\$ 2.400,00
Total do Item 02			R\$ 15.365,40

**HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 2015**

MUNICIPIO DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Processo de Inexigibilidade nº. 09-156/2015 – Contratação de serviços de hotelaria para hospedagem dos músicos das bandas alemãs que se apresentarão durante a 32ª Oktoberfest, que será realizada de 07 a 25 de outubro de 2015, no parque Vila Germânica - PROEB. EMPRESA VENCEDORA: Hotel Himmelblau Palace LTDA (CNPJ: 82.629.452/0001-00). VALOR: R\$212.831,75 (duzentos e doze mil oitocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos) Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-166/2015 – Serviços de locução de palco para atuar na apresentação da programação festiva durante a Oktoberfest 2015 – PROEB. CONTRATADO: Josebel Calamidy Santos Dalcegio (CPF: 003.938.569-84) VALOR: R\$5.700 (cinco mil e setecentos reais); CONTRATADO: Rodrigo Vieira (CPF: 070.940.599-57) VALOR: R\$5.100,00 (cinco mil e cem reais); CONTRATADO: Joao Ernandes Machado (CPF: 619.014.749-68) VALOR: R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais); CONTRATADO: Charles Espig (CPF: 745.419.279-34) VALOR: R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais); CONTRATADO: Belmiro Valerio Avancini Filho (CPF: 920.700.519-00) VALOR: R\$3.000,00 (três mil reais); CONTRATADO: Camila Graciosa Purim (CPF: 066.765.509-38) VALOR: R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais); CONTRATADO: Giovani Mrozkowski (CPF: 600.436.959-49) VALOR: R\$5.100 (cinco mil e cem reais); CONTRATADO: Gustavo Bilinski (CPF: 007.588.719-37) VALOR: R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) .VALOR TOTAL: R\$36.100,00 (trinta e seis mil e cem reais). Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-161/2015 – Apresentações teatrais, tendo como objetivo trabalhar a conscientização do consumo de bebidas alcoólicas, durante a 32ª Oktoberfest - PROEB. EMPRESA VENCEDORA: Associação Cultural Sinos Cia de Teatro (CNPJ: 12.570.782/0001-83). VALOR: R\$13.276,92 (treze mil e duzentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos). Base Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

**PORTARIA Nº 194/2015 - SETERB**

PORTARIA Nº 194/2015  
CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, RESOLVE:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes do respectivos Grupos Funcionais:

Mat.nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
497	José Moacir Carvalho	Guarda de Trânsito	C	GF	01/10/2015
598	Marcelo Labes	Agente Administrativo	C	GF	28/10/2015
637	Nedson Barcellos e Silva	Guarda de Trânsito	C	GF	21/10/2015

Blumenau, 26 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

**PORTARIA Nº 195/2015 - SETERB**

PORTARIA Nº 195/2015

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo pelo art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, RESOLVE:

CONCEDER:

Auxílio Escolar aos servidores públicos efetivos desta Autarquia, não detentores de curso superior, relativos ao 2º semestre do ano de 2015:

Nome	Cargo	Curso	Instituição	%
Andrei Diógenes de Almeida Cury	Guarda de Trânsito	Engenharia Civil	UNIASSELVI	28

As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta da classificação 33.03.06.125.0005.2217 Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, elemento 3.3.90.18.99.01 – Outros auxílios financeiros a estudantes do orçamento da Autarquia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 21 de agosto de 2015.

Blumenau, 28 de agosto de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

**PORTARIA Nº 196/2015 - SETERB**

PORTARIA Nº 196/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES QUE INDICA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, RESOLVE:

CONCEDER

Com fundamento no art. 102 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, Gratificação de Condução correspondente a 10%(dez por cento) incidente sobre o padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento das Classes de Cargos de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, que constitui o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28/11/2007, ao servidor abaixo elencado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Guarda de Trânsito:

CADASTRO	NOME	A CONTAR DE
637	Nedson Barcellos e Silva	21/10/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 21 de outubro de 2015.

Blumenau (SC), 29 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

**PORTARIA Nº 197/2015 - SETERB**

PORTARIA Nº 197/2015

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE TRÂNSITO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 46, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público autárquico municipal LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER do cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, em 30 de outubro de 2015.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente do SETERB

**EXTRATO Nº 252/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 252/2015

Dispensa de Licitação nº. 175/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, XXI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Aquisição de mobiliário para o galpão do PPGEF da Universidade. Contratada: Hill Design Comércio de Móveis LTDA. – ME. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma a seguir previsto: a) 10% (dez por cento) do montante total do Contrato em até 7 (sete) dias consecutivos após a assinatura do instrumento pactual, através de depósito ou boleto bancário; b) 40% (quarenta por cento) do valor total do Contrato em até 7 (sete) dias consecutivos após o recebimento definitivo dos materiais/móveis, desde que os mesmos sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e); e c) 50% (cinquenta por cento) do valor total do Contrato em até 30 (trinta) dias consecutivos após o recebimento definitivo dos materiais/móveis, observadas as condições descritas na alínea acima; Valor/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)/01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/4.4.90.52.00/4.4.90.51.00.

Blumenau, 27 de outubro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**CÂMARA MUNICIPAL****MD 2405**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.405

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE INSTRUÇÃO E ANÁLISE FORMAL DAS PROPOSTAS DE IMÓVEIS PARA AQUISIÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada Comissão Especial de Instrução e Análise Formal das Propostas de Imóveis, para aquisição pela Câmara Municipal de Blumenau, que lhe servirá de sede própria.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau:

I – Dulcenéia de Sousa Roepke;

II – Marjori Simone Tschoeke;

III – Maurício Xavier Müller.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão realizados pelo tempo necessário à execução do processo administrativo objeto desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 8 DE OUTUBRO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS MARCO  
1º SecretárioANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2406**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.406

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA ESPECIAL PARA ACOMPANHAR AS OBRAS DA MATERNIDADE DO HOSPITAL SANTO ANTONIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída Comissão Legislativa Temporária Especial, nos termos dos artigos 66 e 67 do Regimento Interno, formada por 7 (sete) Vereadores, um de cada Partido e Bloco Parlamentar com assento na Câmara Municipal, com a finalidade de acompanhar as obras de ampliação e reforma da maternidade do Hospital Santo Antonio, conforme Requerimento nº 1321, de 8 de outubro de 2015.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros Vereadores:

I – Marco Antonio Wanrowsky – PSDB;

II – Cezar João Cim – PP;

III – Ivan Naatz – PDT;

IV – Marcos da Rosa – DEM;

V – Roberto Tribess – PMDB;

VI – Fábio Allan Fiedler – Bloco Parlamentar;

VII – Vanderlei Paulo de Oliveira – PT.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis até metade, para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE OUTUBRO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS MARCO  
1º SecretárioANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário**MD 2407**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.407

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE REAVALIAÇÃO DE DESPESAS, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É constituída Comissão Especial de Reavaliação de Despesas, no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, para análise de:

I - despesas de capital;

II – despesas de custeio;

III – relevância dos processos licitatórios em curso;

IV – contratos de serviços e compras em execução.

Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos seguintes servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau:

I – Júlio César Pereira (Presidente da Comissão);

II – Jaison Joni Pereguda;

III – Edson Francisco Brunsfeld;

IV – André Espezim.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão Especial serão realizados pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua instalação, prorrogável até metade por ato da Mesa Diretora.

Parágrafo único. A conclusão dos trabalhos da Comissão será expressa em relatório à Mesa Diretora.

Art. 4º Os servidores públicos integrantes da Comissão Especial, de que trata esta Resolução, não farão jus a qualquer espécie de remuneração pelos trabalhos realizados, bem como os servidores públicos e/ou profissionais que prestarem assessoria técnica, ainda que convocados.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 19 DE OUTUBRO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO  
1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

## MD 2408

RESOLUÇÃO MD Nº 2.408

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do servidor público Júlio Cesar Pereira, no 1º Congresso Sul Brasileiro de Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais, em Florianópolis (SC), de 21 a 23 de outubro de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de taxa de inscrição no evento, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e de duas diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao servidor público participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o servidor público deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE OUTUBRO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Presidente

MARCOS DA ROSA  
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO  
1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY  
2º Secretário

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4768/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 4768/15 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015. ABRE CREDITO ESPECIAL CRIAR PROJETO / ATIVIDADE, MODALIDADE DE APLICAÇÃO E SUPLEMENTA VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs Leis Municipais nºs 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA), Lei Municipal nº 991/2015 de 04.11.2015 e a Lei Federal nº 4.320/64:

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Especial criando Projeto/Atividade, modalidade de aplicação e suplementar verba no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4490 – Aplicações Diretas, fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, conforme identificação a seguir:

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento DE Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.752.0029.1.023	
	Ampliação de Redes Elétricas Urbanas	
4.4.90	Aplicações Diretas (1532) ..... R\$	19.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos do seguinte projetos abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal Obra e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.451.0043.1.025	
	Apoio a Implantação de Industria e Comércio	
3.3.90	Aplicação Direta (1118) .....R\$	5.000,00
	Fonte: 01.34 – Transferências de Convênios	
	PROJETO: 15.451.0043.1.025	
	Apoio a Implantação de Indústria Comércio	
4.4.90	Aplicação Direta (1126) .....R\$	14.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 04 de novembro de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 989/2015

LEI MUNICIPAL Nº 989/15 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ESPAÇO PÚBLICO, EM CARÁTER PRECÁRIO, PARA A INSTALAÇÃO DE UM RELÓGIO DIGITAL COM PAINEL PUBLICITÁRIO E INFORMATIVO DE HORA E TEMPERATURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Bom Jesus do Oeste/SC autorizado a celebrar termo de permissão de uso de parte de bem público imóvel, em caráter precário, com a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Itaipu – SICOOB, Cooperativa Regional Itaipu e Cooperativa de Eletrificação Rural Vale do Araçá CERAÇÁ, destinado a instalação de um Painel Eletrônico, com marcação de data, hora, temperatura e informativo publicitário, sobre a rotatória instalada na Rua Planalto esquina com Rua Carolina.

Art. 2º A permissão de uso poderá ser revogada em caso de destinação imprópria do equipamento, e em caso de interesse público.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições da Lei Municipal nº 769/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 04 dias do mês de novembro do ano de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 990/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 990/15 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015. DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 659/2008, PARA INSTITUIR O DEPARTAMENTO DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com amparo na Lei Orgânica FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei Complementar nº 659/2008, para incluir em seu art. 16, parágrafo único, o DEPARTAMENTO DE CULTURA, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 16 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, através de seus Departamentos, compete desenvolver as atividades relacionadas com:

.....

Parágrafo Único – As atividades culturais são desenvolvidas pelo DEPARTAMENTO DE CULTURA, com as seguintes atribuições:

I – estimular e promover a cultura no município, de forma transversal com outras secretarias e setores;

II – estimular e promover as manifestações artístico-culturais;

III – incentivar atividades e eventos folclóricos, étnicos, típicos e tradicionais;

IV – programar o calendário dos eventos culturais do município;

V – promover e incentivar a prática artística e cultural no município;

VI – apoiar e valorizar os grupos artístico-culturais organizados, promovendo sua integração;

VII – promover atividades, programas, projetos e eventos de relevância histórica, artística, literária e cultural no município;

VIII – promover e incentivar a realização de exposições, feiras, festivais, mostras, concursos de caráter artístico-cultural;

IX – administrar os equipamentos culturais do município;

X – identificar, registrar e organizar os documentos, acervos e objetos com potencial histórico e ou que sejam significativos para preservação da história do município;

XI – salvaguardar o patrimônio cultural material e imaterial do município, por meio de registros, inventários, pesquisas, documentários, bem como outras medidas de preservação;

XII – promover oficinas, cursos, conferências, fóruns, palestras e outras atividades de formação para o campo da cultura;

XIII – realizar ações e projetos de pesquisa sobre a história do município e da região, divulgando amplamente seus resultados;

XIV – realizar outras atividades que lhe forem conferidas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 04 dias do mês de novembro do ano de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº 991/2015

LEI MUNICIPAL Nº 991/15 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, DESTINADO A CRIAÇÃO DE AÇÕES E META FINANCEIRA PREVISTA E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM EXECUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Plano Plurianual – Lei Municipal nº 899/13 de 25 de outubro 2013, em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a criação de Ações e Metas Financeiras no seguinte Programa: Programa 29 – Distribuição de Energia Elétrica, Ação de Governo nº 1.023 – Ampliação de Redes Elétricas Urbanas valor previsto em R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais), modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicações Diretas, fonte de recurso 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º - Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Municipal nº 942/14 de 15 de outubro de 2014, em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a criação de Ações e Metas Financeiras no seguinte Programa: Programa 29

– Distribuição de Energia Elétrica, Ação de Governo nº 1.023 – Ampliação de Redes Elétricas Urbanas, valor previsto em R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais), modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicações Diretas, fonte de recurso 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4490 – Aplicações Diretas, fonte te recursos 01.00 – Recursos Ordinários, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste:

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento DE Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.752.0029.1.023	
	Ampliação de Redes Elétricas Urbanas	
4.4.90	Aplicações Diretas (1532) ..... R\$	19.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 4º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 3º da presente Lei, a ser operada mediante decreto específico, serão utilizados recursos do seguinte projetos abaixo e respectivo elemento da Secretária Municipal Obra e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.451.0043.1.025	
	Apoio a Implantação de Industria e Comércio	
3.3.90	Aplicação Direta (1118) .....R\$	5.000,00
	Fonte: 01.34 – Transferências de Convênios	
	PROJETO: 15.451.0043.1.025	
	Apoio a Implantação de Indústria Comércio	
4.4.90	Aplicação Direta (1126) .....R\$	14.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, em 04 de novembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.833/2015

DECRETO Nº 1.833/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1.311/2015 de 04 de novembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 234.048,81 (Duzentos e trinta e quatro mil quarenta e oito reais e oitenta e um centavos) conforme abaixo especificado:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Divisão de Administração
04-122-0005-2.7	Assistência e Contribuição Financeira a Entidades de Apoio
3.3.5.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(428)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 9.000,00
03.02	Divisão de Finanças
04-123-0010-2.8	Man.Secretaria geral da Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e CI
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(702)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 52.000,00
04.00	-Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-0025-2.13	- Operação e Manutenção de Atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(451)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação ..... R\$ 21.048,81
12-361-0030-2.16	-Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(465)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação ..... R\$ 5.000,00
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(464)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação ..... R\$ 20.000,00
05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-0100-2.26	-Benefícios Eventuais
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(703)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 9.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-0130-2.41	-Manutenção das Praças, Jardins e Ornamentação da Cidade
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(701)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 18.000,00
08.00	-Secretaria de Agricultura
08.01	-Divisão de Agricultura
20-606-0155-2.43	-Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(622)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde

10-301-0090-2.29	-Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(575)	-Receita de Impostos e de Transf. Impostos Saúde ..... R\$ 35.000,00
10-302-0090-2.72	-Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA/AMMVI
3.3.9.3.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(598)	-Receita de Impostos e de Transf. Impostos Saúde ..... R\$ 55.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

02.00	Gabinete do Prefeito
02.02	Assessoria Jurídica
04-122-0005-2.3	Manutenção da Assessoria Jurídica
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(424)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 2.400,00
02.03	Assessoria de Planejamento
04-121-0005-2.64	Manutenção da Assessoria de Planejamento
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(425)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 48.048,81
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Divisão de Administração
04-122-0195-2.5	Man.Conservação de Prédios que Abrigam os Órgãos da Adm Pública
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(436)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 8.000,00
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(667)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 9.000,00
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
06-181-0150-2.37	Operação e Mun.Convênio Radio Patrulha e Convênio SSP/Transito
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(531)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 4.000,00
26-782-0125-2.35	Man. e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(515)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 60.000,00
06.02	-Divisão de Projetos e Estudos
15-122-0130-2.38	-Manutenção do Setor de Projetos
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(670)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 70.000,00
06.03	Divisão de Saneamento
17-512-0110-1. 3	Construção de Redes de Esgoto e Fossas Septicas
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(509)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00
08.00	-Secretaria de Agricultura
08.01	-Divisão de Agricultura
20-606-0155-2.59	-Manutenção e Funcionamento do Matadouro Municipal
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(547)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00
09.00	- Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
09.01	-Divisão de Desenvolvimento Econômico
22-661-0165-2.45	-Programas e Projetos de Preservação Ambiental

3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(551)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00
10.00	-Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.01	-Divisão de Turismo
23-695-0170-2.47	-Fomento da Atividade e Desenvolvimento do Turismo
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(552)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 3.600,00
10.03	-Divisão de Esportes
27-812-0070-2.21	-Apoio ao Esporte Amador do Município
3.3.9.0.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(482)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 04 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 04 de novembro de 2015.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 22/2015

LEI Complementar Nº 22/2015

"Estabelece normas sobre procedimento administrativo disciplinar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Botuverá e dá outras providências."

### O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas sobre procedimento administrativo disciplinar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Botuverá, visando à uniformização dos procedimentos processuais administrativos disciplinares.

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se a todos os servidores da administração direta e indireta incluindo-se os servidores em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargo comissionado.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, entre outros, os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, impessoalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, razoável duração do processo, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. A norma administrativa deve ser interpretada e aplicada da forma que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

Art. 3º A autoridade que de qualquer modo tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, pelos procedimentos previstos nesta Lei Complementar, assegurado ao acusado a ampla defesa.

§ 1º Caso a autoridade não tenha competência legal para determinar a instauração de processo para a apuração do fato, incumbê-lhe diligenciar, junto à autoridade própria, no sentido de que a providência se verifique.

§ 2º Mediante solicitação da autoridade referida no caput, a

apuração dos fatos poderá ser promovida por servidor de órgão ou entidade diverso daquele em que tenha ocorrido a irregularidade, mediante delegação de competência específica para tal finalidade, no âmbito do respectivo Poder, Órgão ou Entidade, preservadas as competências para o julgamento que se seguir à apuração.

§ 3º A autoridade competente determinará a expedição de portaria de constituição de comissão que será previamente submetida ao respectivo órgão jurídico e, para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

§ 4º Incorrerá a autoridade em responsabilidade administrativa caso constatada a omissão no cumprimento da obrigação das disposições deste artigo.

Art. 4º Ao ter ciência de fatos noticiados que configuram ilícito administrativo e constatada a inexistência de providências, é facultado à Procuradoria Geral do Município determinar ao órgão onde ocorreram os fatos a abertura de sindicância ou processo administrativo.

Art. 5º A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

Parágrafo único. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 6º Caso o servidor esteja respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, todos deverão ter prosseguimento até o seu julgamento final, independentemente da pena aplicada em cada um, inclusive em caso de demissão anterior.

Art. 7º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 8º Nos casos de ações na esfera judicial contra servidor público denunciado ou acusado, e cujos fatos deem ensejo a processo administrativo disciplinar, haverá o sobrestamento deste, até que o processo judicial transite em julgado.

#### CAPÍTULO II

##### DO AJUSTAMENTO DE CONDUTA ADMINISTRATIVO

Art. 9º A autoridade poderá optar pelo ajustamento de conduta nas infrações puníveis com repreensão verbal ou escrita, advertência ou suspensão de até 15 (quinze) dias, a ser adotado como medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição, visando à reeducação do servidor, e este, ao firmar o termo de compromisso de ajuste de conduta, deve estar ciente dos deveres e das proibições, comprometendo-se, doravante, em observá-los no seu exercício funcional.

§1º Para a adoção do instituto do ajustamento de conduta são competentes os Diretores, Gerentes e Chefia imediata de modo geral.

§ 2º Em sindicâncias e processos em curso, presentes os pressupostos, a respectiva comissão poderá propor o ajustamento de conduta como medida alternativa à eventual aplicação da pena.

Art. 10. Constituem requisitos para o ajustamento de conduta:

I - inexistência de dolo ou má-fé na conduta do servidor infrator;  
II - inexistência de dano ao erário ou prejuízo às partes, ou uma vez verificado, ter sido prontamente reparado pelo servidor;  
III - que o histórico funcional do servidor lhe abone a conduta precedente; e

IV - o servidor não poderá estar em estágio probatório.

Parágrafo único. Não se admitirá o ajustamento de conduta caso tenha sido o servidor beneficiado anteriormente, no prazo de 3 (três) anos, com a medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição.

Art. 11. Exclusivamente para os fins do disposto no parágrafo único do artigo anterior, o termo de compromisso de ajuste de conduta deverá ser registrado nos assentamentos funcionais do servidor.

### CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Art. 12. Observar-se-á o procedimento sumário para a apuração e regularização das seguintes infrações disciplinares:

I - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;  
II - abandono de cargo; e  
III - inassiduidade.

Art. 13. O procedimento sumário se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 2 (dois) servidores que deverão ser ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível da categoria funcional do acusado, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;  
II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e  
III - julgamento.

§ 1º No caso de acumulação ilegal de cargos, a indicação da autoria dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas ilegalmente acumulados, bem como dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º Na hipótese de abandono de cargo, que se caracteriza pela ausência do servidor ao serviço por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a materialidade dar-se-á pela indicação precisa desse lapso temporal.

§ 3º No caso de inassiduidade, a materialidade dar-se-á pela ausência ao serviço sem justa causa, por 60 (sessenta) dias intercalados, no período de 12 (doze) meses.

Art. 14. A comissão lavrará em até 5 (cinco) dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que tratam os parágrafos anteriores, bem como promoverá a citação do servidor acusado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa técnica e juntar documentos, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, aplicando-se no que couber o disposto no art. 44.

Art. 15. Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre as supostas irregularidades, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 1º No prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no art. 60.

§ 2º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 60 (sessenta) dias,

contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação, se as circunstâncias o exigirem.

§ 3º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do Capítulo V desta Lei Complementar.

§ 4º Nas infrações previstas no art. 12, o servidor poderá requerer a exoneração do cargo desde que antes do julgamento.

### CAPÍTULO IV DA SINDICÂNCIA

Art. 16. A sindicância é o meio de que se utiliza a Administração Pública para, sigilosa ou publicamente, com sindicados ou não, proceder à apuração de ocorrências anômalas, ocorrentes no serviço público.

Art. 17. A sindicância se divide nas seguintes espécies:

I - investigativa ou preparatória;  
II - acusatória ou punitiva com penalidade de suspensão de até 30 (trinta) dias; e  
III - patrimonial;

§ 1º A sindicância investigativa será instaurada quando o fato ou a autoria não se mostrarem evidentes ou não estiver suficientemente caracterizada a infração.

§ 2º Na portaria de sindicância investigativa constará a identificação da autoridade instauradora e dos membros que compõem a comissão, a denúncia ou descrição das eventuais irregularidades ocorridas e o prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 3º A sindicância investigativa ou preparatória, será conduzida por um ou mais servidores efetivos e estáveis pertencentes a categoria funcional compatível com o objeto da apuração.

§ 4º A sindicância acusatória ou punitiva será conduzida por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo efetivo e estável, superior ou de mesmo nível na categoria funcional do sindicado.

§ 5º Na portaria de sindicância acusatória ou punitiva constará a identificação da autoridade instauradora, dos membros da comissão e dos prováveis servidores responsáveis, que poderá ser na forma do disposto no parágrafo único do art. 37, o resumo circunstanciado dos fatos irregulares e a capitulação legal, caso seja possível.

Art. 18. Ao tomar conhecimento de fundada notícia ou de indícios de enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do servidor público, a autoridade competente determinará a instauração de sindicância patrimonial, destinada à apuração dos fatos.

Parágrafo único. Na portaria de sindicância patrimonial constará a identificação da autoridade instauradora, dos membros da comissão, o resumo dos fatos objeto da investigação e prazo para conclusão dos trabalhos.

Art. 19. O procedimento da sindicância patrimonial será conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível da categoria funcional do sindicado.

§ 1º A sindicância patrimonial constituir-se-á em procedimento sigiloso e meramente investigatório, não tendo caráter punitivo.

§ 2º Concluídos os trabalhos da sindicância patrimonial, a comissão responsável por sua condução fará relatório sobre os fatos apurados, opinando pelo seu arquivamento ou, se for o caso, por sua conversão em processo administrativo disciplinar.

Art. 20. Da sindicância poderá resultar:

- I - arquivamento do processo;
- II - aplicação de penalidade de repreensão verbal ou escrita, ou suspensão de até 30 (trinta) dias; e
- III - instauração de processo disciplinar.

Art. 21. Na sindicância não há necessariamente defesa, salvo no caso de sindicância acusatória ou punitiva.

Art. 22. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Art. 23. Os autos de sindicância, como peça informativa, poderão integrar o processo disciplinar.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 24. O prazo para a conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior, observado o disposto no parágrafo único do art. 30.

## CAPÍTULO V DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 25. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor estável, em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargos comissionados, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

§ 1º O período do estágio probatório ficará suspenso com a instauração de qualquer procedimento administrativo disciplinar.

§ 2º Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, disponibilidade e destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Art. 26. Verificando-se necessária a aplicação da penalidade, o processo disciplinar será instaurado independentemente de sindicância, quando houver confissão lógica ou forem evidentes a autoria e a materialidade da infração.

Art. 27. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível na categoria funcional do acusado, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.

Parágrafo único. A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo, excepcionalmente, a indicação recair em um de seus membros.

Art. 28. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo 1º - O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo

estável, quando designado pela autoridade competente para participar como membro em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e que embora atenda o interesse público, e sejam alheias as atribuições do cargo efetivo ou em condições anormais do regular exercício, fará jus a uma gratificação pelo encargo, sem prejuízo de outras gratificações que já perceba.

Parágrafo 2º - A gratificação pelo encargo por participação na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar não tem natureza de vencimentos e não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, sendo devida pelo período em que durar o processo administrativo disciplinar no âmbito municipal.

Parágrafo 3º - A gratificação de que trata o Parágrafo 1º do Art. 28 da presente Lei será paga, conforme quadro abaixo:

DENOMINAÇÃO	PERCENTUAL
Gratificação por encargo de membro de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.	30% (Trinta por cento) sobre o vencimento básico do servidor

§ 1º As reuniões da comissão terão caráter reservado, sendo que as audiências serão públicas.

§ 2º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo ao processo disciplinar, ficando seus membros e secretário, em tais casos, dispensados das atividades no órgão até a entrega do relatório conclusivo.

§ 3º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 29. Constatando-se que um dos membros da comissão está em licença médica ou em caso de afastamento de extrema necessidade, o presidente solicitará à autoridade instauradora a imediata substituição.

Parágrafo único. Os membros da comissão que derem motivo para a postergação ou não cumprimento de prazos serão responsabilizados administrativamente.

Art. 30. Todas as autoridades administrativas, independentemente de grau hierárquico, assim como todos os funcionários, servidores e agentes públicos, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, devem conferir prioridade ao atendimento das requisições das comissões de processo administrativo disciplinar.

§ 1º O atendimento às requisições das comissões processantes deve ocorrer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, se outro prazo nelas não houver sido fixado, levando-se em conta a preclusão dos atos processuais, assim como a natureza e o grau de complexidade do objeto da requisição.

§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico conforme disposto em lei, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado.

§ 3º A inobservância do disposto no § 1º constitui falta de exação no cumprimento de dever funcional e, vindo em prejuízo do interesse público, importará em responsabilidade administrativa, civil e penal.

## Seção I Dos Impedimentos

Art. 31. É impedido de atuar em processo administrativo como presidente ou membro da comissão, o servidor ou autoridade que:

- I - esteja em estágio probatório ou exerça exclusivamente cargo em comissão;
- II - tenha participado como perito, testemunha ou representante da parte;

III - seja cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;  
IV - tenha integrado comissão de sindicância da qual se originou o processo ou emitido parecer; e  
V - esteja litigando judicialmente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 32. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato àquela competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 33. O interessado poderá arguir o impedimento de forma incidental em autos apartados e sem suspensão da causa.

Art. 34. O indeferimento do incidente de impedimento poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

## Seção II Fases do Processo

Art. 35. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;  
II - instrução;  
III - defesa;  
IV - relatório conclusivo; e  
V - julgamento.

### Subseção I Da Instauração

Art. 36. O processo administrativo disciplinar será instaurado mediante a expedição da Portaria, que indicará:

I - a identificação funcional dos membros da comissão;  
II - a identificação dos prováveis servidores responsáveis;  
III - o resumo dos fatos; e  
IV - a capitulação legal, caso seja possível.

Parágrafo único. Na portaria poderá constar a identificação do provável servidor responsável de forma abreviada.

Art. 37. A portaria poderá ser aditada, notificando-se o acusado e, caso já tenha ocorrido o interrogatório, deverá ser designado novo depoimento sobre os fatos apresentados na adição.

Parágrafo único. Na hipótese de conhecimento de infrações conexas supostamente cometidas pelo acusado que emergirem no decorrer dos trabalhos, estas serão apuradas no próprio processo disciplinar em andamento, independentemente de aditamento ou da edição de nova portaria.

Art. 38. Iniciar-se-ão os procedimentos processuais disciplinares no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da Portaria, no Diário Oficial do Município e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, e em caso de força maior, por prazo determinado a critério da autoridade competente, não excedente a 60 (sessenta) dias.

Art. 39. A instalação é formalizada pela autuação da Portaria, e outros documentos que a instruírem, certidão ou cópia da ficha funcional do acusado, designação do dia, hora e local para a audiência inicial e citação do mesmo, para se ver processar e acompanhar, querendo, por si ou por seu procurador devidamente habilitado no processo, a instrução.

Parágrafo único. Constará do mandado de citação/notificação o

nome completo e matrícula do servidor, a cópia da portaria instauradora do processo, o local, data e hora da primeira audiência, além do prazo para arrolar as testemunhas de defesa.

Art. 40. Quaisquer documentos, cuja juntada ao processo seja considerada necessária, deverão ser despachados, pelo presidente da comissão, com a expressão "junte-se aos autos" ou equivalente, seguida de data e assinatura, lavrando o secretário o competente termo de juntada.

Parágrafo único. A numeração das folhas nos diversos volumes do processo será contínua.

Art. 41. A citação do acusado dar-se-á pessoalmente, por escrito, contra recibo e será acompanhada de cópia da portaria.

§ 1º No caso de se achar o acusado ausente do lugar onde deveria ser encontrado, será citado por via postal, em carta registrada com aviso de recebimento - AR, juntando-se ao processo o comprovante do registro e do recebimento.

§ 2º O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar imediatamente à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 42. Quando, por 3 (três) vezes, o membro da comissão processante houver procurado o acusado em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

§ 1º No dia e hora designados, o membro da comissão comparecerá ao domicílio ou residência do acusado, a fim de realizar a diligência.

§ 2º Se o acusado não estiver presente, o membro da comissão procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o acusado se tenha ocultado.

§ 3º Da certidão de ocorrência, o membro da comissão deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

§ 4º Feita a citação com hora certa, a comissão enviará ao acusado carta registrada com Aviso de Recebimento - AR, dando-lhe de tudo ciência.

Art. 43. Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial do Município, com prazo, nessa hipótese, de 15 (quinze) dias para defesa, a contar da última publicação do edital.

§ 1º Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 2º Será designado um servidor, de preferência bacharel em direito, como defensor do acusado, se não atendida a citação por edital.

§ 3º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

### Subseção II Da Instrução

Art. 44. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Parágrafo único. É permitido o uso de prova emprestada, desde que respeitado o contraditório.

Art. 45. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando

se tratar de prova pericial.

§ 1º Compete ao advogado que postular no processo administrativo disciplinar informar telefone de contato, endereço eletrônico e profissional no qual receberá as intimações e notificações, bem como comunicar à comissão processante qualquer mudança de endereço.

§ 2º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 46. Na instrução, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão, interrogando-se, em seguida, as testemunhas arroladas pela defesa e finalizando com a oitiva do acusado.

§ 1º Havendo denunciante, proceder-se-á à tomada de declarações do mesmo, ao interrogatório do acusado, à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão, nesta ordem, procedendo-se, após, à inquirição das testemunhas arroladas pela defesa.

§ 2º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, poderá ser promovida a acareação entre eles.

§ 3º Incumbe ao acusado, no prazo de 05 (cinco) dias a partir do seu interrogatório, apresentar o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, telefone, residência e o local de trabalho.

§ 4º Na instrução é lícito ao acusado oferecer até 10 (dez) testemunhas, indicando 3 (três), no máximo, para cada fato.

§ 5º Na hipótese da defesa arrolar testemunhas em número excedente ao fixado no parágrafo anterior, a comissão ouvirá somente as 10 (dez) primeiras constantes do rol oferecido.

§ 6º A comissão poderá arrolar as testemunhas que achar necessário à elucidação dos fatos, bem como proceder a mais de um interrogatório do acusado.

Art. 47. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do mesmo ser juntada aos autos.

§ 1º Se a testemunha for servidor público municipal, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 2º O acusado pode comprometer-se a levar à audiência a testemunha, independentemente de intimação, presumindo-se, caso não compareça, que desistiu de ouvi-la.

§ 3º A intimação poderá ser feita por outro meio, desde que atinja a finalidade.

Art. 48. Respeitado o limite disposto no § 4º do art. 47, poderá o acusado durante a instrução, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não comparecerem, desde que apresente a substituta na audiência.

Art. 49. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo único. As testemunhas serão inquiridas separadamente, o mesmo ocorrendo com os interrogatórios, quando houver mais de um indiciado.

Art. 50. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo caso de proibição legal, nos termos do art. 207 do Código de Processo Penal.

§ 1º Quando a pessoa estranha ao serviço público se recuse a depor perante a comissão, o presidente solicitará à autoridade policial a providência cabível, se assim entender, a fim de ser ouvida no departamento policial.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o presidente da comissão

encaminhará à autoridade policial, as perguntas sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.

§ 3º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 51. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial.

§ 1º O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

§ 2º O internamento do acusado, bem como a licença para tratamento de saúde após o interrogatório não suspende a tramitação do processo.

Art. 52. Havendo necessidade de prova pericial suspende-se o andamento do processo até a apresentação do laudo requerido.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 53. A fase instrutiva encerrar-se-á com Relatório de Instrução, no qual serão resumidos os fatos apurados, as provas produzidas e a convicção da Comissão Disciplinar sobre as mesmas, a identificação do acusado e das transgressões legais.

### Subseção III

#### Da Defesa

Art. 54. Após o relatório de instrução, o acusado ou seu representante legal serão notificados para apresentar defesa técnica no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que poderá juntar documentos, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, ou fora dela exclusivamente a procurador que seja advogado, mediante carga, no decurso do prazo.

§ 1º Havendo 2 (dois) ou mais acusados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 2º No caso de recusa do acusado ou do seu representante legal em por o ciente na cópia da notificação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a notificação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

§ 3º Na hipótese de não apresentação de defesa técnica, o Presidente designará um defensor ad hoc.

### Subseção IV

#### Do Relatório Conclusivo

Art. 55. Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 56. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

### Subseção V

#### Do Julgamento

Art. 57. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Proferido o julgamento serão notificados da decisão o servidor e seu defensor.

§ 2º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 3º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 4º O acusado, no processo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade administrativa adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a Comissão Processante, sem que implique cerceamento de defesa.

Art. 58. A extrapolação dos prazos previstos nesta Lei Complementar pela comissão ou pela autoridade julgadora não implica nulidade do processo.

Art. 59. Nos processos administrativos disciplinares em que a comissão processante sugerir a aplicação de quaisquer penalidades previstas em lei, a autoridade competente deverá previamente submetê-lo ao respectivo órgão jurídico para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

§ 1º Nas hipóteses em que a comissão processante sugerir a aplicação das penalidades de demissão simples, qualificada ou disponibilidade, após a manifestação dos órgãos jurídicos prevista no caput, deverá o processo administrativo disciplinar ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

§ 2º Após, o processo deve ser restituído ao órgão de origem para encaminhamento pelo seu respectivo titular ao Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Fica vedado a qualquer outro órgão emitir, no mesmo caso, manifestação divergente da proferida pela Procuradoria Geral do Município.

§ 4º Se a penalidade prevista for a demissão, a aplicação da pena caberá à autoridade competente para nomear.

§ 5º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 60. O julgamento a ser efetuado pela autoridade competente é dirigido pelo livre convencimento, a qual é facultado divergir das conclusões do relatório da comissão, podendo, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Parágrafo único. Reconhecida pela comissão a inocência do servidor ou a inexistência do fato, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se entender de forma diversa, frente à prova dos autos, quando aplicará a penalidade cabível.

Art. 61. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

Parágrafo único. A autoridade julgadora que der causa à prescrição da ação disciplinar será responsabilizada administrativa e judicialmente.

Art. 62. Quando a infração estiver capitulada como crime será remetido cópia do processo disciplinar ao Ministério Público para, se for o entendimento, instaurar a ação penal competente.

Art. 63. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade eventualmente aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

### Seção III Dos Recursos Subseção I

Art. 64. São cabíveis os seguintes recursos:

- I- pedido de reconsideração; e
- II- recurso hierárquico.

Art. 65. A petição de recurso observará os seguintes requisitos:

I - será dirigida à autoridade com competência para decidir e protocolizada no órgão no qual tramita o processo principal, devendo neste ser juntada;

II - trará a indicação do número do processo, o nome, qualificação e endereço do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões da inconformidade; e

IV - conterá o pedido de reforma da decisão recorrida.

Art. 66. Os recursos serão recebidos no efeito meramente devolutivo, salvo se, a juízo da autoridade competente, for concedido efeito suspensivo.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a penalidade aplicada for de demissão simples, qualificada ou disponibilidade, após a manifestação do respectivo órgão jurídico sobre o recurso interposto, deverá o processo administrativo disciplinar ser encaminhado à Procuradoria-Geral do Município para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Art. 67. O pedido de reconsideração não poderá ser renovado.

Art. 68. O recurso hierárquico será dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que julgou o processo.

Art. 69. Caberá recurso hierárquico:

- I - do indeferimento do pedido de reconsideração; e
- II - quando as circunstâncias demonstrarem a inadequação da penalidade aplicada.

Art. 70. O prazo para interposição de pedido de reconsideração é de 30 (trinta) dias, e do recurso hierárquico é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida pelo interessado ou defensor.

Art. 71. São peremptórios e improrrogáveis os prazos estabelecidos nesta seção, salvo motivo de força maior.

Art. 72. Ao decidir o pedido de reconsideração ou o recurso hierárquico, a autoridade poderá provê-los total ou parcialmente, motivando as razões de decidir.

Parágrafo único. Os pedidos de reconsideração e os recursos hierárquicos que forem providos darão lugar às retificações necessárias.

### Seção IV Da Revisão

Art. 73. Caberá revisão da decisão que puniu o servidor com demissão, quando:

I - se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido;

II - quando a decisão revista for contrária a texto expresso em lei ou à evidência de fatos novos, modificativos e extintivos da punição; e

III - na hipótese da decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.

Parágrafo único. O ônus da prova caberá ao requerente.

Art. 74. O direito de propor a revisão se extingue em 2 (dois) anos, contados do fim do prazo para interposição do recurso hierárquico, observado o art. 70.

§ 1º Quando a revisão não se fundar nos casos contidos no elenco do artigo anterior será indeferida, desde logo, pela autoridade competente.

§ 2º A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo.

§ 3º Nas hipóteses em que a penalidade aplicada for de demissão simples, qualificada ou disponibilidade, após a manifestação do respectivo órgão jurídico sobre o pedido de revisão interposto, deverá o processo administrativo disciplinar ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Art. 75. O processo originário acompanhará, obrigatoriamente, a petição da revisão.

## CAPÍTULO VI DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 76. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do procedimento administrativo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º Deverá constar da portaria de afastamento a determinação de que o servidor afastado ficará à disposição do órgão ao qual é vinculado, bem como da Comissão Processante durante o horário normal do expediente, em local certo e conhecido, a contar da ciência do ato.

§ 3º O não atendimento pelo servidor acusado à determinação disposta no parágrafo anterior configura prática de nova irregularidade e impõe a instauração de novo procedimento administrativo disciplinar.

§ 4º O não cumprimento será informado ao setor de pessoal e os dias ausentes serão descontados.

§ 5º É facultado ao órgão, dependendo da infração cometida, designar o servidor acusado para ter exercício em outro setor até o término do procedimento administrativo disciplinar.

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 78. Serão assegurados transporte e diárias aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da

sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 79. Deverá ser remetida, anualmente, à Procuradoria-Geral do Município a relação de todos os procedimentos administrativos disciplinares pelos órgãos da administração direta e indireta.

Art. 80. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 81. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 04 de Novembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.311/2015

LEI Nº 1.311/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

### O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a câmara de Vereadores aprovou e ou sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 234.048,81 (Duzentos e trinta e quatro mil quarenta e oito reais e oitenta e um centavos) conforme abaixo especificado:

03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Divisão de Administração
04-122-0005-2.7	Assistência e Contribuição Financeira a Entidades de Apoio
3.3.5.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(428)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 9.000,00
03.02	Divisão de Finanças
04-123-0010-2.8	Man.Secretaria geral da Fazenda, Contabilidade, Tesouraria e CI
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(702)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 52.000,00
04.00	-Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-0025-2.13	- Operação e Manutenção de Atividades Diversas do Ensino Fundamental
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(451)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação ..... R\$ 21.048,81
12-361-0030-2.16	-Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(465)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação ..... R\$ 5.000,00
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(464)	-Receita de Impostos e de Transf.Impostos Educação ..... R\$ 20.000,00
05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-0100-2.26	-Benefícios Eventuais
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(703)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 9.000,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos

15-452-0130-2.41	-Manutenção das Praças, Jardins e Ornamentação da Cidade
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(701)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 18.000,00
08.00	-Secretaria de Agricultura
08.01	-Divisão de Agricultura
20-606-0155-2.43	-Assistência e Apoio e Fomento a Agricultura Familiar
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(622)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 10.000,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.29	-Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(575)	-Receita de Impostos e de Transf. Impostos Saúde ..... R\$ 35.000,00
10-302-0090-2.72	-Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA/AMMVI
3.3.9.3.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(598)	-Receita de Impostos e de Transf. Impostos Saúde ..... R\$ 55.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º desta Lei, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

02.00	Gabinete do Prefeito
02.02	Assessoria Jurídica
04-122-0005-2.3	Manutenção da Assessoria Jurídica
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(424)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 2.400,00
02.03	Assessoria de Planejamento
04-121-0005-2.64	Manutenção da Assessoria de Planejamento
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(425)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 48.048,81
03.00	Secretaria de Administração e Finanças
03.01	Divisão de Administração
04-122-0195-2.5	Man.Conservação de Prédios que Abrigam os Órgãos da Adm Pública
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(436)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 8.000,00
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(667)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 9.000,00
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
06-181-0150-2.37	Operação e Mun.Convênio Radio Patrulha e Convênio SSP/Transito
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(531)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 4.000,00
26-782-0125-2.35	Man. e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(515)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 60.000,00
06.02	-Divisão de Projetos e Estudos
15-122-0130-2.38	-Manutenção do Setor de Projetos
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(670)	-Recursos Ordinários superávit ..... R\$ 70.000,00
06.03	Divisão de Saneamento
17-512-0110-1.3	Construção de Redes de Esgoto e Fossas Septicas
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(509)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00
08.00	-Secretaria de Agricultura
08.01	-Divisão de Agricultura
20-606-0155-2.59	-Manutenção e Funcionamento do Matadouro Municipal

3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(547)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00
09.00	- Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
09.01	-Divisão de Desenvolvimento Econômico
22-661-0165-2.45	-Programas e Projetos de Preservação Ambiental
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(551)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 2.000,00
10.00	-Secretaria de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude
10.01	-Divisão de Turismo
23-695-0170-2.47	-Fomento da Atividade e Desenvolvimento do Turismo
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(552)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 3.600,00
10.03	-Divisão de Esportes
27-812-0070-2.21	-Apoio ao Esporte Amador do Município
3.3.9.0.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.00(482)	-Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 04 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 04 de novembro de 2015.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 0142/2015

DECRETO Nº 0142/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o 7º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 05.11.2015.

Art. 2º O sorteio será realizado às 10hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 03 de novembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 003

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 0137/2015 de 29/10/2015.

RESOLVE:

Tornar público que se acham abertas, as inscrições presenciais ao Processo Seletivo Simplificado, para provimento de vagas temporárias, constantes deste Edital, regidos nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das atividades	Período
1.1	Período de inscrições exclusivamente presenciais	05/11 a 04/12/2015
1.1.1	Último dia para pagamento do valor da inscrição	04/12/2015
1.2	Prazo final para entrega do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais e solicitar condição especial para realização de prova, inclusive mãe nutriz.	04/12/2015
1.3	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	07/12/2015
1.3.1	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições	07 e 08/12/2015
1.4	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições, do local, da data e horário das provas	09/12/2015
1.5	Aplicação da prova escrita objetiva	13/12/2015
1.5.1	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	14/12/2015
1.5.2	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva	14/12/2015 e 15/12/2015
1.6	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva	Após julgados os recursos
1.7	Divulgação da classificação preliminar	Após julgado os recursos
1.7.1	Recursos contra a classificação preliminar	Dois dias após publicação.
1.8	Divulgação da classificação final.	Após julgados todos os recursos.

1.9. O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Municipal de Processo Seletivo.

#### 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo realizar-se-á sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, obedecidas às normas deste Edital.

2.2. A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-á pela publicação de editais no Mural Oficial da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo e por meio da rede mundial de computadores no site oficial da Prefeitura [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

2.3. O provimento dos cargos observará as diretrizes e normas deste Edital, bem como a conveniência administrativa.

2.4. A descrição das atribuições dos cargos consta do Anexo I.

2.5. Os conteúdos programáticos constam do Anexo II.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SECRETARIA DA SAÚDE

#### 3. DOS CARGOS, DAS VAGAS E DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2016, na Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo, regidos pelo regime estatutário e nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital.

3.2. Os cargos, os locais de lotação, as vagas, a habilitação profissional, a jornada de trabalho e a remuneração constam do quadro a seguir:

3.4. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático nos Quadros Funcionais do Município de Braço do Trombudo, que se darão quando do interesse e conveniência da administração.

3.5. A validade do processo seletivo é para o ano de 2016, ou conforme necessidade.

Nº do cargo	Cargo	Nº de vagas	Carga horária semanal	Salário R\$	Escolaridade/ habilitação	Tipo de prova
01	Professor (habilitado) Educação Infantil e Séries Iniciais	05	40h	2.412,88	Ensino Superior completo em Pedagogia e registro no órgão competente	Escrita objetiva e títulos
02	Professor (habilitado) Educação Infantil e Séries Iniciais	01	20h	1.206,44	Ensino Superior completo em Pedagogia e registro no órgão competente	Escrita objetiva e títulos
03	Professor (habilitado) Educação Física	01	20h	1.206,44	Ensino superior completo com licenciatura plena em Educação Física e registro no CREF	Escrita objetiva e títulos
04	Professor (habilitado) Ciências	01	20h	1.206,44	Ensino superior completo com licenciatura plena em Ciências Biológica e registro no órgão competente	Escrita objetiva e títulos
05	Professor (habilitado) História	01	10h	603,22	Ensino superior completo com licenciatura Plena em História e registro no órgão competente	Escrita objetiva e títulos
06	Professor (habilitado) Inglês	01	40h	2.412,88	Ensino superior completo com licenciatura Plena em Língua Estrangeira Inglês e registro no órgão competente	Escrita objetiva e títulos
07	Professor (habilitado) Inglês	01	15h	904,83	Ensino superior completo com licenciatura Plena em Língua Estrangeira Inglês e registro no órgão competente	Escrita objetiva e títulos
08	Professor (habilitado) Ensino Religioso	01	20	1.206,44	Ensino superior completo com licenciatura Plena em Ensino Religioso e registro no órgão competente	Escrita objetiva e títulos
09	Professor (não habilitado) Educação Infantil e Séries Iniciais	CR	40h	1.917,78	Ensino médio Completo em Magistério e/ ou Cursando a Terceira ou mais fases de Pedagogia.	Escrita objetiva e títulos
10	Professor (não habilitado) Educação Infantil e Séries Iniciais	CR	20h	958,89	Ensino médio Completo em Magistério e/ ou Cursando a Terceira ou mais fases de Pedagogia.	Escrita objetiva e títulos
11	Professor (não habilitado) Educação Física	CR	20h	958,89	Cursando a Terceira ou mais fases em Licenciatura em Educação Física	Escrita objetiva e títulos
12	Professor (não habilitado) Ciências	CR	20h	958,89	Cursando a Terceira ou mais fases em Licenciatura em Ciências Biológicas	Escrita objetiva e títulos
13	Professor (não habilitado) História	CR	10h	479,44	Cursando a Terceira ou mais fases em Licenciatura Plena em História	Escrita objetiva e títulos
14	Professor (não habilitado) Inglês	CR	40h	1.917,78	Cursando a Terceira ou mais fases em Licenciatura Plena em Língua Estrangeira Inglês	Escrita objetiva e títulos
15	Professor (não habilitado) Inglês	CR	15h	719,18	Cursando a Terceira ou mais fases em Licenciatura Plena em Língua Estrangeira Inglês	Escrita objetiva e títulos
16	Professor (não habilitado) Ensino Religioso	CR	20h	958,89	Cursando a Terceira ou mais fases em Licenciatura Plena em Ensino Religioso	Escrita objetiva e títulos

CR\* - Cadastro de Reserva. CESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PERÍODO DE FÉRIAS DA

#### 4. VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

4.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 4.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 4.296, de 2 de dezembro de 2004, ficam reservadas aos portadores de deficiência física 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo.

4.2. O Candidato portador de deficiência física, amparado pela legislação vigente e sob sua inteira responsabilidade, concorre em igualdade de condições com todos os candidatos, resguardadas as ressalvas legais vigentes e, ainda o percentual de 5% (cinco por cento) de vagas reservadas.

4.2.1 – O candidato portador de deficiência física será inicialmente classificado de acordo com as vagas de ampla concorrência para o cargo que concorre. Caso não esteja situado dentro dessas vagas, será classificado em relação à parte, disputando as vagas reservadas a portadores de deficiência física no cargo que concorre, caso existam.

4.3. Somente serão considerados portadores de deficiência física aqueles que se enquadram nas categorias constantes do art. 4º do Decreto 4.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 4.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.4. A deficiência física do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições e exigências especificadas para a função, de acordo com o expresso nos subitens.

4.5. O candidato portador de deficiência física deverá assinalar tal condição em local apropriado, no formulário de inscrição, descrevendo qual a condição especial que necessite para a realização da prova.

4.6. Conforme disposto no Decreto Federal nº 4.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá protocolar na Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo, requerimento conforme anexo III deste edital, acompanhado de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de

Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, até o dia 04/12/2015.

4.7. Os portadores de deficiência física somente poderão disputar cargos e empregos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.8. A não-observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.9. Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.10. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo, quando da nomeação, serão previamente submetidos a exames médicos realizados por profissionais do Município de Braço do Trombudo, ou por estes indicados, que irão avaliar a sua condição física e mental para posse nas vagas reservadas na forma do item 4.1.

4.11. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.12. O portador de deficiência física não está isento do recolhimento da taxa de inscrição.

4.13. Das Condições Especiais para realizar as provas:

4.13.1. O candidato que necessite de condições especiais na data da prova, devido à deficiência que possua ou a impedimentos temporários resultantes de cirurgias e/ou acidentes ou ainda doença infecto contagiosa, deverá especificar na ficha de inscrição, apresentando atestado médico. Caso aconteça esta impossibilidade depois de feita a inscrição o candidato deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo, ou com a Comissão de Coordenação e de Fiscalização do Processo Seletivo, para anexar atestado médico e informar as condições necessárias.

4.14. Após análise dos requerimentos será divulgada listagem completa das inscrições deferidas e indeferidas, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

## 5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições serão exclusivamente presenciais e poderão ser feitas mediante procuração simples ou pessoalmente, no horário de expediente da Secretaria Municipal de Educação de Braço do Trombudo, das 8h às 11h30min e das 13h00min às 17h, sito a Rua Bernardo Wetzl, nº 109, - Centro - Braço do Trombudo - SC, no período 05/11/2015 a 04/12/2015.

5.1.2. Será cobrado o valor de R\$ 20,00 (vinte reais), como taxa de inscrição;

5.2. Para realizar sua inscrição o candidato deve cumprir os seguintes procedimentos:

a) O candidato deverá efetuar o pagamento do valor da taxa de inscrição através de depósito bancário na seguinte conta e agência:

Banco do Brasil

Agência: 3965- 9

Conta Corrente: 75081-6

b) Após o pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá juntar a documentação necessária e dirigir-se a Secretaria Municipal de Educação, no setor responsável pelas inscrições para efetuar sua inscrição e receber seu comprovante devidamente numerado.

5.2.1. É de responsabilidade do candidato manter-se informado sobre possíveis alterações do horário de expediente da prefeitura, acessando o site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br) ou ligando para o número (47) 3547- 0483.

5.3. Para as inscrições o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Original e uma Fotocópia do documento de identidade (dispensada a autenticação).

b) Comprovante original do depósito de pagamento da taxa de inscrição.

c) Títulos originais e fotocópias (dispensada a autenticação).

5.4. Para Finalizar a inscrição será observado o seguinte procedimento:

a) O candidato deverá fornecer os dados para o preenchimento da ficha de inscrição juntando os documentos citados no item 5.3, e no ato, receberá o cartão de identificação com a indicação do seu número de inscrição.

b) Ao assinar a ficha de inscrição, o candidato declarará de forma expressa que está de acordo com as regras do certame constantes deste edital, e que no ato da posse deverá apresentar todos os documentos constantes no item 10 deste edital.

5.5. São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

5.6. Terá a inscrição cancelada o candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite a compensação.

5.7. Em caso de perda do cartão de identificação, o candidato deverá solicitar uma segunda via à Comissão de Seletivo, até 3 (três) dias anteriores à data da realização das provas.

5.8. A segunda via será fornecida mediante o pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor da taxa de inscrição.

5.9. Não serão aceitos documentos danificados, não-identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

5.10. Não será admitida a inscrição de candidato que não apresente todos os documentos solicitados neste Edital.

5.11. A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma, exceto no caso de cancelamento do processo seletivo.

5.12. Os candidatos portadores de necessidade especiais e mãe nutriz deverão entregar o documento mencionado no item 5.5, no ato da inscrição.

5.13. Após a data e horário fixado como o prazo final para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, nem a anexação de qualquer documento, sob qualquer condição ou pretexto.

5.14. Após análise das inscrições será divulgada listagem completa das inscrições deferidas e indeferidas, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

5.15. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal de Braço do Trombudo/SC homologará as inscrições e publicará a relação das inscrições deferidas e indeferidas, no mural de publicações oficiais.

**6. DAS PROVAS****6.1. DA PROVA ESCRITA**

6.1.1. A prova escrita será realizada no dia 13 de dezembro de 2015 às 9h na Escola Nucleada Braço do Trombudo km 20. Endereço; Rua: Bruno Plaster, nº 225. Bairro: Km20. CEP: 89.178-000. E término às 12h (horário local), sendo que os portões serão fechados às 08:30h.

6.1.2. O candidato, obrigatoriamente, deverá comparecer à prova escrita com antecedência de 30 (trinta) minutos, munido de caneta esferográfica azul ou preta.

6.1.3. O candidato, obrigatoriamente, deverá apresentar original de um dos seguintes documentos de identidade:

6.1.3.1. Documento de identidade expedido pelas Secretarias de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar;

6.1.3.2. Cédula de identidade de estrangeiros (RNE) dentro da validade;

6.1.3.3. Carteira nacional de habilitação com foto, dentro do prazo de validade (CNH-modelo novo);

6.1.3.4. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS);

6.1.3.5. Passaporte brasileiro, dentro do prazo de validade.

6.1.3.6. Não será aceita cópia do documento de identificação, ainda que autenticado, bem como protocolo do pedido deste.

6.1.3.7. Caso o documento apresentado gere dúvidas quanto à identificação do candidato, este poderá ser submetido à coleta de impressão digital.

6.1.3.8. Negando-se a coleta de impressão digital o candidato deverá assinar declaração em que assume a responsabilidade por essa decisão. A recusa de tais procedimentos acarretará a sua eliminação do certame, sendo lavrado termo de ocorrência em ata de sala de prova, testemunhado por dois candidatos, pelos fiscais de sala e pelo coordenador da unidade.

6.1.3.9. Caso esteja impedido de apresentar o documento de identificação utilizado para inscrever-se por motivo de perda, roubo ou extravio, o candidato deverá apresentar Boletim de Ocorrência (BO), emitido por autoridade policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à realização da prova escrita, e será submetido à coleta de impressão digital.

6.1.4. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala da prova escrita se acompanhado por um fiscal, sendo-lhe vedado fumar nesse período.

6.1.5. Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

6.1.5.1. Deixar o local de prova antes de 45 minutos de prova;

6.1.5.2. Tentar fraudar as provas ou for responsável por falsa identificação;

6.1.5.3. Durante a realização da prova consultar livros, apostilas, anotações, portar calculadoras, celulares ou qualquer equipamento eletrônico;

6.1.5.4. Chegar após o horário estipulado para a prova escrita, ou seja, 8h30min.

6.1.6. Os cadernos de prova constituem o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta correta, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, exceto nos cartões resposta.

6.1.7. É facultado à Comissão de Processo Seletivo Simplificado submeter os candidatos ao sistema de detecção de metais antes do ingresso no local de prova e/ou durante a aplicação da mesma.

6.1.8. Os três últimos candidatos a permanecerem na sala da prova escrita deverão retirar-se do local simultaneamente, após a assinatura da Ata de Sala. O candidato que negar-se a fazê-lo fica ciente, desde já, que será penalizado com a exclusão do Processo Seletivo Simplificado, sendo lavrado termo de ocorrência em Ata de Sala, testemunhado pelos outros dois candidatos e pelos fiscais de sala.

6.1.8.1. A Prova Escrita será composta de 25 (vinte e cinco) questões conforme conteúdo programático constante do Anexo II do Edital:

Matéria	Número de Questões	Peso por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais e Atualidades)	15	0,30	4,50
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50

6.1.8.2. As questões serão do tipo múltipla escolha, com (4) quatro opções de resposta (A, B, C e D) em cada questão e somente uma alternativa correta.

6.1.9. Considera-se prova escrita o conjunto de questões referentes a todas as matérias.

6.1.10. Atribuir-se-á à prova escrita nota de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações.

6.1.11. Dos cartões-resposta:

6.1.11.1 O candidato receberá junto com os cadernos de prova os cartões-resposta, únicos e insubstituíveis, os quais serão preenchidos sob sua responsabilidade.

6.1.11.2. Os cartões-resposta são os únicos documentos oficiais para dirimir toda e qualquer dúvida acerca das respostas assinaladas pelo candidato.

6.1.11.3. O candidato, ao terminar a prova escrita, fará a entrega do caderno de provas e do cartão-resposta aos fiscais de sala.

6.1.12. Será de inteira responsabilidade do candidato a correta interpretação das orientações para preenchimento dos cartões-resposta, onde deverá ser assinalado pelo candidato o número de sua inscrição e o código do cargo para o qual estiver concorrendo.

6.1.13. Da anulação da questão:

6.1.13.1. Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

6.1.13.1.1. O cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras;

6.1.13.1.2. O cartão-resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;  
6.1.13.1.3. A questão não estiver assinalada no cartão-resposta;  
6.1.13.1.4. O cartão-resposta for preenchido fora das especificações e da delimitação do espaço fornecido para tal procedimento.  
6.1.13.2. A questão anulada pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado será computada, para todos os candidatos, como resposta correta.

6.1.14. Do Gabarito Provisório:

6.1.14.1. O gabarito provisório das Provas Escritas será divulgado no site do município e nos murais públicos no dia 14 de dezembro de 2015.

6.1.14.2. Do gabarito provisório caberá recurso ao Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, para análise e parecer.

6.1.14.3. A comissão do Processo Seletivo terá até dois dias úteis para emitir seu parecer.

6.1.15. Gabarito definitivo:

6.1.15.1. Julgados os recursos, publicar-se-á o gabarito definitivo, com base no qual serão corrigidas as provas escritas.

6.1.15.2. Do gabarito definitivo não caberá nenhum outro tipo de recurso.

## 6.2. DA PROVA DE TÍTULOS

6.2.1. Os títulos deverão ser apresentados no ato da inscrição.

6.2.2. Todos os candidatos inscritos nos cargos de Professor, deverão preencher, no momento da inscrição, o formulário da prova de títulos e assiná-lo devidamente.

6.2.3 Os títulos não serão aceitos em outro dia, local e horário, que não seja no momento da inscrição.

6.2.4 A prova de títulos de caráter classificatório, consistirá na valorização de títulos de formação profissional, obtidos até a data do encerramento das inscrições, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

	Títulos (concluídos)	Valor
a.	Cursos de Aperfeiçoamento na área de atuação. De no mínimo 20 (vinte) horas e realizados no período de 05/01/2014 a 04/12/2015.	0,10 pontos a cada 40 horas de curso.
	Máximo de pontos	2,00

6.2.5. Os títulos ainda poderão ser entregues por procuração, devendo ser apresentado documento de Identidade do procurador e entregue o instrumento de mandato outorgado através de instrumento público ou particular, contendo poder específico para a entrega dos títulos. Não há necessidade de reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com apresentação dos documentos indispensáveis à prova de títulos.

6.2.6. Os títulos deverão ser relacionados em formulário próprio para a Prova de Títulos (ver modelo anexo VII) que deverá ser OBRIGATORIAMENTE preenchido em letra de forma legível, digitado ou datilografado, em duas vias, o qual será conferido e validado no local, sob pena de não serem avaliados os títulos.

6.2.7. A pontuação será preenchida no momento da apresentação.

6.2.8. Serão aceitos somente certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação que estejam devidamente registrados no órgão competente.

6.2.9 O candidato deverá apresentar uma fotocópia de cada título, bem como o título original, sendo que o encarregado do recebimento dos mesmos deverá conferir cada cópia apresentada com o título original para autenticação ou poderá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório, dispensando a apresentação do título original.

6.2.10. Juntamente com os títulos, deverá ser preenchida a relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo anexo VII deste Edital. Esta relação será preenchida em duas vias;

6.2.11. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

6.2.12. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

6.2.13. Cada título será considerado uma única vez.

6.2.14. Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

6.2.15. Não serão recebidos títulos fora do prazo, local e horário estabelecido neste Edital, ou em desacordo com o disposto neste item.

6.2.16. Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público ou privado, estágios ou monitorias.

6.2.17. Cursos sem carga horária definida não receberão pontuação.

6.2.18. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo.

6.2.19. Não serão aceitos como comprovante de conclusão de qualquer curso, atestados de frequência, grade curricular e histórico escolar; Declarações de conclusão só serão aceitas mediante apresentação do conteúdo programático, carga horária e número do registro no órgão emissor.

## 7. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Para os candidatos ao cargo de professor, submetidos a prova escrita objetiva e prova de títulos, a Média Final (MF) será obtida igual ao somatório dos pontos obtidos na Prova de Escrita objetiva (PE), acrescida dos pontos atribuídos a Prova de Títulos (PT), obedecendo a seguinte fórmula  $MF = PE + PT$ , considerando-se aprovado o candidato que alcançar nota igual ou superior a 5 (cinco).

7.2. A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 3 (três) casas decimais.

## 8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) por idade, na forma do parágrafo único do art. 27, parágrafo único, da Lei 741/2003; (somente válido nos casos de presença do idoso);
- b) maior idade (nos demais casos);
- c) maior número de acertos nas questões de conhecimentos específico;
- d) maior número de dependentes;
- e) sorteio;

8.2. O resultado final do certame, depois de decididos os recursos interpostos, será homologado pelo Prefeito no prazo máximo de 30 dias depois das provas, e no mural municipal, bem como no site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

## 9 - DA ESCOLHA DE VAGAS:

9.1. A divulgação da data e horário para escolha de vagas será publicada através de edital de convocação próprio, no mural oficial da Prefeitura, e no site da Prefeitura após publicação do resultado oficial.

9.2. Os candidatos ao cargo de Professor, classificados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Braço do Trombudo.

9.3. Ao ser chamado o candidato poderá aceitar a vaga ou aguardar próxima chamada, permanecendo na mesma classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

9.4. No ato da escolha de vagas, serão chamados os candidatos presentes, caso estes não aceitem a vaga, será continuada a lista dos habilitados, e posteriormente, dos não habilitados.

9.5. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

9.6. A chamada de professor não habilitado deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos professores habilitados.

9.7. A cada chamada será reprocessada a classificação, retornando ao início da listagem.

9.8. O candidato terá 2 (dois) dias, considerando-se os dias úteis, para se apresentar e assumir as aulas da vaga escolhida. Passado o prazo, fica a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado será excluído do teste seletivo.

## 10. RECURSOS E REVISÕES

10.1. Aos candidatos serão assegurados recursos ao presente edital, ao indeferimento de inscrição; às questões das provas e gabaritos preliminares das questões objetivas e a classificação preliminar do processo seletivo.

10.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Processo Seletivo acima descritas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, conforme anexo IV deste edital, desde que:

- a) seja dirigido ao Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo e entregue para registro no protocolo, situado na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Bernardo Wetzel, 109, Centro, Braço do Trombudo/SC, no horário das 8h às 11h e 30min e das 13h00min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;
- b) constem obrigatoriamente no formulário próprio do recurso, nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada.
- c) O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato.
- d) Seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

10.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora das especificações aqui definidas e fora do prazo estabelecido na letra "a" do item 10.2.

10.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital e sem a devida fundamentação bibliográfica.

10.5. O prazo para julgamento dos recursos pela Comissão será de 2 (dois) dias.

10.6. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

10.7. Se do exame de recursos resultarem anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10.8. No caso do gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

10.9. O resultado final do certame, depois de decididos os recursos interpostos, será homologado pelo Prefeito, e publicados Mural Oficial da Prefeitura e no site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

#### 11. REQUISITOS BÁSICOS PARA A NOMEAÇÃO AO CARGO

11.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

11.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

11.3. Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

11.4. Ter nível de escolaridade, capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

11.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos (a serem completados até a data da posse);

11.6. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, expedido pela junta médica designada pela administração municipal.

11.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador do Estado de Santa Catarina;

11.8. Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não - cumuláveis;

11.9. Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

11.10. Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

11.11. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

11.12. Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura no cargo.

#### 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O prazo de validade do Processo Seletivo é temporário de acordo com a necessidade, para o ano letivo de 2016.

12.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do certame, nos termos em que se acharem estabelecidas nesse Edital, nos regulamentos e Leis em vigor.

12.3. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados no sitio da rede mundial de computadores no endereço eletrônico – [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br), e no Mural Oficial da Prefeitura no dia seguinte após o encerramento do certame, e lá permanecerão durante todo o prazo recursal, mesmo ambiente em que serão divulgados os resultados e demais informes atinentes.

12.4. Os membros da Comissão especialmente nomeada para acompanhar o certame ficam impedidos de funcionar e serão substituídos se qualquer candidato inscrito for seu parente até o 2º grau civil.

12.5 Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

12.6. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

a) Anexo I – Atribuições dos Cargos

b) Anexo II – Conteúdo Programático

c) Anexo III – Requerimento de Necessidades Especiais

d) Anexo IV – Formulário para interposição de recursos

e) Anexo V – Modelo de Procuração

g) Anexo VI – Formulário de inscrição

h) Anexo VII – Formulário para apresentação de Títulos

Braço do Trombudo (SC), 28 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

## ANEXO I

## ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS

Cargos 01 a 08: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS (HABILITADO), PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA, PROF. HISTÓRIA, PROF. INGLÊS, PROF. ENSINO RELIGIOSO E PROF. CIÊNCIAS HABILITADOS;

CARGO 09 a 16: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS (NÃO-HABILITADO) PROF. EDUCAÇÃO FÍSICA, PROF. HISTÓRIA, PROF. INGLÊS, PROF. ENSINO RELIGIOSO E PROF. CIÊNCIAS NÃO HABILITADOS.

Dentro de sua área/disciplina: planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

## ANEXO II

Conteúdos Programáticos para a prova de Conhecimentos Gerais para todos os cargos

Disciplina	Conteúdos Gerais
Língua Portuguesa	Morfologia, Fonética, Vocabulário, Ortografia, Pontuação, Sílabas, Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais, Conjugação de verbos usuais, Regência, Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática, Emprego de pronomes, Formas de tratamento, Uso dos Porquês.
Matemática	Números e problemas envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples e composto.
Conhecimentos Gerais e Atualidades	História e Geografia de Santa Catarina e do Brasil. Atualidades do Brasil e do Mundo. Conhecimentos Gerais de Santa Catarina e do Brasil. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Didática Geral, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Plano Político Pedagógico da escola - PPP, Constituição Federal, na parte referente a Educação, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Temas transversais ou multidisciplinares. PCN Estudos Temáticos História da Educação e da Pedagogia. Sociologia da Educação. Filosofia da Educação, Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006, Metodologia das Disciplinas, Atualidades dentro da área educacional.

Conteúdos Programáticos para a prova de Conhecimentos Específicos para todos os cargos:

Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais: A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais.

Professor de Educação Física: Temas Transversais. História da Educação Física no Brasil. Didática da Educação Física. Psicologia da Aprendizagem. Sociologia do Esporte. Noções de Fisiologia, Anatomia, Cinesiologia e Desenvolvimento Motor Aplicado à Educação Física. Noções do Treinamento Desportivo. Metodologia do Ensino de Educação Física. Metodologia do Ensino dos Esportes (Voleibol, Basquetebol, Handebol, Futebol, Futsal, Natação, Atletismo – Saltos, Corridas, Arremessos e Lançamentos). A Educação Física no currículo escolar. A história da Educação Física. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem Social Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Educação Física Escolar, crescimento e desenvolvimento: diferentes abordagens Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Noções de Fisiologia do exercício. A Educação Física e os parâmetros curriculares. Educação Física, Inclusão e Diversidade. Concepção histórica social da criança. Jogos e brincadeiras na educação infantil. Educação Psicomotora.

Professor de Ciências: Visão geral e origem da vida. Citologia. Metabolismo energético das células. Células. Reprodução histologia animal. Genética. Ecologia.

Ensino Religioso: História do Ensino Religioso. Legislação do Ensino religioso no Brasil. Fenômeno religioso e diversidade. Conhecimento religioso, Identidade e Formação do Professor de Ensino Religioso. Concepções do Ensino Religioso. Objetivos do Ensino Religioso. Fundamentos e Metodologia para o Ensino Religioso. Conteúdos para o Ensino Religioso. Avaliação do Ensino Religioso.

PROFESSOR DE HISTÓRIA: Fundamentos teóricos do pensamento histórico - História Positivista, Marxista, Nova História e as correntes atuais do pensamento historiográfico. TRABALHO E SOCIEDADE - Organização temporal e espacial das relações sociais de produção, destacando o trabalho na Modernidade. O trabalho no capitalismo, terceirização, o trabalho informal, diferentes tipos de exploração, alienação e os movimentos de resistência. CULTURA - Representações culturais, mudanças culturais relacionadas aos meios de comunicação e aos movimentos sociais. IDEIAS E PRÁTICAS REVOLUCIONÁRIAS - Tecnológicas: industrial e dos meios de comunicação. Sociais: movimentos feministas e de jovens; ascensão do proletariado; as lutas étnicas. Políticas e ideológicas: grupos e correntes de contestação. PODER E VIOLÊNCIA - Regimes autoritários do mundo contemporâneo e poder dos grupos organizados. Movimentos de resistências e reivindicatórios. GLOBALIZAÇÃO - Meios de comunicação e transporte. A invenção da imprensa e divulgação de ideias. Novas formas de integração e desintegração econômica e distribuição de poder. A modernização do Brasil. NAÇÃO E NACIONALIDADE - O princípio das nacionalidades e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Culturas e identidades. CIDADANIA - O Estado e a participação política do cidadão. Cidadania e liberdade: escravidão na Antiguidade e nos tempos modernos, servidão, movimentos em prol da igualdade étnica. Cidadania e manifestações culturais. Movimentos de preservação da memória nacional e dos grupos sociais. A construção de noções de temporalidade na história ensinada. Parâmetros Curriculares Nacionais.

Professor de Inglês: Concepções de linguagem e pensamento; A língua como forma de interação e mediação; O ensino e a aprendizagem de gêneros textuais orais e escritos; O ensino e aprendizagem da oralidade, da leitura e da escrita inglesa; Abordagens e metodologias de ensino da língua inglesa no Brasil; O uso de mídias e tecnologias para o ensino e a aprendizagem da língua inglesa; Gestão pedagógica: planejamento e avaliação das práticas curriculares de ensino da Língua Inglesa no Ensino Fundamental; Alfabetização e letramento no contexto das práticas curriculares de ensino da língua inglesa.

### ANEXO III

#### REQUERIMENTO

Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas do Processo Seletivo nº 003/2015 do Município de Braço do Trombudo conforme assinalado abaixo:

1) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova:

4) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(local e data)

Assinatura do Requerente

## ANEXO IV

## FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO nº 003/2015.

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso: 1 – Contra o edital 2 – Contra indeferimento de Inscrição. 3 – Contra Inscrição 4 – Contra questão da prova 5 – Contra o Gabarito 6 – Contra a Pontuação Prova. 7 – outros
	1 – Deferido 2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Assinatura do Candidato

Local e data \_\_\_\_\_. \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

## ANEXO V

(MODELO DE PROCURAÇÃO)

## P R O C U R A Ç Ã O

Eu, \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, ap. \_\_\_\_\_, no bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, nomeio e constituo \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, como meu procurador, com poderes específicos para \_\_\_\_\_ (realizar inscrição, interpor recursos ou entregar de títulos), no Processo Seletivo – EDITAL Nº 003/2015 para o cargo de \_\_\_\_\_, realizado pela Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Braço do Trombudo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(Nome e Assinatura do Candidato)

## ANEXO VI - FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO Endereço: Praça da Independência, 25 – CEP 89.178-000 - Braço do Trombudo - SC Telefones: (0xx47) 3547.0179 - Fax: (0xx47) 3547. 0179- CGC/MF No. 95.952.230/0001-67	FOTO 3X4
INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO - EDITAL nº 003/2015	

Inscrição número:			
CARGO:			Número do Cargo
Nome Completo:			
Data de Nascimento ____/____/____	Estado Civil <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Outros	Sexo <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	Portador de Necessidades Especiais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim qual a deficiência?		Qual a necessidade para fazer a prova?	
Identidade:	Órgão Expedidor/ Data Emissão	CPF:	
Endereço:		Bairro:	
Cidade	UF:	Fones ( )	e-mail:
DECLARO que aceito todas as exigências especificadas no Edital n. 003/2015 de abertura deste certame, responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.			
Local e data:	Assinatura do Candidato	Conferencia do Responsável	

-----Recortar aqui -----

## FICHA DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO Endereço: Praça da Independência, 25 – CEP 89.178-000 - Braço do Trombudo - SC Telefones: (0xx47) 3547.0179 - Fax: (0xx47) 3547. 0179- CGC/MF No. 95.952.230/0001-67  INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO - EDITAL nº 003/2015.	FOTO 3X4
---	-------------

## COMPROVANTE DO CANDIDATO

Inscrição número:					
CARGO:					Nº Cargo
Nome Completo:					
Identidade:	Local e Data	Assinatura do Candidato		Conferência	

Apresentar este comprovante 15 minutos antes do horário de início das provas.

Os portões serão fechados as 08:30h.

LEVE CONSIGO UM DOCUMENTO DE IDENTIDADE COM FOTO.

## ANEXO VII

## RELAÇÃO DE TÍTULOS

Nome:			RG:	
Cargo:			Nº da Inscrição:	
	DESCRIÇÃO DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO na área de atuação.	0,10 a cada 40 horas máximo 2,00	Carga Horária	PONTOS
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
	Total PONTOS			

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, em 02 (duas) vias, entregar no local da prova acompanhados dos títulos, conforme Edital 003/2015. Os títulos deverão ser numerados em sequência de acordo com esta planilha. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

Declaramos que os documentos acima relacionados foram conferidos com os originais e nos foi entregue uma cópia de cada.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura responsável inscrição

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014 FMAS

Página: 1/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha pilhas AA+ um refil aerosol de 250ml nas fragâncias lavanda e citrus. (1303)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIKL	0	34,4040	1
2	Água Sanitária 2 litros. (1304)	FR	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLEX	0	3,4408	1
3	Balde plástico com alça de metal, capacidade de 10 lt. (1305)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARQ PLAST	0	8,0284	1
4	Cera líquida auto-brilho incolor 750ml) (1308)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ANDREIA	0	5,7346	1
5	Coador de café de papel (filtro), tamanho médio. Caixa com 30 unidades. (1307)	CX	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLABON	0	2,5519	1
6	Copo descartável, estriado branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180ml, que atende a norma ABNTNBR 14.865/2002, embalado em pacotes com 100 unidades. (1308)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	COPOSUL	0	3,7275	1
7	Desinfetante líquido - frasco de 2lt. Fragrância diversas. (1309)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLEX	0	3,6319	1
8	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contem CFC (clorofluorcarbono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresch, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (1310)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	CRIVALE	0	7,6461	1
9	Desodorizador sanitário (pedra). (1311)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANY	0	1,9115	1
10	Detergente de louça - frasco de 500ml (1312)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ZAVASKI	0	1,4336	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 05/11/2014 Válido até: 05/11/2015

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Escova sanitária para banheiro de plástico, resistente com suporte, cores diversas, altura 35cm, profundidade 12,30cm, largura 14cm. (1313)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARO PLAST	0	4,3009	1
12	Esponja de buça (espuma) dupla face. (1314)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	1,7204	1
13	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33cm. Pct c/ 50. (1315)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	POMME	0	1,6248	1
14	Lixeira plástica com tampa e pedal basculante 15 litros. (1316)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARO PLAST	0	8,8886	1
15	Limpa vidros 500ml (1317)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PRATIK	0	4,5877	1
16	Lustra moveis (200ml). (1318)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PRATIK	0	4,0142	1
17	Luva de borracha tamanho M, para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1ª qualidade (1319)	PAR	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DANNY	0	4,3009	1
18	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 40cm. (1320)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	37,0837	1
19	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12mL (1321)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIK	0	6,1169	1
20	Óleo de peroba (200ml). (1322)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	INDIO	0	6,4992	1
21	Pano de chão alvejado (trama bem chamada) (1323)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GABELEI	0	3,8231	1

Página: 3/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

22	Pano multi-Use (pot o/ 5 unidades) (1324)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GABELEI	3,3452 1
23	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas 42x70cm. (1325)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GABELEI	3,6319 1
24	Papel higiênico, com branco, folha dupla, toque suave, picotado, neutro, embalagem de 24 rolos de 30 metros x 10cm. (1326)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FOFINHO	15,7128 1
25	Papel toalha, para cozinha, branco, macio, absorvente, folha suave, picotado - pacote dom 2 rolos de 60 folhas de 22cmx20cm cada. (1327)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SORELA	4,3678 1
26	Prato plástico descartável 21 cm. Pot o/10 unidades. (1328)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	COPOSUL	2,8673 1
27	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13 Kg. (1329)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Supergasbras	48,0000 1
28	Refil de 250ml para aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragancias: lavanda e citrus. (1330)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIK	23,2251 1
29	Refil de 12ml, para mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragancias: alegria de infância, toque de fressor, lavand, flores do campo, brisa fresca. (1331)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIK	6,1742 1
30	Refil para super rodo absorvente em espuma feita a base de álcool polivinílico (PVA) de baixa miora com 28 cm largura e capacidade de absorver ate 500ml de água. (1332)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	12,0713 1
31	Refil para Mop pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação e através do encaixe na armação de aço galvanizado. (1333)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	8,8886 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 05/11/2014      Válido até: 05/11/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
32	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base plástico com cabo de madeira, plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes. (1334)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFO	0	6,6904
33	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30cm com cabo plastificado. (1335)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFO	0	10,0355
34	Sabão em pó. (pct/cx 1kg), para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (1336)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GIRANDO SOI	0	6,6904
35	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrancias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde- frasco de 5lt (1337)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLEX	0	20,5489
36	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades biodegradáveis. Composição: 39 cm x 58 cm, material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos De 1º qualidade. (1338)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	7,8851
37	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (1339)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	8,6019
38	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (1340)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	8,6019
39	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (1341)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	8,1240
40	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rodo de torção para espremer o resíduo. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do resili feita à base de álcool polimérico (PVA) de baixa mltura com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (1342)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	31,5307

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300ml. Especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (1343)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PRATIK	0	3,2486	1
42	Todas as de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanho 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo, que seca com duas folhas. De 1ª qualidade. (1344)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GUIPEL	0	7,4550	1
43	Vassoura Nylon - cerdas macias, cabo plástico de 22cm, cerdas de 11,5 cm, com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (1345)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFIO	0	7,4550	1
44	Vassoura de palha, material de cerdas, palha avermelhadas, cabo de madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3 cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza geral. (1346)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	Colonial	0	16,2480	1
45	Vassoura tipo escova c/ cabo. (1347)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFIO	0	8,3629	1
46	Lixeira plástica com tampa e pedal -30 litros (1348)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARO PLAST	0	20,9313	1
47	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros (1349)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARO PLAST	0	66,5977	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Varal de chão com abas 1,50cm em aço branco. (1350)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	CORAL	0	68,1747	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 7/7

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014  
PROCESSO Nº 8/2014

(6001) - COOPREG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA  
(6192) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Novembro de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 044/2015 SAMAE

Brusque 03 de novembro 2015.

Em atendimento ao previsto na Lei 12.232/2010, face ao processo licitatório 044/2015, o SAMAE vem divulgar a relação dos candidatos a participarem da subcomissão técnica:

- a) Bruna Beuting de Souza
- b) Daniela Burgonovo;
- c) Regina Alpini Rosa; e
- d) Thayse Helena Machado.

Publique-se

Atenciosamente,

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### DECRETO Nº. 7.689, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.689, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 432.110,00 (Quatrocentos e trinta e dois mil, cento e dez reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 750,00

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.100,00

04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

0004.0122.0005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.200,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.675,00

11.00 Secretaria Desevov. Econômico Trabalho e Renda

11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento

0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. De Agricultura e Apoio a Agricultura Familiar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.345,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 114.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.0000,00

0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.300,00

15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação

15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social

0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.850,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Turo de Guerra

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 700,00

0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de tecnologia da Informação

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.900,00

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.0000,00

21.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

21.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Trânsito e Transportes Urbanos

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.400,00

23.00 Secretaria da Fazenda

23.001 Secretaria da Fazenda

0004.0129.0010.2014 Manutenção do depto. De Tributação e Fiscalização

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 23.800,00  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 8.000,00  
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações entre Órgãos – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 19.000,00  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 8.800,00  
50.01 IBPLAM - INST. BRUSQUENSE DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE  
0015.0122.0005.2018 Manut. Ativ. Instituto Brusquense Plan. e Mob.  
3.1.91.00 Despesas correntes - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
Valor R\$ 77.000,00  
3.3.90.00 Despesas correntes – Aplicações Diretas  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 30.000,00  
65.00 Fundação Cultural de Brusque  
65.001 Fundação Cultural de Brusque  
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural  
3.1.91.00 Despesas correntes - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
Valor R\$ 11.000,00  
3.3.90.00 Despesas correntes – Aplicações Diretas  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 5.000,00  
0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca  
3.3.90.00 Despesas correntes – Aplicações Diretas  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.270,00  
75.00 Fundação Municipal do Meio Ambiente  
75.001 Fundação Municipal do Meio Ambiente  
0018.0122.0150.2216 Manutenção Administrativa da Fundema  
3.3.90.00 Despesas correntes – Aplicações Diretas  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 2.020,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.001 Gabinete do Prefeito  
0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 750,00  
03.00 Procuradoria Geral do Município  
03.001 Procuradoria Geral do Município  
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.100,00  
04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica  
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

0004.0122.0005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.200,00  
10.00 Secretaria Municipal de Turismo  
10.001 Secretaria Municipal de Turismo  
0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 3.675,00  
11.00 Secretaria Desevov. Econômico Trabalho e Renda  
11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento  
0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. De Agricultura e Apoio a Agricultura Familiar  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 3.345,00  
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 164.000,00  
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 3.300,00  
15.00 Secretaria de Assistência Social e Habitação  
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social  
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.850,00  
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Turo de Guerra  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 700,00  
0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 5.000,00  
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de tecnologia da Informação  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 1.900,00  
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 50.0000,00  
21.00 Secretaria de Orçamento e Gestão  
21.001 Secretaria de Orçamento e Gestão  
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Trânsito e Transportes Urbanos  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 9.400,00  
23.00 Secretaria da Fazenda  
23.001 Secretaria da Fazenda  
0004.0129.0010.2014 Manutenção do depto. De Tributação e Fiscalização  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 31.800,00

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 27.800,00  
50.01 IBPLAM - INST. BRUSQUENSE DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE  
0015.0122.0005.2018 Manut. Ativ. Instituto Brusquense Plan. e Mob.  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 107.000,00  
75.00 Fundação Municipal do Meio Ambiente  
75.001 Fundação Municipal do Meio Ambiente  
0018.0122.0150.2216 Manutenção Administrativa da Fundema  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 2.020,00  
65.00 Fundação Cultural de Brusque  
65.001 Fundação Cultural de Brusque  
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 16.500,00  
0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca  
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 770,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 29/10/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de outubro de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e Gestão

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2015 CODEB**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2015  
Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque – CODEB

Companhia Fechada

CNPJ – 75.294.264/0001-02 NIRE – 423.000.18268

#### **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CODEB, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de Novembro de 2015, às 14:00 horas, na sede da Companhia, localizada em Brusque, Santa Catarina, na Praça das Bandeiras nº 77, tendo como local o salão Nobre da Prefeitura de Brusque, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1- Apresentação do relatório e procedimentos adotados pela Comissão Especial, criada pela Portaria n. 10.120/2015;

2 – Criação de uma Comissão para investigar os valores recebidos pela Prefeitura de Brusque e não repassados a CODEB;

3- Outros assuntos de interesse da Companhia.

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na assembleia geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta, na sede da Companhia, no endereço acima especificado.

Brusque (SC), 04 de Novembro de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015 CMC**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA DE BRUSQUE- CMC  
Nº 02/2015.

A Presidente do Conselho Municipal da Cultura – CMC, Sra. Lieza Boing de Souza Neves, convoca nos termos da Lei Municipal nº 3.073 de 04 de março de 2008 e Lei Municipal nº 3.664 de 08 de novembro de 2013, para participarem da Assembleia de eleição dos representantes da Sociedade Civil, para o Biênio 2015-2017, com mandato para o período de dezembro/2015 a dezembro/2017.

1- O Conselho Municipal da Cultura, formará uma comissão eleitoral entre seus membros titulares e suplentes, com o objetivo de coordenar o deferido processo eleitoral.

2- Deverão compor o conselho oito (08), representantes da sociedade civil que serão indicados pelas seguintes organizações, entidades ou grupos, sendo eles:

02 (dois) Representantes de entidades não governamentais com eletiva atuação na área cultural (titular e suplente);  
01 (um) Representante da Música (titular e suplente);  
01 (um) Representante das Artes Cênicas (titular e suplente);  
01 (um) Representante das Artes Visuais (titular e suplente);  
01 (um) Representante da Literatura (titular e suplente);  
01 (um) Representante dos Museus e Arquivos Históricos (titular e suplente);  
01 (um) Representante de Artes Populares (titular e suplente).

2.1- Os 08 (oito) representantes governamentais serão indicados pelo Poder Executivo Municipal de acordo com a composição prevista no art. 3º da Lei Municipal nº 3.664 de 08 de novembro de 2013.

3. Data da Assembleia de eleição:

3.1- Data: 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Horário: 18:00 horas.

Local: FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE.

4- As inscrições:

4.1- As inscrições de candidatos poderão ser entregues até dois dias antes da eleição, junto a Secretaria dos Conselhos, 2º andar da Prefeitura Municipal de Brusque, sito à praça das Bandeiras, 77, Centro de Brusque/SC, aos cuidados da secretaria-executiva Fabiana dos Santos.

4.2- Dos documentos para a inscrição de candidatos a conselheiro a serem encaminhados para a Comissão Especial:

a) Ficha de inscrição para candidato a conselheiro preenchida corretamente e assinada pelo representante legal da entidade ou do

- grupo;  
 b) Ata de indicação de candidato a conselheiro da entidade;  
 c) Fotocópia da carteira de identidade (RG) do candidato a conselheiro;  
 d) Ofício de indicação de candidato a conselheiro assinado pelo representante legal da Entidade/Organização/Grupo;

#### 5- Da Votação:

- 5.1- Os representantes das entidades/categorias que preencherem os requisitos deste Edital, deverão apresentar a comissão eleitoral:  
 a) um delegado munido do ofício da entidade assinado por seu representante legal apresentando o seu delegado e o autorizando a votar;  
 b) Cópia da Carteira de Identidade ou equivalente do delegado;

OBS: Não sendo impedido o candidato a conselheiro ser o delegado.

6- Serão considerados candidatos, todas as pessoas indicadas pelo representante legal da instituição. Cada instituição poderá indicar um candidato. No dia da realização, os delegados deverão apresentar documentos de identidade original. O servidor público não pode figurar como representante da sociedade civil (Redação dada pela Lei nº 3664/2013).

7- Os representantes titulares e suplentes da sociedade civil serão escolhidos pelo voto dos integrantes de cada área, reunidos em assembleia convocada e mediada pelo Conselho Municipal de Cultura (conforme Art. 3 § 2º da Lei nº 3.073 de 04/03/2008).

8- Toda documentação será avaliada pela Comissão eleitoral, nomeada pela Resolução 001/2015 de 03 de novembro de 2015.

9- Informações adicionais podem ser obtidas, com Lieza Boing de Souza Neves, pelo telefone (47) 9915-6634, ou no e-mail liezaneves@hotmail.com

Brusque, 03 de novembro de 2015.

Lieza Boing de Souza Neves

Presidenta do Conselho Municipal de Cultura – CMC.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015 CMC FICHA DE INSCRIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA – CMC

FICHA DE INSCRIÇÃO

DA ASSEMBLÉIA PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CULTURA DE BRUSQUE- CMC

Entidade: .....  
 Endereço:.....  
 nº ..... Bairro: .....  
 Fone:(....) ..... e-mail: ...  
 .....

Delegado/Candidato: .....  
 CPF: ..... RG: .....  
 Endereço:.....  
 nº ..... Bairro: .....  
 Fone:(....) ..... Celular:(....)  
 .....  
 e-mail: ...  
 Pessoa com Deficiência: ( ) Sim ( ) Não. Qual: .....

Seguimento: Organizações, Entidades ou Grupos

- ( ) Representantes de entidades não governamentais com eletiva atuação na área cultural  
 ( ) Representante da Música  
 ( ) Representante das Artes Cênicas  
 ( ) Representante das Artes Visuais  
 ( ) Representante da Literatura  
 ( ) Representante dos Museus e Arquivos Históricos  
 ( ) Representante de Arte Popular

Documentação: Documentos: Obs: Preenchida pela comissão eleitoral:

- ( ) Ficha de inscrição para candidato a conselheiro preenchida corretamente e assinada pelo representante legal da entidade ou do grupo;  
 ( ) Ata de indicação de candidato a conselheiro da entidade;  
 ( ) Fotocópia da carteira de identidade (RG) do candidato a conselheiro;  
 ( ) Ofício de indicação de candidato a conselheiro assinado pelo representante legal da Entidade/Organização/Grupo; Brusque, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

REPRESENTANTE LEGAL.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 061/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 061/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 061/2015, em 26/10/2015.  
 Objeto: aquisição de toldos e cortinas de lonas, para atender as necessidades da Administração Pública. Valor: R\$ 205.802,00.  
 Origem: Pregão nº 072/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 062/2015, em 26/10/2015.  
 Objeto: aquisição de material expediente. Valor: R\$ 83.052,10.  
 Origem: Pregão nº 074/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt.

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 016/2015

ESPÉCIE: acréscimo manutenção e instalação equipamentos de informática. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 058/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 24.725,00. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 04/11/2015; CONTRATADA: Adapsat Com. E Manut. Inf. Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 04 de novembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2014.**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2014.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 112/2014, entre o Município de Brusque e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, em 25/09/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE GALERIAS CULARES EM CONCRETO ARMADO, MEDIDAS DIVERSAS, PARA O USO EM OBRAS DE DRENAGEM NO MUNICÍPIO, de 02/10/2015 a 01/10/2016. Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 077/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e representante empresa Walney Agílio Raimondi

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/2014.**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/2014.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 117/2014, entre o Município de Brusque e a empresa ARTE E VIGOR PANIFICADORA E MERCERIA LTDA-ME, em 16/10/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual e Reajuste, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, COM O PREPARO E ENTREGA DE ALIMENTAÇÃO ACONDICIONADA EM EMBALAGENS ESPECÍFICAS, valor R\$ 578.400,00. Fundamento legal: Artigo 57, inciso II c/c artigo 55, III da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 089/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e representante empresa Evandro Hochsprung.

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA 053/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO À ATA 053/2015

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata de Registro nº 053/2015, entre o Município de Brusque e a empresa Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda, em 21/10/2015. Objeto: Realinhamento do valor do objeto constante na Ata de Registro de Preço nº 053/2015. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 065/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Cristiano Bittencourt e Salvo Inacio.

**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO À ATA Nº 067/2014**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO À ATA Nº 067/2014

Espécie: 4º Termo Aditivo, Ata de Registro de Preços nº 067/2014, entre o Município de Brusque e a empresa IRMÃOS WILLRICH LTDA, em 02/10/2015. Objeto: acréscimo de 25%, cujo objeto consiste na aquisição de combustíveis, Valor: R\$ 21.525,00 - Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93. Origem: Pregão nº 100/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO À ATA 067/2014**

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO À ATA 067/2014

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 067/2014, entre o Município de Brusque e a empresa AUTO POSTO RR MALUCHE LTDA, em 29/10/2015. Objeto: Realinhamento de preços para aquisição de gasolina comum. Valor: R\$ 3,34. Fundamento legal: 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 100/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretário de Orçamento e Gestão Cristiano Bittencourt e por representante empresa Ricardo Costa Ganz.

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2014 (FMS)**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2014 (FMS).

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 018/2014, entre o Município de Brusque e a empresa GERMANN CONSTRUTORA LTDA, em 26/10/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na execução das obras de construção de academia no bairro Santa Luzia, Município de Brusque, de 31/10/2015 a 30/04/2016. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: IVONIR ZANATTA WEBSTER E QUEILA KATIUSCIA RIOS BURIN DA ROCHA.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015 SAMAE**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015. Dispõe sobre a observância da ordem cronológica nos pagamentos a fornecedores e dá outras providências.

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica estabelecida a observância dos pagamentos em ordem cronológica por fonte de recursos de que trata a Lei nº 8.666/93, art. 5º, caput e § 3º, e Decreto Lei nº 201/67, art. 1º, inciso XII, no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque.

Art. 2º. A observância dos pagamentos em ordem cronológica aos fornecedores de bens e serviços destina-se a:

I - Assegurar a legítima expectativa dos fornecedores que firmam relação jurídica contratual com o SAMAE;

II - Diminuir os riscos da contratação, aumentando, por consequência, a competitividade nas licitações;

III - Atender aos princípios constitucionais e a legislação aplicável à matéria; e

IV - Facilitar o relacionamento com os fornecedores ao agilizar os processos de despesas.

Art. 3º. A responsabilidade pela ordenação das despesas é do Diretor Presidente da autarquia e será formalizada na nota de empenho ou no ato da emissão da requisição de despesa, em caso de adoção de sistema integrado informatizado da despesa.

**CAPÍTULO II  
DAS LISTAS CLASSIFICATÓRIAS DE PAGAMENTOS**

Art. 4º. O SAMAE organizará lista classificatória de pagamentos em ordem cronológica de liquidação por fonte de recursos:

I - para compras e serviços acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme previsão de vencimento previsto nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes;

II - para compras e serviços até o valor estabelecido no inciso anterior o pagamento se dará em até cinco dias úteis da liquidação da despesa e entrega do documento fiscal;

§ 1º As listas de vencimentos incluirão todos os débitos do SAMAE para com fornecedores de bens, produtos e serviços, independente do exercício de origem da dívida.

§ 2º A inclusão de previsão de pagamento a fornecedor na lista em ordem cronológica se dará após a regular liquidação da despesa, cumprimento dos requisitos exigidos em contrato e apresentação do documento fiscal.

§ 3º Na hipótese de haver mais de uma liquidação e mesma fonte de recurso para uma mesma data, para efeitos de classificação na lista por ordem cronológica, será considerado melhor classificado o pagamento a fornecedor de acordo com a ordem de chegada do documento fiscal.

Art. 5º. Nos documentos fiscais de serviços a data da emissão deverá acompanhar a periodicidade da prestação de serviços prevista no contrato.

Parágrafo Único. Em contratos que tenha que haver medições por parte do SAMAE haverá a previsão de o fornecedor emitir o documento fiscal após a notificação da autarquia, que se dará em prazo não superior a dez dias do término do período da competência da prestação dos serviços.

Art. 6º. Em caso de liquidação da despesa não ser efetivada ou ser cancelada devido a falhas na entrega do produto ou serviço, o débito será retirado da lista classificatória voltando a esta quando da regularização das falhas, ficando vedada a liquidação e pagamento parcial.

### CAPÍTULO III DO CONTRATO OU EQUIVALENTE

Art. 7º. Os termos de contrato, bem como as substituições por instrumentos equivalentes como nota de empenho, autorização de compras ou de serviço deverão prever:

I - A(s) data(s) do pagamento do valor total ou de cada parcela;

II - A forma de pagamento, se fatura/boleto bancário ou depósito/transferência, com a identificação dos dados necessários para a efetivação do pagamento;

III - Responsável pela fiscalização do contrato pelo SAMAE;

IV - A obrigatória notificação ao fornecedor pelo responsável pelo acompanhamento do contrato de serviços, caso haja a necessidade de medições por parte da autarquia, autorizando a emissão da nota fiscal correspondente ao período;

V - Local de entrega do produto e respectivo documento fiscal em caso de materiais ou bens de natureza permanente; e

VI - Local de entrega do documento fiscal em caso de prestação de serviços.

### CAPÍTULO IV DAS EXCEÇÕES

### SEÇÃO I SITUAÇÕES JUSTIFICÁVEIS

Art. 8º. O pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade somente poderá ser realizado se comprovado prejuízo ao erário ou ao interesse público, em situações extraordinárias, tais como:

I - para evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais ou para restaurá-los;

II - para dar cumprimento à ordem judicial ou do Tribunal de Contas do Estado que determine a suspensão de pagamentos;

III - para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação, caso em que a apuração não ultrapassará o prazo máximo de quinze dias, prorrogáveis motivadamente;

IV - nos casos em que decorram vantagens financeiras para o erário, como descontos e abatimentos para pagamentos antecipados, conforme oferta isonômica aos fornecedores; e

V - nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município.

Parágrafo único. O pagamento de que trata este artigo será precedido de justificativa do Diretor Presidente da autarquia, de publicação na imprensa oficial e no portal de transparência do SAMAE.

### SEÇÃO II SITUAÇÕES NÃO APLICÁVEIS

Art. 9º. Não se aplicam as disposições desta Instrução Normativa as que digam respeito as despesas:

I - Para suprimentos de fundos e diárias;

II - De pagamentos de vencimentos ou parcelas indenizatórias de salários, ativos, inativos e pensionistas;

III - Relativas ao pagamento de obrigações tributárias;

IV - Necessárias para dar cumprimento a ordem judicial, depósitos judiciais, precatórios, multas de entidades governamentais ou decisões do Tribunal de Contas;

V - De repasses às organizações da sociedade civil ou subvenções econômicas;

VI - Transferências que se fundamentem no art. 26 da LC nº 101/2000;

VII - Devoluções de taxas e demais cobranças do SAMAE;

VIII - Devoluções de transferências voluntárias;

IX - Repasses ao Regime Próprio de Previdência Social;

X - Que não sejam regidas pela Lei Federal nº 8.666/93.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS E FINAIS

Art. 10º. A lista de credores será divulgada no Portal Transparência do SAMAE.

Art. 11º. O contratado poderá representar à autarquia para

impugnar a preterição de seu crédito na ordem cronológica de pagamentos.

Art. 12º. Constatada a ocorrência de favorecimento ou de preterição injustificada de credor no estabelecimento da ordem de classificação a Tesouraria representará à unidade de Controle Interno.

Art. 13º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2016.

Brusque / SC, 26 de Outubro de 2015.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente do SAMAE

#### **PORTARIA Nº 265/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 265/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

##### **RESOLVE**

1) Exonerar, ANGELITA PEDRINI, do cargo de provimento em comissão de Chefe.

2) Esta portaria entrará em vigor nesta mesma data, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 03 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--	--

#### **PORTARIA Nº 266/2015 SAMAE**

PORTARIA Nº 266/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

##### **RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Ademar Eleutério, matrícula 2316.7-00, ocupante do cargo de Chefe;

Anauri Schafer, matrícula 2698.0-00, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

André de Castro Nunes, matrícula 736.6-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE;

Diogo Vinicius Tunes Villar, matrícula 2441.4-00, ocupante do cargo de Motorista;

Izaías Gamba, matrícula 844.3-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;

João Carlos Pais de Almeida, matrícula 819.2-00, ocupante do cargo de Operador de Máquinas; e

Reinaldo José Vieira, matrícula 735.8-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações.

Pelo período de 09/11/2015 até 28/11/2015

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/11/2015.

Brusque, 03 de novembro de 2015.

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE

#### **RESOLUÇÃO Nº 001 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015 - CMC**

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a Formação da Comissão Eleitoral para o Biênio 2015/2017.

O Conselho Municipal da Cultura de Brusque – CMC, em reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme os termos da Lei Municipal nº 3.073 de 04 de março de 2008 e Lei Municipal nº 3.664 de 08 de novembro de 2013,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Tornar publico a criação da Comissão Temática Transitória para o Processo Eleitoral Biênio 2015/2017 deste conselho.

Art. 2º Designar os membros:

Giseli Schmidt Decker  
Izabel Krieger Moritz  
Mayara Luana Voltolini  
Lieza Boing de Souza Neves

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lieza Boing de Souza Neves  
Presidente do Conselho Municipal da Cultura de Brusque- CMC

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.605

DECRETO Nº 6.605, de 04 de novembro de 2015.

Retifica dispositivos do art. 1º do Decreto nº 6.550/2015, que Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os dispositivos abaixo especificados constantes do art. 1º do Decreto nº 6.550, de 18 de setembro de 2015, que Nomeia Comissão Especial de Julgamento do Processo Licitatório nº 98/2015, Tomada de Preços 3/2015:

“Art. 1º ... ..

I - Simone Maria Foscarini; (NR)

II - Leonardo Antunes Menegotto; (NR)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 04 de novembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 25.208

PORTARIA Nº 25.208, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados junto à Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando código, nome dos servidores, cargos e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar de – A partir de:
13183	Adriana Marliza Campos de Almeida	Professora 1 ao 5 ano	11/02/2015
12242	Aline Balbinotto	Professora de Matemática	02/02/2015
12920	Bernadete Chiesa Carlin do Prado	Auxiliar de Creche e Berçário	02/02/2015
13165	Clarice Lanferdini Gatti	Professora 1 ao 5 ano	02/02/2015
12897	Daiane Xumadelo de Souza Leal	Professora de Ciências	02/02/2015
13064	Daniel Pereira Rafaeli Filho	Professor de Matemática	03/02/2015
13062	Débora Jane Zarur	Especialista em Assuntos Educacionais	02/02/2015
12922	Irene Meireles Prestes Pasa	Auxiliar de Creche e Berçário	02/02/2015
13180	Marizete Zago	Professora 1 ao 5 ano	02/02/2015
13169	Rosângela Riedi	Professora 1 ao 5 ano	02/02/2015
13113	Rosmari Aparecida Becker	Professora Língua Portuguesa	12/02/2015
13142	Sandra Mara Maceno	Professora de Educação Infantil	02/02/2015
13264	Suzamara Maria Stachelski	Professora de Educação Infantil	02/02/2015
12951	Tayana Dallagnol de Souza	Secretária Escolar	02/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.058**

PORTARIA Nº 26.058, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos e de contrato temporário, lotados na Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

**I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:**

Código	Nome	Cargo	Locais de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início
790	Andiara Zeni Pacheco	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Hilda G de Sousa	30 dias	05/10/2015
7779	Atilio da Silveira de Oliveira	Prof do Ensino Fundamental II	EMEB Henrique Julio Berger	15 dias	30/09/2015
9147	Flavia Beims Mostiack	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	18 dias	27/09/2015
8308	Maria Luciana Moraes dos Santos	Profª de Educação Infantil	EMEB Hilda G de Sousa	90 dias	01/10/2015
6957	Marilde Aparecida Scapin	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Alcides Tombini	30 dias	05/10/2015
10526	Marizete Zago	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Morada do Sol	Tempo indeterminado ou até perícia	21/09/2015
6961	Sandra Mara Moscheta da Silva	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Walsin Nunes Garcia	15 dias	01/10/2015
3557	Sidneia Dominiak	Profª de Educação Infantil	EMEB Hilda G de Sousa	90 dias	23/09/2015
719	Teresinha Auerbach	Profª do Ensino Fundamental II	EMEB Morada do Sol	60 dias	28/09/2015
6945	Zeli Moraes de Souza	Auxiliar de Creche e Berçário	EMEB Hilda G de Sousa	110 dias	11/10/2015

**II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTS:**

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13988	Gisele de Oliveira Moraes Veiga	Profª Ensino Fundamental I	EMEB Alto Bonito	15 dias	15 dias	05/10/2015
13643	Mellina Pereira Scalabrin	Profª Ensino Fundamental I	EMEB Castelhanos e EMEB Ulysses Guimarães	90 dias	15 dias	23/09/2015
12928	Michelen Azeredo de Moraes	Secretária Escolar	EMEB Hilda G de Sousa	10 dias	10 dias	25/09/2015
13143	Sandra Mara Moscheta da Silva	Profª Ensino Fundamental I	EMEB Henrique Julio Berger	15 dias	15 dias	01/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.113**

PORTARIA Nº 26.113, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

**RESOLVE:**

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionada, especificando código, nome da servidora, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	A contar de:
13913	Lindamir Gonçalves	Servente da Educação	EMEB Pe. José Chamot	16/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.114**

PORTARIA Nº 26.114, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

ATRIBUIR EXERCÍCIO, para os Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionados, especificando: código, nomes dos Servidores, carga horária, cargo, escola de lotação, local da atribuição e período da atribuição, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Cargo	Escola de Lotação	Local da Atribuição de Exercício	Período da Atribuição
783	Celso Viero	40	Prof. do Ensino Fundamental I	EMEB Morada do Sol	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	21/09/2015 a 18/12/2015
535	Clarisse de Albuquerque Rodrigues	20	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Sousa	EMEB Tabajara	22/09/15 a 18/12/15

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.116**

PORTARIA Nº 26.116, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGAS HORÁRIAS das Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, lotadas junto a Secretaria Municipal da Educação, especificando códigos, nomes, cargos, cargas horárias anteriores, cargas horárias atuais, escolas e períodos:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Escola de atuação	Período - A Contar de de:
13934	Eladir Maria Maciel	Profª Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Ir. Venâncio José, VV Anastacia Bernardo, Licença Prêmio	17/10/2015 a 18/12/2015
13739	Eliana Ramos Batista Padilha	Profª Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Vereda dos Trevos, VV Iraci dos Santos, Licença Trat. Saúde	02/10/2015 a 18/12/2015
13134	Rita Salete Daneluz	Profª Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Henrique J. Berger, VV Sandra M. Moscheta, Licença Trat. Saúde	20/10/2015 a 18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.117**

PORTARIA nº 26.117, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 53, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23/07/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL, por apresentação de Certificado de Curso de Especialização – Pós Graduação, aos Servidores

Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, nível/referência atual e nível/referência da progressão:

**I - CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR**

Código	Nome	Nível/Referência Atual	Nível/Referência Novo
876	BARTIRA ELISA TOMAZINI	3/B	5/A
1200	CARLA CAVALHEIRO DALLAZEN	3/B	5/A
799	Elisandra Aparecida Giacomet	3/B	5/A
404	HILDA PARAVISI DE BORTOLO	3/B	5/A
6734	TAISA BEATRIZ BASSO	3/B	5/A

**II – CARGO: AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO**

Código	Nome	Nível/Referência Atual	Nível/Referência Novo
3313	ANELY DE PAULA RIBEIRO DOS SANTOS	3/b	5/A
10529	CLEIDE MARA NURILLES PIALA	3/b	5/A
10530	CRISTINA DE CASTILHO	3/b	5/A
3308	GIRCELA ANTUNES	3/b	5/A
10835	JUSSARA APARECIDA JOMBRA DUREK	3/b	5/A
10825	KEROLYN CRISTINA CORONADO	3/b	5/A
3310	MARCIA ALVES RIBEIRO	3/b	5/A
11912	MARCIA PIRES DE CAMARGO BRUSTOLIN	3/B	5/A
3311	MARIA DE FATIMA JATOBÁ CRESTANI	3/b	5/A
10824	MARILUCI FERREIRA ALVES DE OLIVEIRA	3/b	5/A
10433	PAULA CRISTINA SANTORE	3/b	5/A
10434	RITA TEREZINHA GALVAN MORGENSTERN	3/b	5/A
6946	SILMARA ADAMCZESKI	3/b	5/A
10431	SILVANA DALLA VECCHIA	3/b	5/A
6947	VENI APARECIDA MOURA	3/b	5/A

**III – CARGO: PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Código	Nome	Nível/Referência Atual	Nível/Referência Novo
71	Airton carlos leite	1/d	3/A
10522	MARISTELA CORDEIRO DA SILVA	1/B	3/A

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de outubro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.121**

PORTARIA Nº 26.121, de 21 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal NAIANA APARECIDA LOURENÇO DE MELLO, Matrícula 13916, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Pe. José Chamot, cargo de Servente, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com efeitos a contar de 21 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de outubro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.130**

PORTARIA Nº 26.130, de 29 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal CLAUDIO GRANJA, Matrícula 280, cargo de Professor do Ensino Fundamental II, na Secretaria Municipal da Educação, lotada na EMEB Henrique Julio Berger, 20 (vinte) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
12/02/2002 a 12/02/2007	03/11/2015 a 31/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.132**

PORTARIA Nº 26.132, de 29 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal EVELYN DE ALMEIDA PICOLOTTO, Matrícula 12895, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Hilda Granemann de Sousa, cargo de Professora do Ensino Fundamental II, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 22 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2015.**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 09/2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais municípios, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 30 de novembro de 2015, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade discutir o Projeto de Lei nº 052/2015, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2016.

Caçador, em 04 de novembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,

Presidente da CMC.

Valmor de Paula,

Presidente da CFOCM.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 029/2015 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 018/2015 – FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 4 HORAS E VASTO REPERTÓRIO DE MÚSICAS PARA ATENDER AS ATIVIDADES REALIZADAS PARA OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 04/11/2016

1ª Publicação.

### IL 02/2015 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2015 – FMAS

Data: 04/11/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES PARA SEREM UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, E CREAS (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), PARA O DESLOCAMENTO ATÉ A SECRETARIA E RETORNO A SEUS LARES.

Valor total: R\$ 6.500,00 (Seis Mil e Quinhentos Reais)

Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

Contratada: Camboriú Transporte e Turismo Ltda EPP.

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 04 de Novembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 88/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 088/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS CELULARES TIPO SMARTPHONE PARA USO DAS GUARNIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA NA CIDADE DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 17

(Dezessete) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Novembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 89/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA E EMISSÃO DE LAUDOS DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, TENDO EM VISTA O AUMENTO DA DEMANDA DE PERÍCIAS MÉDICAS E VISANDO O CUMPRIMENTO DO ARTIGO 90 DA LEI COMPLEMENTAR 039/2013.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 16:00 horas do dia 17 (Dezessete) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Novembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 90/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 090/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, COMPUTADORES E IMPRESSORAS PARA A NOVA SEDE DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA COMARCA DE CAMBORIÚ E NOVA SEDE DO CIRETRAN DE CAMBORIÚ, LOCALIZADA NA RUA SÃO PAULO, BAIRRO SANTA REGINA MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Novembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PROCESSO SELETIVO 001/2015 - ASSISTENCIA SOCIAL**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL Nº. 008/2015.

Abre as inscrições para o processo seletivo para a contratação de Instrutor de Panificação e Confeitaria, admitido em caráter temporário, para o ano letivo de 2016.

O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, comunica que se encontram abertas no período de 05/11/15 à 13/11/15, as inscrições do processo seletivo para a contratação de Instrutor de Panificação e Confeitaria, com a finalidade de atuar junto a Escola de Panificação e Confeitaria do Município e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital, pelo Art. 8º da Lei 2.586 de 2013 e demais legislação vigente.

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1 O processo seletivo será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, localizada à Rua Presidente Costa e Silva, nº 329, Centro, Camboriú - SC. Telefones (47) 3365- 0607 / 3365-0919.

0.2 O processo seletivo destina-se à admissão em caráter temporário no quadro pessoal.

0.3 A contratação dos candidatos classificados, nos termos deste edital, será por tempo determinado, tendo como prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação de Decreto de homologação final, podendo, a critério da administração, ser prorrogada uma única vez, por igual período.

0.4 A primeira fase consistirá em prova de entrevista individual, de caráter classificatório, com peso 8,0 (oito).

0.5 Os candidatos serão submetidos a uma ENTREVISTA, por Psicólogo deste município, com o objetivo de levantar maiores informações a respeito do profissional participante e estabelecer se o candidato possui perfil para trabalhar. Será dividida em questões direcionadas ao conhecimento específico do cargo pretendido com os seguintes temas: 1) iniciativa; 2) habilidade na resolução de problemas; 3) comunicação; 4) postura.

0.6 Será atribuído o conceito ÓTIMO, BOM, SATISFATÓRIO, REGULAR e RUIM, conforme o entendimento dos avaliadores. Os conceitos serão posteriormente transformados em escala numérica, atribuindo-se 2,0 (dois) para o conceito ÓTIMO; 1,5 (um vírgula cinco) para cada conceito BOM; 1,0 (um) para cada conceito SATISFATÓRIO; 0,5 (zero vírgula cinco) para cada conceito REGULAR e 0,0 (zero) para cada conceito RUIM. Os conceitos serão registrados em formulário próprio.

0.7 As entrevistas serão realizadas com todos os inscritos que compareceram na primeira fase. As entrevistas serão individuais após o término deverão assinar a lista de presença.

0.8 A Segunda fase do processo seletivo consistirá no tempo de experiência profissional na área correspondente documentado, de caráter classificatório, com peso 2,0 (dois). Os critérios utilizados para a atribuição de valores ao tempo de experiência profissional respeitarão a tabela abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Experiência Profissional	Pontuação Máxima: 2,0
Experiência no cargo – dois anos ou mais	2,0
Experiência no cargo – um ano até dois anos	1,0
Experiência no cargo – de oito meses até um ano	0,8
Experiência no cargo inferior a oito meses	0,5

0.8.1 A aprovação e classificação no presente processo seletivo não criam direito a contratação. Esta será realizada na medida das necessidades do Município de Camboriú e disponibilidades orçamentárias.

0.8.2 A entrevista do presente processo seletivo será realizada no dia, local e horário a ser publicado no dia da homologação das inscrições, ou seja, dia 16/11/2015.

0.8.3 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionado ao presente processo seletivo serão publicados no seguinte endereço eletrônico: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br), no diário oficial eletrônico do município, no Paço municipal e na Câmara Municipal de Vereadores.

**2 DO CARGO, ESCOLARIDADE EXIGIDA, JORNADA DE TRABALHO, REMUNERAÇÃO**

2.1 O processo seletivo destina-se ao provimento de uma vaga de Instrutor do Curso de Panificação e Confeitaria do Município, com validade de janeiro de 2016 até dezembro de 2016.

2.1.1 A contratação do Instrutor de Panificação poderá ser renovada de acordo com a necessidade e o interesse público do Município, sem novo processo seletivo, a fim de atender as demanda do Programa e respeitado o prazo de prorrogação previsto na Lei Municipal n.º 1.252/1997.

2.1.2 Fica criada a função de Instrutor de Panificação para atender o Programa Municipal de Escola de Panificação, com vencimento de R\$ 1.015,72 (um mil e quinze reais e setenta e dois centavos) e carga horária de 40h (quarenta horas), o qual permanecerá contratado no Município de Camboriú enquanto for mantida a parceria com o Conselho da Comunidade da Comarca de Camboriú.

2.2 O cargo, formação mínima exigida, carga horária e vencimentos, objeto do presente processo seletivo, são os seguintes:

**CARGO HABILITAÇÃO CARGA/HORÁRIA VENCIMENTO**

INSTRUTOR DE PANIFICAÇÃO	NÍVEL MÉDIO E CERTIFICADO DE CURSO NA ÁREA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	40 HORAS SEMANAIS	R\$ 1.015,72
--------------------------	---	-------------------	--------------

### 3 DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

#### 3.1 São atribuições do Instrutor de Panificação:

- I - instruir sobre práticas de segurança, higiene, saúde e preservação ambiental;
- II - ensinar o processamento de produtos de massa doce e salgada, bolos, tortas, entre outros;
- III - repassar informações sobre o acondicionamento e armazenamento de ingredientes e produtos;
- IV - operar máquinas e equipamentos;
- V - desenvolver outras atividades designadas pelo Coordenador da Escola de Panificação.

### 4 A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1 A participação no processo seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada junto à Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.3 No requerimento de inscrição, sob as penas da Lei, o candidato declarará:

- a) Ter nacionalidade brasileira;
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;
- c) Gozar de boa saúde, condição que será comprovada, quando do processo de admissão;

d) Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

e) Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;

f) Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

g) Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo.

h) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da admissão.

4.4 A inscrição somente será efetuada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social, no período compreendido das 12h às 18 h do dia 05/11 a 13/11 de 2015. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Ler atentamente o edital;
- b) Preencher o requerimento de inscrição;
- c) Trazer documentos exigidos no edital.

4.4.1 Não serão aceitas inscrições de outras formas.

4.4.2 O preenchimento do requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração das informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço.

4.5 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado.

### 5 DAS INSCRIÇÕES E DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.

5.1 As inscrições serão feitas na Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social através da ficha de inscrição, no período de 05/11 a 13/11 das 12 h às 18h.

5.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar as seguintes documentações:

- a) Cópia da Carteira de identidade e CPF;
- b) Comprovante de conclusão de Ensino Médio;
- c) Experiência comprovada através de certificado de curso na área de panificação e confeitaria;
- d) Certificado de tempo de serviço na área de panificação e confeitaria.
- e) Comprovante de residência;

5.3 Não serão aceitas documentações que forem entregues após a efetuação da inscrição.

### 6 DOS RECURSOS

6.1 Caberão recursos do indeferimento das inscrições:

- a) Recurso quanto ao resultado final: 01 (um) dia útil após a divulgação do resultado final, justificado e escrito.

6.2 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

### 7 DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os candidatos serão classificados no respectivo cargo de inscrição, conforme a somatória da pontuação referente ao tempo de serviço e da entrevista.

7.2 Ocorrendo empate, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.3 Para os candidatos que não estão ao amparo do item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver a maior pontuação no tempo de serviço;
- b) tiver a maior idade.

### 8 DA VAGA

8.1 A vaga será preenchida, observando-se a ordem de classificação.

8.2 Fica a cargo da Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Assistência Social proceder a chamada e contratação do candidato, através de edital de chamamento no site da Prefeitura Municipal de Camboriú ([www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br)) e no paço municipal.

8.3 O candidato de posse do encaminhamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, deverá apresentar-se na data, local e horário especificado na carta de apresentação.

8.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de Camboriú. A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, dentro do interesse e conveniência da mesma, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste edital.

## 9 O FORO JUDICIAL

9.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o processo seletivo e que trata este edital é da comarca de Camboriú.

## 10 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

10.1 Fica delegada competência à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social para:

- a) divulgar o processo seletivo na Internet;
- b) deferir e indeferir as inscrições;
- c) avaliar e classificar o tempo de serviço
- d) prestar informações sobre o processo seletivo, no período de realização do mesmo;
- e) julgar os recursos previstos no edital;
- f) divulgar os resultados.

## 11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Será excluído do processo seletivo o candidato que fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata.

Camboriú, 04 de novembro de 2015.

JOHN LENON TEODORO

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

## ANEXO I

### CRONOGRAMA

DATA	ATO
04/11/2015	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
05/11/2015 a 13/11/2015	Período de Inscrições
16/11/2015	Homologação das Inscrições
17/11/2015	Entrevista com Psicóloga
18/11/2015	Publicação da Classificação dos Candidatos Inscritos
19/11/2015	Prazo para Recurso
20/11/2015	Homologação do Resultado Final

## RESULTADO PR 081/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:  
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 04 de Novembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

## RESULTADO PR 80/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:  
"FRACASSADA COM REPETIÇÃO DE FEITO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 04 de Novembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 95/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 95/2015)

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marcinia Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 95/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de veículo automotor, tipo SUV, para a Polícia Militar de Campo Alegre – SC, destinado ao serviço de policiamento preventivo. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Superauto Comercio de veículos Ltda – CNPJ: 88.632.369/0001-68. A licitante não credenciou representante na sessão. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou enquadramento como ME. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. A licitante apresentou veículo marca/modelo Ford Ecosport Freestyle 2.0L, sendo que o modelo apresentado tem porta malas com capacidade mínima de 362L e não atende a exigência do Edital que é “capacidade mínima do porta malas: 400L”, o modelo também não atende o quesito altura mínima em relação ao solo de 210mm, que no modelo apresentado a altura mínima é de 200mm. A Pregoeira declara a licitante DESCLASSIFICADA do presente certame. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO 91/2015

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 91/2015)

Às 10h do dia 04/11/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais hidráulicos para manutenção e ampliação da rede de abastecimento de água do município de Campo Alegre - SC.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzhz>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### DECRETO Nº 9.394 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.394 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

INSTITUI O CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no Parágrafo 1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006; DECRETA:

Art.1º) Fica instituído o CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, em observância ao §1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006.

Art.2º) Ficam nomeados os seguintes Servidores Públicos Municipais: IRINEU Woitskovski Júnior – Agente Administrativo III; MARLÍ AUGUSTIN – Agente Administrativo II; SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL – Professor IV; GILSON OMAR BRUNNQUELL – Engenheiro Agrônomo; PATRÍCIA SCHWENDNER – Instrutora de Música; FERNANDO GROSSKOPF – Contador; SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO – Agente Administrativo II; MARCOS ENGLER – Agente Operacional III; CIRILA TELMA – Professor I; PEDRO IVONEI GORNIACK – Agente Operacional IV, para sob a Presidência do primeiro, comporem o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único – Os servidores designados no caput deste Artigo deverão, em caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem a política de remuneração, relativa à revisão salarial anual para o exercício de 2016, dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) O Conselho ora instituído desenvolverá atividades descritas no Art. 3º deste Decreto.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de Novembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.395 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.395 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil, quinhentos reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS		
300000.00.842 -	Despesas Correntes		
310000.00.842 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.842 -	Aplicações Diretas		
319004.00.842 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 1.500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS		
300000.00.842 -	Despesas Correntes		
330000.00.842 -	Outras Despesas Correntes		
319000.00.842 -	Aplicações Diretas		
319046.00.842 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 1.500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 04 de Novembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL DE LOCAL DE PROVAS E ENSALAMENTO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 005/2015 E PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2015**

EDITAL DE LOCAL DE PROVAS E ENSALAMENTO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 005/2015 E

PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Local de Provas e Ensalameto, referente Concurso Público Municipal nº 005/2015 e Processo Seletivo nº 003/2015.

Art.1º - A Prova objetiva será realizada em data de 08 de Novembro de 2015, no prédio Sede da EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA “MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES”, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º - Os candidatos aos cargos de Médico I e Médico II, realizarão as Provas no período da manhã, com abertura dos portões às 8h e fechamento dos portões às 8h15min, sendo que o início da aplicação da Prova será às 8h30min e término da Prova às 10h. Os candidatos aos cargos de Médico III – Pediatra, Médico III – Ginecologista/Obstetra e Médico IV – Plantonista, realizarão as Provas no período da manhã, com abertura dos portões às 10h e fechamento dos portões às 10h15min, sendo que o início da aplicação da Prova será às 10h30min e término da Prova às 12h.

Art.3º - Consta no Anexo I o ENSALAMENTO do local de aplicação das Provas.

Art.4º - O candidato deverá portar (no dia da Prova) obrigatoriamente um documento de identidade com foto (CNH, RG, passaporte ou registro no CRM) e uma caneta de tinta azul ou preta.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural Sede da Prefeitura Municipal, publicado na íntegra nos seguintes endereços eletrônicos: [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2015.  
RUBENS BLASZOWSKI  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
EDITAL DE LOCAL DE PROVAS E ENSALAMENTO  
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 005/2015 E  
PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2015

Inscrição	Cargo	Cargo	Sala	Andar	Escola
01	Médico I	Siegrid Kurzawa Zwiener dos Santos	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
03	Médico I	Jürgen Beuther	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
13	Médico I	Margarita Conceição Rojas Soto	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
14	Médico I	Rosimar Barrozo Braga	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
02	Médico II	Ingrid Kurzawa Zwiener Ostermayer	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
04	Médico II	Ricardo Gomes Martins	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
06	Médico II	Jürgen Beuther	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
07	Médico II	Francisco José Carvalho Vieira	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
10	Médico II	Margarita Conceição Rojas Soto	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
12	Médico II	João Adolfo Oswald Scharan	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
05	Médico IV	Francisco José Carvalho Vieira	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
08	Médico IV	Douglas Henrique Golox	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES
11	Médico IV	Juliana Süssenbach Krauss	Sala 1	Térreo	EMEB - MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES

**PORTARIA Nº 12.254 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.254 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal, ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, ocupante do Cargo Público Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 03 de Julho de 2013 à 02 de Julho de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 11.831 de 26 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 04 de Novembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1481/15

PORTARIA Nº 1481/15 de 28/10/15

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CAROLINE ELIS DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CAROLINE ELIS DE SOUZA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de outubro de 2015.

#### COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### EDITAL 03/2015 - SMEC - HOMOLOGAÇÃO E DEFERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

EDITAL Nº 03/2015/SMEC

HOMOLOGAÇÃO E DEFERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE PROGRESSÃO POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Senhor Prefeito Municipal NELSON CRUZ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Inciso VIII, do Art.100, da Lei Orgânica do Município de Campos Novos/SC, torna público as solicitações de Progressão Por curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação, de acordo com a Lei Complementar 07/2011, artigos 23 e 24, § 1º e 2º, para os profissionais da educação do Município a seguir listados:

#### I – REQUERIMENTOS DEFERIDOS

Professor I – 20 horas – Nível - M 02

· Rita de Cássia Stefanos Silvestrin Zoldan Professor I – 40 horas – Nível- M 02

· Everaldo Barbosa

· Edite Tonim Gasperin

· Hilário Carlos Stefanos Professor I – 40 horas – Nível- M 02

· Marcos Gustavo Almeida Professor II – 40 horas – Nível – M 03

· Edemilson Sergio Cassiano

· Elenice Vieira

· Elizangela da Silva

· Herta Maria Telles Durlí

· José Joacir Gomes da Silva

· Maria Sandra Mara Maciel

· Marilinda Fagundes Maciel

· Marli Terezinha Pinheiro

· Miriã Batista dos Santos

· Terezinha Corrêa Bonato

· Zulma Aparecida de Jesus Professor III – 10 horas – Nível- M 04

· Aloísio Amarcy dos Passos Petronilio

· Itaeze de Fátima Deon

· João Carlos Silva Aromi Professor III– 20 horas – Nível- M 04

· Adelita Juliana Werle Scapini

· Adriana de Fátima R. Spacart Zanatta

· Ana Paula de Matia Galli

· Edson Ricardo Maximiniano

· Eliamar T. Antunes Mayer

· Graciele Helt Tiepo

· Janete Lúcia Beviláqua

· José Elíer Fagundes

· Leda Maria Bosi

· Letícia Furtado Titon

· Luciane Daniela dos Santos Tormen

· Maria Aparecida da Silva

· Maria Solange dos Santos Pinheiro

· Marilene Botari Soares Borges

· Maristela Martendal Menegazzo

· Maristela Meneguzzo de Andrade

· Milena Beatris Lopes de Almeida

· Simone Terezinha Rupp Almeida

· Vera Lúcia Matos Lago Professor III – 30 horas – Nível- M 04

· Cristiane Aparecida dos Santos Redante

· Sandra Aparecida Stefanos

· Magali Corona Mecabô Professor III – 40 horas – Nível – M 04

· Alaércio Mecabô

· Andréa Cristiane Pires

· Adriana Besen Varela

· Adriana Surdi

· Alexandrina Góis Spader

· Alice dos Santos Garcia

· Ana Cristina de Oliveira

· Ana Eumar Gonçalves Barbosa

· Ana Paula de Lima Almeida

· Andresa Luchetta

· Angela Aparecida Petri Tesser

· Angela Carla Dorini

· Ângela Maria Dalberto

· Antonio Salvador Marques

· Arlete Terezinha de Souza Camassola

· Bruna de Godoy

· Camila e Sá

· Carla Aparecida Lopes

· Carmem Lúcia Fabiensi

· Carmem Regina de Matos

· Caroline Maria Wagner de Oliveira

· Célia Aparecida Bitencourt Coelho dos Reis

· Célia Fernanda Petri Biolo

· Célia Luzia Mena Barreto

· Clarice de Fátima Letrari Krug

· Claudete Pereira Barros

· Cleudes Reginato de Oliveira

· Cleuza de Lourdes Padilha Valandro

· Clevy Gonçalves Kemer

· Daizi Antunes Kunen

· Dayane Roberta Penso Neves

· Deize Ramella Roveda

· Délcio Pereira Antunes

· Denize de Fátima Oliveira

· Dercy Pereira Antunes da Silva

· Édiba Lucir Catarina Baldissera

· Edinéia Regina da Silva Dalpiva

· Elaine Cristina dos Santos

· Elaine Cristina Rodrigues Arruda de Souza

- Elenice Aparecida Oliveira Fornara
- Eliane Aparecida Pereira Oliveira Antunes
- Elisabeth Silochi da Silva Antunes
- Elizabete Aparecida de Lima Fagundes
- Elizabete de Oliveira Machado
- Elizete Aparecida Kuster
- Elizete da Rosa Becker
- Elizete da Silveira Boeira
- Eloir Carvalho de Matos Ferreira
- Eroni Terezinha Talamini Gonçalves
- Eunice Terezinha Stefanés
- Fabiana Cavazzola Lopes
- Fabiele Coradin
- Girce Lúcia Morselli Sanguanini
- Gizele Aparecida Werle Manfrói
- Ijanara Adriana Dutra
- Ilda Neves de Moraes
- Ilda Terezinha Savaris Dorini
- Ildo Dalpiva
- Iliane Masson
- Inês Aparecida Lopes de Souza
- Ivete Terezinha Vieira
- Ivonete Kemer Comerlatto
- Izabel Cristina Antunes Rech
- Jacinta de Fátima Albertti
- Janaina Denise da Silva
- Jane Aparecida Carvalho
- Janice Aparecida Bittencourt
- Janice Santana Correa Pereira
- Jocéia Rodrigues Moreira dos Passos
- Jocelí de Fátima Prato Becker
- Jucimara Mânica Foppa
- Jusciney Martinazzo de Vargas
- Kelly Cristina de Mattos Varela Rodrigues
- Loreci Ribeiro da Silveira
- Lúcia Kemer Capelari
- Luciana França Cimaon
- Lucimara de Oliveira Agostini
- Lurdes Regina Baby
- Mairi Suzana Ribeiro
- Márcia Regina Gasperin
- Márcia Regina Moreira de Melo
- Maria Eliane Simon Lazzari
- Maria Margareth de Souza Pereira
- Maria Olinda Franke
- Maria Regina Panisson Scarabotto
- Maria Sandra Mara Maciel
- Mariângela Sandri da Silva
- Mariazinha Bueno Cruz da Silva
- Marilice Pegorini Gauger
- Marionice Ceregatti Corrêa
- Marisa Henkel
- Maristela Aparecida Cassiano
- Maristela Masson Foppa
- Mariza Roveda Trevisol
- Marlen Ângela Forgariini Cavali
- Marlene Ap. Martinson Berlanda
- Marlene Hahmeyer Socolovski
- Marli das Graças Souza Santos
- Marli Terezinha Dorini Padilha
- Miguella Aparecida de Souza
- Nádia Dorini
- Nardina de Oliveira
- Neiva Izabel Cavasin Dalazen
- Neusa Aparecida de Souza Becker
- Neusa das Graças Faedo
- Neuza Maria Pinheiro
- Nídia Salete Polese
- Nilce de Mattos Varela

- Nilza Pereira
- Noerci Moraes dos Santos
- Pândora Biarzi Valente
- Paula Andréia Di Domênico Lima
- Paulo Cesar Tesser
- Rejane de Fátima Tonholi de Lima
- Ricieli Aparecida Varela Lucchesi
- Rita de Cássia Silva Pinto
- Rita Maria de Lourdes Maffioletti Fachin
- Rita Simone Demeneck Petrikoski
- Rosane Aparecida Fagundes Antunes
- Rosane Aparecida Pereira Pires
- Rosane Aparecida Sampaio
- Rosângela Schuster Luft
- Rosani Aparecida Bitarello
- Roseli Martins Liston
- Rosemary Pereira Pasqualotto
- Sandra Aparec. França Fagundes
- Sandra Mara Bom
- Siloé Aparecida de Souza
- Sinclair Aparecida Pisani Zotti
- Sirlei Arlete de Souza Peres
- Sirlene Pasquali
- Siumara Terezinha C. Deluca
- Soleete Aparecida Surdi
- Sônia Aparecida Padilha
- Sonia da Silva Bressan
- Sueli Aparecida Fagundes
- Sueli Terezinha Corona
- Suly de Fátima de Oliveira
- Tânia Cristina Maia
- Tânia Regina Candeia
- Tatiaia Aparecida Saifert Boeira
- Teresinha Inês Baldissera Ferreira
- Terezinha Ap. Fagundes de Souza
- Terezinha de Oliveira Correa Favaretto
- Terezinha Parenti
- Vanderléia Fiorin
- Vanir de Fátima Ribeiro
- Vera Lúcia de Vargas
- Viviane Aparecida dos Santos
- Voney Darold Franzen
- Zélia Ivanir da Silva
- Zilma Pereira Menegazzo Professor IV– 40 horas – Nível - M 05
- Juvilde Gonçalves Padilha
- Juliane Brogliato Albuquerque Professor III – 40 horas – Nível – M 04 - Especialistas
- Conceição Aparecida Ribeiro Vacari
- Francelina Elizabete Varela Sturmer
- Mércia Regina Pegoraro Silvestrin
- Sonia Bernardete Gris Santos Total de Inscrições: 198

Requerimentos Deferidos: 198

E, para conhecimento público, e para todos os efeitos legais, expediu-se o presente Edital.

Campos Novos, 03 de novembro de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**EDITAL 04/2015 SMEC - ABRE PRAZO PARA OS PROFISSIONAIS EFETIVOS REQUEREREM ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA**

EDITAL Nº 04/2015 – SMEC

ABRE PRAZO PARA OS PROFISSIONAIS EFETIVOS REQUEREREM ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DE CARGA HORÁRIA

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Senhor Prefeito Municipal NELSON CRUZ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Art. 100, da Lei Orgânica do Município de Campos Novos/SC, e considerando a eventual necessidade de alterar a Carga Horária Temporária dos Profissionais efetivos da Educação, em razão da demanda de matrículas ou substituições por afastamentos legais para o ano de 2016 de conformidade com o disposto no Artigo 13, § 1º e § 2º da Lei Complementar 07/2011.

**RESOLVE:**

Tornar público para conhecimento dos membros do Quadro Efetivo dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que estará recebendo no período de 19/11/2015 e 20/11/2015, requerimento para Alteração Temporária de Carga Horária, de conformidade com as normas deste Edital.

**1. Das vagas para Alteração Temporária da Carga Horária**

1.1-As vagas de alteração temporária de carga horária, são aquelas existentes e apuradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em razão de eventual demanda de matrículas ou substituições por afastamentos legais para o ano letivo de 2016, nas devidas áreas de atuação, conforme habilitação apresentada.

1.2- As vagas serão oferecidas de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para as Unidades de Ensino da Rede Municipal de Ensino.

**2. Dos Requisitos**

2.1- Ser membro do quadro efetivo dos Profissionais da Educação do Município.

**3. Do Requerimento e Documentos**

3.1- O Profissional da Educação interessado deverá formalizar o requerimento junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Rua Assis Camargo Costa, 1.100 Bairro Boa Vista, Prédio do Antigo Seminário, das 08 horas e 30 minutos às 11 horas, e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas.

3.2- O Requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I- Fotocópia do Diploma de Graduação ou habilitação na área de atuação.

II- Certidão comprobatória de tempo de serviço público municipal como profissional efetivo, devendo ser considerado como data fim 30/10/2015.

III- Fotocópia da Portaria de Nomeação para o cargo efetivo no qual prestou Concurso Público.

IV- O profissional deverá revisar o requerimento e verificar a exatidão das informações nele contidas tornando-se após a assinatura, responsável pelas mesmas.

**4. Critérios para Classificação**

– Serão adotados pela ordem, os seguintes critérios para cada grupo:

I – Profissional com maior habilitação na área de atuação;

II – Profissional com mais tempo de serviço público municipal como servidor

Efetivo.

III – Profissional mais idoso.

**5. Das Disposições Gerais**

– A Secretaria Municipal de Educação e Cultura divulgará até o dia 30/11/2015 a classificação resultante do disposto no item 4, a ser publicada no Mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Site e Mural da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

– A contar da data de publicação da classificação, o candidato terá dois dias úteis para solicitar reconsideração quanto ao resultado. A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data de inscrição não sendo aceita a inclusão de nova documentação.

– A não aceitação da vaga oferecida implicará na perda do direito da alteração temporária de forma irrevogável no ano letivo de 2016.

– A homologação do pedido de alteração temporária de carga horária, será efetivada através de ato do Prefeito Municipal, e a escolha ocorrerá em data a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, obedecendo a classificação resultante do disposto no item 4 deste Edital.

– O pedido de alteração temporária de carga horária, via requerimento, importará na aceitação das normas deste Edital.

– Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal.

Campos Novos, 03 de novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Campos Novos-SC

Exmo. Sr.

NELSON CRUZ

DD. Prefeito Municipal

Campos Novos - SC

**REQUERIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileira(o), nascida(o) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, funcionária(o) pública municipal, ocupante do cargo de professor \_\_\_\_\_, Nível M \_\_\_\_\_. Área de atuação: \_\_\_\_\_ com \_\_\_\_\_ horas semanais, lotada(o) \_\_\_\_\_, vem através do presente requerer Alteração Temporária de Carga Horária, em conformidade com o Edital Nº 04 – SMEC de 03 de novembro de 2015.

Nestes termos

P. Deferimento

Requerente

Campos Novos, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA Nº 1482/15**

PORTARIA Nº 1482/15 DE 28/10/2015

EXONERA POR FALECIMENTO O (A) SERVIDOR (A) CLADEMIR DALMOLIN DE BARCELLOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por falecimento o (a) servidor (a) CLADEMIR DALMOLIN DE BARCELLOS, conforme certidão de óbito nº 09906901552015 400015090000471241, retroagindo seus efeitos a 02 de outubro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1483/15**

PORTARIA Nº 1483/15 DE 28/10/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA NILVA SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Apostilamento, a servidora NILVA SARMENTO, referente a FGR - III, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/10/14 a 30/09/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1484/15**

PORTARIA Nº 1484/15 DE 28/10/15

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR ADELMO PETRI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Apostilamento, ao servidor ADELMO PETRI, referente a cargo de Coordenador de Atividades Operacionais, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/10/14 a 30/09/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1485/15**

PORTARIA Nº 1485/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GILSON CESAR LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GILSON CESAR LOPES referente ao período aquisitivo de 17/10/14 a 16/10/15 a serem gozadas no período de 01/10/15 a 31/10/15.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1486/15**

PORTARIA Nº 1486/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARITA DE FATIMA FORGEARINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARITA DE FATIMA FORGEARINI referente ao período aquisitivo de 02/01/14 a 01/01/15 a serem gozadas no período de 03/11/15 a 02/12/15.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1487/15**

PORTARIA Nº 1487/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDSON MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDSON MARTINS referente ao período aquisitivo de 15/01/14 a 14/01/15 a serem gozadas no período de 08/10/15 a 06/11/15.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1488/15**

PORTARIA Nº 1488/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DEISE SALMORIA PIRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DEISE SALMORIA PIRES referente ao período aquisitivo de 07/02/14 a 06/02/15 a serem gozadas no período de 14/10/15 a 13/11/15.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1489/15**

PORTARIA Nº 1489/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEA MARIA F. DALLANORA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEA MARIA F. DALLANORA referente ao período aquisitivo de 18/02/13 a 17/02/14 a serem gozadas no período de 08/10/15 a 06/11/15.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1490/15**

PORTARIA Nº 1490/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LURDES CLAUDETE S. BERTELI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LURDES CLAUDETE S. BERTELI referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 25/09/15 a 24/10/15.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1491/15**

PORTARIA Nº 1491/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SONIA M. SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SONIA M. SARMENTO referente ao período aquisitivo de 13/09/14 a 12/09/15 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1492/15**

PORTARIA Nº 1492/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA G. M. MACEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA G. M. MACEDO referente ao período aquisitivo de 19/07/14 a 18/07/15 a serem gozadas no período de 01/10/15 a 30/10/15.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1493/15**

PORTARIA Nº 1493/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUREMA T. RAIZEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUREMA T. RAIZEL referente ao período aquisitivo de 12/06/13 a 11/06/14 a serem gozadas no período de 01/10/15 a 31/10/15.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1494/15**

PORTARIA Nº 1494/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA E. CANALI KAIPER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA E. CANALI KAIPER referente ao período aquisitivo de 10/06/12 a 09/06/13 a serem gozadas no período de 03/11/15 a 02/12/15.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1495/15**

PORTARIA Nº 1495/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LINDAMIR SCHEREIBER FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LINDAMIR SCHEREIBER FERREIRA referente ao período aquisitivo de 03/09/2013 a 02/09/2014 a serem gozadas no período de 11/03/2015 a 09/04/2015.

**COMUNIQUE – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1497/15**

PORTARIA Nº 1497/15 DE 28/10/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CLEOCI DE FATIMA FRANCONI DOS PASSOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a CLEOCI DE FATIMA FRANCONI DOS PASSOS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1498/15**

PORTARIA Nº 1498/15 DE 28/10/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIZETE DE BECKER FÁTIMA TOIGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a MARIZETE DE FÁTIMA BECKER TOIGO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1499/15**

PORTARIA Nº 1499/15 DE 28/10/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA EDA APARECIDA CORREIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a EDA APARECIDA CORREIA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1500/15**

PORTARIA Nº 1500/15 DE 28/10/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA ZENITA LORENTZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a MARIA ZENITA LORENTZ pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2015.

**COMUNIQUE – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1501/15**

PORTARIA Nº 1501 de 28/10/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao servidor FABIO JOSE DALLANORA, ocupante do cargo efetivo de BIOQUÍMICO, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu", Especialização em ANÁLISES CLÍNICAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1502/15**

PORTARIA Nº 1502/15 de 28/10/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao servidor JHONATAS ISMAEL MARQUES, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM SAÚDE PÚBLICA, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso Graduação em TECNOLOGO ISMAEL MARQUES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1503/15**

PORTARIA Nº 1503/15 DE 28/10/15

REDUZ CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR DIOGO ECCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Reduzir para 10 horas a carga horária semanal do servidor DIOGO ECCO, Professor, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1504/15**

PORTARIA Nº 1504/15 de 28/10/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIANE ANTUNES MENDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DIANE ANTUNES MENDES referente ao período aquisitivo de 24/01/14 a 24/01/15 a serem gozadas no período de 03/11/15 a 02/12/15.

**C O M U N I Q U E – S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1505/15**

PORTARIA Nº 1505/15 DE 28/10/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA LUANA APARECIDA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a LUANA APARECIDA RIBEIRO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 25 de outubro de 2015.

**C O M U N I Q U E – S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****ERRATA EXT. PP. 18/2015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

**AVISO LICITAÇÃO**

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 18/2015

Levamos ao conhecimento dos interessados a correção:

Onde se lê:

"3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14:00hs do dia 14/11/2015,..."

Leia-se:

"3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14:00hs do dia 10/11/2015,..."

Campos Novos - SC, 05 de Novembro de 2015

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

**ERRATA EXT. TP. 04/2015**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

**AVISO LICITAÇÃO**

ERRATA TOMADA DE PREÇOS 04/2015

Levamos ao conhecimento dos interessados a correção:

Onde se lê:

"3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14:00hs do dia 10/11/2015,..."

Leia-se:

"3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14:00hs do dia 11/11/2015,..."

Campos Novos - SC, 05 de Novembro de 2015

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 264/2015

DECRETO Nº 264/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, RESOLVE:  
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivará e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 264/2015

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 204 – RECURSO CONVÊNIO SSP SC POLICIA MILITAR			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000492/14	04/02/2014	ROSILENE Mª S.FAGUNDES MUNHOZ	3.258,00
0000788/14	26/02/2014	JOÃO MARCOS DABROWSKI DE ARAUJO	6.154,00
0002272/14	03/06/2014	ANGELO MARCELO SCHULKA ME	632,68
0003212/14	14/08/2014	HERBERT LIMA DE OLIVEIRA PADILHA	270,00
0003261/14	21/08/2014	EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS	402,98
0003646/14	10/09/2014	EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS	1.501,13
0003714/14	15/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	53,32
0003732/14	17/09/2014	EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA	3.250,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 498 – RECURSO CONVÊNIO SSP SC REM.POLICIA MILITAR			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005139/14	17/12/2014	EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS	8,40

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 3204 – RECURSO CONVÊNIO SSP SC SUPERAVIT POLICIA MILITAR			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004847/14	27/11/2014	STR COMERCIO VEICULOS EIRELI ME	1.823,02

**DECRETO Nº 265/2015**

DECRETO Nº. 265/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 438,73 m<sup>2</sup> (Quatrocentos e trinta e oito metros e setenta e três décimos quadrados), procedido por FRANCISCO LAURENI DE JESUS RAMIRES, situado na Rua Vereador Fauri de Lima, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.725, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 27 com área de 262,48 m<sup>2</sup> e lote nº 28 com área de 176,25 m<sup>2</sup>, ambos pertencentes à quadra nº 1228, conforme requerimento protocolado sob nº. 6698/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 266/2015**

DECRETO Nº. 266/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.683 de 14/10/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.683 de 14/10/2015, no valor de R\$ 1.030.000,00 (um milhão e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.027 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 150.000,00

Recursos 10.200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 610.000,00

Recursos 10.200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 270.000,00

Recursos 10.200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 1.030.000,00 (um milhão e trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.057 – Atenção básica

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 450.000,00

Recursos 10.200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Subfunção 303: Suporte profilático e terapêutico

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.055 – Ações de assistência farmacêutica

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 80.000,00

Recursos 10.200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Subfunção 304: Vigilância sanitária

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.059 – Ações de vigilância em saúde – VISA

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 400.000,00

Recursos 10.200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Subfunção 305: Vigilância epidemiológica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.058 – Ações em vigilância em saúde – VIGEP

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 100.000,00

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 267/2015**

DECRETO Nº. 267/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.685 de 14/10/2015, RESOLVE: DECRETO

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.685 de 14/10/2015, no valor de R\$ 248.687,64 (duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação infantil

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 15.773,88

Recursos 63400 – Transf. Convênio União – Invest. – superávit

Subfunção 361: Ensino fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.007 – Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 82.423,64

Recursos 63400 – Transf. Convênio União – Invest. – superávit

Subfunção 361: Ensino fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.005 – Manutenção do transporte escolar – ensino fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 35.211,38

Recursos 33770 – Transp. Escolar PNATE – fundamental – superávit

Subfunção 362: Ensino médio

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.036 – Manutenção do transporte escolar – ensino médio

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 553,61

Recursos 36210 – Transf. Conv. Estado – Transp. Escolar – superávit

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 1.088 – Reurbanização do Loteamento Vila Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 40.402,03

Recursos 63400 – Transf. Convênio União – Invest. – superávit

Atividade 2.023 – Manut. de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 30.211,59

Recursos 66410 – Convênio Estado – Outros (Manut) – superávit

Atividade 2.023 – Manut. de ruas, estradas, praças, jardins, pontes e bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 44.111,51

Recursos 30000 – Recursos ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 248.687,64 (duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	CAPS União – Saúde Mental – Superávit	44.111,51
33770	Transp. Escolar PNATE–fundamental – superávit	35.211,38
36210	Transf. Conv. Estado–Transp. Esc. – superávit	553,61
63400	Transf. Convênio União – Invest. – superávit	168.811,14
TOTAL		248.687,64

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 268/2015**

DECRETO Nº. 268/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.684 de 14/10/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.684 de 14/10/2015, no valor de R\$ 35.718,22 (trinta e cinco mil, setecentos e dezoito reais e vinte e dois centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 1.021 – Construções, ampliações e reformas de prédios da saúde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 35.718,22

Recursos 63300 – Transf. Convênio União – SUS – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 35.718,22 (trinta e cinco mil, setecentos e dezoito reais e vinte e dois centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela

a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63300	Transf. Convênio União – SUS – superávit	35.718,22
TOTAL		35.718,22

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 269/2015

DECRETO Nº. 269/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 10.206,75 m² (Dez mil, duzentos e seis metros e setenta e cinco decímetros quadrados), procedido por PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, situado no Bairro Piedade, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 22.725, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 338,51 m² e lote nº 21 com área de 9.868,24 m², ambos pertencentes à quadra nº 113, conforme requerimento protocolado sob nº. 6777/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 270/2015

DECRETO Nº. 270/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 052/2014 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 052/2014, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 940,80 m² (Novecentos e quarenta metros e oitenta decímetros quadrados), procedido por HAROLDO PRUST SEGUNDO e VIRGÍNIA CORDEIRO PRUST situado na Rua Alvino Voigt, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 27.969 e nº 28.102, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 28 com área de 563,00 m² e lote nº 06 com área de 377,80 m², ambos pertencentes à quadra nº 1099, conforme requerimento protocolado sob nº. 1610/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº 271/2015

DECRETO Nº. 271/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a declaração de inexistência de débitos expedida pelo credor Betha Sistemas Ltda na data de 20/10/2015;

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorreria no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários, bem como inexistem débitos, em consonância com declaração expedida pelo credor Betha Sistemas Ltda na data de 20/10/2015.

Art. 2º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício 2014, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorrerá no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários, bem como inexistem débitos, em consonância com declaração expedida pelo credor Betha Sistemas Ltda na data de 20/10/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº271/2015

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000061/14	02/01/2014	Betha Sistemas Ltda [Ordem de Pagamento nº9747/2011]	506,51
000172/14	02/01/2014	Betha Sistemas Ltda [Ordem de Pagamento nº9759/2011]	3.036,75
		TOTAL	3.543,26

II) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 154 – RECURSOS FINANCEIROS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
001988/14	19/05/2014	Betha Sistemas Ltda	16.470,56
004954/14	02/12/2014	Betha Sistemas Ltda	9.642,40
		TOTAL	26.112,96

#### DECRETO Nº 272/2015

DECRETO Nº. 272/2015  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.810,00 m² (Dois mil, oitocentos e dez metros quadrados), procedido por DÉCIO ROBERTO ROEDER E RENATO DOS SANTOS, situado na Rua Valmor Ivo Gallotti, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.162, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 08 com área de 458,00 m², lote nº 09 com área de 458,00 m², lote nº 10 com área de 458,00 m², lote nº 11 com área de 332,05 m², lote nº 12 com área de 332,05 m² e lote nº 13 com área de 771,90 m², todos pertencentes à quadra nº 245, conforme requerimento protocolado sob nº. 6438/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da

Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### DECRETO Nº 273/2015

DECRETO Nº. 273/2015  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.690 de 20/10/2015, RESOLVE:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.690 de 20/10/2015, no valor de R\$ 81.872,99 (oitenta e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 15.000,00

Recursos 31100 – Convênio Trânsito – Polícia Civil – superávit

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 66.872,99

Recursos 31100 – Convênio Trânsito – Polícia Civil – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 81.872,99 (oitenta e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

31100	Convênio Trânsito – Polícia Civil – superávit	81.872,99
TOTAL		81.872,99

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 274/2015** DECRETO Nº. 274/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal 0022/2008, da Lei Complementar nº 043/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:  
RETIFICAR O DECRETO Nº. 055/2015

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º do Decreto nº 055/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica aprovado desmembramento de terreno urbano com área de 630,00 m² (Seiscentos e trinta metros quadrados), procedido por IRODINE MOREIRA E OUTROS situado na Rua João Batista Fedalto esquina com a Rua Guilherme Goestemeier Sobrinho, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 8.895, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 226,80 m², lote nº 21 com área de 201,60 m² e lote nº 22 com área de 201,60 m², todos pertencentes à quadra nº 0021, conforme requerimento protocolado sob nº. 650/2014.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Os demais itens permanecem inalterados, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **DECRETO Nº 275/2015** DECRETO Nº. 275/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a declaração de quitação de débitos expedida pelo credor Inviolável Segurança 24 Horas Ltda na data de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o demonstrativo de atendimento dos requisitos para Transferências Voluntárias – DART, expedido no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda (SC) na data de 22/10/2015, comprovando a inexistência de pendências com os credores CELESC e CASAN;

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

### **DECRETAR**

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2008 e 2013, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que as despesas decorrentes dos respectivos empenhos não ocorreram no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários, bem como inexistem débitos, em consonância com declaração expedida pelo credor Inviolável Segurança 24 Horas Ltda na data de 20/10/2015.

Art. 2º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2012 e 2014, inscritos em Restos a Pagar – Processados e Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que as despesas decorrentes dos respectivos empenhos não ocorreram no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários, bem como inexistem débitos para com o credor denominado CELESC (Celesc Distribuição S/A), em consonância com o demonstrativo de atendimento dos requisitos para Transferências Voluntárias – DART, expedido no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda (SC) na data de 22/10/2015.

Art. 3º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que as despesas decorrentes dos respectivos empenhos não ocorreram no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários, bem como inexistem débitos para com o credor denominado CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), em consonância com o demonstrativo de atendimento dos requisitos para Transferências Voluntárias – DART, expedido no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda (SC) na data de 22/10/2015.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº275/2015**

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado

000502/08	23/01/2008	Inviolável Seg. 24 Horas Ltda [Ordem de Pagamento nº6194/2008]	0,03
001665/13	30/04/2013	Inviolável Seg. 24 Horas Ltda [Ordem de Pagamento nº7833/2013]	29,77
		TOTAL	29,80

II) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:  
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RECURSO 131 – RECURSOS MDEB 20%			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
005247/14	30/12/2014	CELESC S/A [Ordem de Pagamento nº9738/2014]	39,94
		TOTAL	39,94

III) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:  
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RECURSO 264 – RECURSOS COSIP SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
003691/12	23/10/2012	CELESC S/A	8.935,30
		TOTAL	8.935,30

IV) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:  
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RECURSO 136 – RECURSOS COSIP			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000137/14	02/01/2014	CELESC S/A	3.461,13
		TOTAL	3.461,13

V) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:  
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
004170/14	10/10/2014	CELESC S/A	4.820,71
000119/14	02/01/2014	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	119,40
000122/14	02/01/2014	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	408,21
005113/14	12/12/2014	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	47,32
005128/14	15/12/2014	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	5.319,47
		TOTAL	10.715,11

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

## DECRETO Nº 276/2015

DECRETO Nº. 276/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:  
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não

Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que as despesas decorrentes dos respectivos empenhos não ocorreram no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº276/2015

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
004573/14	07/11/2014	AG DE FOMENTO DE SC – BADESC (CT 1,8MI-MÁQUINAS)	15,23
003076/14	06/08/2014	AG DE FOMENTO DE SC – BADESC (CT 3,5 - PAV)	13.000,00
000151/14	02/01/2014	AMPLANORTE-ASS.MUN.PLANALTO NORTE CATARINENSE	688,00
000142/14	02/01/2014	BADESC – MP RENEGOCIAÇÃO	2.462,05
000143/14	02/01/2014	BADESC – MP RENEGOCIAÇÃO	5.195,71
000141/14	02/01/2014	BANCO DO BRASIL S/A – PMAT	430,76
000144/14	02/01/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – PROG SANEAMENTO P/ TODOS	6.411,69
000145/14	02/01/2014	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – PROG SANEAMENTO P/ TODOS	476,12
004130/14	08/10/2014	CLARO S/A	110,92
000863/14	06/03/2014	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIO – CNM	78,00
004195/14	13/10/2014	DOUGLAS ANTÔNIO CONCEIÇÃO	60,00
003469/14	01/09/2014	LUIZ HAROLDO MUNHOZ	1.934,99
000158/14	02/01/2014	OI S/A	445,40
000162/14	02/01/2014	OI S/A	177,04
000165/14	02/01/2014	OI S/A	110,41
000542/14	10/02/2014	PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL JUCEMAR CESCONETTO	9.755,02
003599/14	05/09/2014	RILDO DO NASCIMENTO	131,50
000541/14	10/02/2014	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	355,69
		TOTAL	41.838,53

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**DECRETO Nº 277/2015**

DECRETO Nº. 277/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Termo de Rescisão do Contrato nº31/2013; e

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2013 e 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que as despesas decorrentes dos respectivos empenhos não ocorreram no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários, ou ainda, tratam de saldos não executados conforme Termo de Rescisão do Contrato nº31/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº277/2015**

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000027/14	02/01/2014	SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA	81.520,64
001375/14	03/04/2014	SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA	121.908,81
		TOTAL	203.429,45
II) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 269 – RECURSOS CIDE SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
003086/13	30/08/2013	SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA	2.324,40
		TOTAL	2.324,40

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**DECRETO Nº 278/2015**

DECRETO Nº. 278/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que as despesas decorrentes dos respectivos empenhos não ocorreram no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº278/2015**

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000854/14	05/03/2014	SERRANA ENGENHARIA LTDA	8.723,48
000857/14	05/03/2014	SERRANA ENGENHARIA LTDA	123.966,00
		TOTAL	132.689,48

Canoinhas/SC, 22 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**DECRETO Nº 279/2015**

DECRETO Nº. 279/2015

RATIFICA DECRETO Nº. 072/2015 DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

RATIFICAR

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto nº. 072/2015, que aprovou o desmembramento de terreno urbano com área de 2.159,26 m² (Dois mil, cento e cinquenta e nove metros e vinte e seis decímetros quadrados), procedido por INDÚSTRIA DE MADEIRAS LUDOVICO DAMBROSKI LTDA, situado na Rua 12 de Setembro, no Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de

Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 28.805, 28.807 e 28.808, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 1.064,40 m² e lote nº 16 com área de 1.094,86 m², ambos pertencentes à quadra nº 0062, conforme requerimento protocolado sob nº. 2548/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 280/2015

DECRETO Nº. 280/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal 0022/2008, da Lei Complementar nº 043/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, RESOLVE:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 184/2015

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º do Decreto nº 184/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 1.710,00 m² (Um mil, setecentos e dez metros quadrados), procedido por VOLMIR ANTUNES FILHO E MARINEI MARIA CANDIDO, situado na Rua José Samuel Schmidt, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 26.894 e 25.621, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 50 com área de 1.710,00 m², pertencente à quadra nº 1754, conforme requerimento protocolado sob nº. 4582/2015.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Os demais itens permanecem inalterados, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## DECRETO Nº 281/2015

DECRETO Nº. 281/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

## DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2013 e 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorrerá no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº281/2015

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
002505/13	15/07/2013	Inviosat Segurança Ltda EPP	9.844,73
002506/13	15/07/2013	Inviosat Segurança Ltda EPP	1.601,61
002525/13	15/07/2013	Inviosat Segurança Ltda EPP	7.462,50
002816/14	17/07/2014	Inviosat Segurança Ltda EPP	2.677,17
002819/14	17/07/2014	Inviosat Segurança Ltda EPP	270,41
004131/13	28/11/2013	Inviosat Segurança Ltda EPP	19.193,04
005215/14	19/12/2014	Inviosat Segurança Ltda EPP	1.260,00
004133/13	28/11/2013	Inviosat Segurança Ltda EPP	1.270,29
		TOTAL	43.579,75
II) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 154 – RECURSOS FINANCEIROS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
002813/14	17/07/2014	Inviosat Segurança Ltda EPP	36,00
002818/14	17/07/2014	Inviosat Segurança Ltda EPP	2.677,17
002820/14	17/07/2014	Inviosat Segurança Ltda EPP	300,96
		TOTAL	3.014,13

**DECRETO Nº 282/2015**

DECRETO Nº. 282/2015

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO, A ÁREA DE TERRAS PERTENCENTE À IVANA DE PAULA E SILVA CORDEIRO E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública,  
RESOLVE:  
DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados), constituído pelo lote número dez (10), situado no Bairro Industrial nº. 01, nesta cidade, pertencente à Ivana de Paula e Silva Cordeiro e Outros, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas sob nº. 38.254, sendo utilizada a extensão de trecho com 60,00m (sessenta metros) e largura de 20,00m (vinte metros), para fins de abertura do prolongamento da Rua Fermino Pacheco de Miranda Lima.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - Fica toda a infra-estrutura já executada no trecho da Rua Fermino Pacheco de Miranda Lima, sem ônus financeiro ao município.

Art. 4º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 283/2015**

DECRETO Nº. 283/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:  
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorrerá no respectivo exercício da vigência dos créditos

orçamentários.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento  
ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº283/2015

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000007/14	02/01/2014	Angelo Marcelo Schulka ME	362,90
000008/14	02/01/2014	Angelo Marcelo Schulka ME	8,65
000176/14	02/01/2014	Angelo Marcelo Schulka ME	5.719,80
000089/12	02/01/2012	Stang & Stang Ltda	4.818,90
000173/14	02/01/2014	Stang & Stang Ltda	10.866,70
000269/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	327,28
000270/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	11.874,93
000271/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	1.856,22
000273/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	10.136,30
000274/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	61,21
000275/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	6.984,10
000276/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	6.707,98
000277/14	28/01/2014	Stang & Stang Ltda	1.640,45
001636/14	23/04/2014	Stang & Stang Ltda	3.051,67
004194/14	13/10/2014	Stang & Stang Ltda	638,40
004976/14	03/12/2014	Stang & Stang Ltda	3.757,00
004977/14	03/12/2014	Stang & Stang Ltda	1.531,70
004982/14	03/12/2014	Stang & Stang Ltda	491,30
004983/14	03/12/2014	Stang & Stang Ltda	2.398,70
004984/14	03/12/2014	Stang & Stang Ltda	433,50
000385/14	29/01/2014	Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de SC – CIEE	13.951,44
004337/14	24/10/2014	Contestado Prestadora de Serviços Médicos Ltda	500,00
000092/14	02/01/2014	Wagner Haroldo Pelágio	2.200,00
		TOTAL	90.319,13
II) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 154 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004978/14	03/12/2014	Stang & Stang Ltda	289,00
0001998/14	20/05/2014	Albacora Suprimentos de Informática Ltda ME	60,00
		TOTAL	349,00
III) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 150 – RECURSOS CONV SSP SC			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000147/13	02/01/2013	Angelo Marcelo Schulka ME	1.385,19
		TOTAL	1.385,19

**DECRETO Nº 284/2015**

DECRETO Nº. 284/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:  
DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2011, 2013 e 2014, inscritos em Restos a Pagar – Processados e Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não ocorrera no respectivo exercício da vigência dos créditos orçamentários.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº283/2015**

I) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000087/14	02/01/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	1.657,56
003738/14	18/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	223,81
003931/14	30/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	36,48
003933/14	30/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	6,07
003936/14	30/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	106,80
003937/14	30/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	449,68
003938/14	30/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	73,30
003940/14	30/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	12,22
003941/14	30/09/2014	Adeplan Prestadora de Serviços Ltda	21,04
000089/14	02/01/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	72,96
000091/14	02/01/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	44,80
001018/14	18/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	80,64

001030/14	19/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	117,15
001031/14	19/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	254,57
001034/14	19/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	62,87
001035/14	19/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	695,59
001036/14	19/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	217,79
001037/14	19/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	250,79
001044/14	19/03/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	1.533,36
001431/14	08/04/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	210,00
002845/14	21/07/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	669,73
003684/14	11/09/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	44,90
004670/14	14/11/2014	I9 Soluções Tecnológicas Ltda – ME	360,00
002953/13	21/08/2013	Allage Engenharia Elétrica Ltda	4.100,00
000874/14	06/03/2014	Elétrica TF Ltda	236,00
002398/14	16/06/2014	Elétrica TF Ltda	1.108,40
002399/14	16/06/2014	Elétrica TF Ltda	500,00
002728/14	10/07/2014	Elétrica TF Ltda	275,00
004359/14	10/07/2014	Elétrica TF Ltda	50,00
002553/14	30/06/2014	Centro de Informática e Automação do Estado de SC	3.600,00
003214/14	14/08/2014	Centro de Informática e Automação do Estado de SC	198,95
002602/13	24/07/2013	Cerealista Torre Alta Ltda	341,60
000713/13	21/02/2013	Mariléia de Fátima Soares	48,00
000700/13	20/02/2013	Valdemar Berlande Filho & Cia Ltda	272,00
001497/14	10/04/2014	Cerealista Torre Alta Ltda	11,58
004651/14	13/11/2014	Dial Departamentos Ltda ME	136,00
000910/14	07/03/2014	Digisystem Com. de Máq. e Suprim. Informática Ltda	16,90
000711/14	24/02/2014	Du Pneus Centro Automotivo	57,00
004243/14	16/10/2014	Du Pneus Centro Automotivo	97,00
004198/14	14/10/2014	Elmo Papelaria Ltda	48,17
004034/14	02/10/2014	Gráfica Medeiros Ltda	16,00
004146/14	08/10/2014	Grafimac Gráfica Ltda ME	321,20
001282/14	31/03/2014	Ipê Informática Ltda	2.705,02
003944/14	30/09/2014	Imprensa Nacional	4.000,00
004051/14	03/10/2014	RBS – Zero Hora Editora Jornalística S/A	600,00
004051/14	03/10/2014	RBS – Zero Hora Editora Jornalística S/A	3.000,00
004710/14	17/11/2014	Supermercado Eugenio Steidel	63,18
003280/14	21/08/2014	Suprimóveis Ltda – EPP	120,00
000512/14	07/02/2014	Valdemar Berlande Filho & Cia Ltda	70,00
000065/14	02/01/2014	Vigillare Sistemas de Monitoramento Ltda	81,79
		TOTAL	29.275,90

II) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 133 – RECURSOS DESTINADOS A ASPS (15%)			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
001759/14	19/11/2014	Retífica Motocar Ltda [Ordem de Pagamento nº4362/2014]	120,00
		TOTAL	120,00
III) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000448/11	25/01/2011	Terecon Comércio de Confecções Ltda [OP nº8494/11]	80,00
000247/13	02/01/2013	Ipê Informática Ltda [OP nº7832/13]	0,02
		TOTAL	80,02

**EDITAL Nº. 076/2015**

EDITAL Nº. 076/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

EDITAL Nº. 076/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO:SERVENTE

JOSIANE MACHADO

CARGO: ORIENTADOR EDUCACIONAL

TATIANE CRISTINA LOPES DE ALBUQUERQUE

**EDITAL Nº. 077/2015**

EDITAL Nº. 077/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 23 de outubro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 077/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE  
JAQUELINE PEREIRA

**ERRATA DO EXTRATO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO PUBLICADO NA PAGINA 89 DA EDIÇÃO Nº 1858 DO DIA 29/10/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 35/2015

PREGÃO ELETRÔNICO

ERRATA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, na página n.º 89 da Edição n.º 1858 do dia 29/10/2015, referente a divulgação da Publicação da anulação De Pregão (Eletrônico), ONDE LIA-SE, PREGÃO Nº FMS 32/2015 (ELETRÔNICO), LEIA-SE, PREGÃO Nº FMS 22/2015 (ELETRÔNICO).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/Presidente do Fundo

**LEI Nº 5.692/2015**

LEI Nº. 5.692 DE 26/10/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder incentivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, com a finalidade precípua de acelerar o Desenvolvimento do Município de Canoinhas e a obtenção de resultados econômicos e sociais a curto, médio e longo prazo, a instalação de empresa para empreendimento comercial, através da cessão de uso à empresa JONATAS WILLIAN WEGNER EIRELI -ME, inscrita no CNPJ nº. 23.038.021/0001-00, pelo período de 10 (dez) anos, de uma área de 5.000,00 (cinco mil metros quadrados), parte de uma área maior de 72.600,00m² (setenta e dois mil e seiscentos metros quadrados), no Bairro Campo da Água Verde, conforme demonstrado em mapa, o qual passa a ser parte integrante da presente Lei, de propriedade do Patrimônio Público Municipal, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 19.849.

Art. 2º - A presente cessão de uso destina-se única e exclusivamente para a instalação da empresa com fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalação de indústrias comerciais e industriais, vedada à construção de edificação residencial na área cedida.

Art. 3º - O prazo para execução e implantação do projeto específico obedecerá ao seguinte cronograma:

- I. O início das obras dar-se-á no prazo de 06 (seis) meses;
- II. O funcionamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do projeto, no prazo de 18 (dezoito) meses;
- III. O prazo para conclusão do projeto será de 04 (quatro) anos.

§1º. Os prazos estabelecidos neste artigo começarão a contar a partir da assinatura do termo de cessão de uso.

§2º. No termo de cessão de uso constará obrigatoriamente, como cláusula de reversão:

I. O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no inciso I deste artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

II. Cláusula de reversão do imóvel sem direito a indenização, quando:

- a) Pelo período de 60 (sessenta) dias após a implantação do projeto, tiver ociosa;
- b) Deixar de cumprir o cronograma constante no projeto da empresa;
- c) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto da empresa;
- d) Não utilizar a área para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei;
- e) Ocorrer paralisação das obras executadas, por mais de 02 (dois) meses, exceto quando por força maior devidamente reconhecida pelo Executivo Municipal.
- f) Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em lei e, prevista no projeto.

III. Proibição de subdivisão ou sublocação do imóvel e das áreas edificadas para terceiros.

§3º. Será rescindida a presente cessão de uso se o imóvel, após a conclusão das obras, estiver com suas instalações e atividade ociosas, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§4º. Os impostos e taxas inerentes ao imóvel e suas benfeitorias ficarão sobre encargo da Empresa, sendo negativo um item deste parágrafo será motivo de reversão ao Município.

Art. 4º - Poderá ocorrer a rescisão parcial do termo de cessão de uso, caso o terreno seja utilizado parcialmente, durante a vigência deste termo.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata este artigo, será na proporção da área de terras não utilizadas para as finalidades previstas no projeto e no art. 2º desta lei.

Art. 5º - A empresa fica obrigada apresentar par a confecção do termo de cessão de uso os seguintes documentos:

**I. PESSOA JURÍDICA:**

- a) Inscrição Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal;
- c) Certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Certidão Negativa de Ações e Execuções Judiciais e Falência ou Concordata;
- e) Atos Constitutivos da Empresa (Contrato Social ou estatuto devidamente registrado na Junta Comercial).

**I. PESSOA DOS SÓCIOS:**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF; Certidão Negativa da Receita Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º. Fica obrigada a empresa, apresentar semestralmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, após o início das atividades da empresa, através do Cadastro Geral de Empregado e Desenvolvimento – CAGED, o número de empregado a seu serviço, pelo período da cessão de uso.

Art. 7º. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento dos incentivos concedidos, revertendo o terreno ao patrimônio público.

Art. 8º. A empresa tem 30 (trinta) dias, da notificação extrajudicial, extinção ou reversão, para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, sem direito a indenização.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 26 de outubro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CARTA CONVITE  
Nº PMC 04/2015**

CONVITE Nº 4/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/15

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/15

CONTRATADO: ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA CON-  
TRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHASOBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE  
MATERIAIS E MAO DE OBRA DESTINADOS A ILUMINAÇÃO DECO-  
RATIVA NATALINA DO NATAL FELIZ 2.015, EM AREAS PUBLICAS  
DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.VALOR DA DESPESA: R\$ 97.600,00 (noventa e sete mil e seiscen-  
tos reais)

DATA: 04/11/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº  
PMC 36/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 211/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 36/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/11/2015, às 09h15min, licitação para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RENEAU CUBAS, COM EXTENSÃO TOTAL DE 840,00 M. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 25/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº FUNR 09/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

PROCESSO N.º FUNR. 13/2015

PREGÃO N.º FUNR. 09/2015 (ELETRÔNICO)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/11/2015, às 10h00min, licitação para aquisição de equipamentos de proteção individual sendo: 08 capacetes com lanterna, 12 balaclavas, 10 pares de luva, 12 conjuntos de aproximação (jaqueta e calça ) e 03 pares de bota para combate a incendio, destinados ao corpo de bombeiros militar de canoinhas. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 20/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/ Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 23/2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 11.206.680/0001-10 <b>RUA FELIPE SCHMIDT, 10 ANDAR 1</b> <b>C.E.P.:</b> 89460-000 - Canoinhas - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 36/2015 <b>Data do Processo:</b> 08/10/2015
	Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE FÓRMULAS INFANTIS, ENTERAIS E PROCESSOS JUDICIAIS, A SEREM UTILIZADOS PELOS PACIENTES COM DIVERSAS PATOLOGIAS (CID 10) E AÇÕES JUDICIAIS, CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, PARA PERÍODO DE 12 MESES.

Ao(s) 3 de Novembro de 2015, às 10:12 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 817/2015, para analisarem as documentações e as propostas recebidas ref. ao Processo Licitatório nº 36/2015, Licitação nº 23/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Após análise, a comissão emitiu o seguinte parecer:

**Parecer da Comissão:**

A REPRESENTANTE DA EMPRESA PFG COMERCIAL LTDA - ME (16833) PEDIU PARA QUE SE CONSGNASSE EM ATA QUE: NOS ITENS 01 E 02 A EMPRESA NUTRIPORT COTOU PRODUTO QUE NÃO ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E QUE NÃO É SIMILAR AO PRODUTO DE REFERENCIA. A LISTA CONTENDO AS MARCAS COTADAS E OS QUESTIONAMENTOS SERÃO ENVIADOS A NUTRICIONISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PARA ANALISE DO ATENDIMENTO DO EDITAL. APOS A ANALISE TECNICA, SERÁ PUBLICADA ATA COMPLEMENTAR DECLARANDO OS VENCEDORES DO PREGAO, QUANDO ENTÃO SERÁ OPORTUNIZADO O PRAZO DE 03 DIAS UTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE POSSIVEIS RECURSOS, A QUAL SERÁ PUBLICADA NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Canoinhas, 3 de Novembro de 2015

**COMISSÃO:**

PAULO CESAR SAFANELLI	- ..... - Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI	- ..... - SUPLENTE PREGOEIRO
MARCIANO FERNANDES CORREA	- ..... - EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	- ..... - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

BRUNA CELIA RODRIGUES BELLANDA	- ..... - Representante
JEHNIFER DORN	- ..... - Representante

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS</b>  CNPJ: 11.206.680/0001-10 RUA FELIPE SCHMIDT, 10 ANDAR 1 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2015 - PR</b>
		Processo Administrativo: 36/2015 Processo de Licitação: Data do Processo: 08/10/2015
		Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

BRUNA DIAS

ERICA TIEMY AYABE

- ..... - Representante

- ..... - Representante

**PUBLICAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 24/2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS</b>  <b>CNPJ: 11.206.680/0001-10</b> <b>RUA FELIPE SCHMIDT, 10 ANDAR 1</b> <b>C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 24/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 37/2015</b> <b>Data do Processo: 14/10/2015</b>
Folha: 1/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: / (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA COHAB I, COHAB II, CRISTO REI, ALTO DAS PALMEIRAS, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PSICOSSOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA, CLINICA DA MULHER E DA CRIANÇA E SALA DE FISIOTERAPIA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAMPO DA ÁGUA VERDE.

AS EMPRESAS ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. (9962), COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP (12704), PAPELARIA COPIATIC LTDA (12705), REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS D (13108), NELITA GOMES FARIAS EPP. (13145), Royal Distribuidora Ltda - EPP (15813), FLEXFORMA COM. DE MOVEIS E EQUIPTO PARA ESCR. LTD (16837), COMERCIAL MENELLI LTDA EPP (16838), MICANTO MÔVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP (16839), BRUNEL DISTRIBUIDORA DE BRINQUEDOS LTDA EPP (16840) FORAM CONSIDERADAS HABILITADAS NO CERTAME POR TEREM APRESENTADO TODA DOCUMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL. O REPRESENTANTE DA EMPRESA ALTERMED SR. RENATO FRONZA PEDIU PARA QUE SE CONSIGNASSE EM ATA QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS DOS ITENS 6 E 29 NÃO POSSUEM AFE E O ITEM 52 NAO ATENDE O DESCRITIVO DO EDITAL. O REPRESENTANTE DA EMPRESA ROYAL SR. JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA PEDIU PARA QUE SE CONSIGNASSE EM ATA QUE O VENCEDOR DOS ITENS 36, 40 E 53 NÃO POSSUI AFE/ANVISA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE. A LISTA CONTENDO AS MARCAS COTADAS E OS QUESTIONAMENTOS SERÃO ENVIADOS AOS TÉCNICOS DA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PARA ANALISE DO ATENDIMENTO DO EDITAL. APOS A ANALISE TECNICA, SERÁ PUBLICADA ATA COMPLEMENTAR DECLARANDO OS VENCEDORES DO PREGAO, QUANDO ENTÃO SERÁ OPORTUNIZADO O PRAZO DE 03 DIAS UTEIS PARA INTERPOSIÇÃO DE POSSIVEIS RECURSOS, A QUAL SERÁ PUBLICADA NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS (WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR).

Canoinhas, 4 de Novembro de 2015

**COMISSÃO:**

PAULO CESAR SAFANELLI	- ..... - Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI	- ..... - SUPLENTE PREGOEIRO
MARCIANO FERNANDES CORREA	- ..... - EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	- ..... - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS</div> <div>CNPJ: 11.206.680/0001-10</div> <div>RUA FELIPE SCHMIDT, 10 ANDAR 1</div> <div>C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC</div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 24/2015 - PR</div>
	<div>Processo Administrativo:</div> <div>37/2015</div>
	<div>Processo de Licitação:</div> <div>14/10/2015</div>

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: / (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- |                           |                         |
|---------------------------|-------------------------|
| RENATO FRONZA             | - ..... - Representante |
| JAMES EVERTON FRANK       | - ..... - Representante |
| JOSNEI RODRIGUES          | - ..... - Representante |
| JADSON CARDOSO MORAES     | - ..... - Representante |
| EDERSON FRANCISCO MENELLI | - ..... - Representante |
| NELSON REICHEL JUNIOR     | - ..... - Representante |
| JONAS VALDIR ZUCCO        | - ..... - Representante |
| GEISON ALEXANDRE LOPES    | - ..... - Representante |
| LEANDRO MORI DO COUTO     | - ..... - Representante |
| EDNELSON BOOZ             | - ..... - Representante |
| JONAS TODT                | - ..... - Representante |

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 1050**

RESOLUÇÃO Nº 1.050, de 30/10/2015  
CONCEDE LICENÇA

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do do Regimento Interno, promulga a seguinte:

**RESOLUÇÃO**

Art. 1º Devido a renúncia do cargo de Presidente da Mesa Diretora da Câmara realizado pelo Vereador Gil Baiano por motivos particulares, nos termos do Art. 11 do Regimento Interno passa a assumir a partir de 01 (primeiro) de novembro as funções de Presidente da Mesa Diretora o Vice-Presidente eleito Vereador Pike, pelo restante do mandato.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 30 de outubro de 2015.

Vereador Gil Baiano

Presidente

Vereador Vereador

1º Secretário Ad Hoc

Neno Pangratz

2º Secretário

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 30/10/2015.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

# Capinzal

## PREFEITURA

**Decreto nº 143/2015**

DECRETO Nº 143, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015.

Revoga o Processo Licitatório nº 033/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 21/2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, poder - dever da Administração de anular ou revogar seus próprios atos, inclusive ex officio.

CONSIDERANDO a vinculação ao princípio da legalidade e à defesa do interesse público;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 398/2015, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 033/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 21/2015, com objeto de aquisição de um veículo 0 (zero) quilômetro para uso do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal – Setor de Vigilância Sanitária.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de novembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

**FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0034/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0022/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0034/2015

Pregão Presencial Nº 0022/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de fisioterapia, odontológicos e ambulatoriais, para uso do Centro de Reabilitação Profissional e ESF, no Loteamento Lar Imóveis.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 19/11/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 5 de novembro de 2015.

**FUMREBOM TERMO ADITIVO 001/2015 C50**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C50 - Contrato Nº: 0050/2015 M	
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada....: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA.	
Valor ..... : 4.328,00 (quatro mil trezentos e vinte e oito reais)	
Vigência ..... : Início: 04/11/2015 Término: 29/02/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00036 / 2015	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso das viaturas utilizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC e veículos da Polícia Militar de Capinzal/SC a fim de promover o policiamento de trânsito e a segurança pública deste município.	
Capinzal, 4 de Novembro de 2015	

**Lei nº 3.190/2015**

LEI No 3.190, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais).

**PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2006	MANUT DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-007	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	150.000,00
0401.04.122.0035.2009	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	FTE	DR	R\$	0,00
33500000-016	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	30.000,00
0302.28.122.0000.2165	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-026	Aplicação Direta	1000	00	R\$	20.000,00
0501.04.122.0065.2031	MANUT DA SECRETARIA EDUCAÇÃO CULT E ESPORTES	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-046	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	200.000,00
0501.12.361.0065.2037	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-065	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	50.000,00
0503.27.812.0100.2056	MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-115	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	40.000,00
1701.23.691.0055.2027	MANUT DO PARQUE EXPOS DOMINGOS PELIZZARO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-194	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
	Total			R\$	510.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), na forma do quadro a seguir:

0301.24.722.0040.2010	MANUT DAS REPETIDORAS DE SINAIS DE TV	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-017	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	25.000,00
0302.28.122.0000.2166	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	FTE	DR	R\$	0,00
32900000-027	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	176.000,00
46900000-028	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	169.000,00
0501.12.361.0065.2160	REFORMA EMANUT GINAS ESPORTES JUNTO ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-071	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	50.000,00
44900000-072	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	90.000,00
	Total			R\$	510.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 4 de novembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

### PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C33

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C33 - Contrato Nº: 0033/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: DOLMORA & MASSON LTDA		
Valor ..... : 15.084,63 (quinze mil e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos)		
Vigência ..... : Início: 04/11/2015 Término: 15/02/2016		
Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 1/2015 Processo_Licitatório.....: 00016 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 15.084,63 (quinze mil e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Conforme pedido com justificativa e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 4 de Novembro de 2015		

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL 034/2015

EDITAL Nº 034/2015

AUMENTO DE CARGA HORÁRIA E REMOÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, Sr. Andevir IsgaNzella homologa o resultado final do Processo de Alteração de Carga Horária e Remoção em caráter definitivo, originados pelo Edital nº 034/2015, para preenchimento de vagas do quadro do Magistério Municipal, no exercício de 2016.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal – SC, em 04 de novembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 96/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000096/15 de 4 de Novembro de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001368/15 de 26 de Outubro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 100.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação	
04.01.12.361.0006.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	70.000,00
04.01.12.361.0006.1.012-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2015

VILMAR FOPPA

PREFEITO

### DECRETO 97/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000097/15 de 4 de Novembro de 2015

Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001369/15 de 3 de Novembro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 83.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.01 - Departamento de Educação

04.01.12.361.0006.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 23.000,00

04.01.12.361.0006.2.010-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 4 de Novembro de 2015

VILMAR FOPPA

PREFEITO

### LEI 1.368/2015

LEI N.º 1.368/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.012 – Manutenção Geral do Transporte Escolar

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Valor: ..... 100.000,00 (Cem mil reais)

Art. 2º. - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes da Anulação de Dotação Orçamentária nas seguintes rubricas do Orçamento Programa 2015 do município:

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Projeto: 1.012 – Construção de Murro de Contenção na Escola Municipal Bairro Antena

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Valor: ..... 30.000,00 (Trinta mil reais)

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.014 – Manutenção Geral do Ensino Fundamental

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01 Aplicações Diretas/ Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

Valor: ..... 70.000,00 (Setenta mil reais)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 03 de novembro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

## LEI 1.369/2015

LEI Nº 1.369/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 83.000,00 (Oitenta e três mil reais), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 04.00 – SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 006 – EDUCAÇÃO, DIREITO DE TODOS

Atividade: 2.010 – Manutenção Geral da Secretaria de Educação

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.58 Aplicações Diretas/ Salário Educação

Valor: ..... 23.000,00 (Vinte e três mil reais)

Modalidade/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.58 Aplicações Diretas/ Salário Educação

Valor: ..... 20.000,00 (Vinte mil reais)

Órgão: 09.00 – SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 012 – SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Atividade: 2.024 – Manutenção Geral dos Serviços Urbanos

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.17 Aplicações Diretas/ Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

Valor: ..... 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Art. 2º. - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas Fontes de Recursos DR 01.58 – Salário Educação, e DR 01.17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 04 de Novembro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 120, DE 04.11.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
DECRETO Nº 120, DE 04.11.2015

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, § 5º, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

90 – Reserva de Contingência  
99 – Reserva de Contingência  
99 – Reserva de Contingência  
99 – Reserva de Contingência  
999 – Reserva de Contingência  
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
9.9.99.00.00.00.00.00 – Reserva de Contingência  
2097 – Reserva de Contingência ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde  
01 – Divisão do Fundo de Saúde  
10 – Saúde  
301 – Atenção Básica  
09 – Saúde para Todos  
101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.  
3.3.90.00.00.00.00.00 – Receitas de Impostos - Transferência de Impostos - Saúde  
2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde . R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado 04 de novembro de 2015.

José Bráulio Inácio  
Prefeito Municipal

### Portaria 389/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 389/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 04, (quatro) dias, datado em 03.11.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público VALCENIR JOSÉ DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Secretário Municipal, na Secretaria Municipal da Agricultura, indústria e

Comércio, pelo período de 03.11.15 a 06.11.15, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 03.11.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de novembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria 390/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 390/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

#### RESOLVE:

Art.1º. Exonerar CARLA PRISCILA KERSCHBAUM, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal Da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela portaria nº 231 de 03.06.2014, a partir de 05.11.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de novembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 388/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 388/2015

"ALTERA PORTARIA Nº 203/2013, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, Lei Municipal nº 0560/2012 e de acordo com as Atas nº021/2014, 002/2015, 006/2015 e 007/2015, do Conselho Municipal de Assistência Social,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar as alíneas "a,b,c," do I, e alínea "a" do II, do art. 1º da Portaria nº 203/2013, de 29.05.2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" .....

I – Do Governo Municipal:

a) Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
Titular: SILVANIA PEREIRA DA SILVA MEDEIROS  
Suplente: .....

29.05.2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ .....

b) Representante da Secretaria da Saúde  
Titular: ANGELA DA SILVA PAUL  
Suplente: .....

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social terá como Presidente a Senhora Joici Demétrio Caovilla, Vice-Presidente a Senhora Diva Becher dos Santos, 1ª Secretária a Senhora Claudirene Ferreira e 2ª Secretária a Senhora Marlise Neuhaus.

..... ”

c) Representante da Secretaria de Assistência Social  
Titular: JOICI DEMÉTRIO CAOILLA  
Suplente: .....  
.....

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 05.12.2014.

## II- Dos Usuários:

a) Representante do Grupo de Idosos  
Titular: DIVA BECHER DOS SANTOS  
Suplente: ..... ”

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 04 de novembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

Art. 2º Fica alterado o art. 2º da Portaria nº 203/2013, de

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N.º024/2015 DE 28/10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

PORTARIA N.º024/2015 de 28/10/2015

Prorrogar prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito devidamente constituída nos termos da Portaria n.º022 de 06/10/2015.

NIBAR DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1.º Fica prorrogado o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito por mais 120 (cento e vinte) dias conforme Requerimento n.º07/2015 aprovado em plenário na sessão Ordinária do dia 27/10/2015.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, em 28 de outubro de 2015.

NIBAR DA SILVA  
Presidente da Câmara

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/PMCS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de combustíveis e solução ARLA 32, para uso da frota do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 18/11/2015.

Abertura: Dia 18/11/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 04 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/PMCS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Cestas Básicas, conforme Lei Municipal nº 1.206, de 18 de junho de 2014, para funcionários do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 27/11/2015.

Abertura: Dia 27/11/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 04 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### **DECRETO SAF/N. 414/15**

DECRETO SAF/Nº. 414/15, de 23 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

EXONERAR

JONAS LOCH, portador do CPF nº. 480.765.209-59, Motorista de Ônibus ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 267/12, de 23 de maio de 2012, a partir de 26 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 415/15**

DECRETO SAF/Nº. 415/15, de 23 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

EXONERAR

MARIA ROSANE DE SOUZA FERNANDES, portadora do CPF nº. 028.501.829-90, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 26/11, de 10 de janeiro de 2011, a partir de 26 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### **DECRETO SAF/N. 416/15**

DECRETO SAF/Nº. 416/15, de 23 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

EXONERAR

ADILSON MANOEL SEVERINO, Agente Sanitarista, nomeado pelo Decreto SAF/N. 196/03, de 12 de março de 2003, diante de sua aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir de 27 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 417/15**

DECRETO SAF/Nº. 417/15, de 27 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, RESOLVE:  
EXONERAR A PEDIDO

CARLA VIEIRA COLONETTI, portadora do CPF nº. 059.422.459-40, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 226/15, de 12 de março de 2015, a partir de 27 de outubro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de outubro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/PMCS/2015**

CONTRATO Nº: 74/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: VTECH SOLUÇÕES EM T.I. LTDA ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/PMCS/2015

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a instalação de sistema de monitoramento, em pontos estratégicos de entrada e saída do município, com expansão para bairros e áreas rurais, com expansão para bairros e áreas rurais, com o intuito de auxiliar na vigilância de pontos críticos, aliado à um sistema de alta resolução de imagens, bem como a previsão de acesso ao sistema de forma controlada, o qual far-se-à mediante cadastro com usuários e senha dos interessados.

Assinatura: 28/10/2015

Vigência: Início: 28/10/2015 Término: 27/10/2025

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Dotação Orçamentária:

Dotação	Cód. Reduzido	Descrição da Atividade
09.01.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00	140	Sinalização e Vias, Bens Públicos e segurança.
09.01.2.064.3.3.90.00.00.00.00.00	204	Manutenção de Sec. Obras, Transp. E Serviços.

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015 - FMAS

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário, para reforma do CREAS, localizado no Bairro Industriários neste Município, com recursos oriundos do convênio Estadual FEAS/CREAS Investimento, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

### EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, representada pelo Senhor, PAULO ANTONIO BALBINOT, ANTONIO LUIS TOBIAS ME representada pela Senhora MICHELE TOBIAS, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME representada pelo Senhor LUCAS VERONEZE VOSS, e as empresas SÓLIDA CONSTRUTORA EIRELI- ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, sem representantes presentes para o ato. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pela licitante foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes constatando-se que as licitantes: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, ANTONIO LUIS TOBIAS ME SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS, com exceção da empresa SÓLIDA CONSTRUTORA EIRELI- ME, que apresentou seu contrato social, exigido no subitem 5.1, "a" do edital sem autenticação, conforme determina o subitem 5.5 do edital, e, ainda, apresentou somente Certidão de Acervo Técnico, sem a presença do respectivo Atestado de Capacidade Técnica, conforme requer o subitem 5.1, "h" do edital, sendo assim, julgada INABILITADA. De destacar que as empresas BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, ANTONIO LUIS TOBIAS ME SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CONSTRUTORA EIRELI- ME e LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME apresentaram, juntamente com sua documentação de habilitação, Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, e se declararam Microempresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados e aprovados pela engenheira civil, a Senhora Cristina Valcarengi, CREA nº 105.438-1 pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal. Devido a ausência dos representantes legais das licitantes SÓLIDA CONSTRUTORA EIRELI- ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 09:45(nove horas e quarenta e cinco minutos) do próximo dia 16 (dezesesseis) de novembro de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 2).

Concórdia, SC, 04 de novembro de 2015.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L

### RESOLUÇÃO Nº 044, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 044, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Define os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município de Concórdia - SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 22 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011,

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e em especial o artigo 1º, que dispõe sobre o caráter não contributivo e a gratuidade da Assistência Social, o artigo 3º, que dispõe sobre o conceito de entidades de assistência social e artigo 9º, que trata do funcionamento das entidades ou organizações de assistência social;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando a Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Resolução CNAS nº 1, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências;

Considerando a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho.

#### RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia - SC.

Art. 2º As entidades e organizações de assistência social podem ser, isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I – ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III – elaborar plano de ação anual contendo:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2) capacidade de atendimento;

e.3) recurso financeiro a serem utilizados;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV – ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:

e.1) público alvo;

e.2) capacidade de atendimento;

e.3) recurso financeiro utilizado;

e.4) recursos humanos envolvidos;

e.5) abrangência territorial;

e.6) atividades desenvolvidas;

e.7) breve descrição do projeto

e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

§1º Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.

§ 2º Se a entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Município de sua sede, a inscrição da entidade ou organização deverá ser feita no Conselho de Assistência Social do Município onde desenvolva o maior número de atividades.

§ 3º A entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e ou assessoramento e ou defesa e garantia de direitos, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todos os Municípios onde realiza sua ação.

§ 4º Aplica-se o disposto no § 1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos de Assistência Social.

Art. 5º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único. A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas nacionais.

Art. 6º Os critérios para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 7º Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a entidade deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como o prazo para a retomada dos serviços.

§ 1º O prazo de interrupção dos serviços não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade e/ou do serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas e projetos interrompidos.

Art. 8º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I - requerimento, conforme anexo I;

II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV - plano de ação;

V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 9º. As entidades e organizações de assistência social que atuam em mais de um Município deverão inscrever no CMAS apenas os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que desenvolvem no Município de Concórdia, apresentando os seguintes documentos:

I - requerimento, conforme o modelo anexo II

II - plano de ação;

III - comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou onde desenvolva o maior número de atividades, nos termos do §1º e §2º do art. 4º e do art. 5º desta Resolução;

Art. 10º. As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área deverão inscrever somente seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS, quando executados na área de assistência social, além de demonstrar que cumprem os critérios dos art.5º e 6º desta Resolução, mediante apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;

II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;  
IV - plano de ação;

Art. 11. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá:

I - receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:

- a) requerimento da inscrição;
- b) análise documental;
- c) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- d) elaboração do parecer da Comissão;
- e) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- f) publicação da decisão plenária;
- g) emissão do comprovante;
- h) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício;
- i) envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

II - no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento.

III - A execução do previsto neste artigo obedecerá à ordem cronológica de apresentação do requerimento de inscrição.

§ 1º O prazo recursal é de 15 dias a contar da notificação, e o CMAS terá um prazo de 30 dias para análise do recurso e emissão de parecer final.

§ 2º Para avaliação dos recursos em reunião extraordinária o quórum mínimo será de 1/3 dos conselheiros.

Art. 12. O Conselho de Assistência Social fará o acompanhamento e a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único. O acompanhamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição será publicado por meio de resolução deste Conselho.

Art. 13. As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - plano de ação do corrente ano;

II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Parágrafo Único – Quando houver alteração estatutária e de diretoria, as mesmas devem ser encaminhadas ao Conselho a qualquer tempo.

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social promoverá, pelo menos, uma audiência pública a cada dois anos com as entidades ou organizações de assistência social inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 15. A inscrição das entidades ou organizações de assistência social, dos serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§ 1º A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 2º Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social encaminhará, no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS a que se refere à alínea "i", do inciso I, do art. 11 desta Resolução e demais providências

§ 3º Da decisão que indeferir ou cancelar a inscrição a entidade poderá recorrer.

§ 4º Os recursos das decisões do Conselho Municipal de Assistência Social deverão ser apresentados ao Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 5º O prazo recursal será de 30 dias, contados a partir do dia seguinte ao da ciência da decisão.

§ 6º As entidades inscritas deverão comunicar o encerramento de suas atividades, programas e/ou projetos ao Conselho de Assistência Social, no prazo de 30 dias contado do encerramento das atividades.

Art. 16. O Conselho Municipal de Assistência Social padronizará e utilizará, única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal fornecerá Comprovante de Inscrição conforme anexo IV e V.

Art. 17. O Conselho Municipal de Assistência Social estabelecerá numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

Art. 18 – As entidades de acolhimento institucional para idosos poderão inscrever-se no CMAS, desde que cumpram os requisitos definidos nesta Resolução.

Parágrafo Único. O conselho Municipal ao inscrever deverá verificar junto ao Conselho dos Direitos do Idoso ou junto as suas Resoluções se já foi estabelecida a forma de participação prevista no artigo 35, §1º da Lei 10.741/2003, Estatuto do Idoso.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 19. As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder o reordenamento do conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais nos prazos definidos nestas.

Art. 20. As disposições previstas no inciso IV do art. 11 e no § 2º do art. 15 somente serão aplicáveis por ocasião da efetiva implantação do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 22 de outubro de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do Conselho

#### ANEXO I

#### ENTIDADE PREPONDERANTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### Requerimento de Inscrição

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua inscrição neste conselho.

##### A - DADOS DA ENTIDADE:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Código Nacional de atividade econômica principal e secundária \_\_\_\_\_

Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Atividade Principal \_\_\_\_\_

Inscrição:

CONSEA \_\_\_\_\_ CMDCA \_\_\_\_\_

CONSELHO DO IDOSO \_\_\_\_\_

Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

##### B – DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_\_

##### C – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Termos em que,  
Pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do representante legal da entidade

**ANEXO II**

(Entidades que atuam em mais de um município)

**Requerimento de Inscrição**

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Concórdia

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo, neste Conselho.

**A – Dados da Entidade:**

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_  
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário \_\_\_\_\_  
Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
Tel./Fax \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
A entidade está inscrita no Conselho Municipal de \_\_\_\_\_  
Sob o número \_\_\_\_\_ desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)****B – Dados do Representante Legal:**

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_  
Data nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_  
Período do Mandato \_\_\_\_\_

**C – Informações adicionais**

Termos em que,  
Pede deferimento.

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

**ANEXO III**

(Inscrição somente serviço, programa, projetos e benefícios socioassistenciais)

**Requerimento de Inscrição**

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de Concórdia

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse conselho.

**A – Dados da Entidade:**

Nome da Entidade \_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_  
Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundária \_\_\_\_\_  
Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_  
UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_  
Atividade Principal \_\_\_\_\_

**Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)****B – Dados do Representante Legal:**

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ DN \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Escolaridade \_\_\_\_\_ Período do Mandato: \_\_\_\_\_

## C – Informações Adicionais

Termos em que,  
Pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do representante legal da entidade  
ANEXO IV

## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA SC

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_/20\_\_

A entidade \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, com sede nesta cidade, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Município de Concórdia – SC, é inscrita neste conselho, sob número \_\_\_\_/\_\_\_\_, desde \_\_\_\_\_.

A entidade executa (rá) o (s) seguinte(s) serviço(s), programa(s) projeto(s) ou benefício(s) socioassistenciais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Local: \_\_\_\_\_.

Presidente do CMAS

## ANEXO V

## COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA SC

( ) Serviço  
( ) Programas  
( ) Projeto  
( ) Benefícios socioassistenciais  
INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

O Conselho Municipal de Assistência Social concede inscrição dos seguintes programas socioassistencial desenvolvido pela entidade \_\_\_\_\_.

Ressaltamos que os programas possuem como sede as dependências da entidade e também são executados no endereço da entidade e com encaminhamento dos adolescentes para as empresas.

A entidade \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Município de Concórdia - SC e encontram-se em acordo com as normas vigentes, entre elas, a Resolução CMAS nº 044/2015 e Resolução CNAS 14/2014.  
A presente inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Local: \_\_\_\_\_.

Nome:  
Presidente do Conselho  
(Período de gestão de )

## ANEXO VI

## PLANO DE AÇÃO

1. As finalidades estatutárias: \_\_\_\_\_

2. Objetivos

2.1. Geral e específicos: \_\_\_\_\_

3. Origem dos recursos da Entidade/Organização

Doações de Associados	R\$	Subvenção Social	Repasse da União R\$
Promoções próprias	R\$		Repasse estadual R\$
Doações externas	R\$		Repasse municipal R\$
Contribuições de Associados	R\$	Outros? Quais:	

OBS: \_\_\_\_\_

#### 4. Infraestrutura

##### 3.1 Recursos Materiais

Item	Quantidade
Acervo Bibliográfico	
Armários individualizados para a guarda de pertences	
Brinquedos, materiais pedagógicos e culturais	
Computadores	
Datashow	
DVD/ vídeo cassete	
Equipamento de som	
Fax	
Filmadora	
Fogão	
Geladeira/Freezer	
Impressora	
Máquina copiadora	
Máquina de lavar roupa	
Máquina Fotográfica	
Materiais esportivos	
Materiais esportivos	
Micro-ondas	
Mobiliário	
Secadora de roupas	
Telefone	
Televisão	
Veículo de uso exclusivo de meros da diretoria	
Veículos para transporte de usuários e equipe	
Outros: Especifique:	

##### 4.2- Estrutura física

Item	Quantidade
Almoxarifado ou similar	
Banheiros	
Biblioteca	
Brinquedoteca	
Copa/cozinha	
Enfermaria	
Espaço para animais de estimação	
Espaço para guarda de pertences	
Instalações elétricas e hidráulicas	
Jardim/parque	
Lavanderia	
Quadras esportivas	
Quartos coletivos	

Quartos individuais	
Recepção	
Refeitório	
Salas de atendimento em grupo/atividades comunitárias	
Salas de atendimento individual	
Salas de repouso	
Salas exclusivas para administração, coordenação, equipe técnica.	
Outros: Especifique:	

5. Identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

- ☐ Serviço  
☐ Programas  
☐ Projeto  
☐ Benefícios socioassistenciais

5.1 Nome do serviço, programa, projeto ou benefício: \_\_\_\_\_

5.2 Público Alvo

- ☐ Crianças  
☐ Adolescentes  
☐ Jovens  
☐ Adultos  
☐ Idosos  
☐ Famílias (grupo familiar ou indivíduo)  
☐ Povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, dentre outros)  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

Faixa Etária

- ☐ 0 a 6 anos  
☐ 6 a 15 anos  
☐ 15 a 17 anos  
☐ 18 a 59 anos  
☐ 60 anos ou mais

5.3 Capacidade de atendimento:

Quantidade de atendimentos (média/último mês) \_\_\_\_\_

☐ Grupos ou Famílias:

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Previsão de Pessoas por Grupo: \_\_\_\_\_

Previsão de quantidade de grupos: \_\_\_\_\_

☐ Indivíduos

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Previsão Pessoas Atendidas: \_\_\_\_\_

5.4 Recursos Financeiros a serem utilizados: \_\_\_\_\_

5.5 Recursos Humanos envolvidos: \_\_\_\_\_

5.6 Abrangência Territorial: \_\_\_\_\_

5.7 Atividades desenvolvidas:

- ☐ Atividades de busca ativa  
☐ Acolhida individual  
☐ Acolhida em grupo  
☐ Estudo social  
☐ Visita domiciliar  
☐ Orientações individuais  
☐ Orientações grupais  
☐ Atividades grupais de convívio  
☐ Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural;  
☐ Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social;

- ( ) Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação
- ( ) Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias;
- ( ) Atividades de inclusão à vida comunitária e a participação social de pessoas com deficiência;
- ( ) Encaminhamentos para a rede socioassistencial
- ( ) Encaminhamentos para serviços de políticas públicas
- ( ) Realização de procedimentos de referência e Contrarreferencia dos usuários na rede socioassistencial
- ( ) Mobilização e articulação da rede socioassistencial
- ( ) Mobilização e fortalecimento de redes de apoio
- ( ) Participação em mobilizações sociais para a cidadania
- ( ) Conhecimento e inserção no território
- ( ) Conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial
- ( ) Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais
- ( ) Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais
- ( ) Notificações de situações de violação de direitos
- ( ) Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos
- ( ) Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos
- ( ) Fornecimento de benefícios eventuais para documentação, alimentação e outros itens de caráter eventual para situações de vulnerabilidade temporária
- ( ) Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária
- ( ) Atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho
- ( ) Outras atividades realizadas.
- ( ) Outras. Especifique: \_\_\_\_\_

Breve descrição do projeto:

Impacto social esperado com esse serviço/projeto:

OBS:

Total de atendimentos de todos os serviços/programas/projetos ou benefícios .....

Valor total a ser investido pela Entidade: R\$ .....

6. Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: (Escrever a forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação)

Local e Data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do representante Legal

ANEXO VII

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. As finalidades estatutárias: \_\_\_\_\_

2. Objetivos

2.1. Geral e específicos: \_\_\_\_\_

3. Origem dos recursos da Entidade/Organização

Doações de Associados	R\$	Subvenção Social	Repasse da União R\$
Promoções próprias	R\$		Repasse estadual R\$
Doações externas	R\$		Repasse municipal R\$
Contribuições de Associados	R\$	Outros? Quais:	

OBS: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Infraestrutura

3.2 Recursos Materiais

Item	Quantidade
Acervo Bibliográfico	
Armários individualizados para a guarda de pertences	
Brinquedos, materiais pedagógicos e culturais	

Computadores	
Data Show	
DVD/ vídeo cassete	
Equipamento de som	
Fax	
Filmadora	
Fogão	
Geladeira/Freezer	
Impressora	
Máquina copiadora	
Máquina de lavar roupa	
Máquina Fotográfica	
Materiais esportivos	
Materiais esportivos	
Micro-ondas	
Mobiliário	
Secadora de roupas	
Telefone	
Televisão	
Veículo de uso exclusivo de meros da diretoria	
Veículos para transporte de usuários e equipe	
Outros: Especifique:	

## 4.2- Estrutura física

Item	Quantidade
Almoxarifado ou similar	
Banheiros	
Biblioteca	
Brinquedoteca	
Copa/cozinha	
Enfermaria	
Espaço para animais de estimação	
Espaço para guarda de pertences	
Instalações elétricas e hidráulicas	
Jardim/parque	
Lavanderia	
Quadras esportivas	
Quartos coletivos	
Quartos individuais	
Recepção	
Refeitório	
Salas de atendimento em grupo/atividades comunitárias	
Salas de atendimento individual	
Salas de repouso	
Salas exclusivas para administração, coordenação, equipe técnica.	
Outros: Especifique:	

## 5. Identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

- ☐ Serviço  
☐ Programas  
☐ Projeto  
☐ Benefícios socioassistenciais

5.1 Nome do serviço, programa, projeto ou benefício: \_\_\_\_\_

5.2 Público Alvo

- ☐ Crianças  
☐ Adolescentes  
☐ Jovens  
☐ Adultos  
☐ Idosos  
☐ Famílias (grupo familiar ou indivíduo)  
☐ Povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, dentre outros)  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

Faixa Etária

- ☐ 0 a 6 anos  
☐ 6 a 15 anos  
☐ 15 a 17 anos  
☐ 18 a 59 anos  
☐ 60 anos ou mais

5.3 Capacidade de atendimento:

Quantidade de atendimentos (média/último mês) \_\_\_\_\_

☐ Grupos ou Famílias:

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Previsão de Pessoas por Grupo: \_\_\_\_\_

Previsão de quantidade de grupos: \_\_\_\_\_

☐ Indivíduos

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Previsão Pessoas Atendidas: \_\_\_\_\_

5.4 Recursos Financeiros a serem utilizados: \_\_\_\_\_

5.5 Recursos Humanos envolvidos: \_\_\_\_\_

5.6 Abrangência Territorial: \_\_\_\_\_

5.7 Atividades desenvolvidas:

- ☐ Atividades de busca ativa  
☐ Acolhida individual  
☐ Acolhida em grupo  
☐ Estudo social  
☐ Visita domiciliar  
☐ Orientações individuais  
☐ Orientações grupais  
☐ Atividades grupais de convívio  
☐ Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural;  
☐ Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social;  
☐ Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação  
☐ Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias;  
☐ Atividades de inclusão à vida comunitária e a participação social de pessoas com deficiência;  
☐ Encaminhamentos para a rede socioassistencial  
☐ Encaminhamentos para serviços de políticas públicas  
☐ Realização de procedimentos de referência e Contrarreferencia dos usuários na rede socioassistencial  
☐ Mobilização e articulação da rede socioassistencial  
☐ Mobilização e fortalecimento de redes de apoio  
☐ Participação em mobilizações sociais para a cidadania  
☐ Conhecimento e inserção no território  
☐ Conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial  
☐ Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais  
☐ Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais  
☐ Notificações de situações de violação de direitos  
☐ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos  
☐ Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos  
☐ Fornecimento de benefícios eventuais para documentação, alimentação e outros itens de caráter eventual para situações de vulnerabilidade temporária  
☐ Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária

( ) Atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho

( ) Outras atividades realizadas.

( ) Outras. Especifique: \_\_\_\_\_

Breve descrição do projeto:

Impacto social esperado com esse serviço/projeto:

OBS:

Total de atendimentos de todos os serviços/programas/projetos ou benefícios .....

Valor total a ser investido pela Entidade: R\$ .....

6. Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: (Escrever a forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação)

7. Justificativa (quando não executado totalmente o Plano de Ação, conforme planejado):

Local e Data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do Representante Legal

### **RESOLUÇÃO Nº 045 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015-CMAS**

RESOLUÇÃO Nº 045 de 22 de outubro de 2015

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização da Rede Socioassistencial Pública e Privada do Município de Concórdia SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 22 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011 e Resolução CNAS nº 014/2014 e Resolução CMAS nº 044/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação da Rede Socioassistencial do Município de Concórdia SC.

Art. 2º - O Plano conduzirá o acompanhamento de forma sistemática dos serviços ofertados pela rede socioassistencial governamental e da sociedade civil organizada, objetivando a adequação dos mesmos às necessidades sociais da população e ao modelo da Política Nacional e Municipal de Assistência Social;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 22 de outubro de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente CMAS

#### **ANEXO I**

#### **PLANO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL**

"A constituição Federal de 1988 definiu como diretrizes das políticas públicas (...), em especial na organização da assistência social, a descentralização político-administrativa e a participação popular na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis federativos" (BRASIL, 2010);

"O controle social da assistência social (...) é realizado por meio da participação da população na gestão da política, no acompanhamento, na fiscalização das instituições governamentais e da sociedade civil organizada que executam atividades socioassistenciais e dos recursos destinados ao funcionamento dos serviços, programas, projetos e benefícios" (BRASIL, 2010).

Os conselhos municipais têm suas competências definidas na LOAS, dentre as quais destacamos na Norma Operacional Básica /SUAS (NOB/SUAS 2012), conforme previsto no inciso XV, do Art. 121 "inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos".

De acordo com o inciso VIII, do Art. 5º da Lei Municipal nº 4.384 de 15 de dezembro de 2011, cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS de Concórdia informar ao Conselho Nacional Assistência Social/CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, ou seja, a rede socioassistencial, a fim de que adote as medidas cabíveis; e na mesma forma o inciso XII, a fiscalizar os serviços prestados e a aplicação dos recursos públicos nas entidades e organizações de assistência social.

A Resolução do CNAS 14/2014 e Resolução CMAS 044/2015, estabelecem que o Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia deve instituir um plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.

O Plano conduzirá o acompanhamento de forma sistemática dos serviços oferecidos pela rede socioassistencial governamental e da sociedade civil organizada, objetivando a adequação dos mesmos às necessidades sociais da população e ao modelo da Política Nacional de Assistência Social;

O inciso VII e XII do Art. 3º do Regimento Interno do CMAS (Decreto nº 5.696/2012) preconiza que o CMAS tem entre as suas atribuições inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social.

Justifica-se a elaboração do presente plano com fins de efetivar as determinações legais em relação às atribuições e competências do CMAS e, visando alcançar os objetivos em consonância com a legislação vigente.

## 2. OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

Estabelecer parâmetros para acompanhamento, orientação, fiscalização e monitoramento das entidades, programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

### 2.2 ESPECÍFICOS

- Acompanhar de forma sistemática os programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais públicos e privados de acordo com a legislação vigente.

- Verificar a qualidade dos serviços, projetos, programas e benefícios prestados pela rede socioassistencial pública e privada no sentido de aprimorá-los.

- Padronizar as informações dos serviços prestados pela rede socioassistencial privada, através do Plano de Ação e Relatório de Atividades apresentado.

- Fiscalizar e acompanhar a rede socioassistencial pública.

## 3. ABRANGÊNCIA

- Programas, projetos, serviços e benefícios desenvolvidos pela Rede Socioassistencial pública e privada do município de Concórdia SC.

## 4. METODOLOGIA

Para aprofundar o conhecimento da Rede de Serviços Socioassistenciais do município, ou seja, o seu funcionamento, a demanda atendida e o processo de territorialização, o CMAS, utilizará como instrumentais o Plano de Ação (anexo 1) e o Relatório de Atividades Anuais (anexo 2) cujos modelos, já disponibilizados para rede socioassistencial privada, enquanto que na rede socioassistencial pública serão avaliados os relatórios específicos de cada unidade.

Além da análise da documentação realizada pelas comissões, serão realizadas visitas "in-loco" nos programas, projetos, serviços e benefícios visando o conhecimento da sua realidade e ações. As visitas serão realizadas pelos membros do CMAS em sistema de comissões criadas por resolução e aprovadas em reuniões do conselho, terá como suporte técnico um instrumental, denominado Relatório de Visita Técnica (anexo 3). Após as visitas o relatório será apresentado em reunião do CMAS para análise, apreciação e deliberação sobre a situação das instituições, ficando anexo ao seu processo.

As visitas serão realizadas nos programas, projetos, serviços e benefícios anualmente conforme cronograma específico.

As informações manterão atualizado o banco de dados da rede socioassistencial, junto ao CMAS, que após análise da documentação e visita institucional, possibilitará o mapeamento da mesma no município.

O CMAS fará a publicação do Plano de Acompanhamento e Avaliação aos representantes das entidades da rede socioassistencial e realizará anualmente audiência pública para divulgar as ações, bem como fortalecer a rede de atendimento.

### 4.1. RECURSOS HUMANOS

Conselheiros e Secretaria Executiva do CMAS.

### 4.2. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

- Elaboração do Plano de Acompanhamento, avaliação e fiscalização da rede socioassistencial no município;

- Aprovação do Plano pelo CMAS;

- Divulgação do Plano para rede socioassistencial em reunião;

- Formar as comissões de conselheiros conforme a necessidade;

- Análise da documentação das Entidades pelas Comissões;

- Análise de Relatórios de atividades, Plano de Ação e documentação das entidades pelas Comissões;

- Realização das visitas técnicas institucionais;

- Apresentação dos Relatórios Técnicos em reunião do CMAS;

- Audiência Pública (conforme art. 14, da Resolução CMAS 044/2015;

- Relatório de avaliação.

ATIVIDADE	Meses													
	Out 2015	Nov 2015	Dez 2015	Fev 2016	Mar 2016	Abr 2016	Mai 2016	Jun 2016	Jul 2016	Ago 2016	Set 2016	Out 2016	Nov 2016	
Elaboração do Plano de Acompanhamento e avaliação da rede socioassistencial no município;	X													
Aprovação do Plano pelo CMAS	X													
A Divulgação do Plano para rede socioassistencial em reunião		X												
Formar as comissões de conselheiros			X											
Análise da documentação das Entidades pelas Comissões				X										
Análise de Relatórios de atividades, Plano de Ação e documentação das entidades pelas Comissões;					X									
Realização das visitas técnicas institucionais					X	X	X	X	X	X	X			
Apresentação dos Relatórios Técnicos em reunião do CMAS;							X	X	X	X	X			
Audiência Pública (conforme art. 14, da Resolução CMAS 044/2015);												X		
Relatório de avaliação													X	

#### 4.3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

#### 5. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO PLANO

Os conselheiros responsáveis pela elaboração e execução do Plano de Acompanhamento e Avaliação da Rede Socioassistencial, conforme Resolução CMAS nº 035, de 13 de agosto de 2015 ficou assim constituída:

Representantes Governamentais:

- Ediane Maria Biasi – Proteção Social Especial;
- Oneida Zanella
- Silvana Casagrande

Representante Sociedade Civil organizada:

- Rosenei Manduca
- Wilson Casagrande
- Simone Candiago

#### 6. BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 05 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais.
2. BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DUO de 8 de dezembro de 1993 e suas alterações conforme Redação dada pela Lei 12.435 de 2011.
3. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004 e publicada no DUO do dia 28 de outubro de 2004.
4. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, Brasília dezembro de 2012.
5. Lei Municipal nº 4.384 de 15 de Dezembro de 2012;
6. Resolução CMAS Nº 044, de 22 de Outubro de 2015;
7. Resolução CNAS Nº 14, de 15 de maio de 2014;
8. Decreto nº 5.696/2012 - Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS.

#### ANEXO II

#### PLANO DE AÇÃO

#### INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. As finalidades estatutárias: \_\_\_\_\_

2. Objetivos

2.1. Geral e específicos: \_\_\_\_\_

3. Origem dos recursos da Entidade/Organização

Doações de Associados	R\$	Subvenção Social	Repasse da União R\$
Promoções próprias	R\$		Repasse estadual R\$
Doações externas	R\$		Repasse municipal R\$
Contribuições de Associados	R\$	Outros? Quais: _____	

OBS: \_\_\_\_\_

## 4. Infraestrutura

## 4.1 Recursos Materiais

Item	Quantidade
Acervo Bibliográfico	
Armários individualizados para a guarda de pertences	
Brinquedos, materiais pedagógicos e culturais	
Computadores	
Datashow	
DVD/ vídeo cassete	
Equipamento de som	
Fax	
Filmadora	
Fogão	
Geladeira/Freezer	
Impressora	
Máquina copiadora	
Máquina de lavar roupa	
Máquina Fotográfica	
Materiais esportivos	
Materiais esportivos	
Micro-ondas	
Mobiliário	
Secadora de roupas	
Telefone	
Televisão	
Veículo de uso exclusivo de meros da diretoria	
Veículos para transporte de usuários e equipe	
Outros: Especifique:	

## 4.2- Estrutura física

Item	Quantidade
Almoxarifado ou similar	
Banheiros	
Biblioteca	
Brinquedoteca	
Copa/cozinha	
Enfermaria	
Espaço para animais de estimação	
Espaço para guarda de pertences	
Instalações elétricas e hidráulicas	
Jardim/parque	
Lavanderia	
Quadras esportivas	
Quartos coletivos	
Quartos individuais	
Recepção	
Refeitório	
Salas de atendimento em grupo/atividades comunitárias	
Salas de atendimento individual	
Salas de repouso	
Salas exclusivas para administração, coordenação, equipe técnica.	
Outros: Especifique:	

## 4.3 O serviço prevê condições de acessibilidade

- ☐ Sim  
☐ Não

Se sim, qual?

- ☐ Acesso principal adaptado com rampas  
☐ Rota acessível aos principais espaços da unidade  
☐ Recursos de comunicação para pessoas com deficiência auditiva  
☐ Pisos especiais com relevos para sinalização voltados para pessoas com deficiências visuais  
☐ Banheiro adaptado para pessoas com dificuldade de locomoção  
☐ Recursos – Equipamentos/Sistemas computacionais  
☐ Serviços – Prestados por profissionais à pessoa com deficiência como instrumento de tecnologia assistiva;  
☐ Outros: Especifique: \_\_\_\_\_

5. Identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

- ☐ Serviço  
☐ Programas  
☐ Projeto  
☐ Benefícios socioassistenciais

5.1 Nome do serviço, programa, projeto ou benefício: \_\_\_\_\_

5.2 Público Alvo

- ☐ Crianças  
☐ Adolescentes  
☐ Jovens  
☐ Adultos  
☐ Idosos  
☐ Famílias (grupo familiar ou indivíduo)  
☐ Povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, dentre outros)  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

Faixa Etária

- ☐ 0 a 6 anos  
☐ 6 a 15 anos  
☐ 15 a 17 anos  
☐ 18 a 59 anos  
☐ 60 anos ou mais

5.3 Capacidade de atendimento:

Quantidade de atendimentos (média/último mês) \_\_\_\_\_

☐ Grupos ou Famílias:

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Pessoas por Grupo: \_\_\_\_\_

Quantidade de grupos: \_\_\_\_\_

☐ Indivíduos

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Pessoas Atendidas: \_\_\_\_\_

5.4 Recursos Financeiros a serem utilizados: \_\_\_\_\_

5.5 Recursos Humanos envolvidos – carga horária:

5.6 Abrangência Territorial: \_\_\_\_\_

5.7 Atividades desenvolvidas:

- ☐ Atividades de busca ativa  
☐ Acolhida individual  
☐ Acolhida em grupo  
☐ Estudo social  
☐ Visita domiciliar  
☐ Orientações individuais  
☐ Orientações grupais  
☐ Atividades grupais de convívio  
☐ Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural;  
☐ Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social;  
☐ Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação

- ( ) Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias;
- ( ) Atividades de inclusão à vida comunitária e a participação social de pessoas com deficiência;
- ( ) Encaminhamentos para a rede socioassistencial
- ( ) Encaminhamentos para serviços de políticas públicas
- ( ) Realização de procedimentos de referência e Contrarreferencia dos usuários na rede socioassistencial
- ( ) Mobilização e articulação da rede socioassistencial
- ( ) Mobilização e fortalecimento de redes de apoio
- ( ) Participação em mobilizações sociais para a cidadania
- ( ) Conhecimento e inserção no território
- ( ) Conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial
- ( ) Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais
- ( ) Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais
- ( ) Notificações de situações de violação de direitos
- ( ) Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos
- ( ) Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos
- ( ) Fornecimento de benefícios eventuais para documentação, alimentação e outros itens de caráter eventual para situações de vulnerabilidade temporária
- ( ) Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária
- ( ) Atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho
- ( ) Outras atividades realizadas.
- ( ) Outras. Especifique: \_\_\_\_\_

Breve descrição do projeto/programa/benefício/serviço:

Impacto social esperado com esse serviço/projeto/programa/benefício:

OBS:

Total de atendimentos de todos os serviços/programas/projetos ou benefícios .....

Valor total a ser investido pela Entidade: R\$ .....

6. Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: (Escrever a forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação)

Local e Data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do representante Legal

ANEXO III

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. As finalidades estatutárias: \_\_\_\_\_

2. Objetivos

2.1. Geral e específicos: \_\_\_\_\_

3. Origem dos recursos da Entidade/Organização

Doações de Associados	R\$	Subvenção Social	Repasse da União R\$
Promoções próprias	R\$		Repasse estadual R\$
Doações externas	R\$		Repasse municipal R\$
Contribuições de Associados	R\$	Outros? Quais:	

OBS: \_\_\_\_\_

4. Infraestrutura

4.2 Recursos Materiais

Item	Quantidade
Acervo Bibliográfico	
Armários individualizados para a guarda de pertences	
Brinquedos, materiais pedagógicos e culturais	
Computadores	
Data Show	
DVD/ vídeo cassete	
Equipamento de som	

Fax	
Filmadora	
Fogão	
Geladeira/Freezer	
Impressora	
Máquina copiadora	
Máquina de lavar roupa	
Máquina Fotográfica	
Materiais esportivos	
Materiais esportivos	
Micro-ondas	
Mobiliário	
Secadora de roupas	
Telefone	
Televisão	
Veículo de uso exclusivo de meros da diretoria	
Veículos para transporte de usuários e equipe	
Outros: Especifique:	

## 4.2- Estrutura física

Item	Quantidade
Almoxarifado ou similar	
Banheiros	
Biblioteca	
Brinquedoteca	
Copa/cozinha	
Enfermaria	
Espaço para animais de estimação	
Espaço para guarda de pertences	
Instalações elétricas e hidráulicas	
Jardim/parque	
Lavanderia	
Quadras esportivas	
Quartos coletivos	
Quartos individuais	
Recepção	
Refeitório	
Salas de atendimento em grupo/atividades comunitárias	
Salas de atendimento individual	
Salas de repouso	
Salas exclusivas para administração, coordenação, equipe técnica.	
Outros: Especifique:	

## 4.3 O serviço prevê condições de acessibilidade

- ☐ Sim  
☐ Não

Se sim, qual?

- ☐ Acesso principal adaptado com rampas  
☐ Rota acessível aos principais espaços da unidade  
☐ Recursos de comunicação para pessoas com deficiência auditiva  
☐ Pisos especiais com relevos para sinalização voltados para pessoas com deficiências visuais  
☐ Banheiro adaptado para pessoas com dificuldade de locomoção  
☐ Recursos – Equipamentos/Sistemas computacionais  
☐ Serviços – Prestados por profissionais à pessoa com deficiência como instrumento de tecnologia assistiva  
☐ Outros: Especifique: \_\_\_\_\_

5. Identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:

- ☐ Serviço  
☐ Programas  
☐ Projeto  
☐ Benefícios socioassistenciais

5.1 Nome do serviço, programa, projeto ou benefício: \_\_\_\_\_

5.2 Público Alvo

- ☐ Crianças  
☐ Adolescentes  
☐ Jovens  
☐ Adultos  
☐ Idosos  
☐ Famílias (grupo familiar ou indivíduo)  
☐ Povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, dentre outros)  
☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

Faixa Etária

- ☐ 0 a 6 anos  
☐ 6 a 15 anos  
☐ 15 a 17 anos  
☐ 18 a 59 anos  
☐ 60 anos ou mais

5.3 Capacidade de atendimento:

Quantidade de atendimentos (média/último mês) \_\_\_\_\_

☐ Grupos ou Famílias:

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Pessoas por Grupo: \_\_\_\_\_

Quantidade de grupos: \_\_\_\_\_

☐ Indivíduos

Número de vagas: \_\_\_\_\_

Pessoas Atendidas: \_\_\_\_\_

5.4 Recursos Financeiros a serem utilizados: \_\_\_\_\_

5.5 Recursos Humanos envolvidos: \_\_\_\_\_

5.6 Abrangência Territorial: \_\_\_\_\_

5.7 Atividades desenvolvidas:

- ☐ Atividades de busca ativa  
☐ Acolhida individual  
☐ Acolhida em grupo  
☐ Estudo social  
☐ Visita domiciliar  
☐ Orientações individuais  
☐ Orientações grupais  
☐ Atividades grupais de convívio  
☐ Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural;  
☐ Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social;  
☐ Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação  
☐ Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias;  
☐ Atividades de inclusão à vida comunitária e a participação social de pessoas com deficiência;  
☐ Encaminhamentos para a rede socioassistencial  
☐ Encaminhamentos para serviços de políticas públicas  
☐ Realização de procedimentos de referência e Contrarreferencia dos usuários na rede socioassistencial  
☐ Mobilização e articulação da rede socioassistencial  
☐ Mobilização e fortalecimento de redes de apoio  
☐ Participação em mobilizações sociais para a cidadania  
☐ Conhecimento e inserção no território  
☐ Conhecimento e mapeamento de redes socioassistencial  
☐ Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais

- ( ) Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais  
( ) Notificações de situações de violação de direitos  
( ) Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos  
( ) Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos  
( ) Fornecimento de benefícios eventuais para documentação, alimentação e outros itens de caráter eventual para situações de vulnerabilidade temporária  
( ) Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária  
( ) Atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho  
( ) Outras atividades realizadas.  
( ) Outras. Especifique: \_\_\_\_\_

Breve descrição do projeto:

Impacto social esperado com esse serviço/projeto:

OBS:

Total de atendimentos de todos os serviços/programas/projetos ou benefícios .....

Valor total a ser investido pela Entidade: R\$ .....

6. Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: (Escrever a forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação)

7. Justificativa (quando não executado totalmente o Plano de Ação, conforme planejado):

Local e Data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

#### RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

##### 1) IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone fax: \_\_\_\_\_  
e-mail: \_\_\_\_\_

Nome do representante

Legal: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_

##### 2) CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO (conforme Resolução CNAS nº 109/2009).

Serviços de Proteção Social Básica.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Proteção Social Especial - Média Complexidade

Serviço Especializado de Abordagem Social;

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa com Deficiência, Idosos (as) e suas famílias;

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Proteção Social Especial - Alta Complexidade

Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva,

Serviço de Acolhimento em República;

Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

##### 3) CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS (definições na LOAS)

Nome do Programa e/ou Projeto

##### 4) CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Auxílio natalidade

Auxílio morte

Auxílio por calamidade pública  
Auxílio por vulnerabilidade temporária

Obs.: os benefícios eventuais devem ser concedidos de forma integrada aos serviços, programas e/ou projetos.

#### 5) DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES.

Obs.: Esta descrição tem por objetivo demonstrar se, na prática, a entidade desenvolve atividades com o público da Assistência Social e de que forma está se dando o cumprimento dos objetivos e princípios da Política de Assistência Social, definidos pela LOAS. E, ainda, se os serviços ofertados estão de acordo com aqueles tipificados na Resolução CNAS nº 109/2010. Isto é, demonstrando a relação entre as atividades e o alcance da garantia das necessidades básicas do público atendido, bem como de sua promoção à cidadania. Tal descrição deverá apresentar tanto os aspectos positivos quanto os que faltam aprimorar.

Serviço, Programas, Projetos e Benefícios.	Atividades

#### 6) RECURSOS RECEBIDOS PELA ENTIDADE

Doações de Associados	R\$	Subvenção Social	Repasse da União R\$
Promoções próprias	R\$		Repasse estadual R\$
Doações externas	R\$		Repasse municipal R\$
Contribuições de Associados	R\$	Outros? Quais:	

OBS: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 7) SITUAÇÃO SOCIOECONOMICO DOS BENEFICIÁRIOS.

Renda familiar		Nº De famílias
<input type="radio"/>	Menos de 1 salário	
<input type="radio"/>	De 1 a 2 salários	
<input type="radio"/>	Acima de 2 salários	

Beneficiário atendido		Nº
<input type="radio"/>	Em tempo integral, com vínculo familiar	
<input type="radio"/>	Em tempo integral, sem vínculo familiar	
<input type="radio"/>	Em meio período	
<input type="radio"/>	Eventualmente	

#### 8) CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO – critérios de inclusão das famílias nos serviços, programas, projetos e benefícios

#### 9) PERÍODO DE FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE E DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS

Descrição	Período de Funcionamento
Entidade	
Serviço...	
Programa...	
Benefício	

#### 10) RECURSOS HUMANOS DA ENTIDADE.

Categoria profissional	Nº
Assistente Social	
Advogado	
Psicólogo	
Pedagogo	
Educador/Cuidador/	
Área Administrativa	
Cozinheira	
Voluntários: Quantos?	
Existe regulamentação dos mesmos na entidade? o Sim o Não	
Existe contrato de voluntariado? o Sim o Não	

## 11) PATRIMÔNIO

	Alugado	Próprio	Cedido
Imóvel	R\$		

Se o imóvel for próprio, qual a área construída:

Veículo: ( ) Sim ( ) Não

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

Caso a estrutura física seja inadequada fazer um relato acerca da situação.

## 12) OUTRAS INFORMAÇÕES.

DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do(s) responsável(s) Entidade

Comissão de visita:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO 2643/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.643, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015.

Nomeia CAMILA GABRIELA GOLO – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

**RESOLVE:**

NOMEAR a senhora CAMILA GABRIELA GOLO, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 3 de novembro de 2015.

Concórdia, 3 de novembro de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Leocir Domingo Zanella

Vice-Presidente

Vilmar Comassetto

1º Secretário

Arlan Guliani

2º Secretário

**BALANCETE FINANCEIRO 10/2015****SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Período: Outubro  
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>231.719,66</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>225.179,72</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	171.271,36
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.908,36
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>6.539,94</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.539,94
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>288.270,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>511.578,65</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>516.597,76</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34.268,25	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	26.512,23
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	232.360,24	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	245.590,74
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	244.950,16	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	244.494,79
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>564.307,53</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>615.838,76</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	529.600,91	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	593.652,68
BANCO C/ MOVIMENTO	34.706,62	BANCO C/ MOVIMENTO	22.186,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.364.156,18</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.364.156,18</b>

CONCORDIA, 29/10/2015

MAURO MENDES  
PresidenteDELAIR M. S. DALLEGRAVE  
Contador CRC SC 022.843/O-5

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 522/2015

DECRETO N. 522/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. LENIR ROSEMARY MARTELLI TECCHIO, ocupante do cargo de professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 63/2015

Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 63/2015 Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA Valor total: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) Vigência: 31/12/2015 Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA CBUQ, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação: IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
Coronel Freitas (SC), 04 de Novembro de 2015 Mauri José Zucco Prefeito Municipal

### ERRATA PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 70/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2015  
Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA PRAÇA DE ESTACIONAMENTO E RETORNO ENTRE AS RUAS ISIDORO PIAIA E RUA CELESTE SARTORE NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS SC, TOTALIZANDO 210,00 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS BÁSICO EM ANEXO  
Onde se lê: Valor: R\$ 9.693,48 (nove mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos)  
Leia-se: R\$ 9.618,00 (nove mil seiscentos e dezoito reais).  
Vigência: 31/12/2015

### PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 48/2015

Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Pregão Presencial R.P Nº 48/2015 Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS Tipo: menor preço por item. Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 19/11/2015 Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 19/11/2015  O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.  Coronel Freitas (SC), 05 de Novembro de 2015 Mauri J. Zucco Prefeito Municipal

### PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 121/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 121/2015  
Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA CBUQ, TRANSPORTE E COLOCAÇÃO.  
Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)  
Vigência: 31/12/2015

### PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 65/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
1º TERMO ADITIVO Nº 65/2015 AO CONTRATO Nº 107/2015  
Contratado: ITO – COMERCIO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA – ME  
Objeto: Fica aditada na Cláusula Quarta do contrato 107/2015, o valor de R\$ 1.499,65 (Um mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos).  
Vigência: 31/12/2015

### RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2015  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 46/2015

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL RP para a possível CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 46/2015

#### 1. DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

No item 1.1 do preâmbulo do edital, o texto onde se lê:  
"EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR 147 DE 07/08/2014,"

Fica substituído passando a vigorar com a seguinte redação:  
"PARA TODAS AS SOCIEDADES SEGURADORAS AUTORIZADAS PELA SUSEP," (NR)

#### 2. DA REVOGAÇÃO DE ITENS DESNECESSÁRIOS

Fica revogado o item 3.6 (Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte) e todos os seus sub Itens.

#### 3. DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica alterada a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 08h30min do dia 18 de novembro de 2015, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro – Coronel Freitas - SC

#### 3 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial RP nº 46/2015.

Coronel Freitas-SC, 04 de novembro de 2015  
Mauri J. Zucco  
Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 174, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 174, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DOS CURSOS DE PROGRESSÃO POR MÉRITO DOS SERVIDORES EFETIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a exoneração do servidor Sr. Andrius Antonio May e o seu desligamento da Comissão de Análise dos Cursos de Progressão por Mérito dos Servidores Efetivos;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Sr. Rudinei Smaniotto, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Coordenador do Controle Interno, em substituição ao Servidor Público Sr. Andrius Antonio May, para compor a Comissão de análise dos cursos de progressão por mérito dos servidores efetivos com a incumbência de realizar a avaliação dos cursos apresentados, mediante requerimento, pelos servidores efetivos municipais, para os efeitos de acordo com o disposto nos Artigos 23 e seguintes, da Lei Complementar 034/2013 de 27/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 03 de Novembro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN

Prefeito Municipal em exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 952/15

DECRETO Nº 952/15

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CORUPAENSE DOS ARTESÃOS - ACART, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da PRAÇA ARTUR MÜLLER, nas proximidades do Palco Cultural ADEMIR FRANCISCO JUDACHEWSKY, no dia 07 de novembro de 2015, das 08 às 17 horas, para a realização de feira, tendo como responsável a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 03 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA NO 3519/2015

PORTARIA No 3519/2015

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar Municipal 014/09.

#### RESOLVE:

Artigo 1º – Fica instituída a Comissão de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Corupá, integrada pelos seguintes membros: Presidente – Darci Rutsatz, Assistente Pedagógica CPF nº 543.769.639-68; Coordenador – Marcelo dos Santos, Técnico em Atividades de Engenharia CPF nº 419.636.609-00; Secretária: Rosane Martini Berti, Professora CPF nº 625.121.299-34; Membro – Petter Alexander Kintzel, Engenheiro Civil CPF nº 031.179.549-88, que irá preparar, executar e julgar o concurso destinado ao preenchimento de vagas de cargos existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Corupá.

Artigo 2º – A Comissão de Concurso Público ora constituída baixará instruções especiais sobre o Concurso, e atentarà às disposições legais em vigor, bem como tomarà as providências necessárias à sua fiel execução.

Artigo 3º – A Comissão de Concurso Público, poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura Municipal para elaboração e execução do Concurso Público, correndo as despesas por conta de dotação específicas do Orçamento Geral do Município.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 20 de outubro de 2015, estando convalidados os atos já praticados.

Corupá, 04 de novembro de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 059/2015. Objeto: Prestação de serviços para confecção de Toten e placas de identificação das Unidades Básicas de Saúde.. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 17/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 04/11/2015.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 060/2015. Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de materiais para realização de pinturas na Unidade Básica de Saúde de São Pedro Tobias.. Entrega da documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 17/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 04/11/2015.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 061/2015. Objeto: Aquisição de materiais diversos para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Municípios.. Entrega da documentação e propostas até as 11:00 horas do dia 17/11/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 04/11/2015.

João Stahl

Gestor do FMS

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 01302015 AGENDAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0130/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Gráfica e editora Moraes Ltda Epp

Objeto: Aquisição de forma parcelada de agendas escolares para alunos e professores da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2016.

Valor: R\$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0064/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0034/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 04 de novembro de 2015.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 216/2015

PORTARIA Nº 216/2015

NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria NOMEADO o servidor Municipal NILTON DE FREITAS NORONHA, CPF nº 637.240.579-20 aprovado pelo concurso público de ingresso, realizado pelo Edital nº 001/2014, na função de VIGIA, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Desenvolvimento Urbano percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Novembro de 2015.

Registrado e publicado

Em data supra.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 217/2015

PORTARIA N.º 217/2015

ALTERA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei,

#### RESOLVE

Art. 1º Fica pela presente ALTERADA A PORTARIA Nº 137/2012, a qual nomeava a funcionária MARIA MATILDE ALVES DA SILVA no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a qual ocupava a vaga da servidora Célia Markendorf, passando a ocupar a vaga da servidora Joracilde de Fátima Pelegrini a qual se encontra de licença por motivo de saúde, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio e de acordo com a Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Novembro de 2015.

Registrado e publicado

Em data supra.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário da Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 163/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 163/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. GOLTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EIRELI CNPJ/MF n.º 22.602.420/0001-80 estabelecida na Rua Tenente Max Wolff Filho, 1713, em São Mateus do Sul/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Carlos Roberto Manoel, brasileiro, CI 3366199, CPF 483.767.369-49;

2. ARABRINDES COMÉRCIO DE BRINDES LTDA ME CNPJ/MF n.º 02.966.903/0001-57 estabelecida na Rua Antônio Bertone, 15, em Araranguá/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Paulo Ademir Reus brasileiro, CI 3669373, CPF 932.407.759-72;

3. HF COMERCIAL LTDA CNPJ/MF n.º 04.298.789/0001-60 estabelecida na Avenida Osmar Cunha, 183, em Florianópolis/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Fabricio Melo Araujo, brasileiro, CI 27833607, CPF 910.732.009-49,

doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 163/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para atendimento a Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua

assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar a DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas

nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o

julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:
  - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
  - 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
  - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 163/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.
  2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.
- #### Cláusula Vigésima Do Foro
1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
  2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 30 de outubro de 2015..

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

GOLTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EIRELI

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Carlos Roberto Manoel

CPF: 483.767.369-49

ARABRINDES COMÉRCIO DE BRINDES LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Paulo Ademir Reus

CPF: 932.407.759-72

HF COMERCIAL LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Fabricio Melo Araujo

CPF: 910.732.009-49

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 165/PMF/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/PMF/2015

(Referente Pregão Presencial nº. 165/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa DKL EDITORA E GRÁFICA LTDA. CNPJ/MF nº 12.681.454/0001-54, estabelecida na Rua 295, nº. 35, Bairro Santa Clara, em Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sra. Karina Michels Eyng, brasileiro, CI 5.264.738-2, CPF 060.635.309-75, residente e domiciliado em Forquilha/SC, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 165/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico (panfleto) para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro

das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha sendo que o layout de cada item deverá ser aprovado pela Administração.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima – Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de

habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 165/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima

##### Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

DKL EDITORA E GRÁFICA LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Karina Michels Eyng  
CPF: 060.635.309-75

### **ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 158/PMF/2015**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 158/PMF/2015

TERCEIRO ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 158/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NA QUADRA COBERTA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JOSÉ ALÉSSIO, LOCALIZADA NA RUA SANTA BARBÁRA, BAIRRO CIDADE ALTA, DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS, CONFORME PROJETO ELÉTRICO.

Às onze horas do dia quatro do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 158/PMF/2015. Abertos os trabalhos pela Sra. Presidente, Érika de Luca Tiscoski, a mesma iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA e CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA. Os preços apresentados foram: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA: R\$ 32.071,27 (trinta e dois mil setenta e um reais e vinte e sete centavos); e CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA, R\$ 32.960,00 (trinta e dois mil novecentos e sessenta reais). O menor preço global apresentado foi da empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta, pertencente à empresa e certificou-se que está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 04 de novembro de 2015.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação

KEND BERNARDO TROMBIM  
Membro da Comissão

RENATA PEREIRA  
Membro da Comissão

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 168/PMF/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 168/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para contratação de empresa especializada para locação de brinquedos para atividades da Brinquedoteca por meio da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de novembro 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 04 de novembro de 2015.  
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0131\_2015-PMF RP 0091

Aviso do Pregão Presencial nº 0131/2015 – PMF  
Registro de Preços Nº 0091/2015 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Registro de preços para aquisições em contratações futuras de materiais, para pintura dos postes das Avenidas Rio Grande do Sul, Beira Lago e Rua Arnoldo Frey durante o período de novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a fevereiro de 2016 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 17.11.2015. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 04 de novembro de 2015.  
Ivo Biazolo  
Prefeito

### PORTARIA Nº 2134/2015

PORTARIA Nº 2134, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01378/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DEJANIRA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.916.619-65, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2135/2015

PORTARIA N.º 2135, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar, MOSARA TAINÉ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.088.049-73, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Saúde, a partir de 05 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 2136/2015

PORTARIA N.º 2136, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar, IDENIR SAVIAN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 296.626.489-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Infraestrutura, a partir de 03 de novembro de 2015 até 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 04.10.2015**

## NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04-11-2015	FNS	ASSIST. FARMACÊUTICA	15.499,33
04-11-2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	55.770,00
04-11-2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	20.000,00
04-11-2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	43.900,00
04-11-2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	5.146,57
04-11-2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	1.782,45
04-11-2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	6.690,00
04-11-2015	FNS	ATENÇÃO BÁSICA	46.345,00
04-11-2015	FNS	MAC	9.419,00
04-11-2015	FNS	MAC	12.500,00
04-11-2015	FNS	VIG. EM SAÚDE	41,56
04-11-2015	FNS	VIG. EM SAÚDE	9.124,15
04-11-2015	FNS	VIG. EM SAÚDE	422,48
04-11-2015	FNS	VIG. EM SAÚDE	1.366,57

Secretaria de Finanças

**PRESTAÇÃO DE CONTAS AFSC - EMP.2015****ANEXO IV****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

**ANEXO TC 28****BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS****UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO****ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ****ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA****CNPJ: 17.757.127/0001-52****ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA, 975****RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS****CPF: 133.199.739-91**

<b>Nota de Empenho:</b>	<b>2015</b>	<b>Data: 06/10/2015</b>	<b>Valor Total:</b>
-------------------------	-------------	-------------------------	---------------------

<b>Ordem de pagamento:</b>	<b>2873</b>	<b>Data: 09/10/2015</b>	<b>Valor:</b>
----------------------------	-------------	-------------------------	---------------

<b>Projeto Atividade:</b>	<b>2022</b>
---------------------------	-------------

**Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00**

**Histórico da Finalidade:** Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2015, conforme CV14PMF0007, através de seu Termo Aditivo TACV14PMF0007.

Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO
NÚMERO	DATA		
		<b>REPASSE DA PREFEITURA</b>	<b>233.000,00</b>
		<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>26,78</b>
NF 000058	15/10/2015	Reabilitar - Clínica de Fisioterapia e Reabilitação Ltda	
NF 000173	15/10/2015	Clínica Médica Bassan e Motira Ltda ME	
NF 000175	15/10/2015	Clínica Médica Bassan e Motira Ltda ME	
NF 000176	15/10/2015	Clínica Médica Bassan e Motira Ltda ME	
NF 000179	15/10/2015	Clínica Médica Bassan e Motira Ltda ME	
NF 000006	15/10/2015	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocupacional S/S Ltda - ME	
NF 000321	15/10/2015	Clínica Médica Sant Ana Ltda	
NF 000006	15/10/2015	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior	
NF 000015	15/10/2015	Antoniolo & Debarba Soluções Médicas Ltda - ME	
NF 000016	15/10/2015	Antoniolo & Debarba Soluções Médicas Ltda - ME	
NF 000008	15/10/2015	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME	
NF 000010	15/10/2015	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME	
NF 000115	15/10/2015	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME	
NF 000119	15/10/2015	Medimaciel Serviços Médicos S/S Ltda - ME	
NF 000013	15/10/2015	Anderson Luiz Ramos	
NF 000014	15/10/2015	Anderson Luiz Ramos	
NF 000015	15/10/2015	Anderson Luiz Ramos	
NF 000020	15/10/2015	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda	
NF 000021	15/10/2015	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda	
NF 000022	15/10/2015	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda	
NF 000023	15/10/2015	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda	
NF 001394	15/10/2015	Clínica de Anestesiologia Ltda	
NF 000242	15/10/2015	Clínica Dr. Virgilio Nogueira S/S Ltda	

NF 000238	15/10/2015	Instituto de Visão de Lages	
NF 000136	15/10/2015	Melo e Carvalho Clínica Médica	
NF 000009	15/10/2015	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME	
NF 000010	15/10/2015	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME	
NF 000010	15/10/2015	Pontes & Vidigal Serviços Médicos Ltda	
NF 000026	15/10/2015	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hospitalares Eireli - ME	
NF 000027	15/10/2015	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hospitalares Eireli - ME	
NF 000117	15/10/2015	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME	
NF 000118	15/10/2015	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME	
NF 000172	15/10/2015	J & F Análises Clínicas Ambientais Ltda - ME	
NF 000007	15/10/2015	Diagmax Joaçaba Clínica Médica Ltda - Filial	
NF 000009	16/10/2015	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli	
NF 000010	16/10/2015	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli	
NF 085458	20/10/2015	Luiz Carlos Dalle Cort ME	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>233.026,78</b>

\_\_\_\_\_  
Cristiano Tessari - Responsável

\_\_\_\_\_  
Flávio José Martins - Presidente AFSC

Local e Data: Fraiburgo(SC), 23 de outubro de 2015.

CEP: 89.580-000
333.000,00
233.000,00
e manutenção ão
PAGAMENTO
600,00
756,65
3.141,27
3.863,45
3.903,63
4.814,50
5.235,45
5.235,45
49,94
1.140,00
4.592,50
30.365,61
9.629,01
3.190,90
1.937,62
376,06
786,31
23.361,59
3.188,23
2.116,30
1.267,53
3.444,37
3.803,05

15.086,40
27.555,00
7.640,00
4.762,92
5.289,23
6.466,24
1.432,01
6.636,16
503,83
1.762,61
29.198,89
8.229,76
1.581,51
82,80
<b>233.026,78</b>

**PRESTAÇÃO DE CONTAS APAE - EMP.1076**

**ANEXO IV**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ANEXO TC 28**

**RELANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

<b>UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>	
<b>CORDENADORA DA DESPESA: ALZERINA S. DIAS DE ANDRADE</b>	
<b>ENTIDADE BENEFICIADA: APAE FRAIBURGO</b>	<b>CNPJ: 75.447.995/0001-32</b>
<b>ENDEREÇO: Av. René Frey, 1.025 - Centro</b>	<b>CEP: 89580-000</b>
<b>RESPONSÁVEL: GIZELE BAHR BUHL</b>	<b>CPF: 665.145.179-00</b>
<b>Nota de Empenho: 1076 Data: 24/02/2015</b>	<b>Valor Total: R\$ 21.500,00</b>
<b>Ordem de Pagamento: 7928 Data: 25/09/2015</b>	<b>Valor: 2.000,00</b>
<b>Projeto Atividade: 2015</b>	
<b>Item/Fonte:</b>	<b>Contribuições:</b>

**Histórico da finalidade:**

Auxílio financeiro para manutenção da Associação, pagamento de funcionários, tributos, bem como, materiais para a utilização em nossas atividades, a fim de suprir as suas finalidades estatutárias, conforme Convênio nº CV15PMF0003, em 06 parcelas.

<b>DOCUMENTO</b>				
<b>NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>HISTÓRICO</b>	<b>RECEBIMENTO</b>	<b>PAGAMENTO</b>
7928	25/09/2015	Depósito Prefeitura ref. 06/2015 - PARCIAL	2.000,00	
850906	05/10/2015	Sal. Denivon Tomchak		1.601,96
C1DFEA	06/10/2015	Videnet Infom. Sistemas Ltda EPP - NF3019		228,18
5A1C59	06/10/2015	Videnet Inform. e Sistemas Ltda EPP - NF86		210,00
*	15/10/2015	Contrapartida	40,14	
<b>TOTAL</b>	<b>GERAL</b>		<b>2.040,14</b>	<b>2.040,14</b>

Fraiburgo (SC), 20 de outubro de 2015

\_\_\_\_\_  
**GIZELE BAHR BUHL**

Presidente da APAE

**PRESTAÇÃO DE CONTAS APAE - EMP.4725**

**ANEXO IV**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ANEXO TC 28**

**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

<b>UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>	
<b>CORDENADORA DA DESPESA: ALZERINA S. DIAS DE ANDRADE</b>	
<b>ENTIDADE BENEFICIADA: APAE FRAIBURGO</b>	<b>CNPJ: 75.447.995/0001-32</b>
<b>ENDEREÇO: Av. René Frey, 1.025 - Centro</b>	<b>CEP: 89580-000</b>
<b>RESPONSÁVEL: GIZELE BAHR BUHL</b>	<b>CPF: 665.145.179-00</b>
<b>Nota de Empenho: 4725      Data: 04/08/2015</b>	<b>Valor Total: R\$ 70.000,00</b>
<b>Ordem de Pagamento: 7911      Data: 24/09/2015</b>	<b>Valor: 14.000,00</b>
<b>Projeto Atividade: 2015</b>	
<b>Item/Fonte:</b>	<b>Contribuições:</b>

**Histórico da finalidade:**

Auxílio financeiro para manutenção da Associação, pagamento de funcionários, tributos, bem como, materiais para a utilização em nossas atividades, a fim de suprir as suas finalidades estatutárias, conforme Convênio nº TACV15PMF0003, em 05 parcelas.

<b>DOCUMENTO</b>				
<b>NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>HISTÓRICO</b>	<b>RECEBIMENTO</b>	<b>PAGAMENTO</b>
7911	24/09/15	Depósito Prefeitura Ref. 08/2015	14.000,00	
00053	06/10/15	Cladi Ana Frozza Vescovi NF53		415,00
100605	06/10/15	Oi Móvel S.A		368,93
100604	06/10/15	Oi Móvel S.A		30,64
35536	06/10/15	Com. Atacadista Varejista Progreso Ltda NF35536		164,37
100607	06/10/15	DARF ref. 08/2014 código 0561		13,87
100608	06/10/15	DARF ref. 08/2014 código 8301		263,61
100609	06/10/15	FGTS Ref. 08/2015		2.152,75
38688	06/10/15	Hbinfo Provedor Ltda ME NF38688		149,00
5764	06/10/15	Alessio Sistemas Ltda ME NF5764		131,00
6507	06/10/15	Arco Iris Mat. Para Construção Ltda ME NF6507		117,28
4120	08/10/15	Supermercado Jota Ltda NF4120		1.646,38
4126	09/10/15	Supermercado Jota Ltda NF4126		711,75
00016	13/10/15	Clin. Médica Dra. Cleidimar C. Brandes S/S ME NF16 - ch850905		700,00
00093	13/10/15	Robson Douglas Tomazini ME NF93		500,00
1391	14/10/15	Nini Brinquedos Ltda ME NF 1391		1.783,00
4130	14/10/15	Supermercado Jota Ltda NF4130		144,85
22309	15/10/15	3/S Materiais para Escritório Ltda EPP NF22309		1.248,40
101502	15/10/15	Oi S.A		322,00
000210	19/10/15	Gladiana Pinz NF 210		198,20
101901	19/10/15	Sanefrai Ref. 10/2015		314,95
35969	21/10/15	Com. Atacadista Varejista Progreso Ltda NF35969		1.000,24
00858	22/10/15	Fármacia Sagrado Coração Ltda NF858		24,98
1558	22/10/15	Convic Comércio e Representações Ltda NF1558		60,00

58142	22/10/15	Posto Macieira Ltda NF58142		1.586,85
*	22/10/15	Contrapartida	48,05	
<b>TOTAL</b>	<b>GERAL</b>		<b>14.048,05</b>	<b>14.048,05</b>

Fraiburgo (SC), 23 de setembro de 2015

**GIZELE BAHR BUHL**

Presidente da APAE

**CÂMARA MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 16/2015**

PORTARIA Nº 16/2015

DESIGNA SERVIDORES PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DO PROCEDIMENTO INSTAURADO PELA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CPI/CMF/Nº 01/2015.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica Municipal; artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para as atividades administrativas e executivas da CPI, especialmente para secretariar, assessorar e promover notificações e intimações e apregoamento de pessoas que devam prestar declarações perante a Comissão, pelo prazo de vigência do processo:

I – PAULO ROBERTO PIRES FERREIRA – Assessor Jurídico

II – ELISANDRA TIEPO – Secretária

III – EDÉLCIO DE CARVALHO – Oficial de intimações

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 07 de agosto de 2015.

Gabinete da Presidência, 04 de novembro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

**PORTARIA Nº 17/2015**

PORTARIA Nº 17/2015

PRORROGA PRAZO DE VIGÊNCIA DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI/CMF/Nº 01/2015.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 32, inciso II, da Lei Orgânica Municipal; artigo 34, incisos II, XI, XXV do Regimento Interno da Câmara Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado por 90 (noventa) dias o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI/CMF/Nº 01/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 04 de novembro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 764/2015 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 764/2015 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HIDEKI IWASAKI, Prefeito em Exercício do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado o Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Frei Rogério com a seguinte composição:

I – Representante do Poder Executivo:

1º Titular: Mareli Gonçalves

1º Suplente: Osmar Antonio Soletti

II – Representante dos profissionais na área da Educação:

1º Titular: Lenir de Fátima Ribeiro Mello Mariot

1º Suplente: Julia de Fatima Caetano

2º Titular: Maria Ivonildes Furlan

2º Suplente: Claudia Aparecida Rinaldi Andrade

III – Representantes dos Pais de Alunos:

1º Titular: Reginaldo Braulo de Moura

1º Suplente: Sonia Mara Rinaldi Bitencourt

2º Titular: Sandra Aparecida Santiago de Souza

2º Suplente: Elizete Alberton Mazzuco

IV - Representantes das Entidades Cívis Organizadas:

1º Titular : Emerson Ribeiro

1º Suplente: Maikson Bogo

2º Titular : Reni Marcio Vaz

2º Suplente: Leonir Richter

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 04 de novembro de 2015.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito em Exercício

### **DECRETO Nº 763/2015 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 763/2015, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.13, § 4º, e art.15, da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito no orçamento da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06	Secretaria de obras e serviços públicos	
Proj./Ativ.	1.057	Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas	
	4.4.90.00.00.00.00.0.631	Aplicações Diretas	

147	Aplicações Diretas	
-----	--------------------	--

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 72.361,33 (setenta e dois mil, trezentos e sessenta e um real e trinta e três centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06	Secretaria de obras e serviços públicos	
Proj./Ativ.	1.057	Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas	
	4.4.90.00.00.00.00.0.631	Aplicações Diretas	
	147	Aplicações Diretas	R\$ 72.361,33

Art. 3º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária Especificada no artigo segundo deste decreto, o Convênio nº 2015TR 001407 no valor de R\$ 72.361,33 (Setenta e dois mil trezentos e sessenta e um real e trinta e três centavos), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a construção de 01 (uma) praça de convivência com a finalidade de proporcionar conforto e comodidade aos munícipes e visitantes que utilizarem este local diariamente..

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 30 de outubro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 762/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).**

DECRETO Nº. 762/2015, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12 inciso I, art. 13º § 2º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	PODER EXECUTIVO	VALOR R\$
Unidade:	02	Secretaria de administração e finanças	
Proj./Ativ.	2.008	Transferencias à consórcios – ciga (consórcio de informática)	
	3.3.93.00.00.00.00.0.0110	Aplicações diretas	
	25	Aplicações diretas	R\$ 4.000,00
Unidade:	02	Secretaria de administração e finanças	
Proj./Ativ.	2.009	Convênio secretaria de segurança pública	
	3.3.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações diretas	
	27	Aplicações diretas	R\$ 6.000,00
Unidade:	06	Secretaria de obras e serviços públicos	
Proj./Ativ.	1.057	Obras de urbanização – praças e calçadas	
	4.4.90.00.00.00.00.0.0110	Aplicações diretas	
	108	Aplicações diretas	R\$ 5.000,00
	TOTAL		R\$ 15.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, excesso de arrecadação na Receita 1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração De Outros depósitos de Recursos Não Vinculado, Recurso próprio no valor de R\$ 15.000,00 ( quinze mil reais), para as dotações do orçamento corrente:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 30 de outubro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### DECRETOS 2015 - 105 A 110

DECRETO Nº 205/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito suplementar no orçamento no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.034	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0036-00	28.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações na seguinte programações de despesas.

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
12.361.1201	2.034	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	01.0036-00	28.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 19 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 206/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Marcia Bordignon, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com atuação na área do ensino fundamental, junto a Escola Municipal "Arnaldo Francisco dos Santos", com início no dia 03 de novembro de 2015 e término em 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Fica ainda, reduzido 20 (vinte) horas semanais do contrato temporário da servidora Paula Caroline de Campos, ocupante do cargo temporário de professor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 207/2015**  
**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o resultado da eleição para conselheiros tutelares realizada no exercício de 2010; Considerando a não edição do Decreto de contratação da conselheira na época em questão, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a senhora Andréia de Oliveira Custódio, nomeada para ocupar o cargo de conselheiro tutelar, junto ao Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 até 28 de fevereiro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 208/2015**  
**ABRE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR - NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito adicional pelo superávit financeiro no valor de R\$ 107,35 (Cento e sete reais e trinta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.036	Manutenção da Educação Infantil	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
4490000000	Aplicações Diretas	03.0037-29	107,35

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária: superávit financeiro, exercício 2014 do recurso na fonte 03.0037

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 209/2015**  
**ABRE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR - NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito adicional pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 630,32 (Seiscentos e trinta reais e trinta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
12.365.1201	2.036	Manutenção da Educação Infantil	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0037-29	630,32

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentaria: excesso de arrecadação da receita 41325015070000, fonte 01.0037, remuneração outras receitas FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco  
Secretário de Administração

DECRETO Nº 210/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma Comissão Especial com vistas a receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao Processo que tem por objetivo a contratação de Empresa ou Entidade especializada para a elaboração de Edital e Realização/Execução de Processo Seletivo Público e Concurso Público, para cargos temporários e efetivos do Município de Galvão-SC, Processo Licitatório nº 052/2015, Edital de Tomada de Preços nº 007/2015 – Técnica e Preço, conforme segue:

- 01 – Roberval Dalla Cort
- 02 – Dilce Aparecida de Medeiros Cadore
- 03 – Sayonara Regina Dalla Cort Bitner
- 04 – Edijane Borella de Almeida
- 05 – Célio Luiz Pozzan

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de novembro de 2015.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco  
Secretário de Administração

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PROCESSO LICITATORIO 07/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 007/2015 – CARTA CONVITE Nº 001/2015

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Galvão-SC, através de seu representante legal o Sr. ROBERTO BETT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que até às 09:00 horas do dia 13 de novembro de 2015, estará recebendo, junto ao Setor de Licitações da Câmara Municipal, propostas de preços na forma de MENOR PREÇO POR ITEM, para a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS PARA MOBILIAR A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE GALVÃO, CONFORME PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO DO EDITAL. Cópia na íntegra deste Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitações da Câmara de Vereadores, sita à Av. Sete de Setembro, 854, Centro, na cidade de Galvão, estado de Santa Catarina.

Galvão/SC 30 de Outubro de 2015.

ROBERTO BETT  
Presidente da Câmara de Vereadores

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 216/2015

DECRETO N.º 216, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 162.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	122.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	115.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	115.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	7.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	20.000,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	20.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	20.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	20.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	122.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	115.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	115.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	7.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	20.000,00
23695512.063 - Func. E Manutenção do Setor Turístico	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	20.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/11/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 217/2015**

DECRETO N.º 217, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 150.932,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 150.932,00 (cento e cinquenta mil, novecentos e trinta e dois reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	150.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	150.000,00
3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	150.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	932,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-estrutura	932,00
3.3.90.0.3.16.000000 - Aplicações Diretas	932,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 150.932,00 (cento e cinquenta mil, novecentos e trinta e dois reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/11/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 218/2015**

DECRETO N.º 218, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 64.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	57.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	50.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	7.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	7.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	7.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/11/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

# Garuva

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PUBLICA Nº 07/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2015

A audiência pública tem por finalidade, além de atender disposições legais, realizar discussão do Plano de Saneamento Básico do Município de Garuva – SC.

Diante do exposto, faz-se o CHAMAMENTO para a audiência pública que será realizada conforme cronograma:

DATA	HORA	LOCAL
20/11/2015	19 horas	Câmara Municipal de Garuva – Centro

CONVIDAMOS a população em geral, os representantes de entidades governamentais, não governamentais, setoriais, comunitárias e outras devidamente constituídas, para exercer seu direito de opinar sobre esse assunto e participar do debate.

A íntegra da apresentação do projeto e demais informações estarão disponíveis a partir do dia 16/11/2015 no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 04 de novembro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO PMG Nº 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 64/2014 - Aditivo 3

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 028/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Say Muller Serviços LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa especializada em serviços de Engenharia Sanitária, para a execução de Coleta, transporte e destinação final em Aterro Sanitário Licenciado, de resíduos sólidos compactáveis domiciliares e comerciais, produzidos no Município de Garuva, de acordo com o Memorial descritivo anexo.

VIGÊNCIA: 04/11/2014 a 03/11/2016

PRAZO ADITIVO: 12 (doze) meses

PRAZO TOTAL: 24 (vinte e quatro) meses

VALOR DO ADITIVO: R\$ 1.332.828,00 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais)

VALOR TOTAL: R\$ 2.594.087,70 (dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil oitenta e sete reais e setenta centavos)

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2015

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 168/2015

PORTARIA Nº. 168, de 27 de outubro de 2015

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2550/2015;

CONSIDERANDO, Comunicação Interna n.º SME 265/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas da servidora ELISANE WINHAR PEREIRA ZAGO, professor nível II, na Escola Municipal Vicente Vieira, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 04 de fevereiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 169/2015

PORTARIA Nº. 169, de 27 de outubro de 2015

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2775/2015;

CONSIDERANDO, Comunicação Interna n.º SME 267/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 E 45/09 DE 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária semanal de 10 horas para 20 horas do servidor JEAN PETER CAMPIGOTO, professor nível III, na Escola Municipal Ernesto Alberto Hattenhauer, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 04 de fevereiro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 002/2015 - CHAMADA PÚBLICA DO FIA

EDITAL Nº 002/2015 – CMDCA

CHAMADA PÚBLICA DO FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR / SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de GASPAR – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 1.432, de 24 de maio de 1993, torna público o lançamento do presente edital e convoca as entidades inscritas neste Conselho ou no Conselho de sua cidade sede, para a apresentação de projetos para captação de recursos, através do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar, nos termos e condições estabelecidas neste documento.

#### DO OBJETO

Art. 1º O presente edital tem por objeto a seleção de projetos de cunho social, complementares ou inovadores a serem financiados com os recursos captados pelo Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do CONANDA.

Art. 2º O processo destina-se a análise e seleção de Projetos de organizações Governamentais e Não-Governamentais (entidades) que poderão ser financiados pelo saldo remanescente do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar no valor total de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

§ 1º Os projetos devem estar em consonância com as políticas públicas da criança e do adolescente de Gaspar, bem como as necessidades detectadas a partir do levantamento de demandas realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar, no mês de julho de 2015, junto às entidades de atendimento a criança e o adolescente de Gaspar.

§ 2º Para os fins deste Edital, entende-se por projeto o conjunto de ações que abranjam programas de promoção, proteção e de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes, assim como, programas para cumprimento de medidas socioeducativas a serem desenvolvidas por um período de até 12 meses, conforme a Resolução nº 18/2015 do CMDCA, tendo como público alvo, crianças e adolescentes Gasparenses.

§ 3º Somente poderão ser inscritos projetos de entidades com registro válido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência – CMDCA de GASPAR – SC ou com registro válido no CMDCA da cidade sede na entidade.

Art. 3º O Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar é vinculado ao CMDCA de Gaspar, órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir o Fundo, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8.069/1990.

§ 1º A manutenção do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar está vinculada ao CMDCA de Gaspar e é diretriz da política de atendimento, prevista no inciso IV do art. 88, da lei nº 8.069/1990.

§ 2º O Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar é constituído em fundo especial, criado e mantido pela Lei Municipal nº 1.432/93 com recursos do Poder Público e de outras fontes.

Art. 4º Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos representados no CMDCA de Gaspar figurem como beneficiários dos recursos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar, os mesmos não deverão participar da Comissão Especial de Avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

Art. 5º Os recursos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar utilizados para o financiamento de projetos desenvolvidos por organizações governamentais ou não-governamentais estão sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo Municipal e ao CMDCA, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo Municipal, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público Estadual.

Art. 6º A celebração de convênios com os recursos do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar para a execução de projetos ou a realização de eventos deve-se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito do município.

Art. 7º Os projetos submetidos a presente seleção deverão indicar entre os eixos abaixo discriminados.

#### 1. DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

I. Projetos voltados, a prevenção de violência e exploração sexual, violência doméstica e ao abuso de substâncias psicotrópicas e patologias, à crianças e adolescentes.

II. Projetos voltados à prevenção da tuberculose, hepatites, DST/AIDS.

III. Projetos voltados à prevenção da sexualidade e gravidez na adolescência.

IV. Projetos que qualifiquem e humanizem o atendimento nos serviços de saúde.

#### 2. DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

I. Projetos de disseminação e de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, da Lei Menino Bernardo - Lei 13.010/2014 e outras normativas legais que estejam relacionadas à preservação da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral de crianças e adolescentes.

#### 3. DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

I. Projetos que potencializem ações de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários;

II. Atendimento a adolescentes egressos de medida de privação de liberdade (internação e semiliberdade) e que cumpram medidas socioeducativas em meio aberto, excepcionalmente até 21 anos principalmente aqueles relacionados à profissionalização e ao esporte;

III. Projetos que visem à divulgação de práticas exitosas no atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de violência ou risco social e que sirvam de exemplos para a prevenção ao ato infracional ou possam ser consideradas como ações restaurativas.

#### 4. DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

I. Projetos de educação ambiental e/ou formação de jovens agentes ambientais;

II. Projetos que desenvolvam ações de inclusão social para crianças e adolescentes com deficiências.

III. Projetos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção do esporte, cultura e lazer com foco na inclusão social e ações preventivas.

IV. Projetos de (dança, artes, brincadeiras, teatro dentre outros)

que possibilitem a convivência familiar e comunitária, nos territórios de vulnerabilidade social.

## 5. DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO

I. Projetos voltados à formação e/ou qualificação profissional do adolescente – apoio à entrada no mercado de trabalho e geração de renda.

II. Projetos que propiciem a aprendizagem com base na lei do Aprendiz nº 10.097/00, que permitam a formação técnica profissional e metódica de jovens de 14 a 18 anos incompletos, dentro dos princípios da proteção integral do adolescente garantido pela legislação brasileira.

III. Ações voltadas ao apoio/suporte e permanência desses jovens adolescentes nas qualificações do PRONATEC, com financiamento de ações que não estejam já previstas no escopo das regras do PRONATEC.

Parágrafo Único: Para fins deste Edital, serão aprovados 05 (cinco) projetos, no valor máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada projeto.

Art. 8º Os projetos deverão ser protocolados no período de 10 de novembro de 2015 a 17 de dezembro de 2015 na Assessoria dos Conselhos, sito Avenida das Comunidades, 133–Bairro Centro – Gaspar/SC – CEP: 89.1100-000, de segunda à sexta-feira das 08h00min às 17h00min.

Parágrafo Único – O encaminhamento de projetos pelas organizações interessadas será feito mediante ofício/correspondência ao CMDCA, anexando os documentos (anexo I da Resolução Nº 18/2015 CMDCA), o Plano de Trabalho e o Projeto conforme (anexo II e III da Resolução Nº 18/2015 CMDCA).

Art. 9º A análise dos projetos será efetuada pela Comissão Especial de Análise de Projetos (Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar/CMDCA), que será nomeada através de decreto.

§ 1º A Comissão Especial de Análise de Projetos apresentará ao CMDCA parecer sobre cada proposta apresentada, sendo este submetido à aprovação em plenária do CMDCA o qual anunciará os projetos selecionados.

§ 2º A relação dos projetos aprovados será publicada no Diário Oficial dos Municípios.

§ 3º É responsabilidade das organizações interessadas no financiamento de suas propostas acompanhar as notícias veiculadas pelo CMDCA através do site da prefeitura

Art. 10. Os recursos não utilizados serão reincorporados ao saldo remanescente do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar para serem utilizados posteriormente, em novo edital.

Art. 11. Os projetos/instituições contempladas receberão a importância a eles destinados de acordo com o cronograma de desembolso de cada um (plano de trabalho), ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

Art. 12. Para avaliação das propostas apresentadas, a Comissão Especial de Análise de Projetos observará os seguintes critérios:

I. Estar em consonância com os princípios e diretrizes previstos na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

II. Estar em consonância com a Resolução do CONANDA nº 137/2010;

III. Estar em consonância com a Resolução 18/2015 CMDCA- Gaspar, que determina as diretrizes do processo de apresentação de projetos;

IV. Estar em consonância com o disposto neste Edital;

Parágrafo Único – Como critério de desempate será utilizado os Incisos do art. 12º da resolução nº 18/2015 na ordem em que se encontram.

Art. 13. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas junto a Secretaria de Desenvolvimento Social na Assessoria dos Conselhos, sito Avenida das Comunidades, 133 – Bairro Centro

– Gaspar/SC – CEP: 89.110-000, de segunda-feira à sexta-feira das 08h00min às 17h00min, até sessenta dias após a conclusão da liberação de cada parcela, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionado à aprovação da prestação de contas da penúltima parcela.

§ 1º A prestação de contas será analisada pela CMDCA através da Comissão de Orçamentos, Finanças e Acompanhamento, que poderão sem aviso prévio, e a qualquer tempo fazer diligências ou solicitar informações para verificar a execução do projeto.

§ 2º A prestação de contas será conforme Instrução Normativa n.º 014, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei nº 8.666/1993 e Resolução nº 18/2015 do CMDCA de Gaspar, além de instruções emitidas pela controladoria da Prefeitura de Gaspar.

Art. 14. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar é obrigatória a referência ao CMDCA de Gaspar e ao FIA como fonte pública de financiamento.

Art. 15. A presente Chamada Pública obedecerá ao seguinte cronograma:

ETAPAS	PRAZO
a) Publicação no DOM (Diário Oficial dos Municípios) e site do município	04 de novembro de 2015
b) Prazo para impugnação do Edital	05 e 06 de novembro de 2015
c) Prazo para apresentação das Propostas, com atendimento do edital e dos requisitos legais que habilitem os proponentes junto à concedente.	10 de novembro a 17 de dezembro de 2015
d) Capacitação para as entidades governamentais e não governamentais sobre o processo de elaboração de projetos.	02 de dezembro de 2015
e) Prazo para análise das propostas enviadas	25 a 29 de janeiro de 2016
f) Prazo para ajustes e complementação de documentação	01 e 02 de fevereiro de 2016
g) Deliberação dos projetos pela Plenária do CMDCA	05 de fevereiro de 2016
h) Divulgação do resultado preliminar	06 de fevereiro de 2016
i) Prazo para recurso	8 a 11 de fevereiro de 2016
j) Divulgação do resultado final	17 de fevereiro de 2016
k) Assinatura do termo de aceite do convênio/subvenção	Até 02 de março de 2016

Parágrafo Único – O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação da entidade ou órgão governamental que tenha se candidatado com projetos a serem financiados pelo Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente de Gaspar.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela plenária do CMDCA.

Art. 17. Este Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Gaspar, 03 de novembro de 2015.

Cleber Sabel

Presidente Interino do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Gaspar/SC

**PORTARIA Nº 3.830, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº 3.830, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

APLICA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR RICARDO SGANZERLA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 171, inciso III da Lei Municipal nº. 1.305/1991, com fulcro no art. 157, I da mesma lei, em conformidade com o Julgamento Administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2013, instaurado pela Portaria nº 3.195, de 23 de setembro de 2013.

**RESOLVE**

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência ao servidor público municipal RICARDO SGANZERLA, matrícula nº 1754, ocupante do cargo efetivo de Dentista, por transgressão aos artigos 147, inciso I e 146, inciso X, ambos da Lei Municipal nº 1.305/1991, uma vez que restou comprovado que o servidor ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos realize os devidos registros funcionais e adote as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

**REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU**

REGIMENTO INTERNO DO  
CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU  
CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU  
- E SUA FINALIDADE

Art. 1º O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS - CEU - é um equipamento público estatal, instalado em áreas de vulnerabilidade social, que integra atividades socioculturais, socioassistenciais, recreativas, esportivas, de formação e de qualificação.

Art. 2º O CEU visa à integração das políticas nacionais, estaduais e municipais de cultura, esporte, assistência social, justiça e trabalho e emprego, a fim de oferecer serviços públicos dos seus respectivos sistemas nacionais, na medida de sua consolidação e da adesão por parte dos entes federados.

Art. 3º O CEU é composto de espaços que têm como objetivo potencializar a intersetorialidade das políticas públicas implementadas no município, com vistas ao desenvolvimento de ações articuladas de natureza cultural, recreativa, socioeducativa, esportiva, socioassistencial, tecnológica e de qualificação profissional.

Art. 4º O CEU é mantido pela Prefeitura Municipal de Gaspar, e reger-se-á por este Regimento e pelos dispositivos legais ou regulamentares que lhe forem aplicados.

**CAPÍTULO II**  
**DA GESTÃO DO EQUIPAMENTO**

Art. 5º A gestão do CEU será feita de forma compartilhada, a partir da constituição de Grupo Gestor com poder deliberativo e mandato bianual.

Art. 6º O Grupo Gestor será composto paritariamente por membros da sociedade civil organizada, comunidade do entorno do CEU e poder público do município.

Art. 7º O Grupo Gestor será instituído e regido por Estatuto próprio.

**CAPÍTULO III****DO FUNCIONAMENTO DO CEU**

Art. 8º O CEU funcionará de domingo a sexta-feira das 06h00 às 22h00 e aos sábados das 06h00 às 00h00.

Parágrafo único: O horário de funcionamento deve ser condizente com a disponibilidade da população em utilizar o equipamento, incluindo a população de trabalhadores e estudantes com disponibilidade para frequentar o equipamento em horários noturnos ou em fins de semana.

Art. 9º Qualquer pessoa pode ter acesso e circular pelo CEU durante seu horário de funcionamento, respeitando a natureza dos espaços e equipamentos e as atividades realizadas.

**CAPÍTULO IV****DA TRANSPARÊNCIA E DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Art. 10º As informações sobre a gestão do CEU, recursos orçamentários, quadro de funcionários, documento de constituição do Grupo Gestor e atas de reuniões deliberativas e assembleias realizadas pelo Grupo Gestor ficarão disponíveis para consulta pública.

Art. 11º A programação do CEU, com informações sobre eventos, cursos e atividades a serem realizadas, deve ser amplamente divulgada para a comunidade local, ficando afixada em locais de fácil visualização dentro do CEU e no site do município, se houver.

**CAPÍTULO V****DAS ATIVIDADES**

Art. 12º As atividades do CEU serão abertas ao público e gratuitas.  
§ 1º Poderá haver mecanismos como lista de inscrição, lista de espera ou sorteio para selecionar os participantes que integrarão as atividades, caso haja mais interessados que a quantidade de vagas ofertadas.

§ 2º Poderá haver venda de alimentos e produtos no CEU em caso de eventos como feiras, shows e festas, sendo vetada a cobrança de entrada em tais eventos.

§ 3º Poderá haver o custeio de material didático e outros materiais necessários para a realização de cursos, oficinas e outros.

**CAPÍTULO VI****DOS ESPAÇOS**

Art. 13º Os espaços do CEU são de acesso público e de uso comunitário, destinados a atividades específicas, de acordo com sua natureza:

I) Cineteatro: Espaço destinado à exibição de filmes, ensaios e apresentações teatrais e musicais, bem como para a realização de encontros, reuniões, cursos de capacitação e oficinas. Dentre as ações e atividades previstas incluem-se a exibição dos acervos do Laboratório Multimídia, Biblioteca, cineclubes e outras produções locais;

II) Biblioteca: Espaço destinado ao atendimento, por meio do seu acervo, áreas e serviços, dos diferentes interesses de leitura e informação da comunidade, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e à cultura;

III) Laboratório Multimídia (Telecentro): Espaço para promoção da inclusão digital, realizada por meio de cursos e treinamentos com uso de computador e internet, bem como com o uso livre em horários que não estejam sendo realizadas atividades de formação. Dentre as ações e atividades previstas incluem-se a leitura de documentos digitais e em outros formatos, a criação de ambientes virtuais de comunicação e a universalização de coleções que compõem o patrimônio cultural local;

IV) Sala Multiuso: Espaço destinado à realização de encontros, reuniões, oficinas, cursos de capacitação, ensaios e apresentações teatrais e musicais, não sendo permitida a realização de atividades particulares;

V) CRAS: Espaço da unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social que oferece serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VI) Quadra poliesportiva: Espaço destinado à aula e à prática esportiva, bem como ao uso livre em horários que não estejam sendo realizadas atividades programadas;

VII) Pista de skate: Pista destinada à prática de skate, patinação e práticas esportivas afins;

VIII) Pista de caminhada: Espaço destinado à caminhada e práticas de atletismo;

IX) Parquinho: Espaço destinado à recreação infantil; e

X) Áreas externas de uso comum: Espaços destinados à convivência dos usuários do CEU.

Parágrafo Único: Os espaços do CEU poderão comportar ações e atividades complementares, além das atividades específicas de acordo com suas naturezas, desde que estas estejam integradas aos seus distintos espaços e às políticas públicas a eles direcionadas.

#### CAPÍTULO VII DOS USUÁRIOS

Art. 14º Os usuários do CEU, ou público a ser atendido pelo CEU, compreendem prioritariamente a comunidade local.

Art. 15º São direitos dos usuários do CEU:

I) Acesso ao equipamento em seus horários de funcionamento;

II) Acesso à informação sobre gestão do equipamento; e

III) Participação nas atividades programadas.

Art. 16º São deveres dos usuários do CEU:

I) Zelar, juntamente com o Grupo Gestor, pelo uso apropriado do equipamento; e

II) Acompanhar a administração do Grupo Gestor, manifestando demandas da comunidade, apoiando a realização de atividades programadas e propondo novas atividades.

#### CAPÍTULO VIII NORMAS DE CONVIVÊNCIA

Art. 17º – Em consonância com o art. 49 da Lei Federal nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, é proibido o uso de cigarros, cigarilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público.

Art. 18º – É solicitado aos usuários que não façam uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, cujos componentes

possam causar dependência física ou psíquica, nas dependências do Centro de Artes e Esportes Unificados.

Art. 19º – Em conformidade com o art. 163, do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), é proibido destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

Art. 20º – Esta Previsto na lei municipal nº 3397 de 20 de dezembro de 2011 artigos 67 a 70 o controle da emissão de ruídos para garantir o sossego e bem estar da população, conforme normas da NBR 10.151 e 10.152, com a aplicação de multa que vai de 10 a 100 UFM.

#### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21º Os casos omissos neste Regimento serão deliberados pelo Grupo Gestor mediante reuniões ou assembleias, e promulgados por portarias, comunicados ou instruções complementares, quando necessário.

Art. 22º Este Regimento, devidamente aprovado pelo Grupo Gestor, entrará em vigor na data de sua publicação, nos termos da ATA DA ASSEMBLEIA GERAL de 04 de março de 2015.

Alessandro Müller Rodrigues  
Alex Molina da Silva  
Alvino Cesar Dagnoni  
Amauri Bornhausen  
Andreia Dias Müller  
Braz Palma  
Cristiane Springer Rodrigues  
Dalton Israel  
Daniel Fernandes dos Reis  
Doriana Maria Stiz Beduschi  
Edno Antônio da Silva  
Elisângela da Fonseca Alves  
Jocenira das Graças de Oliveira Waltrick  
José Gabriel Correa  
Laide Vitorino  
Lauro Romário  
Maria Helena Palma  
Moacir Szczygel  
Nivaldo Bertoldi  
Rafael Orlando de Oliveira  
Rosane Zuchi Adão  
Vicente de Paula de Souza

### SAMAE - GASPAR

#### PORTARIA N. 83 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA N. 83 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º – Nomear a partir do dia 03 de novembro de 2015, MÁRIO CLÉSIO JERÔNIMO, no cargo de Encanador/Motorista, haja vista decisão judicial, proferida em sede de liminar, nos autos do procedimento judicial autuado sob nº. 0300384-44.2015.8.24.0025, em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Gaspar, Estado de SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 03 de novembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor Presidente

# Grão Pará

## PREFEITURA

### **EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2016** COMUNICADO

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, em cumprimento com o disposto no Artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº 1359/2005, COMUNICA, às entidades civis e organizadas e à população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 14h, do dia 12 de novembro de 2015, no Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, com o objetivo de definir metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas, para a inclusão na LOA – Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2016. Por este ato, ficam, as entidades civis e organizadas do Município, notificadas a indicarem representantes até o dia 09 de outubro de 2015.

Grão-Pará/ SC, 04 de novembro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 42.2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

PROCESSO Nº 42/2015 HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA

SC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

DESTINADOS AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE DE GUARACIABA/SC PARA O ANO DE 2015.

-----  
CONTRATADO: DENTARIA E CIRURGICA MERCOSUL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 322,00 (trezentos e vinte e dois reais)

-----  
CONTRATADO: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E  
HOSPITALARES

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.407,00 (três mil quatrocentos e sete  
reais)

-----  
CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.173,15 (dois mil cento e setenta e três  
reais e quinze centavos)

-----  
CONTRATADO: VANUSA DIAS EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.304,15 (um mil trezentos e quatro reais  
e quinze centavos)

-----  
CONTRATADO: ODONTOSUL LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.207,00 (quatro mil duzentos e sete  
reais)

-----  
CONTRATADO: POSSATTO & MARCELLO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 349,50 (trezentos e quarenta e nove reais  
e cinquenta centavos)

-----  
CONTRATADO: ROMALDO PEDRO MALDANER 06543804904

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.846,50 (três mil oitocentos e quarenta e  
seis reais e cinquenta centavos)

=====

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 573/2015

DECRETO Nº. 573/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2159 – Vigilância em Saúde – Agente de Endemias

3319000000000000 – Aplicações Diretas

33816 ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2159 – Vigilância em Saúde – Agente de Endemias

3339000000000000 – Aplicações Diretas

33816 ..... R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de novembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DE ATA Nº 17/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 31/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, 155, Centro – Guaramirim/SC.

Fornecedor: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.800.317/0001-09, estabelecida na Rua Tupy nº 1723, Nova Brasília, em Joinville /SC.

Vigência: Início: 27/10/2015 Término: 26/10/2016.

Empresa: 203920 - COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		CNPJ: 03.800.317/0001-09		
Item	Descrição	Quantidade Registrada (Unidade)	Preço Unitário Registrado	Preço Total Registrado
1	TIRA TESTE GLICOSE COM CAPACIDADE DE MEDIÇÃO ENTRE 10 A 600MG/DL COM TECNOLOGIA DE GLICOSE DESIDROGENASE QUE MEÇA POR TECNOLOGIA DE AMPEROMETRIA, COM CHIP DE CODIFICAÇÃO DO LOTE DE TIRAS, QUE MEÇA SANGUE TOTAL CAPILAR E NEONATO. A EMBALAGEM DEVERÁ SER INDIVIDUAL PARA MANTER A INTEGRIDADE DO PRODUTO, PROTEÇÃO CONTRA FATORES AMBIENTAIS, CONTAMINAÇÕES E DISPENSAÇÃO UNITÁRIA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER APARELHOS DE GLICOSÍMETROS COMPATÍVEIS COM AS FITAS, EM REGIME DE COMODATO, ESTES APARELHOS LEITORES DEVERÃO SER NOVOS, EM PERFEITO FUNCIONAMENTO, ACOMPANHADOS DE PILHAS E/OU BATERIAS. DEVERÁ REPOR OS APARELHOS QUE APRESENTAREM QUALQUER PROBLEMA DE FUNCIONAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE 48H APÓS A RECLAMAÇÃO.	100.000	R\$ 0,91	R\$ 91.000,00

Guaramirim (SC), 28 de outubro de 2015.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA Nº 18/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 31/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, 155, Centro – Guaramirim/SC.

Fornecedor: DISQUEMED DISTRIBUIDORA PRODUTO HOSPITALAR, inscrita no CNPJ sob o nº 01.306.465/0001-38, estabelecida na Rua Américo Vespúcio, nº 995, Nova Brasília, em Joinville /SC.

Vigência: Início: 27/10/2015 Término: 26/10/2016.

Empresa: 218561 - DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA		CNPJ: 01.306.465/0001-38		
Item	Descrição	Quantidade Registrada (Unidade)	Preço Unitário Registrado	Preço Total Registrado
2	LANCETA PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, AGULHA DE CALIBRE 25GX1,5MM, RETRÁTIL, ESTÉRIL POR RADIAÇÃO GAMA, DESCARTÁVEL COM AGULHA SILICONIZADA, PONTA TRI FACETADA E DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA QUE NÃO NECESSITE DE CANETA LANCETADORA E QUE ATENDA A NR32, O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES, DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 200 UNIDADES, ACOMPANHADO DE BULA ORIGINAL.	100.000	R\$ 0,29	R\$ 29.000,00

Guaramirim (SC), 28 de outubro de 2015.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA Nº 19/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 31/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, 155, Centro – Guaramirim/SC.

Fornecedor: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 11.101.480/0001-01, estabelecida na Rua das Carmelitas, nº 634, bairro Vila Hauer, em Curitiba/PR.

Vigência: Início: 27/10/2015 Término: 26/10/2016.

Valor total: R\$ 37.900,00 (trinta e sete mil e novecentos reais)

Empresa: 410829 - EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA		CNPJ: 11.101.480/0001-01		
Item	Descrição	Qdade Registrada (Unidade)	Preço Unitário Registrado	Preço Total Registrado
3	SERINGAS DESCARTÁVEIS COM AGULHA FIXA DE USO ÚNICO PARA INSULINA U-100. AGULHA CURTA 8,0 X 0,3MM. VOLUME NOMINAL:1ML/1CC, INTERVALO DA ESCALAS DE 2 EM 2 UNIDADES. ESTÉREIS, ATÓXICAS, APIROGENICAS, LIVRE DE LATEX.RESIDUAL DE INSULINA ZERO, AUSÊNCIA DE PERDA DE MEDICAMENTOS (SEM QUE HAJA PERDA MÍNIMA DE MEDICAMENTOS) E BISEL TRIFACETADO. QUE ATENDA OS REQUISITOS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E NORMATIVOS DA NBR 14-352. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 UNIDADES.	10.000	R\$ 0,29	R\$ 2.900,00

4	SERINGAS DESCARTÁVEIS COM AGULHA FIXA DE USO ÚNICO PARA INSULINA U-50. AGULHA CURTA 8,0 X 0,3MM. VOLUME NOMINAL: 0,5ML/0,5CC, INTERVALO DAS ESCALAS DE 1 EM 1 UNIDADE. ESTÉREIS, ATÓXICAS, APIROGÊNICAS, LIVRE DE LATEX. RESIDUAL DE INSULINA ZERO, AUSÊNCIA DE PERDA DE MEDICAMENTOS (SEM QUE HAJA PERDA MÍNIMA DE MEDICAMENTOS) E BISEL TRIFACETADO. QUE ATENDA OS REQUISITOS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E NORMATIVOS DA NBR 14-352. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 UNIDADES.	75.000	R\$ 0,35	R\$ 26.250,00
5	SERINGAS DESCARTÁVEIS COM AGULHA FIXA DE USO ÚNICO PARA INSULINA U-50. AGULHA CURTA 8,0 X 0,3MM. VOLUME NOMINAL: 0,5ML/0,5CC, INTERVALO DAS ESCALAS DE 1 EM 1 UNIDADE. ESTÉREIS, ATÓXICAS, APIROGÊNICAS, LIVRE DE LATEX. RESIDUAL DE INSULINA ZERO, AUSÊNCIA DE PERDA DE MEDICAMENTOS (SEM QUE HAJA PERDA MÍNIMA DE MEDICAMENTOS) E BISEL TRIFACETADO. QUE ATENDA OS REQUISITOS DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E NORMATIVOS DA NBR 14-352. O PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DEVE SER DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM COM NO MÁXIMO 100 UNIDADES.	25.000	R\$ 0,35	R\$ 8.750,00

Guaramirim (SC), 28 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2013 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 32/2013 – PMG.

Dispensa de Licitação: 74/2013 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de Imóvel localizado na Rua José Dequech, nº 50, Centro Guaramirim, SC, para instalação do SENAI.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: CONSTRUTORA FELIPE LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.249.330/0001-92, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 1.120, Andar 01, Centro, Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original, considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 9.000,00 (nove mil reais), pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período enquanto permanecer a mencionada situação do Decreto nº 558/2015.

b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 20/10/2015

GUARAMIRIM (SC), 20/10/2015

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2012 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 102/2012 – PMG.

Dispensa de Licitação: 48/2012 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de Imóvel localizado na Rua Gerônimo Correa, 399, Centro, para atender a necessidade de instalação do Almoxarifado Central.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: VLJ Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 14.979.112/0001-40, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 1.939, Centro, Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original, considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 4.664,00 (quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado

pelo mesmo período enquanto permanecer a mencionada situação do Decreto nº 558/2015.  
b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 27/10/2015

GUARAMIRIM (SC), 27/10/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2013 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 05/2013 – FMS.  
Dispensa de Licitação: 08/2013 – FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de Imóvel para as instalações do Ambulatório Municipal de Especialidades, situado na Rua João Batista Olinger, nº 51, bairro Centro no Município de Guaramirim.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Alfredo Rauzis, com endereço na Rua Ervino Hanemman, 288, Avaí, Município de Guaramirim, CPF nº 103.962.509-63.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 06 (seis) meses.

Data da Assinatura: 26/09/2015 Vigência 29/02/2016.

GUARAMIRIM (SC), 26/09/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2013 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 32/2013 – PMG.  
Dispensa de Licitação: 74/2013 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de Imóvel localizado na Rua José Dequech, nº 50, Centro Guaramirim, SC, para instalação do SENAI.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: CONSTRUTORA FELIPE LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob nº 15.249.330/0001-92, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 1.120, Andar 01, Centro, Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02/10/2015 e 01/10/2016;

b) reajustar o valor anual com base no INPC para: R\$ 126.516,00 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e dezesseis reais).

Data da Assinatura: 01/10/2015 Vigência 01/10/2016.

GUARAMIRIM (SC), 01/10/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2012 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 102/2012 – PMG.  
Dispensa de Licitação: 48/2012 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de Imóvel localizado na Rua Gerônimo Correa, 399, Centro, para atender a necessidade de instalação do Almoxarifado Central.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Cultural de Guaramirim.

Contratada: VLJ Empreendimentos Imobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 14.979.112/0001-40, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 1.939, Centro, Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02/10/2015 e 01/10/2016;
- b) reajustar o valor anual com base no IGPM para: R\$ 60.758,88 (sessenta mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 30/09/2015 Vigência 01/10/2016.

GUARAMIRIM (SC), 30/09/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 002/2013-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 002/2013 – FMS.

Processo Licitatório: 01/2013 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação do imóvel para instalação do Posto de Saúde do Bairro Guamiranga.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Henrique Friedmann, n.º 155, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Cultural de Guaramirim.

Contratada: Lenir Hornburg Wagner, devidamente inscrita no CPF nº 532.291.009-30 e RG 1.584.705, com endereço na Estrada Bananal, nº 5760, Guamiranga, Guaramirim – SC.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original, considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o total de R\$ 6.000,00 (dezoito mil reais), pelo período de 6 (seis) meses.
- b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 20/10/2015 Vigência 02/01/2016.

GUARAMIRIM (SC), 04/11/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 45/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 45/2014 –PMG.

Processo Licitatório: 84/2014 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação do imóvel para instalação do Conselho Tutelar e Fundação do Meio Ambiente, localizado na Rua Agostinho Valentim do Rosário, nº 117, Centro, Guaramirim- SC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Cultural de Guaramirim.

Contratada: ANTONIO GERALDO DOS SANTOS inscrito no CPF sob nº 559.805.979/72, com endereço na Rua Agostinho Valentim Rosário, nº 117, Centro Município de Guaramirim, SC.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original, considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo o total para R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), pelo período de 6 (seis) meses.
- b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 20/10/2015 Vigência 10/08/2016.

GUARAMIRIM (SC), 04/11/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 58/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 58/2014 –PMG.

Processo Licitatório: 102/2014 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação do imóvel LOCALIZADO NA Rua João Francisco Lyra, nº 111, Bairro Amizade, Guaramirim, SC, para instalação da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Cultural de Guaramirim.

Contratada: AVIC PARTICIPAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 73.399.696/0001-49, com sede na Rua Presidente Epitacio Pessoa, nº 933, Centro Município de Jaragua do Sul, SC.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original, considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 8.580,00 (oito mil e quinhentos e oitenta reais), perfazendo o total para R\$ 34.320,00 (trinta e quatro mil e trezentos e vinte reais), pelo período de 4 (quatro) meses.
- b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 20/10/2015 Vigência 10/03/2016.

GUARAMIRIM (SC), 04/11/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO SEXTO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 03/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 03/2013 –FMS**

Dispensa de Licitação: 06/2013 – FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação do Imóvel para as instalações de Posto de Saúde do Bairro Imigrantes, localizado na Rodovia BR280, Km 59, nº 16060, bairro Imigrantes no município de Guaramirim.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim.

Contratada: MIRACI SABINO LENFERS, inscrita no CPF sob nº 018.968.679-01, residente na Rodovia BR280, Km 59, nº 16060, Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original, considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 1.000,00 (um mil reais), pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período enquanto permanecer a mencionada situação do Decreto nº 558/2015.

b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 20/10/2015 Vigência: 31/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 04/11/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 01/SMI**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

**JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS nº. 01/SMI**

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, em especial aquisição de tampas para túmulos, porque a Prefeitura Municipal está sem estoque, e esse material é imprescindível para efetuar os sepultamentos no Cemitério para fechamento do túmulo. O fornecedor condicionou a entrega do material, mediante quitação do débito em aberto, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

Fornecedor	NF	Emissão	Valor	Vencimento
Fábrica de Artefatos de Cimento Irmão VicenziLtda	107	25/09/2015	1.680,00	25/10/2015

Guaramirim, 03 de novembro de 2015

Diogo Junckes  
Secretário Municipal da Infraestrutura

**PORTARIA Nº. 647/2015**

PORTARIA Nº. 647/2015

Aprova Allis Karina Machovsky no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Allis Karina Machovsky, na função de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 02 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de novembro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 648/2015**

PORTARIA Nº. 648/2015

Aprova Anadir Sibowicz no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Anadir Sibowicz, na função de Merendeira, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 11 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de novembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 649/2015**

PORTARIA Nº. 649/2015

Aprova Rodrigo Deretti no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Rodrigo Deretti, na função de Analista de Sistemas, vinculado à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de novembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 652/2015**

PORTARIA Nº. 652/2015

Concede licença sem vencimentos para Felipe Côrte Real de Camargo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o servidor usufruirá de uma bolsa de estudos da CAPES;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença sem vencimentos para Felipe Côrte Real de Camargo, na função de Historiador, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 03 de novembro de 2015, pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 2452\_2015

Lei nº 2.452/2015.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e contém outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir no exercício de 2015, a importância de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), à APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 80.632.540/0001-27, com sede a Rua Dulce Schmidt Kuhn, nº 95, nesta cidade, destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias, especialmente àquelas voltadas à manutenção da Escola Especial “Caminho Aberto”.

Art. 2º Os recursos serão repassados de acordo com a disponibilidade financeira no exercício de 2015, sendo obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do município.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio da parcela seguinte e na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;

II - balancete Modelo conforme padrão;

III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV - fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em  
04 de Novembro de 2015 - 64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.  
Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 2453\_2015

Lei Municipal nº 2.453/2015

Estabelece a Política Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura no âmbito do Município de Guarujá do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece a Política Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura no âmbito do Município de Guarujá do Sul, cujos objetivos gerais são os seguintes:

I - Estimular a permanência do homem no campo;

II - Promover o crescimento econômico do Município por meio:

a) da geração de renda na atividade agrícola;

b) da agregação de valor à produção leiteira;

c) da capacitação técnica dos produtores e de suas famílias com vista a melhorar os índices de produtividade; e

d) da sustentabilidade ambiental da atividade agrícola e da produção de leite.

III - Aumentar os valores do movimento econômico com o objetivo de ampliar o índice de participação do Município na distribuição constitucional da arrecadação do imposto estadual instituído sobre a circulação de mercadorias e prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS;

IV - Vincular a regularização fiscal da produção agrícola e agropecuária aos benefícios da política municipal de realização de serviços com equipamentos públicos ou terceirizados, na propriedade rural; e

V - Estimular e organizar a circulação intramunicipal da produção de leite objetivando agregar valor econômico à produção no processo de industrialização e garantir a oferta de matéria-prima para a indústria local.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a coordenação e implementação das ações previstas na presente lei, tendo como recursos destinados ao atendimento das despesas oriundas da execução da presente lei, as constantes no orçamento municipal da Secretaria a cada ano financeiro em conformidade com as normas constitucionais e legais em vigência.

Art. 2º São objetivos específicos do programa:

I - Estimular a produção de leite a pasto;

II - Aprimorar geneticamente o rebanho leiteiro;

III - Capacitar tecnicamente os produtores de leite, e

IV - Estruturar as propriedades rurais, especialmente as produtoras de leite, mediante a utilização de equipamentos públicos ou terceirizados, na realização de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades na forma prevista na presente lei.

Art. 3º Salvo exceção expressa contida na presente Lei, os benefícios ora previstos aplicam-se exclusivamente aos produtores inscritos no Cadastro de Produtores do Município de Guarujá do Sul que comprovem estar quites com suas obrigações de qualquer natureza com o Município.

Parágrafo único. Verificada a existência de débito do produtor junto ao Município o requerimento dos benefícios previstos na presente lei, será indeferido, até que se verifique o total adimplemento das obrigações pendentes.

Art. 4º Constitui requisito fundamental para fruição dos benefícios previstos nesta lei que o beneficiário comprove estar submetendo a totalidade de sua produção de leite e demais produtos derivados da atividade rural à tributação, por meio da regular emissão da Nota Fiscal de Produtor, e adotar na propriedade práticas permanentes de proteção e preservação das nascentes d'água e correta disposição dos dejetos.

§ 1º. Para a fruição dos benefícios previstos na presente lei o beneficiário deverá comprovar, mediante laudo expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que a propriedade apresenta as condições técnicas necessárias à aplicação dos mecanismos de estímulo previstos no programa.

§ 2º. Além do previsto no caput deste artigo, o beneficiário deverá observar o disposto no Artigo 28 do Decreto Estadual nº 1.277 de 28 de novembro de 2012, que fixa o prazo de 60 (sessenta) dias para a prestação de contas da Nota Fiscal de Produtor acompanhada da respectiva contra nota junto a Unidade Conveniada no Município.

## CAPÍTULO I

### DA POLÍTICA DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE LEITE A PASTO

Art. 5º Para implementação de ações de estímulo ao desenvolvimento ambientalmente sustentável da produção de leite a pasto, conciliando a produção de leite com atividades de reflorestamento sempre que possível, fica o Município autorizado a fornecer aos produtores sementes de pastagem adaptáveis ao clima e solo do Município, a serem utilizadas na atividade leiteira, mediante subsídio de 50% (cinquenta por cento) do valor a elas relativo, até o limite de sementes necessárias ao plantio anual de 2,0 (dois) hectares por produtor.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente efetuará estudo técnico para recomendar a aquisição das sementes indicadas ao aprimoramento das pastagens existentes no Município.

§ 2º. O valor a ser recolhido pelos produtores ao Município será apurado levando-se em consideração o custo de aquisição do respectivo processo licitatório e será efetuado na forma prevista em regulamento.

Art. 6º O benefício previsto no artigo anterior poderá ser estendido a até 100% (cem por cento) do valor, por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, quando o beneficiário comprovar, em processo próprio, satisfazer cumulativamente as seguintes condições:

I - não possuir condições econômicas para o pagamento, ficando o fornecimento limitado a até 05 (cinco) quilos de semente por ano;

II - não possuir na propriedade número maior do que 10 (dez) animais.

## CAPÍTULO II

### DO APRIMORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente efetuará estudo técnico para recomendar a aquisição de sêmen das raças com as características genéticas desejadas de gado bovino leiteiro, que apresentem as melhores condições de produtividade e adaptação ao clima, solo e pastagens do Município, cuja utilização contribua significativamente para o aprimoramento genético do rebanho.

Parágrafo único. O estudo recomendará também a aquisição de sêmen das raças e características genéticas para manutenção do atual estágio do rebanho, cuja utilização não implique em evolução genética considerável.

Art. 8º. Fica o Município autorizado a fornecer aos produtores cadastrados no programa, sêmen recomendados na conformidade do caput do artigo anterior, a serem utilizados exclusivamente na atividade leiteira, mediante subsídio de 50% (cinquenta por cento) do valor a eles relativo.

§ 1º. O valor a ser recolhido pelos produtores ao Município será apurado levando-se em consideração o custo de aquisição do respectivo processo licitatório e será efetuado na forma prevista em regulamento.

Art. 9º. O pagamento do valor previsto no artigo anterior não vincula o Município ao resultado, sendo a utilização do sêmen de inteira responsabilidade do beneficiário, correndo por sua conta os riscos de insucesso ou falhas decorrentes do processo de fertilização.

### CAPÍTULO III DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS PRODUTORES

Art. 10. Observados os limites orçamentários o Município poderá apoiar a realização de cursos e palestras destinados aos produtores de leite e seus familiares, podendo para tanto valer-se de parcerias a serem firmadas com instituições qualificadas de caráter público ou privadas.

### CAPÍTULO IV DO INCENTIVO À VITIVINICULTURA

Art. 11. Fica o Município autorizado a fornecer aos produtores cadastrados no programa, mediante subsídio de 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva aquisição, mudas de uva, para ampliação e implantação de parreirais.

§ 1º. Cada produtor beneficiário do programa terá direito ao fornecimento de, no máximo, 200 (duzentas) mudas.

§ 2º. O programa atenderá até o limite de 30 (trinta) produtores por ano, obedecendo-se a ordem de inscrição.

§ 3º. É requisito fundamental para a concessão do benefício previsto no caput, a avaliação, pelo departamento técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, da área de terras onde será implantado ou ampliado o parreiral.

§ 4º. O ingresso no programa está condicionado à participação do beneficiário em curso de capacitação em vitivinicultura a ser organizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

### CAPÍTULO V DO INCENTIVO AO REFLORESTAMENTO

Art. 12. Fica o Município autorizado a fornecer mudas de espécies exóticas, com subsídio de 50% do custo de produção, e respeitado o limite máximo de 1.500 (um mil e quinhentas) mudas por produtor.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente fiscalizará o plantio e a sobrevivência das mudas fornecidas com base no disposto neste artigo.

Art. 13. Fica o Município autorizado a fornecer mudas de espécies nativas, com subsídio de 100%, observado e respeitado o limite máximo de 1.500 (um mil e quinhentas) mudas por produtor.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente fiscalizará o plantio e a sobrevivência das mudas fornecidas com base no disposto neste artigo.

### CAPÍTULO VI DA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NAS PROPRIEDADES COM UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Art. 14. Para o atendimento dos fins a que se destina a presente lei fica o município autorizado a realizar serviços nas propriedades rurais, especialmente as produtoras de leite, com a utilização de equipamentos públicos ou terceirizados, mediante pagamento de preço público fixado no Anexo III desta Lei.

Art. 15. Fica o Município autorizado a conceder aos produtores cadastrados no programa subsídio de até 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos no Anexo III da presente lei, independentemente da produção e sem limites por propriedade, de acordo com a capacidade técnica e operacional do Município.

Parágrafo Único: O benefício previsto no caput deste artigo poderá ser concedido aos munícipes residente no perímetro urbano, contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano, em dia com o fisco municipal, quando da execução de serviços em melhoria da sua propriedade com utilização das maquinas relacionadas no Anexo III.

Art. 16. Para as propriedades rurais, especialmente produtoras de leite, a apuração do número de horas de trabalho a que faz jus cada propriedade, de forma gratuita, levará em consideração o volume total de leite comercializado, em operação intramunicipal e /ou intermunicipal destinada a estabelecimento industrial.

Art. 17. Fica o Município autorizado a conceder aos produtores do Município de Guarujá do Sul cadastrados no programa além do subsídio de que trata o artigo 15 desta Lei, um bônus de até 10% (dez por cento) dos valores previstos no Anexo III da presente lei.

Art. 18. Para a apuração do percentual de desconto de que trata o artigo 17, a que faz jus cada propriedade, levar-se-á em consideração: I - O valor total da produção por propriedade.

Parágrafo único. O benefício previsto no Anexo II será cumulativo com o benefício previsto no Anexo I.

Art. 19. O enquadramento nas faixas previstas nos Anexos I e II desta lei dar-se-á por propriedade, levará em conta a totalidade do registro da produção dos produtores que nelas exerçam suas atividades, e será apurado com base nos dados informados nos respectivos blocos de produtor rural, conforme disposto em regulamento.

Art. 20. A realização de serviços de que trata o artigo 14 está condicionada à disponibilidade dos equipamentos, na forma do disposto no artigo 22.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a conceder o seguinte incentivo aos produtores de suíno e de gado leiteiro:

I – transporte gratuito de 06 (seis) cargas de cascalho por propriedade e por ano;

II – transporte de cascalho, ao preço subsidiado de 7,78 UFRM a carga a partir da sétima carga.

Parágrafo único. O subsídio de que trata este artigo inclui apenas o transporte, cabendo ao beneficiário o fornecimento do cascalho a ser transportado até sua propriedade.

Art. 22. Os valores dos serviços executados serão apurados após a realização dos mesmos na propriedade e serão recolhidos mediante DAM – Documento de Arrecadação Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, deduzindo-se do montante a ser pago o valor equivalente ao subsídio concedido com base nos artigos 15 e 17 da presente lei.

§ 1º. O número de horas de trabalho executadas por cada equipamento será individualizado e anotado na ficha de solicitação dos serviços, e será certificado mediante assinaturas do produtor e do operador do respectivo equipamento, no termo de recebimento/execução dos serviços.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente anotarà na ficha de solicitação dos serviços o valor da hora de trabalho de cada equipamento utilizado, apurará o valor a ser recolhido pelo produtor mediante emissão do DAM – Documento de Arrecadação Municipal para recolhimento do respectivo valor junto à rede bancária, do qual constará data de vencimento.

§ 3º. A falta de pagamento no prazo estipulado no caput deste artigo, fará com que o inadimplente perca o desconto equivalente ao subsídio concedido com base nos artigos 15 e 17 da presente lei, passando a recolher os valores integrais com base na tabela do Anexo III, acrescidos de multa e demais encargos conforme previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 23. Os equipamentos públicos atenderão com absoluta prioridade os serviços de natureza pública e as disposições da presente lei não configuram direito imediato à obtenção do benefício.

Art. 24. O atendimento da solicitação de serviços com base na presente lei obedecerá procedimento previsto em regulamento e especialmente ao seguinte:

I - A solicitação da realização de serviço será apresentada mediante preenchimento de formulário próprio junto à A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - Será deferida por despacho do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III - Terá o atendimento organizado por ordem cronológica de solicitação e região de abrangência.

IV - Será limitado a 1 (um) atendimento por propriedade a cada ano para obtenção do incentivo previsto no artigo 16 desta Lei.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Fica aprovado o Anexo I da presente lei, que estabelece as faixas de enquadramento das propriedades, em cuja elaboração utilizar-se-á o valor total da produção da propriedade, apurada no exercício referência para a apuração do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS do Estado de Santa Catarina.

Art. 26. Fica aprovado o Anexo II da presente lei, que estabelece as faixas de enquadramento das propriedades, em cuja elaboração utilizar-se-á o volume total de leite comercializado, em operação intramunicipal e/ou intermunicipal destinada a estabelecimento industrial, apurado no exercício referência para a apuração do índice de participação do Município na arrecadação do ICMS do Estado de Santa Catarina.

Art. 27. Fica aprovado o Anexo III da presente lei, que estabelece os valores das horas de trabalho dos equipamentos de propriedade do Município.

Parágrafo único. Quando os serviços forem executados mediante a utilização de equipamentos terceirizados, o valor a eles relativo será determinado pelo respectivo processo licitatório.

Art. 28. Os valores constantes do Anexo III da presente lei serão corrigidos e atualizados anualmente, com base a apuração da variação acumulada do IGP-M, apurada pela Fundação Getúlio Vargas, de acordo com o Código Tributário Municipal, Artigo 107 § 1º da Lei 1603/2002 de 23 de dezembro de 2002, por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 29. Esta lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL – SC

04 de Novembro de 2015

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretaria da Administração e Fazenda.

#### ANEXO I

##### FAIXAS DE ENQUADRAMENTO PARA PERCENTUAL DE BONUS COM BASE NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO POR PROPRIEDADE

FAIXAS	PRODUÇÃO EM R\$			% DE DESCONTO
1	0,01	A	100.000,00	1
2	100.000,01	A	200.000,00	2
3	200.000,01	A	300.000,00	3
4	300.000,01	A	400.000,00	4
5	400.000,01	A	500.000,00	5
6	500.000,01	A	600.000,00	6
7	600.000,01	A	700.000,00	7
8	700.000,01	A	800.000,00	8
9	800.000,01	A	900.000,00	9
10	ACIMA DE 900.000,01			10

Guarujá do Sul, SC, 04 de Novembro de 2015.  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

#### ANEXO II

##### FAIXAS DE ENQUADRAMENTO COM BASE NO VOLUME TOTAL DE LEITE COMERCIALIZADO, EM OPERAÇÕES INTRAMUNICIPAIS E/OU INTERMUNICIPAIS. DESTINADAS A ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL

FAIXAS	VOLUME ANUAL DE LEITE PRODUZIDO (litros)			HORAS
A	1	A	100.000	1
B	100.001	A	200.000	2
C	200.001	A	300.000	3
D	300.001	A	400.000	4
E	400.001	A	500.000	5
F	ACIMA de 500.001			6

Guarujá do Sul, SC, 04 de Novembro de 2015.  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

#### ANEXO III

##### VALOR DAS HORAS DE TRABALHO DOS EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALOR/HORA
TRATOR DE ESTEIRA .....	68,40 UFRM
DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO .....	29,30 UFRM
CAMINHÃO COM CARGA DE INSUMOS AGRÍCOLAS(POR TONELADA)..	6,70 UFRM

SERVIÇOS DE COLHEDEIRA DE FENO .....	61,30 UFRM
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JS160 .....	68,40 UFRM
ROLO COMPACTADOR .....	50,30 UFRM
MOTONIVELADORA (PATROLA) .....	68,40 UFRM
PÁ-CARREGADEIRA .....	50,30 UFRM
RETROESCAVADEIRA (JCB 214/TRAÇADA) .....	37,50 UFRM
RETROESCAVADEIRA ( JCB 214/SIMPLES) .....	43,50 UFRM
SERVIÇOS DE GOBLE, PÉ DE PATO, GRADE NIVELADORA .....	34,25 UFRM
SERVIÇOS DE SILAGEM (trator Pneu) .....	37,35 UFRM
SERVIÇOS DE SILAGEM (Máquina colhedora milho/sorgo/forragem autopropelida) .....	102,60 UFRM
.....	
DISTRIBUIDOR DE CALCAREO (POR TONELADA) .....	3,35 UFRM
CAÇAMBA:	
- ATÉ 3 KM COM CARGA DE PEDRA .....	24,90 UFRM
- ATÉ 3 KM COM CARGA DE TERRA .....	24,90 UFRM

Guarujá do Sul, SC, 04 de Novembro de 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

**RREO 5 BIM**

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>2.692.486,86</b>	<b>15,31</b>	<b>13.494.377,92</b>	<b>76,71</b>	<b>4.096.346,95</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.686.107,84</b>	<b>14.686.107,84</b>	<b>2.225.061,86</b>	<b>15,15</b>	<b>11.566.461,34</b>	<b>78,76</b>	<b>3.119.646,50</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.302.000,00	1.302.000,00	191.935,23	14,74	906.968,26	69,66	395.031,74
IMPOSTOS	1.130.000,00	1.130.000,00	164.770,50	14,58	773.146,02	68,42	356.853,98
TAXAS	172.000,00	172.000,00	27.164,73	15,79	133.822,24	77,80	38.177,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	37.785,34	25,19	176.488,50	117,66	-26.488,50
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	150.000,00	150.000,00	37.785,34	25,19	176.488,50	117,66	-26.488,50
RECEITA PATRIMONIAL	40.200,00	40.200,00	41.051,54	102,12	162.546,16	404,34	-122.346,16
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	200,00	200,00	1.592,49	796,25	1.909,69	954,85	-1.709,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.000,00	40.000,00	39.459,05	98,65	160.636,47	401,59	-120.636,47
RECEITA DE SERVIÇOS	270.000,00	270.000,00	35.061,42	12,99	232.612,13	86,15	37.387,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.834.807,84	12.834.807,84	1.911.936,03	14,90	10.047.974,54	78,29	2.786.833,30
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.740.807,84	12.740.807,84	1.886.751,51	14,81	9.976.716,96	78,31	2.764.090,88
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	28,11	0,00	-28,11
TRANSF. DE CONV.	94.000,00	94.000,00	25.184,52	26,79	71.229,47	75,78	22.770,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.100,00	89.100,00	7.272,30	8,16	39.871,75	44,75	49.228,25
MULTAS E JUROS DE MORA	27.600,00	27.600,00	4.070,06	14,75	18.707,14	67,78	8.892,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	273,51	5,47	4.726,49
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	46.500,00	46.500,00	3.202,24	6,89	20.891,10	44,93	25.608,90
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.904.617,03</b>	<b>2.904.617,03</b>	<b>467.425,00</b>	<b>16,09</b>	<b>1.927.916,68</b>	<b>66,37</b>	<b>976.700,45</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	2.107,80	2,63	77.892,20
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	2.107,80	2,63	77.892,20
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.824.617,03	2.824.617,03	467.425,00	16,55	1.925.808,78	68,18	898.808,25
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	407.999,78	407.999,78	244.500,00	59,93	733.500,00	179,78	-325.500,22
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.416.617,25	2.416.617,25	222.925,00	9,22	1.192.308,78	49,34	1.224.308,47
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>2.692.486,86</b>	<b>15,31</b>	<b>13.494.377,92</b>	<b>76,71</b>	<b>4.096.346,95</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobilização Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>2.692.486,86</b>	<b>15,31</b>	<b>13.494.377,92</b>	<b>76,71</b>	<b>4.096.346,95</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>2.692.486,86</b>	<b>15,31</b>	<b>13.494.377,92</b>	<b>76,71</b>	<b>4.096.346,95</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.008.973,08</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>741.944,98</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	1.008.973,08	—	—	741.944,98	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>19.522.258,99</b>	<b>1.681.092,56</b>	<b>15.883.537,42</b>	<b>3.638.721,57</b>	<b>2.600.741,54</b>	<b>12.000.242,10</b>	<b>7.522.016,89</b>	<b>11.913.301,84</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.099.587,84</b>	<b>14.676.144,65</b>	<b>1.485.400,85</b>	<b>12.101.327,56</b>	<b>2.574.817,09</b>	<b>2.247.479,70</b>	<b>10.468.730,12</b>	<b>4.207.414,53</b>	<b>10.381.789,86</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.476.668,24	7.157.441,92	1.166.378,11	5.444.470,16	1.712.971,76	1.176.047,17	5.431.083,14	1.726.358,78	5.344.142,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	81.500,00	81.500,00	0,00	50.889,79	30.610,21	6.535,08	44.229,18	37.270,82	44.229,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.541.419,60	7.437.202,73	319.022,74	6.605.967,61	831.235,12	1.064.897,45	4.993.417,80	2.443.784,93	4.993.417,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.471.137,03</b>	<b>4.826.114,34</b>	<b>195.691,71</b>	<b>3.782.209,86</b>	<b>1.043.904,48</b>	<b>353.261,84</b>	<b>1.531.511,98</b>	<b>3.294.602,36</b>	<b>1.531.511,98</b>
INVESTIMENTOS	4.171.137,03	4.486.114,34	163.926,71	3.450.444,86	1.035.669,48	294.051,68	1.235.461,18	3.250.653,16	1.235.461,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	340.000,00	31.765,00	331.765,00	8.235,00	59.210,16	296.050,80	43.949,20	296.050,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>19.522.258,99</b>	<b>1.681.092,56</b>	<b>15.883.537,42</b>	<b>3.638.721,57</b>	<b>2.600.741,54</b>	<b>12.000.242,10</b>	<b>7.522.016,89</b>	<b>11.913.301,84</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>19.522.258,99</b>	<b>1.681.092,56</b>	<b>15.883.537,42</b>	<b>3.638.721,57</b>	<b>2.600.741,54</b>	<b>12.000.242,10</b>	<b>7.522.016,89</b>	<b>11.913.301,84</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.494.135,82</b>	<b>-</b>	<b>13.494.377,82</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>19.522.258,99</b>	<b>1.681.092,56</b>	<b>15.883.537,42</b>	<b>-</b>	<b>2.600.741,54</b>	<b>13.494.377,92</b>	<b>-</b>	<b>25.407.679,76</b>

FONTE:

GUARUJÁ DO SUL, 04/11/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (g)	17.590.724,87	19.522.258,99	1.681.032,56	15.893.537,42	100,00	3.638.721,57	2.600.741,54	12.000.242,10	100,00	7.522.016,89
Legislativa	616.500,00	616.500,00	88.712,70	462.551,46	2,91	153.948,54	113.798,72	450.727,25	3,76	165.772,75
Ação Legislativa	616.500,00	616.500,00	88.712,70	462.551,46	2,91	153.948,54	113.798,72	450.727,25	3,76	165.772,75
Administração	1.562.920,00	1.784.064,70	162.368,01	1.577.420,26	9,93	206.644,44	260.832,56	1.375.865,59	11,47	408.199,11
Administração Geral	1.053.420,00	1.221.964,70	91.961,34	1.068.282,25	6,65	133.682,45	159.855,69	926.653,54	7,72	295.311,16
Administração Financeira	442.000,00	484.600,00	59.132,40	429.853,40	2,71	54.746,60	89.350,28	391.335,72	3,25	93.263,28
Controle Interno	67.500,00	77.500,00	11.274,27	59.284,61	0,37	18.215,39	11.626,59	57.875,33	0,48	19.624,67
Segurança Pública	69.600,00	106.370,84	11.894,72	74.281,99	0,47	32.088,85	15.217,56	67.063,38	0,56	36.307,46
Policimento	54.600,00	101.370,84	11.894,72	74.281,99	0,47	27.088,85	15.217,56	67.063,38	0,56	34.307,46
Defesa Civil	15.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Social	994.423,08	1.099.237,62	75.660,71	811.177,69	5,11	288.059,93	123.764,03	734.635,06	6,12	364.602,56
Assistência ao Idoso	102.800,00	122.800,00	9.896,46	99.455,62	0,63	23.343,38	10.266,39	89.654,14	0,75	33.145,86
Assistência ao Portador de Deficiência	50.000,00	58.400,00	0,00	46.400,00	0,29	12.000,00	0,00	46.400,00	0,39	12.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	30.000,00	2.755,60	13.632,94	0,09	16.367,06	2.097,23	10.931,77	0,09	19.068,23
Assistência Comunitária	791.623,08	888.037,62	63.038,65	651.688,13	4,10	239.349,49	111.400,41	587.649,15	4,90	300.386,47
Saúde	2.500.080,76	3.791.165,10	463.968,89	2.983.572,34	18,78	807.592,76	634.307,48	2.596.323,76	21,65	1.191.841,34
Atenção Básica	2.430.580,76	3.709.527,37	455.853,57	2.915.950,23	18,36	793.577,14	619.923,58	2.536.105,59	21,13	1.173.421,78
Vigilância Sanitária	46.000,00	59.637,73	8.115,32	50.267,94	0,32	9.369,79	11.711,06	48.515,72	0,40	11.122,01
Vigilância Epidemiológica	23.500,00	22.000,00	0,00	17.354,17	0,11	4.645,83	2.672,84	14.702,45	0,12	7.297,55
Educação	5.362.699,78	5.137.793,83	509.399,34	4.120.360,47	25,94	1.017.433,36	644.728,80	3.365.604,74	28,05	1.772.189,09
Alimentação e Nutrição	121.200,00	149.596,86	0,00	136.405,00	0,86	13.192,86	19.342,44	82.142,34	0,68	67.456,52
Ensino Fundamental	3.999.699,78	4.097.640,18	359.665,22	3.291.351,85	20,47	846.288,33	470.086,38	2.560.186,29	21,33	1.537.453,89
Educação Infantil	1.241.800,00	890.554,79	149.734,12	732.602,62	4,61	157.962,17	155.299,98	723.276,11	6,03	167.278,68
Cultura	108.900,00	131.268,87	536,95	110.733,82	0,70	20.536,05	7.336,95	60.533,82	0,50	70.736,05
Diffusão Cultural	108.900,00	131.268,87	536,95	110.733,82	0,70	20.536,05	7.336,95	60.533,82	0,50	70.736,05
Urbanismo	2.204.190,67	2.198.149,64	107.034,56	2.126.869,62	13,40	37.279,02	289.156,99	620.005,23	5,17	1.548.143,41
Infra-Estrutura Urbana	1.765.690,67	1.659.926,24	77.702,18	1.639.282,67	10,32	20.033,37	215.939,96	255.442,14	2,13	1.404.484,10
Serviços Urbanos	438.500,00	506.222,40	29.332,38	486.976,75	3,08	17.245,65	73.218,13	364.563,09	3,04	141.669,31
Habituação	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	75.100,00	35.390,00	0,00	35.230,00	0,22	160,00	0,00	7.890,00	0,07	27.500,00
Saneamento Básico Rural	50.000,00	35.290,00	0,00	35.230,00	0,22	60,00	0,00	7.890,00	0,07	27.400,00
Saneamento Básico Urbano	25.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Agricultura	997.500,00	1.337.086,00	82.323,24	1.175.852,76	7,40	161.233,24	139.170,46	867.509,76	7,23	469.576,24
Extensão Rural	997.500,00	1.337.086,00	82.323,24	1.175.852,76	7,40	161.233,24	139.170,46	867.509,76	7,23	469.576,24

Continua 1/2

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.590.724,87	19.522.258,99	1.681.092,56	15.883.537,42	100,00	3.638.721,57	2.600.741,54	12.000.242,10	100,00	7.522.016,89
Indústria	323.500,00	225.643,27	4.179,38	20.179,38	0,13	205.463,89	15.215,49	15.789,30	0,13	208.853,97
Promissão Industrial	323.500,00	225.643,27	4.179,38	20.179,38	0,13	205.463,89	15.215,49	15.789,30	0,13	208.853,97
Comunicações	220.000,00	230.000,00	0,00	216.543,16	1,36	13.456,84	20.370,90	93.158,00	0,78	136.842,00
Telecomunicações	220.000,00	230.000,00	0,00	216.543,16	1,36	13.456,84	20.370,90	93.158,00	0,78	136.842,00
Transporte	1.594.450,00	1.884.464,20	122.292,54	1.334.342,50	8,40	560.121,70	179.550,09	1.020.617,27	8,50	863.846,93
Transporte Rodoviário	1.594.450,00	1.884.464,20	122.292,54	1.334.342,50	8,40	560.121,70	179.550,09	1.020.617,27	8,50	863.846,93
Desporto e Lazer	304.360,58	381.625,92	20.966,52	308.519,18	1,94	73.106,74	66.516,32	288.512,34	2,24	113.113,58
Desporto Comunitário	254.360,58	308.679,26	20.966,52	235.673,14	1,48	73.006,12	66.516,32	205.824,84	1,72	102.854,42
Lazer	50.000,00	72.946,66	0,00	72.846,04	0,46	100,62	0,00	62.687,50	0,52	10.259,16
Encargos Especiais	555.500,00	575.500,00	31.765,00	523.902,79	3,30	51.597,21	90.775,19	453.006,60	3,77	122.463,40
Serviço da Divisão Interna	381.500,00	421.500,00	31.765,00	382.654,79	2,41	38.845,21	65.745,24	340.279,98	2,84	81.220,02
Outros Encargos Especiais	174.000,00	154.000,00	0,00	141.248,00	0,89	12.752,00	25.029,95	112.726,62	0,94	41.273,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>17.590.724,87</b>	<b>19.522.258,99</b>	<b>1.681.092,56</b>	<b>15.883.537,42</b>	<b>100,00</b>	<b>3.638.721,57</b>	<b>2.600.741,54</b>	<b>12.000.242,10</b>	<b>100,00</b>	<b>7.522.016,89</b>

FONTE:

GUARUJÁ DO SUL, 04/11/2015

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMINI FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.178.000,00	1.178.000,00	798.864,89	67,80
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	302.500,00	302.500,00	207.285,69	68,52
1.1.1- IPTU	260.000,00	260.000,00	183.269,01	70,49
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.500,00	2.500,00	358,54	14,26
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	12.703,86	50,82
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.000,00	15.000,00	10.956,28	73,04
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	170.000,00	170.000,00	150.471,73	88,51
1.2.1- ITBI	170.000,00	170.000,00	150.471,73	88,51
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	505.500,00	505.500,00	316.581,73	62,63
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	315.079,54	63,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	176,86	17,70
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	197,05	5,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	1.128,18	112,82
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.000,00	200.000,00	124.325,74	62,16
1.4.1- IRRF	200.000,00	200.000,00	124.325,74	62,16
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.196.500,00	11.196.500,00	8.878.254,70	79,29
2.1- Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	4.934.510,00	72,57
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	4.894.784,14	71,54
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	69.725,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.900.000,00	3.900.000,00	3.454.371,16	88,57
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	18.000,00	18.000,00	14.450,31	80,28
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	55.000,00	55.000,00	53.609,84	97,47
2.5- Cota-Parte ITR	3.500,00	3.500,00	2.837,28	81,07
2.6- Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	418.476,11	99,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	12.374.500,00	12.374.500,00	9.676.919,59	78,20
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	75.000,00	75.000,00	40.874,64	54,50
6.1- Transferências de Convênios	75.000,00	75.000,00	40.874,64	54,50
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.021.899,78	1.021.899,78	1.056.073,69	103,34
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	1.096.899,78	1.096.899,78	1.096.948,33	100,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.239.300,00	2.239.300,00	1.761.703,57	78,67
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	972.956,53	71,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	780.000,00	780.000,00	690.873,35	88,57
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.600,00	3.600,00	2.890,02	80,28
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	11.000,00	11.000,00	10.721,81	97,47
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	700,00	700,00	567,42	81,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	83.694,44	99,64
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.006.000,00	2.006.000,00	1.592.318,53	79,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	1.579.832,81	78,99
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	12.485,72	208,10
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	-239.300,00	-239.300,00	-181.870,76	76,00
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.203.600,00	1.518.854,79	1.331.144,49	87,64	1.331.144,49	87,64
13.1- Com Educação Infantil	601.800,00	617.054,79	614.740,73	99,62	614.740,73	99,62
13.2- Com Ensino Fundamental	601.800,00	901.800,00	716.403,76	79,44	716.403,76	79,44
14- OUTRAS DESPESAS	802.400,00	502.400,00	195.343,72	38,88	195.343,72	38,88
14.1- Com Educação Infantil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	800.400,00	500.400,00	195.343,72	39,04	195.343,72	39,04
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.006.000,00	2.021.254,79	1.526.488,21	75,52	1.526.488,21	75,52
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					15.254,79	
17.1 - FUNDEB 60%					15.254,79	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					15.254,79	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.511.233,42	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					82,64	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					12,27	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19,2)) %					5,09	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					15.254,79	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		3.093.625,00	3.093.625,00	2.419.229,90	78,20	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.241.800,00	890.554,79	732.602,62	82,26	723.278,11	81,22
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.298.500,00	2.806.600,00	2.030.924,22	72,36	1.795.108,60	63,96
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.402.200,00	1.402.200,00	911.747,48	65,02	911.747,48	65,02
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.896.300,00	1.404.400,00	1.119.176,74	79,69	883.361,12	62,90
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.540.300,00	3.697.154,79	2.763.526,84	74,75	2.518.384,71	68,12
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-181.870,76	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					12.485,72	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					14.492,05	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOSA PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-154.882,99	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					2.673.277,70	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,63	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	180.800,00	263.549,86	229.442,21	87,06	218.109,21	82,76
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	520.399,78	1.027.490,32	990.985,42	96,45	546.998,48	53,23
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	701.199,78	1.291.040,18	1.220.427,63	94,53	765.077,69	59,26
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.241.499,78	4.988.194,97	3.983.954,47	79,87	3.283.462,40	65,82

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEF (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		15.254,79	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.579.832,81	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.484.094,17	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.484.094,17	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.485,72	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		123.479,15	0,00

GUARUJA DO SUL, 04/11/2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO  
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1207/2015**

PORTARIA Nº 1207/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº. 1013/2015, por mais 01 (um) ano, a contar de 08 de setembro de 2015, em que é concedida Licença Sem Remuneração à Servidora VANUZA DE OLIVEIRA (Matr. 2568), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/D, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o art. 105, inciso IV da LC Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO 2015 PMI - CAMINHAO CAÇAMBA (CARBONI)

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2015, FIRMADO EM 22 DE MAIO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A EMPRESA CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS. SITUADA NA ROD. SC 453 KM 55, NA CIDADE DE VIDEIRA/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 02.952.689/0001-80, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: PRG 031/2015.  
Contrato: 009/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação de 08/10/2015 até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 07 de outubro de 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
CONTRATANTE

CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 499/2015

PORTARIA Nº 499/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. SIMONE BACHMANN JOÃO, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 03 de novembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 28 de outubro de 2015.  
TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### PROTOCOLO DE CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - ERNESTO HOSTIN

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 08:00 as 12:00 ou das 13:30 as 17:30 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 03 de Novembro de 2015

TATIANA RICHART REICHERT	
SECRETARIA MUNICIPAL	

Candidato: ERNESTO HOSTIN

Inscrição: 51516-7

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

Endereço: RUA PADRO SIMON, 2005

Bairro: MARGEM ESQUERDA Cidade: GASPARG Estado: SC CEP: 89.110-000

Fone: (47) 9627-7360 (47) 9627-7360 E-mail: ernesto.hostin@ibest.com.br

\_\_\_\_\_ CIENTE EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Ass. Candidato

### PROTOCOLO DE CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - TULIO SANDY DE JESUS GOMES

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 08:00 as 12:00 ou das 13:30 as 17:30 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato

no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 03 de Novembro de 2015

TATIANA RICHART REICHERT
--------------------------

SECRETARIA MUNICIPAL
----------------------

Candidato: TULIO SANDY DE JESUS GOMES

Inscrição: 45972-0

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

Endereço: RUA PROF JOÃO BOOS, 103

Bairro: VILA NOVA Cidade: BLUMENAU Estado: SC CEP: 89.035-550

Fone: (47) 9166-7480 E-mail: gabriella.s.jesus@gmail.com

\_\_\_\_\_ CIENTE EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Ass. Candidato

# Imarui

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 118, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 118 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde na importância de R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	3.600,00
Total Suplementação			3.600,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	3.600,00
Total Suplementação			3.600,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 04 de novembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

**DECRETO Nº. 119, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 119 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015, em Favor do Fundo Municipal de Assistência Social na importância de R\$ 20.791,90 (vinte mil, setecentos e noventa e um reais e noventa centavos), conforme segue:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.205	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGD/BF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	20	6.063	Aplicações Diretas	4.777,00
PROJ/ATIV. – 2.208	MANUTENÇÃO SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – CFV			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	24	6.063	Aplicações Diretas	16.014,90
Total Suplementação			20.791,90	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.205	ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGD/BF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	21	6.063	Aplicações Diretas	4.777,00
PROJ/ATIV. – 2.208	MANUTENÇÃO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – CFV			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	25	6.063	Aplicações Diretas	16.014,90
Total Suplementação			20.791,90	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 04 de novembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO PMI Nº 218, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 218, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e para o Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.629, de 4 de Novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	1.000.000,00
Total		1.000.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Limpeza Pública		
15.452.0007-2.016		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0092)	Aplicações Diretas	1.000.000,00
Total		1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de Novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 219, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 219, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.632, de 4 de Novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 337.800,00 (trezentos e trinta e sete mil e oitocentos reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUN. TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.107		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0213)	Aplicações Diretas	145.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM		
Encargos com a Execução de Sentenças Judiciais		
02.062.0005-2.038		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0131)	Aplicações Diretas	192.800,00
Total		337.800,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação

orçamentária abaixo, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUN. TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0121)	Transf. Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	337.800,00
	Total	337.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de Novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 18/2015 (PMI - SEAPI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 95/2015

DISPENSA Nº 18/2015

Objeto: Implantação da Contenção na Rodovia Municipal - Imb - 407, denominada av. Central do Rosa, situada no bairro de Ibiraquera.

Valor total: R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais).

Empresa: Jarlex Teixeira ME.

Fundamento: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 05 de Novembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da SEAPI

### **EXTRATO: PMI SEAPI 2015/115 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/115 A01

Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME

CNPJ 12.587.530/0001-67

Objeto Prorrogação do prazo do contrato para até 05 de fevereiro de 2016

Prazo:05/02/2016

Fundamento: Processo nº54/2015 Tomada de Preços 02/2015

Imbituba, 25 de Agosto de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário municipal de

agricultura, pesca e infraestrutura-

SEAPI- Contratante

J.L. Construtora Ltda me

Representante legal

Contratada

### **EXTRATO: PMI SEAPI 2015/159 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/159 A00

Contratada: ELETRONS MATERIAIS ELETRIVOS LTDA

CNPJ 85.392.074/0001-73

Objeto Contratação de empresa especializada em fornecimento de postes de rede de iluminação pública, conforme especificações constantes no termo de referencia.

Prazo:05/02/2016 Valor:6.450,00

Fundamento: Processo nº96/2015 Dispensa 19/2015

Imbituba, 26 de Outubro de 2015.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário municipal de  
agricultura, pesca e infraestrutura-  
SEAPI- Contratante

Eletrons Materiais Eletrivos Ltda  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAST 2015/01 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAST 2015/01 A01  
Contratada KAC LTDA ME  
CNPJ 04.492.199/0001-73  
Objeto: Inclusão de novas dotações orçamentárias.  
Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 3/2015 Pregão 03/2015  
Imbituba, 29 de Outubro de 2015.

Selma Elias Westphal  
Secretária municipal da Seast  
Contratante

Kac Ltda me  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEAST 2015/31 A/01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAST 2015/01  
Contratada ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP  
CNPJ 01.980.629/0001-08  
Objeto: Inclusão de dotação orçamentária  
Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº. 04/2015 Pregão 04/2015  
Imbituba, 29 de Outubro de 2015.

Selma Elias Westphal  
Secretária municipal da Seast  
Contratante

Ancs Distribuidora Ltda epp  
Representante legal  
Contratada

**EXTRATO: PMI SEMUSA 2015/38 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEMUSA 2015/38 A00  
Contratada LABORATÓRIO BIOCLINICO LTDA ME  
CNPJ 12.118.805/001-13  
0.1. Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS,  
FILANTRÓPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE  
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL,  
PARA O CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO EM  
LABORATÓRIO CLÍNICO, SENDO GRUPO-02 E SUB GRUPO-02 DA  
TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS,

ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DOS SUS.  
Valor: PPI da Assistência vigente, a série histórica e tabela de  
valores e procedimentos do SUS Prazo: 28/09/2016  
Fundamento: Processo nº. 37/2015 Inexigibilidade:05/2015  
Imbituba, 28 de Setembro de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Credenciante

Laboratório Bioclinico Ltda me  
Representante legal  
Credenciada

**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.630, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.630, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a extinção e criação de vagas na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica extinta 1 (uma) vaga do cargo de provimento em comissão de "Assessor I", na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo Municipal de Imbituba, instituída pela Lei Complementar nº 4.514, de 10 fevereiro de 2015, subtraída do seu Anexo I - Nominata de Cargos de Provimento em Comissão.  
Art. 2º Fica criada 1 (uma) vaga do cargo de provimento em comissão de "Procurador(a)", na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo Municipal de Imbituba, instituída pela Lei Complementar nº 4.514, de 10 fevereiro de 2015, acrescentadas no seu Anexo I - Nominata de Cargos de Provimento em Comissão.  
Art. 3º O Anexo I da Lei Complementar nº 4.514/2015, passa a vigorar com a configuração especificada no Anexo A, desta Lei.  
Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de Novembro de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

ANEXO A

ANEXO I

LC nº 4.514, de 10/02/2015  
NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS		
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	9	Subsídio	5.200,00
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Gabinete	Gabinete do Prefeito	1	Remuneração	4.500,00
Controlador(a) Geral	Controladoria Geral	1	Remuneração	3.700,00
Superintendente	Superintendência	7	Remuneração	3.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.300,00
Procurador(a)	Procuradoria	5	Remuneração	2.300,00
Diretor(a)	Diretoria	16	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	6	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Programa - PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	3	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) de Imprensa	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) I	Assessoria	6	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	32	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	16	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	26	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	35	Remuneração	800,00

**LEI COMPLEMENTAR Nº 4.631, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.631, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Cria emprego público e vagas no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal o Emprego Público descrito no Anexo Único desta Lei, com as vagas, habilitação/escolaridade e Nível/Sub-Nível salarial correspondente.

Parágrafo único. O emprego público e respectivas vagas passam a integrar os Anexos correspondentes da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de Novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

**ANEXO ÚNICO**

Empregos Públicos, Vagas, Habilitação/Escolaridade e Nível/SubNível

Grupo Ocupacional	Empregos Públicos	Vagas	Habilitação/Escolaridade	Nível
Serviços Auxiliares - SAU	Auxiliar de Biblioteca	2	Conclusão do ensino básico.	4

**LEI Nº 4.628, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.628, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Denomina Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes da Silva (Dona Pequena), o Centro de Educação Infantil localizado no bairro Vila Santo Antônio, neste município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes da Silva (Dona Pequena), o Centro de Educação Infantil localizado no bairro Vila Santo Antônio, município de Imbituba.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de Novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.629, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.629, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e para o Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	1.000.000,00
Total		1.000.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Limpeza Pública		
15.452.0007-2.016		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0092)	Aplicações Diretas	1.000.000,00
Total		1.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de Novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 4.632, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.632, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 337.800,00 (trezentos e trinta e sete mil e oitocentos reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUN. TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Construção do Centro de Multiuso		
27.813.0007-1.107		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0213)	Aplicações Diretas	145.000,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM		
Encargos com a Execução de Sentenças Judiciais		
02.062.0005-2.038		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0131)	Aplicações Diretas	192.800,00
Total		337.800,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUN. TURISMO, ESPORTE E CULTURA – SETEC		
Calendário Anual de Eventos		
23.695.0008-2.024		
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0121)	Transf. Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	337.800,00
	Total	337.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de Novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**PORTARIA PMI/GGP Nº 584/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 584, de 03 de novembro de 2015.

Dispõe sobre a Admissão de Odontóloga - PSFB, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Karin Ermel	Odontóloga - PSFB	130.346.878-69	04/11/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 03 de novembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 585/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 585, de 03 de novembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Agente Administrativa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Juliana Barth Menegatti	Agente Administrativa – 40h	977.391.620-00	04/11/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 03 de novembro de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 586/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 586, de 04 de novembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, Lei Complementar nº 4.177, de 18 de abril de 2013 e Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Edna Luiz Pereira	Agente Comunitário de Saúde - 40h	028.864.819-63	04/11/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2015.  
Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

# Indaial

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PROCESSO LICITATÓRIO 17/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 07/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAL

AVISO LICITAÇÃO

Pregão Presencial 007/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Indaial, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de condicionadores de ar, tipo Split, para atender a Câmara Municipal de Indaial, com a prestação dos serviços de suporte e assistência técnica gratuita durante o período de garantia dos equipamentos, incluindo mão-de-obra, peças e serviços, conforme especificações contidas no Edital. A documentação para credenciamento, habilitação e propostas será recebida na Sala do Plenário da Câmara até as 09:45 do dia 17/11/2015. A sessão com a abertura dos envelopes terá início às 10:00 do dia 17/11/2015 no mesmo local. Informações fone (47) 33806900 (licitações) ou email: [secretaria@camaraindaial.sc.gov.br](mailto:secretaria@camaraindaial.sc.gov.br). Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital na Secretaria da Câmara, na Rua Prefeito Frederico Hardt, 148 – Centro, cidade de Indaial/SC, horário das 09:00 às 17:00, de segunda à sexta-feira, ou pelo site [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br).

Indaial, 05 de novembro de 2015.

Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

# Ipumirim

## PREFEITURA

**DECRETO N. 2.176 DE 30 DE OUTUBRO DE 2.015**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 66.519,32

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 117, Projeto/Atividade 15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público., elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 22.350,00.

II - Código reduzido 32, Projeto/Atividade 10.302.0005.2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0002 - Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 44.169,32.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 66.519,32

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 22.350,00

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0002 - Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 44.169,32

TOTAL GERAL .....  
R\$ 66.519,32

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 30 de outubro de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 30 de outubro de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 420/2015 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

PATRICIA ALBUQUERQUE DOS SANTOSI, Matrícula 2439-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.488 e do CPF 053.860.539-14, contratada em caráter temporário no cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 343/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 04 de Novembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de Novembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 421/2015 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

JULIANA APARECIDA MAIA DELFINO DOS SANTOS, Matrícula 2447, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.975.211 e do CPF 082.991.399-88, contratada em caráter temporário no cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002 com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 380/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 04 de Novembro de 2015.

Ipumirim - SC, 04 de Novembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº.419/2015 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MEDICA VETERINARIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE**

A MARIA CRISTINA DE ALMEIDA LINS, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Ipumirim – SC, CPF sob o nº. 060.411.649-76, Contratada em caráter temporário no cargo de Médica Veterinária, com carga horária de 44 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e Oitenta) dias, para o período de 28 de Outubro de 2015 a 24/04/2016, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos retroativos a partir de 28 de Outubro de 2015.

Ipumirim - SC, 03 de Novembro de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2015  
EDITAL DE LEILÃO Nº 01/2015

O Município de Irineópolis, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que fará realizar no dia 27 de Novembro de 2015, às 09:00 horas, no Centro de Uso Múltiplo, localizado na Rua Guanabara nº 288, Centro em Irineópolis – SC, Leilão Público pelo maior lance para alienação de “LEILÃO PÚBLICO DE BENS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E DE RECUPERAÇÃO ANTIECONOMICA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM, ATRAVÉS DO LEILOEIRO RODOLFO DA ROSA SCHÖNTAG, MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOB O Nº AARC 263”, Cópia do edital de Licitação e/ou maiores informações encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br); [www.LeiloeiroPublico.com.br](http://www.LeiloeiroPublico.com.br); pelo Leiloeiro através do telefone (48) 9804.5050 e (47) 3445.8200 ou pelo e-mail [contato@leiloeiropublico.com.br](mailto:contato@leiloeiropublico.com.br).

Irineópolis, 04 de novembro de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de novembro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA USO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 29 de outubro de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PE Nº 2/2015

EXTRATO DE CONTRATO – Processo Licitatório nº 2/2015 – Pregão Eletrônico nº 2/2015. Objeto: aquisição de combustível (óleo diesel S 500) para a frota municipal. CONTRATO nº 119/2015. CONTRATADA: Safra Diesel Ltda. Valor: ITEM 01 (30.000 litros de óleo diesel S 500) a R\$ 2,765 o litro. Valor Total: R\$ 82.950,00. PRAZO: 31/12/2015. Itaiópolis, 05/10/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 13/2013. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Betha Sistemas Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA DO REAJUSTE – Fica reajustado os valores para: Contabilidade Pública R\$ 151,46; Folha de pagamento R\$ 460,00; Licitações e Compras R\$ 95,37; Patrimônio Público R\$ 112,19; Tesouraria R\$ 100,98 mensal. Serviço: Hora técnica R\$ 67,30; Deslocamento: R\$ 0,66 e Estadia R\$ 123,41. Itaiópolis, 04/11/2015. Sirlei da Silva Steffen – Administradora Hospitalar.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 213 DE 30/10/2015

DECRETO Nº 213 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Regulamenta as atribuições dos Cargos Comissionados da Lei Complementar nº 2, de 20 de abril de 2006 e alterações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 2, de 20 de abril de 2006 e alterações;

#### D e c r e t a:

Art. 1º Ficam regulamentados os CARGOS EM COMISSÃO, constantes na Lei Complementar nº 2, de 20 de abril de 2006 e alterações. Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão e suas atribuições são os seguintes:

#### I. COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO – 1 VAGA

- Coordenar o Sistema de Controle Interno do Município, harmonizar a interpretação dos atos normativos e os procedimentos relativos as atividades do cargo;
- promover a integração do Sistema de Controle Interno com os outros sistemas da administração municipal;
- normatizar, sistematizar e padronizar os procedimentos operacionais dos órgãos e unidades da administração municipal;
- exercer a supervisão técnica das atividades desempenhadas pelos diversos setores;
- verificar a consistência dos dados contidos nos relatórios de gestão fiscal e balanço geral do Município;
- elaborar a prestação de contas anual do Prefeito, assinando-a;
- realizar auditoria sobre a gestão dos recursos públicos;
- realizar auditoria e fiscalizações nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacional;
- apurar os atos considerados ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização dos recursos públicos municipais, dando ciência ao controle externo e ao Ministério Público;
- comunicar a unidade responsável pela contabilidade geral, para providências cabíveis;
- acompanhar o Tribunal de Contas nas auditorias;
- exercer outras atividades inerentes ao cargo.

#### II. DIRETOR INSPEÇÃO SANITÁRIA – 4 VAGAS

- Dirigir e coordenar os programas de inspeção sanitária nos estabelecimentos do município de Itapiranga.

#### III. ASSESSOR JURÍDICO (30 HORAS) – 2 VAGAS

- Representar, assessorar e defender o Município em todas as questões e demandas no âmbito jurídico, preservando sempre o interesse da municipalidade;
- prestar assessoramento técnico-jurídico, na área administrativa, ao Prefeito Municipal e Secretarias;
- estudar e sugerir soluções para assuntos de ordem administrativo-legal de interesse do Município;
- promover e acompanhar processos de ordem técnico-administrativa em todas as suas fases, emitindo parecer técnico na fase

própria;

- elaborar minutas das peças informativas solicitadas judicialmente em virtude de ajuizamento de mandado de segurança contra o Município;
- elaborar contratos, aditivos, termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios, ofícios e outros documentos de natureza jurídico-administrativa;
- elaborar anteprojetos de lei, resoluções, portarias e demais atos oficiais que digam respeito a assuntos administrativos;
- integrar e/ou fornecer subsídios a comissões de licitação, de sindicância e processo administrativo, disciplinar ou não;
- praticar os demais atos e promover medidas que se relacionem com atribuições próprias da Assessoria Jurídica.

#### IV. ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO – 1 VAGA

- Elaborar e encaminhar diário de avisos e notícias para a imprensa escrita e falada;
- agendar e acompanhar entrevistas para a imprensa escrita e falada;
- elaborar, gravar e acompanhar a veiculação de programas da administração municipal em emissoras de rádio;
- arquivar notícias veiculadas na imprensa escrita local, regional e estadual do interesse da municipalidade;
- atualizar permanentemente os contatos que possam interessar à administração municipal;
- coordenar a elaboração de panfletos, folders, cartazes, informativos, entre outros;
- fotografar e manter arquivo das principais atividades da administração municipal;
- efetuar a atualização semanal e reestruturação permanente do site do Município;
- coordenar a sonorização em pequenos eventos da administração;
- coordenar o protocolo e cerimonial em eventos;
- organizar e verificar permanentemente o calendário de datas comemorativas e eventos, criando alternativas para ações e atividades inerentes às diferentes comemorações e festividades;
- arquivar e resumir os relatórios de todas as secretarias e setores da prefeitura;
- controlar assinaturas de jornais e revistas;
- atualizar o painel de prestação de contas públicas.

#### V. DIRETOR DE PROGRAMAS MUNICIPAIS – 10 VAGAS:

##### a) DIRETOR DE CONTABILIDADE

- Dirigir e coordenar o departamento de contabilidade.

##### b) DIRETOR ESPORTIVO

- Dirigir e coordenar os programas e eventos esportivos do Município de Itapiranga – SC.

##### c) DIRETOR DE CULTURA

- Dirigir e coordenar os programas culturais do Município.

##### d) DIRETOR DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TURISMO

- Dirigir, coordenar e supervisionar as ações para o desenvolvimento da indústria, comércio, prestação de serviços e turismo.

##### e) DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- Dirigir e coordenar as compras e processos licitatórios a serem realizados pela municipalidade.

**f) DIRETOR DA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO**

- Dirigir a Procuradoria Municipal, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;
- determinar a propositura de ações necessárias à defesa e ao resguardo dos interesses do Município;
- prevenir e dirimir os conflitos entre os órgãos jurídicos da Administração Municipal;
- aprovar total ou parcialmente ou não aprovar, os pareceres emitidos pela Procuradoria do Município;
- receber citações, intimações e notificações nas ações em que o Município seja parte;
- planejar, controlar e executar as atividades jurídicas de interesse do Município.

**g) DIRETOR DE COMUNICAÇÃO**

- Responsável pela publicidade das ações, programas, serviços, investimentos e obras da Administração Municipal;
- dirigir e acompanhar a veiculação de programas da administração municipal em emissoras de rádio;
- encaminhar diários de avisos e notícias para a imprensa escrita e falada;
- centralizar as informações, comunicados, avisos e notícias para os encaminhamentos;
- responsável pelo arquivamento das notícias veiculadas na imprensa local, regional e estadual, que sejam de interesse da municipalidade;
- coordenar a elaboração de vídeos administrativos, culturais e históricos do município;
- dirigir e coordenar o registro fotográfico, filmagem e edição de imagens dos eventos municipais.

**h) DIRETOR DE URBANISMO**

Dirigir e coordenar os trabalhos do Departamento de Urbanismo.

**i) DIRETOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA**

- Dirigir e coordenar as atividades do sistema elétrico das instalações nos prédios públicos;
- dirigir e coordenar o estudo e implantação de novas instalações e equipamentos elétricos.

**j) DIRETOR DO NASF**

- Dirigir e coordenar o Programa do NASF – Núcleo de Apoio de Saúde da Família.

**VI. ASSESSOR DE PROGRAMAS MUNICIPAIS – 5 VAGAS:****a) ASSESSOR DA SECRETARIA DA AGRICULTURA**

- Assessorar nas atividades e programas da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

**b) ASSESSOR DE PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO**

- Assessorar e coordenar os programas de infraestrutura e saneamento básico no Município.

**c) ASSESSOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

- Assessorar nas atividades e programas da Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

**d) ASSESSOR DE PROGRAMAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

- Assessorar, coordenar e acompanhar o desempenho do transporte escolar do município;
- assessorar e controlar a merenda escolar, materiais didáticos e pedagógicos das escolas municipais;
- assessorar o censo escolar;
- assessorar o Projeto Presença;
- assessorar e coordenar a aquisição de alimentos através da Agricultura Familiar.

**e) ASSESSOR DE PROJETOS**

- Assessorar, elaborar, acompanhar e controlar o processo da execução de projetos de interesse municipal disponíveis nos programas dos diferentes órgãos federais, estaduais e privados;
- assessorar e acompanhar a regularidade do Município junto ao CADIN, CAUC e demais negativas necessárias para recebimento de recursos juntos aos órgãos federais e estaduais.

**VII. DIRETOR DE PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO – 1 VAGA**

- Dirigir e coordenar as atividades pedagógicas nos seguintes eixos:
  - 1) projetos políticos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares;
  - 2) cursos de capacitação e aperfeiçoamento do Corpo Docente;
  - 3) desencadear programas de estudo;
  - 4) organizar, distribuir e controlar materiais didáticos que vão para as escolas;
  - 5) acompanhar todos os trabalhos de planejamento;
  - 6) organizar o calendário anual com as respectivas unidades escolares.

**VIII. DIRETOR DE ESCOLA II– 6 VAGAS**

- Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrar maturidade no trabalho com os alunos e colegas;
- seguir as diretrizes educacionais da Unidade Escolar, da Secretaria Municipal de Educação e do Sistema Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação na consecução dos fins e objetivos educacionais;
- executar as normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinentes;
- promover a articulação entre a escola família e comunidade;
- participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar;
- promover a participação dos pais e alunos na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;
- buscar atualização permanente;
- coordenar e participar da construção do projeto político pedagógico;
- garantir que a escola não se desvie de sua verdadeira função;
- organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- providenciar junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do PPP da escola;
- coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento;
- discutir com a comunidade escolar a qualidade, quantidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providências para que sejam atendidas as necessidades do educando;
- executar outras atividades compatíveis com a sua função;
- participar e coordenar os planejamentos escolares.

**IX. DIRETOR DE ESCOLA I – 8 VAGAS**

- Testemunhar idoneidade moral e social, demonstrar maturidade no trabalho com os alunos e colegas;
- seguir as diretrizes educacionais da Unidade Escolar, da Secretaria Municipal de Educação e do Sistema Municipal de Educação, comprometendo-se não apenas a aceitá-las, mas também a integrar sua ação na consecução dos fins e objetivos educacionais;
- executar as normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação federal, estadual e municipal pertinentes;
- promover a articulação entre a escola família e comunidade;
- participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar;

- promover a participação dos pais e alunos na construção do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;
- buscar atualização permanente;
- coordenar e participar da construção do projeto político pedagógico;
- garantir que a escola não se desvie de sua verdadeira função;
- organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola;
- providenciar junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do PPP da escola;
- coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento;
- discutir com a comunidade escolar a qualidade, quantidade, preparo, distribuição e aceitação da merenda escolar, tomando providências para que sejam atendidas as necessidades do educando;
- executar outras atividades compatíveis com a sua função;
- participar e coordenar os planejamentos escolares.

#### X. ASSESSOR DE GABINETE E SECRETARIA – 7 VAGAS

##### a) ASSESSOR DO GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Assessorar, planejar, orientar e coordenar as atividades do Gabinete do Secretario de Saúde;
- manter atualizados os programas da Secretaria.

##### b) ASSESSOR DE IMPRENSA

- responsável pela elaboração de diários de avisos e notícias para a imprensa escrita e falada;
- assessorar no registro fotográfico e manutenção dos arquivos;
- coordenar a atualização do site da prefeitura;
- responsável pela edição de programas de rádio;
- assessorar a produção e envio de boletim eletrônico e comunicados internos;
- integrar comissões de divulgação de eventos ligados ao município.
- assessorar, coordenar e apresentar protocolos e cerimoniais em eventos.

##### c) ASSESSOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- Assessorar nas atividades nas compras e processos licitatórios do Município.

##### d) ASSESSOR DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

- Assessorar, orientar e fiscalizar a cobrança dos tributos municipais.

##### e) ASSESSOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

- Assessorar, coordenar e acompanhar o programa de Cadastro Único, Bolsa Família e outros programas sociais (Carteira do Idoso, Habitação Rural, Cisternas, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, Benefício de prestação continuada - BPC).

##### f) ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS

- Assessorar e executar o recebimento e a conferência de documentos, o cumprimento de prazos para o envio de informações, encaminhamentos de diárias e adiantamentos ao setor competente;
- assessorar e executar as atividades do departamento de Recursos Humanos.

##### g) ASSESSOR DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Assessorar as atividades da Secretaria de Assistência Social;
- coordenar e acompanhar os programas sociais junto aos grupos

da 3ª idade.

.

#### XI. DIRETOR DE GABINETE E SECRETARIA – 8 VAGAS

##### a) DIRETOR DE ESCOLINHAS DE ESPORTE E LAZER

- Dirigir e acompanhar o desempenho dos professores do município que atuam em escolinhas de esporte e lazer;
- coordenar e promover intercâmbio entre escolinhas;
- fomentar o surgimento de novas modalidades de escolinhas esportivas.

##### b) DIRETOR DE TRIBUTOS

- Dirigir e coordenar o departamento de tributos.

##### c) DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

- Dirigir, coordenar e desenvolver ações relacionadas ao Departamento de Recursos Humanos e Setor de Pessoal.

##### d) DIRETOR DE ENGENHARIA

- Dirigir e coordenar o Departamento de engenharia e fiscalização de obras.

##### e) DIRETOR DE ÁGUA E ESGOTO

- Dirigir e coordenar os serviços das estações de tratamento e redes de água e esgoto no município;
- coordenar os servidores municipais que atuam nas estações de tratamento de água e esgoto.

##### f) DIRETOR DA EQUIPE RODVIÁRIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

- Dirigir, coordenar e controlar a equipe rodoviária na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

##### g) DIRETOR DE INFORMÁTICA

- Dirigir e coordenar o departamento de informática do Município.

##### h) DIRETOR DA EQUIPE RODOVIÁRIA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES

- Dirigir, coordenar e controlar a equipe rodoviária na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

#### XII. SECRETÁRIO DE ESCOLA – 8 VAGAS

- Contribuir para o bom andamento da escola em todos os aspectos;
- organizar e atualizar os documentos escolares;
- participar da coordenação dos planejamentos, conselhos de classe da escola e demais atividades de apoio pedagógico;
- coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos das escolas que possibilitem constante avaliação do processo educacional;
- registrar os dados de todos os alunos, transferências recebidas e emitidas;
- garantir o registro de todos os alunos que passarem pela escola, fazendo um arquivo "histórico individual" dos mesmos;
- organizar as fichas de matrículas, arquivando-as em uma única pasta em ordem alfabética;
- organizar o livro ponto para registrar e documentar o serviço dos profissionais que atuam na escola, independente de sua função;
- garantir o acesso à materiais e ou informações de uso rotineiro (Horário das aulas, calendário escolar, convocações, convites, cronogramas entre outros);
- efetuar o registro das deliberações e decisões da escola e expedir, requerimentos de interesse da escola e de seus funcionários, bem como atestados de frequência, históricos, boletins, convites recados, bem como, toda e qualquer documentação de cunho oficial da Unidade Escolar;
- registrar no Projeto Série todas as informações da vida escolar

do aluno;

- zelar e registrar os bens que pertencem a APP;
- organizar arquivos com as leis que dizem respeito à educação, como as leis municipais, bem como, leis estaduais e federais, sempre procurando as atualizações e disponibilizá-las a todos os funcionários;
- expedir declarações e/ou outros documentos para alunos, ex-alunos ou pais;
- buscar atualização constante;
- participar com a comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico.

### XIII. DIRETOR DE DEPARTAMENTO – 10 VAGAS

#### a) DIRETOR DE COBRANÇAS TRIBUTÁRIAS

- Dirigir e coordenar as notificações de cobranças dos créditos tributários e não tributários vencidos e da dívida ativa;
- coordenar a revisão e o encaminhamento das cobranças judiciais e de protesto dos títulos da dívida ativa;
- acompanhar o pagamento dos parcelamentos da dívida ativa.

#### b) DIRETOR RESPONSÁVEL POR ÁREAS DE LAZER PÚBLICAS

- Dirigir e coordenar os trabalhos de manutenção e limpeza nas áreas de lazer Barra do Macaco e Marco Peperi Guaçú.

#### c) DIRETOR DE SERVIÇOS DE ACESSO ÀS PROPRIEDADES

- Responsável pelo controle e realização dos serviços de acesso às propriedades e terraplenagem.

#### d) DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO

- Dirigir e controlar os bens patrimoniais do Município.

#### e) DIRETOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

- Dirigir e coordenar os trabalhos da biblioteca pública municipal;
- solicitar a aquisição de novos títulos para renovação e atualização do acervo e solicitar a aquisição de equipamentos para atender as necessidades dos usuários.

#### f) DIRETOR DA EQUIPE DE TUBULAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

- Dirigir e coordenar a equipe de colocação e manutenção das tubulações nas estradas gerais e vicinais do município.

#### g) DIRETOR DO MUSEU PÚBLICO MUNICIPAL

- Dirigir e coordenar os trabalhos do Museu Público Municipal.

#### h) DIRETOR DO GABINETE DO VICE-PREFEITO E SECRETARIAS

- Chefiar e coordenar as atividades do Gabinete do Vice-Prefeito, Secretário de Administração e Secretário de Planejamento.

#### i) DIRETOR DO ALMOXARIFADO CENTRAL

- Dirigir o almoxarifado central e supervisionar o controle de estoques.

#### j) DIRETOR DE UBS – VUNIBALDO RECH

- Dirigir e coordenar a Unidade Básica de Saúde Vunibaldo Rech;
- coordenar o agendamento e encaminhamento de pacientes para atendimento;
- supervisionar e dispensar medicamentos na unidade;
- supervisionar e zelar pela manutenção e limpeza da unidade;
- controlar o recebimento e direcionar o uso de materiais na unidade.

### XIV. CHEFE DE SETOR – 15 VAGAS

#### a) CHEFE DO PROGRAMA DE PASSEIOS PÚBLICOS

- Chefiar e coordenar o Programa de Passeios Públicos.

#### b) CHEFE DO SETOR DE URBANISMO

- Chefiar e coordenar os trabalhos das pessoas encaminhadas pelo setor social ao setor de urbanismo para atuar no Programa bairro limpo, cidade limpa;
- responsável pela ouvidoria dos serviços de iluminação pública;
- chefiar e coordenar os encaminhamentos dos serviços urbanos.

#### c) CHEFE DO CRAS

- Chefiar e coordenar os trabalhos inerentes ao CRAS do Município.

#### d) CHEFE DO SETOR DE CONTROLE INTERNO

- Coordenar e orientar a execução das normas e procedimentos operacionais nos diversos setores da administração municipal instituídas pelo Controle Interno.

#### e) CHEFE DE GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

- Coordenar e assessorar nas atividades do Secretário Municipal da Agricultura.

#### f) CHEFE DE GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- Coordenar e assessorar nas atividades do Secretário Municipal de Administração.

#### g) CHEFE DO MOVIMENTO ECONÔMICO AGROPECUÁRIO.

- Chefiar e implementar o movimento econômico agropecuário sugerindo alternativas para fomentar o aumento.

#### h) CHEFE DO PROGRAMA SIMASE

- Chefiar a equipe multidisciplinar do Programa SIMASE – Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- chefiar os serviços de atendimento a adolescentes do Programa PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e o Programa LA - Liberdade Assistida.

#### i) CHEFE DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

- Chefiar e coordenar a manutenção dos veículos do setor administrativo.

#### j) CHEFE DE GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Coordenar e assessorar nas atividades do Secretário Municipal de Saúde.

#### k) CHEFE DO SETOR DE HABITAÇÃO

- Chefiar e acompanhar os programas de habitação rural e urbana;
- Coordenar a mobilização social dos grupos e elaborar relatórios e pareceres dos programas de habitação rural e urbana.

#### l) CHEFE ADMINISTRATIVO

- Dirigir, coordenar os trabalhos dos setores administrativos.

#### m) CHEFE DO GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

- Chefiar e controlar as atividades do Gabinete.

#### n) CHEFE DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA FRONTEIRA

- j) Coordenar e controlar os materiais, equipamentos e serviços da estação de tratamento de água da fronteira;

- k) coordenar e chefiar os servidores municipais que atuam nesta estação de tratamento;

- l) comunicar ao departamento de saneamento da prefeitura sobre eventuais necessidades de manutenção e reposição de estoque de materiais.

#### o) CHEFE DO POSTO AGROPECUÁRIO

- Coordenar os trabalhos no viveiro de mudas, controlar a distribuição das mudas de variedades exóticas e nativas produzidas no posto agropecuário;
- responsável pelo sistema de irrigação;

- controlar a produção anual de mudas para as diversas épocas do ano;
- controlar o consumo de sementes, adubos e demais materiais, solicitando a reposição do estoque.

#### XV. CHEFE DE SEÇÃO – 10 VAGAS

##### a) CHEFE DOS SERVIÇOS DE COPA E LIMPEZA

- Chefiar e coordenar os serviços de copa e limpeza do Centro Administrativo.

##### b) CHEFE DE PROGRAMAS DA SAÚDE

- Chefiar e coordenar o sistema de informação e- SUS atenção básica, SIAB-SUS (Sistema de informação de atuação básica), SISVAN (Bolsa Família com condicionalidade de saúde);
- responsável pela emissão de autorização de guias do CIS-AME-OSC (consórcio intermunicipal de saúde da Ameosc);
- responsável pelo sistema de informação GEMUS WEB.

##### c) CHEFE DA SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

- Chefiar e coordenar os serviços de confecção de carteiras de identidade, junto à Delegacia Regional;
- coordenar os serviços de emissão de carteiras de trabalho.

##### d) CHEFE DA SEÇÃO EXECUTIVA

- Chefiar e coordenar as atividades executivas da Administração Municipal.

##### e) CHEFE DA SEÇÃO DE AGENDAMENTO E CARTÃO SUS

- chefiar e coordenar os agendamentos de pacientes para tratamento de saúde fora do domicílio – TFD (média e alta complexidade);
- responsável pela emissão e atualização do cartão nacional SUS.

##### f) CHEFE DE PROGRAMAS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

- Chefiar e controlar o programa de melhoramento genético;
- chefiar o programa de incentivo à piscicultura.
- assessorar o viveiro municipal no programa de produção de mudas florestais nativas e exóticas.

##### g) CHEFE DE EQUIPES DE CONSTRUÇÕES

- Chefiar e coordenar as equipes de construções e reformas executadas pelo Município.

##### h) CHEFE DA SEÇÃO DE FERRAMENTAS

- Chefiar e controlar a seção de ferramentas e equipamentos do Departamento de Urbanismo.

##### i) CHEFE DASEÇÃO DE NOTAS FISCAIS PARA EMPENHO E PAGAMENTO

- Chefiar a seção de classificação e conferência das notas fiscais com empenho para efetivar o pagamento;
- Chefiar, controlar e manter a ordem cronológica para encaminhamento de pagamentos.

##### j) CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO E ARRECADAÇÃO DE ÁGUA

- Chefiar e controlar o cadastro de ligações de água;
- chefiar e controlar arquivos bancários de débito automático e pagamento direto;
- importar e exportar dados para as coletoras de leituras do consumo de água;
- chefiar e acompanhar ajustes e atualizações no sistema de gerenciamento de leituras.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2015.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 101, de 1º de junho de 2015 e 118 de 29 de junho de 2015.

Itapiranga – SC, 30 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

#### **PORTARIA Nº 203/2015**

Portaria nº 203 de 3 de novembro de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 1º de novembro de 2015, Dário Kaiser, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor Responsável por Áreas de Lazer Públicas, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor Municipal estará vinculado ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrado no nível salarial 501, classe A-1.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de novembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

#### **PORTARIA Nº 204/2015**

Portaria nº 204 de 3 de novembro de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 213 de 30/10/2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 1º de novembro de 2015, Carlise Diell, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Chefe do CRAS, com 40 horas semanais.

Art. 2º - A servidora municipal permanecerá recebendo os valores do cargo efetivo de professora e receberá Função Gratificada estabelecida pela Lei Complementar nº 002/2006, pelo exercício do cargo em comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de novembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**PREGÃO Nº 161/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 161/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 161/2015, cujo objeto é a aquisição de piso cerâmico, destinado para reforma das salas da Prefeitura. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 16 de novembro de 2015.

Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC, 04 de novembro de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 162/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 162/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 162/2015, cujo objeto é a contratação de serviços gráficos para impressão da revista "Prestando Contas 2013/2015".

Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 17 de novembro de 2015.

Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC, 04 de novembro de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 052/2015 – PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 052/2015 – PSICÓLOGO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Psicólogo.

Clas.	Nome	Tempo Serviço	Cursos	Entrevista	Total
1º	Daniela Vargas da Rosa	0,8	12,0	10,0	22,8
2º	Fabiano Popovisk	5,0	5,5	7,0	17,5
3º	Susana Borges Crissanto da Silva	5,6	1,5	9,5	16,6
4º	Nataly Schroeder Brunnuell	2,0	5,5	7,0	14,5
5º	Alessandra Maria dos Santos Vieira	0,0	7,6	6,0	13,6
6º	Fernanda de Carvalho Rodrigues da Silva	1,4	1,5	7,0	9,9
7º	Elis Regina da Rosa	0,8	0,0	9,0	9,8
8º	Marco Antônio Ortiz Avrechak	0,0	0,0	9,0	9,0
9º	Cassio Heiden Maoski	0,6	1,2	7,0	8,8
10º	Daiani Zuchi Petry	0,0	0,0	7,0	7,0

Itapoá, 04 de Novembro de 2015.

Marciane Rech  
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima  
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

### SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2014 EDITAL DE CREDENCIAMENTO - EDITAL Nº 056/2014 MOTORISTA

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2014  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO - EDITAL Nº 056/2014  
MOTORISTA

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais e conforme solicitação da Secretaria de Obras CONVOCA o (a) candidato(a) CLAUDIO R. DOS SANTOS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet site do TRE);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Duas foto recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Registro no CRTR/SC;

11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet);
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Itapoá-SC, 04 de novembro de 2015.

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde

**TERMO DE PRORROGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2014**

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO  
CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2014  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2014  
PROCESSO Nº 131/2014

O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrito no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, considerando que:

I. O Município de Itapoá lançou em 12/11/14 o Edital de Chamamento Público nº 04/2014, Inexigibilidade de Licitação nº 05/2014, Processo Licitatório nº 131/2014 para Credenciamento de pessoa jurídica com capacidade técnica para realização de exames laboratoriais para prestação de serviços especializados na área de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);

II. Os serviços de análises clínicas e laboratoriais consistem em serviços de necessidade básica e essencial, relacionados diretamente com a saúde e bem estar da população. Demonstrando extrema relevância no atendimento médico, diagnóstico e tratamento;

III. Por tratar-se de prestação de serviço em atendimento à saúde, sua interrupção acarretaria em graves e inumeráveis danos à população;

IV. Os valores cobrados pelos exames são tabelados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e permanecem inalterados;

V. Conforme justificativa da Secretaria de Saúde, a contratação dos respectivos serviços no modelo de credenciamento foi uma experiência bem-sucedida, e que, com o preço dos exames tabelado pelo SUS é possível realizar um maior número de exames com o mesmo valor gasto anteriormente em outros processos licitatórios;

VI. Segundo ponderado pela Secretaria de Saúde, a prorrogação do respectivo edital de Chamamento Público demonstra-se como opção mais vantajosa, tendo em vista o prazo necessário para preparar um novo processo sendo que as condições e preços permanecem as mesmas;

VII. Por tratar-se de serviços de natureza contínua, dada a permanência da necessidade pública a ser satisfeita, é admitida sua prorrogação, conforme estabelece o art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993 "Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;"

VIII. O Edital de Chamamento Público nº 04/2014 - Processo nº 131/2014, item 19. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO, subitem 19.1 estabelece: "A duração do TERMO DE CREDENCIAMENTO decorrente do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos, limitada ao período de 60 (sessenta) meses, mediante justificativa"

RESOLVE prorrogar a vigência do Edital de Chamamento Público nº 04/2014 - Inexigibilidade de Licitação nº 05/2014 - Processo Licitatório nº 131/2014, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 12/11/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme

disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Edital de Chamamento Público nº 04/2014 - Inexigibilidade de Licitação nº 05/2014 - Processo Licitatório nº 131/2014 e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Itapoá, 04 de novembro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

CRINTIAN ÂNGELO GRASSI

SECRETÁRIO DE SAÚDE

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -  
DATA: 09 de novembro de 2015 – Horário de entrega de envelopes até: 09h:00min e abertura de sessão pública às 09h:30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015 - PROCESSO Nº 80/2015 - OBJETO: Aquisição de peças originais de primeira linha para uso na manutenção dos veículos leves, utilitários e veículos de transporte de emergência, que compõe a frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

**AVISO DE PRORROGAÇÃO**

O Município de Itapoá, torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 13/11/2015 com recebimento de envelopes de habilitação e propostas até 09h:00min de possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 09h:30min a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 04 de novembro de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar

Município de Itapoá

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 118/2015**

DECRETO Nº118, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia Assessora Parlamentar

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, MARCIA ELIANE DIOGO TAVARES, no cargo de Assessora Parlamentar do Vereador Thomaz William Palma Sohn – PP, instituído pela Resolução nº07/2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, 22 de outubro de 2015.

Daniel Silvano Weber  
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº. 119/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 119/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 28, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 261 do Regimento Interno, e no Decreto Municipal n. 2572/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado como Ponto Facultativo, nas dependências da Câmara Municipal de Itapoá, nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2015, devido às festividades em comemoração ao dia do servidor público.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais às funções legislativas, obedecerão escala de trabalho estipulada pelo Secretário Geral.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 27 de outubro de 2015.

DANIEL SILVANO WEBER  
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº. 120/2015**

DECRETO Nº120, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

Exonera Diretor Administrativo

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art. 1º Fica exonerado, a partir da presente data, ALBERTO KO-ELBL JUNIOR, no cargo de Diretor Administrativo, da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, 03 de novembro de 2015.

Daniel Silvano Weber  
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº. 121/2015**

DECRETO Nº121, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

Nomeia Diretor Administrativo

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, FERNANDO HER-NASKI LIMA, no cargo de Diretor Administrativo, instituído pela Resolução nº07/2014 e percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 6 da Lei Complementar nº26/2010, de 04 de maio de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, 04 de novembro de 2015.

Daniel Silvano Weber  
Presidente

**PORTARIA Nº 42/2015**

PORTARIA Nº42, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede Férias À Servidora Maria Inês Vargem Yalçinkaya

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 09 de novembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015, à servidora MARIA INÊS VARGEM YAL-ÇINKAYA, matrícula 19-01, investida no cargo de Agente Administrativo II, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Serão convertidas 1/3 das férias em pecúnia de acordo com ao artigo nº60, § 1º.

Art. 3º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 03/06/2013 à 02/06/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 04 de novembro de 2015.

Daniel Silvano Weber  
Presidente

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EXTRATO CONTRATO 05/2015/FMS TOMADA DE PREÇOS 01/2015 CONTRUÇÃO DE PRAÇAS COM ACADEMIAS AO AR LIVRE NOS BAIROS: SANTO ANTÔNIO, VILA NOVAE GRUTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA / SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 05/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA / SC

CONTRATADA: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – CNPJ 77.894.863/0001-84 Valor R\$ 310.913,52 (Trezentos e dez mil, novecentos e treze reais e cinquenta e dois centavos). OBJETO: CONTRUÇÃO DE PRAÇAS COM ACADEMIAS AO AR LIVRE NOS BAIROS: SANTO ANTÔNIO, VILA NOVAE GRUTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, CONFORME PROPOSTA Nº 11407443000113005, PROPOSTA 11407443000113003 E PROPOSTA 11407443000113006 - MINISTÉRIO DA SAÚDE. Assinatura: 13 de Outubro de 2015 - GISELE WEBER SEBOLD - Secretária Municipal de Saúde

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 122/2013 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 122/2013/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, representado neste ato por seu Prefeito em Exercício, Sr. Marcos Weiss e JOÃO MARIA PAZ, brasileiro, separado judicialmente, agricultor, inscrito no CPF sob nº 551.602.719-53 e RG nº 1.708.699/SSPSC, residente e domiciliado na Rua Pedro Santchuk, nº 144, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC e TEREZINHA OLIVO, brasileira, solteira, do comércio, inscrita no CPF sob nº 927.856.709-49 e RG nº 3.261.113/SSPSC, residente e domiciliada na Linha Rochedo, interior do Município de Joaçaba, SC, a seguir denominados simplesmente LOCADORES, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 122/2013/PMJ, firmado em 24/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 113/2013/PMJ – Dispensa de Licitação nº 7/2013/PMJ, cujo objeto é a locação de área de 3.511,38 m² dos LOCADORES, constituída de parte de um terreno rural, matriculado sob nº 8.656, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, sem benfeitorias, localizado às margens da BR 282, na localidade de Lajeado da Viúva 2º Reservado, Colônia Erval, para a construção de barracão metálico destinado à instalação do centro de reciclagem de resíduos, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E REAJUSTE, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 24 de outubro de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E REAJUSTE

O valor mensal inicial do contrato fica reajustado em 17,1444% correspondentes à variação do INPC no período de outubro de 2013 a setembro de 2015, passando de R\$ 1.700,00 para R\$ 1.991,00 (mil novecentos e noventa e um reais), a contar de 24 de outubro de 2015.

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 23.892,00 (vinte e três mil oitocentos e noventa e dois reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 23 de outubro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
LOCATÁRIO

JOÃO MARIA PAZ  
LOCADOR

TEREZINHA OLIVO  
LOCADOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 4.849 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.849 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

“ADOA CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE TURMAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº210/2011, QUE ESPECIFICA:”

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º – A adoção dos seguintes critérios para a escolha de turmas pelos professores do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino, lotados nas unidades escolares ou centros de educação infantil, fica assim constituído:

- a) Maior tempo de lotação na unidade escolar;
- b) Maior tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;
- c) Maior habilitação na área de atuação;
- d) Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
- e) Sorteio.

Parágrafo Único – No ato da escolha das turmas, o professor reaptado e o professor que estiver gozando de licença sem vencimento não terão direito de escolha.

Art. 2º - A escolha deverá ser realizada na primeira semana de Dezembro do ano de 2015, sendo que a lotação somente terá validade para o ano letivo de 2016.

Art. 3º - As Escolas e Centros de Educação Infantil Municipais deverão, após as escolhas, encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, documento contendo o nome do professor, a vaga escolhida e a assinatura do mesmo.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 4.664 de 04 de novembro de 2015.

Joaçaba (SC), 03 de Novembro de 2015.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### HOMOLOG PL 20/2015 FMS II

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2015/FMS

A Secretária de Saúde Paula Geovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 20/2015/FMS – PP 15/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Empresa Vencedora:

J.R. EHLKE & CIA LTDA

R\$ 338.265,72

CONTROL LAB CONTROLE DE QUALIDADE P PABORATORIOS

R\$ 4.372,56

LABOURT COMERCIO DE PROD PATA LABORATORIO LTDA

R\$ 41.350,00

BIOMARCHESINI PROD. CIENT. LTDA

R\$ 26.741,40

METROMED COM DE MATERIAL MED HOSPITALAR LTDA

R\$ 19.896,25

DIAGNOSTICA CATARINENSE COM PROD LABORATORIAIS

R\$ 28.033,30

FISCAL: ANA PAULA FRANKE

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

3) Dar efeito a esta publicação, por cancelamento da publicação anterior do PL 20/2015 FMS, publicada em 04/11/2015 no DOM

Joaçaba (SC), 04 de novembro de 2015.

Paula Giovana Kleber

Secretaria- FMS

**ATA REG 15/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 1/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015

Data do Registro: 04/11/2015

Válido até: 04/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AGULHA PARA BARBANTE EM AÇO NIQUELADO, Nº2	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	3,2900	1
2	Agulha para crochê em aço niquelado, nº 1,25	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	3,1900	1
3	AGULHA PARA BARBANTE EM AÇO NIQUELADO Nº3	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	3,2900	1
4	AGULHA PARA BORDAR VAGONITE Nº24 EM AÇO NIQUELADO 10 UN	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	6,0000	1
5	AGULHA PARA BORDAR CHINELOS EM AÇO NIQUELADO Nº7 - 20 UN	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	4,3900	1
7	AGULHA PARA COSTURA Nº8 PONTA GROSSA AÇO NIQ. 20 UN	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	10,9300	1
8	AGULHA PARA COSTURA Nº12 EM AÇO NIQ. 20 UN	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	8,5900	1
9	AGULHA PARA COSTURA Nº8 PONTA FINA EM AÇO NIQ. 20 UN	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	7,2900	1
10	AGULHA PARA CUSTURA Nº6, PONTA FINA, EM AÇO NIQUELADO, PACOTE COM 20 UN	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	7,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 2/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	AGULHA PARA TRICÔ DE METAL Nº 4 COM 40 CM DE COMPRIMENTO	PAR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	9,4900	1
14	AGULHA PARA TRICÔ EM PLASTICO RESISTENTE 100% ABS Nº8 COM 40 CM DE COMPRIMENTO	PAR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	7,1900	1
15	Agulha para máquina de costura, em aço niquelado, nº 11, para máquinas marca Singer.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	4,5800	1
16	Agulha para máquina de costura, em aço niquelado, nº 12, para máquinas marca Singer.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	4,6500	1
17	AGULHA PARA MÁQUINA DE COSTURA EM AÇO NIQUELADO Nº14 PARA MÁQUINAS MARCA SINGER	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	4,7500	1
18	Agulha para máquina de costura, em aço niquelado, nº 16, para máquinas marca Singer.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	5,5500	1
19	ALFINETE PARA COSTURA Nº29 EM AÇO NIQUELADO COM APROX. 3 CM DE COMPRIMENTO - CAIXA COM 50 GRAMAS	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	BACHI	0	5,7000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	BACHI	0	5,8000	2
20	Alfinete com cabeça de plástico colorido (ou vidro), com aproximadamente 03 cm de comprimento, em aço niquelado - caixa com 50 unidades	CX	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	5,9500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	BRW	0	6,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 3/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	JOCAR	0	6,3000	3
26	Argila branca - 01 kg	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	colorgil	0	3,6000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	REZENDE	0	3,6500	2
27	Argila escura - 01 kg	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	colorgil	0	3,2000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	VILLAGE	0	3,3000	2
29	Argola para confecção de chaveiros de latão, fio de 1,5 mm, tendo de 2,5 ou 3 cm de diâmetro, com corrente pingô d' água com 4 cm de comprimento.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	0,4200	1
30	Atadura gessada - 20 cm x 4,00 m	RL	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	NEVE	0	9,0600	1
31	Balão em látex decorado, 10 polegadas (aproximadamente 28 cm) - estampas e cores diversas - com 25 unidades	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	sao roque	0	17,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	BALONTEC	0	17,2500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	IBB	0	18,4500	3
33	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, medida 37 x 21,5 x 1 cm, com aba e alça	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	27,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Página: 4/37

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armários, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	27,8500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	28,0000	3
34	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, medida 26 x 26,5 cm, com alça	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	26,7000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	26,7500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	27,0000	3
35	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, medida 30 x 50,5 cm, com alça	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	41,6000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	41,6500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	42,0000	3
36	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, para 02 azulejos, medida 33 x 17,5 x 2 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	20,7000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	20,7500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	21,0000	3
37	Baralho tipo espanhol (truco), plastificado	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	COPAG	0	17,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 5/37

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PINGUM	0	18,0000	2
38	Baralho com 52 cartas + coringas, 04 naipes, plastificado	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	COPAG	0	17,7500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PINGUM	0	18,0000	2
39	Barbante colorido em algodão nº 04 - com 1.057 metros	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	13,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	13,2000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	13,5000	3
40	Barbante colorido em algodão nº 06 - com 704 metros	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	13,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	13,2000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	13,3000	3
41	Barbante colorido em algodão nº 08 - com 704 metros	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	14,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	14,5000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	14,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 6/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Barbante cru em algodão, nº 04 - rolo com 1.057 metros.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	12,8500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	12,8800	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	12,9000	3
43	BARBANTE CRU EM ALGODÃO, Nº 06 - ROLO COM 704 METROS	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	12,8500	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	12,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	13,0000	3
44	Barbante cru em algodão, nº 08 - com 704 metros.	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	12,8500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	13,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	13,1500	3
45	Barbante mesclado em algodão, nº 04 - com 1.057 metros	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	12,8500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	13,0000	2
46	Barbante mesclado em algodão, nº 06 - com 704 metros.	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	12,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 7/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	13,0000	2
47	Barbante mesclado em algodão, nº 08 - com 704 metros.	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO JOAO	0	12,8500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	KOREA	0	13,0000	2
48	BOLA DE ISOPOR, DIÂMETRO 50 MM	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	STIROCORTE	0	0,9900	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ISFRIO	0	1,0200	2
49	BOLA DE ISOPOR, DIÂMETRO 100 MM	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	STIROCORTE	0	2,1500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ISOFRIO	0	2,2600	2
50	Bomba manual para encher bexigas, balões, balões metalizados, bexigas de látex (canudo)	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	RIBERBALL	0	14,9100	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SAO ROQUE	0	15,0000	2
51	Botões decorativos com motivos infantis e de animais, flores, alimentos, meios de transporte e outros, com tamanho entre 1,5 e 2,5 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	1,1500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ALESSANDRA BOTOES	0	1,2600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 8/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armazinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	BOTÕES DECORATIVOS COM MOTIVOS DE ANIMAIS, FLORES, ALIMENTOS, MEIOS DE TRANSPORTE E OUTROS, COM TAMANHOS ENTRE 2,5 E 3,5 CM	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	AQUARELA	0	1,4500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ALESSANDRA BOTOES	0	1,5500	2
53	Broca para madeira (pirógrafo) - uso artesanal	JOGO	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	180,0000	1
54	Broca paralela aço rápido, 20 peças (0,5 a 10,00 mm)	JOGO	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	IRWIN	0	90,0000	1
57	Caixa com tampa em MDF cru, medida 7 x 7 x 8 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	12,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	12,1000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	12,5000	3
58	Caixa com tampa em MDF cru, medida 15 x 15 x 8 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	19,9500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	20,3500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	21,0000	3
59	Caixa com tampa em MDF cru, medida 20 x 20 x 8 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	22,9000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	23,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 9/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armários, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	25,0000	3
60	Caixa chá em MDF cru, medida 18 x 16,5 x 7 cm, 04 cavidades, tampa com dobradiça	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	27,7000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	27,7500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	28,0000	3
61	Caixa costura em MDF cru, medida 7 x 17 x 25 cm, com alça, várias repartições	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	55,9000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	56,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	57,0000	3
62	Caixa/maleta para ferramentas, em plástico resistente, com tampa, alça e fecho, 02 compartimentos, capacidade mínima para 07 quilos.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	10,8000	1
63	Caixa/maleta para ferramentas, profissional, 02 compartimentos superiores para o armazenamento de pequenas peças, acessível sem abrir a caixa. Porta cadeado. Fecho com travas em material niquelado. Alça revestida com borracha macia. Dimensões aproximadas: 480 x 250 x 230 mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	40,0000	1
64	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, 10L	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PALSUTIL	0	22,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	GIOTTO	0	23,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 10/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015

Data do Registro: 04/11/2015

Válido até: 04/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armários, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, com tampa e trava lateral, capacidade mínima para 80 litros.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	99,0000	1
66	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, com tampa e trava lateral, capacidade mínima para 56 litros.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	71,0000	1
67	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, com tampa e trava lateral, capacidade mínima para 29 litros.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PLASUTIL	0	48,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	PLASVALE	0	49,9000	2
68	Caixa sextavada em MDF cru, com tampa, medida 16 x 16 x 7 cm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	25,2000	1
69	Caixa/lampa em MDF cru, medida 30 x 20 x 12 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	25,8000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	25,8500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	26,5000	3
70	Canela para escrever em tecido, com ponta em poliéster - cores variadas	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	5,4000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	5,5000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	5,7500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 11/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Capelinha / oratório em MDF cru, medidas mínimas 34 x 21 x 12 cm (A x L x P)	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	22,8000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	22,8500	2
74	Chave Allen, em aço cromo vanádio, com 08 unidades (2 - 2,5 - 3 - 4 - 5 - 6 - 8 - 10 mm) - corpo em "L"	JOGO	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	IRWIN	0	35,5000	1
75	Chinelos de dedo de borracha. Cores lisas (marrom, preto, rosa, azul, verde, bege, vermelho). Do número 33 ao 44	PAR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	HAVAIANAS	0	12,6000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	HAVAIANAS	0	12,6500	2
76	COLA BRANCA LAVAVEL, NÃO TÓXICA, A BASE DE ÁGUA E ACETATO DE POLVINILA, EM EMBALAGEM DE 01 KG COM BICO DOSADOR	TB	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TEK BOND	0	17,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	FRAMA	0	17,5000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	PIRATININGA	0	20,4000	3
77	COLA EM GEL PARA DECOUPAGE - 80GR	TB	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	8,5500	1
78	Corante para tinta a base de água, cores diversas, bisnaga com 50 ml	TB	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	XADREX	0	4,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 12/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b>REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	Cortador de unhas em aço inox, com lima interna para acabamento	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MANIQUIK	0	8,5000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	RICARL	0	8,6500	2
81	ELASTICO Nº 12 - COM 10 METROS	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	SÃO JOSÉ	0	9,3500	1
85	EVA PLUSH, VARIAS CORES, TAMNO 70 CM X 50 CM X 4MM	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	HAITI	0	6,2500	1
86	EVA, VARIAS CORES, TAMANHO 70CM X 50CM X 4MM	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	HAITI	0	2,8800	1
87	EVA, várias estampas coloridas, tamanho 70cmx50cmx4mm.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SELLER	0	6,2000	1
89	Estilete - mínimo 9 mm - lâmina em aço temperado - corpo injetado em polipropileno - dispositivo para travar lâmina - quebrador de lâmina removível	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	LYKE	0	1,6500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	JOCAR	0	1,7500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIS	0	1,7500	3
90	FELTRO EM CORES DIVERSAS COM 1,40 DE ALTURA, EM METRO (BRANCO, VERDE, VERMELHO, AMARELO, PRETO, MARROM, ROXO, LILÁS, CREME, ROSA CLARO, ROSA PINK, AZUL CLARO, AZUL TURQUESA, AMARELO, ALARANJADO, CINZA)	MT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CATARINENSE	0	14,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	SANTA FÉ	0	15,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 13/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	STALO	0	16,0500	3
95	Ferramentas para jardinagem, com 03 peças (01 pazinha larga com cabo de madeira + 01 pazinha estreita com cabo de madeira + 01 ancinho com cabo de madeira). Acabamento com pintura eletrostática a pó.	KIT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	WHOKER	0	60,0000	1
97	FIBRA SILICONIZADA PARA ENCHIMENTO DE BICHINHOS - COM 1/2 KG	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	FRANENBERG	0	20,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ESTRELA VERDE	0	21,0000	2
98	Fita de cetim, 100% poliéster, nº 5, com 22 mm de largura, peça de 10 metros, em várias cores.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	13,4500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PH FITAS	0	13,6000	2
99	Fita decorativa, estampada para artesanato, em poliéster, com diversos motivos (poá, xadrez, listrado, floreado, etc), com 30 mm de largura x 10 m.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PHE FITAS	0	12,6000	1
100	Fita decorativa aramada cromus, de cetim com diversos motivos (poá, xadrez, listrado, floreado, etc), com 27 mm de largura x 10 m.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PH FITAS	0	15,8000	1
101	Fita isolante 18 mm x 10 m	RL	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	LORENZETTI	0	4,7500	1
102	Fita mimososa em cetim, 100% poliéster, nº 1, com 0,7 mm de largura x 100 metros - várias cores.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	PH FITAS	0	16,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Página: 14/37

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	GITEX	0	17,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	17,3000	3
104	Fragmentadora de papel, automática, capacidade para 07 folhas tipo A4 75g/m2 simultaneamente, cesto com capacidade para 20 litros	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MENNO	0	421,0000	1
105	Furadeira de impacto, velocidade variável e reversível, potência mínima 550 W, 220 V.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TORK	0	315,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	SKIL	0	320,0000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	BOSCH	0	340,0000	3
106	Gotas acrílicas médias (08x15 mm), aproximadamente 50g - diversas cores - 100 gr.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	18,9500	1
107	Gotas acrílicas médias (8x15 mm), aproximadamente 50g - diversas cores - 100 gr.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	18,9500	1
108	Grampeador tapeceiro profissional alta pressão. Deverá acompanhar, no mínimo, 600 grampos.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	KANGARO	0	90,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIS	0	98,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 15/37

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016 <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Guardanapo para decoupage motivos florais 33x33 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	TOKE E CRIE	0	1,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TOC E CRIE	0	1,0800	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TOKE CRIE	0	1,0900	3
110	Inflador para balões/bexigas, elétrico, automático, mínimo 02 bicos, 220 V	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MOR	0	196,8000	1
111	Jogos educativos diversos (memória / quebra cabeça, etc.)	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	PAISE FILHOS	0	20,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CARLU	0	21,1500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CARLU	0	26,9000	3
112	Juta, diversas cores, malha fechada, com 01 metro de largura.	MT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	12,6500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ESTRELA VERDE	0	12,7000	2
113	Lã em novelo de 100 gr - cores diversas.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	8,5000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CIRCULO	0	8,6500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIRCULO	0	8,9300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 16/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	LÃ EM NOVELO DE 40 GR - CORES DIVERSAS.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	5,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CIRCULO	0	5,0500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIRCULO	0	5,4000	3
115	LÃ FELPUDA - SIMILAR A PASSION - NOVELO COM 100 GRAMAS.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	19,9500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIRCULO	0	20,0000	2
119	Linha de costura em retroz, 63% poliéster e 37% algodão - diversas cores.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	1,6000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CORRENTE	0	1,6200	2
120	Linha de costura em cone - 100% poliéster - 1.828 m	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CORRENTE	0	5,8500	1
121	Linha para bordado em ponto cruz, composta por 64% viscose e 36% poliéster, em meadas de 08 metros - cores diversas.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	2,8500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIRCULO	0	2,9000	2
122	Linha para bordar vagonite, 100% algodão mercerizado, novelos com cores lisas e cores mescladas, com 40 metros.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	4,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 17/37

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIRCULO	0	4,6000	2
123	Linha para crochê - cores firmes, mescladas e lisas - 500 metros.	RL	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CIRCULO	0	9,4500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIRCULO	0	9,5800	2
125	Lixa para madeira (MDF) - 220	MT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARBURUNDUM	0	1,3000	1
126	Lixa para unhas	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MEREGE	0	2,3500	1
127	Lixadeira elétrica roto orbital, 380 W, 220 V, velocidade variável, com punho auxiliar	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TORK	0	331,0000	1
128	Lixeira em MDF cru, trabalhada, com tampa, medidas 20 x 20 x 30 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	29,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEN	0	31,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	31,2800	3
130	Martelo de unha, 25 mm, cabo de madeira envernizada, cabeça polida, modelo inglês.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	IRWIN	0	26,5000	1
133	Mini botões para artesanato, em várias cores e formatos	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	0,1400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 18/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armários, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Morsa de bancada em ferro fundido pesado, abertura mínima 4" (100 mm)	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MARCON	0	260,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TOOLS	0	263,0000	2
137	Olho móvel, redondo, na cor preta, nº 8 - com 100 unidades.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	20,7000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	MERITA	0	20,7900	2
138	Palito de picolé em madeira - com 50 unidades.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	THEOTTO	0	2,8500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	GABOARDI	0	2,9000	2
140	Pano de prato de algodão branco, de aproximadamente 45x65 cm, com bainha e com risco de desenhos variados para pintura (flores e frutas)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MARTIM PANOS	0	4,6000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	MARTINS	0	4,6500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MABER	0	4,9700	3
141	Papel sulfite alcalino 75 g/m2 - 210x297 mm - A4 - colorido - com 500 fls.	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	SOLCOPY	0	19,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	TREVO	0	19,8500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 19/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
142	PAPEL CAMURÇA - CORES DIVERSAS	FLS	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	VMP	0	0,8500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	WMP	0	0,8800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	RST	0	0,8900	3
143	Papel carbono para pintura	FLS	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	HERDICOPY	0	1,4500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CIS	0	1,4900	2
144	Papel cartão A4	FLS	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	OFF PAPER	0	0,5900	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	FILPAPER	0	0,6000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	RST	0	0,6200	3
145	Papel fotográfico A4	FLS	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	OFF PAPER	0	1,0500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	OFF PAPER	0	1,0900	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	FILPAPER	0	1,1500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 20/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015

Data do Registro: 04/11/2015

Válido até: 04/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armários, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
146	Papel termocolante para patchcolagem, dupla face, tela de 1 m x 44 cm	MT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	FRANAMBERG	0	11,5000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TOKE CRIE	0	11,7500	2
147	Parafusadeira elétrica profissional, 550 W, 220 V	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TORK	0	324,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	BOSCH	0	325,0000	2
148	Parquímetro universal analógico, em aço, capacidade de medição de 0 a 200 mm, graduação 1/28 - 0,05 mm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONEX	0	57,7500	1
150	Pedra cristal grande em diversas cores e formatos - 100 gr.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	21,5000	1
151	PEDRA CRISTAL MÉDIA EM DIVERSAS CORES E FORMATOS - 100 GR.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	21,5000	1
152	PEDRA CRISTAL PEQUENA EM DIVERSAS CORES E FORMATOS - 100 GR.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	21,5000	1
153	PEDRARIA ACRÍLICA MÉDIA, DIVERSAS CORES - 100 GR.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	12,0000	1
154	PEDRARIA ACRÍLICA GRANDE, DIVERSAS CORES - 100 GR.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	12,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 21/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015 Data do Registro: 04/11/2015 Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
155	PEDRARIA ACRÍLICA PEQUENA, DIVERSAS CORES - 100 GR.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	12,0000	1
156	Peneira em Plástico - Tamanho aproximado 10 cm de diâmetro	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	PLASNEW	0	5,7000	1
157	Peneira em Plástico - Tamanho aproximado 12 cm de diâmetro	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	PLASNEW	0	7,1500	1
158	PÉROLA ACRÍLICA GRANDE, DIVERSAS CORES - 100 GR.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	12,9500	1
159	PÉROLA ACRÍLICA MÉDIA, DIVERSAS CORES - 100 GR.	PCTE	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	12,9500	1
160	PINCEL CHANFRADO, CABO DE MADEIRA, CERDA ESTILO V, Nº 06	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	7,6000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	7,7000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	7,8500	3
161	PINCEL CHANFRADO, CABO DE MADEIRA, CERDA ESTILO V, Nº 16	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	16,5000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	16,8300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 22/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

<p><b>Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	16,9500	3
162	PINCEL FILETE, CABO EM MADEIRA, CERDA SINTÉTICA, Nº 02.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CONDOR	0	9,0000	1
163	Pincel para pátina nº 02	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CONDOR	0	8,9900	1
164	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 04.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	5,1000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	5,3400	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	5,3500	3
165	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 06.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	5,5500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	5,5800	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	5,6500	3
166	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 08.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	6,8000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	6,8500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Página: 23/37

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016 <b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	7,0500	3
167	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 10.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	8,5000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	8,5500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	8,7000	3
168	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 12.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	9,2000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	9,3000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	9,3100	3
169	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 14.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	9,4000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	9,4500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	9,5400	3
170	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 16.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	9,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 24/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	9,5500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	9,6800	3
171	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 16.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	11,7000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	11,7500	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	11,8600	3
172	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 24.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	13,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	CASTELO	0	13,0500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	13,2000	3
173	Pincel para pintura cabo em madeira, de pelo, em cerdas de filamento sintético, cerda chata, nº 0 (pintura em madeira).	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	7,3000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CONDOR	0	7,3500	2
174	Pincel 1.1/2"	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	TIMPEL	0	9,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 25/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armazinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	9,1000	2
175	Pincel 2"	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	TIMPEL	0	11,8500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	11,9500	2
176	Pincel 2.1/2"	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	TIMPEL	0	14,5000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ROMA PINCEIS	0	14,5500	2
177	Pistola para cola quente 40 W - profissional - para bastonete fino de boa qualidade, ponta com isolante térmico - bi volt 110/220.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ADECK	0	41,5000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CIS	0	41,6500	2
178	Placa em MDF - 1.830 x 2.750 x 12 mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MD	0	124,5000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	124,5700	2
179	Placa em MDF - 1.830 x 2.750 x 6 mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MD	0	83,6500	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	83,7300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 26/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015

Data do Registro: 04/11/2015

Válido até: 04/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
180	Porta chaves "casinha", em MDF cru, com 04 pinos. Tamanho mínimo: 19 x 22 x 05 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	19,6000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEM	0	19,6500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	20,5500	3
181	Porta chaves "casinha", em MDF cru, com 04 pinos. Tamanho mínimo: 19 x 22 x 05 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	16,4500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEM	0	16,5000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	17,1800	3
182	Porta chaves retangular em MDF cru, com 04 pinos. Tamanho mínimo: 20 x 14 x 05 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	12,9000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	13,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEM	0	13,0000	3
183	Porta controle em MDF cru, com 03 divisórias. Tamanho mínimo: 15 x 12 x 09 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CARDOSO	0	23,3000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	TIA CARMEM	0	23,5000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	DE-GA	0	23,5500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 27/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
184	Prego 13 x 15	KG	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	GERDAU	0	12,6000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	GUERDAU	0	12,6500	2
185	Prego 10 x 10	KG	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	GERDAU	0	14,1000	1
186	Prendedor para roupas, em polipropileno, tamanho aproximado de 9 cm, com 12 unidades	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	GABOARDI	0	4,5000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	GABOARDI	0	4,5500	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	BELLPLAST	0	4,7500	3
187	PRIMER PARA METAL, PET E VIDRO - 100 ML	TB	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	10,3500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	10,4000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	10,5000	3
188	Refil de cola de silicone para pistola de bastão fino, 30 cm de comprimento.	KG	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	RENDICOLA	0	31,3000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	RENDICOLA	0	31,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 28/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b>REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
189	SECADOR DE CABELO PARA UTILIZAÇÃO EM OFICINAS DE ARTE. MÍNIMO 02 VELOCIDADES E 03 NÍVEIS DE TEMPERATURA. BICO DIRECIONADOR DO AR. CABO ANATÔMICO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.800 W, COM FIO NO MÍNIMO 1,5M - BIVOLT	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	WALITA	0	208,0000	1
190	Serra tico-tico, mínimo 800 W, 60 Hz, capacidade de corte: madeira 80 mm / plástico 25 mm / metal 10 mm	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TOOLS	0	294,0000	1
191	Serrote de aço, comprimento da serra de 16", cabo de madeira	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TOOLD	0	22,8500	1
192	Serrote de aço, comprimento da serra de 22", cabo de madeira	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TOOLS	0	30,2300	1
193	SOFT (BEGE E BRANCO) COM 140 CM DE LARGURA.	MT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ALFANA	0	34,0000	1
194	SOLVENTE - 100 ML	FR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	7,3500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ANIL	0	7,4800	2
195	TECIDO EM ALGODÃO CRU, 100% ALGODÃO, PESADO, COM 2,5 DE LARGURA	MT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MARTIM PANOS	0	24,1000	1
196	TECIDO OXFORD LISO, TEXTURA MACIA, VÁRIAS CORES - 150 CM DE LARGURA - 265 GR/M²	MT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CASSIA NAHAS	0	11,2000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ALFANA	0	11,2500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 29/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015

Data do Registro: 04/11/2015

Válido até: 04/11/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
197	Tecido para pano de copa, em algodão liso, branco - 65 cm de largura - 213 gr/m² - com 50 metros.	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MARTIM PANOS	0	330,0000	1
199	Tecido patchwork - vários modelos, largura 160 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CATARINENSE	0	21,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	JLM	0	21,9900	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TOKE CRIE	0	23,0000	3
200	TELA PARA PINTURA - 50 X 60 CM	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	STALO	0	16,4000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	SOUZA	0	16,5000	2
201	Tela para pintura - 15 x 15 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	SOUZA	0	4,9000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	STALO	0	4,9500	2
202	Tela para pintura - 30 x 30 cm	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	SOUZA	0	8,5000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ESTALO	0	8,6500	2
203	TERMOLINA LEITOSA - 100 ML	TB	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	6,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Página: 30/37

Número do Registro de Preços: 15/2015 Data do Registro: 04/11/2015 Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	6,5200	2
204	Tesoura de costura com cabo de polipropileno, lâmina com 10,5 cm de comprimento em aço inox.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	CLASSE	0	20,7500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	LYKE	0	20,8300	2
205	Tinta acrílica para tela - cores diversas - 120 ml	TB	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	13,8000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	13,9000	2
206	Tinta acrílica - 3,6 litros - 1ª linha. Composição básica: resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Indicada para paredes externas e internas (reboco), massa acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e superfícies internas de massa corrida, gesso e repintura sobre tintas PVA ou acrílicas. Acabamento: semibrilho.	LT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	FENIX	0	75,5000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TINSUL	0	76,0000	2
207	TINTA CRAQUELÉ - CORES DIVERSAS - 40 ML	FR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	4,4000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	4,7400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 31/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015

Data do Registro: 04/11/2015

Válido até: 04/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
208	Tinta de tecido para expansão a calor. Pode ser aplicada diretamente com o bico ou a pincel sobre tecidos de algodão (não sintéticos) e sem goma. Não tóxica. Solúvel em água. Pronta para o uso. Cores miscíveis entre si - Frasco com 35 ml.	FR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	3,3000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	3,4000	2
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	3,4500	3
209	Tinta guache, atóxica, a base de resina vegetal - diversas cores - composição: resina, FR água, pigmentos, carga e conservante tipo Benzotiazol - 250 ml	FR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	MARIPEL	0	4,1000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	4,2000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	PIRATININGA	0	4,6800	3
210	TINTA PARA TECIDO - CORES DIVERSAS - 37 ML	PT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	2,3500	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	2,3800	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	2,4400	3
211	Tinta PVA para artesanato, de látex a base de água cores diversas - 250 ml	PT	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	11,8000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	TEK BOND	0	11,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 32/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armários, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
212	Tinta dimensional permanente para acabamento em patchcolagem - cores diversas - 35 ml.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	4,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	4,1000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	4,2000	3
213	TINTA DIMENSIONAL 3 D, RELEVO - CORES DIVERSAS - 35 ML	TB	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	3,9800	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	4,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	4,0400	3
214	TINTA EM SPRAY - DIVERSAS CORES - 350 ML	TB	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	COLOR GIM	0	16,9800	1
215	TNT - CORES DIVERSAS - 50 METROS.	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	NOW	0	78,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	SÃO JOÃO	0	79,3000	2
216	TNT - estampas diversas - 50 metros.	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ESTRELA VERDE	0	195,0000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MJ TEXTIL	0	199,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 33/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	Toalha de banho, algodão, 1,40 x 070 m	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MABER	0	18,5000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ATLANTIDA	0	18,9000	2
218	Toalha de banho para bordar ponto cruz, tamanho aproximado de 1,40 x 0,70 m - largura da faixa de éetamine para bordar de 08 cm - cores claras.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ATLANTIDA	0	17,5000	1
			OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ATLANTICA	0	17,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	MARJU	0	18,5000	3
220	Toalha de rosto para bordar ponto cruz, em algodão, tamanho aproximado de 0,45 x 0,90 m - largura da faixa de éetamine para bordar de 05 cm - cores claras.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MABER	0	9,8000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ATLANTIDA	0	9,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	MARJU	0	11,2000	3
221	Toalha de rosto, tamanho aproximado de 0,45 x 0,90 m	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MABER	0	9,9000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	CATARINESE	0	10,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	MARJU	0	10,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 34/37

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
222	Toalha de rosto para bordar ponto russo, em algodão, tamanho aproximado de 0,45 x 0,90 m - largura da faixa de éatamine para bordar de 05 cm - cores claras.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	MABER	0	9,8000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ATLANTIDA	0	9,9000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	MARJU	0	11,8300	3
227	Verniz acrílico brilhante - 100 ml	FR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	7,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	7,1500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	7,4000	3
228	VERNIZ GERAL - USO ARTESANAL - 250 ML	FR	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	18,6000	1
229	VERNIZ CRAQUELÊ - USO ARTESANAL - 37 ML	FR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	7,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	7,1000	2
230	VERNIZ VITRAL - USO ARTESANAL - 37 ML	FR	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ACRILEX	0	5,9000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (8092)	ACRILEX	0	5,9500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)	ACRILEX	0	6,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Página: 35/37

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016

**Objeto da Compra:**REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
231	VIÉS ESTAMPADO EM ALGODÃO - 25 MM X 20 METROS.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	12,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Página: 36/37

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016

**Objeto da Compra:**REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
232	Viés liso em algodão - 25 mm x 20 metros.	UN	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)	ANGELO	0	8,0500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 37/37

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015**

Número do Registro de Preços: 15/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016  
**Objeto da Compra:**REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015****PROCESSO Nº 21/2015**

(6216) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP  
(7460) - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME  
(8092) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

**ATA REGISTRO 14/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 1/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Hemoglobina glicada automatizada	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	7,4500	1
2	COLESTEROL -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLIMMG	0	0,4100	1
3	Colesterol HDL direto	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,4000	1
4	TRIGLICERÍDEOS -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4900	1
5	ÁCIDO ÚRICO -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4500	1
6	GLICOSE -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,3500	1
7	URÉIA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4300	1
8	FOSFATASE ALCALINA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4600	1
9	GAMA GT -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,5600	1
10	AMILASE -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,9800	1
11	CREATININA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,3400	1
12	TGO/ASL	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 2/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015

Data do Registro: 03/11/2015

Válido até: 03/11/2016

**Objeto da Compra:**REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	TGP/ALT	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4300	1
14	BILIRRUBINA DIRETA -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4100	1
15	BILIRRUBINA TOTAL -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4100	1
16	CÁLCIO -	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4300	1
17	MAGNÉSIO	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,4900	1
18	Proteínas totais do soro	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,3500	1
19	Proteínas totais urina	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,5300	1
20	Albumina	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,3600	1
21	CK Creatino Quinase	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,6900	1
22	Tubo de coleta a vácuo com ativador do coágulo (04 ml - tampa vermelha)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	0,5600	1
23	Tubo de coleta a vácuo com ativador do coágulo (10 ml - tampa vermelha)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	0,6200	1
24	Tubo de coleta a vácuo com gel separador (04 ml - tampa amarela)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	0,8900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 3/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Tubo de coleta a vácuo 13 x 75 mm com fluoreto de sódio (02 ml - tampa cinza)	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	0,6600	1
26	PCR Látex aglutinação manual, kit c/ 100 testes	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	68,0400	1
27	FR Látex aglutinação manual, kit c/ 100 testes	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	53,7400	1
28	ASO Látex aglutinação manual, kit c/ 100 testes	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	91,8900	1
29	LDH	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	0,5700	1
30	CALIBRADOR DE BIOQUÍMICA. CALIBRA OS SEGUINTE TESTES: COLESTEROL, HDL, TRIGLICERÍDEO, ÁCIDO ÚRICO, GLICOSE, UREIA, FOSFATASE ALCALINA, GAMA GT, AMILASE, CREATININA, TGO, TGP, BILIRRUBINA DIRETA E TOTAL, CÁLCIO, LDH. KIT C/ MÍN. DE 05 ML.	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	66,3600	1
31	SORO CONTROLE NORMAL E PATOLÓGICO. KIT C/ MÍNIMO DE 5 ML CADA.	KIT	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	129,6900	1
32	CK - MB	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	BIOCLINMG	0	1,1800	1
33	HEMOGRAMA	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	MINDRAY-CHINA	0	5,3849	1
34	Tubo de coleta a vácuo 13 x 75 mm (04 ml) EDTA K3	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	0,6341	1
35	Tubo de coleta a vácuo 13 x 75 mm (02 ml) EDTA K3	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	0,6634	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA

Página: 4/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joacaba (SC).</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	PT	TST	LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD (8003)	SIEMENS	0	4,3700	1
37	APTT	TST	LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD (8003)	SIEMENS	0	3,1600	1
38	Tubo de coleta a vácuo com citrato (1,8 ml / 4,5 ml)	UN	LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD (8003)	BD	0	0,7400	1
39	Pack Reagente Select ION + (Na +, Ca++, K+). *Este item deverá ser compatível com o equipamento de ion seletivo marca ALERE, utilizado pelo Laboratório Municipal.	TST	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	ALERE	0	6,2933	1
40	Tubo de coleta a vácuo	UN	J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	0,7067	1
41	Soro anti A monoclonal, reagente para classificação do sistema sanguíneo ABO. Volume 10 ml. *Apresentar Certificado de boas práticas de armazenamento e distribuição (ANVISA).	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EBRAM	0	16,6667	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	FRESENIUS	0	19,2500	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Prothemo	0	19,2600	3
42	Soro anti B monoclonal, reagente para classificação do sistema sanguíneo ABO. Volume 10 ml. *Apresentar Certificado de boas práticas de armazenamento e distribuição (ANVISA).	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EBRAM	0	16,6667	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 5/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	FRESENIUS	0	19,2500	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Prothemo	0	19,2600	3
43	Soro anti D monoclonal, reagente para classificação do sistema sanguíneo ABO. Volume 10 ml. *Apresentar Certificado de boas práticas de armazenamento e distribuição (ANVISA).	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EBRAM	0	32,5000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	FRESENIUS	0	38,2000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Prothemo	0	38,2100	3
44	Soro anti A, B monoclonal, reagente para classificação do sistema sanguíneo ABO. Volume 10 ml. *Apresentar Certificado de boas práticas de armazenamento e distribuição (ANVISA).	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EBRAM	0	16,6667	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	FRESENIUS	0	23,2000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Prothemo	0	23,2400	3
45	Soro controle Rh monoclonal. Volume 10 ml. *Apresentar Certificado de boas práticas de armazenamento e distribuição (ANVISA).	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EBRAM	0	16,6667	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA

Página: 6/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joacaba (SC).</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	FRESENIUS	0	19,2500	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Prothemo	0	19,2600	3
46	Soro COOMBS poli específico. Volume 10 ml. * Apresentar Certificado de boas práticas de armazenamento e distribuição (ANVISA).	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EBRAM	0	25,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	FRESENIUS	0	29,3000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Prothemo	0	29,3300	3
47	CORANTE DE PANÓTICO RÁPIDO PARA COLORAÇÃO DIFERENCIAL EM HEMATOLOGIA. COMPOSTO PELAS SOLUÇÕES: CICLOEXADIENO, ALZOBENZENOSULFÔNICO E FENOTIAZINA. KIT C/ 03 FRASCOS DE 500 ML CADA.	KIT	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	NEWPROV	0	35,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	NEWPROV	0	42,0000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Newprov	0	42,8200	3
48	CORANTE P/ GRAM. COMPOSTO PELAS SOLUÇÕES: VIOLETA GENCIANA, LUGOL 0,6%, SOLUÇÃO DESCOLORANTE ALCÓOL ÁCIDO E FUCCSINA FENICADA.KIT C/ 04 FRASCOS DE 500 ML CADA	KIT	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	NEWPROV	0	37,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 7/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Ponteira plástica universal azul p/micropipeta. Volume 200/1000 uL. Pacote com 1.000 unidades.	PCTE	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	23,5000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	25,0000	2
50	Ponteira plástica universal amarela p/micropipeta. Volume 00/200 uL. Pacote com 1.000 unidades.	PCTE	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	10,3333	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	CRAL	0	11,0000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	J. Ptolab	0	38,0000	3
51	Tubo de ensaio plástico 05 ml - 12 x 75 mm - fundo redondo	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	0,0600	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	0,0650	2
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	CRAL	0	0,0700	3
52	Tampa branca p/ tubo de ensaio plástico 05 ml (compatível com tubos de ensaio 12 x 75 mm).	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	0,0300	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	0,0320	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 8/23

Número do Registro de Preços: 14/2015 Data do Registro: 03/11/2015 Válido até: 03/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	CRAL	0	0,0440	3
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	J. Prolab	0	0,0490	4
53	Tubo cônico plástico 12 ml. Pacote com 100 unidades.	PCTE	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	24,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	CRAL	0	25,0000	2
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	30,9400	3
54	Tubo cônico graduado plástico 12 ml. Pacote com 1.000 unidades.	PCTE	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	110,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	138,0000	2
56	Lâminas (vidro) para microscopia não lapidada. Com uma extremidade fosca. Tamanho 26x76 mm. Caixa c/ 50 unidades.	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	3,6250	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Adlin	0	4,2000	2
57	LÂMINAS (VIDRO) P/ MICROSCOPIA FOSCA SEM LAPIDAR. TAMANHO 26X76 MM. CAIXA C/ 50 UN.	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	3,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 9/23

Número do Registro de Preços: 14/2015

Data do Registro: 03/11/2015

Válido até: 03/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Precision	0	4,9000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Adlin	0	4,9000	3
58	LAMINULAS DE VIDRO TAMANHO 18X18MM. CAIXA C/ 100 PÇ.	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	1,6100	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Precision	0	4,6000	2
59	Troponina I - teste imunocromatográfico (rápido) para Troponina I (cassete). Amostras em sangue total, soro ou plasma. Kit com 20 testes.	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wama	0	159,8000	1
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	SD/ALERE	0	160,0000	2
60	EDTA ANTICUAGULANTE P/ HEMATOLOGIA. CONCENTRAÇÃO: 01 GOTA P/ 5ML DE SANGUE. VOLUME DE 100 ML	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	NEWPROV	0	9,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Newprov	0	11,0000	2
61	AZUL DE CRESIL BRILHANTE P/ COLORAÇÃO DE RETICULÓCITO. VOLUME 100 ML	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	NEWPROV	0	24,3750	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Newprov	0	31,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 10/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	REATIVO DE MEYER P/ PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES. VOL. 100ML	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	NEWPROV	0	14,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Newprov	0	15,6400	2
63	VDRL OU LUES SUSPENSÃO ANTIGÊNICA ESTABILIZADA P/ PROVA VDRL OU LUES NA DETECÇÃO DA SÍFILIS. LEITURA MICROSCÓPICA POSITIVA NA PRESENÇA DE FLOCULAÇÃO. VOLUME P/ 250 TESTES	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wiener	0	36,3333	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	LABTEST	0	36,6667	2
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	WAMA	0	41,6667	3
65	Beta HCG soro urina em tiras.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EBRAM	0	0,5900	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Biocon	0	0,6600	2
66	SOLUÇÃO DE LUGOL VOLUME: 1000 ML -	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	NEWPROV	0	15,0000	1
67	FITA DE URINA (REAGENTE P/ TESTE RÁPIDO DE SANGUE, UROBILINOGÊNIO, BILIRRUBINA, PROTEÍNAS, NITRITO, CETONAS, LEUCOCITOS, GLICOSE, PH E DENSIDADE. FRASCO C/ MIN DE 100 FITAS.	FR	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	WAMA	0	27,2500	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wama	0	29,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 11/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016</p> <p><b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	ADESIVOS CURATIVOS REDONDOS. CAIXA C/ 500 UNIDADE.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Cleix	0	11,2500	1
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	11,5000	2
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	COPERTINA	0	13,0000	3
69	PAPEL FILTRO QUANTITATIVO, FAIXA BRANCA JP40 18,5CM, 0-, CAIXA C/ MIN. 50 UNIDADES	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	JPROLAB	0	70,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Jprolab	0	75,0000	2
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	J.PROLAB	0	89,0000	3
70	LÁPIS DERMAGRÁFICO AZUL -	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Dixon	0	8,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	DIXON	0	8,5000	2
71	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS DE ENSAIO PEQUENOS.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cosmo	0	4,4500	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	WEINBERGER	0	4,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 12/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016							
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS DE ENSAIO GRANDES.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cosmo	0	5,2000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	WEINBERGER	0	5,5000	2
73	Micropipeta. Volume variável de 05 a 50 ul. Observação: deverá possuir certificado de calibração emitido pela empresa e INMETRO.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	195,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Peguepet	0	349,0000	2
74	Micropipeta - Volume variável, de 100 a 1000 µL. Parte inferior autoclavável, sistema ultraleve de pistões. Deverá possuir Certificado de Calibração emitido pela empresa e pelo INMETRO.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	795,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Peguepet	0	1.000,0000	2
75	Micropipeta. Volume variável de 10 a 100 ul. Observação: deverá possuir certificado de calibração emitido pela empresa e INMETRO.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	795,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Peguepet	0	1.000,0000	2
76	KIT PARA DETERMINAÇÃO DE SANGUE OCULTO NAS FEZES - SEM DIETA (KIT C/ 25 TESTES)	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wama	0	110,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 13/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

<p><b>Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b>REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	LABTEST	0	111,2500	2
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	WAMA	0	124,5000	3
78	Lâmpada 6V 10W 7387 p/ microscópio óptico Nikon YS2	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Osram	0	80,0000	1
79	Teste rápido PSA Antígeno Prostático Específico detecção qualitativa em amostras de soro com 20 placas tipo cassetes embaladas individualmente	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wama	0	100,0000	1
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	WAMA	0	111,0000	2
80	Teste rápido imunocromatográfico para detecção de anti-HIV1/2(incluindo subtipo O) com, no mínimo, 20 testes embalados individualmente (no formato cassette) com controle interno no próprio teste. Produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wama	0	104,0000	1
81	Teste rápido imunocromatográfico para detecção de ANTI-HCV com, no mínimo, 25 testes embalados individualmente (no formato cassette), com controle interno no próprio teste e produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde.	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wama	0	100,0000	1
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	WAMA	0	108,0000	2
82	Teste rápido imunocromatográfico para detecção qualitativa de HBsAg com, no mínimo, 25 testes embalados individualmente (no formato cassette), com controle interno no próprio teste e produto aprovado e utilizado pela Organização Mundial de Saúde.	KIT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Wama	0	100,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Página: 14/23

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016  
**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	WAMA	0	110,0000	2
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	WAMA	0	114,0000	3
83	Bandagem anti-séptica contínua. Rolo com 500 unidades	RL	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Blood	0	36,6667	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	PROINLAB	0	40,0000	2
84	Curativo adesivo hipoalergênico para crianças - diâmetro 25 mm. Com 500 unidades	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	15,5000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Copertina	0	17,5000	2
85	Pipetas de Pasteur - Embalagem com 500 unidades	PCTE	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	31,3333	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	36,6667	2
86	Pipeta de vidro para VHS (Westergreen) - pacote com, no mínimo, 10 peças, escala de 0 a 200	PCTE	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	2,4200	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Precision	0	4,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 15/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015

Data do Registro: 03/11/2015

Válido até: 03/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Placa de Kleine (Placa com 12 cavidades, vidro)	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Lamiglass	0	32,5000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	PERFECTA	0	35,0000	2
89	Microtubo tipo Eppendorf (volume de 1,5 ml - tampa lisa) Com 1.000 unidades	PCTE	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	30,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	CRAL	0	34,0000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	J. Prolab	0	49,5000	3
90	Termômetro - temperatura min/máx de -50 a 70 °C, com alarme e medição de umidade	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Jprolab	0	60,0000	1
91	Cronômetro Digital p/ uso geral em laboratório. Com marcador de hora, minutos e segundos. Calendário: mês, dia e ano. Alarme sonoro p/ indicação de hora e término da corrida.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	EQUIPAR	0	50,0000	1
92	Agulha para coleta a vácuo. Agulha para coleta múltipla de sangue, cânula em aço inoxidável, siliconizada e trifacetada. Dispositivo emborrachado que permite perfeito encaixe de adaptadores e facilita a troca de tubos. Embaladas individualmente em cápsulas hermeticamente fechadas, 21 G1 (25 x 0,8 mm) Com 100 unidades. Com registro no Ministério da Saúde.	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	30,0000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	31,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 16/23

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	BD	0	40,5000	3
93	Agulha para coleta a vácuo. Agulha para coleta múltipla de sangue, cânula em aço inoxidável, siliconizada e trifacetada. Dispositivo emborrachado que permite perfeito encaixe de adaptadores e facilita a troca de tubos. Embaladas individualmente em cápsulas hermeticamente fechadas, 22 G1 (25 x 0,7 mm) Com 100 unidades Com registro no Ministério da Saúde.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	32,3333	1
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	32,4333	2
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	BD	0	42,5000	3
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Vacuplast	0	43,2300	4
94	Adaptador Compatível com diversos tamanhos de agulhas (22 G1 - 25x0,7 mm e 21 G1 25x0,8 mm), scalp e tubos próprios para coleta múltipla de sangue. Confeccionado em polipropileno. Pacote com 250 unidades. Com registro no Ministério da Saúde.	PCTE	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	25,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Vacuplast	0	35,0000	2
95	Pinça reta (hemostática), sem dentes, 14 cm. Para coleta de hanseníase.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	ABC	0	33,0000	1
96	Tubo de látex (garrote para coleta de sangue)	MT	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Lengruher	0	3,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 17/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 03/11/2015		Válido até: 03/11/2016			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif

			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Biosani	0	3,4000	2
97	Escalpe com trava de segurança - tamanho 23 G	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	0,7000	1
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	0,7900	2
98	Coletor de urina infantil unissex. Caixa com 50 unidades	CX	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Medic-Plast	0	10,7500	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	MEDIC PLAST	0	11,0000	2
			METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Medsonda	0	20,5000	3
99	Seringa 10 ml. Cilindro transparente com escala nítida de medidas. Com anel de retenção que impede o desprendimento e bico luer lok (rosca dupla). Embalada individualmente. Com registro na ANVISA. Caixa com 100 un.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	SR	0	39,8750	1
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	INJEX	0	40,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 18/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015

Data do Registro: 03/11/2015

Válido até: 03/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Seringa 5 ml. Cilindro transparente com escala nítida de medidas. Com anel de retenção que impede o desprendimento e bico luer lok (rosca dupla). Embalada individualmente. Com registro na ANVISA. Caixa com 100 un.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	SR	0	36,4000	1
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	INJEX	0	90,0000	2
101	Seringa 03 ml, com dispositivo de segurança, descartável com agulha 25x6 não conectada. Caixa com 100 unidades.	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	72,5000	1
103	Bloco térmico. Com indicação digital para temperatura do bloco com resolução 0,1 °C. Função de ajuste de linearidade do sensor de temperatura na faixa de 35°C a 70° C. Possibilidade de ajuste e calibração pelo usuário. Para, no mínimo, 20 tubos de 15 mm. 220 volts.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Kacil	0	1.300,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	KACIL	0	1.400,0000	2
104	Controle de Qualidade Externo (ensaio de proficiência).	ANO	CONTROL LAB CONTROLE DE QUALIDADE P LABORATORIOS L (8090)	CONTORLLAB	0	4.372,5600	1
105	Detergente enzimático para laboratório. Com 05 litros.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Vic Pharma	0	79,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 19/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015

Data do Registro: 03/11/2015

Válido até: 03/11/2016

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
107	Relógio multi timer - temporizador eletro mecânico com capacidade para até 30 análises simultâneas. Mostrador com escala em minutos, temporização máxima 2 horas e disco marcador em acrílico. Alarme visual e sonoro de fim de análise e duração de 30 segundos. 220 volts.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Phoenix	0	1.475,0000	1
108	Agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo, 25x0,8 mm 21G1, com bisel trifacetado, siliconizada, câmara transparente para visualização do sangue no momento da punção. Registro no Ministério da Saúde. Com 50 unidades.	CX	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	35,0000	1
			J.R. EHLKE & CIA LTDA (7221)	GREINER-BRASIL	0	39,5000	2
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	BD	0	44,4000	3
109	Pipetador para acoplamento de diversas pipetas de vidro ou plástico. Para pipetas de 2 ml.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	CRAL	0	17,0000	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	27,0000	2
110	Suporte para VHS (Westergreen) para 10 provas de hemossedimentação. Com parafusos para prender as pipetas.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Precision	0	130,0000	1
111	Caixa térmica, capacidade para 16 litros, sem termômetro (para transporte de amostras).	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Obba	0	180,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	EASYCOOLER	0	184,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 20/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

<p>Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
112	Caixa térmica, capacidade para 35 litros, sem termômetro (para transporte de amostras).	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Invicta	0	206,0000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	EASYCOOLER	0	209,6000	2
113	Porta lâminas - tampa por rosca - transparente.	UN	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Adlin	0	1,4500	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	CRAL	0	2,5000	2
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	2,9200	3
114	Caixa porta lâminas - capacidade para 50 lâminas.	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Kasvi	0	8,0000	1
115	Agulha 25 x 7 hipodérmica descartável. Cânula em aço inox. Capa protetora. Bisel trifacetado e siliconizado. Embalada individualmente. Com 100 unidades.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	10,9000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	BD	0	29,0000	2
			BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	35,0000	3
116	Agulha 25 x 6 hipodérmica descartável. Cânula em aço inox. Capa protetora. Bisel trifacetado e siliconizado. Embalada individualmente. Com 100 unidades.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	10,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 21/23

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	BD	0	25,5000	2
117	Agulha 25 x 8 hipodérmica descartável. Cânula em aço inox. Capa protetora. Bisel trifacetado e siliconizado. Embalada individualmente. Com 100 unidades.	CX	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6243)	Solidor	0	10,9000	1
			PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA (6021)	BD	0	29,0000	2
118	Garrote adulto em tecido elástico, processo de auto trava, botão de regulagem.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	11,4000	1
119	Garrote infantil em tecido elástico, processo de auto trava, botão de regulagem.	UN	BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA (6020)	LABORIMPORT	0	13,3333	1
			DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Vacuplast	0	17,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Página: 22/23

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016  
**Objeto da Compra:**REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Estante para micropipetas em acrílico. Capacidade mínima para 05 pipetas	UN	DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI (7892)	Cral	0	105,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 23/23

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015**

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 03/11/2015      Válido até: 03/11/2016  
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de materiais de e equipamentos laboratório, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC).

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015****PROCESSO Nº 20/2015**

(6020) - BIOMARCHESINI-PRODUT.CIENT.LTDA  
(6021) - PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA  
(6243) - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
(7221) - J.R. EHLKE & CIA LTDA  
(7892) - DIAGNÓSTICA CATARINENSE COM. PRODUTOS LABORATORIAI  
(8003) - LABOURT COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTD  
(8090) - CONTROL LAB CONTROLE DE QUALIDADE P LABORATORIOS L

Joaçaba, 3 de Novembro de 2015.

**HOMOLOG PL 21/2015 FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 21/2015 Processo de Licitação: 21/2015 Data do Processo: 21/09/2015
Folha: 1/13	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAE LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2015  
b) Licitação Nr.: 16/2015-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 04/11/2015  
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)**

1 AGULHA PARA BARBANTE EM AÇO NIQUELADO, Nº2 - Marca: CIRCULO	UN	20,00	0,0000	3,29	65,80
2 Agulha para crochê em aço niquelado, nº 1,25 - Marca: CIRCULO	UN	20,00	0,0000	3,19	63,80
3 AGULHA PARA BARBANTE EM AÇO NIQUELADO Nº3 - Marca: CIRCULO	UN	20,00	0,0000	3,29	65,80
4 AGULHA PARA BORDAR VAGONITE Nº24 EM AÇO NIQUELADO 10 UN - Marca: AQUARELA	PCTE	10,00	0,0000	6,00	60,00
5 AGULHA PARA BORDAR CHINELOS EM AÇO NIQUELADO Nº7 - 20 UN - Marca: AQUARELA	PCTE	10,00	0,0000	4,39	43,90
7 AGULHA PARA COSTURA Nº8 PONTA GROSSA AÇO NIQ. 20 UN - Marca: AQUARELA	PCTE	5,00	0,0000	10,93	54,65
8 AGULHA PARA COSTURA Nº12 EM AÇO NIQ. 20 UN - Marca: AQUARELA	PCTE	5,00	0,0000	8,59	42,95

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 2/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)

9	AGULHA PARA COSTURA Nº8 PONTA FINA EM AÇO NIQ. 20 UN - Marca: AQUARELA	PCTE	5,00	0,0000	7,29	36,45
10	AGULHA PARA CUSTURA Nº6, PONTA FINA, EM AÇO NIQUELADO, PACOTE COM 20 UN - Marca: AQUARELA	PCTE	5,00	0,0000	7,29	36,45
13	AGULHA PARA TRICÔ DE METAL Nº 4 COM 40 CM DE COMPRIMENTO - Marca: AQUARELA	PAR	20,00	0,0000	9,49	189,80
14	AGULHA PARA TRICÔ EM PLASTICO RESISTENTE 100% ABS Nº8 COM 40 CM DE COMPRIMENTO - Marca: CIRCULO	PAR	20,00	0,0000	7,19	143,80
15	Agulha para máquina de costura, em aço niquelado, nº 11, para máquinas marca Singer. - Marca: AQUARELA	UN	50,00	0,0000	4,58	229,00
16	Agulha para máquina de costura, em aço niquelado, nº 12, para máquinas marca Singer. - Marca: AQUARELA	UN	50,00	0,0000	4,65	232,50
17	AGULHA PARA MÁQUINA DE COSTURA EM AÇO NIQUELADO Nº14 PARA MÁQUINAS MARCA SINGER - Marca: AQUARELA	UN	50,00	0,0000	4,75	237,50
18	Agulha para máquina de costura, em aço niquelado, nº 16, para máquinas marca Singer. - Marca: AQUARELA	UN	50,00	0,0000	5,55	277,50
19	ALFINETE PARA COSTURA Nº29 EM AÇO NIQUELADO COM APROX. 3 CM DE COMPRIMENTO - CAIXA COM 50 GRAMAS - Marca: BACHI	CX	10,00	0,0000	5,70	57,00
20	Alfinete com cabeça de plástico colorido (ou vidro), com aproximadamente 03 cm de comprimento, em aço niquelado - caixa com 50 unidades - Marca: AQUARELA	CX	20,00	0,0000	5,95	119,00
29	Argola para confecção de chaveiros de latão, fio de 1,5 mm, tendo de 2,5 ou 3 cm de diâmetro, com corrente pingo d' água com 4 cm de comprimento. - Marca: ANGELO	UN	150,00	0,0000	0,42	63,00
30	Atadura gessada - 20 cm x 4,00 m - Marca: NEVE	RL	50,00	0,0000	9,06	453,00
33	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, medida 37 x 21,5 x 1 cm, com aba e alça - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	27,70	554,00
34	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, medida 26 x 26,5 cm, com alça - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	26,70	534,00
35	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, medida 30 x 50,5 cm, com alça - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	41,60	832,00
36	Bandeja em MDF cru espessura 6 mm, para 02 azulejos, medida 33 x 17,5 x 2 cm - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	20,70	414,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 3/13

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)**

37 Baralho tipo espanhol (truco), plastificado - Marca: COPAG	UN	10,00	0,0000	17,90	179,00
38 Baralho com 52 cartas + coringas, 04 naipes, plastificado - Marca: COPAG	UN	20,00	0,0000	17,75	355,00
48 BOLA DE ISOPOR, DIÂMETRO 50 MM - Marca: STIROCORTE	UN	50,00	0,0000	0,99	49,50
49 BOLA DE ISOPOR, DIÂMETRO 100 MM - Marca: STIROCORTE	UN	50,00	0,0000	2,15	107,50
50 Bomba manual para encher bexigas, balões, balões metalizados, bexigas de látex (canudo) - Marca: RIBERBALL	UN	5,00	0,0000	14,91	74,55
51 Botões decorativos com motivos infantis e de animais, flores, alimentos, meios de transporte e outros, com tamanho entre 1,5 e 2,5 cm - Marca: AQUARELA	UN	350,00	0,0000	1,15	402,50
52 BOTÕES DECORATIVOS COM MOTIVOS DE ANIMAIS, FLORES, ALIMENTOS, MEIOS DE TRANSPORTE E OUTROS, COM TAMANHOS ENTRE 2,5 E 3,5 CM - Marca: AQUARELA	UN	250,00	0,0000	1,45	362,50
57 Caixa com tampa em MDF cru, medida 7 x 7 x 8 cm - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	12,00	240,00
58 Caixa com tampa em MDF cru, medida 15 x 15 x 8 cm - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	19,95	399,00
59 Caixa com tampa em MDF cru, medida 20 x 20 x 8 cm - Marca: CARDOSO	UN	60,00	0,0000	22,90	1.374,00
60 Caixa chá em MDF cru, medida 18 x 16,5 x 7 cm, 04 cavidades, tampa com dobradiça - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	27,70	554,00
61 Caixa costura em MDF cru, medida 7 x 17 x 25 cm, com alça, várias repartições - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	55,90	1.118,00
69 Caixa/tampa em MDF cru, medida 30 x 20 x 12 cm - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	25,80	516,00
71 Capelinha / oratório em MDF cru, medidas mínimas 34 x 21 x 12 cm (A x L x P) - Marca: CARDOSO	UN	20,00	0,0000	22,80	456,00
74 Chave Allen, em aço cromo vanádio, com 08 unidades (2 - 2,5 - 3 - JOGO 4 - 5 - 6 - 8 - 10 mm) - corpo em "L" - Marca: IRWIN		2,00	0,0000	35,50	71,00
78 Corante para tinta a base de água, cores diversas, bisnaga com 50 ml - Marca: XADREX	TB	12,00	0,0000	4,85	58,20

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 4/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)

79	Cortador de unhas em aço inox, com lima interna para acabamento - Marca: MANIQUIK	UN	20,00	0,0000	8,50	170,00
81	ELASTICO Nº 12 - COM 10 METROS - Marca: SÃO JOSÉ	UN	10,00	0,0000	9,35	93,50
89	Estilete - mínimo 9 mm - lâmina em aço temperado - corpo injetado em polipropileno - dispositivo para travar lâmina - quebrador de lâmina removível - Marca: LYKE	UN	10,00	0,0000	1,65	16,50
90	FILTRO EM CORES DIVERSAS COM 1,40 DE ALTURA, EM METRO (BRANCO, VERDE, VERMELHO, AMARELO, PRETO, MARROM, ROXO, LILÁS, CREME, ROSA CLARO, ROSA PINK, AZUL CLARO, AZUL TURQUESA, AMARELO, ALARANJADO, CINZA) - Marca: CATARINENSE	MT	100,00	0,0000	14,90	1.490,00
95	Ferramentas para jardinagem, com 03 peças (01 pazinha larga com cabo de madeira + 01 pazinha estreita com cabo de madeira + 01 ancinho com cabo de madeira). Acabamento com pintura eletrostática a pó. - Marca: WHOKER	KIT	4,00	0,0000	60,00	240,00
97	FIBRA SILICONIZADA PARA ENCHIMENTO DE BICHINHOS - COM 1/2 KG - Marca: FRANENBERG	PCTE	100,00	0,0000	20,00	2.000,00
98	Fita de cetim, 100% poliéster, nº 5, com 22 mm de largura, peça de 10 metros, em várias cores. - Marca: CIRCULO	UN	20,00	0,0000	13,45	269,00
101	Fita isolante 18 mm x 10 m - Marca: LORENZETTI	RL	5,00	0,0000	4,75	23,75
106	Gotas acrílicas médias (08x15 mm), aproximadamente 50g - diversas cores - 100 gr. - Marca: ANGELO	PCTE	5,00	0,0000	18,95	94,75
107	Gotas acrílicas médias (8x15 mm), aproximadamente 50g - diversas cores - 100 gr. - Marca: ANGELO	PCTE	5,00	0,0000	18,95	94,75
108	Grampeador tapeceiro profissional alta pressão. Deverá acompanhar, no mínimo, 600 grampos. - Marca: KANGARO	UN	1,00	0,0000	90,00	90,00
109	Guardanapo para decoupage motivos florais 33x33 cm - Marca: TOKE E CRIE	UN	190,00	0,0000	1,00	190,00
111	Jogos educativos diversos (memória / quebra cabeça, etc.) - Marca: PAISE FILHOS	UN	20,00	0,0000	20,00	400,00
112	Juta, diversas cores, malha fechada, com 01 metro de largura. - Marca: CIRCULO	MT	10,00	0,0000	12,65	126,50
113	Lã em novelo de 100 gr - cores diversas. - Marca: CIRCULO	UN	50,00	0,0000	8,50	425,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 5/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)

114	LÃ EM NOVELO DE 40 GR - CORES DIVERSAS. - Marca: CIRCULO	UN	50,00	0,0000	5,00	250,00
115	LÃ FELPUDA - SIMILAR A PASSION - NOVELO COM 100 GRAMAS. - Marca: CIRCULO	UN	40,00	0,0000	19,95	798,00
119	Linha de costura em retroz, 63% poliéster e 37% algodão - diversas cores. - Marca: CIRCULO	UN	50,00	0,0000	1,60	80,00
121	Linha para bordado em ponto cruz, composta por 64% viscose e 36% poliéster, em meadas de 08 metros - cores diversas. - Marca: CIRCULO	UN	50,00	0,0000	2,85	142,50
122	Linha para bordar vagonite, 100% algodão mercerizado, novelos com cores lisas e cores mescladas, com 40 metros. - Marca: CIRCULO	UN	40,00	0,0000	4,45	178,00
123	Linha para crochê - cores firmes, mescladas e lisas - 500 metros. - Marca: CIRCULO	RL	80,00	0,0000	9,45	756,00
125	Lixa para madeira (MDF) - 220 - Marca: CARBURUNDUM	MT	15,00	0,0000	1,30	19,50
126	Lixa para unhas - Marca: MEREGE	UN	50,00	0,0000	2,35	117,50
128	Lixeira em MDF cru, trabalhada, com tampa, medidas 20 x 20 x 30 cm - Marca: CARDOSO	UN	30,00	0,0000	29,90	897,00
130	Martelo de unha, 25 mm, cabo de madeira envernizada, cabeça polida, modelo inglês. - Marca: IRWIN	UN	12,00	0,0000	26,50	318,00
133	Mini botões para artesanato, em várias cores e formatos - Marca: ANGELO	UN	400,00	0,0000	0,14	56,00
135	Morsa de bancada em ferro fundido pesado, abertura mínima 4" (100 mm) - Marca: MARCON	UN	2,00	0,0000	260,00	520,00
137	Olho móvel, redondo, na cor preta, nº 8 - com 100 unidades. - Marca: ANGELO	PCTE	1,00	0,0000	20,70	20,70
138	Palito de picolé em madeira - com 50 unidades. - Marca: THEOTTO	PCTE	20,00	0,0000	2,85	57,00
142	PAPEL CAMURÇA - CORES DIVERSAS - Marca: VMP	FLS	50,00	0,0000	0,85	42,50
143	Papel carbono para pintura - Marca: HERDICOPY	FLS	100,00	0,0000	1,45	145,00
146	Papel termocolante para patchcolagem, dupla face, tela de 1 m x 44 cm - Marca: FRANAMBERG	MT	10,00	0,0000	11,50	115,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 6/13

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)**

148	Parquímetro universal analógico, em aço, capacidade de medição de 0 a 200 mm, graduação 1/28 - 0,05 mm - Marca: CONEX	UN	1,00	0,0000	57,75	57,75
150	Pedra cristal grande em diversas cores e formatos - 100 gr. - Marca: PCTE ANGELO		10,00	0,0000	21,50	215,00
151	PEDRA CRISTAL MÉDIA EM DIVERSAS CORES E FORMATOS - 100 GR. - Marca: ANGELO	PCTE	10,00	0,0000	21,50	215,00
152	PEDRA CRISTAL PEQUENA EM DIVERSAS CORES E FORMATOS - 100 GR. - Marca: ANGELO	PCTE	10,00	0,0000	21,50	215,00
153	PEDRARIA ACRÍLICA MÉDIA, DIVERSAS CORES - 100 GR. - Marca: ANGELO	PCTE	10,00	0,0000	12,00	120,00
154	PEDRARIA ACRÍLICA GRANDE, DIVERSAS CORES - 100 GR. - Marca: ANGELO	PCTE	10,00	0,0000	12,00	120,00
155	PEDRARIA ACRÍLICA PEQUENA, DIVERSAS CORES - 100 GR. - Marca: ANGELO	PCTE	10,00	0,0000	12,00	120,00
156	Peneira em Plástico - Tamanho aproximado 10 cm de diâmetro - Marca: PLASNEW	UN	5,00	0,0000	5,70	28,50
157	Peneira em Plástico - Tamanho aproximado 12 cm de diâmetro - Marca: PLASNEW	UN	5,00	0,0000	7,15	35,75
158	PÉROLA ACRÍLICA GRANDE, DIVERSAS CORES - 100 GR. - Marca: ANGELO	PCTE	10,00	0,0000	12,95	129,50
159	PÉROLA ACRÍLICA MÉDIA, DIVERSAS CORES - 100 GR. - Marca: ANGELO	PCTE	10,00	0,0000	12,95	129,50
160	PINCEL CHANFRADO, CABO DE MADEIRA, CERDA ESTILO V, Nº 06 - Marca: CONDOR	UN	20,00	0,0000	7,60	152,00
161	PINCEL CHANFRADO, CABO DE MADEIRA, CERDA ESTILO V, Nº 16 - Marca: CONDOR	UN	10,00	0,0000	16,50	165,00
174	Pincel 1,1/2" - Marca: TIMPEL	UN	10,00	0,0000	9,00	90,00
175	Pincel 2" - Marca: TIMPEL	UN	5,00	0,0000	11,85	59,25
176	Pincel 2,1/2" - Marca: TIMPEL	UN	5,00	0,0000	14,50	72,50
177	Pistola para cola quente 40 W - profissional - para bastonete fino de boa qualidade, ponta com isolante térmico - bi volt 110/220. - Marca: ADECK	UN	10,00	0,0000	41,50	415,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 7/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)

180	Porta chaves "casinha", em MDF cru, com 04 pinos. Tamanho mínimo: 19 x 22 x 05 cm - Marca: CARDOSO	UN	50,00	0,0000	19,60	980,00
181	Porta chaves "casinha", em MDF cru, com 04 pinos. Tamanho mínimo: 19 x 22 x 05 cm - Marca: CARDOSO	UN	30,00	0,0000	16,45	493,50
182	Porta chaves retangular em MDF cru, com 04 pinos. Tamanho mínimo: 20 x 14 x 05 cm - Marca: CARDOSO	UN	30,00	0,0000	12,90	387,00
183	Porta controle em MDF cru, com 03 divisórias. Tamanho mínimo: 15 x 12 x 09 cm - Marca: CARDOSO	UN	30,00	0,0000	23,30	699,00
193	SOFT (BEGE E BRANCO) COM 140 CM DE LARGURA. - Marca: ALFANA	MT	10,00	0,0000	34,00	340,00
194	SOLVENTE - 100 ML - Marca: ACRILEX	FR	30,00	0,0000	7,35	220,50
199	Tecido patchwork - vários modelos, largura 160 cm - Marca: CATARINENSE	UN	70,00	0,0000	21,90	1.533,00
201	Tela para pintura - 15 x 15 cm - Marca: SOUZA	UN	60,00	0,0000	4,90	294,00
202	Tela para pintura - 30 x 30 cm - Marca: SOUZA	UN	50,00	0,0000	8,50	425,00
203	TERMOLINA LEITOSA - 100 ML. - Marca: ACRILEX	TB	10,00	0,0000	6,45	64,50
204	Tesoura de costura com cabo de polipropileno, lâmina com 10,5 cm de comprimento em aço inox. - Marca: CLASSE	UN	10,00	0,0000	20,75	207,50
206	Tinta acrílica - 3,6 litros - 1ª linha. Composição básica: resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Indicada para paredes externas e internas (reboco), massa acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e superfícies internas de massa corrida, gesso e repintura sobre tintas PVA ou acrílicas. Acabamento: semibrilho. - Marca: FENIX	LT	15,00	0,0000	75,50	1.132,50
207	TINTA CRAQUELÊ - CORES DIVERSAS - 40 ML - Marca: ACRILEX	FR	50,00	0,0000	4,40	220,00
210	TINTA PARA TECIDO - CORES DIVERSAS - 37 ML. - Marca: ACRILEX	PT	100,00	0,0000	2,35	235,00
211	Tinta PVA para artesanato, de látex a base de água cores diversas - 250 ml - Marca: ACRILEX	PT	100,00	0,0000	11,80	1.180,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 8/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (7460)

212 Tinta dimensional permanente para acabamento em patchcolagem - cores diversas - 35 ml. - Marca: ACRILEX	UN	50,00	0,0000	4,00	200,00
217 Toalha de banho, algodão, 1,40 x 070 m - Marca: MABER	UN	30,00	0,0000	18,50	555,00
220 Toalha de rosto para bordar ponto cruz, em algodão, tamanho aproximado de 0,45 x 0,90 m - largura da faixa de étamine para bordar de 05 cm - cores claras. - Marca: MABER	UN	50,00	0,0000	9,80	490,00
221 Toalha de rosto, tamanho aproximado de 0,45 x 0,90 m - Marca: MABER	UN	30,00	0,0000	9,90	297,00
222 Toalha de rosto para bordar ponto russo, em algodão, tamanho aproximado de 0,45 x 0,90 m - largura da faixa de étamine para bordar de 05 cm - cores claras. - Marca: MABER	UN	50,00	0,0000	9,80	490,00
227 Verniz acrílico brilhante - 100 ml - Marca: ACRILEX	FR	50,00	0,0000	7,00	350,00
229 VERNIZ CRAQUELÊ - USO ARTESANAL - 37 ML - Marca: ACRILEX	FR	10,00	0,0000	7,00	70,00
230 VERNIZ VITRAL - USO ARTESANAL - 37 ML - Marca: ACRILEX	FR	50,00	0,0000	5,90	295,00
231 VIÉS ESTAMPADO EM ALGODÃO - 25 MM X 20 METROS. - Marca: ANGELO	UN	10,00	0,0000	12,45	124,50
232 Viés liso em algodão - 25 mm x 20 metros. - Marca: ANGELO	UN	10,00	0,0000	8,05	80,50
<b>Total do Fornecido</b>					<b>35.062,35</b>

#### ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)

26 Argila branca - 01 kg - Marca: colorgil	PCTE	50,00	0,0000	3,60	180,00
27 Argila escura - 01 kg - Marca: colorgil	PCTE	50,00	0,0000	3,20	160,00
31 Balão em látex decorado, 10 polegadas (aproximadamente 28 cm) - estampas e cores diversas - com 25 unidades - Marca: sao roque	PCTE	200,00	0,0000	17,00	3.400,00
39 Barbante colorido em algodão nº 04 - com 1.057 metros - Marca: SAO JOAO	RL	20,00	0,0000	13,00	260,00
40 Barbante colorido em algodão nº 06 - com 704 metros - Marca: SAO JOAO	RL	20,00	0,0000	13,00	260,00
41 Barbante colorido em algodão nº 08 - com 704 metros - Marca: SAO JOAO	RL	20,00	0,0000	14,00	280,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 9/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)

42	Barbante cru em algodão, nº 04 - rolo com 1.057 metros. - Marca: SAO JOAO	UN	20,00	0,0000	12,85	257,00
43	BARBANTE CRU EM ALGODÃO, Nº 06 - ROLO COM 704 METROS - Marca: SAO JOAO	UN	20,00	0,0000	12,85	257,00
44	Barbante cru em algodão, nº 08 - com 704 metros. - Marca: SAO JOAO	RL	20,00	0,0000	12,85	257,00
45	Barbante mesclado em algodão, nº 04 - com 1.057 metros - Marca: SAO JOAO	RL	20,00	0,0000	12,85	257,00
46	Barbante mesclado em algodão, nº 06 - com 704 metros. - Marca: SAO JOAO	RL	20,00	0,0000	12,85	257,00
47	Barbante mesclado em algodão, nº 08 - com 704 metros. - Marca: SAO JOAO	RL	20,00	0,0000	12,85	257,00
53	Broca para madeira (pirógrafo) - uso artesanal - Marca: DE-GA	JOGO	4,00	0,0000	180,00	720,00
54	Broca paralela aço rápido, 20 peças (0,5 a 10,00 mm) - Marca: IRWIN	JOGO	3,00	0,0000	90,00	270,00
62	Caixa/maleta para ferramentas, em plástico resistente, com tampa, alça e fecho, 02 compartimentos, capacidade mínima para 07 quilos. - Marca: PLASUTIL	UN	5,00	0,0000	10,80	54,00
63	Caixa/maleta para ferramentas, profissional, 02 compartimentos superiores para o armazenamento de pequenas peças, acessível sem abrir a caixa. Porta cadeado. Fecho com travas em material niquelado. Alça revestida com borracha macia. Dimensões aproximadas: 480 x 250 x 230 mm - Marca: PLASUTIL	UN	20,00	0,0000	40,00	800,00
64	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, 10L - Marca: PALSUTIL	UN	10,00	0,0000	22,00	220,00
65	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, com tampa e trava lateral, capacidade mínima para 80 litros. - Marca: PLASUTIL	UN	10,00	0,0000	99,00	990,00
66	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, com tampa e trava lateral, capacidade mínima para 56 litros. - Marca: PLASUTIL	UN	10,00	0,0000	71,00	710,00
67	Caixa organizadora alta, em polipropileno transparente, com tampa e trava lateral, capacidade mínima para 29 litros. - Marca: PLASUTIL	UN	10,00	0,0000	48,00	480,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 10/13

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

**ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)**

68 Caixa sextavada em MDF cru, com tampa, medida 16 x 16 x 7 cm - Marca: DE-GA	UN	20,00	0,0000	25,20	504,00
70 Caneta para escrever em tecido, com ponta em poliéster - cores variadas - Marca: ACRILEX	UN	20,00	0,0000	5,40	108,00
75 Chinelo de dedo de borracha. Cores lisas (marrom, preto, rosa, azul, verde, bege, vermelho). Do número 33 ao 44 - Marca: HAVAIANAS	PAR	50,00	0,0000	12,60	630,00
76 COLA BRANCA LAVAVEL, NÃO TÓXICA, A BASE DE ÁGUA E ACETATO DE POLVINILA, EM EMBALAGEM DE 01 KG COM BICO DOSADOR - Marca: TEK BOND	TB	20,00	0,0000	17,00	340,00
77 COLA EM GEL PARA DECOUPAGE - 80GR - Marca: ACRILEX	TB	50,00	0,0000	8,55	427,50
85 EVA PLUSH, VARIAS CORES, TAMNO 70 CM X 50 CM X 4MM - Marca: HAITI	UN	100,00	0,0000	6,25	625,00
86 EVA, VARIAS CORES, TAMANHO 70CM X 50CM X 4MM - Marca: HAITI	UN	200,00	0,0000	2,88	576,00
87 EVA, várias estampas coloridas, tamanho 70cmx50cmx4mm. - Marca: SELLER	UN	100,00	0,0000	6,20	620,00
99 Fita decorativa, estampada para artesanato, em poliéster, com diversos motivos (poá, xadrez, listrado, floreado, etc), com 30 mm de largura x 10 m. - Marca: PHE FITAS	UN	20,00	0,0000	12,60	252,00
100 Fita decorativa aramada cromus, de cetim com diversos motivos (poá, xadrez, listrado, floreado, etc.), com 27 mm de largura x 10 m. - Marca: PH FITAS	UN	30,00	0,0000	15,80	474,00
102 Fita mimosa em cetim, 100% poliéster, nº 1, com 0,7 mm de largura x 100 metros - várias cores. - Marca: PH FITAS	UN	20,00	0,0000	16,90	338,00
104 Fragmentadora de papel, automática, capacidade para 07 folhas tipo A4 75g/m2 simultaneamente, cesto com capacidade para 20 litros - Marca: MENNO	UN	1,00	0,0000	421,00	421,00
105 Furadeira de impacto, velocidade variável e reversível, potência mínima 550 W, 220 V. - Marca: TORK	UN	1,00	0,0000	315,00	315,00
110 Inflador para balões/bexigas, elétrico, automático, mínimo 02 bicos, 220 V - Marca: MOR	UN	1,00	0,0000	196,80	196,80
120 Linha de costura em cone - 100% poliéster - 1.828 m - Marca: CORENTE	UN	15,00	0,0000	5,85	87,75

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

-----  
GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 11/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)

127	Lixadeira elétrica roto orbital, 380 W, 220 V, velocidade variável, com punho auxiliar - Marca: TORK	UN	2,00	0,0000	331,00	662,00
140	Pano de prato de algodão branco, de aproximadamente 45x65 cm, com bainha e com risco de desenhos variados para pintura (flores e frutas) - Marca: MARTIM PANOS	UN	100,00	0,0000	4,60	460,00
141	Papel sulfite alcalino 75 g/m2 - 210x297 mm - A4 - colorido - com 500 fls. - Marca: SOLCOPY	PCTE	10,00	0,0000	19,00	190,00
144	Papel cartão A4 - Marca: OFF PAPER	FLS	500,00	0,0000	0,59	295,00
145	Papel fotográfico A4 - Marca: OFF PAPER	FLS	500,00	0,0000	1,05	525,00
147	Parafusadeira elétrica profissional, 550 W, 220 V - Marca: TORK	UN	2,00	0,0000	324,00	648,00
162	PINCEL FILETE, CABO EM MADEIRA, CERDA SINTÉTICA, Nº 02. - Marca: CONDOR	UN	15,00	0,0000	9,00	135,00
163	Pincel para pátina nº 02 - Marca: CONDOR	UN	6,00	0,0000	8,99	53,94
164	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 04. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	20,00	0,0000	5,10	102,00
165	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 06. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	20,00	0,0000	5,55	111,00
166	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 08. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	30,00	0,0000	6,80	204,00
167	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 10. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	20,00	0,0000	8,50	170,00
168	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 12. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	20,00	0,0000	9,20	184,00
169	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 14. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	30,00	0,0000	9,40	282,00
170	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 16. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	10,00	0,0000	9,50	95,00
171	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 16. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	10,00	0,0000	11,70	117,00
172	Pincel para pintura cabo longo em madeira ou acrílico, cerda sintética, formato chato, nº 24. - Marca: ROMA PINCEIS	UN	10,00	0,0000	13,00	130,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 12/13

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)

173 Pincel para pintura cabo em madeira, de pelo, em cerdas de filamento sintético, cerda chata, nº 0 (pintura em madeira). - Marca: ROMA PINCEIS	UN	10,00	0,0000	7,30	73,00
178 Placa em MDF - 1.830 x 2.750 x 12 mm - Marca: MD	UN	10,00	0,0000	124,50	1.245,00
179 Placa em MDF - 1.830 x 2.750 x 6 mm - Marca: MD	UN	10,00	0,0000	83,65	836,50
184 Prego 13 x 15 - Marca: GERDAU	KG	2,00	0,0000	12,60	25,20
185 Prego 10 x 10 - Marca: GERDAU	KG	3,00	0,0000	14,10	42,30
186 Prendedor para roupas, em polipropileno, tamanho aproximado de 9 cm, com 12 unidades - Marca: GABOARDI	PCTE	10,00	0,0000	4,50	45,00
187 PRIMER PARA METAL, PET E VIDRO - 100 ML - Marca: ACRILEX	TB	50,00	0,0000	10,35	517,50
188 Refil de cola de silicone para pistola de bastão fino, 30 cm de comprimento. - Marca: RENDICOLA	KG	10,00	0,0000	31,30	313,00
189 SECADOR DE CABELO PARA UTILIZAÇÃO EM OFICINAS DE ARTE, MÍNIMO 02 VELOCIDADES E 03 NÍVEIS DE TEMPERATURA, BICO DIRECIONADOR DO AR, CABO ANATÔMICO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.800 W, COM FIO NO MÍNIMO 1,5M - BIVOLT - Marca: WALITA	UN	2,00	0,0000	208,00	416,00
190 Serra tico-tico, mínimo 800 W, 60 Hz, capacidade de corte: madeira 80 mm / plástico 25 mm / metal 10 mm - Marca: TOOLS	UN	2,00	0,0000	294,00	588,00
191 Serrote de aço, comprimento da serra de 16', cabo de madeira - Marca: TOOLD	UN	4,00	0,0000	22,85	91,40
192 Serrote de aço, comprimento da serra de 22', cabo de madeira - Marca: TOOLS	UN	4,00	0,0000	30,23	120,92
195 TECIDO EM ALGODÃO CRU, 100% ALGODÃO, PESADO, COM 2,5 DE LARGURA - Marca: MARTIM PANOS	MT	30,00	0,0000	24,10	723,00
196 TECIDO OXFORD LISO, TEXTURA MACIA, VÁRIAS CORES - 150 CM DE LARGURA - 265 GR/M² - Marca: CASSIA NAHAS	MT	30,00	0,0000	11,20	336,00
197 Tecido para pano de copa, em algodão liso, branco - 65 cm de largura - 213 gr/m² - com 50 metros. - Marca: MARTIM PANOS	RL	1,00	0,0000	330,00	330,00
200 TELA PARA PINTURA - 50 X 60 CM - Marca: STALO	UN	50,00	0,0000	16,40	820,00
205 Tinta acrílica para tela - cores diversas - 120 ml - Marca: ACRILEX	TB	100,00	0,0000	13,80	1.380,00

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA</b>  <b>CNPJ:</b> 10.594.533/0001-00 <b>AV. XV DE NOVENBRO, 223</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 16/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 21/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 21/2015 <b>Data do Processo:</b> 21/09/2015
	Folha: 13/13

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (6216)**

208 Tinta de tecido para expansão a calor. Pode ser aplicada diretamente com o bico ou a pincel sobre tecidos de algodão (não sintéticos) e sem goma. Não tóxica. Solúvel em água. Pronta para o uso. Cores miscíveis entre si - Frasco com 35 ml. - Marca: ACRILEX	FR	100,00	0,0000	3,30	330,00
209 Tinta guache, atóxica, a base de resina vegetal - diversas cores - composição: resina, água, pigmentos, carga e conservante tipo Benzotiazol - 250 ml - Marca: MARIPEL	FR	150,00	0,0000	4,10	615,00
213 TINTA DIMENSIONAL 3 D, RELEVO - CORES DIVERSAS - 35 ML - Marca: ACRILEX	TB	10,00	0,0000	3,98	39,80
214 TINTA EM SPRAY - DIVERSAS CORES - 350 ML - Marca: COLOR GIM	TB	10,00	0,0000	16,98	169,80
215 TNT - CORES DIVERSAS - 50 METROS. - Marca: NOW	RL	10,00	0,0000	78,00	780,00
216 TNT - estampas diversas - 50 metros. - Marca: ESTRELA VERDE	RL	5,00	0,0000	195,00	975,00
218 Toalha de banho para bordar ponto cruz, tamanho aproximado de 1,40 x 0,70 m - largura da faixa de etamine para bordar de 08 cm - cores claras. - Marca: ATLANTIDA	UN	50,00	0,0000	17,50	875,00
228 VERNIZ GERAL - USO ARTESANAL - 250 ML - Marca: ACRILEX	FR	20,00	0,0000	18,60	372,00
<b>Total do Fornecido</b>					<b>32.664,41</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>67.726,76</b>

Joaçaba, 4 de Novembro de 2015.

-----  
GESTOR FMS

**HOMOLOG PL 83/2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 52/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 83/2015 Processo de Licitação: 83/2015 Data do Processo: 02/10/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, Rafael Laske, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 83/2015  
b) Licitação Nr.: 52/2015-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 21/10/2015  
e) Objeto da Licitação A contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de impressos gráficos, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Assessoria de Eventos do Município de Joaçaba, SC.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (11544)**

1	CERTIFICADO FESTIVAL DE DANÇA - impressão em 4 x 1 cores - papel offset alcalino 180 g/m² - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Acabamento: Fotolito (FV)	UN	1.000,00	0,0000	0,51	510,00
2	CRACHÁS - impressão em 4 x 0 cores - papel Triplex 300 g/m² - tamanho 10,00 x 15,00 cm - Acabamento: furo, alça, fotolito (F)	UN	1.000,00	0,0000	0,72	720,00
<b>Total do Fornecido</b>						<b>1.230,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>1.230,00</b>

Joaçaba, 21 de Outubro de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****HOMOLOGAÇÃO TP 0009/2015 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 9/2015 - TP</b>
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 51/2015 Processo de Licitação: 51/2015 Data do Processo: 04/09/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 51/2015  
b ) Licitação Nr.: 9/2015-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 03/11/2015  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESMONTAGEM DA ELEVATORIA EXISTENTE (EAT 004) E MONTAGEM ELETROMECÂNICA DA EAT 023 (NOVA DENOMINAÇÃO DA ELEVATORIA), DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**INDUCAL IND COM E CONS DE PECAS CAMAROTO LTDA - EP (7004)**

1 DESMONTAGEM DA ELEVATORIA EXISTENTE (EAT 004) E MONTAGEM ELETROMECANICA DA EAT 023 (NOVA DENOMINAÇÃO DA ELEVATORIA), CONFORME TERMO DE REFERENCIA - Marca: MATERIAL	SV	1,00	0,0000	27.344,18	27.344,18
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>27.344,18</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>27.344,18</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 2.378.051,07

Aluir Flemming - Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO Nº 04/2015 PML**

#### **AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

A Prefeitura do Município de Lages, através do Departamento de Patrimônio, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de cadastramento de entidades para recebimento de bens inservíveis do município de Lages.

O prazo para inscrições ao credenciamento e local está disponibilizado no site do Município.

A íntegra do Edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Lages, ou pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 04 de novembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

### **EXTRATO CONTRATO 421/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 421/2015 PML.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

LOCADOR: CENTROSERRA CONVETION CENTER LTDA, inscrita no CNPJ n.º 95.826.335/0001-70. Com sede a Rua Luiz Gonzaga Proença, 445 – Universitário – Lages/SC. CEP 88.511-120.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 273/2015, correlato à Inexigibilidade 11/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de espaço para Realização do 2º Festival de Dança da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Da Realização, dia 05/11/2015;

2.2 Da Vigência, até dia 31/12/2015 CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor a ser pago será de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais)

Lages, 04 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11/2015 PML**

#### **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 11/2015**

#### **ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Inexigibilidade de Licitação sob n.º 11/2015, através da Secretaria Municipal Da Educação, com a Empresa CENTROSERRA CONVENTION CENTER, inscrito no CNPJ nº 95.826.335/0001-70, sito a Rua: Luiz Gonzaga Proença - nº 445 - Bairro: Universitário - CEP: 88.511-120 – Lages/SC, para locação de espaço para a realização do 2º Festival de Dança da Secretaria da Educação no dia 05/11/2015, pelo valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 03 de Novembro de 2015.

Marimilia Casa Costa Coelho

Secretária Municipal de Educação

#### **RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 03 de Novembro de 2015.

.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

### **PP 135-2015 PML; CC 14/2015 PML**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 135-2015 PML

Objeto: Aquisição de Roupas de Cama e Banho para o CEIM do Bairro Pró Morar.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 19/11/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 60.841,88

Modalidade: CC 14-2015 PML

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção do CEIM Santa Helena com Muro de Fechamento.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 07/12/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 2.051.857,21

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 04 de novembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL 015/2015**

EDITAL Nº. 015/2015

ADILSON APPOLINÁRIO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 18 de novembro de 2015 (quarta-feira)

Horário: 14h00min(quatorze horas)

Pauta: Debater o Projeto de Lei N º 086/2015, que ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGES PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Local: Plenário Câmara de Vereadores de Lages

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site  
[www.camaralages.sc.gov.br](http://www.camaralages.sc.gov.br).

Lages, 03 de novembro de 2015.

ADILSON APPOLINÁRIO

Presidente

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.531/15

DECRETO Nº 4.531 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Proj/Atividade: 2.701 – PSFs/NASF/PAB  
Elemento da Despesa: 62 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0101 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 19 - Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
Proj/Atividade: 2.701 – PSFs/NASF/PAB  
Elemento da Despesa: 57 – 3.1.90.16.00.00.00.00.00.01.0101 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.532/15

DECRETO Nº 4.532 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.213 – Proteção Social Básica  
Elemento da Despesa: 27 - 3.3.90.36.00.00.00.01.0035 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Proj/ Atividade: 2.213 – Proteção Social Básica  
Elemento da Despesa: 25 - 3.3.90.30.00.00.00.01.0035 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.533/15

DECRETO Nº 4.533 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial  
Elemento da Despesa:  
5 - 3.3.50.43.00.00.00.01.0035 - Subvenção Social ..... R\$ 17.000,00  
14 - 3.3.90.39.00.00.00.01.0035 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 13.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial  
Elemento da Despesa: 8 - 3.3.90.30.00.00.00.01.0035 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 4.534/15**

DECRETO Nº 4.534 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 132.427,23 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e três centavos), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.018 – Urbanização de Bairros e Vilas

Elemento da Despesa: 197 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....

..... R\$ 132.427,23

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.018 – Urbanização de Bairros e Vilas

Elemento da Despesa:

195 – 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01 - Material de Consumo .....  
.....R\$ 82.427,23

200 – 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01 - Equipamentos e Material Permanente .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/15 - SEC. TURISMO**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O secretário de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico da prefeitura de Laguna, Hênio Marcelino Cardoso, convida os membros do Conselho Municipal de Turismo para participar de reunião, que será realizada na quarta-feira (11/11/2015), às 10 horas, na Secretaria de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico, na rua Jerônimo Coelho, nº 17, Centro Histórico, Laguna-SC.

Laguna, 4 de novembro de 2015

Hênio Marcelino Cardoso Secretário de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico

### **PORTARIA Nº 1357/2015**

PORTARIA RH Nº 1357/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, MANOELA GOULART DE SOUZA do Cargo de Bioquímico, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 01/10/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1365/2015**

PORTARIA RH Nº 1365/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, SINARIA MACHADO CRUZ para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 14/10/2015, em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1366/2015**

PORTARIA RH Nº 1366/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 4789/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. RENATA AGUIAR DA ROSA Enfermeiro, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 29/10/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Outubro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1367/2015**

PORTARIA RH Nº 1367/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DESLIGAR, por motivo de falecimento, ALTAIR DA SILVA VIEIRA do Cargo de Assistente de Administração, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 29 de Outubro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1368/2015**

PORTARIA RH Nº 1368/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MATEUS PEIXOTO PHILIPPE Guarda Municipal, do período de 08/10/2012 a 30/10/2015, lotado no Gabinete do Prefeito, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Outubro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1369/2015**

PORTARIA RH Nº 1369/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DEMITIR A PEDIDO, GUSTAVO FERREIRA do Cargo de Professor de Educação Física, 10 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 23/10/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Outubro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1370/2015**

PORTARIA RH Nº 1370/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, KLEVYS LOPES ROSA Secretário Adjunto de Educação e Esportes, do dia 03.11.2015 a 02.12.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1371/2015**

PORTARIA RH Nº 1371/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e considerando estar o Secretário Adjunto Sr. Klevys Lopes Rosa em gozo de férias;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, SIMONE BELMIRO, Professor, para responder interinamente pelo Cargo de Secretário Adjunto de Educação e Esportes, durante o período de 03/11/2015 a 02/12/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1372/2015**

PORTARIA RH Nº 1372/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, DENER ABÍLIO MAIA Motorista, do dia 27.10.2015 a 25.11.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
LORENA BARBOSA DE ANDRADE  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1373/2015**

PORTARIA RH Nº 1373/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARCO AURÉLIO DE SOUZA Assessor de Planejamento Governamental, do dia 03.11.2015 a 02.12.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
LUIZ PAULO DE REZENDE  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1374/2015**

PORTARIA RH Nº 1374/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JOSÉ WANDERLEI MARTINS AMADOR Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 03.11.2015 a 02.12.2015, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
LUIZ PAULO DE REZENDE  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1375/2015**

PORTARIA RH Nº 1375/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, PAULA GUEDES FRETTE Assessor Especial, do dia 03.11.2015 a 13.12.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
LUIZ PAULO DE REZENDE  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1376/2015**

PORTARIA RH Nº 1376/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 03.11.2015 a 02.12.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Fabiula Vieira Maia Ribeiro	2014/2015
Florisbel Alves	2014/2015
Giseli de Oliveira Fernandes	2014/2015
Gisele Marinho Machado	2014/2015
Gleice Cristine Martins Goularte	2013/2014
Janaina de Jesus Roldão do Carmo	2014/2015
Lúcia Ana Santana Pires	2014/2015
Katie Dóris Benedet Souza	2014/2015
Maria Aparecida Corrêa Bona	2014/2015
Mariângela Barreto Cunha	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1377/2015**

PORTARIA RH Nº 1377/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, CARLA MEDEIROS DE SOUZA do cargo em comissão de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, DS 4, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1378/2015**

PORTARIA RH Nº 1378/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5430/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Novembro de 2015 a 31 de Janeiro de 2016, ao Servidor MARIA HELOISA FERNANDES, Enfermeiro, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1379/2015**

PORTARIA RH Nº 1379/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 5350/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Novembro de 2015 a 02 de Dezembro de 2015, ao Servidor MARIA GORETE DA SILVA DEMÉTRIO, Auxiliar de Enfermagem, referente ao período 2002/2007, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1380/2015**

PORTARIA RH Nº 1380/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 5696/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Novembro de 2015 a 02 de Dezembro de 2015, ao Servidor LÚCIA MARIA MACIEL DAS NEVES, Assistente de Administração, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Novembro de 2015.  
LUIZ PAULO DE REZENDE  
Secretário Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.897/2015

LEI Nº 1.897/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGO NO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, CONSTANTE DA LEI Nº 1.300/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o cargo de Professor Auxiliar de Classe, conforme Anexo Único desta Lei, o qual fica inserido no Quadro do Magistério Público Municipal, da Lei Municipal nº 1.300/2004 de 30/06/04.

Art. 2º - O provimento do cargo criado no Art. 1º será mediante Processo Seletivo Simplificado, nos termos da Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

### ANEXO ÚNICO

Cargo: Professor Auxiliar de Classe

Nº de Vagas: 20 (Vinte)

### ATRIBUIÇÕES:

1. Normatizar a função de professor auxiliar de classe dos Anos Iniciais nas escolas da rede municipal de ensino.

2. Auxiliar nas classes que possuem alunos com deficiência e/ou necessitem de um professor auxiliar de classe para melhor atender aos alunos.

3. Ajudar o professor titular no atendimento de todos os alunos e não somente àqueles que possuem deficiência.

4. Ajudar em todas as atividades pedagógicas o professor titular da classe, bem como participar de todas as atividades propostas pela unidade escolar, cumprindo todas as atividades pertinentes à função.

### Requisitos:

Habilitação Magistério em nível médio.

### Condições de Trabalho:

Geral: 20 (vinte) horas semanais.

### Salário:

R\$ 788,00 (Setecentos e oitentas e oito reais)

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

### LEILÃO 01/2015 - PMLM

LEILÃO 01/2015 - PMLM

PROCESSO Nº90/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e demais legislações competentes, que no dia 7 de dezembro de 2015 às 14:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara LEILÃO para venda por melhor oferta de 10 veículos automotores sendo entre eles 5 ônibus, 1 trator agrícola, 1 motoniveladora 4 automóveis. O edital na íntegra está disponível no site oficial do município [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br), maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 4 de novembro de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

### PORTARIA Nº 310/2015

PORTARIANº 310/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

Considerando o Ato nº 1389 de 11 de maio de 2015, que colocou a disposição do município, a servidora Reginalda Rossi Citadin, com ônus para o Estado,

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, REGINALDA ROSSI CITADIN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DAS 1.

Parágrafo Único – O município fará complementação salarial, equivalente à diferença entre o valor pago pelo Estado e a remuneração do respectivo cargo de Secretária Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 130/2015 de 09/03/2015.

LAURO MÜLLER, 10 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 311/2015**  
PORTARIANº 311/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR, até 04 de Agosto de 2015, os efeitos da Portaria nº 260/2015, de 04/05/15, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de ROSELIA DA CRUZ LUCIANO, para a função de Professora de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 11 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 312/2015**  
PORTARIA Nº 312/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ROSELI HOFFMANN ALEXANDRE, para a função de Professor II – Coordenadora do Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 313/2015**  
PORTARIANº 313/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, MERIELI MEDEIROS RONSANI, Nutricionista contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 314/2015**  
PORTARIA Nº 314/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR, até 18 de Dezembro de 2015, os efeitos da Portaria nº 285/2015, de 12/06/15, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de ROSIMERI DA ROSA MENDES LOCATELLI, para a função de Professora II - Matemática.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/07/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JULHO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 315/2015**

PORTARIA Nº 315/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública CLÁUDIA CITADIN, Professora II – Professora de Matemática, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JULHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 316/2015**

PORTARIANº 316/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEDITIR, BRUNO DA SILVA FABIANO, Auxiliar de Serviços Gerais contratado em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JULHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 317/2015**

PORTARIANº 317/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2014 para admissão em caráter temporário onde não existe aprovados para preenchimento da vaga, bem como a necessidade decorrente de emergência em saúde pública conforme item C do termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta SIG/MP 06.2011.00003821-1,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ANA PAULA DE OLIVEIRA BRATTI ANTUNES, para a função de Farmacêutica, no Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage, em Caráter Temporário, pelo período de 20 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JULHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 318/2015**

PORTARIA Nº 318/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública CACIANA ESPINDOLA, Professora I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior como 2º Professor, em vaga excedente, partir de 08 de Julho de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/07/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE JULHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 319/2015**

PORTARIA Nº 319/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, MARIA LUIZA QUERINO, Atendente Social, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 03/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 320/2015**

PORTARIA Nº 320/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, MARIA LUCIA GONÇALVES MARIOT, Professora II, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 03/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 321/2015**

PORTARIA Nº 321/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, LUZIA VARGAS, Técnica em Vigilância Sanitária, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 03/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 322/2015**

PORTARIA Nº 322/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, CARLA SABRINA DA SILVA, Professora II contratado em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 323/2015**

PORTARIA Nº 323/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, VANDERLEI DA SILVA ANTUNES, Agente Comunitária de Saúde, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por Invalidez a partir de 03/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 324/2015**

PORTARIANº 324/ 2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR, até 30 de Setembro de 2015, os efeitos da Portaria nº 311/2015, de 11/07/15, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de ROSELIA DA CRUZ LUCIANO, para a função de Professora de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/08/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 325/2015**

PORTARIA Nº 325/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - TRANSFERIR TEMPORARIAMENTE, da Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior para a Secretaria Municipal da Educação, a Auxiliar de Administração Escolar KELLEN MAFFIOLETTI, pelo período de 03 de Agosto de 2015 à 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 326/2015**

PORTARIA Nº 326/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a Professora TANIA RUZA TORNIER, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Hilário Pescador, pelo período de 03 de agosto de 2015 à 23 de dezembro de 2015, em substituição à funcionária Heloísa Gonçalves Ribeiro Fontanella.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 227/2015.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 327/2015**

PORTARIA Nº 327/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública LAURA DONEDA PURIFICAÇÃO, Professora I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, em substituição a funcionária Bruna Ramos Gazola, partir de 03 de Agosto de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 328/2015**

PORTARIA Nº 328/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública MARIA ROSIANA DOS SANTOS RABELO, Professora I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, em substituição a funcionária Bruna Ramos Gazola, partir de 04 de Agosto de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/08/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 329/2015**

PORTARIA Nº 329/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA da servidora pública EMA MARCHIOLI DOS SANTOS, Professora I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, em vaga excedente, partir de 05 de Agosto de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/08/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 330/2015**

PORTARIA Nº 330/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - LOTAR, a professora VANDERLÉIA BATISTA VELHO, Professora II, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/08/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015

Tipo: "Menor Preço por Item". REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de madeiras, visando à construção, reforma, manutenção e investimentos a serem realizados pela Prefeitura Municipal em vias urbanas, revitalizações, prédios públicos e outros, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 046/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 18 de novembro de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 04/11/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

### LEI N.º 1.189/2015

LEI N.º 1.189 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DENOMINA VIA PUBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "VEREADOR ALDIR DE SOUZA HOFFMANN", a rua principal do Loteamento Residencial Jardim das Colinas, com extensão de 723 metros, partindo do acesso à Rua Mainolvo Lehmkuhl até o bolsão de retorno, ora denominada "Rua A", no projeto de Loteamento aprovado pelo Município.

Art. 2º Fica autorizado o Município à receber em doação a área mencionada, através de escritura pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 04 de novembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.737/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.737/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015  
HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO INTERNO  
PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA Nº 01/2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei.

#### DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público Interno para Ampliação de Carga Horária Definitiva de professores da rede publica municipal nº 01/2015, devidamente publicado na Resolução nº 1/2015 da Comissão Organizadora do Concurso Público Interno.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se  
Em 04 de Novembro de 2015.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

### LEI COMPLEMENTAR N.º 282/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR N.º 282/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL A INTEGRAR O PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – PIGIRS/AMAUC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica autorizado o Município de Lindóia do Sul integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólido da Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – PIGIRS/AMAUC, conforme anexo único desta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme estabelece o art. 52 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado participar de ações conjuntas ou consorciadas com os demais Municípios integrantes do PIGIRS/AMAUC, visando à implementação do Plano no território do Município.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá

revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PIGIRS/AMAUC, especialmente sobre:

I – posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;

II – segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;

III – disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;

IV – operação de transportadores e receptores de resíduos privados;

V – mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

Parágrafo único. A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários e a disposição adequada dos rejeitos, em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Secretária de Administração e Finanças em Exercício  
Registrado e publicado,  
Em, 04 de Novembro de 2015

Leonardo Junior Cavallier  
Auxiliar de Técnico

### LEI ORDINÁRIA N.º 1.299/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.299/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015  
AUTORIZA A CONCEDER CESTA NATALINA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Brighenti, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder cesta natalina aos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 70,00 (setenta reais), para cada cesta natalina.

§ 2º Não terão direito ao recebimento dos itens no caput do presente artigo os agentes políticos.

§ 3º O servidor público que acumula cargos e/ou receba remunerações acumuladas terá direito a apenas uma cesta natalina

§ 4º Os servidores públicos efetivos investidos em cargo em comissão terão direito aos itens no caput do presente artigo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrá por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Secretária de Administração e Finanças em Exercício

Registrado e publicado,  
Em, 04 de Novembro de 2015

Leonardo Junior Cavallier  
Auxiliar de Técnico

## **LEI ORDINÁRIA N.º 1.300/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.300/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

APRESENTA NOVA REDAÇÃO À PÁGINA 03/60 E À PÁGINA 26/60 DO ANEXO 01 DA LEI ORDINÁRIA Nº 1.297/2015 QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2016

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º O elemento orçamentário descrito na página 03/60 do Anexo 01 da Lei N. 1.297/2015 Que Dispõe Sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária 2016 passa a apresnetar a seguinte redação:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice  
Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito e Vice  
Ação: 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
3.3.90.00.00.00.00 - Aplicação Direta .....  
90.000,00

Art. 2º O elemento orçamentário descrito na página 26/60 do Anexo 01 da Lei N. 1.297/2015 Que Dispõe Sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária 2016 passa a apresnetar a seguinte redação:

Órgão: 05 Secretaria de Saúde e Ação Social  
Unidade: 01 – Diretoria de Ação Social  
Ação: 2.043 – Remuneração dos Conselheiros Tutelares  
3.1.90.00.00.00.00 - Aplicação Direta .....  
95.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Secretária de Administração e Finanças em Exercício  
Registrado e publicado,  
Em, 04 de Novembro de 2015

Leonardo Junior Cavallier  
Auxiliar de Técnico

## **PORTARIA Nº 310/2015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 310/2015, de 03 de Novembro de 2015.  
NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9, Inciso I, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003, e artigo 91, Inciso XII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Nomear, CLEIDE ROGOWSKI, aprovada no Concurso Público nº 01/2011, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, Grupo Especialista (GE), Anexo I, 40 (quarenta) horas semanais, Nível 9, Classe Inicial do Anexo IV, conforme manual de ocupações do quadro Permanente do Poder Executivo Anexo II, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, a partir de 03 de Novembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 03 de Novembro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Recursos Humanos

## **PORTARIA Nº 307/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 307/2015, de 30 de Novembro de 2015.  
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal Geraldo Ferarri, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas I, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2012 a 30 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em, 30 de Novembro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

**PORTARIA Nº 308/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 308/2015, de 30 de Novembro de 2015.

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelas disposições do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, ao Servidor Público Municipal João da Rosa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2012 a 30 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em, 30 de Novembro de 2015.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

**PORTARIA Nº 309/2015, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 309/2015, de 30 de Outubro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Marciane Agustini, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Gestor Escolar, vinculada na Secretaria Municipal de Educação. Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 15 de Maio de 2013 a 14 de Maio de 2014, para gozo no período de 09 de Novembro de 2015 a 08 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 30 de Outubro de 2015.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

**RESOLUÇÃO Nº 1/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 1/2015, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

A Comissão Organizadora do Concurso Público Interno para Ampliação de Carga Horária Definitiva nº 01/2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 2728/2015 e Edital de Concurso Público Interno nº 01/2015, resolve publicar o resultado final de classificação e recomendar a homologação final:

Ficam classificados conforme resultado final do Concurso Público Interno para Ampliação de Carga Horária Definitiva nº 01/2015, constantes no relatório expedido pela Empresa Executora do Concurso Público Interno nº 01/2015 e abaixo descritos e recomendar ao chefe do poder executivo a homologação do Concurso Publico Interno nº 01/2015.

## Professor Educação Infantil

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	2	Solange Turatti	21	8,40	1,5	9,90
2	5	Giane de Fatima Palhano Tolgo	19	7,60	1,5	9,10
3	7	Salete Benelli	18	7,20	1,5	8,70

## Professor Ensino Fundamental

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	TOTAL ACERTOS	NOTA DA PROVA	NOTA TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	3	Cláudia Luciani Kovalik Alves	22	8,80	1,5	10,30
2	8	Lucinete Fiorentin Lodi	19	7,60	1,5	9,10
3	6	Maristela Oldoni	18	7,20	1,5	8,70
4	1	Jane Aparecida Klein Grasel	15	6,00	1,5	7,50
5	4	Silvane Venancio	14	5,60	1,5	7,10

Lindóia do Sul – SC, 04 de novembro de 2015.

JOANA CAROLINE SPRICIGO  
PRESIDENTEIVANETE ZUANAZZI  
MEMBROGIOVANA ANDREZA DE OLIVEIRA  
MEMBRO

# Macieira

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO - CONFERÊNCIA MUNDIAL SANEAMENTO

EDITAL nº 01/2015

#### CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos dispostos na Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, torna público e convoca todos os cidadãos interessados, que fará realizar, no dia 17 de novembro de 2015, das 19:00 às 22:00 horas, no Centro da Terceira Idade, a I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, com o objetivo de deliberar e aprovar o conteúdo final do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Macieira (Versão Final), através de representantes do Poder Público (concessionárias públicas, Poder Executivo, Poder Legislativo, outras instituições).

O Regimento Interno que embasa a audiência estará disponível na página eletrônica oficial do Município para exame e extração de cópias, pelos interessados a partir do dia 04 de novembro de 2015, cujo endereço é: [www.macieira.sc.gov.br](http://www.macieira.sc.gov.br).

Macieira, 04 de novembro de 2015.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal.

### REGIMENTO INTERNO AUDIÊNCIA PÚBLICA SANEAMENTO

#### REGIMENTO INTERNO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital de Convocação Nº 01/2015

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Audiência Pública realizar-se-á com a finalidade de apresentação e deliberação acerca do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MACIEIRA, instrumento base para implementação de políticas públicas visando a universalização do atendimento e a eficácia das metas e ações na área de saneamento com foco no alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental;

Art. 2º - A Audiência Pública terá o objetivo específico de deliberar e aprovar o conteúdo final do Plano de Saneamento de Macieira (Versão Final), através de associações e bairros presentes nas audiências públicas locais (reuniões comunitárias) por Unidades Técnicas de Análises e Planejamento (UTAP), mais representantes do Poder Público (concessionárias públicas, Poder Executivo, Poder Legislativo, outras instituições) conforme Edital de Convocação, que faz parte integrante deste Regimento, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na elaboração do Plano.

Parágrafo único. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local.

Art. 3º - O público presente deverá assinar lista de presença, que conterá:

I - Nome legível, profissão e endereço;

II - Nº do documento de identificação;

III - A entidade pública ou privada a que pertence; e,

IV - Assinatura.

Parágrafo único. A lista de presença ficará disponível durante toda a sessão em local acessível.

#### CAPÍTULO II

##### DA CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 4º - A Audiência será conduzida pelo Presidente, nos termos definidos neste Regimento, com o apoio do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas, pertencente à Fundação Educacional de Criciúma – IPAT/UNESC, responsável pela elaboração deste Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 0496/PMA/2013 firmado entre o Município de Macieira e a Fundação Educacional de Criciúma.

Parágrafo único. O Presidente da Audiência Pública será indicado pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º - São prerrogativas do Presidente da Sessão:

I – designar um ou mais secretários para assisti-lo;

II – realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da audiência, ordenando o curso das manifestações;

III – decidir sobre a pertinência das intervenções orais;

IV – decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

V – dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da sessão, bem como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante;

VI - Alongar o tempo das elocuições, quando considere necessário e útil;

Art. 6º - O Presidente da sessão indicará um Secretário para lhe auxiliar na condução e organização da audiência, sendo atribuições do Secretário:

I - inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;

II - controlar o tempo das intervenções orais;

III - registrar o conteúdo das intervenções;

IV - sistematizar as informações;

V - elaborar a ata da Sessão;

VI – a guarda da documentação produzida na audiência.

#### CAPÍTULO III

##### DOS PARTICIPANTES

Art. 7º - Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão ou cidadã residente na cidade de Macieira, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de aprovação mencionado no Edital de Convocação.

Art. 8º - São direitos dos participantes:

I - manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da Audiência Pública, respeitando as disposições previstas neste Regimento;

II - debater as questões tratadas no âmbito da audiência pública;

Art. 9º - São deveres dos participantes:

I - Respeitar o Regimento Interno da audiência pública;

Art. 10º - É condição para a participação nos debates, a prévia inscrição.

Parágrafo único. A ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores.

Art. 11º - A inscrição deverá ser realizada após a abertura da audiência, através de ficha de inscrição, que estará disponível em local previamente determinado pelo Presidente da Sessão, e encerrar-se-á após a exposição do tema realizada pelos Técnicos.

#### CAPÍTULO IV

II- Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;

III- Tratar com respeito e civilidade os participantes da audiência e seus organizadores.

##### DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 12º - A Audiência Pública terá a seguinte ordem:

I – apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da

audiência;

II – leitura e exposição – item a item – do conteúdo final e conclusões do Plano Municipal de Saneamento Básico (Versão Final), por parte dos responsáveis por sua elaboração;

III – debates orais;

IV – encerramento com a leitura resumida e aprovação dos pontos principais da sessão.

Art. 13º - Os participantes disporão de 02 (dois) minutos, após a exposição determinada no inciso II, do artigo 12, observada a ordem de inscrição, para manifestação.

Parágrafo único. Poderão ser permitidas (02) duas intervenções orais de 01 (um) minuto cada uma durante manifestação dos participantes, desde que, autorizadas pelo Presidente da sessão.

Art. 14º - Os técnicos do Município (Prefeitura Municipal, IPAT e CASAN) terão 2 (dois) minutos para responder eventuais perguntas dos participantes.

Parágrafo único. Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro.

Art. 15º - Concluídas as exposições e as intervenções, o Presidente dará por concluída a Audiência Pública, fazendo leitura resumida dos pontos principais da sessão.

Art. 16º - Ao final da audiência será lavrada ata, subscrita pelo Presidente da Sessão, pelo Comitê de Coordenação, devendo ser anexada à lista de presença e, posteriormente, publicada na página eletrônica do Município.

#### CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º - As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações colhidas durante a Audiência Pública terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se à motivação do Executivo Municipal quando da tomada das decisões em face dos debates realizados.

Macieira, 04 de novembro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal.

# Mafra

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 002/2015.

O MUNICÍPIO DE MAFRA, torna público que fará realizar no dia 10/12/2015 às 09:05 horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra sito à Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12, licitação modalidade de Concorrência Pública para concessão industrial, na forma de doação gratuita com encargo sobre bem imóvel, pelo período indeterminado, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa e geração de emprego e renda, no Município de Mafra/SC, assim descrito: "Uma área de 654.130,83m<sup>2</sup> (seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e trinta e oitenta e três decímetros quadrados) localizado junto ao Distrito Industrial, na localidade de São Lourenço, no município de Mafra/SC.". As propostas deverão ser protocoladas no horário de expediente, no Departamento de Licitações, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00hs do dia 10/12/2015. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelo Fone (47) 3641-4061 ou 4003.

Mafra (SC), 04 de novembro de 2015.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 82/2015

DECRETO Nº 82 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÃO JUNTO AO CADASTRO MOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO E CONCESSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Orgânica do município;

DECRETA:

Art. 1º O Alvará de Funcionamento Provisório, será concedido pelo Município, a título de autorização condicionada ao funcionamento e a instalação de atividade econômica, para posterior regularização definitiva.

Art. 2º O Alvará de Funcionamento Provisório será expedido após a consulta de viabilidade aprovada e registro empresarial devidamente preenchido, junto a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O número da inscrição concedida para o Alvará de Funcionamento Provisório será o mesmo para o Alvará de Funcionamento Definitivo.

Art. 4º O Alvará de Funcionamento Provisório, terá o horário comercial das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, com validade de 30 (trinta) dias, período em que a autoridade fiscal competente validará ou não a referida liberação do alvará de funcionamento definitivo e autorizará ou não, o horário de funcionamento solicitado pela empresa, sendo que o prazo de validade do alvará de funcionamento provisório poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante pedido fundamentado.

Parágrafo Único - A concessão do Alvará de Funcionamento Provisório não implica dispensa do pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS) ao qual a empresa esteja sujeita.

Art. 5º O Alvará de Funcionamento Provisório não será concedido para atividades consideradas como de alto risco, sempre que se verificar um ou mais dos seguintes aspectos:

- I - Material inflamável;
- II - Aglomeração de pessoas;
- III - Possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido pela Lei;
- IV - Material explosivo.
- V - Atividades proibidas pela Consulta de Viabilidade.

Art. 6º O Alvará Provisório será cassado quando:

- I - Ficar comprovada a falsidade ou inexistência de qualquer declaração ou documento;
- II - No estabelecimento for exercida atividade diversa da cadastrada;
- III - Forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puserem em risco, por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade

física da vizinhança ou da coletividade;

IV - Ocorrem infrações a Legislação Municipal;

Art. 7º A cassação do Alvará de Funcionamento Provisório nos termos do artigo anterior, se dará mediante procedimento Administrativo próprio específico.

Art. 8º Quando da cassação do Alvará provisório nos termos legais, serão apreendidos os blocos de notas fiscais de prestação de serviço porventura autorizados até decisão final do processo administrativo.

Art. 9º O estabelecimento que tiver o Alvará de Funcionamento Provisório cassado nos termos do artigo acima citado, será interdito.

Art. 10 O Poder Executivo Municipal fica autorizado a impor restrições às atividades dos estabelecimentos com alvará de funcionamento provisório, desde que o fim seja resguardar o interesse público.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 03 de Novembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 03 de Novembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

### EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2015 - LEILÃO

O Município de Maracajá, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.915.026/0001-24, com sede na Av. Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wagner da Rosa, torna público, para conhecimento dos interessados, que as 13:30 horas do dia 03 de dezembro de 2015, na garagem da Prefeitura Municipal de Maracajá, no endereço acima citado, realizará Licitação, na modalidade de LEILÃO do tipo “MAIOR LANCE”, objetivando a venda de bens móveis declarados inservíveis para a Administração Municipal, conforme descrito no Item 01.

#### 1 - DO OBJETO

Constitui objeto da presente Licitação, a alienação dos seguintes bens da Prefeitura Municipal de Maracajá, no estado em que se encontram:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	VALOR MÍNIMO EM REAIS (R\$)
01	Automóvel corsa, modelo chevrolet classic LS, combustível gasolina, cor branca, capacidade para 5 passageiros, pot/cil 78CV, ano fabricação 2011, ano modelo 2011, chassi nº 9BGSU-19F0BB299813, código renavam nº 324195141, placa MJE-4832.	1	15.000,00 (quinze mil reais)
02	Veículo caminhonete ambulância, modelo fiat ducato TH amb., combustível diesel, cor branca, capacidade para 8 passageiros, pot/cil 127CV, ano fabricação 2006, ano modelo 2006, chassi nº 93W245H3362007185, código renavam nº 883436370, placa MAR-7943.	1	15.000,00 (quinze mil reais)
03	Automóvel gol, modelo VW gol 1.0, combustível gasolina, cor branca, capacidade para 5 passageiros, pot/cil 67CV, ano fabricação 2004, ano modelo 2004, chassi nº 9BW-CA05X54T130589, código renavam nº 828049769, placa MET-9272.	1	8.000,00 (oito mil reais)
04	Automóvel fiat uno mille, modelo fiat uno mille fire flex, combustível gasolina, cor branca, capacidade para 5 passageiros, pot/cil 66CV, ano fabricação 2006, ano modelo 2006, chassi nº 9BD15822764816544, código renavam nº 878152830, placa MFS-1961.	1	8.000,00 (oito mil reais)
05	Veículo ônibus, modelo mercedes benz OH 1315, combustível diesel, cor branca, capacidade para 47 passageiros, pot/cil 136CV, ano fabricação 1992, ano modelo 1992, chassi nº 9BM-384098NB938084, código renavam nº 583596053, placa IDQ-3491.	01	12.000,00 (doze mil reais)

## 02 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Poderá participar qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que se vencedor deverão apresentar os seguintes documentos para identificação:

a) Se pessoa física:

- Carteira de Identidade e CPF

b) Se pessoa jurídica:

b.1 – Comprovante de que é representante legal da empresa (sócio-gerente, diretor, procurador, etc.)

b.2 – Comprovante de Inscrição da empresa no CNPJ e Inscrição Estadual.

## 03 – DOS LANCES

3.1 – Os lances serão dados de viva voz, em tom alto e claro, um de cada vez, apregoado por leiloeiro, funcionário desta Prefeitura, designado para este fim, em horário e local determinado no preâmbulo do edital.

3.2 – O primeiro lance não poderá ser inferior ao valor de avaliação descrito no item 1.

3.3 – Os demais lances, somente serão aceitos em valor não inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) sobre a oferta imediatamente anterior.

## 4 – DO PROCEDIMENTO

4.1 – O leilão será realizado por servidor desta Prefeitura, para este fim designado.

4.2 – Será arrematante, aquele que maior lance ofertar, após assim determinado pelo leiloeiro.

## 5 - DO PAGAMENTO E DA RETIRADA DO BEM

5.1 – O pagamento será efetuado à vista ou no percentual de 5,00% (cinco por cento) sobre o valor ofertado, no momento do leilão, mediante depósito identificado, em dinheiro, para liberação do bem arrematado.

5.2 – Os valores para depósito dos bens arrematados serão depositados na conta da Prefeitura Municipal de Maracajá, no Banco do Brasil, Agência 5326-0, Conta 955-5.

5.3 – Na opção de pagamento no ato, do percentual de 5,00% (cinco por cento), o restante deverá ser pago, necessariamente, até dois dias úteis imediatamente após o leilão, mediante depósito identificado em dinheiro.

5.4 – A falta do pagamento no prazo estipulado no item anterior, implica em perda do valor já pago, em favor da Prefeitura, a título de multa.

5.5 – Após a comprovação do pagamento integral do valor ofertado, o bem será imediatamente liberado para retirada do arrematante.

## 6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – Ficarão a cargo do arrematante todas as despesas e encargos decorrentes da retirada e transporte do bem, tais como: frete, impostos, etc.

6.2 – O bem será entregue no estado em que se encontra.

6.3 – O bem a ser leilado encontra-se a disposição dos interessados, para vistoria, na garagem da Prefeitura Municipal de Maracajá, no endereço supra, de segunda a sexta-feira, das 13:00 as 18:00 horas.

Maracajá/SC, 03 de Novembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

**LEI 1042/2015**

LEI Nº 1042 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, apresenta à Câmara de Vereadores para análise e deliberação o seguinte Projeto de Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

**CAPÍTULO III****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a

manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos

especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes

deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa

na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

##### Seção II

## Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

### Seção III

#### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2016, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

### Seção IV

#### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo

e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

### Seção V

#### Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia

mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

### Seção VI

#### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

### Seção VII

#### Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2014 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

### Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos

para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## Seção IX

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

## Seção X

### Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## Seção XI

### Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema

de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo

único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça

fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza

tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de

Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 04 de Novembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

## LEI 1043/2015

LEI Nº 1043 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

FIXA A JORNADA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPEUTA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os profissionais Fisioterapeutas ficarão sujeitos à prestação máxima de 30 (trinta) horas semanais de trabalho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2015.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 04 de Novembro de 2015.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 213/2015

DECRETO Nº 213, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre contratação temporária, de servidora municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação de 03/11/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professora, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 03/11/2015 a 07/12/2015, a senhora AUDRIA KARINA GATTO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 070.565.559-85, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Professora, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, no C. E. I. Proinfância – Criança Sorriso.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

### RETIFICAÇÃO N. 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 4.016/2015 – Modalidade de Concorrência Pública n. 004/2015.

Retificação n. 002/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Concorrência n. 004/2015 foi retificado, alterando-se o dimensionamento dos lotes industriais, para concessão de direito real de uso, em caráter precário, com cláusula de reversão, localizados na área industrial do Município de Maravilha – SC, tipo melhor oferta, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006, Lei Complementar Municipal n. 034/2010 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 09h do dia 14 de janeiro de 2016, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 04 de novembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2015.

CONCEDE LICENÇA PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, Vereador Odair José Batistello, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI, em especial os incisos IV e V do artigo 41, inciso II e §2º do artigo 45 da Lei Orgânica do Município combinado com as alíneas “d” e “f” do inciso I do artigo 46 do Regimento Interno, promulga a Resolução Administrativa abaixo descrita:

Art. 1º Fica concedido por esta Resolução Administrativa, Licença Parlamentar de 30 (trinta) dias a contar de 1º de novembro de 2015, ao Vereador ATENOR WASLAVIK (PMDB), sem remuneração para tratar de assuntos de interesse particular.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização desta Resolução Administrativa serão consignadas no orçamento do Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, aos 29 dias do mês de outubro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente

# Marema

## PREFEITURA

**CONTRATO FMS Nº: 012/2015**

Minuta

Contrato nº: n. 012/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA EPP

Objeto: Aquisição de Material Permanente e Material de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 531,20 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 015/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 015/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

Objeto: Aquisição de Material Permanente e de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 10.714,10 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 013/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 013/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: MARISA A. DE SOUZA BRANCO COMINGOS

Objeto: Aquisição de Material Permanente e Material de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 2.790,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 016/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 016/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZAR LTDA EPP

Objeto: Aquisição de Material Permanente e de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 1.966,10 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 014/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 014/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: MB CATARINENSE LTDA ME

Objeto: Aquisição de Material Permanente e Material de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 8.248,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 017/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 017/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: FRANCIELI HAIDUK RIGO ME

Objeto: Aquisição de Material Permanente e de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 6.120,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

**CONTRATO FMS Nº: 018/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 018/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME

Objeto: Aquisição de Material Permanente e de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 3.130,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 019/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 019/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CLEBER TADEU BRIDI ME

Objeto: Aquisição de Material Permanente e de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 2.196,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 020/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 020/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: KALINOVSKI &amp; KALINOVSKI LTDA ME

Objeto: Aquisição de Material Permanente e de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015

Valor: R\$ 977,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMS Nº: 021/2015**

MINUTA

Contrato nº: n. 021/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Objeto: Aquisição de Material Permanente e de Expediente, para uso junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 009/2015 – Pregão Presencial/FMS n. 007/2015.

Valor: R\$ 6.224,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 27 de outubro de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO Nº: 087/2015**

Minuta:

Contrato nº: 087/2015

Contratante: Município de Marema

Contratada: VITAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

Finalidade: Elaboração de processo de Licenciamento Ambiental.

Valor: R\$ 7.500,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de xaxim – SC

Marema - SC, 19 de outubro de 2015.

ALGACIR DONZELLI

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 3193 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3193 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos  
0401 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0401 – 10700 – Contribuição Interv. Domínio Econômico - CIDE  
..... R\$ 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### DECRETO Nº. 3194 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3194 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
0401.015.452.0054.2025 – Conservação dos Serviços Urbanos  
0401 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0401 – 30700 – Contribuição Interv. Domínio Econômico - CIDE  
..... R\$ 2.200,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de

2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

### DECRETO Nº. 3195 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3195 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Prog. de Merenda Escolar Ensino Fundam.  
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas  
0501 – 33709 – Atendimento Educação Especializada  
..... R\$ 1.200,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**DECRETO Nº. 3196 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº. 3196 DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

**Abre Crédito Suplementar**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Prog. de Merenda Escolar Ensino Fundam.

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 13709 – Atendimento Educação Especializada ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Modelo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0161/2015

PORTARIA Nº 0161/2015 DE 28.10.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.906/2010, e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002, Portarias nº 0107/2015 e 0122/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 0122/2015 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

I – CH02: Jornada 02

II – SM02: Jornada 02

III – HEM01: Jornada 01

IV – Normal01: Jornada 01

V – VE03: Jornada 03

VI – SA03: Sobreaviso/Jornada 03

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de novembro de 2015, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 28 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA TERESINHA JACOBY  
Diretora Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra: JANICE MARTINI MULLER  
Contadora

#### ANEXO I

#### ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE NOVEMBRO/2015

DIA DA SEMANA	sábado	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira
MOTORISTA/DIA	31/out	1	2	3	4	5	6
MAURICIO RAUBER	-	-	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01
GLEISON DONIDA	-	-	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03
ERI EVALDO SIMÃO	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA
PAULO SALVATORI	-	-	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
GILSON HISTER	-	-	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
DIA DA SEMANA	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira
MOTORISTA/DIA	6	7	8	9	10	11	12
MAURICIO RAUBER	-	-	-	SM02	SM02	SM02	SM02
GLEISON DONIDA	-	-	-	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01
ERI EVALDO SIMÃO	-	-	-	VE03	VE03	VE03	VE03
PAULO SALVATORI	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA
GILSON HISTER	-	-	-	CH02	CH02	CH02	CH02
DIA DA SEMANA	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira	terça-feira	quarta-feira

MOTORISTA/DIA	12	13	14	15	16	17	18
MAURICIO RAUBER	-	CH02	-	-	CH02	CH02	CH02
GLEISON DONIDA	-	SM02	-	-	SM02	SM02	SM02
ERI EVALDO SIMÃO	-	HEM01	-		HEM01	HEM01	HEM 1
PAULO SALVATORI	-	VE03	-		VE03	VE03	VE03
GILSON HISTER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA
DIA DA SEMANA	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira	terça-feira
MOTORISTA/DIA	18	19	20	21	22	23	24
MAURICIO RAUBER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA
GLEISON DONIDA		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
ERI EVALDO SIMÃO		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
PAULO SALVATORI		VE03	HEM 1	HEM 1	HEM 1	HEM 1	V E3
GILSON HISTER		VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03
DIA DA SEMANA	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo	segunda-feira
MOTORISTA/DIA	24	25	26	27	28	29	30
MAURICIO RAUBER		VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03
GLEISON DONIDA	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA
ERI EVALDO SIMÃO		CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02
PAULO SALVATORI		SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02
GILSON HISTER		HEM01	V E3	HEM 1	HEM 1	HEM 1	HEM 1

OBS: NA SEMANA DE HEMODIALISE NAS TERÇAS E QUINTAS É HORÁRIO DAS VIAGENS EXTRAS (NORMAL)

LEGENDAS: CH02: Jornada 02 SM02: Jornada 02 HEM01: Jornada 01 Normal01: Jornada 01

VE03: Jornada 03 SA03: Sobreaviso – Jornada 03

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: \_\_\_\_\_

GILSON HISTER: \_\_\_\_\_

Márcia Teresinha Jacoby  
Diretora Municipal de Saúde

GLEISON DONIDA: \_\_\_\_\_

MAURICIO RAUBER: \_\_\_\_\_

PAULO SALVATORI: \_\_\_\_\_

ESCALA DE NOVEMBRO/2015

PORTARIA Nº 0161/2015 – Modelo/SC, aos 28 de outubro de 2015.

# Mondaí

## PREFEITURA

**EXTRAT CONTRATO Nº 114/2015**

EXTRATO CONTRATO Nº 114/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: IGM ENGENHARIA LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente processo licitatório é a Contratação em regime de empreitada global para reforma do Pavilhão Comunitário de propriedade do Município de Mondaí localizado na Linha Taipa Baixa, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias.

ORIGEM: Tomada de Preços nº. 012/2015.

VALOR: R\$ 192.503,13 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e três reais e treze centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 30 de junho de 2016.

Mondaí – SC, 03 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO 2º COLOCADO DO PREGÃO Nº 140/2015 PMN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2015 -PMN

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO 2º COLOCADO DO PREGÃO Nº 140/2015 PMN.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES CONVOCA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA CLASSIFICADA EM 3º LUGAR NO PREGÃO: COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY), VISTO QUE A EMPRESA VENCEDORA ANTERIORMENTE FOI DESCLASSIFICADA NA FASE DE ANÁLISE DE AMOSTRAS. ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO: 06/11/2015 ÀS 16:00 HORAS NO AUDITORIO DA PREFEITURA

### APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº03/2015

CI SAS n.º 331/2015

Aprovação das amostras - Processo Licitatório nº03/2015 – Aquisição de Gêneros alimentícios destinados aos usuários e manutenção do Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI.

Pela presente, em razão da necessidade de avaliação dos itens/especificações apresentados para os alimentos que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância EM TOTALIDADE com as amostras apresentadas pela empresa Distribuidora Nova Esperança, com relação aos itens 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, e 34. Com relação a amostra do "item 24" – Peito de Frango, a embalagem apresentada na amostra pesa 900 g., quando na descrição da ata solicita que seja de 1 kg, razão pela qual é reprovada, bem como com relação a amostra do "item 29" – Batata Palha, a embalagem apresentada na amostra pesa 1 kg, quando na descrição da ata solicita que seja de 500 g., razão pela qual é reprovada. Saliento que a reprovação se dá na dificuldade de verificação na hora do recebimento, especificamente com relação ao item 24 que possui quantidade inferior a solicitada. Por fim, os itens 05 e 06 restam reprovados porquanto não foi apresentada amostra em tempo hábil. Fracassados os itens 19, 31 e 35. Iuli da Cunha Ceschin / Secretaria de Assistência Social.

### APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2015

CI SAS n.º 335/2015

Em, 27 de outubro de 2015.

Aprovação das amostras - Processo Licitatório nº08/2015 – Aquisição de material de expediente, papelaria e utensílios domésticos destinados ao atendimento e manutenção do Centro de Referência de Assistência –CRAS.

Pela presente, em razão da necessidade de avaliação dos itens/especificações apresentados para os materiais de expediente que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância EM TOTALIDADE das amostras apresentadas pela empresa LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - EPP, com relação aos itens 01, 02, 03, 04 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84 e 86.

Em continuidade, manifesto também concordando EM TOALIDADE das amostras apresentadas pela empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, no que diz respeito aos itens 11, 29, 40, 52, 54, 72, 75 e 85. Iuli da Cunha Ceschin / Secretaria de Assistência Social

### APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2015

CI SAS n.º 350/2015

Em, 04 de novembro de 2015.

Aprovação das amostras - Processo Licitatório nº10/2015 – Aquisição de material de expediente, papelaria destinados ao atendimento e manutenção do Programa Federal Bolsa Família.

Pela presente, em razão da necessidade de avaliação dos itens/especificações apresentados para os materiais de expediente que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância EM TOTALIDADE das amostras apresentadas pela empresa RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI – ME, com relação aos itens 01, 02, 03, 04 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25,26, 27,28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34. Iuli da Cunha Ceschin / Secretaria de Assistência Social

### APROVAÇÃO DE AMOSTRAS 140/2015.

APROVAÇÃO DE AMOSTRAS. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/S INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, AMOSTRAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº140/2015 –P.M.N. REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS) DESTINADOS AO FORNECIMENTO DIÁRIO DE ALMOÇO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C. ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 56/2015

TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

ITEM APROVADO: 5 ( ITENS FORAM APROVADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL)

). ITEM APROVADO: 16 ( ITENS FORAM APROVADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL)

CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.- 2º e 3º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - FMAS, CONFORME SEGUE.

ITENS	COLOCADO
1	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
2	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
9	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
12	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
18	PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME

NAVEGANTES/SC 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

**ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO COLOCADO PREGÃO PRESENCIAL NR. : 140/2015 – PR PMN**

ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO COLOCADO PREGÃO PRESENCIAL Nr. : 140/2015 – PR PMN

Aos 29 de outubro de 2015, às 16h00 min, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES (auditório) , reuniram-se o pregoeiro e sua equipe de Apoio, designada por Portaria, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 140/2015, Licitação n 140/2015- PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa (s) abaixo:

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessário, por ordem de entrada e rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

-AS 16;00 HORAS ABERTA A SESSÃO CONFORME AGENDADO E NOTIFICADO EM ATA ANTERIORMENTE, SENDO QUE ESTAVAM AUSENTES OS REPRESENTANTES DAS LICITANTES, ENTRETANTO O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PRESENTES ABRIRAM A SESSÃO PARA VERIFICAR A DOCUMENTAÇÃO SE CORRESPONDIA A O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA 2 º e 3º COLOCADA EMPRESA WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME, POIS AS COLOCADAS EM 1º e 2º LUGAR FORAM REPROVADAS NAS AMOSTRAS.

DANDO INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONFORME ATA ANTERIOR, CONSTATOU QUE A EMPRESA ATENDEU COM O SOLICITADO NO EDITAL, NÃO HAVENDO MENÇÃO E RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO. Nada mais havendo a constatar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Pregoeira / Equipe de apoio –  
Navegantes, 29 de outubro de 2015.

**ATA NOVA DATA II SESSÃO 119/2015 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Concorrência 119/2015 PMN

A Prefeitura Municipal de Navegantes, informa aos interessados que a sessão publica que iria ocorrer no dia 05/11/2015 as 09:00h ocorrerá no dia 06/11/2015 as 14:00 horas , dando continuidade aos procedimentos licitatórios.

Motivo = tento maior para análise e confecção da ata por parte da subcomissão.

Navegantes, 04 de novembro de 2015.

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2015.**

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 129/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN Nº 129/2015, relativa ao Pregão Presencial 129/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC - ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL 50/2015 , conforme Pregão Presencial nº 129/2015.

Fornecedor: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA.

Valor Total: R\$ 5.040,00

Fornecedor: BOZZANO E BOZZANO LTDA.

Valor Total: R\$ 3.960,00

Fornecedor: ELMO PAPELARIA LTDA.

Valor Total: R\$ 11.997,00

Fornecedor: FORNECEDORA COMERCIL TEXTIL

Valor Total: R\$ 6.445,40

Fornecedor: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS

Valor Total: R\$ 6.285,20

Fornecedor: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO

Valor Total: R\$ 37.788,00

Vigência: 04/11/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 04 de novembro de 2015.

**CREDENCIAMENTO 70/2015 FMS**

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 70/2015 FMS ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES A Fundação Municipal de Saúde de Navegantes, torna público que estará credenciando no âmbito do município de Navegantes, A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICAS MÉDICAS VETERINÁRIAS PARA ATENDIMENTO AOS ANIMAIS EM SOFRIMENTO E/OU VÍTIMAS DE ACIDENTES, ABANDONADOS E VÍTIMAS DE MAUS TRATOS QUE NECESSITAM DE ATENDIMENTO MÉDICO, VETERINÁRIO E CIRÚRGICO, EM CUMPRIMENTO AO TAC - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 000302-18.2013.8.24.0135 FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. As pessoas interessadas poderão credenciar-se a partir de 04 de novembro de 2015. O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br), ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito a rua João Emilio, nº. 100, Centro, neste Município. O credenciamento se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios- DOM. Navegantes, 04 de novembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito.

**DECRETO Nº 488 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 488 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 35.810,00 (Trinta e cinco mil e oitocentos e dez reais) da seguinte dotação:

Órgão: 25 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49– Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

18 – 3.1.71.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 490,00

22 – 3.3.71.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 220,00

32 – 3.3.91.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgão R\$ 33.000,00

35 – 4.4.90.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos R\$ 2.100,00

**T O T A L** .....  
..... R\$ 35.810,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49– Serviços de Saúde  
2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde  
21 – 3.3.50.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 22.250,00  
23 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicação Direta R\$ 13.560,00

**T O T A L** .....  
..... R\$ 35.810,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 04 de Novembro de 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 04 de Novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## DECRETO Nº 489 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ: 83.102.855/0001-50  
Rua João Emilio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 489 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, até o valor de R\$ 87.100,00 (Oitenta e Sete Mil e Cem Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 30000 – Superávit Financeiro/2014 – Recursos Ordinários  
15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

01 – Diretoria de Segurança e Defesa Social  
06.182.0016 – 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança e Defesa Social  
301 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 7.100,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS  
04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços  
26.782.0021 – 2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Municipal  
302 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 04 de Novembro de 2015.

Silvana Maria Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## EXTRATO ATA PREGÃO 56/2015 FMS DESERTO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 56/2015 FMS – DESERTA II  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ESPECIALIDADE DE DERMATOLOGIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.  
RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA.  
Navegantes, 04 de novembro de 2015.  
Douglas Lemos - Pregoeiro

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 153/2015.

INEXIGIBILIDADE PMN Nº 153/2015.  
Processo: IL153/2015.  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM O "CANTOR PE. ANTONIO MARIA" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2016 NA PRAÇA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES DE ACORDO COMO O CALENDÁRIO DAS FESTIVIDADES DO PROJETO VERÃO 2016, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.  
Empresa: CANA PROMOÇÕES E COMERCIO LTDA.  
CNPJ: 04.3817310001-85.  
Valor: R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais).  
Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.  
Navegantes, 04 de novembro de 2015.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 32 - INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**

PORTARIA No 32/2015

**INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**

A Senhora Presidente da Câmara de Vereadores, Vereadora Norma Espíndola por força do estabelecido no ar. 38, XXIX do Regimento Interno:

Resolve:

Art. 1º INSTAURAR Sindicância Administrativa Investigatória para apurar possível irregularidade no recebimento de 02 (dois) televisores que compõem o sistema de votação eletrônica adquirido quando da realização do processo de licitação identificado com o número 02/2013.

Art. 2º Nomear os servidores efetivos Vilsemar Olímpio Duarte e Odenízia Rebelo, para formarem, sob a presidência do primeiro, e, secretariado da segunda, a comissão processante para a apuração dos fatos constantes no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º Garantir autonomia e imparcialidade à comissão designada, para apurar tanto a conduta já denunciada, quanto eventuais irregularidades conexas verificadas no curso do procedimento.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta portaria, para a conclusão da Sindicância Administrativa Investigatória, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Navegantes, 03 de novembro de 2015.

Norma Espíndola

Presidente

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV****EXTRATO TERMO ADITIVO Nº. 006/2015IPP**

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 006/2015IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : SUL PREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

Licitação: Tomada de Preços nº 03/2012

Vigência: Início: 01/11/2015 Término: 31/12/2015.

Dotação: 29.01.3.3.90.39.79.00.00

Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É O REAJUSTE DOS VALORES PACTUADOS NO CONTRATO ORIGINAL N.º 05/2012, CONFORME INPC/IBGE DE SETEMBRO/2015.

Navegantes, 05 de novembro de 2015.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 970/2015

PORTARIA Nº 970/ 2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal ANTONIA MELEK MONTIBELLER, matrícula nº 207, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 30 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 30 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 971/2015

PORTARIA Nº 971/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 881/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 015/2015, de 19/08/2015, MARIA DO CARMO ANGELI, matrícula nº 6912, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Religião), sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, e 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de novembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), em substituição ao titular José Arlindo Trainotti, afastado conforme a Portaria nº 879/2015 (Licença Tratamento de Saúde), aguardando resultado pericial datado para 13/01/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de novembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de novembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA DO CARMO ANGELI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua dos Imigrantes, nº 393, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 025.348.399-93, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II - Religião), sendo 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, e 05 (cinco) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição ao titular José Arlindo Trainotti, afastado conforme a Portaria nº 879/2015 (Licença Tratamento de Saúde), aguardando resultado pericial datado para 13/01/2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de novembro de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data de assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência,

bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de novembro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Maria do Carmo Angeli

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de novembro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

# Orleans

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 97/2015**

PROCESSO Nº 122/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015

Tipo: Menor Preço por item

OBJETO: LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OBJETOS PARA DECORAÇÃO NATALINA.

Data e hora de entrega dos envelopes: 14h00min do dia 18/11/2015. Abertura: 14h30min do dia 18/11/2015 no setor de Licitações da Prefeitura.

Fundamento Legal: Leis 10.520/2002 e 8.666/93, consolidada.

Orleans – SC, 04 novembro de 2015.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

### **TOMADA DE PREÇOS 104/2015**

PROCESSO Nº 123/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 104/2015

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, especializada em fiscalização de obras públicas

Recebimento dos Envelopes de habilitação e Propostas: até o dia 23/11/2015 às 15:00Min.

Abertura: dia 23/11/2015 às 15:30Min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 04 de novembro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 317

DECRETO Nº 317, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 2.398, de 17 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), no orçamento vigente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, na seguinte programação orçamentária:

#### 13. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

##### 1301. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

17.512.0165.1086. Construção e ampliação de bens imóveis de natureza industrial

4.4.90.00.00.0.3.00000. Aplicações Diretas	R\$	42.000,00
--	-----	-----------

17.512.0165.2092. Manutenção e operação do sistema de abastecimento de água

3.3.90.00.00.0.3.00000. Aplicações Diretas	R\$	175.000,00
TOTAL	R\$	217.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 23 de outubro de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### DECRETO 318

DECRETO Nº 318, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de novembro de 2015.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE OURO em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de setembro de 2015, de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,0358 (três inteiros e trezentos e cinquenta e oito centésimos de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de novembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de novembro de 2015.

Ouro-SC, 23 de outubro de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### LDO LOA 2016

EDITAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA( LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL(LOA) PARA O EXERCÍCIO DE 2016

VITOR JOÃO FACCIN, Prefeito do município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao artigo 8º da Lei Orgânica do Município, CONVIDA toda população do Município de Ouro a participarem da Audiência Pública com objetivo de discutir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, com relação às Diretrizes para elaboração da lei Orçamentária – LDO e com relação às Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2016 que define as prioridades contidas no PPA e na Lei De Diretrizes Orçamentaria, em cumprimento as determinações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, art. 48, paragrafo único, inciso I, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2015, (quinta-feira) às 19 horas, no auditório da Sulcredi e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro, situado à Rua Felipe Schmidt, 1882, sala 03, Centro, Município de Ouro/SC.

Ouro/SC, 26 de outubro de 2015.

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.928, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.928, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

COMITÊ GESTOR DE GOVERNO. Altera o inciso II do art. 20 do Decreto 1.750, de 27 de novembro de 2014, que trata das deliberações do Comitê Gestor de Governo e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de contenção e fiscalização das autorizações de despesas públicas, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O inciso II do art. 20 do Decreto nº 1.750, de 27 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20 (...)

II – aquisições, contratações, alterações e prorrogações de contratos e instrumentos congêneres de materiais, serviços e obras, de todas e quaisquer despesas; ”(N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 26 de outubro de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### EDITAL 06/2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA

EDITAL 06/2015

A Secretaria Municipal de Receita, situada na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, de acordo com a Legislação Tributária vigente, faz saber, a quem interessar possa, que estará recebendo as inscrições para a exploração de locais para comercialização de produtos relacionados as comemorações natalinas, conforme especificado no presente edital.

#### 01. OBJETO

O presente Edital tem por objeto a demarcação dos pontos pré-estabelecidos pelo município de Palhoça, através da Secretaria Municipal de Receita, para a exploração de comércio de alimentos, em 2015, durante o período de comemorações natalinas.

#### 02. DOS LOCAIS PRÉ-ESTABELECIDOS

Serão demarcados 10 pontos de até 4 m², conforme estabelece o Anexo VII, do Código Tributário Municipal, para a exploração da presente modalidade, no calçadão e arredores da Praça 7 de Setembro, Palhoça, estão definidos no anexo I deste edital; Não será permitido, em hipótese alguma, a demarcação e instalação de pontos com área superior à 4 m², no calçadão e arredores da Praça 7 de Setembro de Palhoça.

#### 03. DA INSCRIÇÃO, DO PRAZO E DA DOCUMENTAÇÃO.

3.1. Serão consideradas habilitadas todas as pessoas físicas (brasileiros, estrangeiros naturalizados ou portadores de vistos válidos de permanência no país) capazes, que deverão protocolizar

requerimento específico no Centro de Atendimento da Secretaria Municipal de Receita, situado no endereço supra mencionado, para a modalidade escolhida, mediante recolhimento de taxa no valor de R\$ 17,92 (dezesete reais e noventa e dois centavos), no período compreendido do dia 04/11/2015 a 11/11/15 das 8h às 19 horas;

3.2. Será aceita somente 01 (uma) inscrição para cada requerente ou cônjuge, tendo caráter personalíssimo e intransferível.

3.3. Serão admitidas inscrições mediante procurações específicas;

3.4. No ato da inscrição, o requerente ou seu procurador deverá juntar, sob pena de indeferimento de ofício, a seguinte documentação:

a) requerimento específico devidamente preenchido e assinado;

b) cópia dos documentos pessoais do requerente (RG e CPF);

c) cópia do comprovante de residência em nome do requerente (o requerente deve residir a mais de seis (6) meses no mesmo endereço); em caso de aluguel apresentar cópia do contrato de aluguel registrado em cartório com data até 30/04/2015.

d) cópia do(s) alvará(s) da mesma modalidade de anos anteriores;

e) cópia de certidão de nascimento e/ou cópia de RG de filhos menores de 18 anos;

f) comprovante de incapacidade física ou mental dos dependentes do requerente se houver, expedido por médico;

g) certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública Municipal.

3.5. Todos os documentos deverão estar acompanhados pelos originais para conferência e autenticação.

#### 04. PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. A classificação ocorrerá de acordo com a pontuação alcançada entre os requerentes inscritos no presente Edital, dando direito de escolha ao ponto a ser explorado conforme Anexo I;

4.2. A pontuação será atribuída da seguinte maneira:

30 (trinta) pontos para contribuintes em dia com a Fazenda Pública Municipal;

20 (vinte) pontos para residentes e domiciliados no município de Palhoça;

10 (dez) pontos para cada alvará de anos anteriores, devidamente comprovados;

05 (cinco) pontos para cada dependente, devidamente comprovado;

4.3. Em caso de empate na classificação, será atribuído 05 (cinco) pontos para cada item na seguinte ordem:

a) Maior idade – contada a partir da data final das inscrições;

b) Portadores de deficiência;

Em caso de permanência de empate será escolhido por sorteio presencial.

#### 05. DO RESULTADO

5.1. O resultado será composto por duas etapas;

5.2. A primeira, divulgada no dia 13/11/2015, a partir das 17 horas, no mural da Prefeitura Municipal de Palhoça, bem como no site ([www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)). A divulgação consistirá na relação dos aprovados por ordem de pontuação e que deverão comparecer no dia 17/11/2015, no auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça, situado no endereço já mencionado, às 14 horas, para escolha do local pré estabelecido;

5.3. Os classificados que não comparecerem no local, data e horário determinados perderão o direito de escolha;

5.4. Terminada a chamada nominal dos pré classificados, e restando

vagas a serem preenchidas, retornar-se-á a chamar os classificados que estavam ausentes no início da escolha, obedecendo a nominata em ordem de classificação;

5.5. A segunda etapa consistirá na divulgação final dos selecionados, bem como o local escolhido, a partir do dia 19/11/15, às 18 horas, no mural da Prefeitura Municipal de Palhoça, bem como no seu site;

5.6 Todos os classificados terão do dia 23/11/15 à 25/11/15, no horário compreendido das 13h às 18h, PARA RETIRAR, no Centro de Atendimento da Secretaria Municipal de Receita, os boletos bancários referentes à Taxa de Fiscalização de Ocupação e Permanência em áreas, em vias e em logradouros públicos – TFOP – Barraquinhos, trailers, tabuleiros, edificações ou quiosques, fixos, até de 4m2 (quatro metros quadrados) de área, no valor de R\$ 389,94 (trezentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), e efetuarem a quitação até o dia 26/11/15, impreterivelmente, sob pena de perda do direito de exploração do ponto.

#### 06. DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES

6.1 Todos os proponentes vencedores, além das obrigações anteriores contidas neste Edital, deverão ainda:

- manter a área em torno de seu ponto de venda em permanente estado de anseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para armazenamento dos detritos oriundos de sua atividade;
- manter os carrinhos e as instalações utilizadas para a exploração das atividades em perfeito estado de conservação e higiene;
- obedecerem expressamente os horários de funcionamento expresso no Alvará de Licença (07h às 22 horas);
- não alterar o local de instalação onde foi autorizado a funcionar, sob pena de perda da Licença;
- remover, ao final de cada dia, todo o material utilizado para a exploração de sua atividade, tais como carrinho, barraca e outros;
- não locar e nem sub-locar, nem tão pouco transferir o ponto a qual obteve a Licença.

#### 07. DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL

7.1 Os comércios de característica sazonais, decorrentes da adjudicação dos proponentes vendedores terão validade do dia 04/12/2015 à 23/12/15, as quais ficarão sujeitas a Fiscalização de qualquer nível;

7.2. Todo e qualquer cidadão que se julgue prejudicado terá o direito de recurso, dirigido ao Secretário de Receita, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos resultados expressos no item 05 do presente edital;

7.3 O recurso deverá ser redigido de forma clara e precisa informando os fundamentos de suas alegações, que será julgado em único grau;

7.4. No prazo que julgar necessário, será procedida fiscalização do local autorizado pela municipalidade, que, encontrando qualquer irregularidade, fará cessar a Licença concedida; 7.5 O classificado terá que retirar no Centro de Atendimento da Secretaria da Receita, no endereço acima identificado, após o recolhimento, o respectivo Alvará de Funcionamento.

7.6. Cada proponente classificado poderá operar o respectivo ponto com 02 (dois) atendentes, devidamente identificados.

7.7. Ficam impedidos de participarem do processo de inscrição os contribuintes que mantêm débito com município na mesma modalidade requerida em anos anteriores, ou que por qualquer motivo tiveram suas Licenças cassadas. O presente Edital será publicado na forma da Lei, bem como divulgado na página da internet da Prefeitura Municipal de Palhoça ([www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br)).

Palhoça, 03 de novembro 2015.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA

#### EXTRATO CONTRATO N. 238/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 238/2015

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços Nº 238/2015, firmado em 22/10/2015, com a Empresa FEPESE FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Processo Seletivo para o ingresso de Professores, Agente de Serviços Gerais e Merendeiras, em Caráter Temporário (ACT), conforme preconiza as Leis nºs 3.683/2012 e 3.335/2010, para suprir as necessidades do calendário escolar do exercício de 2016.

AMPARO: Art.24, XIII, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 161/2015

VIGÊNCIA: 22/10/2015 A 30/06/2016

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "506" – 13.01.2.021.3.3.90.39.48.

VALOR:

Nº de Candidatos CUSTO TOTAL

ATÉ 1000 R\$ 109.731,00

DE 1001 A 1500 R\$ 132.675,00

DE 1501 A 2000 R\$ 156.683,00

DE 2001 A 2500 R\$ 180.568,00

ACIMA DE 2500 R\$ 180.568,00\*

\*Mais R\$ 60,00 (sessenta reais) por inscrição homologada

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e

Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pelo Contratado

FEPESE FUNDAÇÃO DE ESTUDOS

E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS

Mauro dos Santos Fiuza

Altair Acelon de Melo

#### EXTRATO CONTRATO N. 239/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 239/2015

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços Nº 239/2015, firmado em 22/10/2015, com a Empresa EBCT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

OBJETO: Prestação de serviços pela ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da Secretaria de Saúde.

AMPARO: Art.25, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações..

PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 025/2015

VIGÊNCIA: 22/10/2015 A 22/10/2020

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "424" – 2141.3.3.90.39.47.

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Signatários: pelo Contratante,

Rosinei de Souza Horácio

Pelo Contratado

Paulo Oliveira de Andrade

Diretor Regional

Carlos Henrique Richter

Gerente da Macrorregião Comercial 4/VIENC

**EXTRATO CONTRATO N. 245/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 245/2015

Termo de Contato

Espécie: CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 245/2015, firmado em 27/10/2015, com o Sr. FELICIO PEREIRA VIEIRA e Sr.<sup>a</sup> DAURA PEREIRA DA SILVA.

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel com área de total 300m<sup>2</sup>, com área construída 243m<sup>2</sup>, Localizado na Rua Governador Pedro Ivo Campos, n. 229 – bairro Brejaru – Palhoça/SC, destinado ao funcionamento do CRAS no bairro Brejaru.

AMPARO: Art. 57 Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.245/91.

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 161/2015

VIGÊNCIA: 27/10/2015 A 27/10/2020

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: " 326" - 2.039.3.3.90.36.15.

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mensais

Signatários: pelo Contratante,

ADRIANO DA SILVA MATTOS

Pelo Contratado

FELICIO PEREIRA VIEIRA

DAURA PEREIRA DA SILVA

alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 038/2013

DATA: 07/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 87007-5

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA

Eduardo Schmitt Espíndola

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 228/2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 228/2015

Termo de Aditamento – Reajuste de Preços

ESPÉCIE: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras nº 121/2014, firmado em 30/04/2014, com a Empresa QUANTUM-SADENCO-ARCADIS (CONSÓRCIO SQE – LUZ – PALHOÇA).

OBJETO: Devido ao reajuste estabelecido no item 6 – Do Reajuste de Preços, sub item 6.1, do edital convocatório, fica reajustado no percentual de 4,40% o saldo remanescente ao contrato de execução de obras nº 121/2014, tendo como base o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), referente ao período de março/2014 a abril/2015, perfazendo o valor R\$ 16.508,96 (dezesesseis mil, quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 249/2013

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "165" 2.028.3.3.90.39.05.00.00.00.00.00

VALOR: R\$ 16.508,96 (dezesesseis mil, quinhentos e oito reais e noventa e seis centavos).

DATA: 02/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

EDSON GHIZONI

Secretário Municipal de Serviços Públicos

Pelo contratado,

CONSÓRCIO QUANTUM-SADENCO-ARCADIS

(CONSÓRCIO SQE – LUZ – PALHOÇA)

Gilberto Vieira Filho

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 231/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 231/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 024/2014, firmado em 21/03/2014, com a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 024/2014, sendo o prazo de vigência com início retroagido à 17/09/2015 a 15/11/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 039/2013

DATA: 07/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça CREA/SC 87007-5

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA

Eduardo Schmitt Espíndola

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 232/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 232/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 025/2014, firmado em 21/03/2014, com a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 025/2014, sendo o prazo de vigência com início retroagido à 17/09/2015 a 15/11/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 040/2013

DATA: 07/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

RODOLPHO PAGANI MARTINS

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 230/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 230/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 023/2014, firmado em 21/03/2014, com a empresa E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 023/2014, sendo o prazo de vigência com início retroagido à 17/09/2015 a 15/11/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores

Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça CREA/SC 87007-5  
LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES  
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça CREA/SC 129521-4  
Pelo Contratado,  
E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA  
Eduardo Schmitt Espíndola

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 234/2015**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 234/2015

Termo de Aditamento – Reajuste de Preços

ESPÉCIE: 4º Termo de Aditamento ao Reequilíbrio Econômico Financeiro - Ao Contrato De Prestação De Serviços Nº 223/2011, firmado em 01/12/2011, com a Empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: Conforme cálculo de reequilíbrio do ano de 2013, foi comprovado o aumento da demanda de 9,8%, desta forma fica determinado o valor de reequilíbrio financeiro do ano de 2013 de R\$ 842.711,25 (oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e onze reais e vinte e cinco centavos). - O valor mensal mencionado na Cláusula Quinta, item 5.1 do Contrato nº 223/2011, e cronograma de desembolso, passa a ser de R\$ 1.118.635,72 (hum milhão, cento e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais com setenta e dois centavos), correspondente ao equilíbrio econômico-financeiro.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações.  
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
Nº 226/2011

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "665" – 26.01.2.139.3.3.90.39.28.  
VALOR: R\$ 1.118.635,72 (hum milhão, cento e dezoito mil, seiscentos e trinta e cinco reais com setenta e dois centavos)  
DATA: 16/10/2015

Signatários: pelo Contratante,  
SÉRGIO MATIOLA

Presidente do SAMAE

Pelo contratado,

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

Régis Jean Daniel Hahn

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 236/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 236/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

ESPÉCIE: 6º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 002/2014, firmado em 02/01/2014, com a empresa VINICIUS GOEDERT ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda do Contrato de Execução de Obras nº. 002/2014, sendo o prazo de vigência com início retroagido á 12/10/2015 a 09/03/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA  
N. 150/2013

DATA: 20/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

CÁCIO ABRAMO GASPERIM

Arquiteto e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça

CAU/SC A29329-6

Pelo Contratado,  
VINICIUS GOEDERT ME.  
Vinicius Goedert

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 237/2015**

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 237/2015

Espécie: Contrato nº 010/2014, firmado em 02/01/2014, com o Sr. MITUO NISHIMURA representado por seu procurador IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA LTDA.

Objeto: Locação de uma sala comercial em alvenaria, com 01 (um) cômodo, com área total construída de 110 m2, localizada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 710 – Bairro Jardim Eldorado, neste Município. Amparo: Não havendo mais interesse por parte do município em manter o referido contrato, resolvem, as partes em comum acordo, rescindi-lo, contrato de locação nº 010/2014. Dispensa de Licitação 007/2014.

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 240/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 240/2015

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 142/2015, firmado em 06/07/2015, com a Empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: LOTE 01 - Fica acrescido o valor de R\$ 9.115,54 (nove mil, cento e quinze reais e cinquenta e quatro centavos), no percentual de 4,809% do valor atualizado do contrato nº 142/2015, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações .

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS  
Nº 044/2015

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "459" –  
2.136.4.4.90.51.91.000000".

VALOR: R\$ 9. 115,54 (nove mil, cento e quinze reais e cinquenta e quatro centavos)

DATA: 23/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA

Presidente da SAMAE

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 129521-4

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 87007-5

Pelo Contratado,

ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP

Íris Farias

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 241/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 241/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 056/2015, firmado em 26/03/2015, com a empresa CO-SATEL – CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 056/2015, sendo o prazo de vigência com início retroagido à 07/10/2015 a 05/11/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO

N. 012/2015

DATA: 23/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA

Presidente do SAMAE

RICARDO MATTIELLO

Engenheiro Sanitarista

SAMAE - PALHOÇA

Pelo Contratado,

COSATEL – CONSTRUÇÕES, SANEAMENTO E ENERGIA LTDA.

José Elson Lopes de Freitas

8.666/93, e suas posteriores alterações .

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS

Nº 065/2015

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “80” –

1.005.34.4.90.51.91.000000.

VALOR: R\$ 74.485,90 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos)

DATA: 28/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 87007-5

Pelo Contratado,

MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

Maurício Savulski de Matos

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 244/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 244/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Cessão de Uso de Software Nº 265/2014, firmado em 28/10/2014, com a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão de Uso de Software Nº 265/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, II, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

N. 207/2014

DATA: 26/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

MÁRIO CESAR HUGEN

Secretário Municipal de Governo

Pelo Contratado,

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

Carlito Mello de Liz

**EXTRATO TERMO ADITIVO N. 246/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 246/2015

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 134/2015, firmado em 30/06/2015, com a Empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.

OBJETO: LOTE 02 - Fica acrescido o valor de R\$ 74.485,90 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos), no percentual de 18,903% do valor atualizado do contrato nº 134/2015, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n.

**EXTRATO TERMO ADITIVO N.233/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 233/2015

Termo de Aditamento – Prorrogação e Readequação

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 068/2015, firmado em 07/04/2015, com a empresa EMPREITEIRA ARRUDA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, referente aos Lotes 01 e 03, do contrato de execução de obras nº 068/2015, sendo o prazo de vigência com início retroagido à 26/09/2015 a 24/11/2015.

- Devido ao cálculo efetuado nos Lotes 01, 03, pelo setor de engenharia, correspondente a readequação ao projeto inicial, fica acrescido os valores: LOTE 01 – Rua Julio Ernesto de Mello, bairro Aririú da Formiga, fica acrescido o valor de R\$ 9.198,06 (nove mil, cento e noventa e oito reais e seis centavos) no percentual de 24,89%, do valor global atualizado do contrato nº 068/2015.

LOTE 03 – Rua Dom Pedro I, bairro Jardim Aquarius, fica acrescido o valor de R\$ 3.741,13 (três mil, setecentos e quarenta e um reais e treze centavos) no percentual de 24,69%, do valor global atualizado do contrato nº 068/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57 e art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações .

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS

N. 232/2014

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “459” – 2.136.4.4.90.51.91.00.00.00.

VALOR: LOTE 01 - R\$ 9.198,06 (nove mil cento e noventa e oito reais e seis centavos)

LOTE 03 - R\$ 3.741,13 (três mil setecentos e quarenta e um reais e treze centavos)

DATA: 16/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SÉRGIO MATIOLA

Presidente da SAMAE

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil

Prefeitura Municipal de Palhoça CREA/SC 129521-4

Pelo Contratado,

EMPREITEIRA ARRUDA LTDA

Valmir de Arruda Nunes

**EXTRATO TERMO ADITIVO N.235/2015**

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 235/2015

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 142/2015, firmado em 06/07/2015, com a Empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: LOTE 02 - Fica acrescido o valor de R\$ 9.250,00 (nove mil, duzentos e cinquenta reais), no percentual de 13,721% do valor atualizado do contrato nº 142/2015, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS

Nº 044/2015

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: “459” –

2.136.4.4.90.51.91.000000”.

VALOR: R\$ 9.250,00 (nove mil, duzentos e cinquenta reais)

DATA: 20/10/2015

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

SERGIO MATIOLA

Presidente da SAMAE

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

LUCAS SILVEIRA NIENKOTTER TAVARES

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 129521-4

RODOLPHO PAGANI MARTINS

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça

CREA/SC 87007-5

Pelo Contratado,

ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP

Íris Farias

**LEI Nº 4.305, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.305, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

COMED. Conselho Municipal de Educação. Altera a Lei Municipal nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, modificada pela Lei Municipal nº 4.203, de 10 de março de 2015 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea “g” do inciso I do artigo 3º da Lei nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 4.203, de 10 de março, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

I – 09 (nove) representantes de Entidades Governamentais:

g) um representante do Corpo de Bombeiros de Palhoça;” (NR)

Art. 2º As alíneas “e” e “f” do inciso II do art. 3º da Lei nº 2.446, de 11 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 4.203, de 10 de março, de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

II –09 (nove) representantes de entidades não governamentais:

e) um membro da entidade representativa dos professores das escolas Particulares do Sistema Municipal de Ensino;

f) um representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Palhoça – SITRAMPA;” (N.R)

Art. 3º O § 7º do art. 3º da Lei nº 2.446, de 11 de outubro de 2006 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º (...)

§ 7º Se a escolha prevista no parágrafo anterior recair sobre titular de cargo efetivo, o servidor ficará a disposição do conselho, cumprindo obrigatoriamente, em sua sede, a carga horária do respectivo cargo, sem prejuízo de sua remuneração e tempo de aposentadoria.” (N.R)

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 27 de outubro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 169-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº169/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 169/2015, no dia 20 de novembro de 2015, às 14:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezi-nha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº169/2015 tem como objeto a aquisição e instalação de vidros nas Unidades de Ensino do Município de Palhoça - SC, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 horas às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 04 de novembro de 2015. A Pregoeira.

**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 152/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 152/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 152/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Trator e Roçadeira, para a Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca, e Serviço Autarquia de Água e Esgotamento de Palhoça –SAMAE.

**CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

ITAURA LTDA ME -CNPJ N. 18.057.523/0001-30, ficou classificada no item 01 do lote I, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 105.000.00 (cento e cinco mil reais) nos itens 01,02, do lote II, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

Palhoça, 04 de novembro de 2015.

Shirley Regina de Farias

Pregoeira – Portaria 1579/2015

**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 154/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 154/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO N. 154/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de grades de ferro para serem instalados nas Unidades Escolares deste Município - Secretaria de Educação do Município de Palhoça.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

NATAN LUIZ CERATTI ME CNPJ n. 18.669.478/0001-74, ficou classificada no item 01, em seu menor preço, totalizando a importância de R\$ 100.000,00 ( cem mil reais).

Palhoça, 04 de novembro de 2015.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira – Portaria 1579/2015

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº49/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº49/2015 – Pregão Presencial 13/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de fórmulas para o Programa de Fórmulas Lácteas e Especias e leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA				CNPJ: 02.625.813/0001-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fórmula infantil extensamente hidrolisada, isenta de lactose. apresentação: lata com 400 gramas.					
3	3000000,00	GR	Pregestemil/Premium/mead Johnson Nutriti	R\$0,1410	R\$423.000,0000
Valor Total		(quatrocentos e vinte e três mil reais)			R\$423.000,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº50/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº50/2015 – Pregão Presencial 13/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: P F G COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de fórmulas para o Programa de Fórmulas Lácteas e Especias e leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: P F G COMERCIAL LTDA. - ME				CNPJ: 20.438.684/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Ninho Fortificado. Apresentação: lata com 400 gramas.					
1	1600000,00	GR	NINHO FORTIFICADO/ NESTLÉ	R\$0,0340	R\$54.400,0000
Especificação: Leite em pó Ninho Fases 1+. apresentação: lata com 400 gramas.					
2	1200000,00	GR	NINHO FASES 1 + / NESTLÉ	R\$0,0346	R\$41.520,0000
Valor Total		(noventa e cinco mil e novecentos e vinte reais)			R\$95.920,00

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: J.R. EHLKE & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: J.R. EHLKE & CIA. LTDA.				CNPJ: 76.730.076/0001-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Calibrador para aparelho Hemato Mindray BC 3000					
61	3,00	UN	MINDRAY/CHINA	R\$275,0000	R\$825,0000
Especificação: Diluente M 50 D 20 litros.					
62	28,00	GL	MINDRAY/CHINA	R\$173,0000	R\$4.844,0000
Especificação: Enxague M-30 20L					
63	10,00	GL	MINDRAY/CHINA	R\$208,0000	R\$2.080,0000
Especificação: Limpador de sonda para aparelho Hemato Mindray BC 3000 - frasco com 50 mL					
64	5,00	UN	MINDRAY/CHINA	R\$34,0000	R\$170,0000
Especificação: Lyse M 30 CFL Lise 500 ML.					
65	5,00	FRS	MINDRAY/CHINA	R\$257,0000	R\$1.285,0000
Especificação: Reagente M-30 E Z CLEANSER 100ML					
66	10,00	FRS	MINDRAY/CHINA	R\$154,3100	R\$1.543,1000
Valor Total		(dez mil, setecentos e quarenta e sete reais e dez centavos)			R\$10.747,10

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº52/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº52/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIAGNOSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABOR. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMÉRCIO DE PRODUTOS LABOR				CNPJ: 14.248.265/0001-18	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Coletor de urina infantil (unissex), estéril, pacote com 10 unidades.					
4	100,00	PCT	MEDIC PLAST	R\$2,4300	R\$243,0000
Especificação: Contador de células com 12 teclas, sendo 10 teclas de contagem e 2 teclas de função. Visor digital. Registro de Leucócitos, funções de cálculo de valores absolutos e índices hematimétricos. Contagem de eritroblastos em separado. Alarme sonoro e bloqueio automático ao se atingir 100 (cem) células contadas. 220V.					
6	2,00	UN	KACIL	R\$565,1100	R\$1.130,2200
Especificação: Estante metálica para 24 tubos de ensaio.					
14	10,00	UN	RICILAB	R\$13,7700	R\$137,7000
Especificação: Estante metálica para 72 tubos de ensaio.					
15	10,00	UN	RICILAB	R\$29,1600	R\$291,6000
Especificação: Garrote livre de látex, não talcado. Destacável a cada 36 cm. Tamanho: 2,5 cm x 36 cm. Embalagem dispensadora. Caixa com 25 unidades.					
16	4,00	CX	CRAL	R\$19,2000	R\$76,8000
Especificação: Homogeneizador de sangue com capacidade para 20 a 30 tubos, garras de fixação dos tubos em aço inox, carcaça em aço carbono com pintura em epóxi, ajuste de velocidade até 60 a 80 rpm, voltagem 220 v.					
17	2,00	UN	PHOENIX	R\$1.296,0000	R\$2.592,0000
Especificação: Ponteiras para micropipeta - até 200 µL					
31	5000,00	UN	CRAL	R\$0,0100	R\$50,0000
Especificação: Suporte de metal para cálice descartável com 5 lugares.					
36	5,00	UN	J.PROBAB	R\$71,4000	R\$357,0000
Especificação: Suporte para pipetas de westergreen para VHS, com capacidade para 10 pipetas, base com cones de borracha para proteger o bico das pipetas e 10 parafusos para prender as pipetas. Produzido em aço e ferro.					
37	2,00	UN	PRECISION	R\$68,0400	R\$136,0800

Especificação: Tubo de ensaio Cônico e Graduado de vidro 10ml					
40	200,00	UN	PLENA	R\$3,7800	R\$756,0000
Especificação: Tubo de coleta a vácuo com gel aspiração 4,9 mL					
41	20000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,6600	R\$13.200,0000
Especificação: Agulha de amostra - para equipamento Cobas Mira Plus					
43	15,00	UN	ATLAS	R\$54,0000	R\$810,0000
Especificação: Agulha de reagente - para equipamento Cobas Mira Plus					
44	10,00	UN	ATLAS	R\$90,0000	R\$900,0000
Especificação: Reagente para determinação de Ácido úrico - Frasco com 100 mL					
47	7,00	FRS	ANALISA	R\$21,1700	R\$148,1900
Especificação: Reagente para determinação de Proteína Urinária, com controle e padrão - frasco com 50 mL					
53	4,00	FRS	ANALISA	R\$29,9300	R\$119,7200
Especificação: Rolo de papel térmico 110 x 30 para para Cobas Mira Plus					
58	100,00	RL	PIGATTO	R\$5,2200	R\$522,0000
Valor Total		(vinte e um mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e um centavos)			R\$21.470,31

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº53/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº53/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LOGITEKNICA COM. DE PRODUTOS PARA SAUDE E LOGISTICA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: LOGITEKNICA COM. DE PRODUTOS PARA SAÚDE E LOGISTIC				CNPJ: 07.570.445/0001-56	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Calibrador para Bioquímica (automação) - Frasco de 5 mL					
45	10,00	FRS	LABORLAB	R\$36,4500	R\$364,5000
Especificação: Reagente para determinação de Colesterol - Frasco com 250 mL					
48	14,00	FRS	LABORLAB	R\$54,0000	R\$756,0000
Especificação: Reagente para determinação de Gama GT -Kit com 50 mL					
50	6,00	UN	LABORLAB	R\$46,2000	R\$277,2000
Especificação: Reagente para determinação de Glicose - Frasco com 250 mL					
51	16,00	FRS	LABORLAB	R\$20,6200	R\$329,9200
Especificação: Reagente para determinação de HDL -Colesterol Direto- Kit com 120 mL					
52	25,00	FRS	LABORLAB	R\$242,8800	R\$6.072,0000
Especificação: Reagente para determinação de Triglicerídeos - Frasco com 100 mL					
56	25,00	FRS	LABORLAB	R\$57,7500	R\$1.443,7500
Valor Total		(nove mil, duzentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos)			R\$9.243,37

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº54/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº54/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA.				CNPJ: 80.993.751/0001-95	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Câmara K-Cell para contagem de sedimentos na urina, caixa com 100 unidades.					
3	10,00	CX	CRAL	R\$161,7000	R\$1.617,0000
Especificação: Conservante Parasitológico - MIF - Frasco com 1L					
5	60,00	FRS	NEWPROV	R\$20,2600	R\$1.215,6000

Especificação: Corante giemsa para coloração de lâminas de hemograma, frs. com 1.000 ml.					
9	5,00	FRS	NEWPROV	R\$41,6600	R\$208,3000
Especificação: Corante May Grunwald, frasco com 1.000 ml.					
10	10,00	FRS	NEWPROV	R\$29,6800	R\$296,8000
Especificação: Curativo pós-coleta, adesivo, redondo, 25 mm de diâmetro, antisséptico, hipoalergênico. Caixa com 500 unidades.					
11	40,00	CX	CRAL	R\$10,8800	R\$435,2000
Especificação: Escalpe para coleta à vácuo - Nº 21 G					
12	5000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,4700	R\$2.350,0000
Especificação: Escalpe para coleta à vácuo - Nº 23 G					
13	3000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,4700	R\$1.410,0000
Especificação: Imuno-Latex Aslo - Kit para pesquisa antiestreptolisina, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com estreptolisina O, Soro controle positivo, Soro controle negativo, Varetas plásticas, Placa de reação e instrução para uso.					
18	10,00	KIT	EBRAM	R\$61,3100	R\$613,1000
Especificação: Imuno-Latex FR - Kit para pesquisa de fator reumatóide, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com IgG humana, Soro controle positivo, Soro controle negativo, Varetas plásticas, Placa de reação e instrução para uso.					
19	10,00	KIT	EBRAM	R\$38,4900	R\$384,9000
Especificação: Imuno-Latex PCR - Kit para pesquisa de PCR (Proteína C Reativa), contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com anticorpo monoclonal anti-PCR, Soro controle positivo, Soro controle negativo, Varetas plásticas, Placa de reação e instrução para uso.					
20	10,00	KIT	EBRAM	R\$43,0500	R\$430,5000
Especificação: Kit para sorologia VDRL antígeno pronto para uso e estabilizado, para uso na triagem sorológica da sífilis, frascos conta-gotas com aproximadamente 5ml, aferido para dispensar cerca de 0,022 ml, com soro controle positivo e negativo.					
21	30,00	KIT	WAMA	R\$40,0400	R\$1.201,2000
Especificação: Lâmina de vidro comum com parte fosca, caixa com 100un.					
22	100,00	CX	CRAL	R\$3,0100	R\$301,0000
Especificação: Lâmina de vidro comum lapidada, caixa com 50 unidades.					
23	40,00	CX	CRAL	R\$2,5600	R\$102,4000
Especificação: Lamínulas para câmara de Neubauer, caixa com 10 un.					
24	10,00	CX	CRAL	R\$1,3300	R\$13,3000
Especificação: Lamínulas para microscopia 18x18, caixa com 100 un.					
25	40,00	CX	CRAL	R\$1,1100	R\$44,4000
Especificação: Lugol parasitológico - Frasco com 500 mL					
26	2,00	FRS	NEWPROV	R\$22,9200	R\$45,8400
Especificação: Micropipeta com dispensador de ponteiros - 20µL.					
27	3,00	UN	CRAL	R\$38,6400	R\$115,9200
Especificação: Micropipeta volume ajustável de 100 µL a 1000 µL.					
28	3,00	UN	CRAL	R\$75,6000	R\$226,8000
Especificação: Peneira para filtragem de fezes, descartável, tecido filtrante, com aro plástico, pacote c/ 100 unidades					
29	40,00	PCT	DESKARPLAS	R\$44,1000	R\$1.764,0000
Especificação: Ponteiros para micropipeta - até 1000 µL.					
30	5000,00	UN	CRAL	R\$0,0200	R\$100,0000
Especificação: Soro Anti Ig-G humana (soro de Coombs) - frasco com 10 mL					
32	5,00	FRS	EBRAM	R\$28,7000	R\$143,5000
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti A com 10ml					
33	10,00	FRS	EBRAM	R\$16,3100	R\$163,1000
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti B com 10ml					
34	10,00	FRS	EBRAM	R\$16,3100	R\$163,1000
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti D (rh) com 10ml					
35	10,00	FRS	EBRAM	R\$30,6600	R\$306,6000
Especificação: Tira reagentes de detecção qualitativa de Gonadotrofina Coriônica Humana B (B-hCG) em amostras de urina ou soro humano, indicado para o diagnóstico precoce da gravidez, sensibilidade 25 mUI/mL, testes selados individualmente em bolsa de alumínio com dessecante, com 100 testes.					
39	55,00	CX	EBRAM	R\$30,7900	R\$1.693,4500
Especificação: Tubo de coleta a vácuo EDTA K3 4,9 mL					
42	20000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,3200	R\$6.400,0000
Especificação: Multicubetas para Cobas Mira Plus - caixa com 15 tiras com 12 testes cada tira.					
46	35,00	CX	CRAL	R\$30,1400	R\$1.054,9000

Especificação: Reagente para determinação de Creatinina - Kit com 100 mL					
49	14,00	KIT	GTLAB	R\$19,7100	R\$275,9400
Especificação: Reagente para determinação de TGO (AST) -Kit com 50 mL					
54	20,00	KIT	GTLAB	R\$32,0600	R\$641,2000
Especificação: Reagente para determinação de TGP (ALT) -Kit com 50 mL					
55	20,00	KIT	GTLAB	R\$32,0600	R\$641,2000
Especificação: Reagente para determinação de Uréia UV - Kit com 100 mL					
57	12,00	KIT	GTLAB	R\$23,8000	R\$285,6000
Especificação: Soro Controle Nível Patológico Alto para Bioquímica (automação) - Frasco de 5 mL					
59	24,00	FRS	GTLAB	R\$36,4700	R\$875,2800
Especificação: Soro Controle Nível Normal para Bioquímica (automação) - Frasco de 5 mL					
60	24,00	FRS	GTLAB	R\$36,4700	R\$875,2800
Valor Total		(vinte e seis mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos)			R\$26.395,41

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 39/2015 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 39/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 24/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM O OBJETIVO DE REALIZAR EXAMES (ULTRASSOM) PARA REDE CEGONHA. Data da entrega dos envelopes: 24/11/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 24/11/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 04 de Novembro de 2015. Tânia de Fátima Henchen – Gestora do Fundo.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC 083/2015

DECRETO Nº.083 DE 24 DE OUTUBRO DE 2015

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CONSELHO DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina. No uso de competência privativa que lhe confere os incisos V e VII, do Art 53, da Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 1994, combinado com a Lei 893/2013.

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

I. Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Thaysa Maria Benedett Nery – Vice-presidente

Suplente: Jerena Maria Ryll

II.. Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marilian da Silva Casagrande

Suplente: Fernanda de Souza Lummertz

III. Representantes da Direção de Escolas:

Titular: Liliani Bauer de Barros

Suplente: Amaurete Joaquim Kegellim

IV. Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Alessandra Rosa da Silva

Suplente: Erotilde de Freitas Becker

V. Representantes do Poder Executivo:

Titular: Lucilene Cardoso Porto

Suplente: Pricila Magnus Santos - Secretária

VI . Representantes dos Pais:

Titular: Augustinho dos Santos Porto

João Santos Borges

Suplente: Alessandra B. Lupim

Eliane dos S. Ribeiro

VII- Representantes dos Professores:

Titular: Ana Paula Rosa Walker

Suplente: Cristiano Carvalho Nunes

VIII- Representantes dos alunos do Ens. Médio:

Titular: Luis Fernando da Silveira Romeu

Suplente: Ivana Montenegro de Souza

IX- Representantes do Apoio Técnico:

Titular: Joseane Teixeira Maciel - Presidente

Suplente: Zenira da Silva Coelho

X – Representantes dos alunos do Ens. Fundamental:

Titular: Tatiane Cristina Marcelino M. Claudino

Suplente: Renata Spindler Ribeiro

Art.2º- O mandato será de 02(dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por uma única vez.

Art. 3º- A participação dos Conselheiros se dará a título gratuito sendo considerado serviços relevantes.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 81 de 21 de outubro de 2015.

Passo de Torres, 24 de outubro de 2015

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de outubro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário de Administração e Finanças

**EDITAL DE MATRÍCULA Nº 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EDITAL DE MATRÍCULA E REMATRÍCULA, NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O ANO LETIVO DE 2016.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, SC, no uso das atribuições, torna público a quem interessar, que se encontram abertas as matrículas e rematrículas para alunos na Rede Pública Municipal de Ensino.

**1: DO PRAZO:**

1.1: Fica estabelecido o período de 10 a 20 de novembro de 2015, para os pais ou responsáveis efetuarem a matrícula ou rematrícula na rede pública municipal de ensino.

1.2: Fica estabelecido o período de 23 a 30 de novembro de 2015, para os pais e responsáveis realizarem o ajuste de matrícula.

**2: DAS VAGAS:**

2.1: Para garantir a vaga do aluno na escola, os pais ou responsáveis devem efetivar a matrícula ou rematrícula, nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

2.2: As vagas serão distribuídas conforme a necessidade da Unidade Escolar de acordo com a disponibilidade, não havendo escolha de vaga.

2.3: A responsabilidade da Matrícula e Rematrícula é dos pais e/ou responsáveis pelos alunos em casos de menores de 18 anos.

**3: DA OBRIGATORIEDADE DA MATRÍCULA:**

3.1: No 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos de duração, será assegurado vaga para crianças nascidas até 31 de março de 2010, portanto, que completarão 06 (seis) anos de idade até 31 de março de 2016;

3.2: As matrículas para o ingresso de novos alunos na Educação Infantil para o ano letivo de 2016 deverão ser observadas as seguintes faixas etárias:

**3.2.1: EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE):**

a) Creche I: 0 (zero) mês de idade no ato da matrícula;

b) Creche II: 01(um) ano e 6(seis) meses de idade no ato da matrícula;

c) Creche III: 03 anos de idade no ato da matrícula;

**3.2.2: EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA):**

a) pré-escolar I: Crianças com 04 (quatro) anos de idade completos até 31 de março de 2016;

b) pré-escolar II: Crianças com 05 (cinco) anos de idade completos até 31 de março de 2016;

**4: DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA OU REMATRÍCULA:**

4.1: Para efetivar a matrícula do aluno, é obrigatória a entrega dos seguintes documentos, conforme segue:

I - Certidão de nascimento para alunos da Educação Infantil;

II - Carteira de Identidade e ou Certidão de Nascimento para alunos do Ensino Fundamental;

III - CPF para alunos da Educação de Jovens e Adultos;

IV - Histórico Escolar para alunos advindos de transferência;

V - Comprovante de domicílio de residência no município do Passo de Torres atualizado;

VI - Comprovante de Trabalho dos Pais, para alunos menores de 18 anos;

VII - CPF dos responsáveis;

VIII - Carteira de Vacinação para alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

IX - Certidão de Quitação Militar para alunos maiores de 18 anos;

X - Comprovante de Votação para alunos maiores de 18 anos;

XI - Alunos com intolerância alimentar deverão apresentar atestado médico;

XII - Comprovante de Inscrição no Cadastro Único da Família para matrícula de crianças de 0 anos a 3 anos e 11 meses.

XIII - Relatório de Situação Social emitido pela Assistente Social da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social do Município de Passo de Torres.

4.2: Os Pais ou responsáveis por crianças em idade escolar que não atenderem o chamamento do presente Edital serão responsabilizados na forma da Lei 8.069/90 (ECA).

**5: ZONEAMENTO**

5.1: O Zoneamento Escolar consta no anexo I, II, III, IV V, VI deste edital, e estes expressam o nome da Unidade Escolar, as localizações de sua abrangência e número de vagas.

5.2: O aluno deverá ser matriculado na Unidade Escolar determinada pelo zoneamento escolar detalhado nos anexos, para dispor do transporte escolar público, exceto no caso em que a escola não possua vaga ou encaminhado por órgão de proteção à criança e ao adolescente.

5.3: Os casos não previstos no presente Edital, no que tange as matrículas e rematrículas, serão resolvidos, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

5.4: As matrículas e rematrículas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos serão realizadas nas Unidades Escolares sob a supervisão da Secretária Municipal de Educação e cultura no horário normal de expediente.

5.5: As matrículas e rematrículas de Educação Infantil para turmas em período Integral dependerá da vulnerabilidade social e em casos onde ambos os responsáveis trabalhem em período integral.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/ SC, AOS 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

**ANEXO I**

Unidade Escola: Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva.

Endereço: Rua João Pedroso S/N, Centro - Passo de Torres/SC.

CEP: 88980-000  
Fone: (48) 3548-0424

Ano Escolar	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
1º Ano	2	20	2	20	80
2º Ano	1	25	2	25	75
3º Ano	2	25	1	25	75
4º Ano	2	25	2	25	100
5º Ano	2	25	2	25	100
6º Ano	2	25	2	25	100
7º Ano	2	25	2	25	100
8º Ano	1	25	2	25	75
9º Ano	2	25	1	25	75
Total de Vagas					780

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Centro, Passárgada, Estaleiro, Silveira, Alto Feliz, Progresso, Costa do Rio Mampituba, Arraial e Bairro Paraíso.

## ANEXO II

Unidade Escola: Escola Municipal de Educação Básica Vila Nova.  
Endereço: Rua das Violetas, nº 475, Loteamento Wilmar/ Rosa do Mar - Passo de Torres/SC  
CEP: 88980-000  
Fone: (48) 3538-1181

Ano Escolar	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
1º Ano	1	20	1	20	40
2º Ano	1	25	0	0	25
3º Ano	1	25	1	25	50
4º Ano	1	25	1	25	50
5º Ano	1	25	1	25	50
6º Ano	1	25	1	25	50
7º Ano	0	0	1	25	25
8º Ano	1	25	1	25	50
9º Ano	1	25	0	0	25
Total de Vagas					365

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Barra Velha, Bairro Caravelle (Loteamentos Praia Azul, Capão do Cravo, Caravelle I e Caravelle), Praia Bela, Mira Flores, Vila Ribeiro, Bairro Bellatorres (Loteamentos Bellatorres II, Guaporema, Nova Bellatorres e Bellatorres), Rota do Sol, Bairro Rosa do Mar (Loteamentos Rosa do Mar II, I, Bela União, Aliança e Wilmar), União Aliança, Xangrilá, Luxemburgo, Sidarta, Tapera, Balneário Sumaré, Valverde, Curralinhos, São Francisco e Piritu.

## ANEXO III

Unidade Escola: Centro de Educação Infantil Mundo Feliz.  
Endereço: Rua Luiz João Batista, S/N, Centro, Passo de Torres/SC.  
CEP: 88980-000  
Fone: (48) 3548-0035 ramal 619

Ano Escolar	Integral		Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Turma	Vaga	Turma	Vaga	Turma	Vaga	
Creche I (0 até 18 meses)	2	15	1	15	1	15	60
Creche II (18 até 3 anos)	1	20	2	20	2	20	100
Creche III (3 até 4 anos)	1	20	1	20	1	20	60
Total de Vagas							220

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Todo o Município de Passo de Torres.

## ANEXO IV

Unidade Escola: Escola Municipal de Educação Básica Vila Nova.

Endereço: Rua das Violetas, nº 475, Loteamento Wilmar, Rosa do Mar, Passo de Torres, CEP: 88980-000  
Fone: (48) 3538-1181

Ano Escolar	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Pré-Escolar I (4 anos)			1	25	25
Pré-Escolar II (5 anos)	1	25			25
Total de Vagas					50

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Bairro Caravelle (Loteamentos Praia Azul, Capão do Cravo, Caravelle I e Caravelle), Praia Bela, Mira Flores, Vila Ribeiro, Bairro Bellatorres (Loteamentos Bellatorres II, Guaporema, Nova Bellatorres e Bellatorres), Rota do Sol, Bairro Rosa do Mar (Loteamentos Rosa do Mar II, I, Bela União, Aliança e Wilmar), União Aliança, Xangrilá, Luxemburgo, Sidarta, Tapera, Balneário Sumaré, Valverde, Curralinhos, São Francisco e Piritu.

#### ANEXO V

Unidade Escola: Centro de Educação Infantil Ignacia Maria Cardoso  
Endereço: Rua da Inocência nº 44, Barra Velha, Passo de Torres/SC  
CEP: 88980-000  
Fone: (48) 3548-0290

Ano Escolar	Matutino		Vespertino		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Pré-Escolar I (4anos)	2	25	2	25	100
Pré-Escolar II (5 anos)	2	25	2	25	100
Total de Vagas					200

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Centro, Passárgada, Estaleiro, Silveira, Alto Feliz, Progresso, Costa do Rio Mampituba, Arraial e Bairro Paraíso, Barra Velha.

#### ANEXO VI

Unidade Escola: Instituto de Educação  
Endereço: Rua João Pedroso S/N, Centro, Passo de Torres/SC  
CEP: 88980-000  
Fone: (48) 3548-0424

Ano Escolar	Noturno		Total de Vagas
	Nº Turma	Nº Vaga por turma	
Alfabetização	2	15	30
Ensino Fundamental Anos Finais	4	25	100
Total de Vagas			130

Abrangência de Atendimento de acordo com o zoneamento Escolar e Bairros: Todo o Município de Passo de Torres.

# Penha

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 37ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos quinze dias do mês de setembro de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 342/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 343 e 344/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 345346 e 347/2015 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. foi determinada a leitura do Projeto de Lei Complementar Nº 3/2015 do Executivo: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2005 E LEI COMPLEMENTAR Nº 57/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura dos Pareceres das Comissões Permanentes aos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 26/2015 do Legislativo: INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO À ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Projeto de Lei Ordinária nº 27/2015 do Legislativo: INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Projeto de Lei Ordinária nº 28/2015 do Legislativo: MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2003/2004 DE 20 DE SETEMBRO DE 2004. Projeto de Lei Ordinária nº 29/2015 do Legislativo: INSTITUI A SEMANA DE SEGURANÇA DO MOTOCICLISTA NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." Projeto de Resolução nº 11/2015 do Legislativo: DISPÕE SOBRE SOLENIDADE EM HOMENAGEM AO CRA / SC - Conselho Regional de Administração. Projeto de Resolução nº 12/2015 do Legislativo: DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE ESPECIFICA. Tramitaram os REQUERIMENTOS: Nº 183/2015 do Vereador JESUEL F. CAPELA, aprovado por unanimidade. Nº 184/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO: aprovado por unanimidade. Nº 185/2015 dos Vereadores ANTONIO ALFREDO CORDEIRO FILHO, MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO, aprovado por unanimidade. Nº 186/2015 do Vereador CÉLIO ADOLFO FRANCISCO: aprovado por unanimidade. MOÇÕES: Nº 54/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, aprovado por unanimidade. Na ORDEM DO DIA tramitou em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária nº 26/2015: INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO À ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária nº 27/2015: INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária nº 29/2015: "INSTITUI A SEMANA DE SEGURANÇA DO MOTOCICLISTA NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." aprovado por unanimidade. Em única discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária nº 28/2015: MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2003/2004 DE 20 DE SETEMBRO DE 2004. aprovado por unanimidade. Em discussão e Votação Única o Projeto de Resolução nº 11/2015: DISPÕE SOBRE SOLENIDADE EM HOMENAGEM AO CRA / SC - Conselho Regional de Administração, aprovado por unanimidade. Em discussão e Votação Única o Projeto de Resolução nº 12/2015: DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE ESPECIFICA, aprovado por unanimidade. Nas Considerações finais, os Vereadores Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, Jesuel Francisco Capela, Célio Adolfo Francisco, Edio Marquetti e Isac Hamilton da Costa solicitaram permissão para ausentarem-se do plenário. Pronunciando-se em tribuna, fez uso da palavra pelo

tempo regimental o Vereador Jefferson Admir Custódio tecendo comentários referente a situação do E.E.B. Antônio rocha de Andrade, relatando o estado precário em que se encontra e sua visita recente ao Secretário Estadual de Educação Eduardo Deschamps, em busca de solicitações efetivas. Em seguida pronunciou-se o vereador Antonio Alfredo Cordeiro Filho, expondo que recentemente foram tachados de mentirosos ao falar em plenário que faltavam medicamentos na farmácia municipal, mas hoje trouxe uma relação de medicamentos faltantes, fruto de um levantamento sério e preciso. Fala em nome das pessoas do povo que ligam para reclamar desta situação e aguardam por ações que resolvam efetivamente esta situação de falta de remédios. É preciso respeitar esta grande parte da população que depende dos remédios cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde. O Vereador Jefferson defendeu-se do comentário inicial e em seguida expôs que percebe que existe um problema que é a falta informação correta entre o cidadão e o posto em que tem o medicamento. O vereador Antonio prosseguiu dizendo que a situação prejudica ainda mais quem precisa do remédio e vem até o centro utilizando transporte coletivo vindo de Bairros distantes, e chegando ao Centro ainda não conseguem ter o medicamento necessário a seu tratamento. Transmitindo a condução dos trabalhos ao Segundo secretário Antônio Alfredo Cordeiro Filho, fez uso da palavra o Exmo. Sr. Presidente Felipe Rebello Schmidt. Iniciando seu pronunciamento, demonstrou como a população cada vez mais precisará de serviços públicos, por isso cada vez mais é necessário melhorar aquilo que já fazemos. Discursou sobre a corrupção em todos os níveis, citando inclusive os pequenos atos do dia a dia que devem ser combatidos, como atestados falsos e recibos visando burlar a declaração do imposto de renda. Mencionando o atual Governador Raimundo Colombo e sua luta em favor dos professores, abordou a futura redução do repasse de verbas por parte do Governo Federal para o Município, inclusive demonstrando a possibilidade de se verificar o valor desses repasses nos últimos anos através do site <http://www.painelsc.sc.gov.br>. Finalizando seu discurso apresentou uma futura possibilidade de readequação salarial de servidores e vereadores que no momento está sendo trabalhada e que em breve será colocada em pauta e que não será possível resolver todos os problemas do Município apenas no próximo mandato. Assumindo a tribuna pelo tempo regimental a Vereadora Maria Juraci Alexandrino falou sobre a audiência pública realizada no último dia 10 de setembro em função da situação de idoso no município e a ausência de todos os vereadores, salvo sob única exceção do Vereador Sérgio de Mello que juntamente com ela foi um dos realizadores da reunião. Em aparte, o Exmo. Sr. Presidente justificou sua ausência em função do nascimento de seus filhos no referido período. Retomando a palavra, mencionou a necessidade de se instituir um cadastro de idosos no Município e se trabalhar com a possibilidade da instituição de novas políticas públicas em função dos idosos. Juntamente com o Vereador Sérgio Mello constatou que a cada oito medicamentos que deveriam estar sendo disponibilizados no Município, apenas um se encontra em estoque e enfatizou que saúde é direito de todos sob a luz da Constituição Federal. Uma vez feitas estas considerações, em conjunto com os vereadores Antônio Cordeiro Filho, Felipe Rebello Schmidt e Sérgio de Mello fez uma convocação ao Secretário de Saúde para que compareça à casa para prestar os devidos esclarecimentos. Encerrando os pronunciamentos, o Vereador Sérgio de Mello fez seu discurso com base na atual situação da escola da localidade do Mariscal, que neste momento se encontra em estado de abandono por parte da administração pública. Finalizando, também falou sobre a questão da falta de medicamentos no município e alertou a população no que diz respeito à importância da convocação feita

pela Vereadora Maria Juraci para o comparecimento do Secretário de Saúde para os devidos esclarecimentos. Nada mais a tratar, o Exmo. Sr. Presidente convocou os Vereadores para a próxima reunião ordinária no dia 22 de setembro, terça-feira em seu horário habitual. E para constar, eu, Matheus Souza de Melo, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário

### **ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 38ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 13ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e dois de setembro de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno: Votação da ata da sessão anterior. Aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 349/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 350/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 351/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 352/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 353/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 354/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 355/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 356/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 357/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 358/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Grande Expediente, de acordo com o artigo 130 do Regimento Interno: Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 37/2015: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE, ESPORTIVA E ASSISTENCIAL SÃO NICOLAU. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 38/2015: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 31/2015 de autoria do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI: MODIFICA DISPOSIÇÕES DA LEI 990, DE 05 DE MAIO DE 1989. PARECERES: Leitura do parecer favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 30/2015: - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ASSISTENCIAL, BENEFICENTE, CULTURAL, DESPORTIVA E EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - ANSEF. - REQUERIMENTOS: Nº 187/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Aprovado por unanimidade. Nº 188/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Aprovado por unanimidade. Nº 189/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Aprovado por unanimidade. Nº 190/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Aprovado por unanimidade. Nº 191/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Aprovado por unanimidade. MOÇÕES: Nº 55/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Aprovado por unanimidade. Nº 56/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Aprovado por unanimidade. Nº 57/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Aprovado por unanimidade. Ordem do Dia de acordo com o artigo 131 do Regimento Interno: Em única discussão o REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei Ordinária nº 37/2015: - DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE, ESPORTIVA E ASSISTENCIAL SÃO NICOLAU. Aprovado por unanimidade. Em única discussão o REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei Ordinária nº 38/2015: DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária nº 26/2015 de autoria do Vereador Felipe Rebello Schmidt: INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO A ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária nº 27/2015 de autoria do Vereador Sérgio de Mello: - INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO VOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária nº 29/2015 de autoria do Vereador Sérgio de Mello: INSTITUI A SEMANA DE SEGURANÇA DO MOTOCICLISTA NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Aprovado por unanimidade. Em única discussão o REGIME DE URGÊNCIA, solicitado verbalmente pelo Vereador Jesuel Francisco Capela ao Projeto de Lei Ordinária nº 30/2015: - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ASSISTENCIAL, BENEFICENTE, CULTURAL, DESPORTIVA E EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - ANSEF. Aprovado por unanimidade. Em única discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária nº 30/2015: - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ASSISTENCIAL, BENEFICENTE, CULTURAL, DESPORTIVA E EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - ANSEF. Aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Exmo. Sr. Presidente convocou os Vereadores para a próxima reunião ordinária no dia 29 de setembro, terça-feira em seu horário habitual. E para constar, eu, Matheus Souza de Melo, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário

### **ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 39ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e nove de setembro de 2015. Ausente o Vereador Jefferson Ademir Custódio, presentes os demais Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 359 e 361/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 360, 363 e 364/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO, Nº 362/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Nº 365 e 366/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 367 e 371/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Nº 368, 369 e 370/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Ordem do Dia - Art. 131 R.I. - Em 1ª discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 32/2015 do Executivo: AUTORIZA REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL A CASA DA AMIZADE DE PENHA, DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Neste momento o Vereador Clóvis Bergamaschi solicitou Regime de Urgência ao Projeto, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. Em virtude da aprovação do Regime, tramitou em única votação o Projeto de Lei Ordinária nº 32/2015 do Executivo, sendo aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, o Presidente Felipe Rebello Schmidt encerrou a presente sessão, e diante da movimentação publicada em redes sociais prevista para acontecer na noite de hoje nesta Casa, esclareceu aos presentes ser contra repressão a qualquer tipo de manifestação do povo.

Em seguida convidou a todos para participarem da solenidade em homenagem ao CRA/SC e convocou os senhores vereadores para próxima reunião ordinária dia 01 de outubro às nove horas da manhã.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2015.  
FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA  
1º Secretário

#### **ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 40ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos primeiros de outubro de 2015. Ausente o Vereador Jefferson Ademir Custódio e presentes os demais Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. No Grande Expediente - Art. 130 R.I. foi determinada a leitura do Parecer das Comissões permanentes ao Projeto de Lei Ordinária nº 37/2015 do Executivo que DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE, ESPORTIVA E ASSISTENCIAL SÃO NICOLAU. Leitura do Projeto de Lei Complementar nº 04/2015 que "ALTERA E INCLUI DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2007 CÓDIGO URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PENHA, TAMBÉM DENOMINADO PLANO DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Leitura do Projeto de Lei Complementar de autoria do Executivo: Projeto de Lei Complementar nº 05/2015 que "ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2007 CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". REQUERIMENTO Nº 194/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCH: aprovado por unanimidade dos presentes. MOÇÕES: Nº 58/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA: aprovado por unanimidade dos presentes Nº 59/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO: aprovado por unanimidade dos presentes. ORDEM DO DIA - Discussão e votação única do Projeto de Lei Nº 37/2015 do Executivo DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A SOCIEDADE CULTURAL BENEFICENTE, ESPORTIVA E ASSISTENCIAL SÃO NICOLAU - aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, o Secretário Municipal de Saúde, Senhor Cleiby Darossi, manifestou-se em tribuna para esclarecimentos pertinentes a médicos e medicamentos, conforme requerimento de convocação, seguindo debate com os Senhores vereadores que fizeram seus questionamentos. E para constar, Eu Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente ata que segue após aprovada será assinada pelo Senhor presidente e Primeiro Secretário.

Sala das Sessões, 01 de outubro de 2015.  
FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA  
1º Secretário

# Petrolândia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 094/2015

DECRETO nº. 094, de 27 de Outubro de 2015.

Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB/CACs.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal nº. 1207 de 07 de Maio de 2007 e da Lei Municipal nº. 1335 de 29 de Outubro de 2008;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB/CACs.

Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Rosane da Silva

Suplente: Silvana Porto Amarante

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Patrícia Vanroo Weber

Suplente: Simone Krause Klauberg

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Édna de Oliveira

Suplente: Vera Lúcia Sebold

Representantes dos Estudantes Indicados por Entidade de Estudantes Secundarista:

Titular: Luis Cesar Machado

Suplente: Nunalva Isabel Leite Dias

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titulares: Andreia Weber Berck

Celita Heizen Beckhauser

Suplentes: Janaina Machado

Kátia Denise Mohr Hemkemaier

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Lorena Schmidt Marquez

Suplente: Gilson Diogo da Cunha

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Sandra Regina Deuttner Monteiro

Suplente: Luciana Aparecida Calbusch Hillesheim

Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Valdirene Maria Fortkamp Alves

Suplente: Elaine Martins

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Jussara Motta

Suplente: Gilson Marques Cunha

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Elizabeth Cristina Sens Nienkotter

Suplente: Silvia Alice Scheidt

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 045 de 04 de Junho de 2013.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 27 de Outubro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 095/2015

DECRETO Nº. 095, de 27 de Outubro de 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE PETROLÂNDIA/SC.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII do Artigo 85, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o artigo 3º da Lei Municipal nº. 873 de 16 de Dezembro de 1997;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, por um período de 02 (dois) anos, os membros do Conselho Municipal da Educação do Município de Petrolândia, com a seguinte constituição:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Silvia Alice Scheidt

Suplente: Luciana Aparecida Calbusch Hillesheim

Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Valdirene Maria Fortkamp

Suplente: Elizabeth Cristina Sens Nienkotter

Representantes das Associações de Pais e Professores do Município:

Titular: Elizângela Bunn Eger

Suplente: Larissa de Abranjo

Representantes dos Professores e Diretores das Escolas Estaduais existentes no Município:

Titular: Joelma Lückmann Pickler

Suplente: Luzia Lopes

Representantes da Câmara Municipal de Vereadores

Titular: Maria de Lurdes Kreusch Willemann

Suplente: Luciana Mello Padilha

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 078 de 03 de Setembro de 2013.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 27 de Outubro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 096/2015**

DECRETO Nº. 096, de 27 de Outubro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

**Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0134 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 70.000,00 (Setenta reais).

**Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (4) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0135 – Recursos Programas de Saúde - PSF .....  
..... R\$ 50.000,00

Ar. 3º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0135 – Recursos Programas de Saúde - PSF, na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

**Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (4) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0608 – Recursos NASF .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 4º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0608 – Recursos NASF, na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 27 de Outubro 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 097/2015**

DECRETO Nº. 097, de 27 de Outubro de 2015.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSOS SELETIVOS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 002 de 21/05/2002, Lei Complementar nº. 009 de 28/06/2011 e Lei nº. 1577 de 10/09/2013;

**DECRETA:**

Art. 1º. Constitui e nomeia membros para compor a Comissão para supervisionar a execução do Processo Seletivo nº. 01/2015, do Processo Seletivo nº. 02/2015 e do Processo Seletivo nº. 03/2015, destinados ao preenchimento, em caráter temporário, de vagas que surgirem dentro do prazo de validade dos Processos, no âmbito da Prefeitura Municipal de Petrolândia.

Art. 2º. A comissão será constituída dos seguintes membros: Simone Krause Klauberg, Sandra Regina Deutner Monteiro, Luciana Aparecida Calbusch Hillesheim, Adriana Alves Vargas e Iara Clasen, sendo presidida pelo primeiro.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão a conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 27 de Outubro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 310/2015

(Ementa)

CONTRATO Nº 310/2015

LICITAÇÃO:PREGÃO PRESENCIAL nº 047/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO NOVO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA, com as seguintes características mínimas:

Veículo novo 0 Km. Bicombustível, ano de fabricação e modelo no mínimo 2015, motor mínimo 1.0, potência mínima de 73 CV, câmbio mecânico ou automático, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, desembaçador de vidro traseiro, para-choques na cor do veículo, pneus novos, cor branca, cintos de segurança originais de fábrica, alarme, air bag duplo, sistemas de freio ABS, itens de série, ar condicionado, protetor de motor, jogo de tapetes, áudio com CD player e MP3.

CONTRATADA: Empresa: MUNDIAL MOTOR 'S LTDA

VALOR: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

DATA DO CONTRATO: 15 de outubro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

### DECRETO Nº 4.285, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.285, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

FIXA TARIFAS PARA USUÁRIOS DE TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº

1.379, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor das tarifas referente remuneração utilizada pelos serviços de táxi do Município de Pinheiro Preto:

I – Bandeirada ..... R\$ 5,00  
II – Bandeira I ..... R\$ 3,56  
III – Bandeira II ..... R\$ 4,32  
IV – Hora parada ..... R\$ 20,00

Art. 2º O uso da bandeira "II" deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - De segundas-feiras a sábados, no horário compreendido entre 19:00hs e 06:00hs;

II – Nos domingos e feriados.

Art. 3º Fica fixado na cidade de Pinheiro Preto um único ponto de táxi, localizado na Av. Marechal Castelo Branco, em frente a parada de ônibus (centro), devendo o proprietário disponibilizar número de celular para atendimento ao público, podendo a licença ser concedida para um veículo, sem prejuízo de, em havendo necessidade, abrir-se novas vagas.

Art. 4º A escolha do concessionário do serviço dar-se-á mediante licitação pública, modalidade concorrência, cujo critério objetivo para escolha será o menor preço ofertado.

Parágrafo único. A concessão será pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 5º O Município providenciará placa de sinalização para identificação do "ponto".

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO 048/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 048/2015

CONTRATO DE COMBUSTÍVEIS N.º: 02/2015

OBJETO: Contrato de fornecimento de combustível, Licitação nº 049/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, contrato nº 02/2015.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

EMPRESA CONTRATADA: POSTO VÊNETO LTDA.

VALOR ADITADO: 2.1 Após comprovado aumento no preço do combustível tipo Gasolina comercializado pelas refinarias em todo país, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, fica o contrato de fornecimento nº 02/2015, aditado, para fins de majorar o preço da gasolina em 6.878%.

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o valor de compra da gasolina passa a ser de R\$ 3.68 (três reais e sessenta e oito centavos) por litro.

DATA DO CONTRATO: 26 de outubro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Viecei

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.004 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.004 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III e o Art.12º da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 167.230,00 (cento sessenta e sete mil duzentos e trinta reais ) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 7.230,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.001 - Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03830000 – Operação de Créd.Int. R\$ 140.000,00

Unidade Orçamentária: 06.002 – Gestão Financeira e Contábil

Projeto/Atividade: 0004.0122.0030.002 – Contribuição ao Pasep

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 167.230,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 277.270,00 (duzentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do

Prefeito

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 128.270,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 – Rec.de Impostos e de Trans. Imp.Educ. R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 23.500,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2024– Manutenção da Limpeza Pública e Coleta de Lixo

Elemento: 3339300.00 – Aplic.direta decorrente oper.de órgãos, fundos e entidades dos OFSS

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 14.500,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec.Oper.entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 277.270,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 02.000 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 04.122.0020.2002 – Manut. do Gabinete do Prefeito

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 128.270,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 – Rec.de Impostos e de Trans.  
Imp.Educ. R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 23.500,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2024– Manutenção da Limpeza Pública e Coleta de Lixo

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 14.500,00

ÓRGÃO: 10.000 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 10.001- Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 22.661.0150.2029 – Manutenção da Secr. do Desenvolvimento Econômico

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 21.000,00

TOTAL R\$ 277.270,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 106.500,00 (cento e seis mil quinhentos reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01360000 – Salário Educação R\$ 89.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1011– Pavimentação de Ruas e Calçadas

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01070000 – Contr.Interv.no Dom.Econ.-CIDE R\$ 17.500,00

TOTAL R\$ 106.500,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 56.694,74 (cinquenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014,

Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 033800101– Samu R\$ 7.294,74

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03670201 – PSF Estadual R\$ 45.000,00

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03670201 – PSF Estadual R\$ 4.400,00

TOTAL R\$ 56.694,74

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 6º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 91.100,00 (noventa e um mil, cem reais) do Orçamento em vigor, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – Pacs R\$ 40.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Nasf R\$ 14.400,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Caps R\$ 30.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Nasf R\$ 5.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380101 - Samu R\$ 1.700,00

TOTAL R\$ 91.100,00

Art 7º - Os valores resultantes das transposições do Art. 6º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380101 - Samu R\$ 1.700,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – Pacs R\$ 40.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Nasf R\$ 19.400,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Caps R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 91.100,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE

Art. 8º - Fica suplementado na importância de R\$ 478,00 (quatrocentos e setenta e oito reais ) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Fundo Municipal da Assistência Social de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 21.000 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSIST.SOCIAL DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 21.001 – Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2067 – Manut.Ativ.Fundo Mun. da

Assist. Social  
Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01351400 – Serv.Prot.Soc.Esp.Méd.Complex. R\$ 478,00  
TOTAL R\$ 478,00

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 23 de outubro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI MÔNICA SUSAN ZIMMER  
Prefeito Municipal Secretária de Gestão Admin. e Faz.

**DECRETO Nº 3.009, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**  
DECRETO Nº 3.009, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

REDUZ PERCENTUAL DAS GRATIFICAÇÕES DOS SERVIDORES, COMO MEDIDA PARA GESTÃO DAS DESPESAS E CONTROLE DO GASTO COM PESSOAL E DE CUSTEIO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POMERODE.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO-SE a deterioração do cenário econômico com a redução da atividade econômica e a queda na arrecadação municipal, caracterizando situação de força maior, que acarreta aumento do comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de pessoal;

CONSIDERANDO-SE o disposto no art. 169 da Constituição Federal que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar;

CONSIDERANDO-SE que atendendo o mandamento constitucional o legislador federal editou a Lei Complementar nº 101/2000, estabelecendo, entre outros, os limites de gastos com despesas de pessoal;

CONSIDERANDO-SE a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas de pessoal, e que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO-SE que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Pomerode/SC, sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade; e

CONSIDERANDO-SE a previsão contida no art. 169, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000;  
DECRETA:

Art. 1º. Fica reduzido o percentual das gratificações concedidas aos servidores do Município, em 30% (trinta por cento) para o mês de novembro de 2015.

Art. 2º Excetuam-se dessa redução as seguintes gratificações:  
I – as concedidas pelos art. 85, art. 86, art. 87 e art. 202, todos da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014;  
II - as concedidas pelos art. 15 e art. 16, todos da Lei Complementar nº 84, de 03 de fevereiro de 2003;  
III - as concedidas pelos art. 19, art. 20 e art. 21, todos da Lei Complementar nº 85, de 03 de fevereiro de 2003; e

IV - as concedidas através de sentença judicial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2015.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 048 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 048 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 18/11/2015.  
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.  
Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 18/11/2015.  
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.  
O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 04 de Novembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**ERRATA DO EXTRATO DO CONVÊNIO 21/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

ERRATA DO EXTRATO DO CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, através da Secretaria da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora torna público, aos interessados que no Extrato do Convênio publicado na edição do Diário Oficial dos Municípios - DOM de 29/10/2015, EXTRATO DO CONVÊNIO n.º 022 / 2015 onde se lê EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2015, leia-se: "EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 21/2015". Permanecem inalteradas as demais cláusulas do respectivo extrato.

Pomerode/SC, 04 de novembro de 2015.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**LEI COMPLEMENTAR Nº 288, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 288, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

cria e altera dispositivos da Lei Complementar Nº 122, de 20 de dezembro de 2005, nos termos da Lei Federal Nº 13.135, de 17 de junho de 2015, e dá outras providências.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Art. 17, caput e seus parágrafos 1º e 2º, passam a ter a seguinte redação:

Art. 17 Compete ao Fundo de Aposentadoria e Pensões, a partir do 16º (décimo sexto) dia consecutivo de afastamento, através de sua Perícia Médica, promover o exame médico e pagar ao segurado o benefício de auxílio-doença enquanto perdurar o seu afastamento, nos termos de regulamento aprovado pelo Conselho Administrativo do FAP.

§1º Durante os primeiros 15(quinze) dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, de acidente ou moléstia de qualquer natureza, caberá ao município promover o exame médico, através do seu serviço de medicina do trabalho, o abono das faltas correspondentes e pagar ao segurado a sua remuneração devida.

§2º O segurado, em auxílio-doença, será submetido à avaliação da Perícia Médica do FAP a cada 60 (sessenta) dias, enquanto perdurar sua incapacidade.

Art. 2º Fica criado o §5º no Art. 17 com a seguinte redação:

§5º O segurado que durante o gozo de auxílio-doença vier a exercer atividade remunerada terá o seu benefício cessado e retornará imediatamente ao trabalho, sem prejuízo de aplicação de outras sanções administrativas ou judiciais.

Art. 3º O Art. 18, caput; Art. 23, caput; Art. 27, §2º; Art. 28, §4º; e Art. 31, caput, passam a ter a seguinte redação:

Art. 18 O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a se submeter ao exame médico realizado pela Perícia Médica do FAP, e se for o caso, a processo de readaptação profissional.

Art. 23 A invalidez do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade será verificada pela Perícia Médica do FAP.

Art. 27 ...

§2º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante exame da Perícia Médica do FAP.

Art. 28 ...

§4º Quando o parto ocorrer sem acompanhamento médico, o atestado será fornecido pela Perícia Médica do FAP.

Art. 31 Os pensionistas incapazes ficam obrigados, tanto para concessão como para cessação de suas quotas de pensão, a se submeterem a exame da Perícia Médica do FAP.

Art. 4º Ficam criados os parágrafos e incisos no Art. 30, que passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Perde o direito à pensão por morte, após trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

§ 2º Perde o direito à pensão por morte, após trânsito em julgado, o cônjuge, companheiro ou companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º O direito à percepção de cada cota individual, além dos casos previstos no art. 9º desta lei complementar, cessará:

I - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "b" e "c";

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido carência mínima de 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 4º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea "a" ou os prazos previstos na alínea "c", ambas do § 3º, inciso I, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 5º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "c" do inciso I do § 3º, em ato do Conselho Administrativo do FAP, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 6º O cônjuge, o companheiro ou a companheira considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta subsistência, mediante exame médico-pericial a cargo da Perícia Médica do FAP, por acidente ou doença ocorrido entre o casamento ou início da união estável e a cessação do pagamento do benefício, terá direito à pensão por

morte, independente de carência mínima que se refere o §3º, I, b, enquanto perdurar a incapacidade laboral.

Art. 5º Fica alterada a redação do caput do Art. 85, fica revogado o parágrafo único e cria os parágrafos 1º, 2º e 3º, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 85. Fica instituída a Perícia Médica do FAP, responsável pela análise dos requerimentos que dependem da avaliação da capacidade laboral do segurado ou seu dependente para a concessão, revisão ou prorrogação de benefícios previdenciários e emissão de laudo médico pericial conclusivo.

§ 1º. A avaliação da capacidade laboral será realizada mediante presença do segurado ou seu dependente.

§ 2º. O médico perito, para atingir aos fins propostos, poderá solicitar, a cargo do FAP, outros exames médicos ou psicológicos, que, cuja eventual recusa do segurado ou do seu dependente, importará no indeferimento e arquivamento do seu requerimento ou na suspensão de seu benefício.

§3º. O segurado que opor resistência injustificada, negar ou deixar de comparecer, quando convocado, à realização de perícia médica ou deixar de atender as solicitações da perícia médica ou prevista em regulamento do FAP, sem prejuízo do indeferimento e arquivamento de seu requerimento ou na suspensão de seu benefício até a completa regularização, poderá incorrer na falta prevista no art. 150, inciso VIII, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pomerode/SC, Lei Complementar Municipal nº 269/2014, cuja pena é suspensão.

§ 4º. A composição e procedimentos da Perícia Médica do FAP serão regulamentados pelo Conselho Administrativo do FAP.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.762, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.762, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a receber por DOAÇÃO, do ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, bens móveis consoante Relação de Bens e Termo de Doação, que são parte integrante da presente Lei.

Parágrafo Único. A doação dos móveis de que trata o caput foi devidamente autuada no Processo - SPA Nº 5931-2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do orçamento em vigor, suplementadas na forma da Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.763, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.763, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OS IMÓVEIS DE MATRICULAS Nº 2067 E 8164 JUNTO AO REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA COMARCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a receber por DOAÇÃO, do ESTADO DE SANTA CATARINA, os imóveis situados nesta cidade, à Rua dos Atiradores, Matrículas nº 2067 e 8164, com área de 1.250,00m² (hum mil e duzentos e cinquenta metros quadrados) e 7.500,00m² (sete mil e quinhentos metros quadrados), respectivamente, junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode.

Parágrafo Único. A doação dos imóveis de que trata o caput foi aprovada pela Lei nº 16.272, de 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial – SC – nº 19.728.

Art. 2º Os imóveis recebidos por DOAÇÃO e objetos da presente Lei, destinam-se a manutenção da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL NOEMI DE CAMPOS SCHROEDER, criada pela Lei nº 2.503, de 06 de abril de 2012.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do orçamento em vigor, suplementadas na forma da Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.764, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.764, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO EDELWEISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, ao Grupo Folclórico Edelweiss, inscrito no CNPJ sob nº 79.375.879/0001-06, com sede à Rua Arthur Schulze, 117, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a divulgação da cultura germânica através de danças e coreografias.

Art. 2º O Grupo Folclórico Edelweiss, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.765, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.765, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO DE DANÇAS SÊNIOR CLUBE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, ao Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, inscrito no CNPJ sob nº 05.781.168/0001-03, com sede à Rua dos Atiradores, 247, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, divulgar e manter as tradições através de danças e integrar pessoas com mais idade, como também, manter as mesmas em atividade.

Art. 2º O Grupo de Danças Sênior Clube Alegre, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.  
Município de Pomerode, 04 de novembro de 2015.

Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

### **LEI ORDINÁRIA Nº 2.766, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.766, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.  
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO MUSICAL PROFESSOR ALÍRIO DAHLKE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de Subvenção Social no exercício financeiro de 2015, à Associação Musical Professor Alírio Dahlke, inscrita no CNPJ sob nº 04.764.136/0001-29, com sede à Rua Hermann Wege, 111, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 10.200,00 (Dez Mil e Duzentos Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades culturais da entidade, objetivando, divulgar e resgatar a cultura, principalmente da música.

Art. 2º A Associação Musical Professor Alírio Dahlke, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**

### **EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 18/2015**

MUNICÍPIO DE POMERODE  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE)  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório nº 021/2015 - SAMAE  
Pregão Presencial nº 018/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 021/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial  
- Proponente(s) Vencedora(s):  
VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA - EPP  
CNPJ/MF sob nº 11.804.038/0001-33  
Valor total: R\$ 152.400,00

POMERODE (SC) 27 de Outubro de 2015  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE.

### **EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 19/2015**

MUNICÍPIO DE POMERODE  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE)  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório nº 022/2015 - SAMAE  
Pregão Presencial nº 019/2015 – SAMAE

O Presidente do SAMAE, MARCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 022/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial  
- Proponente(s) Vencedora(s):  
ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS LTDA  
CNPJ/MF sob nº 05.704.686/0001-15  
Valor total: R\$ 47.000,00

POMERODE (SC) 03 de Novembro de 2015  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO 022.2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 022/2014 – PMPB – 4º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de valor ao Contrato 022/2015, de R\$ 68.443,23 (sessenta e oito mil quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos) e o acréscimo de valor na quantia de R\$ 116.530,50 (cento e dezesseis mil quinhentos e trinta reais e cinquenta centavos) referente a contratação de empresa para execução de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização das Avenidas Senador Atilio Fontana e Almirante Fonseca Neves do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Concorrência Pública 002/2014 – PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

VALOR GLOBAL RESULTANTE: R\$ 48.087,27 (quarenta e oito mil oitenta e sete reais e vinte e sete centavos)

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2015

Porto Belo, 29 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO Nº 024/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 024/2015 – PMPB

OBJETO: Aquisição de peças, lubrificantes e prestação de serviços para manutenção da Escavadeira Komatsu PC 160LC-7B série B20774 da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, conforme especificações e quantitativos descritos na Inexigibilidade de Licitação 003/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 38.238,48 (Trinta e oito mil duzentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27/10/2015

Porto Belo, 27 de Outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### **EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
SANTA CATARINA

#### EDITAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL) 2016

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO realizará "Audiência Pública para apresentação da Lei Orçamentária Anual", às 10 horas, nas dependências da Câmara Municipal.

Porto União (SC), 04 de novembro de 2015.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

## Rio do Sul

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 167/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 167/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015

INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL

Aos oito (08) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa SERMEDICALL ARP Equipamentos Hospitalares Ltda EPP, inscrita com o CNPJ sob o nº 93.726.446/0001-89, com sede a Rua Adelino Boschetti Mateus, 805, Bairro Picadas do Sul, São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88.106-120, por seu representante legal, Sr. Ricardo Pedroso, portadora do RG nº 1038631584/SJS/RS, inscrita no CPF sob o nº 478.029.600-53, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 065/2015, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para atendimentos de ocorrências, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 444243 - SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	Luva de mergulho (NEOPRENE). - 1) Luva de mergulho em neoprene 3 mm. 2) Luva de neoprene com palma da mão em camurça. 3) Tirante de elástico no pulso para melhor vedação. 4) Tamanhos a serem definidos.	U	PINO	40	R\$90,00	R\$3.600,000
8	Cinto de salvamento aquático. - 1) Corpo em em peça única medindo 1030 mm de comprimento de 150 mm de largura e de 80 mm de espessura; 2) Cor vermelha com as inscrições "Bombeiros" e "Salvamento" nas laterais; 3) Peso de 700 gramas; 4) Material: confeccionado em espuma expandida micro-porosa de PVC, tirante em nylon, tipo fita, com 2660 mm de comprimento, largura de 25 mm na cor preta fixado a um tirante de nylon, tipo fita, através de costura resistente, formando uma alça que permita que o guarda-vidas possa rebocar o equipamento com mãos e pés livres; um tirante de nylon tipo fita com largura de 25 mm atravessa todo o corpo do life belt em peça única sem emendas, sendo fixado em uma das extremidades através de costura de alta resistência uma presilha tipo engate rápido confeccionada em latão que permite o ajuste rápido do equipamento em torno do tórax das vítimas durante os salvamentos; na outra extremidade é fixado através de costura de alta resistência duas argolas de latão, com distância uma da outra de 130 mm capacidade de flutuabilidade individual passiva (inconsciente) mínima de 100 kg.	U	FLUTS-PUMA	10	R\$430,00	R\$4.300,000
Total do Fornecedor:						R\$7.900,000
Total Geral dos Itens:						R\$7.900,000

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

SERMEDICALL ARP Equipamentos Hospitalares Ltda EPP  
Procurador

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 168/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 168/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2015

INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL

Aos oito (08) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Rafael Costa Belarmino da Silva EPP, inscrita com o CNPJ sob o nº 17.220.762/0001-04, com sede a Rua Eurico Gaspar Dutra, 622, SL 01, Bairro Estreito, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.075-100, por seu representante legal, Sr. Rafael Costa Belarmino da Silva, portadora do RG nº 3.810025, inscrita no CPF sob o nº 003.886.489-45, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 065/2015, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para atendimentos de ocorrências, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31574912 - RAFAEL COSTA BELARMINO DA SILVA - EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>Reboque rodoviário para embarcações. - 1) Utilização para o transporte de botes infláveis de 3,5 a 5,0 metros, devendo obrigatoriamente ser compatível ao casco da embarcação (bote inflável) que também é objeto desta licitação;</p> <p>2) Do tipo semi reboque rodoviário;</p> <p>3) Estrutura e demais ferragens construídas em metalon;</p> <p>4) Deverá possuir o berço regulável;</p> <p>5) Os arcos deverão ser na bitola de 13 polegadas com pneus radiais novos;</p> <p>6) Sinalização rodoviária e de emergência, conforme legislação vigente;</p> <p>7) As lanternas traseiras deverão ser protegidas por caixas em metalon;</p> <p>8) Deverá possuir a terceira roda na dianteira ("roda louca de proa"), o qual servirá para as manobras do semi reboque quando fora de circulação rodoviária;</p> <p>9) Deverá possuir rodas com aro 13;</p> <p>10) Deverá possuir o eixo original;</p> <p>11) Na frente (parte dianteira) do reboque deverá ser instalado um guincho manual a manivela, com catraca e trava de segurança, produzida em aço galvanizado;</p> <p>12) Este guincho manual deves conter um cabo de aço de no mínimo 5 metros, com bitola compatível com a carga máxima a ser tracionada, ou seja uma embarcação tipo bote inflável casco rígido com peso máximo de 100kg;</p> <p>13) Deverá ter sistema de acoplamento tipo bola, com trava de segurança e corrente;</p> <p>14) Deverá ter para-choque zebrado</p> <p>15) Sistema elétrico completo, com setas, lanternas, luzes de freio e de placa e luzes laterais;</p> <p>16) Deverá ter eixo com mola espirais, amortecedores e estabilizadores</p> <p>17) Deverá ser licenciado e apto a ser emplacado no destino final de entrega do equipamento.</p>	U	PIRAMIDE	2	R\$7.300,00	R\$14.600,00

2	<p>Embarcação em alumínio. - 1) Embarcação tipo "bote", utilitário, confeccionado em chapas de duralumínio (liga naval 5052 H-34) ou material comprovadamente superior em qualidade e durabilidade. Esta comprovação deve ter argumentação técnica e com apresentação de documentações dos órgão competentes.</p> <p>2) Deverá ter no mínimo 04 porta objetos e alojamento para o tanque de combustível e suas conexões.</p> <p>3) Deverá ter piso emborrachado "EVA" (antiderrapante) de alta resistência.</p> <p>4) O banco do piloto deverá estar mais alto que a dos passageiros, assim aumentando a visibilidade durante a navegação.</p> <p>5) Deverá ter amarradores de popa e proa.</p> <p>6) Deverá ter alças de transporte.</p> <p>7) Deverá ter válvula de deságue com bujão de saída de água com membrana anti retorno.</p> <p>8) Cor: Vermelha (padrão do Corpo de Bombeiro Militar de SC: referência tinta Renner Renodur acrílica vermelho rubi código C00M16921319401).</p> <p>9) Deverá possuir 1 para de remos em duralumínio.</p> <p>10) Deverá possuir 1 porta remo em cada lado do barco.</p> <p>11) Deverá possuir 1 capa protetora com as seguintes características: confeccionada em Nylon 600, 100% poliéster com plastificação em PVC, impermeável e resistente. Deverá ser adequada ao tamanho do barco.</p> <p>12) A embarcação deverá ser homologada pelo órgão competente da Marinha do Brasil.</p> <p>13) A empresa fornecedora deverá dar garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação.</p> <p>14) Características mínimas:</p> <p>12.1) Comprimento: entre 4,80mt e 5,90mt.</p> <p>12.2) Boca (m): 1,40.</p> <p>12.3) Pontal (m); entre 0,53 e 0,55.</p> <p>12.4) Calado (m): entre 0,20 e 0,25.</p> <p>12.5) Deslocamento (t): entre 580 e 630.</p> <p>12.6) Peso (kg): entre 75 e 100.</p> <p>12.7) Capacidade de carga (kg): entre 500 a 600.</p> <p>12.8) Compatível com motor (Potência HP): 15 e 25.</p> <p>12.9) Lotação: 5 - sendo 1 condutor e 4 passageiros.</p>	U	METALGLASS	5	R\$9.420,00	R\$47.100,00
---	--	---	------------	---	-------------	--------------

3	<p>Reboque rodoviário para embarcações: - 1) Utilização para o transporte de botes (barco) em alumínio de 5,0 metros, devendo obrigatoriamente ser compatível ao casco da embarcação (barco alumínio) que também é objeto desta licitação.</p> <p>2) Chassi em viga "U" ferro 4 polegadas chapa 12.</p> <p>3) Deverá passar por galvanização eletrolítica.</p> <p>4) Engate automático, com trava de segurança.</p> <p>5) A suspensão poderá ser do tipo feixe de molas com amortecedores ou suspensão com molas espirais e amortecedores, com capacidade de suportar no mínimo 500kg.</p> <p>6) Rodas, rolamentos e pneus novos "aro 13".</p> <p>7) Suporte para estepe.</p> <p>8) Berço em madeira revestida com forração de alta resistência à fricção.</p> <p>9) Berço instalado no sentido longitudinal.</p> <p>10) Biqueira regulável com borracha e suporte para guincho.</p> <p>11) Deverá possuir o Cadastro Nacional Renavam.</p> <p>12) Sinalização tipo zebra nos para-lamas e para-choque.</p> <p>13) Para-choque removíveis com prolongador.</p> <p>14) Lanternas traseiras.</p> <p>15) Pintura automotiva (pó eletrostática).</p> <p>16) Balizas traseiras.</p> <p>17) Sinalização elétrica de carreta "completa", inclusive luz de placa.</p> <p>18) Deverá possuir a terceira roda na dianteira ("roda louca de proa"), o qual servirá para as manobras do semi reboque quando fora de circulação rodoviária.</p> <p>19) Deverá ter suporte de placa.</p> <p>20) Deverá ter corrente de segurança.</p> <p>21) Deverá ter pino "trava".</p> <p>22) Deverá ter 02 guias laterais, para facilitar a colocação da embarcação.</p> <p>23) A empresa fornecedora deverá dar garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação.</p> <p>24) Na frente (parte dianteira) do reboque deverá ser instalado um guincho manual a manivela, com catraca e trava de segurança, produzida em aço galvanizado com capacidade mínima de 1800lbs, com as seguintes características: Guincho de 1800 libras para carreta fabricado em aço galvanizado a fogo, com fita: comprimento - 10 metros.</p> <p>-Força de trabalho: 816,466 kg (1800 LBS).</p> <p>-Força de ruptura: 1224,70 kg (2700 LBS).</p> <p>-Velocidade: 2.</p> <p>-Taxa de tracionamento: 4:1 ou 8:1.</p> <p>-Peso Bruto: 6,125 kg.</p> <p>-Peso Líquido: 5,625 kg.</p> <p>25) Este guincho manual deverá conter uma fita com no mínimo 10 metros, com resistência compatível com a carga máxima a ser tracionada, ou seja uma embarcação tipo barco de alumínio com peso máximo de 100kg.</p> <p>26) Cor: Vermelha (padrão do Corpo de Bombeiro Militar de SC: referência tinta Renner Renodur acrílica vermelho rubi código C00M16921319401).</p>	U	PIRAMIDE	5	R\$7.500,00	R\$37.500,00
---	---	---	----------	---	-------------	--------------

4	<p>Motor de popa 15 HP . - 1. Altura máxima da Rabeta: (mn/pol) S: 442/17,4.</p> <p>2. Peso: 36(kg).</p> <p>3. Número de cilindros: 2 cilindros.</p> <p>4. Capacidade volumétrica: 246.</p> <p>5. Potência Mínima: 15 (kw/hp).</p> <p>6. Regime de operação máxima: entre 4500/5500 RPM.</p> <p>7. Taxa de compressão: 6,8.</p> <p>8. Sistema de alimentação : 01 (um) carburador.</p> <p>9. Sistema de ignição: CDI.</p> <p>10. Sistema de operação: braço de comando.</p> <p>11. Sistema de lubrificação: Pré mistura gasolina, óleo TC-W3 ? 2T -40:1.</p> <p>12. Sistema de partida: Sistema de partida: Manual com retorno automático.</p> <p>13. Sistema de inclinação: manual.</p> <p>14. Sistema de indução de ar - ND.</p> <p>15. Sistema de exaustão: através da hélice.</p> <p>16. Sistema de arrefecimento: Refrigerado a água, com termostato.</p> <p>17. Navegação em águas pouco profundas: STD.</p> <p>18. Capacidade do alternador: mínimo (A) 6.</p> <p>19. Retificador com regulagem de voltagem.</p> <p>20. Proteção de partida engatada no braço do comando.</p> <p>21. Sensor de temperatura.</p> <p>22. Proteção de rotação excessiva.</p> <p>23. Hélice da alumínio.</p> <p>24. Consumo máximo 7,3 I/h 5500rpm.</p> <p>25. Sistema de câmbio com no mínimo 03 (três) posições: avante, neutro e ré.</p> <p>26. Montagem no espelho de popa: Suporte ajustável com no mínimo de 03 (três) posições.</p> <p>27. Tipo de combustível: gasolina.</p> <p>28. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS:</p> <p>28.1 Tanque de combustível com capacidade mínima de 24 (vinte e quatro) litros, com mangueira e bulbo. O tanque deverá ser produzido de preferência em plástico resistente.</p> <p>28.2 01 Jogo de ferramentas.</p> <p>28.3 01 Cabo de partida de emergência.</p> <p>28.4 02 Hélices sobressalentes.</p> <p>28.5 02 Velas de partida sobressalente.</p> <p>29. O fornecedor deverá assegurar garantia de 12 (doze) meses.</p>	U	MERCURY	3	R\$7.600,00	R\$22.800,00
---	--	---	---------	---	-------------	--------------

5	<p>Motor de popa 25 HP. - 1. Altura máxima da Rabeta: (mn/pol) S: 423/16,7.</p> <p>2. Peso: 52(kg).</p> <p>3. Número de cilindros: 2 cilindros.</p> <p>4. Capacidade volumétrica: 496.</p> <p>5. Potência Mínima: 25 (kw/hp).</p> <p>6. Regime de operação máxima: entre 4500/5500 RPM.</p> <p>7. Taxa de compressão: 6,8.</p> <p>8. Sistema de alimentação : 01 (um) carburador.</p> <p>9. Sistema de ignição: CDI.</p> <p>10. Sistema de operação: braço de comando.</p> <p>11. Sistema de lubrificação: Pré mistura gasolina, óleo TC-W3 ? 2T -40:1.</p> <p>12. Sistema de partida: Sistema de partida: Manual com retorno automático.</p> <p>13. Sistema de inclinação: manual.</p> <p>14. Sistema de indução de ar - ND.</p> <p>15. Sistema de exaustão: através da hélice.</p> <p>16. Sistema de arrefecimento: Refrigerado a água, com termostato.</p> <p>17. Navegação em águas pouco profundas: STD.</p> <p>18. Capacidade do alternador: mínimo (A) 6.</p> <p>19. Retificador com regulação de voltagem.</p> <p>20. Proteção de partida engatada no braço do comando.</p> <p>21. Sensor de temperatura.</p> <p>22. Proteção de rotação excessiva.</p> <p>23. Hélice da alumínio.</p> <p>24. Consumo máximo 10,7 I/h 5500rpm.</p> <p>25. Sistema de câmbio com no mínimo 03 (três) posições: avante, neutro e ré.</p> <p>26. Montagem no espelho de popa: Suporte ajustável com no mínimo de 03 (três) posições.</p> <p>27. Tipo de combustível: gasolina.</p> <p>28. ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS:</p> <p>28.1 Tanque de combustível com capacidade mínima de 24 (vinte e quatro) litros, com mangueira e bulbo. O tanque deverá ser produzido de preferência em plástico resistente.</p> <p>28.2 01 Jogo de ferramentas.</p> <p>28.3 01 Cabo de partida de emergência.</p> <p>28.4 02 Hélices sobressalentes.</p> <p>28.5 02 Velas de partida sobressalente.</p> <p>28.6 01 Lava motor (tipo orelhão).</p> <p>29. O fornecedor deverá assegurar garantia de 12 (doze) meses.</p>	U	MERCURY	2	R\$9.650,00	R\$19.300,00
6	<p>Carrinho para motor de popa - compatível com motores de 8 HP A 25 HP. - 1) Carrinho para armazenamento e transporte de motor de popa.</p> <p>2) Construído em aço inox polido.</p> <p>3) Rodas de borracha.</p> <p>4) Manoplas em borracha preta aderente.</p> <p>5) Suporte para tanque de combustível acoplado a estrutura do carrinho.</p> <p>6) Buchas em poliacetal branco.</p>	U	GR CARRINHOS	5	R\$290,00	R\$1.450,00
Total do Fornecedor:						R\$142.750,00
Total Geral dos Itens:						R\$142.750,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

Rafael Costa Belarmino da Silva EPP  
Procurador

**DECRETO 4986, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4986, de 03 de novembro de 2015.

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária n.º 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 179.612,60 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e doze reais e sessenta centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
1.063	PNAFM		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03830000	Operações Creditos Exercícios Anteriores	R\$	179.612,60
	TOTAL	R\$	179.612,60

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4987, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4987, de 04 de novembro de 2015.

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.650, de 30 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 932,90 (novecentos e trinta e dois reais e noventa centavos), por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12 da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:
----------	--

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESTADO		
2.103	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01615550	Transferência de Convênios - Estado - Assistência Social	R\$	932,90
	TOTAL	R\$	932,90

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

04 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4988, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4988, de 04 de novembro de 2015.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.651, de 30 de outubro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º-	Fica aberto o crédito suplementar por tendência de excesso de arrecadação no valor de R\$ 73.006,22 (setenta e três mil e seis reais e vinte e dois centavos), por conta do repasse do Governo do Estado, para investimento na Proteção Social Básica Estadual, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:
----------	---

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.05	BENEFÍCIOS EVENTUAIS ESTADO		
2.132	Proteção Social Básica Estadual		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01615550	Transferência de Convênios - Estado - Assistência Social	R\$	73.006,22
	TOTAL	R\$	73.006,22

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

**GABINETE DO PREFEITO.**

04 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**PORTARIA 0848/2015**

PORTARIA Nº 0848/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art..1º Exonera, o servidor CLERISTON ROBERTO PASSIG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Programador, da função comissionada de Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Interligação de Dados da Secretaria Municipal de Administração, sendo 03/11/2015 o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

**PORTARIA 0861/2015**

PORTARIA Nº. 0861/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder LICENÇA PARA CASAMENTO, de acordo com o Art. 473, Inciso II, do Decreto Legislativo nº. 5.452 de 01/05/1943 que institui a Consolidação das Leis do Trabalho, a servidora pública municipal EDINEIA ROHLING NEUMANN, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR, no período de 29/10/2015 a 03/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de novembro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Papf

**PORTARIA Nº 0847/RH**

PORTARIA Nº 0847/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Homologar o Estágio Probatório dos servidores municipais abaixo relacionados, por terem completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
ADRIANA FRANZEN	214760-3	AUX. SERV. GERAIS FEM.	10/10/2012 A 30/10/2015
ALAIDE FERNANDES	97870-3	PROFESSOR	08/10/2012 A 07/10/2015
ANA GABRIELA DE SOUZA MENDES	255440-1	ENFERMEIRA	25/09/2012 A 06/10/2015
ANGELINA DE CASTRO RODRIGUES FRANCA	173797-4	AUX. SERV. GERAIS FEM.	10/09/2012 A 04/10/2015
CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA	101818-2	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/09/2012 A 14/10/2015
GILBERTO RIBEIRO DOS SANTOS	267155-1	TEC. EM ENFERMAGEM	24/10/2012 A 26/10/2015
LIDIANE DE MENECH DA SILVA	189634-2	PROFESSOR	01/08/2012 A 31/10/2015
LUANA ALINE BARTH	253650-1	AUX. SAUDE BUCAL	03/09/2012 A 26/10/2015
MAERCIO TOMIO	254070-1	CIRURGIAO DENTISTA	10/10/2012 A 09/10/2015
PATRICIA REGINA HOEGEN	236314-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	15/10/2012 A 16/10/2015
SCHEILA BATISTA DA SILVA	224618-3	NUTRICIONISTA	10/10/2012 A 18/10/2015
VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR	195677-3	PROFESSOR	10/09/2012 A 12/10/2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

**PORTARIA Nº 0849/RH**

PORTARIA N. 0849/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor ANDRE LUIS XAVIER, matrícula n. 100480-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 156026/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Asfj

**PORTARIA Nº 0850/RH**

PORTARIA N. 0850/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor DJONATAN PARMA, matrícula n. 171581-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, no processo n. 156196/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0851/RH**

PORTARIA N. 0851/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora SCHEILA BATISTA DA SILVA, matrícula n. 224618-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Nutricionista, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Administração da Produção, no processo n. 156096/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0852/RH**

PORTARIA N. 0852/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora DEBORA PINHEIRO, matrícula n. 172120-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Graduação em Administração, no processo n. 156157/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0853/RH**

PORTARIA N. 0853/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MARIA NADIR DE MOURA, matrícula n. 221180-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Ensino Médio, no processo n. 156221/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0854/RH**

PORTARIA N. 0854/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA, matrícula n. 101818-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de graduação em Administração, no processo n. 156284/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0855/RH**

PORTARIA N. 0855/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora LEONICE WITTE, matrícula n. 77143-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Administração Pública, no processo n. 156067/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0856/RH**

PORTARIA N. 0856/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MAIRA KLAUBERG, matrícula n. 167630-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Graduação em Administração, no processo n. 155909/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0857/RH**

PORTARIA N. 0857/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor VALDENIR BORGES RIBEIRO, matrícula n. 75620-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Contabilidade e Administração Pública, no processo n. 156242/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0858/RH**

PORTARIA N. 0858/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor RONALDO DA ROCHA, matrícula n. 101800-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Direito Constitucional Aplicado com capacitação para o Ensino no Magistério Superior, no processo n. 153425/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0859/RH**

PORTARIA N. 0859/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor EDSON DE MELO, matrícula n. 76945-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Mestrado em Administração: Gestão de Organizações, no processo n. 156080/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0860/RH**

PORTARIA N. 0860/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor JOSE MARCON-SINI, matrícula n. 100749-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Logística, no processo n. 156039/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 045, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 045, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o horário de expediente dos órgãos e serviços da Prefeitura Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que a partir de 03 de novembro do corrente ano, o expediente dos Órgãos e Serviços da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, obedecerá aos seguintes horários:

- Das 13h00min às 19h00min  
Secretaria de Administração e Finanças;  
Secretaria de Indústria e Comércio;  
Secretaria da Agricultura e  
Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e os serviços públicos essenciais: saúde e coleta do lixo permanecerão em horário normal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de outubro de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 3594/2015

LEI Nº 3594, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DENOMINA JOÃO NOSSOL RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara de Vereadores do município de São Bento do Sul aprovou e eu Fernando Tureck, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominada de João Nossol rua do município, com extensão de 75 metros e largura de 12 metros, lateral de rua Mathias Nossol, bairro de Serra Alta, conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3595/2015

LEI Nº 3595, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DENOMINA ALFREDO PSCHIEDT  
RUA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de ALFREDO PSCHIEDT rua do município, com extensão de 190 metros e largura de 12 metros, lateral da rua Conrado Liebl, bairro de Serra Alta, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### LISTAGEM DE PORTARIAS Nº 11/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 10311, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2009/2012, período de 23/11/2015 a 22/12/2015. Marilene Quost. Telefonista. SECAD.

Portaria nº 10312 de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 03/11/2015 a 02/12/2015. Marlene Vaz Luft. Professor Anos Iniciais. SECAD.

Portaria nº 10313, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2008/2011, período de 26/10/2015 a 24/11/2015. Maria Gilciane Figueiredo Colin. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 10314, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 19/11/2015 a 18/12/2015. Josiane Bachel. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 10315, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 04/11/2015 a 03/12/2015.

José Sidnei do Prado. Motorista II. SEMUS.

Portaria nº 10316, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 03/11/2015 a 02/12/2015. Andreia Knopik. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 10317, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2012/2015, período de 03/11/2015 a 02/12/2015. Alisson Manoel Candido. Operador de Máquina I. SEMOB.

Portaria nº 10318, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 16/11/2015 a 15/12/2015. Fabio Marcelo Schloegel. Técnico Desenhista. SEPLU.

Portaria nº 10319, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 20/11/2015 a 19/12/2015. Patricia Bett Fortuna Oliveira. Enfermeiro. SEMUS.

Portaria nº 10320, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, período de 20/11/2015 a 19/12/2015. Leonir Dias Ribeiro. Pedreiro. EMHAB.

Portaria nº 10321, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio, triênio 2010/2013, período de 19/11/2015 a 18/12/2015. Daniela da Silva. Técnica em Enfermagem. SEMUS.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 10322/2015

PORTARIA Nº 10322, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015  
Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 04 de janeiro de 2014, Abono de Permanência à servidora GIOVANA FERNANDES AUGUSTIM, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no Processo nº 5963, de 10 de setembro de 2015.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10323/2015**

PORTARIA Nº 10323, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 19 de abril de 2015, Abono de Permanência à servidora CLAUDIA DE FÁTIMA KOLENEZ, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no Processo nº 5884, de 08 de setembro de 2015.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 10324/2015**

PORTARIA Nº 10324, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora REGINA MARIA DE SENA SANTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, prorrogação de licença de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 20 de outubro de 2015, consoante Processo Administrativo nº 6752/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**LEI Nº 3598/2015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 3598/2015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu Edimar Geraldo Salomon, promulgo a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 1. Ficam estabelecidas, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativo ao exercício financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que trata este capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, em consonância com o Plano Plurianual de 2014/2017;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas respectivas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida e ao endividamento público municipal;

V- as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

VII – as disposições sobre política tarifária; e

VIII – as disposições finais;

Art. 2. A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, e compreenderá:

I – a estimativa da receita será a preços de junho de 2015 e serão consideradas as tendências de arrecadação e os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objeto de Projeto de Lei específico, a ser encaminhado à apreciação e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, até 60 (sessenta) dias do encaminhamento do exercício legislativo;

II – as unidades orçamentárias projetarão suas despesas a preços de junho de 2015, considerando as competências estabelecidas em Lei;

III – o pagamento do serviço da dívida, de pessoal e de encargos, incluídas as contribuições ao IPRESBS – Instituto de Previdência do Município de São Bento do Sul, terão prioridade sobre as demais despesas;

IV – os projetos em execução não poderão ser paralisados e terão prioridade sobre os novos projetos.

Art. 3. O Poder Executivo, no exercício de 2016, poderá realizar:

I – operações de crédito em longo prazo, com destinação específica e vinculada;

II – operações de crédito por antecipação da receita, nos limites e parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente;

Parágrafo Único: A Lei Orçamentária poderá conter dispositivos orientando a contratação de operações de crédito por antecipação da receita;

Art. 4. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2016 são as estabelecidas no Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017, devendo observar os eixos e objetivos estratégicos estabelecidos pela Administração Municipal, além das diretrizes e prioridades contidas no Plano Diretor do Município, instituído pela Lei nº 1675 de 11 de agosto de 2006, os quais terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2016 não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

§1º. Os eixos estratégicos que nortearão a formulação de programas são os seguintes:

I – desenvolvimento sustentável, com inclusão social;

II – democratização da gestão pública; e

III – defesa da vida e respeito aos direitos humanos.

§ 2º. Os objetivos estratégicos que orientarão a definição de prioridades e metas são os seguintes:

I – contribuir para a formação de uma cultura de cidadania e valorização dos direitos humanos no Município, bem como promover a igualdade racial e de gênero, mantendo e procurando ampliar o apoio às ações que visem preservar as tradições, em todas as suas formas de manifestação;

II – promover a universalização do acesso à educação infantil e ao ensino fundamental com qualidade;

III – ampliar o acesso da população aos serviços de saúde de forma equânime, resolutiva e humanizada;

IV – promover ações preventivas de segurança e de incentivo à cultura da paz, integrando-se às demais esferas de governo nas ações de segurança pública;

V – estimular o desenvolvimento cultural e o acesso da população aos produtos e equipamentos culturais do Município;

VI – estimular a prática esportiva pela população e a formação e desenvolvimento de atletas;

VII – viabilizar, no que for possível, o acesso da população aos benefícios da tecnologia da informação e ao mundo digital;

VIII – promover o desenvolvimento do potencial econômico do Município de São Bento do Sul, a partir da identificação de atos e ações que visem à melhoria de suas potencialidades, para o desenvolvimento da sua vocação econômica e do fomento ao turismo;

IX – promover a articulação e estimular a integridade de políticas públicas municipais no âmbito das macro regiões estaduais, bem como em associações municipais;

X – promover a educação e a responsabilidade ambiental, visando à formação de uma cultura para o desenvolvimento sustentável no Município;

XI – fomentar o desenvolvimento econômico e cultural e a preservação das tradições e ao patrimônio histórico do Município;

XII – estimular as empresas, em especial as micro e pequenas empresas, o empreendedorismo, a formação e desenvolvimento profissional, a economia solidária e o associativismo como formas de geração de trabalho e renda no Município;

XIII – promover a qualidade ambiental e urbanística do Município, a partir de ações de saneamento, gestão e controle do espaço urbano;

XIV – promover a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida da população moradora das áreas de ocupação espontânea;

XV – promover ações de manutenção urbana que garantam a limpeza e a conservação das vias e equipamentos públicos;

XVI – propiciar condições favoráveis à circulação e deslocamento de pessoas, priorizando o pedestre, o ciclista e o usuário de transporte coletivo;

XVII – promover a valorização dos servidores municipais oportunizando a estes melhores condições de vida e de trabalho;

XIX – garantir a melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados à população; e

XX – fortalecer as finanças públicas municipais e expandir a capacidade de financiamento e investimento público.

§ 3º. Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

## CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5. Os orçamentos discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional e a programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§ 1º. A classificação funcional – programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, do Ministério de Orçamento e Gestão e suas alterações.

§ 2º. Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes da Lei do Plano Plurianual 2014-2017;

§ 3º. Na indicação do grupo da natureza de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01 e alterações e Portaria Conjunta nº 02/2012, da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras; e

VI – amortização da dívida.

§ 4º. A Reserva de Contingência, prevista no art. 26 desta Lei, será identificada pelo código 9.9.99.99.99, no que se refere à natureza da despesa.

Art. 6. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operadores, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

V – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, aos quais se vinculam.

Art. 9. As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programa, atividade, projeto ou operações especiais.

Art. 10. As metas físicas serão indicadas em nível de projetos e atividades.

Art. 11. Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreendem a programação dos Poderes do município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como da empresa pública que recebam recursos do Tesouro Municipal.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12. O Orçamento do Município para o exercício de 2016 será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimento.

§ 1º. Os processos de elaboração e definição do Projeto de Lei Orçamentária para 2016 e sua respectiva execução, deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, inclusive por meio eletrônico, observando-se o princípio da publicidade, permitindo-se dessa forma, o acesso da sociedade às informações relativas a essas etapas.

§ 2º. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício;

§ 3º. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses,

a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal, na conformidade dos Anexos que dispõem sobre as Metas Fiscais.

§ 4º. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

I – a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – a adição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre alíquotas nominais e as efetivas;

III – a expansão do número de contribuintes;

IV – a atualização do cadastro imobiliário fiscal; e

V – a atualização do cadastro mobiliário fiscal.

§ 5º. As taxas administrativas, do poder de polícia e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 6º. O tributo, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, será corrigido monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal municipal, sendo a mesma indexada pelo IGP-M, Índice Geral de Preços- Mercado da Fundação Getúlio Vargas.

§ 7º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação do desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

§ 8º. A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria Municipal de finanças, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

§ 9º A receita poderá ser acrescida mediante atualização da base de cálculo e revisão das alíquotas dos tributos municipais.

§ 10º No caso de ocorrer queda ou insuficiência na arrecadação, em relação à orçada, a Secretaria Municipal de Finanças informará as unidades orçamentárias, compreendendo o Poder Executivo e Legislativo, às entidades da administração Direta, Indireta, fundacional e os fundos instituídos pelo Município, para que promovam a adequação em seus orçamentos, visando manter o princípio do equilíbrio financeiro.

Art. 13. No projeto de lei orçamentário anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2016.

Art. 14. Na programação de despesa, serão observadas as seguintes restrições:

I- nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II- não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidor da administração municipal direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos de correntes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15. A Lei Orçamentária não destinará recursos para custeio de despesas de competência de outros entes da Federação.

§ 1º. A vedação disposta no caput deste artigo não se aplica às ações decorrentes dos processos de municipalização, desde que observados os critérios legais.

§2º. Igualmente não se inclui nessa vedação a cessão para outros entes federados, mediante convênio, de servidores do quadro efetivo do Município.

Art. 16. A transparência de recursos a qualquer título por parte do tesouro Municipal, quando destinadas a entidades públicas ou

privadas obedecerá ao seguinte:

I- quando públicas, dependerá de convênio autorizado por Lei específica;

II- quando associativas, federativas, confederativas, ou congêneres, somente após a propositura e aprovação de Lei específica; e

III- quando entidade privada somente será possível quando estas sejam de caráter educativo, assistencial, cultural, desportiva ou de cooperação técnica e que sejam obrigatoriamente sem fins lucrativos, declaradas por Lei de utilidade pública e que comprovadamente existam, tenham sede, administração e atividade regular.

Parágrafo Único: São Executadas do disposto no presente artigo, as transferências financeiras realizadas à administração do Poder Legislativo e ao IPRESBS – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, já reguladas por legislação específica.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por ato próprio e específico as suplementações orçamentárias, quando houver:

I- o insuficiências nas dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) Da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por Lei orçamentária, desde que limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) Do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

c) Da reserva de contingência, até o limite de 50% (cinquenta por cento), do seu valor fixado, e o seu saldo ficando reservado para contingenciamentos derivados de situações configuradas como risco fiscal, de emergência ou calamidade pública.

II- insuficiência de recursos relativos aos grupos de natureza de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", objetos da suplementação, desde que os recursos para esse fim sejam oriundos de anulação de dotações dos mencionados grupos de natureza de despesa;

III- do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, I, da Lei Nº4.320, de 17 de março de 1964 desde que limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor de cada projeto ou atividade; e

IV- para incorporar aos orçamentos do Município os créditos suplementares e as transferências concedidas pela União ou pelo Estado, bem como os recursos oriundos de convênios e operações de crédito, durante o exercício financeiro, respeitado os valores e a destinação programática.

Art. 18. Durante a execução orçamentaria do exercício de 2016, o Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 19. Somente serão incluídas, na Lei Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas por Lei específica.

Art. 20. Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

I- novos projetos somente serão incluídos na Lei orçamentaria depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;

II- somente serão incluídos, na Lei Orçamentaria, os investimentos para os quais tenham sido previstas, na Lei do Plano Plurianual de 2014-2017, ações que assegurem sua manutenção; e

III- os investimentos deverão, quando for o caso, apresentar sucessivamente, meios, formas ou métodos que comprovem sua viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 21. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual de 2014-2017, que tenham sido objeto de Projetos de Lei.

Art. 22. A estimativa de receita de operações de crédito, para o

exercício de 2016, terá como limite máximo, a folga resultante da combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal e, ainda, da Medida Provisória nº 2.185-35/01.

Art. 23. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 24. A Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a até 5% (cinco por cento), da receita corrente líquida estimada.

Art. 25. As alterações do Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, em nível de elemento de despesa, observados os mesmos grupos de natureza de despesa, categoria econômica, modalidade de aplicação, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentaria, poderão ser realizadas para atender às necessidades de execução, mediante publicação de Portaria pelo Secretário Municipal de Finanças.

Parágrafo Único: as alterações, para os efeitos do caput deste artigo, compreendem exclusivamente, a transferência de saldos orçamentários.

Art. 26. AS alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação.

Parágrafo Único: As dotações insuficientemente dotadas, ou as com excesso de previsão somente poderão ser alteradas ou transferidas de uma unidade orçamentária para outra, por ato específico e exclusivo do Chefe do Poder Público Executivo, cuja publicação na imprensa oficial é obrigatória.

Art. 27. A destinação de recursos do Município a qualquer título, para atender necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas, observará o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/00.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 28. No caso de necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, a ser efetivado nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II, §1º do art. 31, da Lei Complementar nº 202 de 04/05/2000, essa limitação será aplicada ao Poder Executivo e Legislativo de forma proporcional à participação de seus orçamentos, excluídas as duplicidades, na Lei Orçamentária anual, no conjunto de "outras despesas correntes", de "investimentos e de inversões financeiras".

Parágrafo Único: O repasse financeiro a que se refere o art. 168, da Constituição Federal/88 fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.

Art. 29. Fica excluído da proibição prevista no inciso V, parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar 101/00, a contratação de hora-extra para pessoal, quando se tratar de relevante interesse público.

Art. 30. A execução orçamentária, direcionada para a efetivação de metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19, 20 e 71, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 32. Se a despesa total com pessoas ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/00, aplicar-se-á a adoção das medidas de que tratam os §§3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 33. Se a despesa com pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/00, a contratação

de hora-extra fica restrita às necessidades emergenciais das área de educação, saúde, assistência social e de saneamento.

Art. 34. No exercício de 2016, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no art. 33, desta Lei, somente poderão ser nomeados servidores se houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, §1º, inciso II, da Constituição Federal atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem, como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos arts. 15, 16, 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 36. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2015, acrescida de até 10% (dez pontos percentuais), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos de pontos percentuais) para o Poder Legislativo, da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária de excepcionais interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento), do limite estabelecido no art. 20, III da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsão do art. 22, § único, inciso V, do mesmo diploma legal.

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal:

I- Dispensa de funcionárias de outras pessoas de direito público cedidos com ônus para o Município;

II- Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III- Eliminação das despesas com horas-extras;

IV- Exoneração de servidores ocupantes de cargos de comissão;

V- Demissão de servidores admitidos em caráter temporário; e

VI- Rescisão dos contratos de terceirização de mão-de-obra de que trata o art. 42.

Art. 39. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Pessoal e Encargos Sociais", elemento do elemento de despesas – Outras Despesas de Pessoas Decorrentes de Contratos de Terceirização, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único: Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda atividades próprias da Administração Pública deduzida os valores inerentes a utilização de materiais e equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, desde que especificados em contrato.

Art. 40. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecidas na Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41. O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício fiscal contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 42. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I- Atualização da planta genérica de valores do Município.

II- Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos, isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto.

III- Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da Zona Urbana Municipal.

IV- Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

V- Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre a Transmissão Interativos e de Bens Móveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI- Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII- Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII- Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 43. O Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só terá aprovado ou editado se atendidas às exigências ao art. 14 da Lei Complementar 101/00.

Parágrafo Único: Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput.

Era. 44. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 45. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança, sejam muitos próximos ou superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, a qualquer título, somente entrará em vigor após a adoção de medidas de compensação, se for o caso, e inclusive:

I- Indiquem a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas;

II- Definam os limites de prazo e valor; e

III- Tenham período de vigência igual ao da Lei que aprovar o Plano Plurianual.

Art. 47. A política tarifária dos serviços públicos, de responsabilidade exclusiva do Município, compatibilizará os princípios de:

I- cobertura dos custos de operação e manutenção, com justa remuneração do capital investido;

II- capacidade de pagamento em relação a cada segmento socioeconômico de usuários; e

III- concentração de esforços no aumento da eficiência com redução de custos.

Parágrafo Único: Quaisquer subsídios tarifários incluídos no orçamento ficarão expressamente vinculados às categorias específicas de usuários de baixa renda, ressalvados os casos previstos em Lei Específica.

#### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 49. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação com as cotas financeiras de desembolso.

Parágrafo Único: A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput desde artigo.

Art. 50. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2016 não seja

sancionado até 31 de dezembro de 2015, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 ( um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva Lei não for sancionada.

§1º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentaria a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§2º. Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

§3º. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I- pessoal e encargos sociais;

II- benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência do Município;

III- serviço da dívida;

IV- pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação, assistência social e prestação de serviços essenciais;

V- categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências da união e do Estado;

VI- categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;

VII- conclusão de obras iniciadas em exercícios anteriores a 2016 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se entenda além do 1º semestre de 2016; e

VIII- pagamento de contratos que versem sobre serviços de natureza continuada.

Art. 51. O poder Executivo disponibilizará no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br), no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da Despesa – QDD, discriminando a despesa por elemento, conforme a unidade orçamentária e respectivas categorias de programação.

Art. 52. Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2015 poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2016 conforme o disposto no §2º, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 53. O Poder Executivo promoverá o desenvolvimento de estudos visando à definição e implantação de sistemas de custos e avaliação de resultados de ações de governo.

Art. 54. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/00, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do §3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 55. Cabe à Secretaria Municipal de Finanças a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração dos orçamentos municipais.

Art. 56 O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/00, por grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 57. O Executivo Municipal enviará no prazo definido pela Lei Orgânica do Município, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 02 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único: A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

Art. 58. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com os Governos Federal, Estadual, e ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de sua competência transferida.

Art. 59. O poder Executivo no exercício de 2016 poderá realizar:

I- Operações de Crédito de longo prazo com destinação específica e vinculação ao projeto.

II- Operações de Crédito por antecipação de receita, respeitada a legislação específica;

III- Celebrar convênios, ajustes ou contratos, com outras pessoas de direito público ou privado com o objeto de desenvolver programas prioritários, que atendam interesse da população do Município, nas áreas de ação da administração pública municipal; e

IV- Os recursos recebidos de operações de crédito de longo prazo e de convênios, contratos ou ajustes com qualquer outra esfera de governo, ou particulares, servirão de fonte de receita para a abertura de créditos adicionais, podendo sua formalização ser feita por decreto, e deverão ser integralmente aplicados no programa específico.

Art. 60. O Poder Executivo, através da administração direta e indireta, poderá conceder contribuição, subvenção, auxílio ou ajuda financeira a outras pessoas de direito público e privado, estas sem fins lucrativos e declaradas por Lei de Utilidade Pública, para a manutenção, prestação de serviços ou execução de obras com o objetivo de atender as necessidades comunitárias, de acordo com o projeto de aplicação dos recursos apresentados por cada beneficiário, que deverá obrigatoriamente participar, a suas expensas com no mínimo e 20% (vinte por cento), do valor de cada projeto específico.

Art. 61. Fica o Poder Executivo autorizado a suplementar por Decreto as dotações de pessoal civil e obrigações patronais até o limite dos reajustes concedido por Lei, utilizando-se para tanto de recursos de eventual excesso de arrecadação, do superávit financeiro do exercício anterior, ou de saldos de programas ou projetos que serão postergados ou que não tiveram mais utilização prevista.

Art. 62. Os Secretários Municipais, Gestores de Fundos Municipais, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, ficam autorizados e obrigados a ordenarem as despesas de suas unidades orçamentárias respectivas, passando a ter as prerrogativas e responsabilidade de ordenadores primários destas.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de Sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 24/2015 TP 3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL Nº 24/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: OBRA DE CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO CENTRO DE EVENTOS, TOTALIZANDO 145,81 M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PLANTAS EM ANEXO, RECURSOS SDR/ESTADO.

Vencimento: 20/11/2015 as 14:00 (quatorze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 das 13h às 19h, ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeito Municipal

### EDITAL 25/2015 TP 4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL Nº 25/2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2015

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2015, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Objeto: OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO E CERCA DE FERRO, ESCADA DA CAIXA D'AGUA CRECHE NOVA DO BAIRRO MEU POSTINHO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PLANTAS EM ANEXO.

Vencimento: 20/11/2015 as 16:00 (dezesseis horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 das 13h às 19h, ou pelo e-mail: toniel@saocristovao.sc.gov.br ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeito Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 090 - NOMEIA CONSELHO ESCOLAR DO CESJO

DECRETO Nº 090/15, DE 29/10/2015.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, em conformidade com o Artigo 4º da Lei nº 1.653/15,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto, nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Escolar da escola Centro Educacional São João do Oeste, com as seguintes representações:

#### DIRETOR DA ESCOLA:

· Aline Werle Rambo

#### REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DOCENTES:

· TITULAR: Claunei Paulo Weber  
· SUPLENTE: Roseli Pilz Friedrich

#### REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NÃO DOCENTES:

· TITULAR: Iraci Marasca  
· SUPLENTE: Fernanda Sehn

#### REPRESENTANTES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS:

· TITULAR: Marlise Schuck Klunk  
· TITULAR: Roberto Paulo Rambo  
· SUPLENTE: Rosilene Gabriel Schneider  
· SUPLENTE: Roberto Nicolau Grützmann

Art. 2º - Esta nomeação não acarretará ônus para os Cofres Públicos Municipais por ser considerado Serviço Público Relevante.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 29 de outubro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

### DECRETO 091 - NOMEIA CONSELHO ESCOLAR JESUS MENINO

DECRETO Nº091/15, DE 29/10/2015

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, em conformidade com o Artigo 4º da Lei nº 1.653/15,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam através do presente Decreto, nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Escolar da escola Centro de Educação Infantil Jesus Menino, com as seguintes representações:

#### DIRETOR DA ESCOLA:

· Elise Körbes

#### REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DOCENTES:

· TITULAR: Vanusa Lora  
· SUPLENTE: Fernando Grasel

#### REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NÃO DOCENTES:

· TITULAR: Luciane Hickmann Seitenfus  
· SUPLENTE: Bernadete Follmann

#### REPRESENTANTES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS LEGAIS:

· TITULAR: Janice Meier  
· TITULAR: Jonathan Grasel  
· SUPLENTE: Jair Rodrigues da Silva  
· SUPLENTE: Marcelini Brixner Kessler

Art. 2º - Esta nomeação não acarretará ônus para os Cofres Públicos Municipais por ser considerado Serviço Público Relevante.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 29 de outubro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

### LEI 1655 - DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO ÁREA LINHA JABOTICABA

LEI Nº 1.655/15, DE 29/10/2015.

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO E DOAÇÃO COM ENCARGOS DE IMÓVEL PÚBLICO, COMPREENDENDO TERRENO E EDIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal votou e que ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar do uso comum do povo o imóvel público, compreendendo terrenocom área de 6.100,00 m² (seis mil e cem metros quadrados), destacado do lote rural nº 23, matrícula nº 1.034 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga, uma edificação em alvenaria medindo 100m², uma edificação escolar desativada da rede de ensino do Município de São João do Oeste, medindo 72,59 m², e um campo de futebol sete (society) com gramado natural, infraestrutura de alambrado e sistema de iluminação, avaliado pela comissão designada pelo Decreto 082/2015 em R\$ 144.590,00 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa reais).

Art. 2º Fica igualmente o Poder Executivo autorizado, nos termos da parte final do § 4º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, a efetuar a doação com encargos do imóvel público descrito no artigo 1º da presente Lei, compreendendo terreno, edificações e campo de futebol, com toda infraestrutura, para o Instituto Esportivo, Recreativo, Cultural, Assistencial e Beneficente Colonial da Linha Jaboticaba, inscrito no CNPJ nº 83.517.730/0001-91, entidade legalmente constituída na comunidade, as quais deverão ser utilizadas essencialmente para atividades de interesse comunitário.

Art. 3º Os encargos previstos no artigo 2º da presente Lei correspondem à cedência gratuita do espaço físico da sede da entidade ao Poder Público Municipal, órgãos e entidades correlatas a ele, para realização de eventos e promoções, pelo período de 10 (dez) anos.

§ 1º A entidade beneficiaria poderá permutar, no todo ou em parte, o imóvel objeto da presente doação com o imóvel da Mitra Diocesana de Chapecó sobre o qual encontra-se instalada a sede do

Instituto Esportivo, Recreativo, Cultural, Assistencial e Beneficente Colonial da Linha Jaboticaba.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no caput do presente artigo, a entidade beneficiária ficará isenta dos encargos, mantendo obrigatoriamente a finalidade estabelecida no artigo 2º, sob pena de reversão do imóvel ao Município.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do patrimônio público dos bens imóveis objeto da presente Lei, após a formalização legal do disposto na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 29 de outubro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

## LEI 1656 - SUPLEMENTA OUTUBRO 2015

LEI Nº 1.656/15, DE 29/10/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a abrir Crédito Suplementar no orçamento vigente, até o valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unid. Orçam.: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Proj./Ativ.: 2.002 – Manutenção Atividades do Gabinete Prefeito

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (01) R\$ 10.000,00

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unid. Orçam.: 05.01 – Departamento de Administração, Finanças e Planejamento

Proj./Ativ.: 2.007 – Gerência de Administração Geral

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (21) R\$ 6.400,00

Proj./Ativ.: 2.008 – Gerência de Administração Financeira

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (23) R\$ 20.000,00

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unid. Orçam.: 05.01 – Setor do Ensino Fundamental

Proj./Ativ.: 2.016 – Magistério do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
..... (46) R\$ 60.000,00

Proj./Ativ.: 2.017 – Manutenção Atividades do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
..... (52) R\$ 72.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
..... (53) R\$ 13.000,00

Proj./Ativ.: 2.018 – Transporte Escolar do Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
..... (58) R\$ 45.000,00

Unid. Orçam.: 05.02 – Setor do Ensino Infantil

Proj./Ativ.: 2.019 – Magistério do Ensino Infantil – Pré-Escolar

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
..... (64) R\$ 18.000,00

Proj./Ativ.: 2.021 – Transporte Escolar do Ensino Infantil

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
..... (73) R\$ 30.000,00

Proj./Ativ.: 2.022 – Magistério do Ensino Infantil - Creche

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
..... (76) R\$ 27.000,00

Unid. Orçam.: 05.03 – Setor de Merenda Escolar

Proj./Ativ.: 2.024 – Alimentação Escolar para o Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (85) R\$ 10.000,00

Unid. Orçam.: 05.04 – Setor de Ensino Médio e Superior

Proj./Ativ.: 2.027 – Transporte Escolar do Ensino Médio

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (92) R\$ 1.000,00

Unid. Orçam.: 05.06 – Setor de Esportes

Proj./Ativ.: 2.032 – Manutenção Atividades Esportivas

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (111) R\$ 2.100,00

Órgão: 07.00 – SEC. TRANSPORTES E OBRAS, URB/HAB E SANEAMENTO

Unidade Orçamentária: 07.01 – Setor de Transportes

Proj./Ativ.: 2.034 – Abertura e Conservação de Estradas Vicinais

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (120) R\$ 30.000,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – Setor de Obras, Urbanismo e Saneamento

Proj./Ativ.: 2.035 – Manutenção Setor dos Serviços Urbanos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (133) R\$ 7.000,00

Unid. Orçam.: 07.04 – Setor de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 2.039 – Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (151) R\$ 45.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (152) R\$ 40.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas  
..... (xxx) R\$ 30.100,00

Unid. Orçam.: 07.05 – Fundo Municipal de Habitação

Proj./Ativ.: 2.040 – Promoção da Política Habitacional Urbana

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (154) R\$ 2.500,00

Proj./Ativ.: 2.041 – Promoção da Política Habitacional Rural

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (156) R\$ 7.500,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade Orçamentária: 08.01 – Setor de Indústria e Comércio

Proj./Ativ.: 2.043 – Promoção da Política de Incentivos a Indústria e Comércio

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (162) R\$ 8.000,00

Proj./Ativ.: 2.044 – Promoção da Política de Incentivo ao Turismo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (163) R\$ 7.000,00

Órgão: 09.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Unidade Orçamentária: 09.01 – Encargos Gerais do Município  
 Proj./Ativ.: 0.002 – Contribuições ao PASEP  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (166) R\$ 2.900,00

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unid. Orçam.: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 Proj./Ativ.: 2.055 – Proteção Social Básica a Criança  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (09) R\$ 3.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
 Unid. Orçam.: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde  
 Proj./Ativ.: 2.049 – Serviços de Atenção Básica em Saúde  
 Elemento: 3.3.93.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
 ..... (29) R\$ 7.000,00

Proj./Ativ.: 2.046 – Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
 ..... (09) R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 2.052 – Atividades de Vigilância Epidemiológica  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas  
 ..... (58) R\$ 500,00

Art. 2º. Os recursos para atender os Créditos Suplementares acima especificados, decorrerão da redução, segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO  
 Unid. Orçam.: 02.01 – Gabinete do Prefeito  
 Proj./Ativ.: 2.003 – Coordenação do Sistema de Controle Interno  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (04) R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 2.004 – Procuradoria Geral do Município  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (08) R\$ 3.000,00

Proj./Ativ.: 2.006 – Assessoria de Imprensa e Comunicação Oficial  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (13) R\$ 14.000,00

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
 Unid. Orçam.: 05.01 – Departamento de Administração, Finanças e Planejamento  
 Proj./Ativ.: 2.009 – Contribuições a Entidades Municipalistas  
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (26) R\$ 1.400,00

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA  
 Unid. Orçam.: 04.01 – Departamento da Agricultura  
 Proj./Ativ.: 1.004 – Implantação de Patrulha Mecanizada  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (28) R\$ 10.000,00  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas  
 ..... (170) R\$ 30.100,00

Proj./Ativ.: 1.005 – Construção de Pavilhão para o Viveiro Municipal  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (29) R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 1.006 – Obras de Ampliação/Adaptação de Feiras Permanentes  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (30) R\$ 12.000,00

Proj./Ativ.: 2.011 – Manutenção de Feiras e Exposições  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (31) R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 2.013 – Manutenção Sistema de Inspeção Sanitária  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (37) R\$ 12.000,00

Proj./Ativ.: 2.014 – Manutenção Atividades de Promoção Rural  
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (40) R\$ 5.000,00  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (41) R\$ 11.000,00

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
 Unid. Orçam.: 05.01 – Setor do Ensino Fundamental  
 Proj./Ativ.: 1.007 – Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
 ..... (44) R\$ 90.000,00  
 Elemento: 4.5.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
 ..... (45) R\$ 10.000,00

Unid. Orçam.: 05.02 – Setor do Ensino Infantil  
 Proj./Ativ.: 1.007 – Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Infantil  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
 ..... (62) R\$ 90.000,00  
 Elemento: 4.5.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
 ..... (63) R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 2.020 – Manutenção Atividades da Educação Infantil  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas  
 ..... (71) R\$ 5.000,00

Unid. Orçam.: 05.03 – Setor de Merenda Escolar  
 Proj./Ativ.: 2.025 – Alimentação Escolar para o Ensino Pré-Escolar  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (88) R\$ 2.000,00

Proj./Ativ.: 2.026 – Alimentação Escolar para Creche  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (90) R\$ 8.000,00

Unid. Orçam.: 05.05 – Setor de Cultura  
 Proj./Ativ.: 2.030 – Manutenção Atividades Culturais  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (100) R\$ 18.000,00  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (103) R\$ 4.000,00

Proj./Ativ.: 2.031 – Biblioteca Pública Municipal  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (106) R\$ 6.000,00  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (107) R\$ 11.000,00

Unid. Orçam.: 05.06 – Setor de Esportes  
 Proj./Ativ.: 1.024 – Aquisição de Equipamentos para o Setor de Esportes  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (176) R\$ 2.100,00

Órgão: 07.00 – SEC. TRANSPORTES E OBRAS, URB/HAB E SANEAMENTO  
 Unidade Orçamentária: 07.02 – Setor de Obras, Urbanismo e Saneamento  
 Proj./Ativ.: 1.016 – Obras de Infra estrutura Urbana  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
 ..... (128) R\$ 2.000,00

Elemento: 4.5.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (129) R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 2.036 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (137) R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 2.038 – Manutenção Atividades de Trânsito Seguro  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (140) R\$ 4.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (144) R\$ 1.000,00

Unidade Orçamentária: 07.06 – Fundo Municipal para Defesa Civil  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (158) R\$ 30.000,00

Órgão: 09.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Unidade Orçamentária: 09.01 – Encargos Gerais do Município  
Proj./Ativ.: 0.001 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (164) R\$ 1.000,00

Proj./Ativ.: 0.003 – Pagamento de Pensionistas  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (167) R\$ 1.900,00

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unid. Orçam.: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Proj./Ativ.: 2.053 – Proteção Social Básica ao Idoso  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (03) R\$ 10.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (04) R\$ 1.600,00

Proj./Ativ.: 2.054 – Proteção Social Especial - Ação Continuada DEF  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (06) R\$ 700,00

Proj./Ativ.: 2.056 – Atividades do Programa de Gestão do Bolsa Família  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (11) R\$ 700,00

Proj./Ativ.: 2.057 – Atenção Integral a Família - PAIF - CRAS  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (15) R\$ 5.000,00  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (18) R\$ 23.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (22) R\$ 2.000,00

Proj./Ativ.: 2.058 – Proteção Social a Criança e Adolescente – CT  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (25) R\$ 1.000,00

Proj./Ativ.: 2.061 – Política de Concessão de Benefícios Eventuais  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (29) R\$ 4.000,00

Proj./Ativ.: 2.062 – Promoção dos Programas Frentes de Trabalho e Oportunidade  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (30) R\$ 2.000,00

Proj./Ativ.: 2.063 – Assistência Social Geral  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (34) R\$ 5.000,00

Unid. Orçam.: 10.02 – Fundo Municipal para Infância e Adolescência  
Proj./Ativ.: 2.064 – Proteção a Criança em Situação de Risco  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas  
..... (35) R\$ 8.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Unid. Orçam.: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde  
Proj./Ativ.: 2.048 – Atividades Núcleo de Atenção à Saúde da Família  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
..... (17) R\$ 2.500,00

Proj./Ativ.: 2.051 – Atividades de Vigilância Sanitária  
Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
..... (35) R\$ 2.500,00  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
..... (37) R\$ 3.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
..... (39) R\$ 1.000,00

Proj./Ativ.: 1.026 – Aquisição de Veículo para Vigilância em Saúde – Epidemiológica  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas  
..... (56) R\$ 500,00

Proj./Ativ.: 2.052 – Atividades de Vigilância Epidemiológica  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
..... (42) R\$ 2.000,00  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas  
..... (44) R\$ 1.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São João do Oeste, 19 de outubro de 2015.  
SÉRGIO LUÍS THEISEN  
Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### ERRATA DO PROCESSO 118/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ERRATA

PROCESSO Nº 118/2015 (Publicado no DOM Edição nº 1854 pág. 430 do dia 23/10/2015)

OBJETO: OBJETO: VEÍCULO CAMINHÃO, ZERO KM, PARA POSTERIOR TRANSFORMAÇÃO EM AUTO TANQUE - AT, PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOAQUIM

Onde se lê : - Motor a diesel de 6 cilindros com potência mínima de 280 cv.

Leia-se : - Motor a diesel de 6 cilindros com potência mínima de 270 cv.

Onde se lê

Veículo tipo caminhão, zero km, com ano de fabricação da data de entrega, podendo ser modelo do ano seguinte, chassi com cabina sem carroceria.

Leia-se :

Veículo tipo caminhão, zero km, com ano de fabricação da data de entrega, podendo ser modelo do ano seguinte, chassi com cabina simples.

Onde se lê

- Dimensões (mínimas):

- distância entre eixos ..... 4500 mm;

- comprimento total ..... 9500 mm;

Leia-se :

- Dimensões (mínimas):

- distância entre eixos ..... 4500 mm a 4900 mm;

- comprimento total ..... 9000 mm a 10000 mm ;

COMUNICAMOS que a NOVA DATA de Abertura da Licitação para Foi transferida para às 14:00h do dia 18/11/2015.

A Comissão

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS Nº 022/2015

#### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 367/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA execução de muro de contenção e drenagem no cei Manoel Cunha, no bairro Saraiva São José/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 4.964/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- A & F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME;
- CONSTRUTORA MASTER LTDA;
- DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

É o relatório.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- A & F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME;
- CONSTRUTORA MASTER LTDA;
- DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA ME: R\$ 58.520,96
- 2ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA: R\$ 63.791,40
- 3ª Classificada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA: R\$ 66.566,68
- 4ª Classificada: TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA: R\$ 67.101,09
- 5ª Classificada: A & F ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME: R\$ 69.949,53
- 6ª Classificada: CONSTRUTORA MASTER LTDA: R\$ 75.842,99
- 7ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 83.095,30

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 22/10/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso.

São José, 20 de outubro de 2015.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler	
Membro da CPL	Membro da CPL	
Ramon S. Campos Martins		
Membro da CPL		

**ATO JUSTIFICATIVO PARA CONCESSÃO**  
**ATO JUSTIFICATIVO PARA CONCESSÃO**

O Município de São José, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adeliana Dal Pont, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 5º da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, torna público que irá instaurar procedimento licitatório, para outorga de concessão, tendo por objeto a "CONCESSÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A LANCHONETE, LOCALIZADO NO GINÁSIO MUNICIPAL JOÃO JOSÉ MARTINS E GINÁSIO MUNICIPAL DE CAMPINAS EM SÃO JOSÉ/SC".

Para optar pelo regime de concessão, dentre outras razões, a Administração levou em consideração os seguintes aspectos:

- a) Que o Município de São José/SC, em virtude do que dispõe a Legislação Federal e Municipal, visa legalizar a exploração de seus espaços públicos, dentre eles as Lanchonetes do Ginásio Municipal João José Martins e Ginásio Municipal de Campinas;
- b) Que em sendo realizada a Concessão do espaço público, o Município terá maior fiscalização sobre os serviços a serem prestados, de forma a atender o interesse público;
- c) Que oferecerá aos cidadãos mais uma oportunidade de aquisição de alimentos e bebidas, fomentando a economia do Município;
- d) Além disso, haverá constante manutenção do espaço público, ocasionando a sua conservação;
- e) Que há recomendação da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José/SC, por meio dos Inquéritos Cíveis n.º 06.2011.00008947-1 e 06.2013.00011946-9, para que em 30 (trinta) dias o Município de São José/SC deflagre Processo Licitatório com o intuito de adequar a concessão do bem público do espaço do Ginásio João José Martins e Ginásio Municipal de Campinas;
- f) Que o Art. 175 da Constituição Federal, assim como o art. 14 da Lei 8.987/95, vedam a contratação, bem como a prorrogação de contrato de concessão, sem a realização de procedimento licitatório;

Os fundamentos legais da decisão encontram-se:

- a) No art. 175, da Constituição Federal, assim regido: "Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos";
- b) Na Lei Federal 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, mais especificamente no seu Art. 14: "Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório".
- c) Na Lei Municipal 3.644/2001 e sua alteração feita pela Lei 5.428/2014 que no seu Art. 1º determina que: "Fica o Chefe Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso de bens públicos a particulares, para uso comercial, obedecendo os princípios licitatórios e dispostos nesta Lei"
- d) Que o Art. 2º, inciso II, da Lei 3.644/2001 determina que os espaços existentes nos interiores dos Ginásios de Esportes do Município de São José/SC poderão ser concedidos a particulares para fins comerciais.

**RESOLVE**

- I - Determinar a adoção das providências necessárias a abertura do procedimento licitatório, na modalidade de Concorrência Pública, tipo maior oferta, para "CONCESSÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS A LANCHONETE, LOCALIZADO NO GINÁSIO MUNICIPAL JOÃO JOSÉ MARTINS E GINÁSIO MUNICIPAL DE CAMPINAS EM SÃO JOSÉ/SC";
- II - O prazo de concessão será de 04 (quatro) anos, prorrogável por igual período;
- III- A área de abrangência da concessão compreende o espaço existente no Ginásio João José Martins com 4,70 metros de comprimento por 6,0 metros de largura, totalizando uma área de 28,20 metros quadrados e Ginásio Municipal de Campinas, com 4,70

metros de comprimento por 6,0 metros de largura, totalizando uma área de 28,20 metros quadrados.

Publique-se o presente uma vez no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação local, para conhecimento público.

Paço Municipal em São José (SC), em 28 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5149/2015**

DECRETO Nº 5149/2015

CONSTITUI A COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ REFERENTE AOS EDITAIS Nº 003/2015/GAB E 004/2015/GAB.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 62, da Lei Orgânica do município de São José,

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituída a Comissão de Concurso Público para acompanhamento e coordenação do Concurso Público referente aos Editais nº 003/2015/GAB e 004/2015/GAB, destinado ao provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São José.

Art. 2º – A comissão será composta dos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

I – Gustavo Duarte do Valle Pereira – Controle Interno e Auditoria;  
II - Alessandra Cristina Laurindo Arruda - Secretaria de Administração;

III - Nelsi Regina Schmitt – Secretaria de Administração;

IV - Luísa Veiga de Souza - Secretaria de Administração;

V - Gilmaria Vieira Bastos – Secretaria de Saúde;

VI - Fabrícia Martins Silva - Secretaria de Saúde;

VII - Juliano Manoel Coelho - Secretaria de Saúde.

Art. 3º– Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 16 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 5151/2015**

DECRETO Nº 5151/2015

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 019/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PERMANENTE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS RECLAMAÇÕES DECORRENTES DO ATENDIMENTO E DO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto na Lei Municipal N.º 5.482/2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologada a Resolução N.º 019/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dispõe sobre a criação e nomeação da Comissão de Ética permanente responsável pela avaliação e julgamento das reclamações decorrentes do atendimento e do funcionamento dos Conselhos Tutelares de São José/SC, que segue anexa a este decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5167/2015**

DECRETO Nº 5167/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 024/2015/FUNDESJ – Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, ocupante de cargo temporário:

Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data Admissão
Silvio Luiz Indrusiak Weiss	Professor de Ensino Superior Substituto – Área: Educação – 1º colocada.	05h	20/10/2015

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5179/2015**

DECRETO Nº 5179/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora JOZE APARECIDA DE SOUZA, matrícula: 32.493-0, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5180/2015**

DECRETO Nº 5180/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor JOÃO ANÁPIO DA SILVA JUNIOR, matrícula: 39.746-6, ocupante do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 22 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5181/2015**

DECRETO Nº 5181/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora CINTIA BARTH DA COSTA, matrícula: 41.760-2, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 07 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5182/2015**

DECRETO Nº 5182/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor DEYVID DE SOUZA MEDEIROS, matrícula: 39.599-4, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5183/2015**

DECRETO Nº 5183/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, REGINA CATARINA DA SILVA, Agente de Serviços Gerais - ASG, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5184/2015**

DECRETO Nº 5184/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, IURI SUTIL SARTORI, Agente de Serviços Gerais - ASG, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5185/2015**

DECRETO Nº 5185/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT – Admissão em Caráter Temporário, ROGERIO MACHADO ROSA, Professor Visitante, matrícula: 415278, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5186/2015**

DECRETO Nº 5186/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, LUZINETE CARPIN NIEDZIELUK, Professora Visitante, matrícula: 414689, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5187/2015**

DECRETO Nº 5187/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, IZAURA DA SILVA CABRAL, Professora Visitante, matrícula: 415715, com lotação na Fundação Educacional de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5191/2015**

DECRETO Nº 5191/2015

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA FUNÇÃO DE CORREGEDOR-GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, bem como as competências dispostas na Lei Municipal N.º 5.215, de 09 de julho de 2012, e

CONSIDERANDO a ATA que aprovou a lista da Tríplice indicação para Corregedor-Geral da Guarda Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo N.º 1.348 de 27 de outubro de 2015 que Homologa Lista Tríplice para a indicação do Corregedor-Geral da Guarda Municipal de São José;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor WAGNER NIEHUES DE SOUZA, Matrícula 15.714, como CORREGEDOR-GERAL da Guarda Municipal de São José.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 5208/2015**

DECRETO Nº 5208/2015

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER INTERINAMENTE CARGO DE SECRETÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o servidor, FERNANDO ARTUR RAUPP ocupante do cargo em comissão de Procurador Geral Adjunto, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Procurador Geral do Município – SM, com lotação na Procuradoria-Geral.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 21/2015

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes, Fernando Artur Raupp, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 12/11/2015, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo nº	2.817/2007 Apensos 11. 968/2010 e 15.141/2008
Recorrente	JOSÉ CRISTÓVÃO
Procurador habilitado nos autos	CLAUDIA TAVARES ALBUQUERQUE OAB 9.822
Relator	MARIO ANTONIO VIEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos.

São José, 03 de Novembro de 2015.

Fernando Artur Raupp Presidente Suplente do CMC Decreto n.º 4344/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto n.º 4344/2015
---	---

**REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL**

PROCESSO nº \_\_\_\_\_

Interessado: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/OAB \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia \_\_\_\_\_, conforme Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:  
CPF/OAB

**RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL**

Assinatura CPF/ OAB

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 22/2015

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes, Fernando Artur Raupp, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 19/11/2015, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo nº	20.815/2014
Recorrente	GALERA ADM. DE IMÓVEIS LTDA
Procurador habilitado nos autos	CAROLINA SENA VIEIRA OAB 19.710
Relator	SERGIO MURILO DA SILVA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderá realizar sustentação oral mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com , através dos formulários anexos.

São José, 03 de Novembro de 2015.

Fernando Artur Raupp Presidente Suplente do CMC Decreto n.º 4344/2015	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto n.º 4344/2015
---	---

**REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL**

PROCESSO nº \_\_\_\_\_  
Interessado: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/OAB \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia \_\_\_\_\_, conforme Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:  
CPF/OAB

**RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL**

Assinatura CPF/ OAB

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO PARA A 2ª SESSÃO DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO JOSÉ/SC.

ADELIANA DAL PONT, Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 62 da Lei Orgânica Municipal – Lei nº 2.132/1990;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, II, combinado com o art. 40, §4º, ambos da Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, bem como o disposto na Resolução nº 25 do Conselho das Cidades;

CONVOCA toda a sociedade para participar da 2ª SESSÃO DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE SÃO JOSÉ, que será realizada na seguinte data, horário e local:

Data: 19 de novembro de 2015.

Horário: início às 19h30min.

Local: Centro de Atenção a Terceira Idade – CATI (Salão Principal), localizado na Avenida Acioni Souza Filho (Beira-Mar de São José), s/n - neste Município.

Objetivo desta Audiência Pública: apresentação e disponibilização da Versão Preliminar do Plano Diretor de São José, das regras da consulta pública e abertura do período da consulta pública.

São José, 03 de novembro de 2015.

Michel da Silva Schlemper	Adeliana Dal Pont
Secretário de Serviços Públicos	Prefeita Municipal

**IN 08/2015**

IN 08/2015	PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA – PRAD
------------	---

Define a documentação necessária para análise dos Projetos para Recuperação de Áreas Degradadas.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.048/1997 que a instituiu, com atribuições alteradas pela Lei Complementar nº 14/2004, Lei Complementar nº 32/2009 e Decreto Municipal nº 30.431/2009, bem como nos moldes do Decreto Municipal nº 6.434/1997 que aprovou o seu Regimento Interno, DELIBERA:

Artigo 1º. Para efeitos desta Instrução Normativa entende-se por:

I – Recuperação Ambiental: constitui toda e qualquer ação que vise mitigar os danos ambientais causados, que compreendam, dependendo das peculiaridades do dano e do bem atingido, as seguintes modalidades (artigo 28, inciso XLIII, da Lei estadual 14.675/2009):

- a) recomposição ambiental, recuperação in natura, ou restauração: consiste na restituição do bem lesado ao estado aproximado em que se encontrava antes de sofrer a agressão, por meio de adoção de procedimentos e técnicas de imitação da natureza;
- b) recomposição paisagística: conformação do relevo ou plantio de vegetação nativa, visando à recomposição do ambiente, especialmente com vistas à integração com a paisagem do entorno;
- c) reabilitação: intervenções realizadas que permitem o uso futuro do bem ou do recurso degradado ante a impossibilidade de sua restauração ou pelo seu alto custo ambiental; e
- d) remediação: consiste na adoção de técnica ou conjunto de técnicas e procedimentos visando à remoção ou contenção dos contaminantes presentes, de modo a assegurar uma utilização para a área, com limites aceitáveis de riscos aos bens a proteger;

II – Projeto de Recuperação de Área Degradada – conjunto de medidas que propiciarão à área degradada condições de estabelecer um novo equilíbrio dinâmico, com solo apto para uso futuro e paisagem esteticamente harmoniosa.

Artigo 2º. Para obtenção de Licença/Autorização Ambiental para Recuperação de Área Degradada a pessoa jurídica/física responsável deverá apresentar todos os documentos abaixo relacionados:

I – Requerimento padrão devidamente preenchido (ANEXO I);

II – Caso o responsável pelo processo não seja o empreendedor ou sócio, apresentar procuração específica, com firma reconhecida (ANEXO II);

III – Cópia do cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou do cadastro de Pessoa Física (CPF);

IV – Cópia dos documentos de identificação do representante legal da empresa (RG e CPF) e do comprovante de residência;

V – Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias). Quando se tratar de imóvel situado em área rural, a Averbação da Reserva Legal, de no mínimo 20% da área total da propriedade deve constar da Transcrição ou Matrícula;

VI – No caso de imóveis alugados, apresentar cópia do contrato de locação vigente;

VII – No caso de terreno de marinha apresentar cópia da inscrição de ocupação do Patrimônio da União;

VIII – No caso de posse, deverá preencher declaração (ANEXO III), com firma reconhecida e anexar documentos para sua comprovação, a citar:

- a) contas de água antigas e atuais;
- b) contas de luz antigas e atuais;
- c) contas de telefone antigas e atuais;
- d) contrato de compra e venda devidamente registrado;
- e) demais documentos.

IX – No caso de propriedade de domínio público, autorização oficial do gestor legal da propriedade envolvida no processo, acompanhada do ato constitutivo;

X – Croqui de acesso e localização da propriedade com indicação clara e precisa do imóvel objeto do processo;

XI – Projeto de recomposição topográfica e paisagística contendo:

- a) Planta planialtimétrica da área do projeto, com a hidrografia, área de preservação permanente – APP e detalhe do projeto, em UTM ou Coordenada Geográfica, informando o DATUM de origem, caso a área a ser recuperada possua acima de 700 m<sup>2</sup>;
- b) Caracterização da vegetação remanescente existente na área do projeto, caso ocorra;
- c) Descrição qualitativa e quantitativa das espécies indicadas para a recomposição da vegetação nativa local;
- d) Sistema de plantio e de condução, com as devidas recomendações dos tratos culturais e silviculturais;
- e) Cronograma de execução e de manutenção ou de monitoramento do projeto de recomposição;
- f) Plantas e volumes de corte/aterro para formação de taludes ou terraços, quando houver;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional habilitado, pela elaboração e execução do projeto.
- h) Sistema de isolamento e identificação da área.

XII – Cópia do comprovante de quitação da taxa de análise da licença/Autorização.

Artigo 3º. O pedido de Licenciamento/autorização para Recuperação de Área Degradada somente será protocolado com a entrega da documentação completa listada na presente Instrução Normativa.

Artigo 4º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Artigo 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 03 de novembro de 2015.

Moacir da Silva

Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/São José

Decreto Municipal n.o 4411/2015

## ANEXO I

REQUERIMENTO		
Identificação do Requerente		
Nome/Razão social:		
Inscrição estadual:	CNPJ/CPF nº:	
End. correspondência:	nº:	
Email:	Tel.:	
Bairro:	CEP:	Município:
Identificação do Representante		
Nome:	CPF nº:	
End. correspondência:	nº:	
Complemento:	Tel.:	
Bairro:	CEP:	Município:
Endereço da área a ser recuperada		
Endereço:	nº:	
Complemento:	Tel.:	
Bairro:	CEP:	São José
SOLICITAÇÃO		
O requerente acima qualificado (a) solicita a FMADS, análise dos documentos, projetos e Estudos Ambientais, anexos, com vistas a obtenção da Autorização Ambiental para Recuperação da Área acima.		
São José, _____ de _____ de _____		
Nome:		
Assinatura:		

## ANEXO II

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto à Fundação do Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS.

Dados do(a) Outorgante		
RAZÃO SOCIAL/NOME:		
ESTADO CIVIL:	PRO-FIS-SÃO:	CARGO:
NACIONALIDADE:	RG:	CNPJ/CPF:
Endereço do(a) Outorgante		
CEP:	LOGRADOURO:	
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	UF:	
Dados do(a) Outorgado(a)		
RAZÃO SOCIAL/NOME:		
ESTADO CIVIL:	PRO-FIS-SÃO:	CARGO:
NACIONALIDADE:	RG:	CNPJ/CPF:
Endereço do(a) Outorgado(a)		

CEP:	LOGRADOURO:		
COMPLEMENTO:	BAIRRO:		
MUNICÍPIO:	UF:		
Dados da Área a ser recuperada			
CEP:	LOGRADOURO:		
BAIRRO:	MUNICÍ- PIO:	UF:	
Assinaturas			
LOCAL E DATA	,	DE	DE
Outorgante	Outorgado(a)		

## ANEXO III

## Declaração de Posse

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) da carteira de identidade sob o nº \_\_\_\_\_ expedida pelo \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, proprietário (a) das benfeitorias necessárias e úteis, localizada no terreno situado à \_\_\_\_\_, município de São José, estado de Santa Catarina, venho declarar que exerço a posse do terreno e de sua benfeitoria desde \_\_\_\_\_, de boa fé, mansa e pacificamente e sem qualquer contestação, relação fática essa reconhecida por testemunhas idôneas, abaixo assinadas qualificadas.

Declaro que o referido imóvel tem uma área de \_\_\_\_\_, sendo certo que a posse do terreno e da benfeitoria nele edificada possui o valor econômico do mercado, valendo a presente declaração como garantia da eficácia do Direito perante terceiros, autenticidade e perpetuidade.

São José, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura

## TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_

Identidade:  
CPF:

Identidade:  
CPF:

**LEI N.º 5.511 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

CRIA O PARQUE LINEAR DO LISBOA E O DENOMINA DE "GUILHERME GRIPP FILHO".

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o "PARQUE LINEAR DO LISBOA", localizado na Avenida Lisboa, s/n, Bairro Forquilhas, neste Município.

Art. 2º - Fica denominado de "GUILHERME GRIPP FILHO" o Parque Linear do Lisboa.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.512 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

REVOGA A LEI Nº. 5.371 DE 02 DE JANEIRO DE 2014 E REPRISTINA EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL O INCISO VII DO ART. 16 E O ANEXO I, DA LEI Nº. 3.731, DE 24 DE OUTUBRO DE 2001.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica integralmente revogada a Lei nº. 5.371, de 02 de janeiro de 2014, repristinando em sua redação original o inciso VII do art. 16 e o anexo I, da Lei nº. 3.731, de 24 de outubro de 2001.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.515 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

DENOMINA DE VANDERLEI DE OLIVEIRA, VIA PÚBLICA NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL PORTAL DA COLINA, NO BAIRRO FORQUILHAS, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de VANDERLEI DE OLIVEIRA - a via pública "F" do Loteamento Portal da Colina, neste município.

Art. 2º - O Poder Executivo Providenciará a colocação de placas indicativas, bem como a devida comunicação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, - CELESC e Companhia Catarinense de águas e Saneamento - CASAN.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.516 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

DENOMINA DE RUA DOS PIRILAMPOS, VIA PÚBLICA NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL PORTAL DA COLINA, NO BAIRRO FORQUILHAS, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de DOS PIRILAMPOS – via pública "G" do Loteamento Portal da Colina, neste município.

Art. 2º O Poder Executivo Providenciará a colocação de placas indicativas, bem como a devida comunicação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, - CELESC e Companhia Catarinense de águas e Saneamento – CASAN.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.517 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

DENOMINA DE RUA LIBERATO PEREIRA A ÚLTIMA RUA À ESQUERDA DA RUA BENTO ÀGUIDO VIEIRA EM DIREÇÃO A RUA GISELA, NO BAIRRO BELA VISTA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua LIBERATO PEREIRA, a última rua à esquerda da Rua Bento Águido Vieira em direção à Rua Gisela, no bairro Bela Vista, neste município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.518 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

DENOMINA DE JOSÉ NAZARENO DE SOUZA, VIA PÚBLICA NO LOTEAMENTO RECANTO DA NATUREZA – BAIRRO FORQUILHAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de AVENIDA JOSÉ NAZARENO DE SOUZA, a Avenida principal do Loteamento Recanto da Natureza - Bairro Forquilha, neste município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.519 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A UNIÃO INDEPENDENTE DE CONSELHOS E ASSOCIAÇÕES DE SÃO JOSÉ/ÚNICA-SJ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "UNIÃO INDEPENDENTE DE CONSELHOS E ASSOCIAÇÕES DE SÃO JOSÉ/ÚNICA-SJ", com endereço na Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, 930, Sala 04, Forquilha, São José/SC – CEP 88.160-500, e inscrita no CNPJ sob o nº 14.377.238/0001-90, registrada em 20 de outubro de 2011, sob o termo nº 7218, às folhas 218, no Livro A-46, no Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas, Títulos, Documentos e outros Papéis.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de outubro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.520 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015**

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ A TRANSFERIR IMÓVEL A PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de São José autorizado a transferir, em favor do Sr. Sérgio Luiz da Luz e da Sra. Rosilene Andriani da Luz, uma área de terra de sua propriedade com área de 200,98m<sup>2</sup> (duzentos vírgula noventa e oito metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: frente com 14,70 (quatorze vírgula setenta) metros de extensão confrontando com a Avenida das Torres; fundos na mesma extensão; lateral direita com 13,90 (treze vírgula noventa) metros confrontando com terras do Município de São José; e lateral esquerda com 13,30 (treze vírgula trinta) metros de extensão confrontando com a Rua Célio Veiga.

Parágrafo único. A área de que trata o caput deste artigo será desmembrada do imóvel matriculado no registro de imóveis desta Comarca sob o n.º 49.143, no Livro 2 – JL, às fls. 163, com área de 2.309,80m<sup>2</sup> (dois mil, trezentos e nove vírgulas oitenta metros quadrados).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 03 de novembro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

- Diretora de Compras.

## RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2015 - Processo nº 318/2015. Fornecedor: RECUPERADORA E ALOGAMENTOS DE CABINES MOURA LTDA - ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA TRANSFORMAÇÃO DE CABINE SIMPLES EM CABINE DUPLA DO VEÍCULO CAMINHÃO VOLVO CM 330, 6X4R, MOTOR DIESEL EURO – 5,6 CILINDROS, COM POTÊNCIA 330CV/ DIN A 220, ANO/MODELO FABRICAÇÃO 2013/2013 E CHASSI 93KPOS1D7DE138790, PERTENCENTE AO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 43.500,00 – quarenta e três mil, quinhentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger

## TERMO ADITIVO/TA Nº 285/2013-04 – CC 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 285/2013-04 – CC 003/2013 - Processo 205/2013 – Contratado: KS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: ATENDIMENTO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, DAS RECLAMAÇÕES EMERGENCIAIS ATRAVÉS DA OUVIDORIA GERAL E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Prorrogação: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 285/2013 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia posterior ao término da vigência do Termo Aditivo nº 285/2013-02. Data da assinatura: 15 de outubro de 2015.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE REABERTURA DO CONVITE N.º 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CNPJ: 83.708.248/0001-39 Praça Arnaldo de Souza nº 38 Centro - São José/SC, CEP: 88.103-005 Fone: (48) 3029-1321	CONVITE nº 001/2015  Processo nº: 045/2015  Data: 19/10/2015
--	--

ATA DE REABERTURA DO CONVITE N.º 03/2015

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CESSÃO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL LEGISLATIVA, COM INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE USUÁRIOS, ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÕES CORRETIVAS, MIGRAÇÃO DA BASE DE DADOS E SUPORTE TÉCNICO, VISANDO A INFORMATIZAÇÃO DO APOIO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, COMPREENDENDO OS SISTEMAS DE APOIO AOS GABINETES DOS VEREADORES, ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA WEBSITE E DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DA SESSÃO PLÊNARIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO.

Aos dezenove dias mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às 14h30m, na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações e Contratos- CPL, designados pela Portaria nº 165/2015, para a reabertura da sessão pública de licitação na modalidade CONVITE nº 03/2015, Processo Administrativo nº 045/2015.

Protocolizaram as propostas e estiveram presentes no ato de abertura, os membros da CPL e os representantes das empresas que assinam abaixo:

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 00.685.840/0001-35

VH INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 00.530.341/0001-79

SEBOLD DESENVOLVIMENTO DE WEB DESIGN LTDA. CNPJ nº 10.790.810/0001-42

Parecer da Comissão:		
----------------------	--	--

A Comissão Permanente de Licitações e Contratos (CPL) deu início a sessão pública da licitação, procedendo ao credenciamento dos representantes das 03 (três) empresas licitantes. A LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 00.685.840/0001-35 no ato do credenciamento apresentou Declaração de Microempresa e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina. Ato contínuo foram abertos os envelopes nº 1 de Habilitação das 03 (três) licitantes, os representantes das empresas VH INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 00.530.341/0001-79 e LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 00.685.840/0001-35 alegaram que o atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa SEBOLD DESENVOLVIMENTO DE WEB DESIGN LTDA. CNPJ nº 10.790.810/0001-42 não atende o exigido pois não discrimina detalhadamente os serviços que foram prestados, conforme requer o item 8.4.1 do instrumento convocatório, não acompanhando do contrato, o que poderia auxiliar para sanar as dúvidas sobre quais serviços foram prestados à Câmara Municipal de Braço do Norte. Ainda o representante VH INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 00.530.341/0001-79 alegou que em verificação no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Brusque, há um único contrato disponível celebrado com a empresa LANCER, que não contempla os serviços de gestão plenária, embora conste no atestado de capacidade técnica emitido pelo órgão. Assim, solicita diligência por parte da Comissão para sanar possível informação controvertida. No mesmo sentido as empresas LANCER e SEBOLD levantaram que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa VH não atende o objeto licitado, no que se refere a ausência do sistema/módulo de atualização automática website.

Diante disso, a Comissão Permanente de Licitação e Contratos entendeu pela necessidade de suspensão do certame ainda na fase de habilitação, para diligências necessárias.

Após deliberação a Comissão publicada sua decisão no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José (DOM), data em que se iniciará o prazo para possíveis recursos.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

São José/SC, 19 de outubro de 2015.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS:**

Karen Edleia Sigounas De Lima Vieira  
Presidente

Gilmar Correa  
Membro

Denise Alexandrina de Lima  
Membro

Bruno Gabriel Machado  
Membro - Suplente

**EMPRESAS LICITANTES:**

1) LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

Márcia Massignan de Freitas – CPF 549.153.769-15

2) VH INFORMÁTICA LTDA. \_\_\_\_\_

Leonardo Heidemann Mafra – CPF 005.784.069-50

3) SEBOLD DESENVOLVIMENTO DE WEB DESIGN LTDA.

Mário Luiz dos Santos – CPF 482.781.659-04

**PORTARIA Nº 176/2015.**

PORTARIA Nº 176/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

I. – EXONERAR – O Senhor RUANITO DA SILVA, do cargo em comissão COORDENADOR PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador NERI OSVALDO DO AMARAL, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de novembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila  
Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.045/2015 - REABERTURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO

CONVITE N.º 03/2015  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 045/2015

Objeto: A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CESSÃO DE LICENÇA DE USO TEMPORÁRIA DO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL LEGISLATIVA, COM INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE USUÁRIOS, ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÕES CORRETIVAS, MIGRAÇÃO DA BASE DE DADOS E SUPORTE TÉCNICO, VISANDO A INFORMATIZAÇÃO DO APOIO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, COMPREENDENDO OS SISTEMAS DE APOIO AOS GABINETES DOS VEREADORES, ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA WEBSITE E DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DA SESSÃO PLENÁRIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO.

Procedidas as diligências, a Comissão Permente de Licitações e Contratos comunica aos interessados, em especial às empresas licitantes, a reabertura da sessão pública do Convite 003/2015, para andamento do certame, no dia 06/11/2015 às 14h:30min, oportunidade em que a comissão proferirá o resultado da Fase de Habilitação.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 04 de novembro de 2015.  
KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA  
Presidente da CPL

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2015  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 144/2015 – Pregão Presencial Nº 094/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA CONCLUIR O ANO LETIVO DE 2015, E PARA A TOTALIDADE DO ANO LETIVO DE 2016.

FORNECEDOR: BENETTI & FERRARI TRANSPORTES LTDA ME - CNPJ: 07.704.346/0001-10.

VALOR: R\$ 130.701,13 (cento e trinta mil, setecentos e um reais e treze centavos).

TOTAL: R\$ 130.701,13 (cento e trinta mil, setecentos e um reais e treze centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2015.

VIGÊNCIA: 29/10/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

FORNECEDOR: EDENILSON MULLER SAVI ME - CNPJ: 15.231.462/0001-97.

VALOR: R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 03/11/2015.

VIGÊNCIA: 03/11/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 148/2015 – Pregão Presencial Nº 097/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS, OPERACIONAIS E DE LIMPEZA PARA A 5ª EFAISLO - EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE- SC.

FORNECEDOR: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER - CNPJ: 06.066.493/0001-49.

VALOR: R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 03/11/2015.

VIGÊNCIA: 03/11/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2015  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 147/2015 – Pregão Presencial Nº 096/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGEM DURANTE A 5ª EFAISLO - EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE- SC.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 186

RESOLUÇÃO Nº 186, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.

Cria Comissão de Assuntos Relevantes para análise, acompanhamento da situação e encaminhamento de proposta referente ao Projeto de Transporte Coletivo de Passageiros em São Lourenço do Oeste - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica criada Comissão de Assuntos Relevantes com objetivo de analisar, acompanhar a situação existente, viabilizar e encaminhar proposta referente ao Projeto de Transporte Coletivo de Passageiros em São Lourenço do Oeste.

Art. 2º A Comissão de Assuntos Relevantes será composta por três (3) membros, obedecendo à proporcionalidade partidária da Câmara de Vereadores.

§ 1º O prazo de funcionamento da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a contar de sua instalação, não sendo computado o período do recesso parlamentar.

§ 2º Constituída a Comissão, desde logo, seus membros elegerão o presidente e o relator.

§ 3º A Comissão disciplinará seu funcionamento, dias e horários das reuniões, podendo solicitar assessoria técnica e jurídica para o

desempenho de suas atividades.

Art. 3º Participarão dos trabalhos desta Comissão, na qualidade de colaboradores, representantes dos seguintes segmentos envolvidos diretamente no assunto:

I - 02 (dois) representantes do sindicato da categoria trabalhista, indicados pelo Sinticom (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário);

II - 02 (dois) representantes das empresas/indústrias, indicados pela Acislo (Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste); e  
III - 02 (dois) representantes do governo municipal, indicados pelo Demutran (Departamento Municipal de Trânsito).

Art. 4º Concluído os trabalhos da Comissão, será elaborado parecer ou relatório, conforme for o caso, com trâmite na forma prevista no Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Poderá a Comissão, antes de findar seu prazo de funcionamento, solicitar prorrogação do prazo, nos termos do artigo 75, § 8º do Regimento Interno.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, 04 de novembro de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 8.447/2015- REVOGA DECRETO Nº 8.422/2015 E FICA APROVADO DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO, PARTE DO LOTE RURAL Nº 09, COM ÁREA DE 52.821,74M², DE PROPRIEDADE DE VINÍCOLA CAVALLI LTDA,**  
DECRETO Nº 8.447/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado DESMEMBRAMENTO e REMEMBRAMENTO, Parte do Lote Rural nº 09, com área de 52.821,74m² (5,28 hectares), Matrícula nº 44.116, localizado na Seção Estrada geral Veado – Antas, neste município de São Miguel do Oeste-SC, de propriedade de Alcides Scariot, e Parte dos Lotes Rurais nºs 09, 10, 37 e 38, com área total de 16.056,13m², (SENDO 1.987,05m² DE ÁREA NÃO EDIFICÁVEL), Matrícula 40.590, ambos localizados na Seção Estrada geral Veado – Antas, no município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de Vinícola Cavalli Ltda, que serão desmembrados e lembrados, passando a ter as seguintes confrontações.

### DESMEMBRAMENTO:

Parte do Lote Rural nº 09, Matrícula 44.116, com área de 6.803,80m² (SENDO A TOTALIDADE DE ÁREA EDIFICÁVEL), confrontando: AO NORDESTE: divisa seca de 61,67 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Líder Transportadora do Brasil Ltda; AO SUDESTE: divisa seca de 88,98 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Vinícola Cavalli Ltda e de Distribuidora Catarinense de Veículos - DICAVE; AO SUDOESTE: divisa seca de 101,97 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Alcides Scariot; AO NOROESTE: divisa seca de 78,72 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Mecânica Pellegrini Ltda, encerrando as confrontações desta área a ser desmembrada do imóvel.

### REMEMBRAMENTO:

Partes dos Lotes Rurais nº 09 com área de 5.081,51m², nº10 com área de 4.748,23m², nº37 com área de 2.059,26m² e nº38 com área de 4.170,13m², num total de 16.056,13m (SENDO 1.987,05m² DE ÁREA NÃO EDIFICÁVEL) e Parte do Lote Rural nº 09, com área de 6.803,80m², perfazendo um único imóvel com área de 22.859,93m², confrontando: AO NORDESTE: divisa pela eixo da Rodovia BR-282, medindo 134,38 metros, com parte dos mesmos lotes rurais nº 37 e 38, de Olivo Zappani e espólio de Luiz Zappani; AO SUDESTE: divisa seca de 162,47 metros, com parte dos lotes rurais nº 10 e 37, de Distribuidora Catarinense de Veículos - DICAVE; AO SUDOESTE: divisa seca de 57,32 metros, com parte do lote rural nº 09, de Distribuidora Catarinense de Veículos - DICAVE; NOVO SUDESTE: divisa seca de 16,83 metros, com parte do lote rural nº 09, de Distribuidora Catarinense de Veículos – DICAVE; NOVO SUDOESTE: divisa seca de 101,97 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Alcides Scariot; AO NOROESTE: divisa seca de 78,72 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Mecânica Pellegrini Ltda; AO NORDESTE: divisa seca de 61,67 metros, com parte do mesmo lote rural nº 09, de Líder Transportadora do Brasil Ltda; NOVO NOROESTE: divisa seca de 126,19 metros, com parte do lote rural nº 09, de Líder Transportadora do Brasil Ltda, encerrando as confrontações deste imóvel.

### REMANECENTE:

Parte do Lote Rural nº 09, Matrícula 44.116, com área de 46.017,94m². (Esta área remanescente do desmembramento permanecerá com finalidades agrícolas), confrontando: AO SUL: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Ademir Sandini; AO OESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Alcides Scariot; AO NORTE e NORDESTE: divisa pela antiga estrada Veado – Antas, com o lote rural nº 38, de Olivo Zappani e do espólio de Luiz Zappani; AO SUDESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; AO SUDOESTE: divisa seca medindo 32,61 metros com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; NOVO SUDESTE: divisa seca medindo 72,91 metros com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; AO LESTE: divisa seca medindo 62,53 metros com parte do mesmo lote rural nº 09, de Cotrafrios Ltda; AO NORDESTE: divisa seca medindo 218,62 metros com parte do mesmo lote rural nº 09, de Mecânica Pellegrini Ltda e Alcides Scariot; NOVO SUDESTE: divisa seca com parte do mesmo lote rural nº 09, de Vinícola Cavalli Ltda e de Distribuidora Catarinense de Veículos – DICAVE, encerrando as confrontações deste imóvel descrito.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.422/2015 de 15 de setembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 27 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.448/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 21/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.448/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 21/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que o processo licitatório n. 133/2015, edital de tomada de preços nº 21/2015, de 04/09/2015, tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de materiais e serviços de mão de obra destinados a adequação para acessibilidade da Escola EMEIEF São João Batista de La Salle, Amália Daltoé Agostini, Marechal Arthur da Costa e Silva; e a Creche CEI Sonho Infantil, da

Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronogramas Físico – Financeiro e Projeto partes integrantes deste Processo Licitatório.

CONSIDERANDO, que houve somente uma empresa participante, do certame, bem como apresentou valores acima do orçamento lícito.

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, que são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

DECRETA:

Art. 1º. REVOGAR o processo Licitatório nº 133/2015, modalidade Tomada de Preço nº 21/2015, de 04/09/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 27 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.449/2015 - APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 07, DA SUBDIVISÃO DA PARTE DA CHACARA N. 60-I, MATRICULADO ORISMO SOB N. 27.590 DE PROPRIEDADE DE JOSÉ LUIZ BELUSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.449/2015

APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 07, DA SUBDIVISÃO DA PARTE DA CHACARA N. 60-I, MATRICULADO ORISMO SOB N. 27.590 DE PROPRIEDADE DE JOSÉ LUIZ BELUSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do lote urbano n. 07, da Subdivisão da Parte da Chácara n. 60-I, com área de 781,98m², matriculado no ORISMO sob n. 27.590, de propriedade de Josefina Maria Boff, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I – Desdobramento:

a) Lote urbano nº 07-A, da subdivisão do lote nº 07, com área de 284,87m², confrontando-se: Ao Norte, com os lotes urbanos nº 01 e 02, por linha seca medindo 28,14metros; ao Leste, com a Rua Felipe Belusso, medindo 10,42metros; ao Sul, com os lotes urbanos nº 07-B e 07-C, por linha seca medindo 27,72metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 60-H3, por linha seca medindo

10,34metros;

b) Lote urbano nº 07-B, da subdivisão do lote nº 07, com área de 212,20m², confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote urbano nº 07-A, por linha seca medindo 15,84metros; ao Leste, com a Rua Felipe Belusso, medindo 11,48metros; ao Sudeste, com parte do lote urbano nº 07-C, por linha seca medindo 17,29metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 07-C, por linha seca medindo 15,90metros;

c) Lote urbano nº 07-C, da subdivisão do lote nº 07, com área de 284,89m², (sendo 233,03m² edificável e 51,86m², não edificável), confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote urbano nº 07-A, por linha seca medindo 11,88metros; ao Leste, com o lote urbano nº 07-B, por linha seca medindo 15,90metros; ao Noroeste, com o lote urbano nº 07-B, por linha seca medindo 17,29metros; novamente ao Leste, com a Rua Felipe Belusso, medindo 3,35metros; ao Sudeste, com parte da chácara nº 60"J", por linha seca medindo 29,28metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 60-H3, por linha seca medindo 22,14metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,

Em 28 de outubro de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.450/2015 - APROVA DESDOBRAMENTO DE PARTE DO LOTE N. 79, DA MATRICULADO ORISMO SOB N. 2.294 DE PROPRIEDADE DE VANESSA DALL AGNOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.450/2015

APROVA DESDOBRAMENTO DE PARTE DO LOTE N. 79, DA MATRICULADO ORISMO SOB N. 2.294 DE PROPRIEDADE DE VANESSA DALL AGNOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do de parte do lote nº 79, com área de 436,60m², sito na Rua Marechal Floriano, Bairro Estrela, matriculado no ORISMO sob nº 2.294, de propriedade de Vanessa Dall Agnol, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I – Desdobramento:

a) Lote urbano nº 79-A, com área de 200,00m², da subdivisão do lote nº 79, confrontando: Ao Noroeste, com terras do lote nº 79, por linha seca medindo 19,27metros; ao Nordeste, com a Rua Marechal Floriano, medindo 12,00metros; ao Sudeste, com parte do lote urbano nº 79-B, medindo 13,65metros; ao Sul, com parte do lote urbano nº 79-B, por linha seca medindo 13,47metros;

b) Lote urbano nº 79-B, com área de 236,60m², da subdivisão do lote nº 79, (sendo 200,00m² edificável e 36,60m², não edificável), confrontando: Ao Noroeste, com terras do lote nº 79, por linha

seca medindo 10,03metros; ao Norte, com o lote urbano nº 79-A, por linha seca medindo 13,47metros; novamente ao Noroeste, com o lote urbano nº 79-A, por linha seca medindo 13,65metros; ao Nordeste, com a Rua Marechal Floriano, medindo 3,00metros; ao Sudeste, com terras do lote rural nº 80, por linha seca medindo 27,96metros; ao Sudoeste, com parte do lote nº 79-A, por linha seca medindo 15,60metros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,  
Em 28 de outubro de 2015  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.451/2015 - REVOGA DECRETO Nº 8.434/2015 E FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DE PARTE DO LOTE RURAL 83 COM 3.427,27 M2, DE PROPRIEDADE DE ROSALINDA PRIORI IZÉ E JOSÉ ANTONIO PRORI.**

DECRETO Nº 8.451/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, de parte do lote rural 83 com 3.427,27 m2, matriculado no CRISMO sob nº 41.896, situado no 2º. Perímetro da Seção Arroio Veado, no município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Prori, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

**DESDOBRAMENTO:**

Lote Urbano nº3 da subdivisão de Parte do lote rural nº83, com 1.127,97 m², confrontando-se: Ao Norte com inclinação nordeste, lote urbano número 2; de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Priori, por linha seca com 41,26 mt. Ao Leste com parte do lote rural 83 de Ascoli, por linha seca medindo 9,92 mt. Ao Sul com parte do lote rural 83 de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Priori, por linha seca, medindo 55,62 mt. Ao Oeste com inclinação noroeste, com a Rua João Antonio Simioni, medindo 41,97 mt.

Parte do lote urbano nº2, da subdivisão de parte do lote rural nº 83, com 1.132,00 m2, confrontando-se: Ao Norte com inclinação nordeste, com lote urbano No.1; de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Priori, por linha seca com 28,61 mt. Ao Leste com parte do lote rural 83 de Ascoli, por linha seca medindo 34,55 mt. Ao Sul com inclinação sudoeste, com lote urbano número 3; de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Priori, por linha seca, medindo 41,26 mt. Ao Oeste com inclinação noroeste, com a Rua João Antonio Simioni, medindo 32,40 mt.

Parte do lote urbano nº1, da subdivisão de parte do lote rural nº 83, com 1.167,30 m2, confrontando-se: Ao Leste com parte do lote rural 83 de Ascoli, por linha seca medindo 90,44 mt. Ao Sul com inclinação sudoeste, com lote urbano número 2; de Rosalinda Priori Izé e José Antonio Priori, por linha seca, medindo 28,61 mt. Ao Oeste com inclinação noroeste, com a Rua João Antonio Simioni,

medindo 84,86 mt.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 8.434/2015 de 02 de outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.  
Em, 28 de outubro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.452/2015 - DECLARA IMOVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.452/2015

DECLARA IMOVEIS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

Considerando que há necessidade de canalização de um curso d'água que passa por diversas ruas e imóveis na zona urbana de São Miguel do Oeste, SC.

Considerando que as normas da FATMA que dão conta da necessidade de declaração de utilidade pública para a canalização do curso d'água, mormente os imóveis por onde passa o curso d'água.

Considerando, que é de interesse público a canalização do curso d'água antes mencionada.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, para fins de licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental competente (FATMA), o imóvel matriculado no CRISMO sob n. 25.410, para a canalização do curso d'água passa por tal imóvel.

Parágrafo Único. As despesas de licenciamento ambiental e de canalização do curso d'água descrito no caput. correrão por conta dos proprietários dos referidos imóveis.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.  
Em, 28 de outubro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO  
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.214/2015- DENOMINA DE "RUA RICARDO DISEGNA" A RUA "B", SITUADA NO LOTEAMENTO JAIR LOCATELLI, PODENDO TER SEGUIMENTO EM DIREÇÃO LESTE, SITUADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.214/2015

DENOMINA DE "RUA RICARDO DISEGNA" A RUA "B", SITUADA NO LOTEAMENTO JAIR LOCATELLI, PODENDO TER SEGUIMENTO EM DIREÇÃO LESTE, SITUADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica denominada de "RUA RICARDO DISEGNA" a Rua "B", localizada no Loteamento Jair Locatelli, podendo ter seguimento em direção Leste, situado no perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizar a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Pedro JosÉ de Conto

Secretário de Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**LEI Nº 7.215/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 7.831.500,00 (SETE MILHÕES, OITOCENTOS E TRINTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS).**

LEI Nº 7.215/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 7.831.500,00 (SETE MILHÕES, OITOCENTOS E TRINTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

## TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.831.500,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e um mil e quinhentos reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do ano financeiro.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 7.831.500,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e um mil e quinhentos reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
03 - ASSESSORIA JURÍDICA		
04.122.0021.2.007 – Adm dos Bens e Serv. da Ass. Jurídica		
10	3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO			
04.122.0021.2.013 – Adm dos Bens e Serv. de resp.do órgão			
33	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			
01 - SECRETARIA DA FAZENDA			
04.129.0030.2.020 – Adm dos Bens e Serv. de resp.do órgão			
61	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	550.000,00
02 - TRIBUTAÇÃO			
04.129.0030.2.021 – Adm geral dos Bens e Serv. da unidade			
73	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	85.000,00
03 - CONTADORIA GERAL			
04.124.0032.2.022 – Adm geral dos Bens e Serv. da unidade			
76	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
05 - FISCALIZAÇÃO			
04.123.0021.2.024 – Adm geral dos Bens e Serv. da unidade			
82	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
01 – ADMINISTRAÇÃO			
12.122.0021.2.025 – Adm geral dos Bens e Serv. da Unidade			
87	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	75.000,00
02 – SETOR DE ENSINO			
12.361.0188.2.029 – Adm dos Bens e Serv. do Ensino Fundamental			
93	3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas	R\$	720.000,00
12.365.0185.2.033 – Adm dos Bens e Serv. Da Educação Infantil			
115	3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas	R\$	1.280.000,00
116	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	1.150.000,00
11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
01 – INFRAESTRUTURA			
04.122.0021.2.054 – Adm dos Bens e Serv. Unidade de Infraestrutura			
174	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
SUBTOTAL		R\$	4.105.000,00
18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0021.2.100 – Adm geral dos bens e serv.Adm do FMSaúde			
02	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	250.000,00
10.301.0428.2.101 – Adm dos bens e serv. da Assist.Médica e San.			
32	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	3.150.000,00
SUBTOTAL		R\$	3.400.000,00
15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL			
08.122.0021.2.026 – Administração geral dos bens e serv.Assis. Social			
01	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
08.241.0485.2.061 – Adm.geral dos bens e serv.de Assistência ao Idoso			
05	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	18.000,00
08.244.0244.2.068 – Centro de Ref. Espec.de Assist.Social – CREAS			
09	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	112.000,00
08.244.0444.2.069 – Adm.geral dos bens e serv.Cemitério Municipal			
21	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
02 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL.			

08.243.0483.2.080 – Adm.geral dos bens e serviços do FMDCA			
41	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	6.500,00
03 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL			
08.243.0483.2.079 – Adm.geral bens e serv.Acolhimento Institucional			
43	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	68.000,00
	SUBTOTAL	R\$	326.500,00
		TOTAL GERAL	R\$ 7.831.500,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento em execução:

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL			
01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
04.122.0043.1.002 – Aquis. de Equip.e Material Perm.p/o Gabinete			
03	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	14.324,55
02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO			
04.122.0021.1.666 – Aquis. de Equip.e Mtl Perm.p/o Gabinete do Vice			
07	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	5.600,00
03 - ASSESSORIA JURÍDICA			
04.122.0021.2.007 – Adm dos Bens e Serv. da Ass. Jurídica			
11	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
04.122.0043.1.004 – Aquis. de Equip.e Material Perm.p/o Gabinete			
12	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
04 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR			
05.153.0043.1.005 – Aquis. de Equip.e Mtl Perm.p/os Serv.da JSM			
15	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
05 - CONTROLE INTERNO			
04.124.0043.1.006 – Aquis. de Equip.e Material Perm.p/o Gabinete			
18	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	7.700,00
06 - ASSESSORIA DE IMPRENSA			
04.122.0043.1.007 – Aquis. de Equip.e Material Perm.p/o Gabinete			
19	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	11.669,20
07 - CHEFIA DE GABINETE			
04.122.0043.1.008 – Aquis. de Equip.e Material Perm.p/o Gabinete			
24	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
09 - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL			
04.122.0043.1.018 – Aquis. de Equip.p/os serviços da Defesa Civil			
25	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	9.932,32
10 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
16.482.0316.1.924 – Aquis.área, const.e equip.Habitações Populares			
28	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	117.500,00
16.482.0316.2.096 – Adm.geral dos bens e serv.Habitações Populares			
32	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	50.400,00
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO			
04.122.0021.2.013 – Adm dos Bens e Serv. de resp.do órgão			
34	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
04.122.0021.2.014 – Conserv.manut.Centro Administrativo Municipal			
35	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
04.122.0043.1.009 – Constr.Aquis. Equip.mat.Perm.e ampl centro adm.			
36	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	20.000,00

02 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
04.122.0043.1.010 – Aquis. de Equip.p/os serviços do RH			
41	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	3.500,00
03 - DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO			
04.122.0021.2.017 – Adm dos Bens e Serv.da unidade			
43	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
04.122.0043.1.011 – Aquis. de Equip. e mtl permanente p/os serviços do Patrimônio			
44	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	7.500,00
04 - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA			
04.122.0024.1.012 – Aquis. de Equip. E mtl permanente p/os serviços de Informática			
45	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
05 – PROTOCOLO			
04.122.0043.1.014 – Aquis. de Equip. Permanente			
50	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	11.000,00
06 - DEPARTAMENTO DE ADM – SISTEMA CARTEIRA DE TRABALHO			
04.122.0043.1.015 – Aquis. de Equip. permanente			
51	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	7.728,50
07 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES			
04.122.0043.1.016 – Aquis. de Equip. Permanente			
54	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	3.100,00
08 - FUNDO MUNIC. DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONS.			
04.122.0043.1.017 – Aquis. de Equip. Permanentes			
57	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	15.500,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			
01 - SECRETARIA DA FAZENDA			
28.843.0000.3.001 – Pagamento de Dívida Interna Municipal			
65	3.2.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
28.846.0021.2.092 – Pagamento de Sentenças Judiciais			
69	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
28.846.0045.2.002 – Pagamento de Sentenças Judiciais via Precatórios Judiciais			
71	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
02 – TRIBUTAÇÃO			
04.129.0043.1.022 – Aquis.equip.e mtl perm.p/os serv.da unidade			
75	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
03 – CONTADORIA GERAL			
04.124.0043.1.023 – Aquis.equip.e mtl perm.p/os serv.da unidade			
78	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	8.480,00
04 – DEPTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS			
04.122.0043.1.019 – Aquis.equip.e mtl perm.p/os serv.da unidade			
81	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	3.700,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO			
01 - ADMINISTRAÇÃO			
12.122.0021.1.026 – Aquis.de Equip. E mat. Perm.p/os serv.Órgão Adm.			
85	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
02 - SETOR DE ENSINO			

12.122.0128.2.075 – Formação de Professores/Profissionais de serviços e apoio escolar			
89	3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
12.361.0188.1.025 – Constr.,Ampl. e Aquis. de área de terra, bem como equip. Mobil.em geral			
91	4.4.90.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
12.361.0188.1.025 – Constr., Ampl. e Aquis. de área de terra, bem como equip. Mobil.em geral			
92	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	250.000,00
12.361.0188.2.029 – Adm.dos bens e serv.do Ensino Fund.			
96	3.3.90.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas	R\$	600.000,00
12.361.0239.2.030 – Adm.dos bens e serv.do transp escolar			
99	3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	71.500,00
12.363.0031.2.028 – Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
111	3.3.50.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
12.364.0688.1.300 – Aquis.área dest.constr.Campus Univ. Fed.frenteira Sul			
186	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	450.000,00
12.365.0185.1.024 – Construção, ampl.e Aquis. De Equip. E mat. Perm.			
113	4.4.90.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas	R\$	400.000,00
12.365.0185.1.024 – Construção, ampl.e Aquis. De Equip. E mat. Perm.			
114	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	250.000,00
12.365.0239.2.031 – Adm.dos bens e serv.do transp escolar na Ed.Infantil			
120	3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	180.000,00
12.367.0031.2.027 – Transf. à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
126	3.3.50.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
04.122.0346.1.333 – Aquis. de Equip. E mat. Perm. p/o Órgão			
131	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	6.965,00
22.661.0346.1.033 – Revitalização, ampl.e equip.Parque Rineu Gransotto			
132	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
02 - FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
04.122.0031.2.207 – Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos			
204	3.3.50.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	130.000,00
22.661.0346.1.035 – Aquis.imóveis,contr. ampl.e equip.p/o Distritos Industriais			
135	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
22.661.0346.1.036 – Programas de Incentivos Econômicos			
136	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
22.661.0346.2.043 – Programas de Incentivos Econômicos à Indústria			
137	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
08 – SECRETARIA MUN.DE DESENVOLVIMENTO URBANO			
01 – DESENVOLVIMENTO URBANO			
15.452.0021.2.045 – Administr. geral dos bens e serv. de desenv.urbano		R\$	30.000,00
147 3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas			
04.122.0021.1.038 – Aquis. de Equip. e mat. Perm. p/serv.do Órgão			
138	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	16.205,00
25.752.0327.1.934 – Aquis. de Equip. e mat. Perm. p/serv.unid.de serv.bem com ampl.ilumin.pública			
158	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
01 – GABINETE DO SECRETÁRIO			
04.121.0040.1.050 – Adm.dos Bens e Serviços do Órgão			
171	4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	6.651,50
04.121.0040.2.053 – Adm.geral dos Bens e Serviços do Planejamento			
173	3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	150.000,00

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
01 – INFRAESTRUTURA			
26.782.0021.1.068 – Aquisição de equip.e aparelhos p/a oficina mecânica			
176	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	76.000,00
26.782.0021.1.070 – obras de ampliação e equip.da Garagem Municipal			
177	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	160.000,00
26.782.0534.1.067 – reequipamento do Parque Municipal de Máquinas			
178	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
26.782.0534.1.071 – Construção de Pontes e Abrigos de Passageiros			
179	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
16 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
01 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
99.999.9999.9.999 – Reserva de Contingência			
183	9.9.99.00.00.00.00.00.0080 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	50.000,00
	SUBTOTAL	R\$	5.635.956,07
15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL			
08.244.0055.1.061 – Constr.Aquis.de equip.e mtl perm.p/a unidade do CRAS			
34	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	62.400,00
08.244.0222.1.058 – Constr.e equip. dos serv.de Assist.Social Comunitária			
08	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
08.244.0444.1.059 – Aquis.área constr.,ampl.e melh. Cemitérios			
18	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
08.244.0444.2.069 – Adm dos bens e serv.do Cemitério Municipal			
22	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
08.244.0487.1.063 – Reforma e equip.do CAIC			
23	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	40.660,00
08.244.0487.1.125 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/a unidade do CRAS			
25	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	9.000,00
08.244.0487.2.187 – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS			
31	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
02 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESC.			
08.243.0483.2.080 – Adm geral dos bens e serv.do FMDCA			
42	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	6.500,00
03 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL			
08.243.0487.1.062 – Constr.e equip.e mtl perm.p/os serv.de alta complexidade			
48	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	25.461,00
	SUBTOTAL	R\$	574.021,00
18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
10.122.0021.1.105 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/os serv.adm.			
1	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
10.301.0031.2.102 – Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos			
4	3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	55.000,00
10.301.0428.1.110 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/UBS-Posto de Atendimento Médico – PAM			
10	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
10.301.0428.1.112 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/UBS-do B.São Sebastião			
13	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
10.301.0428.1.145 – Constr.e equip. da UPA			
22	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
10.301.0428.2.104 – Adm geral dos bens e serv.da UPA			
61	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	250.000,00

10.304.0428.1.115 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/os serv.de Vigilância Sanitária			
65	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
10.304.0428.1.726 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/a Unidade Sanitária Central			
73	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
	SUBTOTAL	R\$	710.000,00
17 – SECRETARIA MUN. DE AGRIC. PEC. E MEIO AMBIENTE			
01 – FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA			
17.511.0447.1.078 – Implantação de Redes de Abastecimento de Água			
01	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	159.229,48
20.122.0021.2.086 – Adm geral dos bens e serv.do Desenv.Agr.			
03	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
20.122.0043.1.044 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/a unidade			
05	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	176.000,00
20.122.0043.1.073 – Aquis.de equip.e mtl perm.p/a unidade			
06	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	35.304,72
20.601.0014.2.222 – Desenv.de prog.de prod.vegetal e preserv.do meio ambiente			
07	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
20.606.0014.2.088 – Adm geral dos bens e serv.de Produção Vegetal e Meio Ambiente			
08	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	40.000,00
20.608.0031.2.258 – Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos			
10	3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
20.608.0088.2.087 – Adm geral dos bens e serv.de Produção e Desenv. Animal			
12	3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
	SUBTOTAL	R\$	725.534,20
21 – FUND.MUN.DE CULT.LAZ.E TUR DE SÃO MIGUEL			
01 – FUND.MUN.DE CULT.LAZ.E TUR DE SÃO MIGUEL			
27.813.0813.1.301 – Implantação dos serviços de lazer e turismo			
16	4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$	185.988,73
	SUBTOTAL	R\$	185.988,73
	TOTAL GERAL	R\$	7.831.500,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 7.831.500,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e um mil e quinhentos reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do ano financeiro em curso.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 7.831.500,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e um mil e quinhentos reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do ano financeiro.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em 29 de outubro de 2015.  
JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

Pedro JosÉ de Conto  
Secretário de Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 153/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de apoio de punho (mouse pad) e apoio para pés destinados para todas as Escolas do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de novembro de 2015

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 04 de novembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 154/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados para o 11º Batalhão da Polícia Militar conforme Convênio nº 9.754/2012-3 e Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 18 de novembro de 2015.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 04 de novembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 338/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 338/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 238/2015 - PMS - Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 111/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: G. MAIOCHI & CIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 84.091.974/0001-18, estabelecida na BR 280, KM 58, nº 13.354, no Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	Parafuso com porca de aço para dente de caçamba - retroescavadeira CAT 416E	40	Unidade	2,43	97,20
06	Parafuso 5/8 X 2,5", com porca de aço 20 mm de altura (moto niveladora)	200	Unidade	2,66	532,00
08	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	100	Unidade	1,85	185,00
09	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2", para retro, dente caçamba dianteiro	150	Unidade	2,00	300,00
10	8282270N - Parafuso de aço com porca p/ lâmina 20 X 50 - esteira D130	50	unidade	6,30	315,00
11	72204481 - Pino - trava de aço - escavadeira E 215B	120	unidade	18,90	2.268,00
18	Ponta de dente com número gravado 6329 gravado, concha traseira de retro	35	unidade	18,50	647,50
TOTAL R\$					4.344,70

Valor do contrato: R\$ 4.344,70 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos)

Data da Assinatura: 04/11/2015 - Vigência: 04/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 339/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 339/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 238/2015 - PMS - Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 111/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.608.150/0001-50, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros,

nº 1050, sala 01, Humaitá de Cima, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88708-250

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Dente para caçamba dianteira - retroescavadeira CAT 416E	16	Unidade	41,00	656,00
05	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komat'su D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	4	Unidade	100,00	400,00
07	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente de carregadeira	50	Unidade	3,00	150,00
12	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E215B	6	unidade	186,00	1.116,00
14	7528979 - faca lâmina de aço esteira D130	4	unidade	320,00	1.280,00
15	Faca lâmina 7 furos para trator esteira komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	4	unidade	305,00	1.220,00
16	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 50 HB	80	unidade	434,00	34.720,00
17	Dente para concha de carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 H B	9	unidade	103,00	927,00
19	Dente para retro - caçamba dianteira, com dureza mínima de 400 a 500 HB	32	unidade	30,00	960,00
20	72205063 - dente de aço para caçamba escavadeira E215B	100	unidade	70,00	7.000,00
21	Z304030 - faca lateral de aço - escavadeira E215B	4	unidade	174,00	696,00
TOTAL R\$					49.125,00

Valor do contrato: R\$ 49.125,00 (quarenta e nove mil cento e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 04/11/2015 – Vigência: 04/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 340/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 340/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 238/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 111/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 79.905.071/0001-93, estabelecida na Rua Nossa Senhora do Guadalupe, nº. 122, BR 101, km 201, Bairro Barreiros, Cidade de São Jose, Estado de Santa Catarina, CEP: 88113-130

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Dente concha traseira - retroescavadeira hidráulica CAT 416E	15	Unidade	22,00	330,00
03	Pino trava para dente concha traseira - retroescavadeira CAT 416E	40	Unidade	5,00	200,00
13	12575121 - Parafuso com porca de aço - escavadeira E215B	60	unidade	2,90	174,00
22	75282987 - faca canto lâmina esteira D130	4	unidade	144,00	576,00
23	75282988 - faca canto lâmina esteira D130	4	unidade	144,00	576,00
TOTAL R\$					1.856,00

Valor do contrato: R\$ 1.856,00 (um mil oitocentos e cinquenta e seis reais)

Data da Assinatura: 04/11/2015 – Vigência: 04/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 341/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 341/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 241/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 114/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JEAN MENIN - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.785.866/0001-60, estabelecida na Rua Timbó nº. 289, Rio Morto, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.130-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, esteira em-borrachada, peso mínimo 2.700 Kg e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2006 e excelente estado de conservação. ( Empresa é responsável pelo transporte da máquina té o local do serviço) - Horímetro da máquina.	600	Hora	79,50	47.700,00
TOTAL R\$					47.700,00

Valor do contrato: R\$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos reais)

Data da Assinatura: 04/11/2015 – Vigência: 04/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 342/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 342/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 241/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 114/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLANAGEM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 80.443.427/0001-01, estabelecida na Rua Germano Wagner 184, Bairro Centenário, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-800

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de

12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg.	250	Hora	137,80	34.450,00
06	Serviço de hora rolo compactador com tração no tambor - Peso Mínimo 7.800 Kg - Horímetro da máquina.	350	Hora	128,84	45.094,00
TOTAL R\$					79.544,00

Valor do contrato: R\$ 79.544,00 (setenta e nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

Data da Assinatura: 04/11/2015 – Vigência: 04/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 343/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 343/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 241/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 114/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.072.441.0001/97, estabelecida na Rua Jorge Lacerda, nº. 256, Galpão B, Centro Norte, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, turbinada, ano da máquina superior a 2006 em excelente estado de conservação . (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horímetro da máquina.	700	Hora	89,00	62.300,00
02	Serviço de hora máquina trator esteira - lâmina regulagem hidráulica - peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina superior a 1995 em excelente estado de conservação.(Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horímetro da máquina.	600	Hora	134,80	80.880,00
TOTAL R\$					143.180,00

Valor do contrato: R\$ 143.180,00 (cento e quarenta e três mil cento e oitenta reais)

Data da Assinatura: 04/11/2015 – Vigência: 04/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 344/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 344/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 241/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 114/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 06.253.950/0001-04, estabelecida na Rua Walter Marquardt nº. 2306, Bairro Rio Molha, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.259-700

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
04	Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de saibro ou seixo, no município de schroeder, num trajeto não superior a 12 Km.	10.000	Metros cúbico	8,77	87.700,00
TOTAL R\$					87.700,00

Valor do contrato: R\$ 87.700,00 (oitenta e sete mil e setecentos reais)

Data da Assinatura: 04/11/2015 – Vigência: 04/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## **NOTIFICAÇÃO INADIMPLEMENTO DO CONTRATO Nº 258/2015-PMS**

### **NOTIFICAÇÃO**

Processo de licitação nº. 147/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2015 – PMS

Fica a empresa AP OESTE DISRTIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.919.156/0001-94, estabelecida na Rua Xanxere, nº 250, Letra E, Líder, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.805-270, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 258/2015-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, cujo empenho nº 5286/15 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
5286/15	Detergente líquido neutro com 500 ml. Ideal para louças, talheres e utensílios domésticos. Com fórmula concentrada e biodegradável. Com registro No Ministério da Saúde ou ANVISA.	23/10/15	03/11/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 04 de novembro de 2015.

Andreia Nass Friedemann

Setor de Compras

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A

AP OESTE DISRTIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ sob o nº. 05.919.156/0001-94

(49) 3328-3744

**NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Processo Licitatório nº. 220/2015

Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº. 12/2014

Fica a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.985.854/0001-30, estabelecida na Rua Carlos Meyer, 79, sala 01, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-330, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 263/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Serviço, cujos empenhos nº 702/2015, 2454/2015 e 2455/2015 não efetuou a entrega da obra no prazo estipulado pelo Termo de Recebimento Provisório de Obra do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega das correções necessárias apontadas no ofício no. 003/015, documento anexo ao termo de recebimento provisório de obra, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 4 de novembro de 2015.

Ilmar J.P.Borges Filho

Osvaldo Jurck

Eng.civil Crea/SC 051.856-6

Prefeito municipal

A

ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ nº. 18.985.854/0001-30.

(47) 3273-0220.

**TERMO ADITIVO Nº. A18/2015 – FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A18/2015 – FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 54/2015 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Maicon Cordova Pereira, inscrito no CPF sob o no 015.886.939-70.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 54/2015-FMS, celebrado em 08 de junho de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 37/2015–FMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 16/2015–FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste nos itens 80 e 81 pela empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 03.033.589/0001-12, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 0115/2015-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 80 e 81 é a empresa STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 02.223.342/0001-04, que não aceitou entregar os objetos licitados no mesmo valor ofertado na etapa de lance.

**NOTIFICAÇÃO Nº 02/2015 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

NOTIFICAÇÃO Nº 02/2015 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Processo Licitatório nº. 221/2014

Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº. 13/2014

Fica a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.985.854/0001-30, estabelecida na Rua Carlos Meyer, 79, sala 01, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-330, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 289/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Serviço, cujos empenhos nº 673/2015 e 2456/2015 não efetuou a entrega da obra no prazo estipulado pelo Termo de Recebimento Provisório de Obra do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega das correções necessárias apontadas no ofício no. 004/015, documento anexo ao termo de recebimento provisório de obra, mais a correção de infiltrações no telhado executado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 4 de novembro de 2015.

Ilmar J.P.Borges Filho

Osvaldo Jurck

Eng.civil Crea/SC 051.856-6

Prefeito municipal

A

ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ nº. 18.985.854/0001-30.

(47) 3273-0220.

Considerando que a terceira colocada para os itens 80 e 81 é a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02 que aceitou entregar os objetos licitados no mesmo valor ofertado na etapa de lances. Dos quais a administração possui um saldo no item 80 de 350 (trezentos e cinquenta) pares, no valor unitário de R\$ 0,918 (noventa e um centavos e oito centésimos de real), totalizando o valor de R\$ 321,30 (trezentos e vinte e um reais e trinta centavos) e possui um saldo no item 81 de 550 (quinhentos e cinquenta) pares, no valor unitário de R\$ 0,918 (noventa e um centavos e oito centésimos de real), totalizando o valor de R\$ 504,90 (quinhentos e quatro reais e noventa centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição”, sendo aditivado o item 80 em 350 (trezentos e cinquenta) pares, no valor unitário de R\$ 0,918 (noventa e um centavos e oito centésimos de real), totalizando o valor de R\$ 321,30 (trezentos e vinte e um reais e trinta centavos) e o item 81 em 550 (quinhentos e cinquenta) pares, no valor unitário de R\$ 0,918 (noventa e um centavos e oito centésimos de real), totalizando o valor de R\$ 504,90 (quinhentos e quatro reais e noventa centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	SALDO LICITADO	VALOR R\$ TOTAL
80	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 6,5.	Par	0,918	350	321,30
81	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 7,5.	Par	0,918	550	504,90

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 826,20 (oitocentos e vinte e seis reais e vinte centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 13.865,68 (treze mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 54/2015-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de novembro de 2015.

CONTRATADA:

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Maicon Cordova Pereira

CPF nº 015.886.939-70

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

## **TERMO ADITIVO Nº. A19/2015 – FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A19/2015 – FMS

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2015 – FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.223.342/0001-04, estabelecida Rua Benjamin Antonio Ansai, nº 180, Novo Mundo, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81030-490, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Waldir Campos Filho, inscrito no CPF sob o nº 376.362.439-20.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 60/2015-FMS, celebrado em 08 de junho de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 37/2015–FMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 16/2015–FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste no item 102 pela empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 0115/2015-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 102 é a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.505.263/0001-40, que não aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance.

Considerando que a terceira colocada para o item 102 é a empresa STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.223.342/0001-04, que aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance. Do qual a administração possui um saldo de 2.170 (dois mil cento e setenta) unidades, no valor unitário de R\$ 0,296 (vinte e nove centavos e seis centésimos de real), totalizando o valor de R\$ 642,32 (seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição”, sendo aditivado o item 102, a quantidade 2.170 (dois mil cento e setenta) unidades, no valor unitário de R\$ 0,296 (vinte e nove centavos e seis centésimos de real), totalizando o valor de R\$ 642,32 (seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	SALDO LICITADO	VALOR R\$ TOTAL
102	Seringa Descartável 20 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresente alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	Unidade	0,296	2.170	642,32

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 642,32 (seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 4.331,46 (quatro mil trezentos e trinta e um reais e quarenta e seis centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 60/2015-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 04 de novembro de 2015.

CONTRATADA:

STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Waldir Campos Filho

CPF nº 376.362.439-20

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª	2ª
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 047.563.299-00

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL TERMO ADITIVO Nº. A63/2015 – PMS**  
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO Nº. A63/2015 – PMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 267/2015 – PMS

Processo de licitação nº. 147/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2015 – PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa M MÓBILE EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.764.033/0001-85, estabelecida na Rua Eduardo Neidert nº 1803, Bairro Barro Preto, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.295-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Luiz Amarildo Mueller, inscrito no CPF sob o nº 516.501.429-00, portador da carteira de identidade nº. 1.646.471, ficam ajustados à rescisão contratual unilateral de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

**CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

Pelo presente Termo de Rescisão Amigável, fica rescindido o TERMO ADITIVO Nº. A63/2015 – PMS, 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 267/2015 – PMS, celebrado no dia 27 de outubro de 2015, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme Parecer da Procuradoria nº 0130/2015-PROJUR.

**CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:**

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

Mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 04 de novembro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal**T E S T E M U N H A S:**Daniela Samulescki  
CPF Nº. 053.350.739-18  
Testemunha 01Ivandra de Souza  
CPF Nº. 047.563.299-00  
Testemunha 02

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 111/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 111/2015 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 238/2015 Data do Processo: 13/10/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 195/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 4 de Novembro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 238/2015, Licitação nº 111/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas BT COMERCIAL LTDA. - EPP, G. MAIOCHI & CIA LTDA., JULIO SILVESTRI FILHO - ME e TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa BT COMERCIAL LTDA. - EPP encaminhou os envelopes e documentos de credenciamento pelo correio. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas BT COMERCIAL LTDA. - EPP, G. MAIOCHI & CIA LTDA., JULIO SILVESTRI FILHO - ME e TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa BT COMERCIAL LTDA. - EPP não tem representante presente na sessão. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas BT COMERCIAL LTDA. - EPP, G. MAIOCHI & CIA LTDA., JULIO SILVESTRI FILHO - ME e TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa JULIO SILVESTRI FILHO - ME para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JULIO SILVESTRI FILHO - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa G. MAIOCHI & CIA LTDA. para o item 04, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa G. MAIOCHI & CIA LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

**Participante: 6122 - G.MAIOCHI E CIA.LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Parafuso com porca de aço para dente de caçamba - retroescavadeira CAT 416E	UN	40,00	FEY	0,0000	2,43	97,20
6	Parafuso 5/8 X 2,5", com porca de aço 20 mm de altura (moto niveladora)	UN	200,00	FEY	0,0000	2,66	532,00
8	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	100,00	FEY	0,0000	1,85	185,00
9	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2", para retro, dente caçamba dianteiro	UN	150,00	FEY	0,0000	2,00	300,00
10	8282270N - Parafuso de aço com porca p/ lâmina 20 X 50 - est	UN	50,00	REX	0,0000	6,30	315,00
11	72204481 - Pino - trava de aço - escavadeira E 215B	UN	120,00	RCP	0,0000	18,90	2.268,00
18	Ponta de dente com número gravado 6329 gravado, concha traseira de retro	UN	35,00	RCP	0,0000	18,50	647,50
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>4.344,70</b>

**Participante: 7937 - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Dente concha traseira - retroescavadeira hidráulica CAT 416E	UN	15,00		0,0000	22,00	330,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 111/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 238/2015  
 Data do Processo: 13/10/2015

Folha: 2/3

**Participante: 7937 - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Pino trava para dente concha traseira - retroescavadeira CAT 416E	UN	40,00		0,0000	5,00	200,00
13	12575121 - Parafuso com porca de aço - escavadeira E215B	UN	60,00		0,0000	2,90	174,00
22	75282987 - faca canto lâmina esteira D130	UN	4,00		0,0000	144,00	576,00
23	75282988 - faca canto lâmina esteira D130	UN	4,00		0,0000	144,00	576,00

**Total do Participante —> 1.856,00**
**Participante: 12475 - JULIO SILVESTRI FILHO - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Dente para caçamba dianteira - retroescavadeira CAT 416E	UN	16,00	COLINA	0,0000	41,00	656,00
5	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komat'su D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	4,00	METISA	0,0000	100,00	400,00
7	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente de carregadeira	UN	50,00	FEY	0,0000	3,00	150,00
12	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E2155B	UN	6,00	COLINA	0,0000	186,00	1.116,00
14	7528979 - faca lâmina de aço esteira D130	UN	4,00	METISA	0,0000	320,00	1.280,00
15	Faca lâmina 7 furos para trator esteira komat'su, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	4,00	METISA	0,0000	305,00	1.220,00
16	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 50 HB	UN	80,00	METISA	0,0000	434,00	34.720,00
17	Dente para concha de carregadeira michigam 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	9,00	COLINA	0,0000	103,00	927,00
19	Dente para retro - caçamba dianteira, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	32,00	NBLF	0,0000	30,00	960,00
20	72205063 - dente de aço para caçamba escavadeira E215B	UN	100,00	COLINA	0,0000	70,00	7.000,00
21	Z304030 - faca lateral de aço - escavadeira E215B	UN	4,00	COLINA	0,0000	174,00	696,00

**Total do Participante —> 49.125,00**
**Total Geral —> 55.325,70**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 4 de Novembro de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Andreia Nass Friedemann - ..... - Equipe de Apoio  
 Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio  
 Natália Kersten Brumuller - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

RUBENS MANFRED BIAVATH - ..... - Representante  
 LOURIVAL NICOLETTI - ..... - Representante

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>		<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 111/2015 - PR</div>
		<div>Processo Administrativo:</div> <div>Processo de Licitação: 238/2015</div> <div>Data do Processo: 13/10/2015</div>
		<div>Folha: 3/3</div>

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JULIO SILVESTRI FILHO

ELOIR JOSÉ WENDT

- ..... - Representante

- ..... - Setor Solicitante

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 114/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 114/2015 - PR</b>
<b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 241/2015</b> <b>Data do Processo: 14/10/2015</b>
	<b>Folha: 1/3</b>

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 196/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 4 de Novembro de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6154/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 241/2015, Licitação nº 114/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME, JEAN MENIN - ME, RCM TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA., WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME e DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME, JEAN MENIN - ME, RCM TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA., WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME e DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa RCM TERRAPLANAGEM LTDA. - ME não está presente na sessão. Constatou-se que o representante da empresa DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME não apresentou Procuração ou Credenciamento, documento exigido no item 4.1.1, sendo que o Senhor André Moraes Damaceno, do qual foi apresentado documento de identificação, é apenas sócio da empresa e não é Sócio Administrador da empresa conforme cláusula 7ª do Contrato Social, não podendo, portanto responder em nome da mesma, diante do exposto o representante da empresa DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME não está credenciado para a licitação, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase de credenciamento. O representante da empresa DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME não está presente na sessão. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME, JEAN MENIN - ME, RCM TERRAPLANAGEM LTDA. - ME, PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA., WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME e DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PASQUALI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME para o item 03, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. - ME não apresentou Certidão de Débitos Trabalhistas, documento exigido no edital no item 7.1.6, não apresentou Alvará de Localização ou Sanitário, documento exigido no edital no item 7.1.7, não apresentou Certidão Negativa de Falência e Concordata, documento exigido no edital no item 7.1.14 e não apresentou Certidão de Registro da empresa no CREA/SC, documento exigido no edital no item 7.1.15 não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Diante do exposto será passado o item 03 para a segunda colocada a empresa JEAN MENIN - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JEAN MENIN - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME para o item 04, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. para o item 05, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PARISI TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 114/2015 - PR**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação:**
**241/2015**
**Data do Processo:**
**14/10/2015**

Folha: 2/3

**Participante: 8849 - PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg.	H	250,00	Titan/Randon	0,0000	137,80	34.450,00
6	Serviço de hora rolo compactador com tração no tambor - Peso Mínimo 7.800 Kg - Horímetro da máquina.	H	350,00	Caterpillar	0,0000	128,84	45.094,00

**Total do Participante ———>** 79.544,00

**Participante: 8922 - PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, turbinada, ano da máquina superior a 2006 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horímetro da máquina.	H	700,00	JCB	0,0000	89,00	62.300,00
2	Serviço de hora máquina trator esteira - lâmina regulagem hidráulica - peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina superior a 1995 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horímetro da máquina.	H	600,00	Komatsu	0,0000	134,80	80.880,00

**Total do Participante ———>** 143.180,00

**Participante: 10289 - WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de saibro ou seixo, no município de Schroeder, num trajeto não superior a 12 Km.	M³	10.000,00	Winterplan	0,0000	8,77	87.700,00

**Total do Participante ———>** 87.700,00

**Participante: 12514 - JEAN MENIN - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, esteira emborrachada, peso mínimo 2.700 Kg e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2006 e excelente estado de conservação. ( Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço) - Horímetro da máquina.	H	600,00		0,0000	79,50	47.700,00

**Total do Participante ———>** 47.700,00

**Total Geral ———>** 358.124,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 114/2015 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 241/2015  
Data do Processo: 14/10/2015

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 4 de Novembro de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

EGÍDIO MENIN	- ..... - Representante
MOACIR PARISI	- ..... - Representante
ANDRÉ MORAES DAMACENO	- ..... - Representante
LUIS ANTONIO PASQUALI	- ..... - Representante
SAMOEL CUNHAGO	- ..... - Representante
GILMAR JULIO WINTER	- ..... - Representante
ELOIR WENDT	- ..... - Setor Solicitante

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015**

Página: 1/8

**ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 111/2015-PMS**

Número do Registro de Preços: 81/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Dente concha traseira - retroscavadeira hidráulica CAT 416E	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	22,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)	RCP	0	32,0000	2
			BT COMERCIAL LTDA - EPP (12958)		0	35,0000	3
2	Dente para caçamba dianteira - retroscavadeira CAT 416E	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	41,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	42,0000	2
			BT COMERCIAL LTDA - EPP (12958)		0	50,0000	3
3	Pino trava para dente concha traseira - retroscavadeira CAT 416E	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	5,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FENIX	0	6,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)	RCP	0	16,0000	3
4	Parafuso com porca de aço para dente de caçamba - retroscavadeira CAT 416E	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)	FEY	0	2,4300	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	2,5000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	3,5000	3
5	Canto de lâmina com chanfro para trator esteira komatsu D30, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	100,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 2/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015**

**Número do Registro de Preços: 81/2015 Data do Registro: 04/11/2015 Válido até: 04/11/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7837)		0	104.0000	2
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	127.0000	3
6	Parafuso 5/8 X 2,5", com porca de aço 20 mm de altura (moto niveladora)	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	FEY	0	2.6600	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7837)		0	2.7500	2
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	3.0000	3
7	Parafuso com porca 3/4 X 3,5 para dente de carregadeira	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	3.0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7837)		0	4.5000	2
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	FEY	0	5.5000	3
8	Parafuso com porca de aço para dente de retro com rosca 12 X 70 mm	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	FEY	0	1.8500	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7837)		0	1.9000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	FEY	0	3.0000	3
9	Parafuso com porca de aço 5/8 X 2", para retro, dente caçamba dianteiro	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	FEY	0	2.0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7837)		0	2.0400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015**

Número do Registro de Preços: 81/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	8282270N - Parafuso de aço com porca p/ lâmina 20 X 50 - est		JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	FEY	0	2,1000	3
		UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	REX	0	6,3000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	6,5000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	FEY	0	7,0000	3
11	72204481 - Pino - trava de aço - escavadeira E 215B	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	18,9000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	19,0000	2
12	A304031 - Faca lateral de aço - escavadeira E215B		JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	FENIX	0	19,5000	3
		UN	JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	COLINA	0	186,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	187,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	ECOPLAN	0	238,0000	3
13	12575121 - Parafuso com porca de aço - escavadeira E215B	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	2,9000	1
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	FEY	0	3,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	FEY	0	3,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/8

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015**

Número do Registro de Preços: 81/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Faca lâmina de aço esteira D130	UN	JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	METISA	0	320,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	450,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	455,0000	3
15	Faca lâmina 7 furos para trator esteira komatsu, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	METISA	0	305,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	307,0000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	313,0000	3
16	Lâmina 13 furos para moto niveladora 3/4, curva com dureza mínima de 400 a 50 HB	UN	JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	METISA	0	434,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	435,0000	2
			BT COMERCIAL LTDA - EPP (12958)		0	520,0000	3
17	Dente para concha de carregadeira michigan 75 HD com dureza mínima de 400 a 500 H B	UN	JULIO SILVESTRI FILHO -ME (12475)	COLINA	0	103,0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	104,0000	2
			G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	ECOPLAN	0	140,0000	3
18	Ponta de dente com número gravado 6329 gravado, concha traseira de retro	UN	G.MAIOCHI E CIA LTDA (6122)	RCP	0	18,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015**

Página: 5/8

**Número do Registro de Preços: 81/2015**      **Data do Registro: 04/11/2015**      **Válido até: 04/11/2016**

**Objeto da Compra:** Consistiu objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Dente para retro - caçamba dianteira, com dureza mínima de 400 a 500 HB	UN	JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	NBLF	0	25.0000	2
			BT COMERCIAL LTDA - EPP (12958)		0	25.0000	3
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	26.0000	4
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	NBLF	0	30.0000	1
20	72205063 - dente de aço para caçamba escavadeira E215B	UN	G.MAIOCHIE CIA LTDA (6122)	RCP	0	30.9000	2
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	33.5000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	70.0000	1
			G.MAIOCHIE CIA LTDA (6122)	COLINA	0	71.9000	2
21	Z304030 - faca lateral de aço - escavadeira E215B	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	72.9000	3
			BT COMERCIAL LTDA - EPP (12958)		0	90.0000	4
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	COLINA	0	174.0000	1
			TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	175.0000	2
3			G.MAIOCHIE CIA LTDA (6122)	ECOPLAN	0	189.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 81/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	75282987 - faca canto lâmina esteira D130	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	144,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	145,0000	2
			BT COMERCIAL LTDA - EPP (12958)		0	200,0000	3
23	75282988 - faca canto lâmina esteira D130	UN	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA (7937)		0	144,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO - ME (12475)	METISA	0	145,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015

Número do Registro de Preços: 81/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BT COMERCIAL LTDA - EPP (12958)		0	200.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 81/2015

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 81/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2015  
PROCESSO Nº 238/2015

- (6122) - G.MAIOCHI E CIA.LTDA
- (7937) - TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA
- (12475) - JULIO SILVESTRI FILHO - ME
- (12958) - BT COMERCIAL LTDA - EPP

Schroeder, 4 de Novembro de 2015.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 82/2015**

Página: 1/4

**ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 114/2015-PMS**

Número do Registro de Preços: 82/2015 Data do Registro: 04/11/2015 Valido até: 04/11/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Am

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de hora máquina Retroscavadeira 4 X 4, turbinada, ano da máquina superior a 2006 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horário da máquina.	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	JOB	0	89,0000	1
			WINTERPLAN COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (10289)	Winterplan	0	95,0000	2
			JEAN MENIN - ME (12514)		0	97,0000	3
2	Serviço de hora máquina trator esteira - lâmina regulagem hidráulica - peso mínimo 10.000 kg, ano da máquina superior a 1990 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horário da máquina.	H	PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	Komatsu	0	134,8000	1
			WINTERPLAN COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (10289)	Winterplan	0	134,9000	2
			RCM TERRAPLANAGEM LTDA - ME (13047)		0	137,0000	3
			JEAN MENIN - ME (12514)		0	139,0000	4
			PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)	Komatsu	0	140,0000	5
			DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME (13048)		0	140,0000	6
3	Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, esteira emborachada, peso mínimo 2.700 Kg e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2006 e excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço) - Horário da máquina.	H	JEAN MENIN - ME (12514)		0	79,5000	1
			RCM TERRAPLANAGEM LTDA - ME (13047)		0	79,7000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 82/2015**

Página: 2/4

**Número do Registro de Preços: 82/2015      Data do Registro: 04/11/2015      Válido até: 04/11/2016**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Am

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de seibro ou seixo, no município de schroeder, num trajeto não superior a 12 Km.	M³	WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (10289)	Winterplan	0	8,7700	1
			JEAN MENIN - ME (12514)		0	8,7800	2
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	Volkswagen	0	8,9000	3
5	Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg.	H	PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)	Titan/Random	0	137,8000	1
			WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (10289)	Winterplan	0	137,8500	2
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	Mercedes Benz	0	140,0000	3
6	Serviço de hora rolo compactador com tração no tambor - Peso Mínimo 7.800 Kg - Horímetro da máquina.	H	PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA. (8849)	Caterpillar	0	128,8400	1
			PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922)	Caterpillar	0	128,8500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 82/2015

Número do Registro de Preços: 82/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Am					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (10289)	Winterplan	0	138,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 82/2015

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 82/2015		Data do Registro: 04/11/2015		Válido até: 04/11/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Am							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2015  
PROCESSO Nº 241/2015

- (8849) - PARISI TRANSPORTES DE TERRAPLENAGEM LTDA.
- (8922) - PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME
- (10289) - WINTERPLAN COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
- (12514) - JEAN MENIN - ME
- (13047) - RCM TERRAPLENAGEM LTDA - ME
- (13048) - DAMACENO TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA - ME

Schroeder, 4 de Novembro de 2015.

**ATA TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2015-PMS SEQUENCIA 03**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 11/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 206/2015 Data do Processo: 24/09/2015

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 197/2015 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de Março, trecho I, Bairro Itoupava-Açú, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Mun

A comissão reuniu-se após transcorrido prazo de recurso e contra recurso da fase de habilitação. Foi recebido o recurso impetrado pela empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o no. 05.584.906/0001-14 e Parecer da Procuradoria nº 131/2015-PROJUR. O Parecer da Procuradoria nº 131/2015-PROJUR traz na sua conclusão o indeferimento do recurso da empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA, mantendo o regular andamento do certame. A comissão de acordo Parecer da Procuradoria nº 131/2015-PROJUR, mantém sua decisão em inabilitar a empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA, conforme consta na Ata 177/2015 (sequência 01) de 15 de outubro de 2015. Fica marcado para dia 06 de novembro de 2015, às 13h30min, a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e do Parecer da Procuradoria nº 131/2015-PROJUR às empresas participantes.

Schroeder, 4 de Novembro de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Membro
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro Suplente

# Serra Alta

## PREFEITURA

### PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2015

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2015

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E O SR. NELSO PAULETTO NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE FORNECIMENTO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, Cep: 89871-000, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do CPF nº 353.597.570-00 e RG nº 6011000632.

CONTRATADO: SR. NELSO PAULETTO, com sede na(o) Linha Sede, interior do Município de Serra Alta/SC, portador do CPF nº 674.344.289-53 e RG 2.432.829.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente TERMO ADITIVO em decorrência do Processo de Licitação Nº. 020/2015, PREGÃO PRESENCIAL, homologado em 13/05/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "3.1 da Cláusula Terceira- Do Preço e Condições de Pagamento" relativo ao contrato nº 035/2015, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO"

3.1. Fica acrescido o valor de R\$ 143,28 (Cento e quarenta e três reais e vinte e oito centavos) do valor inicialmente contratado, relativo a aquisição de mais 72 Kg de Banana da Terra, considerando que a quantidade adquirida, não foi o suficiente para atender a demanda das escolas. Sendo assim, a partir da presente data a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pela aquisição do item: nº 07 objeto deste Contrato, o preço proposto total de R\$ 1.536,28 (Hum mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato

Administrativo 035/2015, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento. e testemunhas.

SERRA ALTA/SC, 05 de novembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

NELSO PAULETTO  
REPRESENTANTE  
Contratado

Analizado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ  
OAB/SC 32.515

Testemunhas:  
VANDERLI RUI DE GASPARI  
CPF: 418.827.760-20

JANETE PETRY CERIZOLI  
CPF: 014.831.769-32

# Sombrio

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 25/2015 - SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº. 025/2015

Modalidade – Dispensa nº. 025/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO BÁSICO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMESC.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE –AMESC.

VIGÊNCIA: 03/11/2015 a 31/12/2015

VALOR DO OBJETO: R\$ 63.712,39 (sessenta e três mil setecentos e doze reais e trinta e nove centavos)

JUSTIFICATIVA: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos municípios de Sombrio/SC.

Sombrio - SC, em 11 de novembro de 2015.

Gislane Dias da Cunha

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 95/2015 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 95/2015

OBJETO: SERVIÇOS DE ACESSORIA EM TELECOMUNICAÇÕES NA ÁREA DE TELEFONIA MÓVEL.

CONTRATADO: INOVA ACESSORIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO

VIGÊNCIA: 03/11/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado na forma do Art. 57, II da Lei 8.666/93.

VALOR DO OBJETO: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Sombrio - SC, em 03 de Novembro de 2015.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 120/15

CONTRATO N.º 120/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO-SC

CONTRATADO: FORAUTO VEÍCULOS LTDA

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a aquisição de 02 (dois) caminhões equipados com compactadores de lixo, com capacidade mínima de 15m³ e 01 (um) caminhão equipado com carroceria para coleta seletiva de lixo.

DO VALOR: R\$ 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil reais)

DA VIGÊNCIA: 28/08/2015 a 31/12/2015

Data da assinatura: 28/08/2015

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 215/2015

DECRETO nº 215 de 30 de outubro de 2015.

"AUTORIZA VEÍCULO RENAULT MASTER PLACAS MKC 1964, A DESLOCAR-SE AO MUNICÍPIO DE ITA, PARA LEVAR VEREADORES E SERVIDORES MUNICIPAIS NOS JOGOS DA ACAMOSC QUE SERÁ REALIZADO DIA 31.10.2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SUL BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, Éder Ivan Marmitt no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orgânica municipal, .

Considerando que o veículo Renault Master esta lotado na secretaria de saúde Placa MKC 1964, ira fazer o transporte de servidores municipais e vereadores no evento da Acamosc que aconteceu no dia 31 de outubro de 2015 na cidade de Ita SC

CONSIDERANDO, por fim, que a veículo será usado pelo Servidor habilitado Jociel Bueno de Quadro.

DECRETO:

Art. 1º. – FICA AUTORIZADA em caráter temporária e excepcional a utilização do veículo Renault Master, placas MKC 1964, para deslocamento ate a cidade de Ita SC, para levar vereadores e servidores municipais para jogos da Acamosc, com retorno no mesmo dia.Ficando as despesas de responsabilidade da camará de vereadores.

Art. 2º.- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM, pela Lei Municipal nº 1.027/2015.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrárias.

Sul Brasil-SC, 30 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Publicado e registrado na data supra.

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### PORTARIA 042/2015

PORTARIA Nº 042, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal Marinilze Cecato, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com lotação na Secretaria de Assistência Social de 11 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 05.04.2014 a 04.04.2015, e 05.04.2015 a 04.04.2016 serem gozadas no período de 03.11.2015 a 13.11.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

03 de novembro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

**PREGÃO 035/2015**

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM.

Processo Administrativo Nº.:058/2015

Pregão Presencial nº.:035/2015

DOTAÇÃO:

**1. DA LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina - CEP 89855-000, através de seu Prefeito Municipal Sr. EDER IVAN MARMITT, e pelo PREGOEIRO, designado pelo Decreto nº 181/2015, comunicam os interessados que está realizando o Processo Administrativo nº.058/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº.035/2015, do tipo "Menor preço Unitário", de conformidade com a Lei nº.10.520 de 17 de julho de 2002, Lei nº.8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº.049/2006, e nos termos deste Edital, realizará Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para Contratação de Horas de Serviços de Trator Agrícola, conforme objeto descrito no Anexo II.

Com vencimento previsto para a entrega dos envelopes, contendo os documentos para habilitação e proposta no(a) no Centro Administrativo Municipal, para as 09:00 horas do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e quinze (17/11/2015) - (terça-feira) e a abertura do invólucro da documentação de habilitação a realizar-se as 09:30 horas do dia dezessete de novembro do ano de dois mil e quinze (17/11/2015) - (terça-feira), no Centro Administrativo Municipal, situado à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil/SC.

**2. DO OBJETO**

A presente licitação na modalidade Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM, para colheita e transporte de silagem para os agricultores do município de Sul Brasil/SC.

**OBSERVAÇÕES:**

I - O objeto da licitação é a escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa(s) na contratação de empresa(s) para execução de HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM, ou seja, conforme itens especificados no Anexo I deste edital.

II - A prestação dos serviços será de acordo com a necessidade do município, pelo prazo de 12 meses, contados a partir da assinatura da Ata, podendo ser prorrogado, por igual período, DESDE que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do vencimento da Ata, e de conformidade com o estabelecido nas Leis nº.8.666/93 e 8.883/94. E deverá ser executado:

a) Na colheita e transporte de silagem nas propriedades dos agricultores do município de Sul Brasil/SC.

**DATA, HORÁRIO E LOCAL DE RECEBIMENTO:****RECEBIMENTO DAS CREDENCIAIS, PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:**

Impreterivelmente às 09:30 horas do dia 17/11/2015

LOCAL: Sala do Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil/SC.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:**

Processo Administrativo nº.058/2015.

Pregão Presencial nº.035/2015

E-mail: sulbrasil@sulbrasil.sc.gov.br

Fone: (49)33670030

Horário de expediente: das 07:30 às 11:30 hs e 13:30 às 17:30 hs. Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

I- Modelo de Proposta;

II- Aspectos gerais da licitação (Termo de Referência);

III- Relação dos documentos de habilitação;

IV- Modelo de Declaração "cumpre plenamente os requisitos de habilitação";

V- Modelo de Carta de Credenciamento;

VI- Modelo de Declaração de Conhecimento e aceite dos Termos do Edital;

VII- Modelo Declaração que não possui empregados menores;

VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

IX - Lista de Itens com o valor máximo admitido.

**3. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES**

3.1 Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições

de credenciamento exigidas neste Edital.

3.2 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no Preâmbulo deste Edital, cabendo ao Prefeito Municipal decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no Edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

#### 4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das seguintes situações a seguir:

I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto do parágrafo único do art. 97, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigentes de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

III - Empresa em consórcio.

#### 5. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1 O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo V), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto).

5.2 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público do MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

5.3 Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo, exceto o documento de identificação que será efetuado Xerox e devolvido ao portador.

5.4 A não apresentação dos documentos para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

5.5 Cada representante poderá representar um único licitante.

5.6 As microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos benefícios constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar fora dos envelopes Nº 01 e 02, no ato do credenciamento, Declaração que pretende gozar do benefícios, juntamente com Certidão da Junta Comercial comprovando a situação que é Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, autenticada em cartório.

5.7 Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis) na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

##### 5.7.1 ENVELOPE PROPOSTA:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº.035/2015

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM.

##### 5.7.2 ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº035/2015

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PAR COLHEITA DA SILAGEM

5.8 O envelope nº.1 (proposta) deverá conter todos os requisitos exigidos no item 08 deste Edital, enquanto que o envelope nº.2 (documentação) deverá conter a documentação exigida no Anexo III.

5.9 No ato da entrega dos envelopes ao Pregoeiro, o licitante deverá entregar, também e separadamente, Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/2002), podendo utilizar-se do modelo constante do Anexo IV do presente Edital.

#### 6. OBJETO DA LICITAÇÃO

6.1 A descrição detalhada do objeto e demais informações consta no Anexo II deste Edital.

## 7. DA CONDIÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I - Credenciamento dos interessados;

II - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;

IV - A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou lance de menor preço;

V - Adjudicação da proposta de menor preço;

VI - A elaboração de Ata;

VII - A condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - Recebimento, exame e encaminhamento dos recursos, caso existam, ao Prefeito Municipal para decisão com prévio relatório;

IX - Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

## 8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

I - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

II – Que forem superiores aos valores de mercado admitidos por item, bem como se mostrarem inexequíveis.

8.2 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.3 As propostas classificadas serão selecionadas para etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores e observado o disposto no inciso II do item 8.1;

II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes. Neste caso, também, será observado o disposto no inciso II, do item 8.1.

8.4 Os valores máximos admitidos por item estão descritos no Anexo IX deste edital

## 9. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES

9.1 Após a fase de "Classificação das Propostas", o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da "Sessão Pública", da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

9.1.1 Na fase da "Sessão Pública", os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de reuniões da sede do Município de Sul Brasil/SC, para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no preâmbulo deste Edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.

9.1.2 Após as devidas orientações e recomendações, ao Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formularem lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.1.3 O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.1.4 A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se o último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

9.1.5 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.

9.1.6 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

9.2 No caso de não existirem lances verbais, serão considerados os valores obtidos na etapa de "Abertura das Propostas", desde que verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços.

## 10. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

10.1 Ao final da etapa de lances, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação do licitante vencedor.

10.2 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor.

10.2.1 O Pregoeiro, observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

10.3 Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao (à) autor (a) da proposta ou lance de menor preço.

10.3.1 O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

## 11. DAS PROPOSTAS

11.1 São requisitos da proposta de preços:

I - Ser preenchida, preferencialmente, através do Anexo I do presente, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante;

II - Conter preço unitário e total para todos os itens, já inclusas as despesas com mão-de-obra para o abastecimento quando cabível, seguros, impostos e todos os demais encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e outros tributos pertinentes;

III - Conter identificação do licitante;

IV - Vigência contratual: de acordo com as normas previstas no Anexo II do Edital;

V - Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;

VI - Validade da proposta: 60 dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.

11.2 A omissão da indicação na proposta dos incisos "IV" e "VI" do item anterior, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

11.3 Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade das propostas para um período específico adicional. Essa solicitação, bem como as respostas dos proponentes, será feita por escrito via fax-símile ou e-mail. O proponente poderá recusar a solicitação, resultando na desistência da participação do processo licitatório, sem que a ele sejam imputadas penalidades por tal ato.

## 12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 A Administração designará o responsável ou os Secretários Municipais ou a quem eles designarem para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da prestação dos serviços, o qual se manifestará antes da realização do pagamento à respectiva beneficiária, sobre o desempenho da mesma, no cumprimento de suas obrigações.

## 13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa CONTRATADA da seguinte forma:

13.2 Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias.

13.3 O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante vencedora, através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, até 10º dias após apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável do Município de Sul Brasil/SC.

## 14. DO REAJUSTE

14.1 O preço cotado não será reajustado ou alterado.

## 15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1 O critério de julgamento será exclusivamente o de Menor Preço Unitário ofertado.

15.1.1 Para fins de julgamento, serão considerados preços com ATÉ 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS, após a vírgula.

15.2 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

15.3 Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

15.4 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

15.5 Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

15.6 Constatado o atendimento pleno às exigências edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

15.7 Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarado vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

15.8 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

15.9 Verificada a condição de empate entre duas ou mais propostas finais, será assegurada preferência de contratação para os empresários, microempresas ou empresas de pequeno porte.

15.10 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelos empresários, microempresas ou empresas de pequeno porte seja até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

15.11 Para efeito, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

(a) o empresário, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos (sob pena de preclusão), proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

(b) não ocorrendo a contratação do empresário, microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese anterior, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo previsto na alínea anterior;

(c) na hipótese da não-contratação nos termos previstos nas alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

(d) o disposto neste item (15.11) somente se aplicará quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por empresário, microempresa ou empresa de pequeno porte;

## 16. DOS RECURSOS

16.1 Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado (a) legalmente ou não identificado (a) no processo para responder pelo (a) licitante.

16.2 A falta de manifestação imediata e motivada, no final de cada Sessão, importará na decadência do direito de recurso.

16.2.1 Após a manifestação imediata, o licitante terá prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2.2 A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

16.3 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo (a) licitante.

16.4 Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

16.5 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 17. DAS SANÇÕES

17.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

17.2 O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

17.2.1 Advertência;

17.2.2 Multa:

17.2.3 No caso do não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável, à CONTRATADA, uma multa moratória de valor equivalente a 10% da contratação, sem prejuízo as demais penalizações atinentes ao descumprimento da avença;

17.2.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº.87 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, garantida a ampla defesa, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato limitado a 10% do valor contratual.

17.2.5 Multa de dez por cento (10%) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de cinco (05) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

17.3 Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até dois (02) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer a suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de, pelo prazo de cinco (05) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

17.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

17.5 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, ao Setor de Compras e Licitações notificará o PROPONENTE VENCEDOR para assinatura da Ata.

18.2 O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

18.3 A ata de registro de preços a ser firmada entre o Município e a empresa vencedora do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

18.4 É pressuposto de validade das contratações que os preços registrados sejam compatíveis com os praticados no mercado, razão pela qual poderão ser revisados pelo Município de Sul Brasil/SC.

## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O Município poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

19.2 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.3 É facultado o Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.4 Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.

19.5 O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração Municipal, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7 As decisões referentes a este processo poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou ainda, mediante publicação no Quadro de Avisos do Município.

19.8 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com observância na legislação regedora.

19.9 A participação do (a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

19.10 Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município de Sul Brasil, inclusive membros da Equipe de Apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

19.11 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Modelo/SC.

Sul Brasil - SC, 04 de novembro de 2015.

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Estado de Santa Catarina
Município de Sul Brasil
Departamento de Licitações
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO N.º.035/2015
PROPOSTA DE PREÇOS
Ao
Município de Sul Brasil
Avenida Doutor José Leal Filho, 589
Referente: Processo Administrativo nº.058/2015 – Pregão Presencial Para Registro de Preços N.º.035/2015

DADOS DA PROPONENTE
a) Razão Social :
b) Endereço:
c) Telefone:
d) CNPJ:
Assunto ..... : PROPOSTA
Vimos pelo presente encaminhar nossa proposta de preços para o Pregão Presencial N.º035/2014, instaurada pelo Município de Sul Brasil/SC;

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência 75cv a 89 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1200		
2	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência acima de 90 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1700		
3	Serviço de horas máquinas de trator de pneus com todas as potência, TRAÇADO 4X4, para puxar silagem, sendo os tratores equipados com carretão e demais implementos.	H	1050		
Total					

1 - Declaramos ainda que:

- 1 - Examinamos os documentos da Licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaborar a presente Proposta;
- 2 - Estamos cientes e concordamos com os termos da Minuta da Ata;
- 3 - Conhecemos o local e forma de entrega dos produtos e serão entregues nos termos definidos no Edital;
- 4 - Que o prazo de validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias;
- 5 - Que nos preços estão contemplados todos os impostos, taxas, fretes, lucros e demais despesas;
- 6 - Que a entrega será conforme necessidade da Administração;
- 7 - Que as condições de pagamento são as constantes no Edital;

2 – Dados do responsável:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:

Nome:

Profissão, estado civil e nacionalidade:

Identidade:

CPF:

Endereço completo:

LOCAL E DATA

NOME DO RESPONSÁVEL e ASSINATURA

CARGO

Carimbo CNPJ

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DO OBJETO

0.1 Constitui Objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de Horas de Serviços de Trator Agrícola para Colheita da Silagem, pelo período de 12 (doze) meses ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme itens abaixo registrados:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unit.	Valor total
1	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência 75cv a 89 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1200		
2	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência acima de 90 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1700		
3	Serviço de horas máquinas de trator de pneus com todas as potência, TRAÇADO 4X4, para puxar silagem, sendo os tratores equipados com carretão e demais implementos.	H	1050		
Total					

0.2 A prestação dos Serviços elencados neste Anexo serão de acordo com as necessidades do município de Sul Brasil/SC, com a devida autorização de servidor encarregado pela Administração.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.1 As despesas decorrentes de fornecimentos correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento financeiro de 2015 e 2016.

## 3. DOS LANCES

2.1 A critério do Pregoeiro e com a concordância de todas as licitantes presentes e credenciadas, através de seus representantes legais, poderá haver um intervalo mínimo entre um lance e outro, registrando-se tal procedência em Ata.

## 4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata, ou até que se esgote o valor total estimado, sendo o que ocorrer primeiro.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Responsabilizar-se pelo trator(es) agrícola(s), objeto desta licitação por ocasião da execução dos serviços, obrigando-se a manter o(s) mesmo(s) seguro(s) contra acidentes incêndios, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados quando da execução dos serviços.

4.2 Executar os serviços em caráter prioritário, depois de solicitados e somente depois de autorizados pelo Município de Sul Brasil/SC.

4.3 Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto da licitação, sempre que solicitado pelo Município de Sul Brasil/SC.

Prefeito Municipal

## ANEXO III

## RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou por servidor designado do Município de Sul Brasil/SC.

2. O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União conjunta com o INSS;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do participante;
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "IV";
Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores, juntamente com a Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da Comarca ou sede da pessoa jurídica;
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440/2011.

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

AO

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.035/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM.

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

## ANEXO V

## CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.035/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM.

ABERTURA:

A \_\_\_\_\_ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, credencia como seu representante o Sr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (nome e qualificação), CPF Nº \_\_\_\_\_ e CI Nº \_\_\_\_\_ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

## ANEXO VI

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITE DOS TERMOS DO EDITAL

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ/MF sob o n. \_\_\_\_\_, declaro junto ao Município de Sul Brasil – Edital de Pregão

Presencial para Registro de Preços nº.035/2014, referente ao processo licitatório nº.058/2015, cujo objeto é o registro de preços de para CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM, que tenho pleno conhecimento das normas deste edital e concordo com o seu conteúdo, bem como, de que recebi todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A presente declaração é a expressão da verdade, não podendo ser rasurada nem emendada sob pena de anulação. Nada mais.

, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Nome completo e assinatura do proponente

#### ANEXO VII

#### MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS MENORES:

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório nº.058/2014, sob a modalidade de Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº.035/2014, instaurado por esse Município de Sul Brasil/SC. Por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possuem em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito (18) anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis (16) anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze (14) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente em duas (02) vias de igual forma e teor.

Local e data.

Representante Legal.

#### ANEXO VIII

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ..../2015

PROCESSO Nº.058/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº.035/2015  
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de dois mil e treze, o Município de Sul Brasil/SC, inscrito no CNPJ sob nº.95.990.107/0001-30, com sede à Avenida Doutor José Leal Filho, 589, centro, cidade de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EDER IVAN MARMITT, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º044/2014, onde teve a participação dos seguintes interessados: ....., RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) das empresas: ..... CNPJ ..... e ..... CNPJ ....., ..... CNPJ. .... de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

0.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços de para CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS DE TRATOR AGRÍCOLA PARA COLHEITA DA SILAGEM, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unit.	Valor total
1	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência 75cv a 89 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1200		
2	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência acima de 90 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1700		
3	Serviço de horas máquinas de trator de pneus com todas as potência, TRAÇADO 4X4, para puxar silagem, sendo os tratores equipado com carretao e demais implementos.	H	1050		
Total					

0.0.1 Os preços, os fornecedores, as quantidades, e a classificação, registrado na presente Ata, encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unit.	Valor total
1	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência 75cv a 89 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1200		
2	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência acima de 90 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1700		
3	Serviço de horas máquinas de trator de pneus com todas as potência, TRAÇADO 4X4, para puxar silagem, sendo os tratores equipado com carretao e demais implementos.	H	1050		
Total					

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1.1 O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração e Compras do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina.

2.2 O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

2.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, e as demais que seguem:

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto da mesma forma em que ocorre a revisão dos contratos.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

§3º Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

§ 4º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 5º Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.4 Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

## 4. DO CONTRATO

3.1 Durante o prazo de validade da presente ata, o fornecedor ..... e o Município de Sul Brasil/SC, a critério do Município de Sul Brasil, de acordo com necessidade de consumo, será intimada para entregar o combustível requerido através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

3.2 Se o fornecedor recusar-se a entregar o serviço requerido, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

## 5. DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado na tesouraria do Município de Sul Brasil/SC, através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, até 10 dias após entrega dos produtos objeto desta licitação, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pelo órgão responsável do Município de Sul Brasil/SC.

4.2 A prestação dos serviços somente serão realizados se houver necessidade dos mesmos, conforme solicitação do Município de Sul Brasil/SC.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

5.2 Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

5.3 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 Fornecer os combustíveis de acordo com o objeto da Licitação.

6.2 Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

6.3 Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º.035/2015

## 8. DAS PENALIDADES

7.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

7.2 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

## 9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os combustíveis no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 10. DA PUBLICIDADE

9.1 Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no site do município ([www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br)).

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º.035/2015, e documentos atinentes ao processo licitatório.

## 12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Modelo – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADA

Testemunhas:

ANEXO IX  
LISTA DE ITENS COM O VALOR MÁXIMO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unit.	Valor total
1	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência 75cv a 89 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1200	R\$ 46,40	R\$ 55.680,00
2	Serviço de horas máquinas de trator de pneus TRAÇADO 4X4, com potência acima de 90 cv para colheita da silagem, sendo os tratores equipados com ensiladeira, carretão e demais implementos.	H	1700	R\$ 58,00	R\$ 98.600,00
3	Serviço de horas máquinas de trator de pneus com todas as potência, TRAÇADO 4X4, para puxar silagem, sendo os tratores equipado com carretao e demais implementos.	H	1050	R\$ 34,80	R\$ 36.540,00
Total					R\$ 190.820,00
Valor por extenso:					

PARECER JURÍDICO

Este edital e minuta de contrato se encontra examinado e aprovado por esta Procuradoria Jurídica.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA  
OAB/SC 18532

# Timbé do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL/SC

CONTRATO N.º 06/2015.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul/SC.

Contratada: Empresa GLOBAL BANDEIRAS EIRELI – ME. Objeto: Aquisição de 10 quadros personalizados em chapas de aço, de 60x85cm para galeria da Câmara de Vereadores. R\$ 21.800,00 (Vinte e um mil e oitocentos reais). Data da Assinatura: 21/10/2015. Vigência: até 31/12/2015.

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### CONTRATO 1\_06/2014

CONTRATO N. 1\_06/2014

PROCESSO N. 08/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 06/2014, CELEBRADO ENTRE O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÉ DO SUL/SC E LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA EM JUIZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, de um lado a autarquia SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.820.076/0001-90, com sede à Rua Carlos Savi, 365 - Centro – Timbé do Sul/SC, neste ato representada pelo seu diretor administrativo Ricardo Stecanella, inscrito no CPF sob nº 733.001.369-20, denominada CONTRATANTE, e de outro lado LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na OAB/SC sob n.º 135/94 e no CNPJ sob n.º 00.532.330/0001-28, com sede à Rua Vitor Konder, 125, sala 405 – Centro – Florianópolis/ SC, neste ato representada pelo seu sócio administrador Milton Laske, inscrito na OAB/SC sob n.º 1.276 e no CPF sob n.º 105.676.749-91, denominada CONTRATADA, tem justos e contratados o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** De acordo com o estabelecido no caput da Cláusula III do contrato aditado e conforme a variação do índice INPC dos últimos 12 meses (9,9038%), a partir de 01/11/2015 o valor mensal fica reajustado para R\$ 366,00 (trezentos e sessenta e seis reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O presente instrumento terá vigência de 01 de Novembro de 2015 a 31 de Outubro de 2016, podendo ser renovado até o limite máximo de tempo autorizado pela Lei n.º 8.666/93, e podendo a qualquer tempo ser alterado mediante assinatura de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** As despesas decorrentes do presente Contrato, de 01/novembro a 31/dezembro/2015 correrão por conta do orçamento de 2015 e as de 01/janeiro a 31/outubro/2016 correrão por conta do orçamento de 2016, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 17 (SAMAE)

Unidade: 01 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 111 (Água e Saneamento para Todos)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 01 (Recursos Ordinários )

Projeto/Atividade: 2.030 (Gerenciamento e Manutenção da Estrut. Administrativa)

Elemento: (10) 3.3.90.35.01.00.00.00 (Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica)

**CLÁUSULA QUARTA:** As demais cláusulas do contrato aditado permanecem inalteradas.

**CLÁUSULA QUINTA:** Fica eleito o foro da Comarca de Turvo/SC, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E por estarem de acordo, lavram o presente Termo do Primeiro Aditivo ao Contrato n.º 06/2014, em 03 (três) vias de igual teor, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul, 01 de Novembro de 2015.

Ricardo Stecanella

DIRETOR DO SAMAE

Milton Laske

Laske & Feyh S/S de Advocacia

TESTEMUNHAS:

Juciana Carlessi Burin

CPF: 669.450.709-72

Rogério Urbano Feyh

CPF: 983.377.429-68

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA DISPENSA Nº 112 2015 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2015 - PMT

Às nove horas e trinta minutos, do terceiro dia, do mês de novembro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 e alterações posteriores, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 112/2015 – PMT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa de fls. 0004/0023 (abaixo relacionados) apresentados pela empresa ELETROTEC COMERCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA ME:

Orçamento detalhado/originais das propostas de preços e demais documentos que comprovem/justifiquem os preços do fornecedor	Lei 8.666/93 Art. 38, IV e art. 26, III
Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo/Contrato Social e Terceira alteração contratual	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Timbó	Art. 29, III – Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Alvará de Licença para Localização e Funcionamento	
Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos	Lei nº 8.666/1993, inciso V do artigo 27, acrescido pela Lei nº 9.584/1999
Consulta Pública ao Cadastro do Estado de Santa Catarina – SINTEGRA/ICMS	

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular, no entanto, tendo em vista a exigência do item 7.3.3 do edital a Comissão entende que, para dar prosseguimento a contratação, necessário anexar ao procedimento/processo de Dispensa as seguintes declarações:

- Original ou fotocópia autenticada da Declaração que não é inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;
- Que não é impedido de transacionar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;
- Que conhece e aceita todas as condições do edital e anexos.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

PRISCILA MACEDO

Membro

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

### ATA INEXIGIBILIDADE Nº 110 2015 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 110/2015 - PMT

Às nove horas, do quarto dia, do mês de novembro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 e alterações posteriores, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, para análise dos documentos constantes do Processo da Inexigibilidade de Licitação nº 110/2015 – PMT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de Inexigibilidade de fls. 0014/0028 (abaixo relacionados) apresentados pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA:

Ato constitutivo (Contrato Social - 12ª Alteração)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Cópia do Contrato de Credenciamento nº. 2015/23-02 – Proveniente do Credenciamento de Empresas para pavimentação de vias processo licitatório nº 23/2015	
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica - CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I

Da análise destes documentos, a Comissão entende que para dar prosseguimento a contratação, necessário anexar ao procedimento/processo de inexigibilidade a apresentação da Certidão Negativa de Débitos do Município Sede, tendo em vista que a licitante apresentou Certidão Positiva de Débitos do Município Sede.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

PRISCILA MACEDO

Membro

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

### **AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08 2015 FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que no edital acima citado, objetivando a aquisição de material de enfermagem destinado às Unidades de Saúde, Salas de Vacina, CAPS, Policlínica de Referência e SAMU, conforme especificações constantes no Anexo I, houve alteração na "Descrição" e no "Valor Unitário" do item nº 63, da tabela constante no Termo de Referência, do Anexo I, sendo correto o seguinte:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor unitário (R\$)
63	300	FRASCO	"Detergente enzimático com 04 (quatro) enzimas, frasco com 1 litro, biodegradável, a base de álcool isopropílico e tensoativos não iônicos, concentração mínima de tensoativos de 6%, com ph puro neutro (6,5 - 7,5), não corrosivo, isento de nonilfenol ou polialquilfenóis, lavagem manual ou automatizada, com diluição única de uso igual ou acima de 2ml por litro (0,2%). De acordo com a RDC nº 55."	75,50

Fica excluído o subitem 8.2.3, constante erroneamente no layout do edital.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 19/11/2015 as 08h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h10min da mesma data da entrega dos documentos. A etapa de lances acontecerá no dia 25/11/2015 às 8h00min.

Ficam inalteradas as demais exigências dispostas no edital.

Timbó, 04 de novembro de 2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 29 2015 FCT - PONTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NATAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 29/2015 - FCT

OBJETO: contratação com pessoa(s) jurídica(s) para comercialização de alimentação e bebida objetivando a composição da Praça de Alimentação do evento Natal Mais Encantado 2015, que acontecerá no período de 22 de novembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016, disponibilizando toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 18 de novembro de 2015. ABERTURA: dia 18 de novembro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 04/11/2015  
Jorge R. Ferreira  
Presidente da Fundação Cultural

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 113 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE CADERNOS PARA AS UNIDADES PRÉ ESCOLARES**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 113/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de cadernos para as Unidades Pré Escolares, em atendimento às necessidades da Rede Municipal de Ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 18 de novembro de 2015. ABERTURA: dia 18 de novembro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).  
TIMBO (SC), 04/11/2015  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 03.2015 IBF**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 03/2015 FMS  
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATADO: IBF Indústria Brasileira de Filmes S/A  
OBJETO: Acréscimo de 22 caixas ao item 01 (filme digital AGFA).  
DATA DA ASSINATURA: 03/11/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretária Municipal de Saúde

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015**

Câmara Municipal de Timbó  
Estado de Santa Catarina

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015**

Contrato para Prestação de Serviços em Informática, Locação de Sistema de Gerenciamento do Processo Legislativo

Licitação: Pregão Presencial nº 03/2015  
Contratante: Câmara Municipal de Timbó  
Contratada: Info Digitalle – Soluções Tecnológicas para Gestão Documental LTDA – ME

Objeto: Locação do direito de uso, a manutenção, a atualização e suporte técnico de programa de computador para gerenciamento do processo legislativo, incluindo um módulo somente para o programa Câmara Mirim, compreendendo: inclusões/ alterações/ adaptações/melhorias/facilidade de acesso/suporte técnico/manutenção e segurança (backup), organizando e melhorando o fluxo de informações do processo legislativo. O objeto também compreende a digitalização e indexação de documentação dentro do software que será locado, os quais encontram-se detalhados conforme

Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015, e este instrumento.

Vigência: A vigência deste contrato para os serviços de implantação do software e digitalização e indexação da legislação será a partir da sua assinatura e para a locação do sistema de gerenciamento e locação da hospedagem da legislação será de doze (12) meses, e terá início em 01/01/2016 e término em 31/12/2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 48 (quarenta e oito) meses, conforme autoriza o art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93, contados a partir da data do início da vigência do contrato, podendo este ser alterado ou prorrogado na forma estabelecida na Lei nº. 8.666/93.

Valor: O valor da Contratação é de R\$ 7.080,00 para o Item I, que compreende a implantação do sistema a ser paga em parcela única, locação do sistema e a hospedagem da legislação pagas mensalmente e de R\$ 27.634,50 para o Item II que compreende a digitalização e indexação da legislação, a ser paga em parcela única.  
Assinado: 04/11/2015

Assinado por: Marcelo Luiz Ferrari (Câmara Municipal) e Jean Carlo Damasio (Info Digitalle)

## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PLO 40/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 40/2015 - Autoriza o Município de Timbó a repassar recursos financeiros do FUMTRAN ao FUMPOM para aquisição de dispositivos elétricos incapacitantes SPARK e seus acessórios aos policiais militares de Timbó.

Autor do Projeto: Prefeito Laércio Schuster Júnior.

Relator do Parecer: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que pretende repassar contribuição com recursos do FUNTRAM ao FUMPOM, para a aquisição de dispositivos elétricos incapacitantes SPARK e seus acessórios aos policiais militares de Timbó, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 26 de outubro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 27 de outubro, em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 04 de novembro a Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

Quanto ao aspecto da técnica legislativa, o projeto de lei complementar está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998.

O projeto foi apresentado pelo Prefeito Municipal, que possui iniciativa privativa para dispor sobre a matéria, assegurada pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 30. Portanto, formalmente viável o projeto neste sentido.

Nos termos da Constituição Federal, a obrigação de se comprometer com a segurança pública é atribuída à União e aos Estados, nos termos do art. 144 da Carta Magna. Todavia, a participação

colaborativa da sociedade civil também se impõe, uma vez que a Segurança Pública é direito e dever de todos.

Sendo assim, os municípios, sempre que possível, poderão transferir recursos para colaborar com o Estado e a União nas questões que digam respeito às ações de segurança pública em seu território. Todavia, tal possibilidade deve estar prevista em sua legislação orçamentária e possuir autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

No caso concreto, verifica-se que os valores repassados correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2015, de acordo com o art. 2.º da proposição, respeitando-se, portanto, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, outrora referida.

Cabe salientar que todo e qualquer atos que a Administração Pública deseja realizar precisará, obrigatoriamente, estar alicerçado na finalidade e no interesse público, por serem princípios expressos pela Constituição Federal no seu art. 37, cabendo esta análise às comissões de mérito.

### III - CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 40/2015. Este é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 2015.

Rubens Borchardt

Presidente

Douglas Emanuel Marchetti Reimar Raddatz

Relator Membro

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

### PORTARIA N. SAMAE- 165, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 165, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3852, de 01/06/2015;

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
FABRICIO DE QUADROS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	11/04/1989	069.362.339-02	44 horas	03/11/2015 a 30/11/2015

GUILHERME FELIPE MICHELMANN FERREIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	14/04/1993	086.938.509-70	44 horas	03/11/2015 a 30/11/2015
---	------------	----------------	----------	----------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

# Três Barras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.462 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.462 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ANTONIO ADALBERTO ARAUJO DE SOUZA, NILVA MARIA KANZLER DE SOUZA E JOSIANE GONÇALVES DE LIMA, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Antonio Adalberto Araujo de Souza, Nilva Maria Kanzler de Souza e Josiane Gonçalves de Lima, localizado na esquina formada pelas Ruas Benedito Cordeiro e Ernesto Bishop, bairro Vila Nova, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 15.382 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 729,40 m² (setecentos e vinte e nove metros e quarenta centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01-A com 316,98 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Ernesto Bishop se encontra; à Frente, com a Rua Ernesto Bishop na extensão de 17,20 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 02 na extensão de 14,80 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-B na extensão de 3,70 metros e 16,10 metros, num total de 19,80 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras de Leo Johan Van Nouhuys na extensão de 23,00 metros lineares. Com uma casa residencial de alvenaria medindo 80,00 m² (oitenta metros quadrados).

II – Lote 01-B com 412,42 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Benedito Cordeiro se encontra; à Frente, com a Rua Benedito Cordeiro na extensão de 13,40 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 01-A na extensão de 3,70 metros e 16,10 metros, num total de 19,80 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 02 na extensão de 25,20 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Ernesto Bishop na extensão de 23,80 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 19 de janeiro de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

### DECRETO Nº 4.468 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.468 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE SAMIR EL-KOUBA, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Samir El-Kouba, localizado na esquina formada pelas Ruas João Batista Pacheco e Vitorino Ferreira, bairro Vila Nova, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 6.219 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 553,12 m² (quinhentos e cinquenta e três metros e doze centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 02-A com 287,62 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua João Batista Pacheco se encontra; à Frente, com a Rua João Batista Pacheco na extensão de 19,50 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 04 na extensão de 19,50 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 01 na extensão de 14,75 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 02-B na extensão de 14,75 metros lineares.

II – Lote 02-B com 265,50 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua João Batista Pacheco se encontra; à Frente, com a Rua João Batista Pacheco na extensão de 18,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 04 na extensão de 18,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 02-A na extensão de 14,75 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Vitorino Ferreira na extensão de 14,75 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.469 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.469 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE LEONI ROMANHUK, SITUADO NO BARRA GRANDE, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Leoni Romanhuk, localizado na esquina formada pelas Ruas Antonio da Costa Gomes e Salim Zattar, bairro Barra Grande, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 11.807 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 792,62 m² (setecentos e noventa e dois metros e sessenta e dois centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 47-A com 492,49 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Antonio da Costa Gomes se encontra; à Frente, com a Rua Antonio da Costa Gomes na extensão de 17,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 47-B na extensão de 17,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 46 na extensão de 28,97 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Salim Zattar na extensão de 28,97 metros lineares.

II – Lote 47-B com 300,13 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Salim Zattar se encontra; à Frente, com a Rua Salim Zattar na extensão de 21,53 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 46 na extensão de 13,78 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 47-A na extensão de 17,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras da família de Leonel da Costa Gomes na extensão de 19,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),  
em 12 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.472 DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.472 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE UNIFICAÇÃO DE ÁREAS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE ARTUR OLSEN JÚNIOR E LOURDES TODT OLSEN, SITUADO NO BAIRRO CENTRO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de unificação de áreas dos imóveis de propriedade de Artur Olsen Júnior e Lourdes Todt Olsen, localizada na Rua Roberto Olsen, Bairro Centro, Três Barras – SC, devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob os nos 4.018, 6.000 e 14.878 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel passa a ser de 1.800,00 m² (hum mil e oitocentos metros quadrados), que apresenta as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote nº 22-A com 1.800,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Roberto Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Roberto Olsen na extensão de 45,00 metros lineares; aos Fundos, com um Beco na extensão de 45,00 metros lineares; ao Lado Direito, com terras pertencentes à João Oleinik e José Oleinik na extensão de 40,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes à João Oleinik na extensão de 40,00 metros lineares.

Art. 2º. A presente unificação de área utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.473 DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.473 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE JOELMA MÜHLMANN PENTER E AMILTON CESAR PENTER, SITUADO NO BAIRRO JARDIM ZILDA PACHECO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Joelma Mühlmann Penter e Amilton Cesar Penter, localizado na esquina formada pelas Ruas Antonio Simões da Matta e José Teixeira Cordeiro, bairro Jardim Zilda Pacheco, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 3.554 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 600,00 m² (seiscentos metros

quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 08-A com 349,95 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Antonio da Simões da Matta se encontra; à Frente, com a Rua Antonio da Simões da Matta na extensão de 15,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 08-B na extensão de 15,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 09 na extensão de 23,33 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua José Teixeira Cordeiro na extensão de 23,33 metros lineares.

II – Lote 08-B com 250,05 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Teixeira Cordeiro se encontra; à Frente, com a Rua José Teixeira Cordeiro na extensão de 16,67 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 09 na extensão de 16,67 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 08-A na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01 na extensão de 15,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.474 DE 09 DE MARÇO DE 2015.** DECRETO Nº 4.474 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE JORGE OLANDIR SILVA CRUZ E SANDRA APARECIDA SOARES SILVA CRUZ, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Jorge Olandir Silva Cruz e Sandra Aparecida Soares Silva Cruz, localizado na esquina formada pelas Ruas José Martins e Ernesto Hatschbach, Distrito de São Cristóvão, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 12.667 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 600,00 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 71-A com 300,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Martins se encontra; à Frente, com a Rua José Martins na extensão de 20,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 74 na extensão de 20,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 70 na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Ernesto Hatschbach na extensão de 15,00 metros lineares.

II – Lote 71-B com 300,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Ernesto Hatschbach se encontra; à Frente, com a Rua Ernesto Hatschbach na extensão de 15,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 70 na extensão de 15,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 71-A na extensão de 20,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 74 na extensão de 20,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.475 DE 09 DE MARÇO DE 2015.** DECRETO Nº 4.475 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ELIANE CORRÊA, ANGELO NOVAK, FÁTIMA SCHIESSL PENTER E LUIZ SÉRGIO PENTER, SITUADO NO BAIRRO KM 02, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Eliane Corrêa, Angelo Novak, Fátima Schiessl Penter e Luiz Sérgio Penter, localizado na Rua Júlio Porfírio, bairro Km 02, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 6.820 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 687,00 m<sup>2</sup> (seiscentos e oitenta e sete metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 35-A com 366,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Júlio Porfírio se encontra; à Frente, com a Rua Júlio Porfírio na extensão de 14,60 metros lineares; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 11,40 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 35-B na extensão de 27,26 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 34 na extensão de 29,00 metros lineares.

II – Lote 35-B com 321,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Júlio Porfírio se encontra; à Frente, com a Rua Júlio Porfírio na extensão de 10,40 metros lineares; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 13,60 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 36 na extensão de 26,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 35-A na extensão de 27,26 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.476 DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.476 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE UNIFICAÇÃO DE ÁREAS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de unificação de áreas dos imóveis de propriedade do Município de Três Barras, localizada na Avenida Abrahão Mussi, Distrito de São Cristóvão, Três Barras – SC, devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob os nos 27.235 e 29.020 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel passa a ser de 128.155,00 m<sup>2</sup> (cento e vinte e oito mil, cento e cinquenta e cinco metros quadrados), que apresenta as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote nº 01 com 128.155,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: AO NORTE, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 196,00 metros, com terras pertencentes a Gilberto Becker na extensão de 30,00 metros, com terras pertencentes a Airton Jarschel na extensão de 7,00 metros, com terras pertencentes a Fauri de Lima na extensão de 5,50 metros, com terras pertencentes a Margarida Massaneiro Soares na extensão de 24,00 metros, com a Travessa Cabriúva na extensão de 14,00 metros, com terras pertencentes a Salvador Ferreira na extensão de 34,50 metros, com a Rua Aquiles Ferrari na extensão de 16,50 metros, com a Rua Pintassilgo na extensão de 27,00 metros, com terras pertencentes a Francisco Ferreira Cardoso na extensão de 20,00 metros, com terras pertencentes a Euclides dos Santos na extensão de 20,00 metros, com terras pertencentes a Gilberto Mariano de Santana na extensão de 40,00 metros, com terras pertencentes a Vera Girardi na extensão de 25,00 metros e com terras pertencentes a Osório Veiga na extensão de 15,00 metros; AO SUL, com terras pertencentes a Francisco Ferreira Cardoso na extensão de 40,00 metros, com terras pertencentes a Jorge Ferlim na extensão de 173,00 metros, com terras pertencentes a Vera Girardi na extensão de 40,00 metros e com a Rua Ernesto Hatschbach na extensão de 149,00 metros; AO LESTE, com terras pertencentes a Gilberto Mariano de Santana na extensão de 60,00 metros, com terras pertencentes a Vera Girardi na extensão de 33,00 metros, com a Rua Alvino Koch na extensão de 12,00 metros, com terras pertencentes a Osório Veiga na extensão de 46,00 metros e com o Loteamento Ferrari na extensão de 380,00 metros, e; A OESTE, com terras pertencentes a Gilberto Becker na extensão de 25,00 metros, com terras pertencentes a Ailton Jarschel na extensão de 22,00 metros, com terras pertencentes a Margarida Massaneiro Soares na extensão de 18,00

metros, com terras pertencentes a Antonio Cavalheiro, Ossimar Michel, Valdir M. Dos Anjos, Daniel Karoleski e Salvador Ferreira na extensão de 104,00 metros, com a Rua Pintassilgo na extensão de 96,50 metros, com terras pertencentes a Francisco Ferreira Cardoso na extensão de 15,00 metros e com terras pertencentes a Euclides dos Santos na extensão de 50,00 metros, contendo uma construção em alvenaria, coberta com telhas, medindo 5.960,00 m<sup>2</sup>, própria para fábrica, uma construção de alvenaria coberta com telhas, medindo 594,00 m<sup>2</sup>, própria da oficina mecânica e uma construção de alvenaria coberta com telhas, medindo 228,00 m<sup>2</sup>, própria para casa de máquinas.

Art. 2º. A presente unificação de área utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.477 DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.477 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE JOSEFA KUCHNIR E JOÃO KUCHNIR, SITUADO NO BAIRRO JOÃO PAULO II, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Josefa Kuchnir e João Kuchnir, localizado na esquina formada pelas Ruas Cornélio Geraldo Busmann e Athanázio João Braz, bairro João Paulo II, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 36.438 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 879,37 m<sup>2</sup> (oitocentos e setenta e nove metros e trinta e sete centímetros quadrados), subdividido em 03 (três) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 75-A com 378,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cornélio Geraldo Busmann se encontra; à Frente, com a Rua Cornélio Geraldo Busmann na extensão de 21,60 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 76 na extensão de 21,60 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 75-B na extensão de 17,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Athanázio João Braz na extensão de 17,50 metros lineares.

II – Lote 75-B com 250,25 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cornélio Geraldo Busmann se encontra; à Frente, com a Rua Cornélio Geraldo Busmann na extensão de 14,30 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 76 na extensão de 14,30 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 75-C na extensão de 17,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 75-A na extensão de 17,50 metros lineares.

III – Lote 75-C com 251,12 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cornélio Geraldo Busmann se encontra; à Frente, com a Rua Cornélio Geraldo Busmann na extensão de 10,60 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 76 na extensão de 18,10 metros lineares; ao Lado Direito, com terras pertencentes à família de Leonel da Costa Gomes na extensão de 19,15 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 75-B na extensão de 17,50 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.478 DE 09 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.478 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA EMPRESA ERICK ROBERTO SUDOSKI – EIRELI – ME, SITUADO NO BAIRRO KM 02, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade da empresa Erick Roberto Sudoski – Eireli – ME, localizado na Avenida Rigesa, bairro Km 02, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 10.670 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 860,00 m² (oitocentos e sessenta quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 06-A com 609,15 m², com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Rigesa se encontra; à Frente, com a Avenida Rigesa na extensão de 28,20 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 06-B na extensão de 19,34 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 05 na extensão de 26,57 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes a Germano Karoleski na extensão de 30,78 metros lineares.

II – Lote 06-B com 250,85 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Júlio Porfírio se encontra; à Frente, com a Rua Júlio Porfírio na extensão de 4,80 metros e 9,35 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 06-A na extensão de 19,34 metros lineares; ao Lado Direito, com terras pertencentes a Germano Karoleski na extensão de 19,12 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 05 na extensão de 15,33 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.479 DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.479 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 4.458 DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto nº 4.458, de 12 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

I – [...]

II – Lote 04-02 com 1.549,16 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Otávio Pazda se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Pazda na extensão de 10,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 04-08 na extensão de 26,06 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote com o Lote nº 04-01 na extensão de 37,70 metros, ângulo a direita, com o Lote nº 04-01 na extensão de 26,06 metros, ângulo a esquerda, com o Lote nº 04-04 na extensão de 38,19 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04-03 na extensão de 37,70 metros, com o Lote nº 04-07 na extensão de 18,97 metros, ângulo a direita, com o Lote nº 04-07 na extensão de 10,00 metros, ângulo a esquerda, com o Lote nº 04-07 na extensão de 18,85 metros lineares.

III – [...]

IV – [...]

V – [...]

VI – Lote 04-06 com 1.497,06 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos se encontra; à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 35,15 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 04-10 na extensão de 30,61 metros, ângulo a direita, com o Lote nº 04-10 na extensão de 5,89 metros, ângulo a esquerda, com terras pertencentes a Pedro Pereira na extensão de 17,50 metros e com terras pertencentes a Elisabete Gude Reck na extensão de 17,50 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04-07 na extensão de 37,44 metros, ângulo a direita, com o Lote nº 04-07 na extensão de 26,06 metros, ângulo a esquerda, com o Lote nº 04-07 na extensão de 26,71 metros lineares.

VII – Lote 04-07 com 1.543,15 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos se encontra; à Frente, com a Rua

Cidade de Valinhos na extensão de 10,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 04-03 na extensão de 26,06 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 04-06 na extensão de 37,44 metros, ângulo a direita, com o Lote nº 04-06 na extensão de 26,06, ângulo a esquerda, com o Lote nº 04-06 na extensão de 26,71 metros e com o Lote nº 04-05 na extensão de 11,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04-08 na extensão de 37,44 metros, com o Lote nº 04-02 na extensão de 18,85 metros, ângulo a direita, com o Lote nº 04-02 na extensão de 10,00 metros, ângulo a esquerda, com o Lote nº 04-02 na extensão de 18,97 metros lineares.

VIII – [...]

IX – [...]

X – [...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.480 DE 16 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.480 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA ATÁLIA GUINZANI GALVANI TOPOROSKY E ELIEZER TOPOROSKY, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Atália Guinzani Galvani Toporosky e Eliezer Toporosky, localizado na esquina formada pelas Ruas João Batista Pacheco e Otávio Tabalipa, bairro Vila Nova, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 38.192 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 1.200,00 m<sup>2</sup> (hum mil e duzentos metros quadrados), subdividido em 04 (quatro) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01-A com 390,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua João Batista Pacheco se encontra; à Frente, com a Rua João Batista Pacheco na extensão de 13,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 03 na extensão de 13,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 05 na extensão de 15,00 metros e com o Lote nº 06 na extensão de 15,00 metros, num total de 30,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-B na extensão de 10,00 metros, com o Lote nº 01-C na extensão de 10,00 metros e com o Lote nº 01-D na extensão de 10,00 metros, num total de 30,00 metros lineares.

II – Lote 01-B com 270,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Otávio Tabalipa se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Tabalipa na extensão de 10,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 01-A na extensão de 10,00 metros lineares; ao Lado Direito, com a Rua João Batista Pacheco na extensão de

27,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-C na extensão de 27,00 metros lineares.

III – Lote 01-C com 270,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Otávio Tabalipa se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Tabalipa na extensão de 10,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 01-A na extensão de 10,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-B na extensão de 27,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-D na extensão de 27,00 metros lineares.

IV – Lote 01-D com 270,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Otávio Tabalipa se encontra; à Frente, com a Rua Otávio Tabalipa na extensão de 10,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 01-A na extensão de 10,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-C na extensão de 27,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 03 na extensão de 27,00 metros lineares.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.481 DE 16 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.481 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ANTONIO REGINALDO OPCHINSKI, JOEL RENATO CORNELSEN OPCHINSKI, ALZIRA RODRIGUES DOS SANTOS OPCHINSKI, LUCIANE OPCHINSKY, RAQUEL CORNELSEN OPCHINSKY, ANDRÉ CARLOS OPCHINSKI, DANIELA PEDRO DE SAMPAIO OPCHINSKI, LUIS DANIEL OPCHINSKI, MIRIAN OPCHINSKI PCHEBILSKI, LEVI ROBISON OPCHINSKY E ROBERTO ELIAS OPCHINSKY, SITUADO NO BAIRRO JARDIM ZILDA PACHECO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Antonio Reginaldo Opchinski, Joel Renato Cornelsen Opchinski, Alzira Rodrigues dos Santos Opchinski, Luciane Opchinsky, Raquel Cornelsen Opchinsky, André Carlos Opchinski, Daniela Pedro de Sampaio Opchinski, Luis Daniel Opchinski, Mirian Opchinski Pchebilski, Levi Robison Opchinsky, Roberto Elias Opchinsky, localizado na esquina formada pelas Ruas Paulo Olsen e Umeichi Shimoguri, bairro Jardim Zilda Pacheco, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 5.796 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 15.810,00 m<sup>2</sup> (quinze mil, oitocentos e dez metros quadrados), subdividido em 10 (dez) lotes, que apresentam

as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 20,37 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 22,31 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 02 na extensão de 95,52 metros; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Arthur Olsen na extensão de 103,50 metros.

II – Lote 02 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 22,22 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 22,51 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 03 na extensão de 88,93 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01 na extensão de 95,52 metros.

III – Lote 03 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 23,24 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 23,76 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 04 na extensão de 86,60 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 02 na extensão de 88,93 metros.

IV – Lote 04 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 23,60 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 24,47 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 05 na extensão de 85,25 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 03 na extensão de 86,60 metros.

V – Lote 05 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 25,42 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 23,36 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 06 na extensão de 84,40 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04 na extensão de 85,25 metros.

VI – Lote 06 com 1.356,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 19,65 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 20,17 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 08 na extensão de 26,67 metros e com o Lote nº 07 na extensão de 58,92 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 05 na extensão de 84,40 metros.

VII – Lote 07 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 15,30 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 27,30 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 09 na extensão de 30,00 metros, ângulo à esquerda com o Lote nº 09 na extensão de 3,30 e ângulo à direita com o Lote nº 09 na extensão de 57,24 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 08 na extensão de 26,67 metros, ângulo à esquerda com o Lote nº 08 na extensão de 15,00 metros e ângulo à direita com o Lote nº 06 na extensão de 58,92 metros.

VIII – Lote 08 com 400,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 15,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 07 na extensão de 15,00 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 07 na extensão de 26,67 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 06 na extensão de 26,67 metros.

IX – Lote 09 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 21,80 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 24,48 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 10 na extensão de 87,36 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 07 na extensão de 30,00 metros, ângulo à esquerda com

o Lote nº 07 na extensão de 3,30 metros e ângulo à direita com o Lote nº 07 na extensão de 57,24 metros.

X – Lote 10 com 1.756,67 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Paulo Olsen se encontra; à Frente, com a Rua Paulo Olsen na extensão de 23,40 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande na extensão de 23,92 metros; ao Lado Direito, com a Rua Umeichi Shimoguirí na extensão de 93,50 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 09 na extensão de 87,36 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de março de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

## **DECRETO Nº 4.493 DE 20 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.493 DE 20 DE MAIO DE 2015.

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 4.474 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O inciso I, do artigo 1º do Decreto nº 4.474, de 09 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. [...]”

I – Lote 71-A com 300,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua José Martins se encontra; à Frente, com a Rua José Martins na extensão de 20,00 metros lineares; aos Fundos, com o Lote nº 71-B na extensão de 20,00 metros lineares; ao Lado Direito, com o Lote nº 70 na extensão de 15,00 metros lineares; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Ernesto Hatschbach na extensão de 15,00 metros lineares.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 20 de maio de 2015.  
ELOI JOSÉ GUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Este Decreto foi republicado, por incorreção, na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.498 DE 25 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.498 DE 25 DE MAIO DE 2015.

RATIFICA O DECRETO Nº 3.731 DE 02 DE JUNHO DE 2010 – APROVA O LOTEAMENTO COM ÁREA DE 87.637,00M2 DENOMINADO LOTEAMENTO PLANALTO, LOCALIZADO NA RUA OLGA ZEH PEREIRA – DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica ratificado o inteiro teor do Decreto nº 3.731 de 02 de junho de 2010, que aprovou a planta do loteamento urbano, procedido pelo Espólio de Firmino de Paula e Silva, localizado na Rua Olga Zeh Pereira – Distrito de São Cristóvão, Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 17.408 – livro de registro geral nº 03-Q, fls. 231. Área total do imóvel 87.637,00 m² (oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e sete metros quadrados).

Art. 2º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de maio de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

**DECRETO Nº 4.505 DE 24 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.505 DE 24 DE JUNHO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE LEOCÁDIO ALEXANDRE E MARIA ADAIR ALEXANDRE, SITUADO NO BAIRRO JOÃO PAULO II, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Leocádio Alexandre e Maria Adair Alexandre, localizado na esquina formada pelas Ruas Cornélio Geraldo Busmann e Athanázio João Braz, bairro João Paulo II, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 11.772 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 60-A com 550,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cornélio Geraldo Busmann se encontra; à Frente, com a Rua Cornélio Geraldo Busmann na extensão de 20,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 60-B na extensão de 20,00 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 59, de propriedade de Marcelo dos Santos,

na extensão de 27,50 metros; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Athanázio João Braz na extensão de 27,50 metros.

II – Lote 60-B com 250,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Athanázio João Braz se encontra; à Frente, com a Rua Athanázio João Braz na extensão de 12,50 metros; aos Fundos, com o Lote nº 59, de propriedade de Marcelo dos Santos, na extensão de 12,50 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 60-A na extensão de 20,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 61, de propriedade de Felipe Bueno de Souza La Rosa, na extensão de 20,00 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

**DECRETO Nº 4.506 DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.506 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

RATIFICA O DECRETO Nº 4.445 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014 – APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE TEÓFILO FALKEVICZ E LEONI LATCHUKY FALKEVICZ, SITUADO NO BAIRRO JARDIM RIO NEGRO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica ratificado o inteiro teor do Decreto nº 4.445 de 21 de novembro de 2014, que aprovou a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Teófilo Falkevicz e Leoni Latchuky Falkevicz, localizada na esquina formada pelas Ruas Jaime Bishop e Victorino Ferreira, bairro Vila Nova, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 3.904 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 2.400,00 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), subdividido em 06 (seis) lotes.

Art. 2º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de junho de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.509 DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.509 DE 25 DE JUNHO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE CLEONISA CASA MENDES, NELSON SALLES MENDES, CLEUSA APARECIDA CASAS PADILHA E AURI GONÇALVES PADILHA, SITUADO NO CENTRO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Cleonisa Casa Mendes, Nelson Salles Mendes, Cleusa Aparecida Casas Padilha e Auri Gonçalves Padilha, localizado na Rua Vereador Ricardo de Oliveira, bairro Centro, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 23.064 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01 com 300,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Ricardo de Oliveira se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Ricardo de Oliveira na extensão de 10,50 metros; aos Fundos, com terras de Cleonisa Casa Mendes e Cleusa Aparecida Casas Padilha, na extensão de 10,68 metros; ao Lado Direito, com terras de Nerci Soares Tomczyk, na extensão de 28,33 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 02 na extensão de 28,33 metros.

II – Lote 02 com 300,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Ricardo de Oliveira se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Ricardo de Oliveira na extensão de 10,50 metros; aos Fundos, com terras de Cleonisa Casa Mendes e Cleusa Aparecida Casas Padilha, na extensão de 10,68 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01 na extensão de 28,33 metros; e, ao Lado Esquerdo, com terras de Elizita Tabalipa Carneiro, na extensão de 28,33 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 25 de junho de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.529 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.529 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE CLOVANIR CLAITON FRANCO, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS – SC.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Clovanir Claiton Franco, localizado na Rua Vitorino Ferreira, bairro Vila Nova, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 18.464 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 525,30 m² (quinhentos e vinte e cinco metros e trinta centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01-A com 262,65 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vitorino Ferreira se encontra; à Frente, com a Rua Vitorino Ferreira na extensão de 13,75 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-B na extensão de 13,72 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 03 na extensão de 19,25 metros; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua João B. Pacheco na extensão de 19,125 metros.

II – Lote 01-B com 262,65 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua João B. Pacheco se encontra; à Frente, com a Rua João B. Pacheco na extensão de 19,125 metros; aos Fundos, com o Lote nº 03 na extensão de 19,25 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-A na extensão de 13,72 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 02 na extensão de 13,70 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 08 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.532 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.**  
DECRETO Nº 4.532 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS – SC.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, localizado na Avenida Abrahão Mussi, Distrito de São Cristóvão, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 38.613 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 128.155,00 m<sup>2</sup> (cento e vinte e oito mil, cento e cinquenta e cinco metros quadrados), subdividido em 06 (seis) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01-A com 1.835,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi, se encontra: à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 146,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-B na extensão de 45,00 metros, com o Lote nº 01-C na extensão de 8,00 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-C na extensão de 85,50 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-C na extensão de 25,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes a Gilberto Mariano de Santana na extensão de 33,00 metros.

II – Lote 01-B com 5.528,13 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Alvino Koch se encontra: à Frente, com a Rua Alvino Koch na extensão de 12,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-C na extensão de 39,00 metros; ao Lado Direito, com terras pertencentes a Gilberto Mariano de Santana na extensão de 40,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Gilberto Mariano de Santana na extensão de 27,00 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-A na extensão de 45,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes a Vera Girardi na extensão de 40,00 metros e com o Lote nº 01-E na extensão de 45,00 metros, num total de 85,00 metros.

III – Lote 01-C com 45.000,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi se encontra: à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 50,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-E na extensão de 134,47 metros; ao Lado Direito, com terras pertencentes a Gilberto Becker na extensão de 25,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Gilberto Becker na extensão de 30,00 metros, ângulo à esquerda, com terras pertencentes a Airton Jarschel na extensão de 22,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Airton Jarschel na extensão de 7,00 metros e com terras pertencentes a Fauri de Lima na extensão de 5,50 metros, ângulo à esquerda, com terras pertencentes a Margarida Massaneiro Soares na extensão de 18,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Margarida Massaneiro Soares na extensão de 24,00 metros e com a Travessa Cabriúva na extensão de 14,00 metros, ângulo à esquerda, com terras pertencentes a Antonio Cavalheiro, Ossimar Michel, Valdir M. dos Anjos, Daniel Karoleski, e Salvador Ferreira na extensão de 104,00 metros e com o Lote nº 01-D na extensão de 126,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-A na extensão de 25,00 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-A na extensão de 85,50 metros, ângulo à direita, com o Lote nº 01-A na extensão de 8,00 metros e com o Lote nº 01-B na extensão de 39,00 metros, ângulo à direita, com o Lote nº 01-E na extensão de 26,50 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-E na extensão de 164,00 metros; contendo uma

construção em alvenaria, coberta com telhas, medindo 5.960,00 m<sup>2</sup>, própria para fábrica e uma construção em alvenaria, coberta com telhas, medindo 228,00 m<sup>2</sup>, própria para casa de máquinas.

IV – Lote 01-D com 7.890,00 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Aquiles Ferrari se encontra: à Frente, com terras pertencentes a Salvador Ferreira na extensão de 34,50 metros, com a Rua Aquiles Ferrari na extensão de 16,50 metros e com a Rua Pintassilgo na extensão de 27,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-E na extensão de 70,00 metros; ao Lado Direito, com a Rua Pintassilgo na extensão de 73,00 metros, ângulo à esquerda, com terras pertencentes a Francisco Ferreira Cardoso na extensão de 40,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Francisco Ferreira Cardoso na extensão de 15,00 metros e com o Lote nº 01-E na extensão de 14,50 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-C na extensão de 126,00 metros; contendo uma construção em alvenaria, coberta com telhas 594,00 m<sup>2</sup>, própria para oficina mecânica.

V – Lote 01-E com 59.769,72 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Ernesto Hatschbach se encontra: à Frente, com a Rua Ernesto Hatschbach na extensão de 132,97 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-B na extensão de 45,00 metros e com o Lote nº 01-C na extensão de 26,50 metros, num total de 71,50 metros; ao Lado Direito, com o loteamento Ferrari na extensão de 380,00 metros, ângulo à esquerda, com terras pertencentes a Osório Veiga na extensão de 15,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Osório Veiga na extensão de 46,00 metros, ângulo à esquerda, com terras pertencentes a Vera Girardi na extensão de 25,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Vera Girardi na extensão de 33,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-F na extensão de 127,99 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-F na extensão de 29,86 metros e 26,70 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-F na extensão de 53,15 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Jorge Ferlim na extensão de 48,19 metros, ângulo à esquerda, com terras de Jorge Ferlim na extensão de 119,00 metros e 54,00 metros, ângulo à direita, com a Rua Pintassilgo na extensão de 23,50 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Euclides dos Santos na extensão de 20,00 metros, ângulo à esquerda, com terras pertencentes a Euclides dos Santos na extensão de 50,00 metros, ângulo à direita, com terras pertencentes a Francisco Ferreira Cardoso numa extensão de 20,00 metros, ângulo à direita, com o Lote nº 01-D na extensão de 14,50 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-D na extensão de 70,00 metros e com o Lote nº 01-C na extensão de 134,47 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-C na extensão de 164,00 metros.

VI – Lote 01-F com 8.132,15 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Ernesto Hatschbach se encontra: à Frente, com a Rua Ernesto Hatschbach na extensão de 16,03 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-E na extensão de 53,15 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-E na extensão de 127,99 metros, ângulo à esquerda, com o Lote nº 01-E na extensão de 29,86 metros e com o Lote nº 01-E na extensão de 26,70 metros; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes a Jorge Ferlim na extensão de 166,81 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.537 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.**  
DECRETO Nº 4.537 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ANTONIO BRZOZOWSKI E ILDA CASAS BRZOZOWSKI, SITUADO NO BAIRRO KM 02, TRÊS BARRAS – SC.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Antonio Brzozowski e Ilda Casas Brzozowski, localizado na esquina formada pela Avenida Rigesa e a Rua Vereador Ricardo de Oliveira, bairro Km 02, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 38.238 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 1.284,03 m<sup>2</sup> (hum mil, duzentos e oitenta e quatro metros e três centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 03-A com 679,80 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Ricardo de Oliveira se encontra; à Frente, com a Rua Vereador Ricardo de Oliveira na extensão de 31,90 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande e além deste com terras da empresa Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens Ltda. na extensão de 30,18 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 02, pertencente a Adir Pinto da Silva, na extensão de 21,13 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 03-B na extensão de 22,70 metros.

II – Lote 03-B com 604,23 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da esquina formada pela Avenida Rigesa e a Rua Vereador Ricardo de Oliveira se encontra; à Frente, com a Avenida Rigesa na extensão de 20,00 metros e com a Rua Vereador Ricardo de Oliveira na extensão de 11,90 metros; aos Fundos, com o Rio Barra Grande e além deste com terras da empresa Rigesa, Celulose, Papel e Embalagens Ltda., em duas linhas, na extensão de 8,00 metros e 10,01 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 03-A na extensão de 22,70 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04, pertencente a João Paulo Pires de Camargo, na extensão de 22,97 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ  
Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**DECRETO Nº 4.538 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.**  
DECRETO Nº 4.538 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE DÉCIO ROBERTO ROEDER, SILMARA REGINA TEODOROVITZ ROEDER, GERSON FRANCISCO MARCINICHEN GALLOTTI, LUCIANE PAULA STEILEIN GALLOTTI, RENATO DOS SANTOS E MARLENE BUENO DOS SANTOS, SITUADO NO BAIRRO KM 02, TRÊS BARRAS – SC.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Décio Roberto Roeder, Silmara Regina Teodorovitz Roeder, Gerson Francisco Marcinichen Gallotti, Luciane Paula Steilein Gallotti, Renato dos Santos e Marlene Bueno dos Santos, localizado na Rodovia Otávio Tabalipa, bairro Km 02, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 11.700 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 7.879,66 m<sup>2</sup> (sete mil, oitocentos e setenta e nove metros e sessenta e seis centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01 com 1.184,14 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Partindo do marco ponto 0=PP com coordenadas geográficas, latitude 26°07'24.73284" S e longitude 50°18'20.27636" W, situado na confrontação com o Rodovia Otávio Tabalipa; deste, segue, confrontando com o Rodovia Otávio Tabalipa com o azimute de 128°31'18" e a distância de 37.28 m até o marco ponto 9; deste, segue, confrontando com o Auto Posto Três Barras Ltda. com o azimute de 194°35'28" e a distância de 36.70 m até o marco ponto 8; deste, segue, confrontando com o Auto Posto Três Barras Ltda. com o azimute de 252°57'24" e a distância de 10.00 m até o marco ponto 5; deste, segue, confrontando com o Pedro Polanski com o azimute de 344°56'20" e a distância de 30.08 m até o marco ponto 6; deste, segue, confrontando com o Pedro Polanski com o azimute de 337°46'12" e a distância de 31.72 m até o marco ponto 7; deste, segue, confrontando com o Pedro Polanski com o azimute de 70°56'51" e a distância de 10.00 m até o marco ponto 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – Lote 02 com 6.695,52 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Partindo do marco ponto 9 com coordenadas geográficas, latitude 26°07'25.48253" S e longitude 50°18'19.22161" W, situado na confrontação com o Rodovia Otávio Tabalipa; deste, segue, confrontando com o Rodovia Otávio Tabalipa com o azimute de 128°31'18" e a distância de 114.22 m até o marco ponto 1; deste, segue, confrontando com o Décio Roberto Roeder com o azimute de 204°16'25" e a distância de 11.00 m até o marco ponto 2; deste, segue, confrontando com o Décio Roberto Roeder com o azimute de 245°20'35" e a distância de 89.00 m até o marco ponto 3; deste, segue, confrontando com o Pedro Polanski com o azimute de 344°56'20" e a distância de 55.20 m até o marco ponto 4; deste, segue, confrontando com o Rua Sergio José da Silva Olcha com o azimute de 344°56'20" e a distância de 15.00 m até o marco ponto 5; deste, segue, confrontando com o Auto Posto Três Barras Ltda. com o azimute de 72°57'24" e a distância de 10.00 m até o marco ponto 8; deste, segue, confrontando com o Auto Posto Três Barras Ltda. com o azimute de 14°35'28" e a distância de 36.70 m até o marco ponto 9; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **DECRETO Nº 4.547 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.547 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO REFERENTE AO EDITAL Nº 001 DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a realização de Concurso Público através do Edital nº 001/2015, sob a supervisão de Comissão designada para esta finalidade;

CONSIDERANDO, a conclusão dos trabalhos de realização do processo e não havendo pendências quanto a recursos, depois de decorridos os prazos legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Concurso Público realizado através do Edital nº 001 de 2015, em especial a ordem de classificação dos candidatos, devidamente publicada em 28 de outubro de 2015, por meio de comunicado disponibilizado em conformidade com o disposto no referido edital.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 03 de novembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 429 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 429 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora MARILENE MADEIRA FERREIRA, cargo PROFESSORA, 100:00 mês, do quadro de funcionários temporários

desta Prefeitura Municipal, 56 (cinquenta e seis) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 15/09/2015, e encaminhado ao INSS no dia 29/09/2015. Observação: atestado apresentado no dia de 22/10/2015 no setor de RH.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 430 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 430 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora ANA JÉSSICA RIBEIRO BAIK, para exercer suas funções no cargo de ASSESSOR- PC 08, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 13 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
DIRETOR

#### **PORTARIA Nº. 432 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 432 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a servidora, CRISTIANE PIOVESAN DE MORAES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de MONITOR, carga horária 220:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do SCFV. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 433 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 433 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a servidora, APARECIDA VANUSA GOBETE ALVES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da SAUDE MARIO MUSSI. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 434 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 434 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a servidora, JUCELIA TEREZINHA FERREIRA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da CMEI ZILDA PACHECO. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 436 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 436 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora MARIA APARECIDA ALVES BUENO, no cargo de PROFESSORA, 40hrs, Quadro de funcionários Efetivo desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a contar o atestado de 28/10/2015 e encaminhado ao INSS em 11/11/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de outubro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 437 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 437 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] a senhora CAMILA VALERIA DE LIMA, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA. Lotada no Gabinete do Prefeito deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de outubro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº431 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº431 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias da Servidora JOELMA RIBEIRO VEIGA, cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS do quadro de pessoal Efetivo desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 17/07/2014 a 16/07/2015, cujo gozo teve início 19/10/2015.

O saldo de férias devido a Servidora totaliza em 16 (dezesesseis) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº435 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº435 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias do Servidor JOÃO AUGUSTO SCHERER NETO, cargo de CONDUTOR DE VEÍCULOS E MÁQUINAS do quadro de pessoal Efetivo desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 16/03/2014 a 15/03/2015, cujo gozo teve início 06/10/2015.

O saldo de férias devido ao Servidor totaliza em 07 (sete) dias, que deverão ser gozados, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

## ANEXOS DECRETO Nº 4.547 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCURSO PUBLICO 001/2015.



Estado de Santa Catarina  
Município de Três Barras  
Concurso Público n.º 01/2015



## CLASSIFICAÇÃO FINAL - 28/10/2015

## Cargo: Cozinheiro(a)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Informática Básica	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	169	ANGELA URBANECK WALTER	024.026.589-08	29/08/1977	4	4	NP	6	13	NP	6,70
2	882	JOCIANE KRZEWSKI	988.153.509-34	19/12/1973	5	4	NP	4	13	NP	6,50
3	654	SUELI DIAS DE SOUZA	927.519.119-00	04/12/1962	4	4	NP	5	13	NP	6,50
4	316	IVANILZA DE OLIVEIRA	068.117.169-32	19/03/1986	4	3	NP	5	12	NP	6,00
5	189	TATIANE CHRUSCHLSKI RODRIGUES	044.876.829-16	07/04/1984	4	4	NP	4	11	NP	5,70

## Cargo: Cuidador

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Informática Básica	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	867	GABRIELLI PEREIRA CASTILHO	107.625.899-90	19/07/1997	3	5	3	2	13	NA	6,50
2	393	ANA PAULA DOS SANTOS	012.091.969-99	21/10/1995	3	2	2	2	15	NA	6,30
3	231	KATIA LUIZ CORRÊA	092.987.049-25	02/09/1994	2	3	2	0	14	NA	5,60
4	899	LADY APARECIDA SCHPANSKI	037.076.459-59	12/02/1982	2	3	3	2	12	NA	5,60
5	869	LUIZ GUSTAVO PEREIRA	097.440.139-07	13/04/1995	2	4	2	0	12	NA	5,20
6	416	LETÍCIA FRANCIELE DOS SANTOS	087.380.709-01	03/05/1996	2	3	2	2	11	NA	5,10
7	418	DEISY CRUZ	046.056.159-62	14/11/1983	2	3	3	1	11	NA	5,10

## Cargo: Monitor de Educação Especial

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Informática Básica	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	142	CRISLAINE GONSALVES FERNANDES	043.887.819-16	08/05/1988	4	5	3	3	16	NA	7,80
2	420	THAYSE DOROTI TOPOROSKY	089.069.939-94	07/07/1994	3	3	3	2	18	NA	7,60
3	88	DIENIFER ONNIL DAVID SLABADACK	053.921.509-00	04/08/1988	3	5	4	2	16	NA	7,60
4	365	ELAINE ALVES FIDELIS MOSKEWEN	037.344.979-81	20/02/1979	2	5	4	4	15	NA	7,50
5	204	ANA CAROLINE FONTES	083.004.639-92	30/07/1996	3	2	2	3	18	NA	7,40
6	25	RAFAEL DE OLIVEIRA	086.388.769-47	00/00/0000	3	5	2	3	16	NA	7,40
7	560	MARCO LEANDRO DO PRADO	059.497.359-78	09/05/1987	3	4	4	2	16	NA	7,40
8	165	KATIANNE DE SOUZA	061.862.289-67	19/02/1988	3	4	3	1	17	NA	7,30
9	582	KELY BARBOSA MACIEL	088.854.029-92	02/01/1996	2	5	4	1	16	NA	7,20
10	860	ARIANE APARECIDA MARTINS SANTANA	076.446.939-80	29/05/1990	4	4	4	3	14	NA	7,20

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 1 de 9

11	567	KELI WOSNIACK	042.070.719-03	08/08/1982	4	3	4	4	4	14	NA	7,20
12	766	JULIANA KRIGINSKI	999.120.589-68	08/12/1978	2	3	1	1	1	19	NA	7,10
13	17	ESTER MARIANE DA CRUZ	100.645.229-03	00/00/0000	5	2	2	2	2	17	NA	7,10
14	249	JULIANA RIBEIRO BORGES	008.595.939-16	11/08/1984	3	5	1	1	1	17	NA	7,10
15	442	DAHRA BORECK	110.777.889-16	18/04/1996	3	3	2	2	2	17	NA	7,10
16	656	BRUNA KACHIMARECK	108.166.659-58	06/12/1996	4	4	3	3	3	15	NA	7,10
17	632	AMANDA REGINA ALVES CAVALHEIRO	096.385.219-10	24/06/1994	4	3	3	3	3	15	NA	7,10
18	41	CRISTIANO CHARLES KITAS	090.141.679-70	16/02/1996	2	2	2	2	2	18	NA	7,00
19	261	ROSANE SCHROEDER PEREIRA	631.732.989-34	26/03/1967	4	2	2	2	3	16	NA	7,00
20	531	CRICLAINE KRULIKOWSKI RODRIGUES	062.655.409-80	19/04/1987	3	4	2	2	2	16	NA	7,00
21	837	CLEIA MARIA IONKO	019.004.579-54	29/05/1976	4	3	4	4	3	14	NA	7,00
22	226	ANGELITA DO CARMO ALEXANDRE	035.781.149-60	27/05/1981	3	3	2	2	1	17	NA	6,90
23	176	DIONEI DE OLIVEIRA DE SOUZA	080.158.879-09	25/03/1992	2	4	2	2	1	17	NA	6,90
24	757	CAROLINE LEITE	098.167.689-84	30/05/1995	4	4	3	3	1	15	NA	6,90
25	626	ROZARIA BRANDENBURG MAIA	017.702.749-52	09/11/1973	4	3	2	2	3	15	NA	6,90
26	199	LIGIA FERREIRA PAULUKA	096.541.829-47	19/04/1994	3	4	2	2	3	15	NA	6,90
27	30	TAIS REGINA DE CAMARGO	090.181.359-17	00/00/0000	3	4	3	2	2	15	NA	6,90
28	216	JAINÉ DE FATIAMI FERREIRA RAMOS KOVALSKI	098.300.469-23	07/05/1994	3	4	4	4	1	15	NA	6,90
29	773	CRISTIELEN DOS SANTOS	090.263.839-40	26/10/1995	2	4	5	1	1	15	NA	6,90
30	930	HELOÍSA DE FÁTIMA ULTHES	092.579.389-21	25/08/1994	2	3	1	1	1	18	NA	6,80
31	854	JOSIELE BILESKI DA SILVA	056.072.249-45	28/02/1989	4	3	3	0	3	16	NA	6,80
32	378	PATRICIA DAIANE ODELLI	067.840.949-80	24/06/1988	3	2	2	2	3	16	NA	6,80
33	743	DANIELLI MARTINS PUSCA	068.761.429-57	31/12/1992	2	4	2	2	2	16	NA	6,80
34	795	ALEX BATISTA	088.586.929-00	21/12/1994	2	3	4	4	1	16	NA	6,80
35	452	SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI	003.917.629-07	11/08/1977	3	4	4	4	2	14	NA	6,80
36	40	MAIARA SOARES FRAGOSO	091.506.669-67	04/01/1995	2	5	3	3	3	14	NA	6,80
37	196	PAULO ROBERTO GUEBERT	072.862.169-02	29/09/1989	3	3	1	1	1	17	NA	6,70
38	516	JULIANA DE FÁTIMA DA SILVA SCHULKA	008.615.439-71	24/08/1984	3	2	2	2	2	17	NA	6,70
39	7	LETICIA BEDRECHUK	095.321.549-06	07/10/1993	2	3	1	1	2	15	NA	6,70
40	605	TAINARA WYPYCK PADILHA DA SILVA	089.495.859-36	29/09/1994	4	3	2	2	2	15	NA	6,70
41	144	DANILO FERREIRA	051.827.549-30	22/03/1996	3	5	2	2	1	15	NA	6,70
42	535	MAIARA CARVALHO DO PRADO VOIGT	047.953.049-12	06/04/1987	2	5	2	2	2	15	NA	6,70
43	872	LUANA PIRES DE LIMA	095.065.309-80	18/09/1996	2	4	3	3	2	15	NA	6,70
44	962	PAULO HENRIQUE DE SOUZA MULLER	001.754.459-90	27/12/1975	3	3	2	2	1	16	NA	6,60
45	72	CAMILE BOJARSKI AGUIAR	035.034.779-42	21/03/1982	2	4	2	2	1	16	NA	6,60
46	609	MAURÍCIO NOERNBERG MOURA	106.034.559-56	19/12/1996	2	2	2	2	3	16	NA	6,60
47	5	DIULIANE TAINÉ DOLLA	088.643.669-97	31/08/1993	1	4	4	4	0	16	NA	6,60
48	229	BEATRIZ RÉGIS MACHADO	072.437.659-39	21/07/1997	4	4	3	3	1	14	NA	6,60
49	328	ALAN DE BARROS PEREIRA	085.296.699-75	12/12/1992	1	5	3	3	3	14	NA	6,60
50	921	ADRIANE DA SILVEIRA GAM	004.095.470-69	07/12/1982	4	4	4	4	3	12	NA	6,60
51	222	KARINA FRANCO FAGUNDES	060.820.599-05	00/00/0000	3	2	1	1	1	17	NA	6,50
52	698	MICHELE CALIKTO	036.884.549-44	12/09/1978	2	0	4	4	1	17	NA	6,50
53	781	TAISA MELINE BUDANT	078.094.079-29	29/05/1990	1	3	2	2	1	17	NA	6,50
54	650	CAMILA MARQUES DOS ANJOS	095.589.799-88	26/11/1996	1	2	3	3	1	17	NA	6,50
55	278	TAMIRES QUERINO DE LIMA	055.248.699-06	17/02/1994	1	2	4	4	0	17	NA	6,50
56	943	ADILSON ZAVASKI JUNIOR	085.868.279-67	11/04/1993	3	4	0	0	3	15	NA	6,50
57	27	PATRICIA GISELI ANTON	063.375.719-59	17/12/1991	3	4	2	2	1	15	NA	6,50
58	998	GABRIELLE SANCHUKI CRUZ DOS SANTOS	085.311.359-90	08/10/1994	3	4	2	2	1	15	NA	6,50
59	897	ANDRÉIA KOSINSKI MOZELESKI	055.696.789-56	06/10/1984	2	5	1	2	2	15	NA	6,50

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 2 de 9

60	701	MARISA LOIK DOS SANTOS GERALDO	008.050.219-90	16/09/1981	2	4	4	4	3	13	NA	6,50
61	276	SIOMARA APARECIDA FERNANDES DEMÉTRIO	048.874.729-51	27/11/1985	3	2	1	1	2	16	NA	6,40
62	830	SAMARA SABATKE	058.905.039-79	11/11/1988	2	5	1	1	0	16	NA	6,40
63	715	KARINA SUDOSKI PROTSKA	004.282.509-12	27/11/1979	2	4	1	1	1	16	NA	6,40
64	167	NADINY DE AGOSTINHO PAES DE FARIAS	047.561.139-07	07/05/1986	2	4	2	2	0	16	NA	6,40
65	682	ALTAIR JOSÉ DOMINIAC JUNIOR	067.954.789-47	28/07/1987	2	3	2	2	1	16	NA	6,40
66	456	MICHELE KARVAT	091.756.939-33	29/03/1994	2	1	2	2	3	16	NA	6,40
67	732	ANNA ROSA ZAVASKI	902.094.609-97	15/12/1976	4	3	2	2	2	14	NA	6,40
68	589	BRUNA KONDRAS	065.525.739-01	03/10/1995	3	4	3	1	1	14	NA	6,40
69	559	DENIS MARCELO ENNES	838.537.079-04	29/05/1974	2	3	3	3	3	17	NA	6,30
70	55	SANDI MAIARA DE LIMA	093.119.159-98	13/02/1993	2	3	1	1	0	17	NA	6,30
71	103	ALINE GOMES	085.993.849-29	12/06/1993	3	2	3	3	1	15	NA	6,30
72	495	ROSELAINE APARECIDA DOS SANTOS CAMARGO	025.570.099-70	28/05/1979	2	3	2	2	2	15	NA	6,30
73	595	THAIS STUHLER CASTRO	086.362.749-82	15/03/1991	2	2	2	2	3	15	NA	6,30
74	118	LIDIANE HELLMANN DA CRUZ GAUDÊNCIO	075.990.639-43	08/03/1990	1	4	2	2	2	15	NA	6,30
75	805	LEILA DO RÓCIO BUSKO	036.219.769-57	22/09/1980	1	3	3	3	2	15	NA	6,30
76	991	MAIARA DAIANE ROSA	064.707.219-07	05/09/1990	1	3	3	3	2	15	NA	6,30
77	649	ANDRIEZI JAWORSKI	065.529.929-71	24/04/1987	3	4	4	4	1	13	NA	6,30
78	151	GABRIELA REGIANE DO NASCIMENTO	094.406.959-27	22/05/1996	3	2	1	1	1	16	NA	6,20
79	478	CAMILE NOVAK FRAGOSO	097.757.729-58	06/12/1993	2	2	2	2	1	16	NA	6,20
80	482	GISELE APARECIDA CARLIM	059.774.709-16	12/07/1987	1	3	1	1	2	16	NA	6,20
81	102	ANDRIELE PADILHA DEMIKOVSKI	102.338.829-44	00/00/0000	1	2	3	3	1	16	NA	6,20
82	238	CARINE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS	088.908.579-00	01/07/1996	1	1	0	1	3	16	NA	6,20
83	481	TATIELI PORTUGAL PACHECO	059.311.879-01	27/06/1985	2	5	3	3	0	14	NA	6,20
84	61	JÉSSICA THAIS SANTOS LIMA	080.710.619-48	17/09/1991	2	4	4	4	0	14	NA	6,20
85	377	JOSIANE VAZ	008.608.519-07	24/11/1984	2	3	3	3	2	14	NA	6,20
86	437	SCEILA APARECIDA FIDELIS	082.764.939-80	03/03/1990	2	3	3	3	2	14	NA	6,20
87	2	CRISTI ELAINE SCHPAK	079.195.179-07	00/00/0000	4	0	1	1	0	17	NA	6,10
88	776	ELISABETE DIAS DE GOIS LEANDRO	025.032.699-07	01/05/1979	4	2	1	1	1	15	NA	6,10
89	257	JANETE SPÁKI	020.649.309-65	27/07/1975	3	5	0	0	0	15	NA	6,10
90	62	GEOVANA WIERCZKOWSKI WISNIEWSKI	055.696.079-35	11/11/1986	3	3	1	1	1	15	NA	6,10
91	919	JOSIMAR CARNEIRO	053.598.319-01	03/05/1986	2	3	2	2	1	15	NA	6,10
92	611	DENISE KARPEN	004.537.729-43	22/06/1979	2	2	2	2	2	15	NA	6,10
93	658	ELIZABETH CORDEIRO BERNARDES	071.237.329-28	27/03/1990	1	5	2	2	0	15	NA	6,10
94	922	ALICE THIETDKE	003.553.849-06	06/10/1978	1	4	1	1	2	15	NA	6,10
95	156	MARCIA IACHITZKI MIRESKI	063.195.539-95	13/03/1987	1	3	2	2	2	15	NA	6,10
96	843	MARINA MARIA IARROCHESKI	082.324.709-09	18/02/1994	1	3	2	2	2	15	NA	6,10
97	574	JADSON LIETZ	056.954.129-86	13/08/1986	4	4	1	1	2	13	NA	6,10
98	690	ARIANE PACHECO DOS SANTOS	101.570.979-60	02/03/1996	2	4	3	3	2	13	NA	6,10
99	219	ELUETE DE MORAES	029.405.069-81	05/11/1973	2	3	1	1	0	16	NA	6,00
100	564	JAQUELINE RIBEIRO	072.252.159-65	28/11/1988	2	2	2	2	0	16	NA	6,00
101	968	MARISE HATSBACH	003.385.179-44	29/12/1964	1	2	0	0	3	16	NA	6,00
102	597	VANESSA STEIDEL	059.268.719-80	12/09/1986	4	4	0	0	1	14	NA	6,00
103	193	ALINE OSTROSKI	080.522.239-11	02/05/1991	3	3	1	1	2	14	NA	6,00
104	242	DEBORA CRISTINA GERALDO	073.657.009-80	12/04/1997	3	2	2	2	2	14	NA	6,00
105	14	KARINA PEREIRA GONÇALVES KONDRAS	055.519.289-00	05/04/1987	2	4	2	2	1	14	NA	6,00
106	628	VANESSA GUESSER	095.024.009-50	10/09/1993	2	3	3	3	1	14	NA	6,00
107	877	DIULE EMANUELE DE OLIVEIRA	065.485.679-60	31/01/1989	1	2	1	1	0	17	NA	5,90
108	432	SIMONE MAZUREKI SOARES DE LIMA	003.678.459-11	19/12/1979	3	2	1	1	1	15	NA	5,90

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 3 de 9

109	315	MIRELE PEREIRA DA CRUZ BORGES	108.207.999-55	04/06/1996	3	2	1	1	1	15	NA	5,90
110	761	LEIA FRANCIELE LECHNIOSKI	083.150.339-48	09/08/1990	3	2	2	0	2	15	NA	5,90
111	56	JOCYLAINE JUBANSKI	086.086.499-50	00/00/0000	2	2	1	2	3	15	NA	5,90
112	529	CRISTIANE ALVES BECKERT	098.767.869-89	21/07/1995	2	0	2	3	0	15	NA	5,90
113	1012	EDINA DROSDA ORLOWSKI	086.808.119-12	14/03/1992	1	5	1	0	1	15	NA	5,90
114	503	CLODOLDO JANCHKOVSKI	025.466.799-61	26/08/1979	1	3	2	1	1	15	NA	5,90
115	81	CHAIANA GABRIELA SCHATZMANN	065.657.969-20	16/04/1990	1	2	3	1	1	15	NA	5,90
116	712	ISAILSON WIECZORQUIEWICZ	083.842.929-73	20/10/1994	0	5	2	0	0	15	NA	5,90
117	932	TAYLOR FICK	084.499.959-81	08/03/1996	3	4	2	1	1	13	NA	5,90
118	289	ANGELA NIEDZIELSKI ERHARDT	006.909.859-08	19/02/1981	3	3	2	2	2	13	NA	5,90
119	753	ELIANE MARIA BREY	061.036.169-48	10/06/1987	2	4	2	2	2	13	NA	5,90
120	256	KARINE HAUBACH	077.123.239-09	00/00/0000	2	4	3	1	1	13	NA	5,90
121	406	SIMONE APARECIDA MISKEWICZ	056.088.989-58	18/11/1984	1	4	2	3	3	13	NA	5,90
122	562	JOECINARA OLISKOWSKI ZANCHETIN	010.137.539-50	25/01/1988	1	2	1	1	1	16	NA	5,80
123	108	NOELI DE FATIMA SCHUPEL	855.544.139-00	07/05/1972	0	1	3	1	3	16	NA	5,80
124	575	JAQUELINE SOARES BOENO DE SOUZA	102.678.499-90	00/00/0000	3	2	2	1	1	14	NA	5,80
125	183	ERICA DAIANA MAXIMO	050.122.209-00	04/08/1986	3	1	2	2	2	14	NA	5,80
126	252	TATIANE APARECIDA VIEIRA	066.022.139-03	25/11/1989	3	1	2	2	2	14	NA	5,80
127	819	JULIANE WORELL	067.870.189-08	06/06/1988	2	3	1	2	2	14	NA	5,80
128	128	CAMILA GREIN	100.493.739-35	00/00/0000	2	3	3	0	0	14	NA	5,80
129	578	FERNANDA APARECIDA CALDAS	101.973.539-24	01/10/1996	2	2	3	1	1	14	NA	5,80
130	31	MATHEUS EDUARDO DE LIMA	091.176.579-46	22/11/1996	1	4	2	1	1	14	NA	5,80
131	241	MÁRCIA DE JESUS ALBIGAUS ZALEUSKI	054.184.329-07	07/08/1986	4	4	2	2	2	12	NA	5,80
132	253	DAIANE JUSILENE SCHIESL	088.257.769-77	18/08/1993	2	4	3	2	2	12	NA	5,80
133	399	IVANA MARIA R. MACHADO	032.030.719-08	06/12/1980	0	2	1	0	0	17	NA	5,70
134	331	ELIZETE DE FÁTIMA SANTOS CORREIA	948.366.479-91	10/05/1973	3	3	0	0	0	15	NA	5,70
135	86	JEANE CUSTODIO DOS SANTOS	056.280.179-06	02/07/1986	2	2	1	1	1	15	NA	5,70
136	583	SIMONE DE FÁTIMA DE ALMEIDA FERREIRA	060.752.279-89	18/05/1986	2	1	2	1	1	15	NA	5,70
137	749	JOSIANE APARECIDA FONTES DOS SANTOS	032.035.699-06	30/09/1979	2	0	2	2	2	15	NA	5,70
138	681	SILVONE GOCHINSKI ADUR	014.643.669-50	19/08/1968	1	3	1	1	1	15	NA	5,70
139	974	JOÃO MARCIO FERREIRA MAYER	106.281.839-33	05/02/1996	1	3	1	1	1	15	NA	5,70
140	958	JAQUELINE APARECIDA ALVES	062.208.929-33	24/12/1983	1	2	2	1	1	15	NA	5,70
141	737	DAIANE ROMANOVITCH	091.806.989-05	14/04/1994	1	2	2	1	1	15	NA	5,70
142	524	MONICA KELCESKI REZENDE	076.088.139-11	05/04/1990	1	0	2	3	2	15	NA	5,70
143	556	SARUZA ELISA TRAIN CARNEIRO	061.546.579-00	20/05/1988	3	3	1	2	2	13	NA	5,70
144	1004	ICARO FABRICIO INDA	013.757.740-00	13/01/1988	3	3	3	0	0	13	NA	5,70
145	284	JULIANO DE FREITAS PADILHA	048.018.159-44	03/01/1989	3	2	2	2	2	13	NA	5,70
146	1007	KELIN DE PAULA FARIAS	081.523.409-01	06/01/1991	3	2	2	2	2	13	NA	5,70
147	49	RAFAEL LUCAS ALEXANDRE	067.473.339-85	31/12/1995	3	2	2	2	2	13	NA	5,70
148	336	JOSÉ CARLOS PEREIRA ALMEIDA	083.428.319-06	13/03/1993	3	1	3	2	2	13	NA	5,70
149	569	TÂNIA MARA MALACOSKI	077.507.369-56	10/07/1991	2	5	1	1	1	13	NA	5,70
150	816	MARCOS MAURO MAIESKI	730.019.709-44	26/07/1970	2	3	3	1	1	13	NA	5,70
151	147	ANDERSON WILLIAN DE PAULA	093.562.009-55	24/07/1993	2	0	1	1	1	16	NA	5,60
152	339	DANIELE KRALING	053.278.479-00	09/08/1985	1	1	1	1	1	16	NA	5,60
153	707	SUELI DOS SANTOS SCHUPEL	751.378.959-20	22/01/1974	3	2	2	0	0	14	NA	5,60
154	834	RAFAEL VEIGA	078.046.009-09	16/10/1990	3	1	2	1	1	14	NA	5,60
155	502	VIVIANE MANEIRA	024.583.559-86	20/03/1979	2	4	1	0	0	14	NA	5,60
156	856	ALINE DANIELA SAUER	080.853.059-33	24/04/1992	2	4	1	1	0	14	NA	5,60
157	356	GABRIELI BIZINELLI HUK	096.540.109-09	14/09/1996	2	2	1	2	2	14	NA	5,60

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 4 de 9

158	435	JAQUELINE BATISTA MOREIRA	083.541.139-73	28/05/1992	2	2	2	2	1	14	NA	5,60
159	114	GILSON VALDECIR WENDT	096.360.439-22	27/12/1993	2	2	2	2	1	14	NA	5,60
160	138	DAUVÁ MIZWA	067.441.999-51	02/07/1989	2	1	1	1	2	14	NA	5,60
161	686	MARIANA HENRIQUE	071.148.689-10	08/01/1992	2	1	2	2	2	14	NA	5,60
162	967	TATIANE GABRIELI LISBOA	070.371.859-22	03/02/1989	2	1	1	3	1	14	NA	5,60
163	576	KETYLIN SOARES	081.197.659-90	03/04/1992	1	3	2	2	1	14	NA	5,60
164	789	EDILAINE DE LIMA	076.167.519-11	20/04/1990	4	2	2	1	3	12	NA	5,60
165	134	RENATA CRISTIANE HATSCHBACH	099.746.829-75	09/01/1998	3	4	3	3	0	12	NA	5,60
166	15	DAVID JOSÉ DA SILVA BORGES	010.194.959-60	23/03/1987	3	2	2	2	3	12	NA	5,60
167	852	CLEUSTI APARECIDA MONTANI	025.267.699-81	28/10/1977	2	5	2	2	1	12	NA	5,60
168	741	ANA CLAUDIA LATCHUKY	054.820.749-60	14/11/1986	2	4	4	2	2	12	NA	5,60
169	723	LIZANDRA VANESSA LOPES ANDREKOVSKI	082.890.209-70	03/09/1991	2	4	2	2	2	12	NA	5,60
170	838	ELIANE CASTILHO	053.402.359-20	16/08/1982	2	2	2	2	4	12	NA	5,60
171	127	ELOINA MARIA MASSANEIRO	062.716.169-33	20/02/1987	2	1	1	1	1	15	NA	5,50
172	710	REGINA MARIN	059.177.239-66	01/05/1976	0	2	3	3	0	15	NA	5,50
173	1006	SALETE APARECIDA FIGURA	021.095.009-99	14/08/1974	0	0	2	2	3	15	NA	5,50
174	926	CLAUDETE RODRIGUES GRAVI GONÇALVES	083.150.329-76	17/09/1991	4	1	3	1	0	13	NA	5,50
175	51	JAQUELINE FARIAS CARDOSO DE JESUS	048.548.149-93	31/01/1986	2	3	1	2	2	13	NA	5,50
176	928	JADERSON FELICIO CASTRO	058.942.169-74	28/04/1988	2	2	2	2	2	13	NA	5,50
177	136	ANDRIELI HOLLER	093.560.959-81	23/06/1994	2	2	2	2	2	13	NA	5,50
178	888	KELLY SAMPAIO	104.429.759-02	09/08/1996	2	2	2	3	1	13	NA	5,50
179	588	IRIELY DA CRUZ	009.482.499-19	21/07/1984	1	5	2	2	0	13	NA	5,50
180	57	CARLA LETICIA HENDLER	089.678.849-07	20/03/1994	1	3	2	2	2	13	NA	5,50
181	361	MARIA GORETI BRITTO	701.786.829-34	15/08/1966	1	2	3	3	2	13	NA	5,50
182	1016	MARIA FLAVIANE WELKE CANANI	037.692.539-65	26/06/1982	3	3	3	3	2	11	NA	5,50
183	310	ALAN PUSCA	028.014.819-47	30/07/1979	2	4	2	2	3	11	NA	5,50
184	486	ANGELICA RIBEIRO MAZUR	023.244.009-36	01/08/1978	3	2	1	1	0	14	NA	5,40
185	601	BARBARA KRALLINK	064.470.359-89	11/01/1988	2	3	0	0	1	14	NA	5,40
186	748	JAQUELINE FONTES	080.863.679-08	09/12/1990	2	2	2	0	2	14	NA	5,40
187	340	LEONARDO DA VINCI DE PAULA PINTO	073.538.249-21	13/02/1991	2	2	2	2	0	14	NA	5,40
188	123	GISELE FARIAS CARDOSO ALVES	059.651.629-01	22/07/1988	2	1	1	1	2	14	NA	5,40
189	811	LETICIA ROCHA SELEME	009.803.459-60	21/05/1995	2	1	1	1	2	14	NA	5,40
190	230	SILVIA ROSANE SCHATZMANN	024.377.519-98	14/02/1978	2	1	2	2	1	14	NA	5,40
191	855	PATRICIA ALVES	077.399.939-64	03/02/1991	2	1	2	2	1	14	NA	5,40
192	750	CÁTIA ALÓREMI PALHANO	073.044.779-03	31/08/1994	1	3	2	2	0	14	NA	5,40
193	846	BRUNA APARECIDA CARLOS DE MARIA	088.657.589-37	04/10/1996	1	2	1	2	2	14	NA	5,40
194	372	MIRELA GOGOLA	058.937.389-77	18/02/1989	1	2	2	2	1	14	NA	5,40
195	959	DAIANA ZAPORA	071.595.479-26	05/09/1986	1	1	1	1	3	14	NA	5,40
196	349	VANESSA REGINA RICARDO	082.299.499-21	29/12/1991	1	1	2	2	2	14	NA	5,40
197	409	UESLEI MOSKWIN	008.622.499-96	24/06/1984	4	2	3	3	0	12	NA	5,40
198	69	BIANCA DE CÁSSIA GRITEN PIRES	065.076.879-52	20/08/1993	2	3	2	2	2	12	NA	5,40
199	533	JOICE APARECIDA CORDEIRO	107.716.529-33	02/10/1996	1	4	2	2	2	12	NA	5,40
200	938	JÉSSICA DE FÁTIMA SANTOS	085.278.039-76	07/07/1993	1	3	2	2	3	12	NA	5,40
201	255	FLÁVIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	106.867.669-89	00/00/0000	1	3	2	2	3	12	NA	5,40
202	509	MAIARA OSTROSKI	086.834.969-02	03/06/1994	1	0	2	2	1	15	NA	5,30
203	388	TEREZA LUCIMARA GABRIEL GERALDO	000.635.869-16	07/02/1978	3	2	2	2	0	13	NA	5,30
204	438	DERLI REGINA DE LIMA	063.551.679-94	04/02/1986	2	3	1	1	1	13	NA	5,30
205	714	FRANCIELLE SCHMITK GASPERIN	072.904.289-86	03/01/1989	2	3	1	1	1	13	NA	5,30
206	815	BRUNA SANDINARA VIPICH	099.986.039-94	04/01/1997	2	2	2	2	1	13	NA	5,30

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 5 de 9

207	164	RAMILY NARA ANDRE	103.330.909-50	13/03/1997	2	2	2	2	1	1	13	NA	5,30
208	907	JUSIMARA DA SILVEIRA	004.945.039-55	19/08/1979	2	1	2	2	2	2	13	NA	5,30
209	614	GISLAINE APARECIDA SUBTIL SASSO	085.311.309-21	15/03/1992	2	1	2	2	2	2	13	NA	5,30
210	369	ELIZETE DE FATIMA MACHADO DE SOUZA	015.002.379-06	13/11/1969	1	3	2	2	1	1	13	NA	5,30
211	613	IVANA JULIA SANTOS PRESTES	041.647.159-52	24/07/1982	1	3	2	2	1	1	13	NA	5,30
212	730	ANA MARIA ALEXANDRE DE ANDRADE	053.672.819-40	04/04/1978	1	2	2	2	2	2	13	NA	5,30
213	492	LETÍCIA DA SILVA	057.873.179-71	06/07/1988	1	2	2	2	2	2	13	NA	5,30
214	546	ALEXANDRA DE BARROS PEREIRA	008.583.679-63	06/09/1980	1	2	3	3	1	1	13	NA	5,30
215	537	GEOVANE SANTANA	095.009.569-93	06/09/1996	1	2	3	3	1	1	13	NA	5,30
216	295	DIRCE MARIA CHUPEL REGOZINSKI	022.053.599-08	09/08/1977	3	2	0	0	0	0	14	NA	5,20
217	324	TAIARA DE OLIVEIRA CHAVES	100.488.059-63	27/02/1997	3	0	1	1	1	1	14	NA	5,20
218	307	AMANDA DE OLIVEIRA	091.023.599-60	05/05/1997	3	0	1	1	1	1	14	NA	5,20
219	301	ROSALINA APARECIDA MIRANDA DELLER	838.535.029-20	11/06/1969	2	2	2	2	1	0	14	NA	5,20
220	884	MARLUCE APARECIDA EUCLIDES GUTTER	067.377.719-71	08/11/1990	2	1	1	1	1	1	14	NA	5,20
221	999	ARIANE CAROLINE KRAILING	087.795.459-39	01/04/1992	2	1	1	1	1	1	14	NA	5,20
222	87	MARINEUSA SOARES	023.150.529-98	12/01/1978	2	0	1	1	2	2	14	NA	5,20
223	940	TAMARA D' OLIVEIRA DA SILVA	011.908.829-06	03/08/1994	1	2	1	1	1	1	14	NA	5,20
224	415	ANA PAULA ZAPORA	313.620.338-04	22/08/1983	1	2	2	2	0	0	14	NA	5,20
225	105	JUSSIMARA DE FATIMA ALVES	051.869.339-29	25/05/1984	1	1	1	3	0	0	14	NA	5,20
226	836	ELISANGELA TEIXEIRA	946.601.319-04	19/02/1976	1	0	2	2	2	2	14	NA	5,20
227	202	DAIANE CRISTINA MASSANEIRO RISKE	094.209.289-93	24/02/1994	0	2	0	0	3	3	14	NA	5,20
228	398	RENATA RODRIGUES DE SANTANA	075.929.269-89	11/09/1990	4	2	0	2	2	2	12	NA	5,20
229	866	JORGE LUIS BECKERT MEDEIROS	041.453.749-16	10/10/1985	3	2	2	2	1	1	12	NA	5,20
230	153	ELIANAY DE OLIVEIRA	074.856.249-46	23/07/1995	3	1	3	3	1	1	12	NA	5,20
231	607	MAYARA PADILHA DA SILVA	079.211.819-70	06/11/1991	3	0	2	2	3	3	12	NA	5,20
232	847	CAROLINE MARIA DUBIELA	059.888.259-66	12/05/1990	2	4	1	1	1	1	12	NA	5,20
233	904	WADISLAU OLESKOVICZ NETO	051.551.289-35	06/08/1989	2	3	3	3	0	0	12	NA	5,20
234	912	DAIANA RISSARDI DA SILVEIRA	077.410.989-00	30/03/1992	2	3	3	3	0	0	12	NA	5,20
235	110	KARINE KARVAT	093.201.009-18	30/03/1994	2	2	2	2	2	2	12	NA	5,20
236	140	JULIANA DE LIZ SAMPAIO	056.691.249-01	07/06/1988	2	1	3	3	2	2	12	NA	5,20
237	906	TAMARA OSTROSKE	090.096.299-29	29/09/1993	2	1	3	3	2	2	12	NA	5,20
238	818	AMARILDA DE JESUS LOPES BLANCK	632.661.729-49	30/09/1962	1	4	2	2	1	1	12	NA	5,20
239	67	NISSIA CECILIA NUNES	037.036.349-36	15/06/1980	1	3	2	2	2	2	12	NA	5,20
240	634	CAMILA GONÇALVES	053.748.939-80	12/06/1988	1	3	2	2	2	2	12	NA	5,20
241	627	MARIA DE JESUS ROCHA CORDEIRO	056.751.649-01	22/07/1967	1	1	4	4	2	2	12	NA	5,20
242	933	RICARDO SCZIBOR	093.624.359-77	22/03/1993	4	5	1	1	1	1	10	NA	5,20
243	135	LEONI IURKIV	035.424.419-10	25/07/1971	3	2	0	0	1	1	13	NA	5,10
244	719	JOCELI DA SILVEIRA HOLZAPFEL	682.941.159-91	15/09/1966	3	2	1	1	0	0	13	NA	5,10
245	780	ANDRIELE YASMIN DA SILVEIRA	084.843.059-02	09/09/1993	3	1	2	2	0	0	13	NA	5,10
246	360	FERNANDA BAPTISTA MOREIRA VOIGT	080.330.249-50	24/01/1989	2	3	1	1	0	0	13	NA	5,10
247	126	DANIELE ALINE GROSSKLAUS VIEIRA	097.953.929-70	22/08/1994	2	2	2	2	1	1	13	NA	5,10
248	480	MARCIÉLE HAUBRIGHT	087.025.369-78	07/11/1992	2	2	2	2	0	0	13	NA	5,10
249	12	GRAZIEL DOS SANTOS	101.416.099-58	13/07/1996	2	1	2	2	1	1	13	NA	5,10
250	391	JULIANE APARECIDA BECKER	077.958.259-40	27/07/1990	1	3	2	2	0	0	13	NA	5,10
251	343	AMANDA CRISTINA DA SILVA	083.866.839-96	28/02/1991	1	3	2	2	0	0	13	NA	5,10
252	528	ALICE DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS	035.392.739-21	12/05/1982	1	2	3	3	0	0	13	NA	5,10
253	394	DANIELA LEANDRO	047.010.279-95	11/05/1987	1	1	3	3	1	1	13	NA	5,10
254	52	JULIANA CATARINA DOS SANTOS	080.809.519-69	25/11/1988	1	1	3	3	1	1	13	NA	5,10
255	4	LUANNY KUCZERA SKODOSKI	068.948.349-03	14/05/1993	1	0	0	0	3	2	13	NA	5,10

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 6 de 9

256	545	GABRIELE RODRIGUES PEREIRA GALDINO DA SILVA	074.076.649-00	27/07/1996	0	5	1	0	13	NA	5,10
257	309	JURACY DE FATIMA BARBOSA DA SILVA	808.178.079-34	27/04/1962	3	5	1	0	11	NA	5,10
258	824	JOELMA HARTINGER	073.055.859-20	30/06/1990	2	3	1	3	11	NA	5,10
259	454	CARLA GLEVINSKI	014.921.149-01	04/05/1980	2	2	3	2	11	NA	5,10
260	840	SCHEILA VICENTE	058.411.689-67	24/09/1989	1	3	2	3	11	NA	5,10
261	32	PRISCILA VANESSA DOS SANTOS	004.906.249-28	23/05/1982	1	0	1	2	14	NA	5,00
262	157	LUCIANE DE JESUS FERNANDES FERREIRA	034.933.359-97	26/01/1982	0	2	1	1	14	NA	5,00
263	1011	KATIA REGIANE FERREIRA ENNES	048.317.799-70	02/02/1982	0	2	1	1	14	NA	5,00
264	800	SARA COSSA	062.853.739-57	16/01/1985	3	2	1	1	12	NA	5,00
265	625	ELIARA VARGAS DA SILVA	050.593.949-56	11/07/1984	3	1	0	3	12	NA	5,00
266	842	IVETE TEREZINHA DA SILVA	730.283.209-91	29/05/1968	3	1	1	2	12	NA	5,00
267	335	PATRICIA MARTINS PADILHA	045.942.699-07	23/06/1979	3	1	1	2	12	NA	5,00
268	661	ROBERTSON SCUSEL	041.622.219-60	01/03/1983	3	1	1	2	12	NA	5,00
269	979	ROSELAINE APARECIDA GRITTENS BADAZ	110.172.119-73	17/09/1997	3	1	2	1	12	NA	5,00
270	864	JOYCE NUNES PEREIRA DOS SANTOS	088.746.949-38	07/01/1996	3	0	2	2	12	NA	5,00
271	599	PATRICIA BRANDL PORTA	107.750.339-36	13/12/1996	3	0	2	2	12	NA	5,00
272	90	LEONARDO GOMES DOS SANTOS	081.657.279-82	09/09/1989	2	4	1	0	12	NA	5,00
273	568	FABIANE APARECIDA COLAÇO	088.223.229-08	08/08/1994	2	3	1	1	12	NA	5,00
274	132	KETELYN ROSCAMP	085.120.079-66	01/06/1993	2	1	1	3	12	NA	5,00
275	347	JOSIANE PINTO	061.489.429-84	25/08/1987	2	1	2	2	12	NA	5,00
276	155	BRUNA TALIA NUNES	088.814.389-33	22/05/1997	2	1	2	2	12	NA	5,00
277	146	VIVIANE APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS ROMANOVICZ	041.311.239-08	01/12/1982	1	3	2	1	12	NA	5,00
278	124	WALDIRENE BAUKAT	066.501.909-26	24/07/1988	1	3	2	1	12	NA	5,00
279	24	DAIANE FRANCIELE WENDT DOS SANTOS	041.706.139-02	08/02/1984	1	2	2	2	12	NA	5,00
280	692	SIMONE DA APARECIDA GAVRONSKI CAVALHEIRO	061.297.059-05	00/00/0000	1	2	2	2	12	NA	5,00
281	752	CÉLIA APARECIDA SOECK	022.266.969-11	11/04/1978	0	5	2	0	12	NA	5,00
282	441	MAIARA BIANCA ALMEIDA DA SILVA	086.788.459-29	03/04/1994	4	2	2	2	10	NA	5,00
283	879	SORAIA MARIA ZIERHUT HAAG KARPEN	862.659.979-04	31/07/1976	3	5	2	0	10	NA	5,00
284	282	JONATAS ROBERTO KEPP	095.630.849-00	02/11/1996	2	4	3	1	10	NA	5,00

### Cargo: Monitor de Educação Especial (PNE)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Informática Básica	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	639	RODRIGO FRANCO	050.199.139-52	00/00/0000	3	3	4	1	12	NA	5,80

### Cargo: Professor de Educação Especial

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Informática Básica	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	947	FRANCIELI FLADZINSKI	059.545.829-71	13/09/1988	4	3	2	1	17	NA	7,10
2	666	ANA CRISTINA SEBEN ALVES DE SOUZA	817.740.289-72	28/06/1969	4	2	3	2	15	NA	6,70
3	638	CLENICE APARECIDA BOSSI	970.255.699-68	12/10/1975	3	0	3	0	18	NA	6,60
4	878	DAIANA OSTROSKE	069.200.619-29	22/05/1989	1	4	1	2	16	NA	6,40
5	410	SIRLEY APARECIDA GONTAREK	004.388.439-32	10/03/1977	2	2	0	2	17	NA	6,30
6	208	CRISTINE POMPERMAYER PEREIRA	892.051.119-53	31/12/1976	4	2	3	0	15	NA	6,30
7	898	MARILEI ALVES	638.502.579-91	07/04/1960	4	4	2	0	14	NA	6,20
8	676	GIZELE WOSNIACK CORREA	037.987.309-54	13/05/1980	3	2	3	2	14	NA	6,20
9	850	VÂNIA WAGNER TARTARI	052.024.079-04	04/10/1987	3	3	1	1	15	NA	6,10

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 7 de 9

10	565	SCHEILA ROCHA PRZVITOSKI	078.917.499-57	21/09/1991	1	4	2	1	15	NA	6,10
11	375	VALDETE SEMENTKOWSKI	017.141.689-99	03/11/1978	1	3	3	1	15	NA	6,10
12	68	KARINA DE FATIMA GOMES	064.562.539-69	06/02/1989	4	4	1	2	13	NA	6,10
13	330	MARLI APARECIDA DOS SANTOS	642.340.709-63	06/10/1970	4	3	2	2	13	NA	6,10
14	623	MICHELI KARINE BONASSOLI	008.710.339-76	18/10/1982	2	1	1	2	16	NA	6,00
15	672	JOSIANE DOS SANTOS	074.491.459-01	19/12/1989	1	2	1	2	16	NA	6,00
16	983	PATRICIA RAQUEL MUCHINSKI	042.255.959-86	17/01/1984	2	2	2	3	14	NA	6,00
17	170	RICARDO RODRIGUES DE BAOSTOS	693.507.879-20	28/12/1969	4	4	3	1	12	NA	6,00
18	700	LUCIANE URBANEK	068.134.269-23	01/06/1990	5	1	1	0	15	NA	5,90
19	149	VANIA CASTILHO	048.085.569-28	14/10/1985	4	0	2	1	15	NA	5,90
20	746	ELIANE DE FÁTIMA BURDZACK CARVALHO DO PRADO	004.098.339-08	16/02/1978	3	2	1	1	15	NA	5,90
21	235	ALINE BÁRBARA VANIN	063.528.619-03	04/01/1989	2	2	1	2	15	NA	5,90
22	547	CLEUNICE KOSAK	054.523.129-94	00/00/0000	2	2	2	1	15	NA	5,90
23	572	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA	067.319.929-09	20/12/1991	1	3	2	1	15	NA	5,90
24	451	JOSIANE DIRLEA ADRIANO DE SOUZA	868.842.559-00	30/07/1972	4	2	2	2	13	NA	5,90
25	566	IVETE SOEK RICARDO DE JESUS	866.786.479-04	21/11/1978	3	2	2	3	13	NA	5,90
26	267	ELIANE LEANDRO GONCALVES JUNGLES	010.489.129-73	00/00/0000	4	2	1	1	14	NA	5,80
27	695	CARINE GRACIELA DA SILVA	052.004.809-14	25/02/1986	3	3	1	1	14	NA	5,80
28	620	KARINE APARECIDA PADILHA DE MORAES NAISSER	045.122.049-89	13/11/1982	2	3	2	1	14	NA	5,80
29	363	KARINA RAUEN BEDRITCHUK	032.971.899-16	10/02/1979	2	2	2	2	14	NA	5,80
30	890	ADRIANA DA SILVA	068.945.169-52	26/08/1991	2	2	3	1	14	NA	5,80
31	756	JULIANO NIEDZIECKI	091.821.819-50	29/12/1993	2	1	3	2	14	NA	5,80
32	496	CARLOS ALFREDO ROTENSKI	004.890.579-85	06/02/1981	3	5	2	1	12	NA	5,80
33	9	CARLA CHRISTIANE HERBST BRÜSKE	004.018.019-00	26/06/1980	4	3	4	1	11	NA	5,70
34	448	ROSELI APARECIDA DE ALMEIDA BORGES	845.729.739-20	15/07/1964	3	1	1	2	14	NA	5,60
35	462	RENY TEREZINHA NIZER	004.694.509-16	20/07/1979	3	4	2	1	12	NA	5,60
36	60	ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK	196.126.718-77	05/02/1974	2	2	4	2	12	NA	5,60
37	382	JOCIMARA DE AGOSTINHO DRZEWIECKI	948.386.239-68	23/07/1974	1	3	1	0	15	NA	5,50
38	431	CRISTIANA ROMAO PEREIRA	049.382.109-08	18/08/1981	3	2	2	1	13	NA	5,50
39	423	ANA CÁTIA GONÇALVES DRANSFELD	004.176.039-59	13/04/1980	2	3	3	2	13	NA	5,50
40	645	ISABELA CRISTINA COSTA FLORINDO	059.648.699-55	05/07/1983	2	3	4	2	11	NA	5,50
41	669	VERA LUCIA RODRIGUES SOARES PIOTROWSKI	021.831.919-37	07/09/1975	3	2	1	0	14	NA	5,40
42	848	VANESSA WAGNER D" OLIVEIRA	028.379.159-47	12/03/1981	1	2	2	1	14	NA	5,40
43	571	SUELI ARACÉLIO MADEIRA	420.458.519-15	14/09/1968	2	4	2	1	12	NA	5,40
44	201	CLAUDIA REGINA DE LIMA OSTROVSKI	005.122.159-44	13/02/1983	2	3	3	1	12	NA	5,40
45	520	MARCIANE ALVES RIBEIRO	059.832.689-88	03/09/1988	3	2	2	0	13	NA	5,30
46	902	LILIANE TELEGINSKI	050.701.969-52	18/03/1993	3	2	2	0	13	NA	5,30
47	158	ANA PAULA ARTNER	086.653.799-67	20/06/1994	3	2	2	0	13	NA	5,30
48	505	IVONETE DEFATIMA JAVORSKI RUCKL	030.313.629-42	25/09/1970	2	2	2	1	13	NA	5,30
49	910	VEREDIANE FRANCO DE OLIVEIRA	010.113.369-36	05/03/1983	4	4	1	1	11	NA	5,30
50	798	JAIRA DAS GRAÇAS LIMA CASA	845.893.379-91	11/06/1971	4	3	2	1	11	NA	5,30
51	857	KARINA CASAS	073.321.469-08	06/07/1990	4	2	2	2	11	NA	5,30
52	960	ALEXSANDRA LOPES FERREIRA RAMOS	092.134.929-79	20/03/1994	0	3	2	0	14	NA	5,20
53	608	ANDREA PINHEIRO DOS SANTOS	918.347.089-15	19/09/1973	2	3	0	1	13	NA	5,10
54	355	JIANE MARIA GELBEKE BERLANDE	065.212.609-01	14/07/1989	1	2	2	1	13	NA	5,10
55	946	VERIDIANA WAGNER DE BARROS	684.531.599-04	13/06/1974	2	4	1	2	11	NA	5,10
56	758	MARILENE TREVISOL POMPERMAYER	736.647.669-20	07/06/1954	2	0	1	1	14	NA	5,00
57	699	ROZELI TEREZINHA CORNELSEN DE OLIVEIRA	005.072.729-00	10/11/1970	0	1	1	2	14	NA	5,00

NUBES Concursos

Data de Geração: 28/10/2015 10:51 - Folha: 8 de 9

Cargo: Professor de Educação Especial (PNE)											
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Informática Básica	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	392	LIZETE DIDEK	006.613.169-39	10/11/1982	3	2	1	1	14	NA	5,60

Legenda:  
DN - DATA DE NASCIMENTO  
NA - NÃO APLICADO  
NP - NÃO PREVISTO PARA O CARGO  
PNE - Vaga(s) Destinada(s) a Portadores de Necessidades Especiais (Art. 37, inciso VIII da Constituição Federal)

# Turvo

## PREFEITURA

### LEILAO PMT 64/2015

Aviso de Licitação - Modalidade de Leilão

Processo de Licitação nº 64/2015 – LEILÃO nº 64/2015 – Tipo Melhor Preço Ofertado.

Objeto: Alienação bens móveis (01 Ônibus Scania e 01 automóvel Toyota Corolla) Inservíveis a Administração Pública.

Abertura da Sessão para entrega de documentos e em seguida abertura para lances: a partir das 09:00 horas do dia 23/11/2015.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609, Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo /SC, 04 de novembro de 2015.

Bernardete Biz Souza

Leiloeira

### NOTIFICAÇÃO DE REPASSE 16/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

· Contrato: 801376/2014 Processo: 2624.1014530-68/2014.

Objeto: Implantação de Passeios Públicos no perímetro urbano no Município de Turvo.

Origem dos Recursos: Ministério das Cidades

Valor da 1ª parcela: R\$ 197.100,00

Data do repasse da 1ª parcela: 04/11/2015

Turvo/SC, 04 de novembro de 2015.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.074/2015

DECRETO Nº 074/2015, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

“RESCINDE RELAÇÃO DE TRABALHO QUE ESPECIFICA.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a alteração no artigo 40 da Constituição Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.316 proposta por Associações de Magistrados que aumentou de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos, com aplicação imediata para os Ministros do STF, dos Tribunais Superiores e do TCU;

CONSIDERANDO a liminar prolatada na ADIn na qual o STF fixou entendimento que por enquanto o aumento de idade para aposentadoria compulsória não se estende aos demais servidores públicos;

CONSIDERANDO que o concurso público nº 001/2015 selecionou candidato (Roldão Gonçalves) o qual possui mais de 70 anos de idade e tendo em vista que o mesmo foi contratado sob entendimento inicial, de que a Emenda Constitucional 88/201 se estenderia aos demais servidores,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica revogada a nomeação e rescindida a contratação do servidor Roldão Gonçalves, portador do CPF nº 509.920.159-87, ocupando cargo efetivo de Servente, nomeado pela Portaria nº 374/2015 de 1º de junho de 2015.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 03 de novembro de 2015.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 04/11/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/ 2015. EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/2015.

“Estabelece normas para a contratação de temporária de excepcional interesse público na Secretaria de Saúde do Município de Vargem Bonita e dá outras providências”.

CONSIDERANDO que as atividades da Secretaria de Saúde, no que tange ao atendimento médico, deve ser contemporâneo a demanda, devendo portanto ocorrer disponibilidade imediata de médico na Unidade de Saúde;

CONSIDERANDO que a atual profissional do Programa Mais Médico teve que se afastar, retornando a Cuba por motivo de doença familiar, a princípio afastando-se temporariamente e não há tempo hábil para concursar outro profissional sem a interrupção do serviço;

CONSIDERANDO também que existe permanentemente um grupo de usuários do sistema de saúde a serem acompanhados e atendidos. Tendo em vista que a falta de profissional prejudica a pontualidade nos serviços e compromete a sua finalidade;

CONSIDERANDO que não existem profissionais concursados, nem mesmo em cadastro de reserva para preenchimento desta vaga;

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, em caráter emergencial por se tratar de atendimento na área de saúde.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no diário oficial do Município e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter de emergência em contrato temporário pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período ou até a realização de concurso público.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou seleção em concurso para provimento efetivo.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito.

1.8. O prazo para chamamento deste seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

## 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 06 de novembro de 2015 até 13 de novembro de 2015, das 08h00min às 12h00min, no setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro, devendo o servidor responsável proceder ao devido protocolo e autuação ou, através do e-mail: [tributos@vargembonita.sc.gov.br](mailto:tributos@vargembonita.sc.gov.br) devendo o candidato enviar obrigatoriamente por SEDEX, no endereço Prefeitura de Vargem Bonita, Rua Coronel Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita, CEP: 89.675-000, cópia de todos os documentos solicitados, devidamente rubricadas.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- Habilitação do Conselho Regional de Medicina;
- CPF;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas;
- Cópia autenticada dos certificados dos cursos específicos para o cargo de interesse;
- Comprovante de endereço/telefone para contato.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

## 3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Teste Seletivo Simplificado de Títulos para:

Cargo	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
- Médico (ESF)	01	40 horas	R\$ 11.893,94

## 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do CURRICULUM VITAE de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, anexando ao currículo cópia do certificado de conclusão dos respectivos títulos.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, devendo ser expedidos pela Instituição de Ensino.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e ou declaração da instituição/ou empresa em que atuou.

4.5 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 16 de novembro de 2015 no site da Prefeitura Municipal de

Vargem Bonita e no mural público.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do teste seletivo, será considerada a publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

## 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;
- maior tempo de serviço na área de atuação do cargo a ser ocupado;

## 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM – Diário Oficial do Município.

8.3. Os candidatos serão contratados em Regime Estatutário no que couber, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita(SC), 05 de novembro de 2015.

Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

## ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Médico (ESF)

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo VI - Atividades Nível Superior

## ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

Avaliação, tratamento e conduta frente as diversas clínica atuando no ciclo vital da criança e do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso; realizar visitas domiciliares para assistência, atuar nos grupos de educação em saúde e também na educação continuada, e em serviço na unidade de saúde da família. participar dos programas de atendimento a população atingida por calamidade pública, integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação, saneamento, realizar estudos e inquéritos sobre os níveis da saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas a solução dos problemas levantados, participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva, emitir laudos e pareceres quando solicitado.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos

ESCOLARIDADE: Ensino Superior na área com registro no Conselho Regional de Medicina

REMUNERAÇÃO: R\$ 11.893,94

CARGA HORÁRIA: 40 horas

#### ANEXO II

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Cursos, seminários, simpósios, congressos relacionados à área de atuação do cargo (últimos 05 anos).	1,0 (cada 40 horas)
Tempo de serviço na atividade	1,0 (cada ano – sem fração)

OBS 01: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com o cargo pretendido e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

#### ANEXO III

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE VARGEM BONITA TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL 003/2015

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_ \_CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição:

- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral;
- ☐ Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- ☐ CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas.

Vargem Bonita – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

#### ANEXO IV

##### FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 003/2015

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

[illegible]

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: \_\_\_\_\_ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Ass. Responsável p/ recebimento

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.490/15

DECRETO N.º 12.490/15, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10.981/2014, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Metach Comércio e Incorporação de Empreendimento Imobiliário LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico da Secretaria de Planejamento;

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 08 (oito) áreas, sendo a, área 01 com 316,93 m² (trezentos e dezesseis metros e noventa e três decímetros quadrados), área 02 com 342,46 m² (trezentos e quarenta e dois metros e quarenta e seis decímetros quadrados), área 03 com 369,67 m² (trezentos e sessenta e nove metros e sessenta e sete decímetros quadrados), área 04 com 406,17 m² (quatrocentos e seis metros e dezessete decímetros quadrados), área 05 com 388,42 m² (trezentos e oitenta e oito metros e quarenta e dois decímetros quadrados), área 06 com 362,14 m² (trezentos e sessenta e dois metros e quatorze decímetros quadrados), área 07 com 425,38 m² (quatrocentos e vinte e cinco metros e trinta e oito decímetros quadrados), área 08 com 463,53 m² (quatrocentos e sessenta e três metros e cinquenta e três decímetros quadrados), de propriedade de Metach Comércio e Incorporação, constante da matrícula nº 31.941, do Cartório de Registro de Imóveis Imobiliário LTDA da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 32.617,83 m², conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 10.981/14.

#### DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 307,47 m² (trezentos e sete metros e quarenta e sete decímetros quadrados), da área remanescente, uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 31.941, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 10.981/2014.

Parágrafo único. Fica o proprietário do imóvel obrigado a proceder à escritura de doação do imóvel, constante deste artigo, correspondente a área pública total ao Município de Videira no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.492/15

DECRETO N.º 12.492/15, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 17.779/2014, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Loteamento Bertolina Huf LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico da Secretaria de Planejamento;

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 08 (oito) áreas, sendo área 01 com 393,19 m² (trezentos e noventa e três metros e dezenove decímetros quadrados), área 02 com 537,17 m² (quinhentos e trinta e sete metros e dezessete decímetros quadrados), área 03 com 515,12 m² (quinhentos e quinze metros e doze decímetros quadrados), área 04 com 477,13 m² (quatrocentos e setenta e sete metros e treze decímetros quadrados), área 05 com 451,21 m² (quatrocentos e cinquenta e um metros e vinte e um decímetros quadrados), área 06 com 451,05 m² (quatrocentos e cinquenta e um metros e cinco decímetros quadrados), área 07 com 468,39 m² (quatrocentos e sessenta e oito metros e trinta e nove decímetros quadrados), área 08 com 607,15 m² (seiscentos e sete metros e quinze decímetros quadrados), de propriedade do Loteamento Bertolina Huf LTDA constante da matrícula nº 12.400, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 20.860,50 m² (vinte mil, oitocentos e sessenta metros e cinquenta decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo nº 17.292/2014.

#### DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 536,11 m² (quinhentos e trinta e sete metros e onze decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 30.046, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o

art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 17.292/2014.

Parágrafo único. Fica o proprietário do imóvel obrigado a proceder à escritura de doação do imóvel, constante deste artigo, correspondente à área pública total ao Município de Videira no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 26 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.493/15**

DECRETO N.º 12.493/15, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 13.910/2015, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado Agropecuária Quinze LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico da Secretaria de Planejamento e Parecer Jurídico nº 412/15.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 05 (cinco) lotes, sendo o lote 01 com 1.790,26m<sup>2</sup> (um mil setecentos e noventa metros e vinte e seis decímetros quadrados), lote 02 com 2.563,35 m<sup>2</sup> (dois mil quinhentos e sessenta e três metros e trinta e cinco decímetros quadrados), sendo parte integrante desta área faixa "non edificandi" de 1.547,54 m<sup>2</sup> (um mil quinhentos e quarenta e sete metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), lote 03 com 1.569,17 m<sup>2</sup> (um mil quinhentos e sessenta e nove metros e dezessete decímetros quadrados), sendo parte integrante desta faixa "non edificandi" de 452,18 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e dois metros e dezoito decímetros quadrados), área lote 04 com 1.480,23 m<sup>2</sup> (um mil quatrocentos e oitenta metros e vinte e três decímetros quadrados), sendo parte "non edificandi" de 398,28 m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e oito metros e vinte e oito decímetros quadrados), lote 05 com 1.391,31 m<sup>2</sup> (um mil trezentos e noventa e um metros e trinta e um decímetros quadrados), sendo parte integrante da faixa "non edificandi" 494,54 m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e quatro metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), de propriedade de Agropecuária Quinze LTDA, constante na matrícula

nº 5948, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescendo na referida matrícula a área de 1.101.535,06 m<sup>2</sup> (um milhão, cento e um mil, quinhentos e trinta e cinco metros e seis decímetros quadrados), conforme projetos geométricos e memorial descritivo constante do Processo nº 13.910/2015.

#### **DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a averbar na matrícula RG 5.498 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, a Área de Preservação Permanente de 1.606,84 (um mil, seiscentos e seis metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), a vista do que consta nos projetos geométricos e memorial descritivo constante do Processo nº 13.910/15.

#### **DA ÁREA PÚBLICA**

Art. 3º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 910,98 m<sup>2</sup> (novecentos e dez metros e noventa e oito decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 5.948, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 13.910/2014.

§1º Fica o proprietário do imóvel obrigado a proceder à unificação da área pública constante no caput deste artigo a área pública existente, constante da matrícula nº 15.602-A do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área pública de 10.160,98m<sup>2</sup> (dez mil, cento e sessenta metros e noventa e oito decímetros quadrados).

§2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a proceder à escritura de doação do imóvel, constante deste artigo, correspondente a área pública total ao Município de Videira no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira.

Art. 4º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 26 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.494/15**

DECRETO N.º 12.494/15, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 16.801/2014, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Nelson Luiz Setti e Fábrica de Sorvetes Jelly Cream LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área, sendo área 01 com 200,00 m² (duzentos metros quadrados), de propriedade da Fábrica de Sorvetes Jelly Cream LTDA, constante da matrícula nº 12.400, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, remanescendo na referida matrícula a área de 381,475 m² (trezentos e oitenta e um metros e quatrocentos e setenta e cinco decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 16.801/14.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área, com 200 m² (duzentos metros quadrados), área 01, desmembrada no artigo 1º deste decreto, na matrícula nº 11.719 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, de propriedade de Nelson Luiz Setti, totalizando uma área de 501,050 m² (quinhentos e um metros e cinco decímetros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

#### DECRETO Nº 12.495/15

DECRETO N.º 12.495/15, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 1335/2014, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Cooperativa Regional dos Produtores de Aves e Suínos - COOPERAIVISU;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área, sendo a área 1 com 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), de propriedade de Cooperativa Regional dos Produtores de Aves e Suínos - COOPERAIVISU, constante da matrícula nº 29.479, do Cartório

de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, remanescendo na referida matrícula a área 1.500,00 m² (um mil e quinhentos metros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 1335/14.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), desmembrada no artigo 1º deste decreto, na matrícula nº 23.545 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, de propriedade de Cooperativa Regional dos Produtores de Aves e Suínos - Cooperavisu, totalizando uma área de 6.500,00 m² (seis mil e quinhentos metros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 27 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

#### RETIFICAÇÃO EXTRATO DO ADITIVO Nº 117/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO ADITIVO Nº 117/2015

O Departamento de Licitações torna público a retificação do extrato do Termo Aditivo nº 117/2015, veiculado na edição nº 1859 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 30/10/2015, devido a erro de digitação por este Departamento no tocante ao valor, passando a ter a seguinte redação:

Termo Aditivo nº 117/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 237/2013

Processo: PR nº 55/2013- FMS

Contratado: CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELE S.S.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do item 07 por mais 04 (quatro) meses, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2015 até 29 de fevereiro de 2016, reduzindo-se para 25 (vinte e cinco) o número de consultas diárias, e reajustar os valores do item 07 constantes da Cláusula 2ª, através do IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses (out/2014 a set/2015), no percentual de 8,3588300%. Valor: R\$ 56.758,36.

Data: 28/10/2015.

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA COM GRADIL SUPERIOR NO CENTRO DO BEM ESTAR DO MENOR, UNIDADE VILA VERDE, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXAS, PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. As propostas e documentos serão recebidos até as 15h00min do dia 23 de novembro de 2015. O Edital em inteiro teor

encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira, 04 de Novembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

## **TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2015 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A RECUPERAÇÃO DE PARTE DO MURO DE CONTENÇÃO (TIPO GABIÃO) NA RUA XV DE NOVEMBRO, PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS. As propostas e documentos serão recebidos até às 13:00h do dia 23 de novembro de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 04 de novembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

---

## **INPREVID**

---

### **EDITAL ELEIÇÃO INPREVID 2015**

ELEIÇÕES INPREVID Nº 001/2015

DIA DA REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES: 10/12/2015

HORÁRIO DE INÍCIO: 08:30 HORAS

HORÁRIO DO TÉRMINO: 17:00 HORAS

LOCAL: URNA FIXA NO HALL DA PREFEITURA;

URNAS ITINERANTES FARÃO O TRAJETO COM HORÁRIOS E LOCAIS ESTABELECIDOS PELA COMISSÃO ELEITORAL, QUE SERÁ PUBLICADO JUNTAMENTE COM O TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DAS CANDIDATURAS.

O RECEBIMENTO DE INSCRIÇÕES DAS CHAPAS CANDIDATAS AOS CARGOS DE MEMBROS DOS CONSELHOS FISCAL E ADMINISTRATIVO E PARA PRESIDENTE DO INPREVID, DAR-SE-Á NA SEDE DO INSTITUTO, LOCALIZADA NA RUA FIORINDO PIRES, Nº 15, ESQUINA COM A AVENIDA MANOEL ROQUE, EDIFÍCIO VT COMERCIAL, SALA 101, BAIRRO ALVORADA, VIDEIRA/SC, NO PERÍODO DE 09/11/2015 a 17/11/2015, DAS 7:00h as 13:00h.

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – INPREVID, através da Comissão Eleitoral, nomeada pelo Decreto nº 12.491/15, de 26 de Outubro de 2015, torna público que estão abertas as inscrições para participar do processo eleitoral para composição dos membros dos Conselhos Fiscal e Administrativo, bem como para a vaga de Presidente do INPREVID, devendo as candidaturas das chapas serem apresentadas até a data, horário e local acima indicados, de conformidade com o disposto no Regimento Eleitoral e na forma da Lei Complementar nº 023/2002 e suas posteriores alterações. O Regimento das Eleições, a lista de documentos para efetivação das inscrições e o edital na íntegra se encontram a disposição dos interessados na sede do INPREVID, sito na RUA FIORINDO PIRES, Nº 15, ESQUINA COM A AVENIDA MANOEL ROQUE, EDIFÍCIO VT COMERCIAL, SALA 101, BAIRRO ALVORADA – EM FRENTE AO PAÇO MUNICIPAL – VIDEIRA/SC – FONE (49) 3566-6415.

Quaisquer informações relativas ao presente processo eleitoral serão prestadas pela Comissão Eleitoral, na sede do INPREVID, diariamente no período das 07:00 às 13:00 horas.

Videira/SC, 03 de Novembro de 2015.

ALINE ZAGO REOLON

Presidente da Comissão Eleitoral

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 032/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 32/2013 QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DO OUTRO A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, NOS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUCAO INDIRETA - EMPREITADA PELO PREÇO GLOBAL.

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, 165, Centro, nesta cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, estabelecida na Rodovia SC 302, nº 860 – Barragem Oeste – CEP 89.190-000, município de Taió/SC, neste ato representado pelo seu Sócio Gerente LAÉRCIO MENDES, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 033/2013, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVICOS DE ENGENHARIA, homologado em 26/11/2013, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8666 de 21/06/1993, inclusive suas alterações posteriores, cujo contrato fica alterado a seguinte cláusula:

### CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por (90) noventa dias, devido aos fatores abaixo:

· Falta de liberação da última parcela do recurso pela União. Consequentemente ocasionando o atraso no término da obra;

O prazo começara a contar no dia 21 de Novembro de 2015, se encerrando no dia 21 de Fevereiro de 2016, as demais cláusulas do Termo de Contrato 032/2013, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles (SC), 05 de Novembro de 2015.

P.M. DE VITOR MEIRELES LOURIVAL LUNELLI Prefeito Municipal Contratante	A.R.G. INDUSTRIAL LTDA LAÉRCIO MENDES Sócio Gerente Contratada
TESTEMUNHAS:  Nome: SANDRO LUNELLI CPF: 064.162.869-20	Nome: BRENO VILHALBA PAMPLONA CPF: 060.352.509-12

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AJG 202/2015

DECRETO Nº AJG 202/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014 de 08.12.2014,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 1.758.814,48 (Um milhão setecentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

#### 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.10.306.1002.2036 – Programa de Alimentação Escolar  
07.0701.10.306.1002.2036.33900000.0337 – Aplicações Diretas R\$ 126.653,54

#### 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.361.1201.2038 – Manutenção atividades do ensino fundamental  
07.0701.12.361.1201.2038.33900000.0336 – Aplicações Diretas R\$ 132.545,93

#### 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER

09.0902.27.812.2701.1015 – Ampliação da Rede Esportiva  
09.0902.27.812.2701.1015.44900000.0164 – Aplicações Diretas R\$ 99.991,04

#### 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2034 – Manutenção da Assistência Farmacêutica  
15.1501.10.301.1001.2034.33900000.0338 – Aplicações Diretas R\$ 33.682,28

#### 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.301.1001.2030 – Manutenção do Piso de Atenção Variável  
15.1501.10.301.1001.2030.33900000.0338 – Aplicações Diretas R\$ 884.595,19

#### 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.1501.10.302.1001.2031 – Manut. do MAC Ambulat. Hospitalar e Lim. Financ.  
15.1501.10.302.1001.2031.33900000.0338 – Aplicações Diretas R\$ 481.346,50

Art. 2º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no superávit financeiro do exercício anterior das fontes "0337", "0336" e "0338" e no Convênio nº 2014TR0001864 firmado com a SDR Xanxerê para a execução da cobertura de quadra poliesportiva no Bairro Bela Vista.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 02 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0029/2015

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0029/2015

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Auto Posto Jordy Ltda Epp.

Objeto: Registro de Preços para aquisições de combustíveis e óleo diesel, para abastecimento dos veículos da Secretaria de Saúde. Fica reajustado o valor do item 01 do Edital (gasolina comum) para R\$ 3,41 e o item 02 (óleo diesel S-10) para R\$ 2,902. Conforme Requerimento e Parecer jurídico anexos.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2015. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

### EXTRATO 2º ADITIVO ATA RP Nº 0067/2014

Extrato 2º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0067/2014

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Stang & Stang Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições de combustíveis, para abastecimento dos veículos das Secretarias do Município.

Fica reajustado o valor do item 01 do Edital (gasolina comum) para R\$ 3,123. Conforme Requerimento e Parecer jurídico anexos.

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2015. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

### PORTARIA Nº AJG 239/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 239/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 29.10.2015 a 27.11.2015, a Servidora Pública Municipal Sra. VANIA RODRIGUES FORTUNA, Brasileira, solteira, portadora da CI Nº 7.146.354-0 e CPF Nº 020.791.809-08, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº BLB 083/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTERIO, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 04110/2015. Datado de 03.11.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.02.2010 a 07.02.2013: 30 (trinta) dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio na data de 29.10.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº AJG 240/2015**

PORTARIA Nº RH-AJG 240/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei Complementar BLB 3.112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 03.11.2015 à 02.12.2015. A Servidora Pública Municipal Sra. NILSE BRESAN, nacionalidade brasileiro, estado civil casada, portador da CI nº 14/R 2.132.130 e do CPF nº 015.853.699-18, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto JB 244/95 no cargo de ESCRITURARIA com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 04111/2015. Datado de 03.11.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 01.09.2000 a 31.08.2005: 30 (trinta) dias;

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir do dia 03.11.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº AJG 241/2015**

PORTARIA Nº RH-AJG 241/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei Complementar BLB 3.112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 03.11.2015 à 02.12.2015. Ao Servidor Público Municipal o Sr. JOÃO LUIZ BERTO, nacionalidade brasileiro, estado civil casado, portador da CI nº 824.559 e do CPF nº 485.484.809-04, residente e domiciliado nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeado conforme Decreto AM 285/07 no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desempenhando suas atividades no Gabinete do Prefeito junto a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC, conforme portaria RH-AJG 207/2013.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 04109/2015. Datado de 03.11.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

01.10.2007 a 08.06.2009: 11 (onze) dias;

08.06.2009 a 07.06.2012: 19 (dezenove) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir do dia 03.11.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº RH AJG 238/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 238/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 03.11.2015 a 02.12.2015 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Aline Ferronato, Ana Paula Simon, Bernardete Sotilli Machado, Cirlene Filisbino dos Anjos, Cleci Maria dos Santos, Cristiane Guadagnin Spagnol, Daniel Zambiasi, Edna Regina Turella, Ester da Silva, Eunice Sora Bruchez, Glaucia Paludo Pelizza, Jose Altemir dos Santos, João Pedro da Luz, Laercio Ricardo Bortolini, Luciene Aparecida Zambenedetti Matiotti Luiz Cleuzedir Pereira da Silva, Nelci Lorena Altreider, Regina Tonello, Rivaél Sander Freschi, Thaise Trizotto, Winicius Pertile.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 03.11.2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 03 de Novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI ORDINÁRIA Nº 3778/2015**

LEI Nº 3778 / 2015

(Origem Projeto de Lei Nº 018 / 2015 - Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE HUGO AVELINO CASAGRANDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominado de Rua Hugo Avelino Casagranda, o logradouro "A" situado no Loteamento Camélia, no município de Xanxerê, SC, matrícula nº 26.026.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 3779/2015**

LEI Nº 3779 / 2015

( Origem Projeto de Lei Nº 019 / 2015 – Legislativo )

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE LIBERA TESTA CASAGRANDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominado de Rua Libera Testa Casagranda o logradouro "C" situado no Loteamento Camélia, no município de Xanxerê, SC, matrícula nº 26.026.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 3784/2015**

LEI Nº 3784 / 2015

( Origem Projeto de Lei Nº 012/2015 – Legislativo )

INSTITUI A "CAMPAÑA SETEMBRO VERDE" NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º Fica instituída a "Campanha Setembro Verde", a ser realizada, anualmente, no mês de Setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando-a a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Parágrafo Único - O Município de Xanxerê deverá promover o engajamento de escolas, creches, clubes de serviço, entidades, associações, igrejas, órgãos e sociedade em geral, e desenvolver ações educativas, como palestras, seminários, atividades culturais e de lazer e discussões relativas ao tema.

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a realizarem todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

23 de Outubro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO 115/2015

DECRETO Nº 115/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 041, de 17 de setembro de 2009, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. MICHELL ZANOELLO, ocupante do cargo comissionado de Assessor Jurídico, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Novembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 116/2015

DECRETO Nº 116/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.483, de 04 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 99.539,73 (noventa e nove mil quinhentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.021 – Manter os Programas de Saúde Básica	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00	
R\$ .....	99.539,73
TOTAL .....	99.539,73

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00	
R\$ .....	74.100,00
TOTAL .....	74.100,00

Art. 3º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro dos recursos de receitas de transferências de impostos – Saúde – 0002, no valor total de até R\$ 25.439,73 (vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Novembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 117/2015**

DECRETO Nº 117/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.484, de 04 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00	
R\$ .....	35.000,00
TOTAL .....	35.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de Esportes	
Projeto Atividade: 2.014 – Auxiliar nos Eventos e Promoções	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00	
R\$ .....	35.000,00
TOTAL .....	35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Novembro de 2015.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 - XAVANTINA/SC**

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina, torna público que realizará, na forma prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, a abertura de inscrições para PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS destinado a Formação de CADASTRO DE RESERVA para Contratação de Professores, em caráter temporário, para atuação nas Escolas Municipais, com amparo nas Leis Complementares Municipais nºs 002/2000 e 020/2004, Lei Municipal nº 782/2002, para o Ano Letivo de 2016. O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado de conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1	O Processo Seletivo será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições legais vigentes e será executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia – SC. Telefone (49) 3482-3500. Endereço eletrônico: recepcao@amauc.org.br
1.1.1	As provas serão aplicadas no dia 06 de dezembro de 2015, na Escola de Educação Básica Professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, localizada na Rua Irineu Bornhausen, s/nº, centro, na cidade de Xavantina – SC.
1.1.2	Em razão da indisponibilidade de local suficiente ou adequado para realização das provas em decorrência do número de candidatos, estas, a critério da Comissão, poderão ser realizadas em outro local.

**1.2 Nomenclaturas – Área de Atuação - Carga Horária Semanal - Vencimentos - Exigências**

## 1.2.1 LICENCIATURA PLENA (PROFESSOR HABILITADO)

Nomenclatura - Área de Atuação	C/H semanal	Venc. (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Professor – Educação Infantil	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Pedagogia – Educação Infantil
Professor – Ensino Fundamental/Anos Iniciais	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Pedagogia – Ensino Fundamental/Anos Iniciais
Professor de Educação Especial	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Pedagogia – Educação Especial
Professor de Artes	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Artes
Professor de Artes	10h	R\$ 574,81	Graduação em Artes
Professor de Música	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Música
Professor de Língua Estrangeira - Inglês	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Inglês
Professor de Educação Física	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Educação Física/Licenciatura
Professor de Educação Física	10h	R\$ 574,81	Graduação em Educação Física/Licenciatura
Professor de Filosofia	20h	R\$ 1.148,20	Graduação em Filosofia ou História

## 1.2.2 ESTUDANTES DE NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR ESPECÍFICO (PROFESSOR NORMALISTA)

Nomenclatura - Área de Atuação	C/H semanal	Venc. (R\$)	Exigências complementares no ato da contratação
Professor – Educação Infantil	20h	R\$ 801,56	Cursando no mínimo a 5ª fase do Curso de Pedagogia - Educação Infantil
Professor – Ensino Fundamental/Anos Iniciais	20h	R\$ 801,56	Cursando no mínimo a 5ª fase do Curso de Pedagogia – Ensino Fundamental/Anos Iniciais
Professor de Artes	20h	R\$ 801,56	Cursando no mínimo a 5ª fase do Curso de Pedagogia ou Artes
Professor de Música	20h	R\$ 801,56	Cursando no mínimo a 5ª fase do Curso de Pedagogia ou Música
Professor de Língua Estrangeira - Inglês	20h	R\$ 801,56	Cursando no mínimo a 5ª fase do Curso de Língua Estrangeira - Inglês
Professor de Filosofia	20h	R\$ 801,56	Cursando no mínimo a 5ª fase do Curso de Filosofia ou História

a) A disciplina de Contos será ministrada por professor com Graduação em Pedagogia – Educação Infantil.

b) A função de Apoio pedagógico será ministrada por professor com Graduação em Pedagogia – Anos Iniciais.

c) A função de Professor Auxiliar, primeiramente será ofertada aos inscritos na área de Pedagogia – Educação Especial, não havendo interessados será ofertada aos demais inscritos.

1.3	Os candidatos estudantes que se inscreverem para as funções descritas no item 1.2.2 do presente edital, aprovados neste Processo Seletivo formarão cadastro reserva e somente serão convocados se esgotadas as listas dos profissionais habilitados (item 1.2.1 do presente edital), e aprovados no presente Processo Seletivo.
1.4	Os candidatos serão contratados de acordo com a necessidade transitória da Administração Pública, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal.
1.5	A atribuição da carga horária será feita conforme as necessidades da administração, respeitando-se, contudo, a ordem de classificação.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1	As inscrições serão realizadas no período de 10 de novembro de 2015 a 24 de novembro de 2015, pela internet, mediante formulário específico, disponibilizado nos sites <a href="http://www.amauc.org.br">www.amauc.org.br</a> e <a href="http://www.xavantina.sc.gov.br">www.xavantina.sc.gov.br</a> .
2.2	Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:
2.2.1	Acessar o site <a href="http://www.amauc.org.br">www.amauc.org.br</a> ou <a href="http://www.xavantina.sc.gov.br">www.xavantina.sc.gov.br</a> e localizar o "banner" Processo Seletivo Xavantina.

2.2.2	Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, optando por apenas um cargo, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital.
2.2.3	Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções.
2.2.4	Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e efetuar o Pagamento do Boleto Bancário até às 23h59min do dia 24 de novembro de 2015.
2.3	A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato, e a confirmação do pagamento do boleto bancário, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.
2.4	O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.
2.5	A partir de 27 de novembro de 2015, o candidato deverá conferir no site <a href="http://www.amauc.org.br">www.amauc.org.br</a> ou <a href="http://www.xavantina.sc.gov.br">www.xavantina.sc.gov.br</a> a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá formular recursos nos termos previstos neste Edital.
2.6	O Município de Xavantina e a Amauc não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
2.7	O comprovante de inscrição do candidato será documento impresso da inscrição e o comprovante de Pagamento, devidamente quitado.
2.8	A Administração Municipal de Xavantina disponibilizará na Secretaria Municipal de Educação, computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem durante o período das inscrições, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min de segunda à sexta feira.
2.9	Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer.
2.10	O Município de Xavantina e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. O descumprimento das instruções para inscrição via internet implicará na não efetivação da mesma.
2.11	Os candidatos poderão inscrever-se apenas para uma função.
2.12	Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para a alteração de funções, seja qual for o motivo alegado.
2.13	São condições para a inscrição:
2.13.1	Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.
2.13.2	Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.
2.13.3	Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.
2.13.4	Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.
2.13.5	Se aprovado e convocado, o candidato, por ocasião da contratação, deverá apresentar os documentos constantes no Anexo II do presente Edital.

### 3. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

3.1	A taxa para inscrição no presente Processo Seletivo é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para todos os cargos.
3.2	Ficam isentos do pagamento:
3.2.1	Os doadores de sangue
3.3	Documentação necessária para receber a isenção:

3.3.1	Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo.
3.4	Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados em arquivo único junto com o requerimento de inscrição, até o dia 18 de novembro de 2015, sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

#### 4. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1	Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89.
4.2	Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo.
4.2.1	Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.
4.3	Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.
4.4	As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
4.5	Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá entregar na recepção da Prefeitura Municipal de Xavantina, até o dia 17 de novembro de 2015, sob pena de indeferimento do pedido:
4.5.1	Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;
4.5.2	Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;
4.5.3	Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).
4.6	Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.
4.7	A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.
4.8	Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.
4.9	Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados.
4.10	Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
4.11	Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

#### 5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1	O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.
-----	---

5.2	DIA – HORÁRIO - LOCAL - As provas serão realizadas no dia 06 de dezembro de 2015, com início as 08h30min e término às 11h30min tendo como local a Escola de Educação Básica Professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade localizada na Rua Irineu Bornhausen, s/nº, centro, na cidade de Xavantina – SC.
5.2.1	Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos à obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio do site <a href="http://www.amauc.org.br">www.amauc.org.br</a> ou <a href="http://www.xavantina.sc.gov.br">www.xavantina.sc.gov.br</a> .
5.3	A duração da prova escrita será de até 3h (tres horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
5.4	O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de trinta minutos, munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cédula de Identidade - RG;</li> <li>- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;</li> <li>- Carteira de Trabalho e Previdência Social;</li> <li>- Certificado Militar;</li> <li>- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);</li> <li>- Passaporte.</li> </ul>
5.4.1	Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4
5.4.2	Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.
5.5	As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.
5.5.1	Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.
5.5.2	As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.
5.6	Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.
5.6.1	Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.
5.6.2	O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.
5.7	Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, Portaria Municipal nº 183/2015.
5.8	Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.
5.9	Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.
5.10	O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.
5.11	O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.
5.12	O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.
5.13	Após terminar a prova o candidato deverá entregar ao fiscal o caderno com as questões e o cartão de resposta preenchido e ausentar-se do local da prova.
5.14	Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último concluir.
5.15	Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuam a conferencia dos cartões respostas, assinam a ata descrevendo o que foi verificado, assim como, todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricam os envelopes fechados.

## 6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

LICENCIATURA PLENA ( PROFESSOR HABILITADO) E ESTUDANTES DE NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR ESPECÍFICO (PROFESSOR NORMALISTA)

Professor – Educação Infantil  
 Professor – Ensino Fundamental  
 Professor de Educação Especial  
 Professor de Artes  
 Professor de Música  
 Professor de Educação Física  
 Professor de Filosofia  
 Professor de Língua Estrangeira - Inglês

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área de Educação	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

6.1 A classificação final obedecerá à ordem decrescente de notas ou média.

## 7. DAS MATÉRIAS

7.1 As matérias constantes das provas a que se submeterão os candidatos são as constantes no Anexo I do presente Edital.

## 8. DOS TÍTULOS

8.1 Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área da Educação:  
 8.1.2 - Para os professores habilitados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Doutorado (Educação)	2 (dois) pontos - máximo um título
b) Mestrado (Educação)	1,5 (um vírgula cinco) pontos - máximo um título
c) Especialização e Pós-Graduação lato sensu (Educação)	1 (um) ponto – máximo um título na área específica 0,5 (zero vírgula cinco) - máximo um título na área da educação
d) Graduação	0,5 (zero vírgula cinco)
e) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino, DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 31/08/2015, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.	0,005 (zero vírgula zero, zero cinco) por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês – máximo 10 pontos
e) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, expedidos nos anos de 2013 e 2014, limitando-se há 200 horas, nos termos do anexo IV.	0,05 – para cada 20h

## 8.1.2 Para professores não habilitados

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Para cada fase concluída do curso superior (em Licenciatura Plena)	0,010 (zero vírgula zero dez) pontos
b) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério em Escolas legalmente constituídas e reconhecidas pelos órgãos competentes, cujos comprovantes deverão ser emitidos em papel timbrado do estabelecimento de ensino, DISCRIMINADO em dias de exercício por período com contagem até 31/08/2015, constando os dias efetivamente trabalhados, devidamente assinados e identificados pelo responsável. Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês – máximo 10 pontos
c) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, expedidos nos anos de 2013 e 2014, limitando-se a 200 horas, nos termos do anexo IV.	0,05 – para cada 20h

8.2 Serão pontuados como títulos, Certificado/Declaração em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação e entrega do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

8.3	Os cursos e certificados a que se refere o item 8, só serão considerados se forem emitidos por: - instituições de ensino superior devidamente reconhecidas; - órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação;
8.4	Sobre a nota obtida pelos candidatos serão somados os pontos referentes aos títulos, para a classificação final.
8.5	Os candidatos deverão entregar na recepção da Prefeitura Municipal de Xavantina, situada a Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, nº 163, Centro, até a data final das inscrições, em envelope lacrado, os documentos com a comprovação dos títulos, descritos no item 8.1 devidamente autenticados em cartório ou por servidor público deste município mediante carimbo, conforme modelo abaixo:
8.6	No ato da entrega do envelope com os referidos documentos de títulos será fornecido ao candidato o comprovante de entrega do mesmo.
8.7	Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar no dia e horário determinados.
8.8	Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contado da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo.
8.9	O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado.

## 9. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

9.1	As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta da prova.
9.2	Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.
9.3	Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer trinta minutos antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.
9.4	É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas paginas descritas no item 2.1, e afixados também nos quadros de aviso da Secretaria de Educação de Xavantina, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço e telefone.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1	Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:
10.1.1	Melhor nota da prova escrita.
10.1.2	Melhor nota em conhecimento específico.
10.1.3	Idade mais elevada.
10.2	Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

## 11. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

11.1	A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá caráter classificatório.
11.2	A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:
	ONDE:
	NPO = Nota da prova objetiva

	TQP = Total de questões da prova
	NAP = Número de acertos na prova

## 12. DO RESULTADO FINAL

12.1	O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova, acrescido da soma dos títulos.
------	--

## 13. DOS RECURSOS

13.1 -	A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos sites <a href="http://www.amauc.org.br">www.amauc.org.br</a> e <a href="http://www.xavantina.sc.gov.br">www.xavantina.sc.gov.br</a> .
13.2	Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo e apresentado exclusivamente, pela internet no site <a href="http://www.amauc.org.br">www.amauc.org.br</a> ou <a href="http://www.xavantina.sc.gov.br">www.xavantina.sc.gov.br</a> no link Processo Seletivo, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo: a) da homologação das inscrições; b) dos gabaritos; (divulgação no site) c) do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.
13.2.1	Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos.
13.2.2	Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.
13.2.3	Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de constatação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.
13.3	Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal ou via fax.
13.4	Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, sendo caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.
13.5	Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.
13.6	Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.
13.7	Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.
13.8	A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

## 14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1	A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.
14.2	A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.
14.3	O Município de Xavantina e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.
14.4	Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.
14.5	O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10 horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.
14.6	As provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Xavantina.

14.7	Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, o caderno de provas e os cartões respostas serão incineradas.
14.8	O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.
14.9	A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2016.
14.10	A convocação para a contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à contratação.
14.11	Os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração, obedecida a ordem de classificação e, sempre que houver necessidade de novas contratações, a lista voltará a correr do início, contratando-se o primeiro candidato desimpedido.
14.12	Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.
14.13	Nos termos do artigo 37, § 10º, da Constituição Federal, acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 04/06/98, é vedada a percepção simultânea de salários com proventos de aposentadoria, salvo nas hipóteses de acumulação remunerada, expressamente previstos pela Lei Maior.
14.14	Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Administração Municipal e AMAUC.
14.15	A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.
14.16	A inexistência das informações ou a constatação, mesmo posterior, de irregularidade em documentos ou nas provas, eliminarão o candidato do Processo Seletivo.
14.17	Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

	<p>A contratação decorrente deste processo seletivo será regida pelas Leis Complementares Municipais nºs 002/2000 e 020/2004, Lei Municipal nº 782/2002 e eventuais alterações posteriores.</p> <p>A escolha de vagas pelos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas e ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no dia 12 de janeiro de 2016 às 13h30min.</p> <p>A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.</p>
14.18	O candidato deverá escolher a vaga existente na sua totalidade de carga horária, não podendo a mesma ser dividida.
14.19	O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga ficando impedido de escolher outra vaga. Porém em razão de esgotada a listagem de aprovados no processo seletivo, o candidato desistente poderá justificar sua desistência, através de documento protocolado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e aguardar a manifestação, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.
14.20	
14.21	
14.22	O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.
14.23	A cada nova chamada será dada continuidade à listagem de classificação com convocação dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.
14.24	
14.25	O candidato deverá se apresentar imediatamente para assumir a vaga escolhida. Passado 2 (dois) dias do oferecimento da vaga, fica a Secretaria municipal de Educação, Cultura e Esportes autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresentar no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.
14.26	
14.27	O candidato que escolher vaga só será chamado novamente para outra vaga se o mesmo tiver possibilidade de aceitá-la e não implicar na alteração da vaga já assumida.
14.28	As vagas disponibilizadas para Processo Seletivo serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo em exercício na rede municipal de ensino.
14.29	<p>14.19A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.</p> <p>O Processo Seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano de 2016. Havendo homologação de Concurso Público, no decorrer de 2016, para as áreas desta seleção, os aprovados neste serão convocados, com a consequente rescisão dos contratos firmados para a admissão em caráter temporário.</p>
14.30	<p>Demais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Recursos Humanos na Prefeitura de Xavantina, SC, ou pelo site <a href="http://www.amauc.org.br">www.amauc.org.br</a>, pelo telefone (49) 3482.3500 (Amauc).</p> <p>Xavantina, SC, 04 de Novembro de 2015.</p>

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal de Xavantina

Este Edital foi revisado e aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por:  
Valmor de Souza, OAB nº 12717  
Servidor Público Municipal  
Advogado  
ANEXO I

#### CONTEÚDO PRAGMÁTICO CONTEÚDOS COMUNS PARA TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA - Novo Acordo Ortográfico. Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia e Acentuação. Coesão e Coerência. Gêneros textuais.

RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA) - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações-problema.

ÁREA DA EDUCAÇÃO - Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº

9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem. Gestão democrática e Participação da Comunidade.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - Cultura Geral. Fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos nos últimos anos e divulgados na mídia local e nacional. Meio ambiente.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E PROFESSOR APOIO PEDAGÓGICO - Fases do desenvolvimento e da aprendizagem; Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Legislação Educacional nas esferas Municipal, Estadual e Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente; Educação inclusiva.

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR CONTOS- História da criança e da família, Desenvolvimento infantil, Organização do trabalho pedagógico na educação infantil, A organização do espaço na Educação Infantil, Rotinas na educação infantil, Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em Educação Infantil, Avaliação na educação infantil, Teorias educacionais, Concepções Pedagógicas, O desenho infantil, Limites, Mídia e Educação, Referencial curricular nacional para educação infantil, Linguagens e linguagens geradoras, Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais, Práticas promotoras de igualdade racial, Avaliação e Educação Infantil, Pedagogia Histórico Crítica.

PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL (PROFESSOR AUXILIAR, SAA E AEE) - Políticas Públicas de Educação Especial e o atendimento educacional especializado para os alunos público-alvo do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e alunos de inclusão nas séries regulares; Estratégias de ensino aprendizagem para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais; Plano de Atendimento Educacional Especializado; Atendimento e recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular e de sala de recursos multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado e Tecnologia Assistiva; Atribuições do Professor de AEE; Atribuições do Professor para alunos de turmas com Inclusão, Atendimento Educacional Especializado e parcerias com as áreas intersetoriais.

PROFESSOR DE ARTES - Conhecimentos artísticos, estéticos e culturais produzidos historicamente e em produção pela humanidade; Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, produção artística e leitura de imagens e de obras de arte.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contestes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda; Esporte: atletismo, handebol, basquetebol, voleibol, futebol; Ginástica: ginástica formativa, ginástica olímpica, ginástica rítmica; Origem e evolução da Educação Física; Fisiologia do exercício/qualidade de vida.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA/INGLÊS - Língua estrangeira: relação com outras culturas; palavras com sons assemelhados nas várias situações de uso; contextualização das palavras com vários significados; produção textual a partir de situações do cotidiano. A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

PROFESSOR MÚSICA - Artes musicais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Músicos Brasileiros; Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's, RECNEI.; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas;

PROFESSOR DE FILOSOFIA- Saber mítico; Saber filosófico; Relação Mito e Filosofia; O que é Filosofia; Possibilidade do conhecimento; As formas de conhecimento; O problema da verdade; A questão do método; Conhecimento e lógica; Ética e moral; Pluralidade ética; Ética e violência; Razão, desejo e vontade; Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas;

#### ANEXO II

SÃO CÓPIAS DOS DOCUMENTOS JUNTAMENTE COM OS ORIGINAIS NECESSÁRIOS À POSSE:

01. Cédula de Identidade;
02. CIC/CPF;
03. Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição (1º e 2º turno);



Estão anexadas cópias de certificados de cursos, totalizando horas.

, de\_ de 2015.

Assinatura do(a) candidato(a)

#### ANEXO V

#### REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito (a) no cargo de \_\_\_\_\_ do Edital nº 001/2015 do Município de Xavantina/SC, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme Edital e conforme assinalado abaixo:

1) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova 4) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos Pede Deferimento

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(local e data)

\_\_\_\_\_ Assinatura do Requerente

#### ANEXO VI

#### CRONOGRAMA DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

Fases do Processo Seletivo	Datas – Dia/Mês/Ano
Publicação da integra do edital	05/11/2015
Prazo para impugnação das disposições editalícias	06/11/2015 á 09/11/2015
Período de inscrições	10/11/2015 á 24/11/2015
Encerramento das inscrições com solicitação de isenções	16/11/2015
Divulgação das inscrições com solicitação de isenções	17/11/2015
Recursos das inscrições com solicitação de isenções	18/11/2015 á 19/11/2015
Publicação de lista oficial de isentos	20/11/2015
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos	27/11/2015
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições	30/11/2015 á 01/12/2015
Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições e dos locais de realização das provas	02/12/2015
Aplicação da prova escrita objetiva escrita	06/12/2015
Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita	07/12/2015
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	08/12/2015 á 09/12/2015
Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva escrita	10/12/2015
Divulgação da classificação preliminar da prova objetiva escrita	14/12/2015
Recursos contra a classificação preliminar da prova objetiva escrita	15/12/2015 á 16/12/2015
Resultado da avaliação dos títulos.	21/12/2015
Prazo de recurso do resultado da avaliação dos títulos.	22/12/2015 á 23/12/2015
Nota final e classificação.	28/12/2015
Prazo de recurso do resultado da nota final	04/01/2016 á 05/01/2016
Divulgação e Homologação da classificação final da prova escrita e títulos	07/01/2016
Primeira chamada dos candidatos classificados	12/01/2016

**LL 02/2015 PMXV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC  
AVISO DE LEILÃO Nº 02/2015 PMXV

Objeto: Obtenção de propostas para a venda de bens móveis de propriedade do Município e considerados inservíveis e antieconômicos.  
Tipo: Maior lance por Lote. Abertura: dia 30/11/2015, às 09:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa do Município de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 05 de novembro de 2015.  
MAURO JUNES POLETTO,  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA 183/2015**

PORTARIA Nº 183/2015  
NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de realização de processo seletivo para preenchimento de vagas de professores no quadro do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Público nº 001/2015, a saber:

Presidenta: Loirizane Maria Moretto Balen

Membros: Lucivane Ongaratto, Elenir Salete Ticiani e Ivaci Dellazzari

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 14 de Outubro de 2015.  
MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA 184/2015**

PORTARIA Nº 184/2015  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais a baixo, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidores	Cargos	Períodos Aquisitivos	Datas/Períodos de Férias
Clovis Antônio Telo	Auxiliar de Mecânico	03/02/13 a 02/02/14	03/11/15 a 02/12/15 = 30 dias
Delmar Dal Bello	Obreiro	14/12/13 a 13/12/14	03/11/15 a 02/12/15 = 30 dias
Juliana Canton	Nutricionista	11/09/14 a 10/09/15	03/11/15 a 02/12/15 = 30 dias
Juçara Fátima Câmara	Conselheiro Tutelar	01/10/14 a 30/09/15	03/11/15 a 02/12/15 = 30 dias
Ronei Paulo Bergamin	Agente Comunitário de Saúde	06/02/14 a 05/02/15	05/11/15 a 04/12/15 = 30 dias
Eliane Dall Acqua	Agente Comunitário de Saúde	18/04/14 a 17/04/15	05/11/15 a 04/12/15 = 30 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Novembro de 2015.  
MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativo

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 332

DECRETO Nº. 332/2015.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. JULIANA GEREMIA, CPF: 083.358.839-71, a partir 03 de novembro de 2015, no cargo de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, com carga horária de 30(trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Fazenda, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto 333

DECRETO Nº. 333/2015.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. ALINE CHIODI, CPF: 071.518.119-00, a partir 03 de novembro de 2015, no cargo de DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras  
Secretário Municipal de Administração

### Decreto 334

DECRETO Nº. 334/2015.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Lei Complementar Nº 82, de 29 de julho de 2011 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 03 de novembro de 2015, a servidora municipal MELISA MAROSTICA LUNARDI, ocupante do cargo de DIRETORA DE UNIDADE EDUCACIONAL, portadora da matrícula 6453, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de novembro de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

# Consórcios

## CIMVI

### 2ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 2015/011 (TERMO ADITIVO)

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/011

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 003/2015 – Convite, a sujeição mútua às normas constantes na Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, a proposta e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2015/011;

Considerando-se que o Orçamento-Programa do CIMVI dispõe de dotação orçamentária para atendimento da despesa de que trata o Instrumento Convocatório da Licitação Convite nº 003/2015 e o Contrato nº 2015/011;

Considerando-se que a dotação orçamentária consignada no Instrumento Convocatório e no contrato foi erroneamente prevista, sendo necessária sua alteração, na forma da Lei nº 8.666/93, mantidas as condições para execução da proposta mais vantajosa aferida na Licitação para pleno atendimento da necessidade pública evidenciada;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Sergio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro, ESSENCIAL CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.229.336/0001-72, com sede à Rua Piratuba, nº 140 – bairro Rio Morto, cidade de Indaial – SC, representada por Fernando Gandin, inscrito no CPF sob o nº 008.245.849-96, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2015/011 (contratação de empresa por empreitada global para construção da guarita e muro no Aterro Sanitário em Timbó/SC, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas no Convite nº 003/2015 e neste contrato), mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 – A dotação orçamentária prevista na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 2015/011, firmado em 18/05/2015, fica alterada na forma que segue:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.002	Gestão de Saneamento
2002	Gestão de Saneamento Básico
44900000	Aplicações Diretas
10000	Recursos Ordinários

#### CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 2015/011, ficam mantidas e ratificadas.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 01 de outubro de 2015.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI	Essencial Construtora e Comércio de Materiais de Construção Ltda ME

Testemunhas:

Patricia Barbaresco Valter Conrado de Araújo  
CPF nº 095.555.009-24 CPF nº 379.549.389-72

### CONTRATO Nº 011/2013 - 5º TERMO ADITIVO QUINTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 011/2013

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Sergio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, CPF 383.728.439-53, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado FLORA TECNOLOGIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.463.645/0001-14, situada em ST Setor de Indústria e Abastecimento Trecho 03, s/nº, Lote 625/635/645/655/665/675/685/695, Bloco A, Sala 308, cidade de Brasília, DF, neste ato representado pelo Sr. Luciano Dantas de Alencar, CPF sob nº 722.303.121-20, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2013, firmado em 19 de fevereiro de 2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Os prazos de execução de que trata a Cláusula Quarta e de vigência de trata a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 11/2013, firmado em 19/02/2013, com as alterações de que tratam o Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Termo Aditivo, firmados em 27/12/2013, 16/05/2014, 28/11/2014 e 17/07/2015, respectivamente, ficam novamente alterados, aditando-se em mais 180 (cento e oitenta) dias, postergando a finalização dos serviços para o dia 25/04/2016, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes deste termo aditivo.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 28 de outubro de 2015.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

CONTRATADA  
Flora Tecnologia e Consultoria Ambiental Ltda.

Testemunhas:

Patricia Barbaresco  
095.555.009-24

Valter Conrado de Araújo  
379.549.389-72

### **LICITAÇÃO 007/2015 - CARTA CONVITE - AVISO DE RETIFICAÇÃO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIM-VI

LICITAÇÃO Nº 007/2015  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, a alteração promovida na Licitação – Carta Convite nº 007/2015 que tem por objeto a contratação de empresa por empreitada global para execução de sondagem geofísica no Aterro Sanitário em Timbó/SC e no Antigo Lixão da Polaquia em Indaial/SC, do tipo Menor Preço GLOBAL.

A alteração foi promovida junto ao Anexo I – Termo de Referência, acrescentando-se os itens de número 5.2 e 5.3 a seguir transcritos:

5.2 - Caminhamento elétrico (CE) – mínimo:

- 2.060 (dois mil e sessenta) metros para o sub-item 01 e 2.500 (dois mil e quinhentos) metros para o sub-item 02.

5.3 - Sondagem elétrica vertical (SEV) – mínimo:

- 04 (quatro) para o sub-item 01 e 05 (cinco) para o sub-item 02.

Em atenção às alterações, os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 17 de novembro de 2015, às 10h50min, na Central de Protocolos, Sala 04 na Prefeitura de Timbó - SC sita à Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó – SC – CEP 89.120-000; abertura dos envelopes às 11h00min do dia 17 de novembro de 2015 no Auditório da Prefeitura de Timbó, com participação aberta às proponentes e ao público. Ficam inalteradas as demais disposições e condições previstas no Instrumento Convocatório.

Timbó(SC), 04/11/2015

Sergio Almir dos Santos  
Presidente

## **CIS/AMARP**

### **EXTRATO DE CONTRATO 85 2015 CENTRO MEDICO LOVATEL**

EXTRATO DE CONTRATO 85/ 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CENTRO MÉDICO LOVATEL S/S ME, CNPJ 10.548.702/0001-68, situada na Rua Victor Konder, 1005, sala 04 C C Chaplin, Xanxerê - SC

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Neurologia.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 85/2015.

Prazos: inicia-se em 23 de outubro de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 19/10/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e Arnaldo Thiago Berto Lovatel contratado.

### **RESOLUÇÃO CPL 13 2015**

Resolução nº 13/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015

RESOLVE:

Art 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTENCIA SOCIAL – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 86.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, em conformidade com o edital 02/2015 para Credenciamento de procedimentos em:

Procedimentos	CÓDIGO	Valor
ADENOIDECTOMIA	0404010016	280,00
AMIGDALECTOMIA	0404010024	280,00
Consulta Pré-cirúrgica	90336	60,00
Consulta Pré-anestésica	90360	60,00

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 05 de outubro de 2015

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

**CIS/AMOSC****RESOLUÇÃO Nº 04/2015****RESOLUÇÃO Nº 04/2015**

Regulamenta o § 1º do artigo 2º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que trata do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação e dá outras providências.

DANILO DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIS-AMOSC, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07:

**RESOLVE**

Art. 1º Este Regulamento estabelece normas e procedimentos relativos à licitação no âmbito do Consórcio Público CIS-AMOSC, na modalidade pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada pregão eletrônico, destinado à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC poderá, a qualquer tempo, proceder ao pregão eletrônico dos bens e serviços comuns, com vistas ao abastecimento das diversas unidades dos Órgãos Municipais Consorciados, assim como a manutenção dos serviços gerais.

Art. 3º O CIS-AMOSC realizará seus pregões eletrônicos, do tipo menor preço, por intermédio de provedor de sistema eletrônico que promova a comunicação de dados pela rede mundial de computadores (internet).

§ 1º A utilização dos recursos de tecnologia da informação contemplará o uso de recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas da compra através do Pregão Eletrônico.

§ 2º O pregão eletrônico será conduzido pelo órgão promotor da licitação, por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação próprios ou por acordos de cooperação técnica junto a terceiros.

§ 3º Todos quantos participem de licitação na modalidade Pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesta Resolução, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 4º Para participar dos pregões eletrônicos deflagrados pelo CIS-AMOSC, as pessoas jurídicas interessadas deverão estar devidamente credenciadas junto ao provedor do sistema eletrônico previsto no edital de licitação.

Art. 5º O envio da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

Parágrafo único. O requerimento de cancelamento do licitante dirigido ao provedor do sistema eletrônico não elide as suas responsabilidades pelos atos praticados no curso do certame.

Art. 6º Para os efeitos desta Resolução considera-se:

I - métodos de autenticação de acesso: recursos de tecnologia da informação que visam garantir a autenticidade da identificação de quem está acessando as informações do sistema e das informações que estão sendo disponibilizadas;

II - recursos de criptografia: recursos que permitem escrever

informações e dados em cifra ou em código, mediante o uso de uma palavra chave secreta, de forma a permitir que apenas quem tem acesso a ela possa decifrar ou compreender esses dados e informações;

III - sistema eletrônico: conjunto de programas de computador utilizando recursos de tecnologia da informação para autorizar rotinas e processos;

IV - provedor: uma organização ou companhia que provê serviços de armazenamento de dados, de desenvolvimento, de manutenção, de hospedagem, de acesso ao sistema eletrônico e à Internet e a garantia de segurança e integridade de informações, dentre outros serviços;

V - chave de identificação: conjunto de caracteres que identificam, individualmente, o usuário do sistema eletrônico;

VI - credenciamento: situação na qual os envolvidos com o sistema eletrônico possuem ou passem a possuir chave de identificação e senha para acesso ao mesmo, caso necessário.

Art. 7º Serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

§ 3º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Art. 8º Caberá à autoridade competente do órgão promotor do pregão eletrônico, providenciar o credenciamento do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio designados para a condução do pregão.

Parágrafo único. À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas em lei, cabe:

I - determinar a abertura da licitação;

II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e

IV - homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Art. 9º Caberá ao pregoeiro:

I - a abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico;

II - a adjudicação da proposta de menor preço;

III - a elaboração da ata;

IV - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

V - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;

VI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação;

VII - as demais atribuições previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 10. Caberá ao pregoeiro a abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico e as demais atribuições previstas nos regulamentos próprios.

Art. 11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Parágrafo único. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 12. A definição do objeto deve ser realizada de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência.

Art. 13. A sessão pública do pregão eletrônico será regida pelas regras especificadas no artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelo seguinte:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso no órgão oficial de publicação do CIS-AMOSC, Diário Oficial dos Municípios – DOM, veiculado eletronicamente no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

II - do aviso do Edital deverão constar o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico;

III - todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

IV - participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do representante do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço em data e horário previsto no Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

V - como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

VI - a partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital;

VII - aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor apresentada, sendo que, em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

VIII - os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação;

IX - só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

X - não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

XII - durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

XII - a etapa de lances da sessão pública, prevista em Edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

XIII - o pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

XIV - como requisito para a celebração do contrato, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada;

XV - o interesse do licitante em interpor recurso deverá ser

manifestado, através do sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da fase competitiva do pregão, sendo que, para o encaminhamento de memorial e contra razões será facultada a utilização de endereço eletrônico na Internet ou fax previamente divulgados em Edital, com posterior encaminhamento do original, observado o prazo de 03 (três) dias;

XVI - encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, no prazo e endereço estabelecidos no Edital, podendo esta comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação via fax, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observados os prazos estabelecidos no Edital;

XVII - a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

Art. 14. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

Parágrafo único. Na situação a que se refere acima, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

Art. 15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

Art. 16. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

Art. 18. Fica revogada a Resolução nº 02/2014.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó SC, 03 de novembro de 2015.

DANILO DAGA

Prefeito de Águas Frias

Presidente do CIS-AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

Dispõe sobre a designação de empregados públicos para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC.

DANILO DAGA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 17 e 25 do Estatuto, RESOLVE:

Art. 1º Fica designado a Assistente Administrativo do CIS-AMOSC, Mayeli Dallagasasperina, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados os empregados públicos do CIS-AMOSC abaixo relacionados, para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 3º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I. Geísa Muller de Oliveira: Gerente de Programa

II. Graziela Tessaro: Assistente Administrativo

III. Paulo Utzig: Diretor Executivo

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de

sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.  
Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 01/2014.  
Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 03 de novembro de 2015.  
DANILO DAGA  
Prefeito de Águas Frias  
Presidente do CIS-AMOSC

---

## CISAM

---

### **RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 17/2015**

RESOLUÇÃO Nº 17/2015

“Exonera a pedido, empregado público do quadro funcional do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais e considerando o Aviso Prévio apresentado pelo empregado em 05 de outubro de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, o empregado público Tales Henrique Morés, nascido em 16/04/1992, do cargo de Contador, Nível 137, do quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, a partir de 04 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Capinzal/SC, 04 de novembro de 2015.  
Andevir Isganzella  
Presidente CISAM Meio Oeste